UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

A GEOGRAFIA DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E O LUGAR VISTO DE “BAIXO”: O PROTAGONISMO CULTURAL DOS SUJEITOS DA REFORMA AGRÁRIA EM ITUIUTABA-MG – 1998-2015

NELSON NEY DANTAS CRUZ
UBERLÂNDIA-MG
2015

NELSON NEY DANTAS CRUZ

A GEOGRAFIA DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E O LUGAR VISTO DE “BAIXO”: O PROTAGONISMO CULTURAL DOS SUJEITOS DA REFORMA AGRÁRIA EM ITUIUTABA-MG – 1998-2015

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.
Prof. Orientador: Rosselvelt José Santos.

Uberlândia-MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C957g
2015

Cruz, Nelson Ney Dantas,
A geografia das experiências sociais e o lugar visto de "baixo": o protagonismo cultural dos sujeitos da reforma agrária em Ituiutaba - MG - 1998-2015 / Nelson Ney Dantas Cruz. - 2015.
435 f. : il.

Orientador: Rosselvelt José Santos.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Geografia rural - Teses. 3. Assentamentos rurais - Ituiutaba (MG) - Teses. 4. Reforma agrária - Ituiutaba (MG) - Teses. I. Santos, Rosselvelt José, 1963-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Nelson Ney Dantas Cruz

"A GEOGRAFIA DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E O LUGAR VISTO DE "BAIXO": O PROTAGONISMO CULTURAL DOS SUJEITOS DA REFORMA AGRÁRIA EM ITUIUTABA-MG – 1998-2015".

Prof. Doutor Rosselvelt José Santos (Orientador) - UFU

Professora Doutora Heloísa de Faria Cruz – PUC-SP

Professor Doutor Paulo Irineu Barreto Fernandes – IFTM

Professora Doutora Regina Ilka Vieira Vasconcelos – UFU

Professor Doutor Vicente de Paulo da Silva – UFU

Data: 11 / 09 de 2015

Resultado: Aprovado

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo Dom da vida e pela graça de concluir esta tese de doutorado com saúde e disposição para continuar realizando outras pesquisas e denunciando tantas injustiças que ainda existem em nossa sociedade. Agradeço à minha esposa, Karine Marins Amaral Cruz, pelo apoio intelectual, moral, amoroso e espiritual com os quais ela pôde contribuir enormemente na escrita da tese. A participação de minha esposa nos trabalhos de campo e na revisão dos textos foram fundamentais para que eu não desanimasse diante das dificuldades, pois sua condição de cristã e de historiadora social muito me estimularam ao desenvolvimento das análises e dos diálogos teórico-empíricos contidos nesta pesquisa de doutorado. Somente Deus e ela conhecem e compreendem todas as dificuldades vividas ao longo das pesquisas, bem como tiveram o privilégio de colaborar efetivamente no amadurecimento que conquistei ao longo do processo de elaboração do projeto inicial e na consolidação da escrita final da tese. Muito obrigado por defender aguerridamente o meu ponto de vista e por zelar cuidadosamente do nosso sacramento do matrimônio.

Também agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, onde trabalho como servidor docente. Sou imensamente grato pela atuação do colegiado do Campus Itumbiara, especificamente ao Professor Dr. Marcos Antônio Arantes, coordenador do Departamento de Áreas Acadêmicas, e aos professores que consentiram em conceder a licença para afastamento integral das atividades docentes no período de dois anos e meio (de fevereiro de 2013 a julho de 2015), para que eu pudesse desenvolver mais intensamente esta tese.

Agradeço ao Professor Orientador Rosselvelt José Santos pelas orientações e considerações a respeito do trabalho escrito, bem como pela autonomia que me dera para prosseguir com as discussões aqui desenvolvidas. Há onze anos temos estudado os assentamentos rurais e muito tenho a agradecer a ele pela confiança em meu trabalho. Agradeço ao amigo de graduação, Raphael Medina, que atualmente é servidor do INCRA, por ter sido cordial e atencioso ao me fornecer dados importantes dos Relatórios de Beneficiários (RBs) da Reforma Agrária, que me foram muito úteis para analisar a ocorrência de venda de lotes na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Agradeço à Professora Regina Ilka Vieira Vasconcelos, docente do Instituto de História da UFU, pela participação na banca de

qualificação, pelas contribuições intelectuais e pela disponibilidade e interesse em ser membro titular da banca de defesa final da tese. Agradeço à Professora Heloísa de Faria Cruz (PUC-SP) pela prontidão em aceitar participar da banca de defesa da tese e disposição em contribuir com as discussões geográficas e historiográficas contidas neste trabalho. Agradeço ao Professor Paulo Irineu Barreto Fernandes (IFTM), pelo aceite em substituir o professor titular da banca. Muito obrigado, Paulo Irineu, pela seriedade em ler esta tese. Agradeço ao Professor Vicente de Paulo da Silva pela prontidão em ser membro da banca. Também agradeço ao Professor Mirlei Fachini Vicente Pereira, docente do Instituto de Geografia da UFU, pelo aceite em participar como membro titular da banca de qualificação e pelas críticas ao trabalho. Dentre outros, desejo agradecer aos membros suplentes: Professora Arlete Mendes Silva (UEG), Professor Edevaldo Aparecido Souza (UEG), Professor Vanderlei de Oliveira Ferreira (UFU) e Professora Adriany de Ávila Melo Sampaio (UFU).

Agradeço ao meu pai, Manoel Cruz (Nequinha), e à minha mãe, Marluce Dantas Cruz, que sempre acolheram a mim e a minha esposa em sua casa, que se localiza no Projeto de Assentamento Divisa, proporcionando suporte para que ficássemos, vários dias seguidos, próximos dos assentamentos pesquisados. O acolhimento e o suporte deles, bem como alguns dos direcionamentos de campo fornecidos por meu irmão, Nilson Dantas Cruz, e por sua esposa, Marileide Neco da Silva Cruz, foram essenciais para percorrermos os assentamentos, agendarmos e realizarmos as entrevistas. Por fim, agradeço a todos os moradores dos assentamentos que foram entrevistados ao longo dos trabalhos de campo. Eles também são os protagonistas desta tese. A eles o meu sincero agradecimento.

Voar (Fly)
(Jason Upton)

Sair para novas atmosferas
Sair para novos lugares
Sair para novas atmosferas
Você tem que ter novos ouvidos
Novos ouvidos
Lugares celestiais
Nova revelação
O que estão fazendo?
Onde você vai?
Deus dará...
Alguns de vocês tem lutado por muito tempo
Alguns de vocês tem lutado nessa terra
Por um tempo muito longo
Tentando lutar com seus próprios punhos
Deus quer te levar a lugares novos
Novos lugares
Nova revelação
Nova perspectiva
Vista aérea
Eu declaro sobre você: Deus lhe deu o ar
Então, voe
É hora de abrir suas asas
É hora de se livrar das coisas que te prendem
É hora de abrir suas asas e voar
Apenas voar
Você vê o que eu vejo?
Você ouve o que eu ouço?
Você sabe o que eu sei?
Você quer o que eu quero?
Voar...
Diga que você vê o que eu vejo!
Diga que você ouviu ou que eu ouvi!
Diga que você sabe o que eu sei!
Voar e voar
Apenas voar
Eu lhe dei asas
Eu te libertei do que prendia você
Eu lhe dei asas
Eu te libertei
Então, venha até mim e voe
Alguns vão tentar te segurar
Alguns vão tentar te parar
Como um pássaro no ar,
você escapou da armadilha
Como um pássaro no ar você escapou do laço
Como um pássaro no ar,
você escapou da armadilha do inimigo
Você nasceu livre!
Nada poderia prendê-lo
Voe...

RESUMO

A tese de doutorado aqui desenvolvida tem como objetivo analisar a cultura e os modos de vida das famílias moradoras de cinco assentamentos rurais, que estão localizados no município de Ituiutaba-MG. As entrevistas e as observações de campo compõem as principais fontes direcionadoras do trabalho teórico-empírico, sendo que a escolha teórico-metodológica foi orientada no sentido da elaboração de um caminho alternativo dos estudos culturais, que passei a denominar de Geografia das Experiências Sociais. Esta alternativa foi construída dinamicamente a partir do diálogo que estabeleci com as ideias de alguns autores da História Social Inglesa, cuja linha de análise está situada numa abordagem cultural marxista. Tal abordagem difere-se substancialmente daquela contida na nova Geografia Cultural e também na concepção de análise marxista presente na Geografia Agrária, pois no que se refere à maneira de compreender e explicar o social, a produção conceitual de ambas as vertentes tendem a negligenciar alguns aspectos teórico-empíricos que são essenciais ao estudo da realidade vivida pelos sujeitos assentados da Reforma Agrária. Enquanto a primeira vertente geográfica enfatiza as questões da subjetividade nos estudos culturais, a linha agrária tende a negar ou reduzir a cultura aos aspectos da superestrutura, valorizando, em primeiro lugar os elementos econômicos, políticos e produtivos da realidade rural, próprios da infraestrutura. Dessa maneira, a Geografia das Experiências Sociais direciona outros olhares para a realidade dos assentamentos, especificamente sobre o lugar, valorizando as disputas e interesses entre as classes sociais e a heterogeneidade contida na classe que as famílias assentadas integram. Por esse viés, a trajetória de luta e conquista da terra fazem parte da história e da organização das relações contidas no lugar, estando o passado numa correlação dinâmica com as situações vividas no presente. Nesse sentido, a Geografia das Experiências Sociais torna-se um suporte necessário e indispensável para pensar o lugar, pois este será visto a partir dos de “baixo”, daquela gente “comum”, dos que efetivamente articulam, negociam e produzem política nas condições disponíveis, que geralmente se relacionam aos limites e às possibilidades contidas no lugar. Em cada trecho de transcrição das entrevistas é possível compreender o quanto as ações dos sujeitos assentados estão interligadas ao contexto social onde vivem, de modo que a vida no assentamento é conectada pelas experiências sociais vividas no passado,

especificamente no momento de luta pela terra, e no presente, construído a partir das relações inerentes ao lugar, de onde organizam e articulam as relações com outros lugares da cidade e do campo. Portanto, neste trabalho, as relações de classe, as ações hegemônicas e contra hegemônicas aparecem como elementos estratégicos na reprodução dos modos de vida, sendo que pelas experiências sociais é possível analisar e compreender a dinâmica do conflito e da solidariedade que se estabelece no lugar a partir dos assentamentos, onde os sujeitos da Reforma Agrária se relacionam com o mundo.

Palavras-chave: Experiência social, Cultura, Classe, Hegemonia, Contra hegemonia, Lugar.

ABSTRACT

The doctoral thesis developed here aims to analyze the culture and livelihoods of families living in five rural settlements, which are located in the city of Ituiutaba-MG. Interviews and field observations make up the main guidance sources of theoretical and empirical work, and the theoretical and methodological choice was oriented towards the development of an alternative way of cultural studies, I spent the name of Geography of Social Experiences. This alternative was dynamically built from the dialogue established with the ideas of some authors of English Social History, whose line of analysis is situated in a Marxist cultural approach. This approach differs substantially from that contained in the new cultural geography and also in the design of this Marxist analysis in agrarian geography, since as regards the way to understand and explain the social conceptual production of both strands tend to neglect some aspects Theoretical and empirical that are essential to the study of reality experienced by the subjects agrarian reform settlers. While the first geographical component separates the social aspect of cultural studies, land line tends to negate or reduce the cultural aspects of the superstructure, valuing only the economic factors, political and productive rural reality, own infrastructure. Thus, the Geography of Social Experiences directs other looks at the reality of the settlements, specifically over the place, valuing the disputes and interests between social classes and the heterogeneity contained in the class that settled families integrate. From this angle, the trajectory of struggle and conquest of the land are part of the history and organization of relations contained in place, with the last in a dynamic correlation with the situations experienced in the present. In this sense, the Geography of Social Experiences becomes a necessary support for thinking the place, as this will be seen from the "low" those people "common", of which effectively articulate, negotiate and produce policy under the conditions available, which generally relate to the limits and the possibilities contained in place. In each of the interviews transcription stretch it is possible to understand how the actions of individuals settlers are linked to the social context where they live, so that life in the settlement is connected by social experiences in the past, specifically at the time of struggle for land, and at present, built from the relationships of the post, where organize and articulate relations with other places in the city and countryside. Therefore, in this work, class relations,

hegemonic and counter-hegemonic actions appear as strategic elements in the reproduction of livelihoods, and the social experience is possible to analyze and understand the dynamics of conflict and solidarity that is established in the place from the settlements, where the subject of agrarian reform relate to the world.

Keywords: Social experience, Culture, Class, Hegemony, Against hegemony, Place.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização dos Projetos de Assentamentos pesquisados e suas respectivas redes de estradas e localização das residências onde ocorreram a maior parte dos trabalhos de campo..... 18

Mapa 02: Conjunto de Mapas da evolução populacional da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – População urbana e rural por microrregiões 1940-2010.....111

Mapa 03: Distribuição dos lotes a partir das relações de vizinhança, parentesco e origem de município no Projeto de Assentamento Divisa..... 270

Mapa 04: Localização dos Projetos de Assentamentos da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e a quantidade de desistentes ou de lotes comercializados em cada Projeto.....336

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Desenho em folha tamanho A4 com árvores similares às encontradas em áreas de cerrado, especificamente nos arredores de sedes de fazenda e demais casas de campo. Fonte: Acervo pessoal da Sra. Bernadete Soubirous..... 124

Imagem 02: Desenho produzido no verso da folha apresentada na Imagem 01. Contém apenas uma árvore, que possui muitas semelhanças com a sucupira, conforme relatado pela entrevistada que desenhou a imagem. Fonte: Acervo pessoal da Sra. Bernadete Soubirous..... 124

Imagem 03: Reportagens do jornal impresso Diário Regional, que é distribuído e vendido em algumas cidades da região do pontal do Triângulo Mineiro. VANDALISMO e selvageria dos sem-terra; OS FORA-DA-LEI perturbam o Brasil. **Jornal Diário Regional**. Ituiutaba, 26 nov. 1998. Caderno Agrorregional. p. 04. Fonte: Acervo da Fundação Casa da Cultura de Ituiutaba..... 203

Imagem 04: Fotografia aérea da área de localização do Projeto de Assentamento Engenho de Serra e seus respectivos grupos de lotes de terras segundo a delimitação proposta como divisão inicial da terra entre as famílias acampadas. Elaboração: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2015. Fonte: Software Google Maps. Imagens de 08/03/2013..... 243

Imagem 05: Fotografia aérea da área de localização do Projeto de Assentamento Renascer, delimitação da área de serra e estradas de acesso a Ituiutaba. Elaboração: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2015. Fonte: Software Google Maps. Imagens de 08/03/2013..... 250

Imagem 06: Reportagem no Jornal Diário Regional de Ituiutaba sobre como os assentamentos da região e do município iriam ser organizados. Reportagem do dia 05 de dezembro de 1998. Fonte: Acervo da Fundação Casa da Cultura de Ituiutaba..... 265

Imagem 07: Planta baixa para uma casa de 48,06 metros quadrados, contendo dois quartos, uma cozinha, um banheiro e uma pequena área de serviço (lavanderia). Fonte: Acervo particular do Sr. Maximiliano Kolbe..... 291

Imagem 08: Planta baixa com o desenho do projeto hidrossanitário, indicando onde devem ser instaladas as caixas coletoras do esgoto doméstico. Fonte: Acervo particular do Sr. Maximiliano Kolbe..... 291

Imagem 09: Planta baixa contendo o desenho da instalação elétrica da casa, com a localização de pontos de tomada, pontos de luz, centro de distribuição e outros pontos da rede interna. Fonte: Acervo particular do Sr. Maximiliano Kolbe..... 292

Imagem 10: Desenho da fachada externa da casa. Fonte: Acervo particular do Sr. Maximiliano Kolbe..... 292

Imagem 11: Os dois indicadores na cor azul localizam as caixas d'água de uso coletivo do Projeto de Assentamento Chico Medes. Elaboração: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2015. Fonte: Software Google Maps. Imagens de 08/03/2013..... 387

Imagem 12: Caixas d'água e encanamento principal do Projeto de Assentamento Divisa. Elaboração: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2015. Fonte: Software Google Maps. Imagens de 08/03/2013..... 393

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Barracão onde são guardadas as ferramentas de borracharia e demais instrumentos utilizados no conserto de eletrodomésticos. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, outubro de 2013..... 119

Foto 02: Construção improvisada onde funciona a escola de alfabetização de adultos, localizada próxima ao barracão da oficina. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, outubro de 2013..... 119

Foto 03: Escola localizada no Projeto de Assentamento Engenho de Serra. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, outubro de 2013..... 120

Foto 04: Momento de aula em que os alunos estão utilizando os livros didáticos para fazerem atividades individuais. CRUZ, Nelson Ney Dantas Cruz, outubro de 2013..... 120

Foto 05: Preparação da barraca de uso comunitário para comemoração do Natal do ano de 2007. Fonte: Acervo pessoal do Sr. Maximiliano Kolbe..... 187

Foto 06: Almoço coletivo na barraca comunitária. Fonte: Acervo pessoal do Sr. Maximiliano Kolbe..... 187

Foto 07: Momento em que os acampados assinam a ata de reunião no acampamento. Ano 2007. Fonte: Acervo pessoal do Sr. Maximiliano Kolbe..... 188

Foto 08: Momento final da reunião no acampamento. Ano 2007. Fonte: Acervo pessoal Sr. Maximiliano Kolbe..... 188

Foto 09: Momento de realização de aulas de religião. Ano de 2007. Fonte: Acervo pessoal Sr. Maximiliano Kolbe..... 188

Foto 10: Dia em que os representantes do INCRA compareceram ao acampamento para realizar o cadastro dos que iriam receber a terra. Ano de 2007. Fonte: Acervo pessoal Sr. Maximiliano Kolbe..... 188

Foto 11: Quintal onde havia uma estrada principal da fazenda. Autor: Cruz, Nelson Ney Dantas, 2014..... 284

Foto 12: Barraco localizado próximo à antiga porteira da fazenda, ao lado de onde existia um curral. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 284

Foto 13: Porta de entrada para o barraco, cujo telhado é baixo. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 284

Foto 14: Interior do barraco, onde, hoje, se criam galinhas. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 284

Foto 15: Barraco onde a Sra. Bernadete Soubirous morou por quase três anos antes da construção da casa de alvenaria. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.. 286

Foto 16: Interior do barraco sem parte do telhado. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 286

Foto 17: Barraco de lona onde morava o filho e a nora da Sra. Bernadete Soubirous. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 286

Foto 18: Interior do barraco que atualmente é utilizado como dispensa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 286

Foto 19: Casa construída no ano de 2001 com utilização de parte dos recursos fornecidos pelo crédito habitação do INCRA. Projeto de Assentamento Divisa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 293

Foto 20: Casa construída no ano de 2001 com a utilização de parte dos recursos fornecidos pelo crédito habitação do INCRA. Projeto de Assentamento Divisa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007..... 293

Foto 21: Foto aérea de parte da área de um lote no Projeto de Assentamento Engenho de Serra. Fonte: Acervo particular do Sr. Josemaría Escrivá..... 294

Foto 22: Casa construída no ano de 2001 com parte dos recursos fornecidos pelo crédito habitação, do INCRA. Projeto de Assentamento Engenho de Serra. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2013.....294

Foto 23: Casas do Projeto de Assentamento Renascer localizadas na parte baixa de divisa com a serra. Elas possuem um acabamento mais completo (reboco) do que aquelas construções dos demais assentamentos vizinhos. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.....294

Foto 24: Casa construída com a utilização de parte do crédito habitação do INCRA. O proprietário acrescentou mais cômodos do que a quantidade exigida pelo INCRA. Projeto de Assentamento Renascer. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.... 295

Foto 25: Capela Nossa Senhora Aparecida em fase de acabamento. Autor: desconhecido, 2010..... 312

Foto 26: Capela Nossa Senhora Aparecida com a construção concluída. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2013..... 312

Foto 27: Momento de realização da leitura da mensagem ao Bispo Dom Inácio de Loyola, em sua visita à comunidade ocorrida no dia 25 de setembro de 2014, numa quinta-feira. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 314

Foto 28: Capela enfeitada para a realização do casamento do Sr. Antônio de Pádua e a Sra. Teresa de Ávila, moradores do P.A. Engenho de Serra, no dia 28 de dezembro de 2014. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 316

Foto 29: Momento da benção matrimonial. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.....316

Foto 30: Casamento do Fernando (ex-morador do P.A. Divisa) e da Elza, ocorrido no dia 26 de novembro de 2013. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2013..... 317

Foto 31: Caixa d'água antiga. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas. 2014..... 395

Foto 32: Caixa d'água construída por uma empresa contratada pelo INCRA. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.....395

Foto 33: Canos para instalação da rede secundária de distribuição de água. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.....395

Foto 34: Encanamento da rede principal de distribuição de água. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 395

Foto 35: Ponto final do encanamento da rede principal de distribuição. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 396

Foto 36: Hidrômetro instalado no lote 02, no ponto final da rede principal. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 396

Foto 37: Corte do arroz no lote 01 do P.A. Divisa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007..... 409

Foto 38: Bateção do arroz no lote 01 do P.A. Divisa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007..... 409

Foto 39: Corte do gergelim no lote 16 do P.A. Divisa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007..... 409

Foto 40: Momento de pausa para merenda no trabalho de corte do gergelim. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007..... 409

Foto 41: Barracão localizado ao lado da sede do Sindicato dos Trabalhadores rurais assalariados e Agricultores Familiares de Ituiutaba. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 412

Foto 42: Disposição das bancas e dos produtos na feira. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 412

Foto 43: Bancas de doces e queijos. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.. 412

Foto 44: Hortaliças produzidas no P.A. Engenho de Serra. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 412

Foto 45: Pimentas produzidas no P.A. Chico Mendes. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 412

Foto 46: Doces produzidos no P.A. Engenho de Serra. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 412

Foto 47: Picles produzidos no P.A. Renascer. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 413

Foto 48: Doces, queijos e mandioca descascada produzidos no P.A. Renascer. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014..... 413

TABELA

Tabela 01: Estatísticas da violência no campo brasileiro a partir de dados sobre conflitos, quantidade de envolvidos e número de pessoas assassinadas..... 179

GRÁFICO

Gráfico 01: Número de ocupações de terras, no Brasil, de 1988 a 2012. Fonte: DATALUTA Banco de dados da luta pela terra. Relatório Brasil 2012..... 178

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO 01 28

POR UMA GEOGRAFIA DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS 28

1.1 – A gênese de novos olhares sobre a Geografia e a realidade 33

1.2 – Experiências sociais em diálogo: encontro entre pesquisador e sujeitos pesquisados 46

1.3 – Interpretações do silêncio e leitura a contrapelo no trabalho de campo 52

1.4 – Em busca de uma epistemologia do engajamento social 64

1.5 – A Geografia das Experiências Sociais: algumas considerações 75

CAPÍTULO 02 87

PROCESSOS CULTURAIS E EXPERIÊNCIAS DE CLASSE: LUTA E CONQUISTA DA TERRA 87

2.1 – Processos culturais e experiência de classe 92

2.2 – Experiências comuns e compartilhadas: migração e pobreza 104

2.3 – O engajamento na luta pela terra e as pressões sociais 128

2.4 – Ocupação e projeto de vida no limiar dos interesses de classe 147

2.5 – Experiências no acampamento 185

CAPÍTULO 03 213

O LUGAR VISTO DE "BAIXO" 213

3.1 – Contornos teóricos do lugar e a possibilidade de uma nova abordagem 218

3.3 – O lugar na medida e no jeito de se apropriar da terra 273

3.4 – Idoneidade e honestidade: o lugar da desconfiança 299

CAPÍTULO 04 325

O PROTAGONISMO CULTURAL DOS SUJEITOS DA REFORMA AGRÁRIA 325

4.1 – Primeiros assentados e novos requerentes: trajetórias que se conectam no lugar 330

4.2 – Solidariedade e conflito: o lugar do protagonismo cultural 377

CONSIDERAÇÕES FINAIS 415

FONTES 418

ENTREVISTAS 418

NOTÍCIAS E JORNAIS 419

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS 420

BIBLIOGRAFIA **420**
ANEXO A **432**
ANEXO B **434**

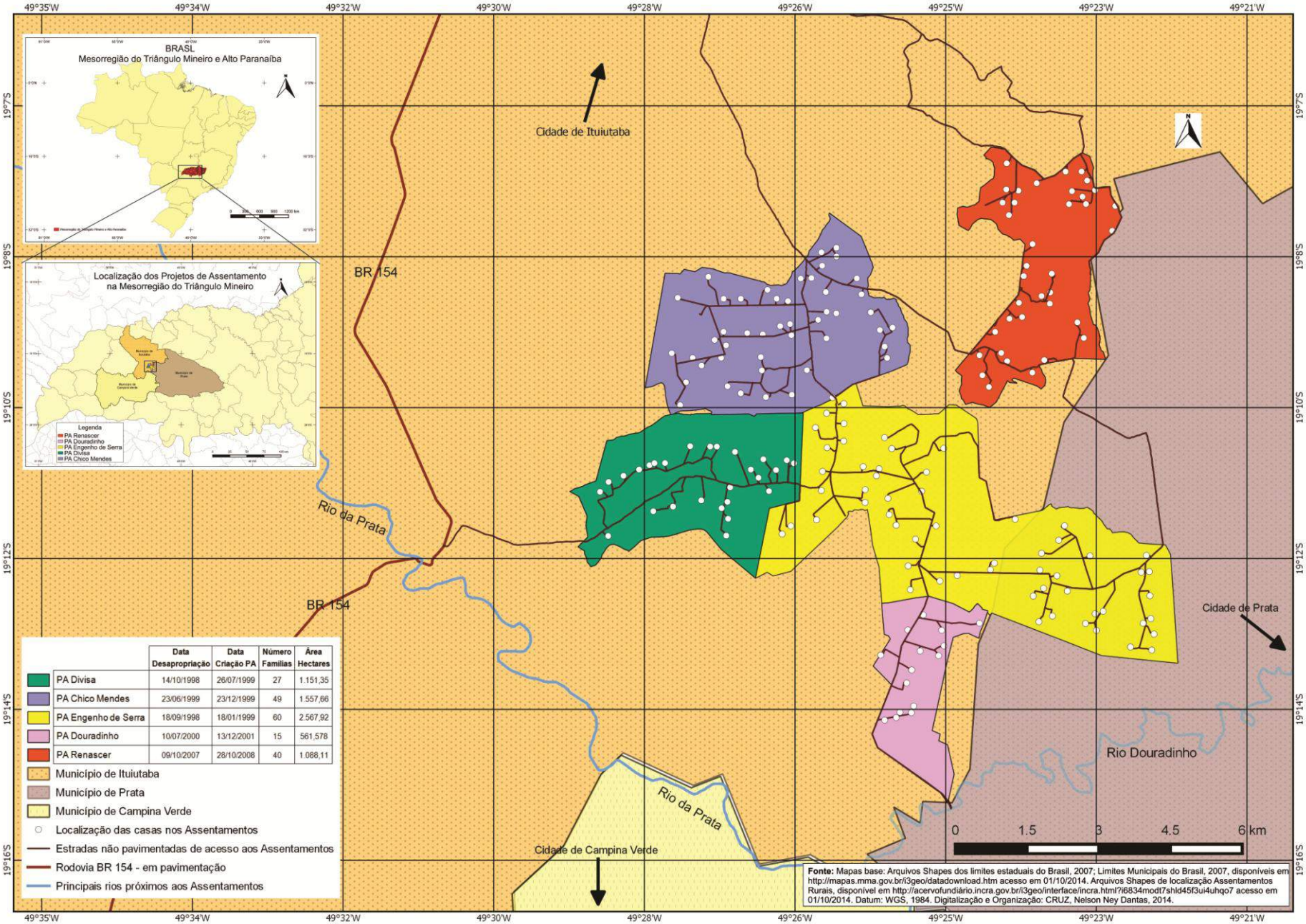
INTRODUÇÃO

Na primeira vez em que fui indagado sobre qual era a tese a ser defendida, utilizei alguns argumentos baseados no conhecimento empírico para compor a minha resposta, de modo que a lógica de apresentação da tese relacionava-se estreitamente com duas abordagens específicas da Geografia. Foi inevitável a demonstração de que eu me situava numa linha de estudos geográficos que ora privilegiava uma abordagem da nova Geografia Cultural, ora tendia a valorizar algumas das orientações teórico-metodológicas da Geografia Agrária. Apesar da dificuldade em compor uma resposta coerente, tive a estratégia de apoiar-me numa primeira hipótese de que o contexto real a ser estudado organizava-se a partir de um conflito entre a usina de cana-de-açúcar[1], com todos os seus interesses privados e capitalistas, e as famílias moradoras dos Projetos de Assentamentos rurais[2], localizados na fronteira com as áreas ocupadas pelas lavouras canavieiras. As fazendas que foram desapropriadas e transformadas em assentamentos rurais de Reforma Agrária – em função da atuação organizada dos trabalhadores ligados aos movimentos de luta pela terra, no município de Ituiutaba, os quais são os sujeitos participantes deste trabalho de pesquisa –, localizam-se a aproximadamente 35 quilômetros da cidade sede desse município, havendo uma parte de terras da antiga fazenda Engenho de Serra que se localiza no município do Prata-MG, como se pode observar no Mapa 01, de localização dos Projetos de Assentamentos.

[1] Refiro à usina Ituiutaba de Bioenergia, que no ano de 2010 era pertencente à CNAA e estava instalada no município de Ituiutaba-MG desde o ano de 2007.

[2] São os seguintes Projetos de Assentamento (P.A.): P.A. Divisa, criado em 1999 pela atuação da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais) e desapropriação da fazenda Divisa; P.A. Engenho de Serra, criado em 1999 pela atuação do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) e desapropriação das fazendas Capão rico e Engenho de serra); P.A. Douradinho, criado em 2001 pela atuação do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) e desapropriação da fazenda Douradinho; P.A. Chico Mendes, criado em 1999 pela atuação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e desapropriação da fazenda São Francisco de Sales do Salto; e P.A. Renascer, criado em 2008 pela atuação da FETAEMG e desapropriação da fazenda São Francisco de Sales/Buriti da Prata.

Localização dos Projetos de Assentamentos Rurais de Ituiutaba-MG



	Data Desapropriação	Data Criação PA	Número Famílias	Área Hectares
PA Divisa	14/10/1998	26/07/1999	27	1.151,35
PA Chico Mendes	23/06/1999	23/12/1999	49	1.557,66
PA Engenho de Serra	18/09/1998	18/01/1999	60	2.567,92
PA Douradinho	10/07/2000	13/12/2001	15	561,578
PA Renascer	09/10/2007	28/10/2008	40	1.088,11

Município de Ituiutaba
Município de Prata
Município de Campina Verde
Localização das casas nos Assentamentos
Estradas não pavimentadas de acesso aos Assentamentos
Rodovia BR 154 - em pavimentação
Principais rios próximos aos Assentamentos

Fonte: Mapas base: Arquivos Shapes dos limites estaduais do Brasil, 2007; Limites Municipais do Brasil, 2007, disponíveis em http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm acesso em 01/10/2014. Arquivos Shapes de localização Assentamentos Rurais, disponível em http://acervofundiário.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.html?i6834modt7shld45f3ui4uhqo7 acesso em 01/10/2014. Datum: WGS, 1984. Digitalização e Organização: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.

Mapa 01: Localização dos Projetos de Assentamentos pesquisados e suas respectivas redes de estradas e localização das residências onde ocorreram a maior parte dos trabalhos de campo.

Continuando a responder sobre a tese que inicialmente pretendia defender, uma segunda hipótese associada à primeira era de que o avanço da cana na região oeste do município de Ituiutaba-MG estaria influenciando direta e indiretamente na venda das posses de lotes, porque o aumento do preço da terra nua, nas fazendas arrendadas pela usina, e também naquelas situadas em seus arredores, poderia ter contribuído para a valorização da posse da terra nos assentamentos rurais, mesmo que a usina não pudesse arrendar áreas nesses projetos de assentamento. Sendo assim, o desafio da pesquisa também estava orientado pelas questões relacionadas à não fixação das famílias assentadas na terra conquistada e na consequente ação de venda da posse.

Uma resposta muito convincente, conforme o meu julgamento. Mas, por trás do fundamento argumentativo dessa resposta residiam opções teórico-metológicas bastante complexas para minha compreensão naquele momento. A maneira de tratar as contradições da realidade, na perspectiva de uma crítica baseada num legalismo *stictu sensu,* como forma de justificar a importância de uma pesquisa[3], estava permeada por um conhecimento limitado sobre a maneira de explicar e compreender os meandros pelos quais a própria ciência geográfica havia trilhado nas últimas décadas. Com aquela argumentação eu deixava transparecer uma defesa em relação às famílias assentadas, de que elas estavam sendo conduzidas e convencidas a vender as posses dos lotes por conta do aumento de preço da terra, que ocorrera em função da presença da usina de cana e da expansão das lavouras canavieiras na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Por outro lado, também condenava o fato das famílias venderem seus lotes, demonstrando uma clara defesa em relação às leis instituídas juridicamente pelo Governo, que proíbe categoricamente a venda de posses. Enfim, o meu olhar estava coordenado por um entendimento legalista da realidade, como se meu objetivo fosse compreender porque a lei não é cumprida conforme está determinado em suas sentenças.

Dentro da pesquisa também considerava importante trazer a cultura para uma análise sobre a experiência dos sujeitos assentados em relação à venda de lotes, pois esta comercialização havia se tornado uma prática comum naqueles

[3] A argumentação movia-se na direção de uma defesa das famílias assentadas, refletida por uma atitude de engajamento político/científico, cuja raiz embrionária tivera sido gerada por uma experiência que me conduzia à identificação cultural com a trajetória das famílias assentadas, juntamente com uma formação profissional crítica/reflexiva advinda do intenso diálogo com textos de autores filiados e engajados com uma abordagem geográfica crítica ou radical.

assentamentos. Dessa maneira, cultura, enquanto modos de vida, seria uma noção primordial e importante na produção da tese, especificamente para indagá-los sobre tal experiência. Porém, estava difícil relacionar esta noção com os estudos agrários, já que a orientação economicista e produtivista da Geografia Agrária atribuía pouca importância aos estudos culturais, entendendo-os como sendo aspectos específicos de uma superestrutura e que o principal a ser analisado na realidade rural seriam os aspectos da base ou infraestrutura, particularmente os elementos políticos, econômicos e produtivos. Por outro lado, esta difícil relação não era algo importante, porque, de uma forma ou de outra, as informações empíricas, seja pelo seu ineditismo ou pelo volume, poderiam de alguma maneira suprir a incoerência teórica que eventualmente aparecesse na produção escrita da tese. O importante a ser realizado (naquele momento inicial de constituição do projeto de pesquisa) era compreender como a expansão canavieira, em Ituiutaba, como lógica da reprodução ampliada do capital, subordinava as ações daqueles produtores rurais dos assentamentos. Portanto, a cultura daria o arranjo final dessa relação, completando aquilo que os estudos da Geografia Agrária não poderiam alcançar, afinal, era preciso analisar a dinâmica na qual os modos de vida eram diretamente afetados pela ação do capital sucroalcooleiro.

Contudo, no decorrer do desenvolvimento da tese, algumas discussões teóricas foram solapando a arquitetura inicial do projeto com suas respectivas hipóteses e sinalizando a necessidade de uma mudança que foi, ao mesmo tempo, radical e necessária. A primeira delas refere-se à maneira com a qual eu pretendia trazer os sujeitos para a pesquisa, especificamente no modo com que havia escolhido para chegar até eles, que era pela expansão canavieira e pelo aspecto economicista e produtivista que os envolvia naquilo que se refere à venda das posses de lote. Considerando que o primeiro contato com uma parte das famílias assentadas ocorrera noutros tempos, antes mesmo delas se tornarem beneficiárias da Reforma Agrária e que o diálogo mantido com elas, até o momento de desenvolvimento desta tese, não era limitado ou justificado apenas pelo interesse acadêmico de tratá-las como sujeitos de uma pesquisa, senão era alimentado por um convívio social de longa data, seria importante considerar as suas trajetórias de vida, pois a realidade de moradia no assentamento não se justificava somente por conta de uma suposta relação de subordinação com o capital sucroalcooleiro. Sendo assim, outras histórias poderiam evidenciar determinadas contradições e conflitos

que não eram especificamente aqueles relacionados à produção de cana no entorno dos assentamentos.

O fato de abordar as trajetórias de vida, considerando que as histórias nelas contidas ainda ecoavam e contribuíam para reproduzirem as relações sociais no momento presente, fez com que outra noção fosse relacionada à cultura, como sendo um aspecto fundamental para compreender a lógica social contida nos assentamentos. Refiro-me à noção de experiência, que primeiramente foi sendo entendida a partir da nova Geografia Cultural. Numa análise sobre o papel desta vertente geográfica, Paul Claval afirma que ela tem em seu arcabouço teórico-metodológico o interesse de "(...) interrogar os homens sobre a experiência que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão à sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens (...)"[4]. E eis que surgiu uma mediação para o diálogo a partir da nova Geografia Cultural. Se por um lado existia a necessidade de interrogar os homens para se compreender a sua cultura e explicar a relação da venda de lotes com a expansão canavieira, por outro, também era necessário colocar em pauta o protagonismo das famílias assentadas.

Mesmo considerando a experiência e a cultura como elementos fundamentais para se analisar a realidade vivida nos assentamentos, seria preciso considerar a compatibilidade teórica entre as duas vertentes, que haviam fundamentado os argumentos da pesquisa: a nova Geografia Cultural e a Geografia Agrária. Isto se deveu pelo fato de que os aspectos teóricos de uma poderiam ser incompatíveis com a lógica conceitual desenvolvida pela outra vertente. Desse modo, para compreender esta possível incompatibilidade, tive de realizar uma análise a partir da história do pensamento geográfico, compreendendo os meandros históricos pelos quais os estudos culturais e agrários emergiram na Geografia. Ao abordar alguns aspectos epistemológicos com o objetivo de entender o contexto nascedouro das duas vertentes, encontrei uma raiz comum quanto aos processos históricos que justificaram a necessidade de suas abordagens científicas, na década de 1970, e que estavam na esteira das críticas em relação aos positivismos e neopositivismos reinantes na Geografia até aquele momento. Por outro lado, constatei que as duas vertentes distanciavam-se quanto aos aspectos relacionados à forma de abordagem,

[4] CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão humana. In.: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (Org.) **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 42.

pois enquanto a temática dos estudos agrários aproximava-se do marxismo, os estudos culturais afastavam-se dele, já que seu desenvolvimento acadêmico e científico houvera sido produzido pela necessidade de trazer novos caminhos teórico-metodológicos que pudessem tangenciar qualquer abordagem marxista, seja ela econômica, política ou cultural. Logo, ficava evidente que o estudo de classe social da Geografia Agrária trilhava um caminho metodológico incompatível com a trajetória da nova Geografia Cultural, sinalizando a necessidade de repensar os distanciamentos e aproximações que as teorias pudessem apresentar.

Ao considerar a divergência filosófica e a incompatibilidade teórico-metodológica que as duas vertentes possuíam, havia duas possibilidades a serem trilhadas. A primeira seria a de escolher uma das vertentes para poder definir o arcabouço teórico-metodológico. Esta opção poderia me conduzir a um beco sem saída porque enquanto na Geografia Agrária a noção de experiência e a cultura poderiam ser considerados como "termos ausentes", na Geografia Cultural, apesar de haver uma valorização da experiência humana, esta não era entendida amplamente em seu aspecto social, ou seja, a cultura estava sendo analisada pelo aspecto da individualidade ou da particularidade vivida pelo sujeito, de modo que a experiência era e ainda é tratada como resultante da subjetividade, como produto da consciência humana[5]. Isto se deve ao fato de que a emergência dos estudos culturais na Geografia tivera sido influenciada por abordagens científicas que claramente tinham a intenção de negar qualquer produção ancorada no marxismo, especialmente na teoria das classes sociais.

Ainda nessa primeira trilha, outro problema seria encontrado por conta da maneira com que os estudos culturais aparecem nas duas vertentes. Na Geografia Agrária ele está numa relação determinada pelo que econômica e politicamente é produzido nessa sociedade. Conforme as determinações exercidas no modo de produção capitalista, a cultura estaria deslocada da dinâmica social e em nada influenciaria nos aspectos sociais, justamente por estar subordinada aos interesses relevantemente políticos e econômicos que movem a sociedade. Na Geografia Cultural ela é um conceito privilegiado, porque vai ao encontro do sujeito social da pesquisa, de seus sonhos e expectativas, em que a cultura passa a ser definida a partir de uma realidade que é experimentada pelo homem enquanto ideia, pois "São

[5] HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Território**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 67-78. 1999.

a expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de ideias"[6]. E na condição de ideia, as questões sociais, seus problemas de pobreza, concentração de renda, luta de classes, interesses da classe dominante, processos hegemônicos e contra-hegemônicos são subsumidos na realidade representada, não mais experimentados enquanto materialidade constituída no campo social.

Por fim, e o mais importante, a função social da Geografia Agrária, engajada com os movimentos sociais e com um projeto de sociedade mais justo e igualitário, tem em seus fundamentos filosóficos e metodológicos um caminho que relega a cultura ao contexto do determinismo político e econômico, a uma localização espacial fixa da superestrutura. Por outro lado, a função social da nova Geografia Cultural, tal qual filosoficamente está definida, serve muito mais aos interesses de uma classe dominante, porque resigna a realidade social da pobreza, da exploração, da luta de classes, relacionando esses aspectos a uma relatividade existencial ancorada nas ideias, desprezando a realidade materialmente constituída. Desse modo, as duas abordagens não atendiam à função social almejada com a elaboração desta tese, que era o de valorizar o protagonismo cultural dos sujeitos da Reforma Agrária, de forma que suas experiências sociais pudessem ser valorizadas no sentido de que seus modos de vida não estivessem subordinados aos interesses do capital sucroalcooleiro e nem sequer fossem compreendidos por um viés cultural apartado dos problemas sociais vividos no lugar. Portanto, seria preciso abandonar a relação determinista e dual que inicialmente ditava a maneira com que se queria alcançar os sujeitos pesquisados, naquilo que orientava vê-los como produtores rurais, vendedores de posses de lotes (economicistas e produtivistas) e subordinados aos interesses do capital sucroalcooleiro (como sujeitos dominados).

Diante da limitações teórico-metodológicas das duas vertentes, uma terceira trilha foi surgindo como um desafio ainda maior, porque os problemas de abordagem de uma e de outra conduziram-me à necessidade de desbravar um novo caminho, que pudesse ser calçado pela ideia de cultura e de experiência social. Assim, com o objetivo de não negar a materialidade social vivida pelos sujeitos assentados, no sentido de valorizar suas experiências dentro dessa materialidade, comecei a vislumbrar um novo caminho de análise cultural dentro da Geografia, que tangencia

[6] CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão humana. Op. Cit. p. 39.

radicalmente o estudo cultural ancorado na subjetividade e nas representações e se filia a um materialismo marxista que não repousa sobre os aspectos economicistas e produtivistas presentes na Geografia Agrária. A valorização da experiência do sujeito é transportada para o campo social, onde a cultura participa ativamente conforme as experiências vividas socialmente. Dessa maneira, passei a denominar esse novo caminho de análise cultural da realidade como sendo a Geografia das Experiências Sociais. As duas últimas palavras do termo foram emprestadas de autores ligados à História Social Inglesa, cuja produção historiográfica foi utilizada no diálogo com a Geografia, especificamente na maneira como se poderia teorizar a cultura além dos limites conceituais da Geografia Agrária e da nova Geografia Cultural, sinalizando a necessidade de trazer uma alternativa de compreensão da cultura que pudesse estar afinada com a função social aqui pretendida e com a valorização da trajetória de luta das famílias assentadas.

O fato é que o diálogo com a História Social Inglesa, especificamente com Edward P. Thompson e Raymond Williams, fez com que a tese, inicialmente defendida, fosse radicalmente reavaliada, porém, sem alterar o objeto escolhido para análise, que era composto pelos cinco assentamentos rurais de Ituiutaba. E se novamente me perguntassem a respeito da tese a ser defendida, minha resposta seria outra. Diria que a tese aqui desenvolvida e defendida é de que a experiência social, quando trazida para as análises culturais em Geografia, especificamente no estudo de assentamentos rurais, redefine a categoria lugar como sendo uma construção determinada pelas experiências sociais, diferente da experiência humana subjetiva e individual da nova Geografia Cultural, no sentido de que o lugar passa a ser entendido como uma construção social. Surge, então, como alternativa, a proposta de um subcampo intitulado de Geografia das Experiências Sociais, como um caminho teórico-metodológico desenvolvido e defendido ao longo da tese para os estudos culturais em Geografia.

O lugar visto de “baixo”, conforme está escrito no título da tese, denota a centralidade deste conceito para o qual a Geografia das Experiências Sociais foi construída. Ou seja, pensar o espaço e, especificamente o lugar, numa lógica cultural materialista, implicou também compreendê-lo e explicá-lo conforme os sujeitos “comuns” e seu protagonismo na organização do espaço e do lugar onde vivem e se relacionam socialmente. Dessa maneira, o desenvolvimento teórico-metodológico da tese está orientado conforme a lógica das trajetórias de vida dos

sujeitos entrevistados (**que aqui aparecem com nomes fictícios**), num recorte que remonta quatro momentos específicos: o primeiro se refere às experiências sociais vividas antes do engajamento na luta pela terra; o segundo constitui-se durante o engajamento e a resistência no acampamento; o terceiro situa-se no período de recebimento dos lotes até o início de suas efetivas ocupações; e o quarto refere-se à saída das famílias da terra (no que se refere à venda das posses de lotes) e aos conflitos e solidariedades nas relações vividas no lugar entre primeiros assentados e novos requerentes (compradores).

O capítulo primeiro, intitulado de Por uma Geografia das Experiências Sociais, está desenvolvido sob a perspectiva de se compreender a maneira como a experiência social comparece ao debate teórico em duas disciplinas específicas: a Geografia Agrária e a nova Geografia Cultural, no sentido de se repensar o modo com que se quer utilizar a experiência do sujeito pesquisado nesta tese. Nesse capítulo, a minha experiência também comparece no debate textual, sendo uma das bases empíricas necessárias para justificar a escolha do tema de pesquisa e também de delinear o debate teórico que foi previamente definido. E juntamente com a minha experiência, a experiência social dos sujeitos pesquisados também é trazida para demonstrar a importância do trabalho de campo e de como este foi sendo conduzido para se pensar a necessidade e a importância do estudo cultural e das classes sociais. E ao considerar a necessidade de uma leitura a contrapelo[7] da realidade, depois de transbordar o gabinete com informações do campo, tornou-se importante uma releitura sobre a história do pensamento geográfico, a partir da ideia de função social da disciplina, como alternativa de situar a função social e política da ciência em correlação com os projetos de sociedade que ela sempre esteve defendendo conforme o período histórico e as transformações sociais e acadêmicas em que a ciência esteve diretamente vinculada. Por fim, a função social do saber geográfico impulsionou uma análise sobre infraestrutura e superestrutura como forma de interpretação dos locais teóricos onde a Geografia Agrária e a nova Geografia Cultural estão situadas, culminando na justificativa e na discussão de um

[7] O termo contrapelo se refere ao contexto de análise da História contida na VII tese sobre o conceito de História de BENJAMIN. Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v. 1) e que está mais bem analisado no tópico 1.3 do primeiro capítulo, quando trato de questões relacionadas à pesquisa de campo.

novo caminho de análise da realidade, o qual denominei de Geografia das Experiências Sociais.

O segundo capítulo, intitulado de “Processos culturais e experiência de classe: luta e conquista da terra”, traz para o debate a abordagem cultural em correlação com a ideia de classe social. O capítulo tem o objetivo de compreender as experiências sociais dos sujeitos entrevistados considerando sua trajetória de engajamento coletivo na luta pela terra. Foram abordadas as experiências comuns e compartilhadas da migração e da pobreza, que contribuíram para o engajamento de luta pela terra, como sendo elas experiências de classe. É demonstrado como o engajamento na luta pela terra é regido por pressões hegemônicas e contra hegemônicas. Dessa maneira, a cultura vai, então, sendo analisada sob o viés das experiências sociais contidas nas histórias relatadas através dos diálogos em campo, e que são relativas ao período no qual as famílias foram convidadas a participarem da luta pela terra, engajaram e realizaram a ocupação das fazendas. É possível perceber em seus relatos que as escolhas e decisões individuais e coletivas orientavam-se segundo os limites dos processos culturais, ancorados nas experiências vividas socialmente. O acampamento e as experiências lá vividas são também analisadas na esteira dos embates de classe, porque os interesses políticos dos fazendeiros também são declaradamente movimentados no contexto das relações conflituosas, pelo uso da política e até de milícias armadas, como estratégias de conter a invasão ou a ocupação das fazendas. E esse embate é marcadamente delimitado na experiência de classe.

No capítulo 03, intitulado de O lugar visto de “baixo” são apresentadas as experiências sociais vividas durante a divisão e distribuição das terras nos assentamentos. Continua-se neste capítulo a reforçar o protagonismo cultural dos sujeitos assentados, analisando-se suas experiências ligadas às disputas que se dão no interior das experiências de uma mesma classe, porque ela não pode ser considerada, como é apresentado no capítulo 02, uma coletividade uniforme e homogênea. Nesse sentido, o capítulo 03 tem como principal objetivo discutir a noção de lugar, tomando-se como referência autores da nova Geografia Cultural e outros ligados à Geografia Crítica ou Radical, de modo que são apresentadas as limitações de cada abordagem e analisadas outras possibilidades de se pensar o lugar nos assentamentos a partir do materialismo cultural e da realidade da luta de classes.

O último capítulo, denominado de O protagonismo cultural dos sujeitos da Reforma Agrária, analisa a realidade de permanência na terra conquistada, considerando os limites e as potencialidades do lugar em correlação com a venda da posse de lotes. Nesta última parte da tese são construídos outros olhares sobre a dificuldade de permanência nos assentamentos, bem como atuação dos compradores e os esforços dos novos requerentes para integrarem-se ao lugar, lutando para obterem os mesmos direitos que os primeiros assentados. É no lugar (**considerando também o acampamento e a partir dele**) que o conflito e a solidariedade vão sendo construídos e onde alternativas de produção dos meios de vida são forjadas. A luta de classes e as divergências internas à classe ainda se manifestam concretamente, seja nos esforços que empreendem para desconstruir o "nome ruim" de "sem-terra", seja nas discordâncias em relação à venda de lotes e à difícil aceitação que os primeiros assentados possuem quanto à integração dos novos requerentes na comunidade. Portanto, a realidade vivida nos assentamentos é permeada pelas relações de classe, pelas ações hegemônicas e contra hegemônicas, sendo que no lugar os modos de vida se tornam modos culturais de luta contra a pobreza e contra as injustiças que ainda existem no contexto social de construção do lugar, pois o protagonismo cultural é construído pela ação dos sujeitos da Reforma Agrária e de suas atuações ativas e criativas contidas em seus modos de vida.

No que se refere aos textos relativos às entrevistas, que são mencionadas no corpo do texto, tivemos que utilizar **nomes fictícios** no lugar dos nomes verdadeiros para ocultar a identificação dos entrevistados com suas respectivas falas descritas. Essa estratégia faz com que o autor da fala não seja identificado.

CAPÍTULO 01

POR UMA GEOGRAFIA DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS

A utilização da experiência, como alternativa ou recurso de análise para se explicar e compreender o espaço geográfico, não é algo novo. Os geógrafos norte americanos e franceses, desde a década de 1970, tem se esforçado para disseminar o uso da experiência nos estudos culturais, acompanhando as transformações decorridas da "virada cultural", ou como prefiro denominar, "reviravolta cultural"[8], surgida pelos desdobramentos que os protestos de maio de 1968 imprimiram, juntamente com os interesses políticos dominantes, sobre o rumo das produções intelectuais e acadêmicas. A nova Geografia Cultural é tributária dessa "reviravolta" e sua disseminação mais ampla, no Brasil[9], é recente, e coincide com o fim da Guerra Fria, no período da década de 1990, quando a Geografia Crítica, ligada ao marxismo, ainda era uma abordagem dominante nos estudos geográficos. E é com a disseminação e ampliação da nova Geografia Cultural, no Brasil, que as diversas produções geográficas nacionais passaram a utilizar a experiência humana como forma de se compreender o espaço, seja ele rural ou urbano, desenvolvendo uma mudança radical quanto à maneira de se definir, também pela cultura, as categorias geográficas de lugar, paisagem, território e região. Afinal, a nova Geografia Cultural advinda dos norte americanos e dos franceses não pretendia ser apenas um capítulo à parte dentro da Geografia, ou uma vertente qualquer, os intelectuais tinham a pretensão de "(...) reconstruir toda a geografia humana a partir de uma perspectiva nova"[10], aliada aos estudos culturais.

A nova Geografia Cultural poderia ser uma porta de entrada muito eficaz – mesmo que teórica e também atual/pós-moderna –, pela qual poderiam adentrar nesta tese as experiências dos sujeitos aqui investigados, caso minha trajetória

---

[8] O termo é utilizado em FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Trad. Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru/SP: EDUSC, 2004. p. 381-411.

[9] "A partir do início da década de 1990 a geografia cultural passa por um processo de expansão que praticamente a levou de um quase absoluto desconhecimento a um nível de aceitação e prática significativas, ainda que minoritário", conforme aponta CORREA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. A geografia cultural no Brasil. **Revista Anpege**. n. 2 (2005). p. 97-102. p. 97.

[10] CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 162.

pessoal de vida não possuísse nenhuma forma de identificação e de compartilhamento de experiências comuns com as pessoas que também são os sujeitos desta tese. A primeira aproximação com tais sujeitos ocorreu muito mais influenciada pela minha experiência social de se viver no campo e de ver alguns de meus familiares tornarem-se assentados da reforma agrária, do que propriamente por uma necessidade científica de se produzir o inédito ou do compromisso de fazer avançar a ciência. Antes de tudo, sou cidadão, filho e sujeito de meu tempo histórico, com preferências de temas e de assuntos que se convergem em opções científicas muito mais determinadas pela minha experiência social e pelo meu engajamento[11], do que propriamente pela curiosidade aleatória de ser estudante ou pela determinação institucional de se ter que pesquisar assentamentos rurais.

O engajamento e a experiência não me conduziram diretamente ao interesse pelos debates e abordagens da nova Geografia Cultural. Aproximaram-me ainda mais das discussões ligadas aos estudos rurais, que são amplamente desenvolvidas pela vertente denominada de Geografia Agrária. E essa aproximação foi muito importante para repensar os limites contidos no modo de se analisar a realidade do campo brasileiro. Ao tensionar algumas produções de Geografia Agrária, mais lidas sobre o rural – e que serão mencionadas mais adiante no texto –, com minha experiência social e a dos sujeitos pesquisados, constatei que a experiência era um "termo ausente"[12], o que sinalizou a necessidade de desenvolver uma pesquisa que valorizasse a realidade vivida pelas famílias assentadas, suas histórias de vida e de luta pela conquista e permanência na terra. O fato da experiência social não ser uma das principais categorias de análise, por parte dos trabalhos de Geografia Agrária, não me impulsionou diretamente a buscar, na nova Geografia Cultural, o "termo ausente". Precisava dialogar um pouco mais com a realidade para consolidar a ideia de que a experiência deveria ser uma das categorias centrais em meu trabalho de pesquisa. Logo, outro termo começou a surgir a partir do diálogo com os sujeitos da pesquisa: a cultura.

---

[11] Segundo Eric Hobsbawm "O argumento em favor das vantagens do engajamento deve ser o de que faz a ciência avançar. Ele (o cientista) pode fazer isso, e assim o fez, na medida em que fornece um incentIvo à mudança nos termos do debate científico, um mecanismo para injetar, a partir de fora, novos tópicos, novas perguntas e novos modelos de resposta (...). E os cientistas engajados são aqueles que mais tendem a usar sua experiência "externa" no trabalho científico". HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 194.

[12] Este termo é utilizado por THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Op. Cit. p. 180-201.

A aproximação com a realidade indicou a existência de processos que eram contraditórios àquelas expectativas que possuía sobre a possibilidade de encontrar no campo apenas aqueles que fossem produtores rurais. O fato de querer me aproximar dos sujeitos a partir daquilo que eles produzem de mercadorias, no lugar onde moram, tornou-se um ponto de junção para se pensar outra realidade que não é, necessariamente, determinada pelos aspectos econômico-produtivos. Além de encontrar pessoas que, segundo meu entendimento, não poderiam ser classificadas estritamente como produtoras rurais, já que não tinham como finalidade depender financeiramente do cultivo da terra, deparei-me com relações sociais que eram regidas por normas e costumes que se relacionavam com a produção dos meios de vida, porém, não eram determinadas pela lógica do trabalho na terra ou pelos aspectos econômico-produtivos. A experiência daquelas pessoas, de se viver no campo, estava regida por outras dimensões que se aproximavam muito mais de processos culturais, sinalizando que suas histórias de vida estavam constituídas por experiências concretas, por modos de vida distintos e ao mesmo tempo comuns e compartilhados socialmente, no tempo e no espaço. Se o estudo de suas experiências sociais era uma alternativa utilizada para valorizar as trajetórias de vida no espaço rural onde moram, no sentido de também fornecer outras explicações ao contexto dos assentamentos de Reforma Agrária, a cultura seria outra categoria de análise, que abarcaria dimensões mais abrangentes da realidade.

Considerando que a experiência social e a cultura relacionam-se espacialmente e que este trabalho tem objetivos geográficos, o lugar começou a surgir como outra categoria de análise[13] de grande importância. É no lugar que a experiência é vivida intensamente e se processa como relações culturalmente estabelecidas. Ali estão presentes as lógicas das relações sociais construídas historicamente, e que são manifestadas na forma de tensões, conflitos atuais e do passado, em que as negociações e conquistas, as organizações cooperativas e de vizinhança, os costumes e as tradições, o trabalho e as festas, as decepções e as alegrias são intensamente vividos. É onde o passado e o presente se conectam num processo intenso de transformação do espaço geográfico, numa relação com o mundo que pode ser vista de um ponto específico, que é o lugar, sendo que este

[13] O lugar é um espaço dinâmico, fluido, em movimento constante, não se tratando apenas de uma categoria estática, pois é composto por relações sociais que lhe dão concretude de existência, sendo difícil pensá-lo apenas como um modelo teórico.

não é apenas um dado físico espacialmente delimitado enquanto área, porque ele é vivido socialmente através da experiência social e da cultura, que lhe dão sentido de existência.

Definidas as três categorias principais de análise da realidade – que são experiência social, cultura e lugar –, o trabalho seguinte foi o de desenvolver os seus respectIvos conteúdos teórico-metodológicos em correlação com a realidade empírica, pois eles não poderiam estar dissociados teoricamente e nem concebidos por definições contraditórias. E foi no processo de definição que o engajamento teve um papel fundamental, na condição de mediador entre conteúdo empírico e teórico, porque não permitiu que os conceitos fossem desenvolvidos de maneira aleatória, ainda mais que suas terminologias aproximavam-se objetivamente do arcabouço conceitual desenvolvido pela nova Geografia Cultural. Seria muito mais fácil abstrair desta vertente os respectIvos conteúdos definidores, pois estavam ali, minimamente delineados. Porém, o engajamento me levou a refletir sobre a função social da Geografia e sobre os conceitos da nova Geografia Cultural e também da Geografia Agrária, fornecendo-me argumentos necessários para repensar a abordagem de tais vertentes.

O engajamento orientou-me na formulação de algumas questões, que foram importantes para delimitar, mais claramente, o desenvolvimento do capítulo, no sentido de justificar minhas escolhas a respeito do caminho teórico-metodológico assumido, que se contrapõe aos procedimentos empreendidos pelas duas vertentes já mencionadas. As questões são: 1) Qual orientação teórico-metodológica deveria ser adotada como proposta dominante, considerando-se as duas vertentes com as quais o objeto de estudo estabelece uma aproximação teórica? 2) De que maneira a experiência e a cultura são analisadas na nova Geografia Cultural e na Geografia Agrária? (Considerando se a experiência social é abordada e como é desenvolvida) 3) Seria possível produzir um caminho híbrido, que fosse, ao mesmo tempo, composto de teorias de uma e de outra vertente para se explicar a realidade? 4) E se...? E se eu optasse por desbravar um novo caminho, concebendo a cultura a partir de outros pressupostos teórico-metodológicos? Esta última questão é a mais importante de todas, neste capítulo, porque o caminho percorrido para respondê-la desemboca na proposta da Geografia das Experiências Sociais, que define as noções de experiência e cultura por contribuições advindas de fora da Geografia, dialogando com produções científicas derivadas da História Social Inglesa.

A História Social Inglesa[14] apresenta uma abordagem cultural muito próxima daquilo que meu engajamento social indicava enquanto perspectiva de se estudar a realidade dos assentamentos rurais em Ituiutaba-MG. Não bastava apenas demonstrar os limites dos estudos agrários e culturais da Geografia para se pesquisar a experiência social, a cultura e o lugar das famílias assentadas. Era necessário, e ainda mais importante, desenvolver uma alternativa coerente. Nesse sentido, o capítulo foi sendo construído em dois pontos, que fundamentaram o objetIvo geral. O primeiro é o de explicar a maneira como a experiência comparece ao debate teórico em duas vertentes específicas: a Geografia Agrária e a Geografia Cultural, com a proposta geral de se repensar o modo com que se quer utilizar a experiência dos sujeitos pesquisados nesta tese. O segundo é o de apresentar e justificar a ideia geral do capítulo, refletindo sobre uma proposta investigativa alternativa que intitulei de Geografia das Experiências Sociais.

Ao aproximar-me de algumas produções intelectuais derivadas da História Social Inglesa, especialmente de textos escritos pelos autores como Edward P. Thompson e Raymond Williams, a experiência passou a ser compreendida no contexto social, daí a importância de acrescentar à experiência o termo social. Esse acréscimo também se justifica devido o ponto de divergência que ele possui em relação à ideia de experiência, que é definida segundo a nova Geografia Cultural, porque nesta vertente o social é o "termo ausente", já que o sentido de cultura é compreendido como sendo uma vivência individual[15]. Mesmo que alguns poucos estudos culturais em Geografia ainda arrisquem timidamente tratar da ideia de social (que na minha opinião continua ausente), ele não possui o mesmo sentido e definição da perspectiva cultural que é desenvolvida pelos intelectuais mencionados. Sendo assim, o significado que a História Social Inglesa atribui ao termo dialoga com aquilo que denominei de Geografia das Experiências Sociais.

A escolha por utilizar as definições de experiência social e cultura, a partir de Thompson e Williams, também apresentou riscos consideráveis, porque a categoria

[14] É importante ressaltar que a abordagem marxista da História Social Inglesa não é um campo disciplinar fechado em si mesmo, pois suas contribuições teórico-metodológicas estão situadas no entendimento da complexidade do aspecto social da realidade, de modo que sua análise histórica situa-se além e através das disciplinas ou vertentes das ciências humanas, podendo impactar diretamente na maneira com que a abordagem cultural é desenvolvida pela Geografia, pela Sociologia ou pela Antropologia, bem como por outros ramos científicos que estejam preocupados em explicar a sociedade contemporânea.

[15] CORREA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-21, 1995. p. 3.

lugar teve de ser redefinida conforme as noções de experiência e cultura. Riscos consideráveis e desafiadores, pois os dois primeiros termos não estão numa correlação de sentido direto com a categoria lugar, cabendo, ao desenvolvimento desta tese, a elaboração das conexões necessárias que pudessem favorecer a redefinição desta categoria. Considerando que o lugar é um importante conceito espacial e que seu significado, segundo a nova Geografia Cultural, não pode ser dissociado da experiência e da cultura, que também são conceituadas por esta vertente, ao distanciar-me do arcabouço teórico-metodológico da nova Geografia Cultural, o lugar teve de ser novamente definido. Desse modo, a busca por uma interpretação alternativa dos processos sociais e culturais contidos no lugar, certamente seja a tarefa mais árdua e desafiadora desta tese. Por enquanto, para relembrar, o principal desafio deste capítulo é demonstrar a pertinência da Geografia das Experiências Sociais para explicar a realidade cultural dos assentamentos rurais de Ituiutaba-MG.

1.1 – A gênese de novos olhares sobre a Geografia e a realidade

> (...) eu vim de uma aldeia para uma cidade: para ser ensinado, aprender; entregar fatos pessoais, incidentes de uma família, a um registro geral; aprender dados, conexões, perspectivas diferentes. Se os muros das faculdades eram como os dos parques que contornávamos quando crianças, sem poder entrar, agora havia um portão, uma entrada e, no final, uma biblioteca: um registro direto, que cabia a mim aprender a interpretar.[16]

É comum para nós, geógrafos, a necessidade de observarmos o planeta e suas porções a partir de um “olhar do alto”, “dos céus”, como sujeitos imponentes, capazes de tudo ver e de representar a realidade, sinteticamente, em mapas de variadas escalas e temas, de diversas cores e formas, na crença de estar contemplando um fato incontestável, no sentido de que todas as coisas ali catalogadas correspondem à realidade, porque nela existem objetivamente.

Representar a realidade cartograficamente é uma estratégia e também uma técnica antiga em nossa formação, como nos aponta Claval, afirmando que “Os laços entre a geografia e a matemática são estreitos e antigos: datam da velha

[16] WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Trad. Paulo H. Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 18.

geografia de posição, dos métodos da cartografia."[17] O mapa, então, aparece como um dos instrumentos mais antigos em geografia para se pensar a realidade espacial da superfície terrestre, habituando "(...) os geógrafos a raciocinar em termos de geometria do plano ou da esfera, em termos de geometria euclidiana clássica"[18]. Os dois trechos citados fazem parte de um texto do ano de 1982, de um período de grande efervescência intelectual na Geografia, sobretudo no que se refere aos avanços que seus autores vislumbraram para romper com a Geografia Tradicional, a Geografia Quantitativa e com a geometria euclidiana clássica. Há décadas o olhar do alto já vem sendo bastante questionado na Geografia, e nem por isso ele tem desaparecido completamente das abordagens desta ciência.

Muitos modos de pensar e de pesquisar em Geografia ainda persistem em nossa atualidade, o que justifica mencionar, no início deste texto, o fascínio dos geógrafos pelos mapas e pela importância que lhes é atribuída. E, sobretudo no século XXI, essa importância se renova vigorosamente, quando os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) assumem um papel indispensável no planejamento e análise espacial, dos quais os geógrafos tem participado ativamente. O SIG, além de constituir uma eficiente ferramenta de análise espacial, também se estabelece como um sistema de suporte à decisão, "(...) atendendo às exigências de planejadores, entidades governamentais e não governamentais, universidades, pesquisadores (...)"[19], numa estreita relação com a evolução técnica da informação. E como devemos estar cada vez mais inteirados das transformações técnicas e tecnológicas, é imprescindível que saibamos realizar análises espaciais utilizando-se de equipamentos e softwares de última geração, incorporando o SIG às nossas pesquisas.

Quando no ano de 2005 tive acesso, pela primeira vez, às fotografias e imagens de satélite, que foram sistematizadas e disponibilizadas na internet por meio de um software denominado de Google Earth[20], fiquei entusiasmado com seus

---

[17] CLAVAL, Paul. **A nova geografia**. Trad. Filipe Machado. Coimbra: Livraria Almedina, 1982. p. 44.
[18] Idem.
[19] FERREIRA, Marcos César. Considerações teórico-metodológicas sobre as origens e a inserção do sistema de informação geográfica na geografia. In.: VITTE, Antônio Carlos. (Org.) **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 122.
[20] O Google Earth é um programa de computador que apresenta o planeta terra num globo de imagem tridimensional, cujas ferramentas de observação permitem visualizar partes do planeta em diversas escalas, por imagens de satélites e fotografias aéreas, numa riqueza de detalhes que proporciona ao observador identificar com bastante nitidez diversos tipos de construções e de usos do solo na superfície terrestre.

recursos visuais detalhados do terreno e suas possibilidades de uso, e logo tive a curiosidade de localizar minha casa e demais pontos do espaço – tecido como rede – que frequentava cotidianamente, como a universidade, a igreja, as ruas e avenidas. Também fiquei muito impressionado com a qualidade das fotografias aéreas, principalmente dos territórios referentes aos assentamentos rurais, que eram objeto de uma pesquisa vinculada a um projeto de iniciação científica[21]. Foi possível ver com certa nitidez as áreas produtivas, as terras degradadas, as reservas legais e os trajetos que percorria em grupo durante os trabalhos de campo, realizados nos Projetos de Assentamentos rurais.

Confesso que fiquei tentado a não realizar as exaustivas idas a campo, pois muitas informações da realidade pareciam estar ali, numa imagem estática e vertical, do alto, que para se tornar dinâmica e completa bastava-se obter um conjunto de dados estatísticos, do banco de dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou da própria Universidade onde estudava, sendo o trabalho de campo, nesse sentido, um dos últimos recursos da investigação. Essa forma de fazer pesquisa estaria muito próxima das diretrizes que a União Geográfica Internacional (U.G.I.) implantou no Brasil na década de 1960[22], com o objetIvo de esquadrinhar a metodologia a ser aplicada nas investigações geográficas sobre o meio rural, que na prática contribuiu para afastar do trabalho de campo boa parte dos profissionais que aderiram a tais diretrizes. Inevitavelmente, a herança da Geografia quantitativa[23] em minha

[21] O projeto a que me refiro integrou um conjunto de projetos que compunham o Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária do Triângulo Mineiro (PACTO/MG/TM), desenvolvido entre maio de 2004 a abril de 2006 pela Universidade Federal de Uberlândia nos seguintes assentamentos: Projeto de Assentamento Rio das Pedras e Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, localizados no município de Uberlândia-MG e Projeto de Assentamento Bom Jardim e Projeto de Assentamento Ezequias dos Reis, localizados no município de Araguari-MG.

[22] FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia**. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 258.

[23] Apesar de algumas divergências entre autores sobre o papel revolucionário da Geografia Quantitativa, considerei importante mencionar que de acordo com Camargo e Reis Júnior, "Denomina-se Geografia "Teorética e Quantitativa" ou Geografia "Neopositivista" a corrente que começou a se formar logo após a Segunda Guerra mundial e que terminou por trazer profundas modificações teóricas e metodológicas. Esta escola se caracterizou pelo emprego maciço das técnicas matemático-estatísticas na geografia, provocando uma verdadeira "revolução" no seio dessa ciência (...)". CAMARGO, José C. G. e REIS JÚNIOR, Dante F. da Costa. A filosofia (Neo) positivista e a Geografia Quantitativa. In.: VITTE, Antônio Carlos. (Org.) **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 84. Essa explicação vem de encontro à realidade de parte de minha formação no ensino básico e acadêmico, quando as técnicas estatísticas eram comumente utilizadas para me fornecer um caminho "seguro" de leitura da realidade, utilizando-se de um intenso uso de dados econômicos, demográficos e agrários, bem como

formação acabara de clarear um novo caminho, no qual a observação do alto, com uso de fotografias aéreas e imagens de satélite, comporiam as fontes vertebrais de interpretação da realidade[24].

Apesar de meu fascínio em olhar a paisagem a partir do "alto dos céus", colocando em prática os nobres conhecimentos cartográficos, a incongruência entre realidade representada cartograficamente e dinâmica sócio-espacial dos lugares forneceu-me subsídios para me afastar do novo caminho que houvera enxergado. A associação entre cartografia e história assumiu um conteúdo reflexIvo quando continuei a utilizar o software (Google Earth), ampliando as observações sobre os locais de minha infância[25], que até então, apenas havia conhecido por uma visão estritamente horizontal, composta, sobretudo, pela experiência social vivida. A partir desse momento a experiência, especificamente em sua perspectiva social, passou a ter uma influência muito importante na maneira de ler a teoria e de analisar a correspondência de seus conceitos para com a realidade que vivi no campo.

O ato de observar a primeira casa que morei, ainda intacta, no vilarejo rural onde residi boa parte de minha vida, acionou-me na memória as lembranças dos tempos de outrora, aproveitados intensamente. Por outro lado, também mexeu com meu senso profissional crítico/reflexIvo[26], levando-me a questionar sobre a

---

da interpretação de mapas temáticos de pequena escala, seja pela geografia enquanto disciplina geral no ensino básico ou por alguma disciplina específica no curso de graduação.

[24] Seria uma mudança metodológica que nada teria de inovador. Considerando a análise de Santos sobre a Geografia Quantitativa, "De acordo com Chisholm (1975, p. 26), as raízes da quantificação em geografia não residem nas estatísticas modernas, mas na arte e na ciência da cartografia." (p. 66). SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

[25] Refiro-me aos locais da superfície terrestre que constituem o lugar onde passei boa parte da infância e adolescência, e até então não tivera a oportunidade de localizá-los num mapa ou numa carta ou sequer visualizá-los por fotografias aéreas. Esses pontos correspondem à divisa do município de Canápolis com o de Centralina, no Estado de Minas Gerais.

[26] O senso crítico/reflexIvo a que me refiro foi desenvolvido, sobretudo, ao longo de toda minha formação no ensino básico na década de 1990, pois a geografia ensinada nas escolas, apesar de possuir uma herança neopositivista, era ministrada por professores cuja formação fundamentava-se na orientação crítica neomarxista, que naquela década proliferava a partir dos textos de muitos livros didáticos utilizados em sala de aula. Segundo Diniz Filho (2002) "Conceitos e teorias marxistas ocupavam um lugar central em praticamente todos os trabalhos de destaque produzidos entre o final dos anos 70 e primeira metade dos 80, de tal modo que, a partir dessa data, o marxismo tornou-se predominante em relação às demais correntes de renovação da geografia à época (...)". Também de acordo com Amorim Filho "Periódicos, livros didáticos, obras acadêmicas passaram a difundir as ideias-motrizes daquele paradigma. Na universidade, professores, projetos de pesquisa, recursos, publicações e muitos outros aspectos da vida acadêmica, começaram a ser avaliados tendo em vista critérios ligados à maior ou menor adesão ao paradigma dominante". A formação acadêmica veio por coroar a instrução marxista já obtida no ensino básico, pois boa parte da bibliografia utilizada pelos professores universitários em suas disciplinas da área humana era de base crítica, fincada no marxismo ortodoxo da Geografia Crítica. DINIZ FILHO, Luis Lopes. Certa má herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In. MENDONÇA, Inácio de Loyola Mendonça e KOZEL,

importância que eu mesmo atribuía às imagens verticais, como fontes reveladoras das histórias dos lugares, apesar da relevância de sua tecnologia e de seu uso numa pesquisa geográfica ou numa atividade didática de ensino, que comumente desenvolvia na condição de discente, em trabalhos avaliatIvos da faculdade, ou na condição de docente, quando trabalhei numa Organização Não Governamental (ONG) que oferecia cursos a pessoas carentes.

Entendi que as experiências materializadas nos locais de minha infância, não poderiam ser contadas integralmente em mapas, mesmo que tivesse acesso a uma fotografia aérea para cada dia que lá vivi. Se tivesse a oportunidade de analisar tamanha quantidade de imagens verticais (fotográficas), poderia chegar à constatação da existência de uma determinada lógica de transformação material da realidade, de como era a organização espacial do vilarejo e do seu entorno no dia em que vim ao mundo até a data em que acessei, pela primeira vez, as imagens de satélite e fotografias aéreas do Google Earth, num computador da Universidade. Tais imagens em nada poderiam revelar a riqueza das experiências sociais que lá se materializavam nas amistosas e também turbulentas relações de vizinhança, nos dilemas da falta de comida e da falta de emprego ou nas dificuldades das crianças e dos adolescentes que, sozinhos, costumavam pegar carona à beira das rodovias para ir até as cidades mais próximas com o objetIvo de pagar conta no banco ou fazer trabalhos escolares. Além dos mais jovens, era muito comum o vai e vem de adultos à beira das estradas, cotidianamente, sob o sol ou sob a chuva, acenando simpaticamente para cada veículo que passava na direção da cidade que se queria chegar, na esperança de conseguir uma carona[27].

Salete. (Orgs.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p. 81; e AMORIM FILHO, Oswaldo B. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué C.; GIL FILHO, Sylvio F. (Orgs.) **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem, 2007, p. 22.

[27] A distância até Canápolis-MG era de 7 Km e até Centralina-MG, 15 Km. A primeira cidade era mais frequentada pelos moradores do lugar onde vivi. Mas, a distância parecia não ser igual para todos, porque enquanto uns possuíam veículo próprio (caminhão, moto ou carro de passeio) para se deslocar até a cidade, outros utilizavam bicicletas ou aproveitavam o recurso da carona. O fato é que de veículo próprio o tempo de deslocamento era em torno de 6 minutos; de bicicleta era de 30 minutos, em média; e de carona, poderia variar de 10 minutos até três horas, em média, incluindo-se aí o tempo para chegar até o ponto de carona e o de lá ficar aguardando alguém que tivesse a boa vontade de fornecê-la. O fato é que, apesar da distância métrica ser praticamente a mesma para todos que moravam ali, a materialidade da desigualdade social, tão viva em minha experiência, quanto ao aspecto de uns possuir veículos e outros não, era o que fazia com que as cidades estivessem distantes ou próximas do entroncamento.

O acesso à cidade era sempre difícil para quem morava ali, naquele entroncamento de uma rodovia federal, dividido entre dois municípios territorialmente separados pela estrada asfaltada, e tão distante da cidade, conforme minha condição social assim determinava. Uma fronteira muitas vezes esquecida pela política pública, mas que sempre era lembrada em época de eleição como local adequado para realização de comícios e de festas eleitoreiras. Histórias que fazem parte de minha experiência social e são significativas para se entender o lugar muito além da precisão e das descrições cartográficas, que a partir de outro uso tais descrições poderiam ser apenas alguns dos instrumentos utilizados para se interpretar aquela realidade. Vamos colocar o mapa e o "olhar do alto" em seu devido lugar: no meio de um texto interpretatIvo qualquer, porque a representação cartográfica não é auto-reveladora de processos e lógicas temporais e espaciais. Há muito mais história no lugar além daquilo que objetivamente se pode mapear.

Enquanto hierarquia espacial, o Entrocamento[28], como era conhecido o lugar onde morei, passou à condição de distrito, recebendo o nome de Centralinópolis, numa certa ocasião eleitoreira, como uma junção dos nomes das cidades mais próximas, que eram Centralina e Canápolis (MG). Um mesmo nome foi atribuído a dois vilarejos que, apesar de serem um só, tornavam-se dois pelo motIvo de estarem divididos ao meio pelo limite territorial entre os municípios citados, cuja fronteira entre eles coincidia com a rodovia BR 153. Em toda minha formação de geógrafo e em toda a experiência em viagens pelo Brasil, ainda não tinha conhecido dois distritos de municípios diferentes que possuíam um mesmo nome. Mas isso não descarta a possibilidade de existência de vários na mesma condição. O fato é que essa situação poderia ser uma das peculiaridades que serviria como objeto de pesquisa geográfica naquele lugar.

Outras peculiaridades também seriam relevantes, tais como as doenças causadas pelo uso de água não tratada das cisternas e poços, o comércio informal à beira da estrada, a indecisão entre lá ser um espaço rural ou urbano, a existência de minifúndios e a concentração de terras por fazendeiros pecuaristas, a constante migração para a cidade, dentre outros temas. Em cada um é possível enxergar um subcampo da Geografia, como Geografia da Saúde, Geografia Econômica,

[28] O vilarejo ainda possui moradores, continuando a ser conhecido como entroncamento, localizado no Km 34 da rodovia BR 153, na fronteira entre os municípios de Canápolis-MG e Centralina-MG, na região do Triângulo Mineiro, onde se localiza um trevo que permite uma conversão para se percorrer a Rodovia MG 226, em direção à cidade de Canápolis.

Geografia Urbana, Geografia Agrária e Geografia da População. Essa é uma correspondência muito objetiva, prática e utilitária, principalmente para o geógrafo iniciante que deseja delimitar o tema e a dimensão teórico-empírica para a construção de um ensaio geográfico qualquer. Tal correspondência sempre me foi interessante pela sua praticidade, apesar de não ter consciência do quanto ela poderia influenciar na elaboração de uma pesquisa fadada a interpretar a realidade do alto, mesmo que a cartografia não fosse o procedimento mais sublime das vertentes apresentadas.

É possível que para cada vertente haveria um recorte de elementos da realidade, que poderiam explicar a razão de existência e também da forma de organização e dinâmica sócio econômica daquele vilarejo. Apesar de possuir poucos moradores e pequena extensão territorial, o distrito seria capaz de ser objeto de inúmeras pesquisas, pois em si é recheado de tantos temas quantas vertentes e disciplinas geográficas existam na atualidade. Foi assim que aprendi a classificar o espaço geográfico para investigá-lo, recortando-o empírica e teoricamente, com uma carga excessivamente positivista, de acordo com aspectos da realidade (econômicos, culturais, agrícolas, urbanos, etc.), que se aproximam ou se afastam de abordagens científicas especializadas (subcampos), entregando particularidades, "(...) fatos pessoais, incidentes de uma família, a um registro geral"[29], a um olhar do alto, que é muito limitado no modo de analisar a experiência social ou por ela explicar a realidade.

O que pretendo esclarecer é que, sob o enfoque dos diversos temas e vertentes, é possível que a dinâmica vivida pela população ali existente já seria capturada, primeiramente, a partir daquilo que ela produz no espaço, que se manifesta objetivamente na paisagem, e que esteja de acordo com o tema e a orientação conceitual previamente determinada. Tal objetividade, captada pelo olhar do pesquisador pode ser um fator propício à negação da experiência do sujeito pesquisado. É provável que o diálogo com o sujeito do lugar já estaria muito bem intermediado pelo interesse em obter informações sobre as doenças (Geografia da Saúde), as estratégias de geração de renda (Geografia Econômica), a história da infraestrutura urbana que lá existe (Geografia Urbana), a produção agrícola que exercem em terras arrendadas (Geografia Agrária), o movimento migratório pendular

[29] WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Op. Cit. p. 18.

ou definitIvo em direção às cidades (Geografia da População), e assim por diante, correndo-se o risco de desconsiderar a participação ativa dos sujeitos no direcionamento do diálogo, sendo eles alguém que poderiam desenvolver assuntos muito divergentes daqueles sugeridos pelo pesquisador e ainda poderiam trazer informações e reflexões que até contribuiriam significativamente para redimensionar os procedimentos metodológicos da pesquisa. Ao desconsiderar a participação ativa dos sujeitos no diálogo com o pesquisador, é provável que a fala desses sujeitos pesquisados seria utilizada como uma peça de quebra-cabeça, no qual a escolha do local para encaixe é um resultado de determinantes externos, que nesse caso poderia ser a falta ou abundância de dinheiro, a modernização agrícola, a precária infraestrutura urbana, a condição de não proprietário de terras, e assim por diante.

A importância do sujeito social numa pesquisa – considerando-o na dimensão do utilitarismo de correspondência entre vertente e aspecto da realidade – poderia ser igual ou inferior à relevância que as estatísticas governamentais lhe atribuem pelos números que o quantificam. Mesmo que alguns textos sobre os assuntos citados trouxessem as histórias dos sujeitos pesquisados, certamente ainda haveria uma distância entre teoria e realidade que poderia estar disfarçada no uso do relato de suas histórias pela transcrição das falas, que de tão minúsculas no texto, seria melhor varrê-las para o campo dedicado aos anexos, já que o importante não seria tratar do sujeito, mas de aspectos determinantemente recortados pelos interesses do pesquisador, conforme a vertente que ele se identifique, de modo a ignorar o que a experiência social dos sujeitos pesquisados poderia redimensionar conceitualmente suas opções teóricas. Dependendo-se da maneira como a teoria dialoga e recorta a realidade, é possível que os resultados de uma pesquisa reflitam um olhar do alto, reproduzindo sob outros termos a mesma distância empreendida por estudos sociais e econômicos que são baseados fundamentalmente na utilização de mapas e de imagens verticais.

É preciso que o pesquisador tenha a consciência da importância do diálogo com os sujeitos pesquisados, para que estes tenham uma participação ativa e efetiva no direcionamento da pesquisa. Algumas abordagens científicas, especificamente na Geografia, precisam ser repensadas em seus procedimentos. Não me refiro apenas ao positivismo, ao quantitativismo e à utilização de imagens do alto, porque estas orientações já foram bastante criticadas pela Geografia Crítica e pela Geografia Humanista ou Cultural. Refiro-me a abordagens atuais, de

vertentes cujos temas, inegavelmente, aproximam-se de uma ou de outra realidade a ser investigada, naquilo que já apresentei como correspondência objetiva, prática e utilitária. É assim que se pode compreender a correspondência entre a Geografia Agrária e os estudos do espaço rural. Essa não pode ser uma relação de determinação, como se aquilo que está localizado no espaço rural tenha de ser (e, somente ser) estudado pelas teorias da Geografia Agrária. E se os elementos contidos nos processos e lógicas temporais e espaciais do rural não corresponderem às teorias desta vertente? Ou mesmo se tais elementos e evidências empíricas forem contrárias a qualquer possibilidade de reformulação teórica da própria vertente escolhida, o que o pesquisador deve fazer? É diante desses possíveis impasses (questionamentos) que a minha experiência social tem sido trazida para o diálogo com a teoria, já que a escolha em estudar os assentamentos rurais de Ituiutaba-MG possuem uma estreita ligação com minha história de vida, a qual contém alguns elementos capazes de questionar os limites da teoria.

A experiência social pessoal que é sucinta e objetivamente apresentada no texto surge bem antes de qualquer contato com abordagens científicas e acadêmicas que explicam o rural. Compartilho da experiência de Williams de que relativamente “Antes de ter lido qualquer descrição ou interpretação das mudanças e variações das comunidades e formas de vida, eu as vi concretamente, em ação, com uma clareza inesquecível”[30], a partir do lugar onde vivi, que era um simples vilarejo rural e, depois, as presenciei como migrante, como sujeito que deixa o campo para conquistar novas oportunidades de sobrevivência na cidade grande. É difícil esquecer o campo, abandonar as experiências ali vividas, porque em cada círculo social onde me relaciono, no presente, eu encontro circunstâncias que me fazem lembrá-lo, seja na relação com pessoas pobres da cidade ou com parentes pobres que ainda vivem no campo sob condições adversas, mas que ainda lutam em circunstâncias muito similares às que vivi no campo para conquistar a sobrevivência. Desse modo, o lugar do passado conecta-se ao presente pela história impactando o espaço geográfico onde minhas experiências sociais são desenvolvidas, de modo que é impossível negar que nesta tese “(...) há sempre, por trás de tudo, um ímpeto, um engajamento pessoal”[31], de um modo parecido com que

[30] WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Op. Cit. p. 13.
[31] Idem p. 14.

Williams relata sobre seus estudos de “O campo e a cidade: na história e na literatura”.

As peculiaridades do lugar onde morei, situadas num contexto mais amplo de experiências comuns e compartilhadas socialmente num espaço, como parte da história de uma região, de um lugar ou de uma fronteira, nunca foram relatadas numa pesquisa científica e provavelmente nunca serão em seus pormenores, por mais interessantes que sejam para se entender a história de um Brasil rural, que nas décadas de 1980 e 1990 sofreu profundas mudanças. Certamente é porque não seja mesmo importante para alguns cursos da academia. Mas é a partir do movimento que existira naquele lugar, onde morei por treze anos, que o meu olhar sobre a realidade social que investigo começou a fazer sentido, principalmente quando reconheço a importância da experiência e da fala dos sujeitos como ponto mediador e direcionador do arcabouço teórico-metodológico.

Os textos que abordam o rural e a questão agrária, e mais especificamente sobre assentamentos rurais em nosso país[32], passaram a ser lidos e interpretados por mim, considerando-se a minha experiência de vida no campo, que me ajudou a perceber como a experiência social é subsumida em conceitos e processos espaciais e históricos de uma realidade enquadrada na teoria, para a qual não desejo “entregar fatos, incidentes de uma família” e tantas outras particularidades vividas socialmente. A discrepância entre minha experiência social do rural e a

[32] Dentre as obras mais clássicas que tratam do rural e da reforma agrária, lidas na formação acadêmica, com as quais dialoguei a partir de minha experiência social é possível citar: ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1993; SILVA, José F. Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia** (UFMG). Belo Horizonte-MG. v. 7, n. 1, p. 43-82, 1997; FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000; _____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001; GARCIA, Afrânio e PALMEIRA, Moacir. Rastros de Casas Grandes e Senzalas: Transformações Sociais no Mundo Rural Brasileiro. In.: I. SACHS, J. Witheim e P. S. Pinheiro (Orgs.). **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; GEORGE, Pierre. **Geografia rural**. São Paulo: Difel, 1982; GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985; _____. Mas, qual reforma agrária? **Reforma Agrária**, 17, (1), abril/julho, 1987; GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 20 ed., 1985; KAGEYAMA, Ângela. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In.: **Agricultura e Políticas Públicas**. DELGADO, Guilherme C; GASQUES, José G. e VILLA VERDE, Carlos M. (Orgs) Brasília: IPEA, 1990; 113-223 (Série IPEA, 127); KAUSTKY, Karl. **A questão agrária**. Trad. C. Iperoig. 3ª ed. São Paulo: Proposta, 1980; MARTINS, José de S. **Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. _____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986; PRADO JR. Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. STÉDILE, João P. (Org.) **A questão agrária hoje**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994; VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

abordagem dos autores citados na nota de rodapé deve-se ao fato de que em suas obras a experiência é observada do alto[33]. Apesar de elas conterem estudos de enfoque social, a experiência social não é o elemento mediador e direcionador da teoria. No meu entendimento, não basta ter uma abordagem social se esta não vem acompanhada da valorização da experiência dos sujeitos da/na pesquisa. Esses dois termos juntos percorrem um itinerário, cujo ponto de partida encontra-se fora da Geografia[34], e esse certamente seja o motIvo de estarem desconectados entre si nas produções mencionadas.

A angústia de se interpretar um texto que não trata da experiência social – como frequentemente ocorreu durante o curso de graduação[35] –, seja ele sobre o rural ou o urbano, foi sendo suprimida pela possibilidade de uma pesquisa a respeito de um tema específico do espaço rural. Não bastava apenas perceber a ausência de experiência social na produção científica dos textos geográficos, ainda mais que isso se dava num confronto entre experiência social pessoal e texto científico. Era preciso fundamentar teoricamente que a constatação não era ingenuamente um anseio pessoal desconexo da realidade. Foi relevante entender, em primeira instância, o que regia metodologicamente a realização de pesquisas e confecção de textos ausentes de experiência social. Essa necessidade permeou toda uma formação e uma busca por outras leituras, que pude encontrar fora da Geografia, na crítica literária de Raymond Williams e na história social de Edward P. Thompson[36].

---

[33] É possível analisar as obras mencionadas na nota de rodapé anterior a esta considerando um esquema geral que não chega efetivamente na maneira como os sujeitos do campo pensam e vivem as realidades das políticas públicas e da ação do capital, de modo que os argumentos de análise da realidade tratam da ação do capital – como sendo um dos aspectos centrais da análise –, da atuação dos movimentos de luta pela terra – e de suas lideranças, em alguns dos trabalhos – e das políticas públicas que mais atendem ao interesse do capital. Dessa maneira, as produções mencionadas, que são uma base importante para os estudos agrários geográficos, fundamentam-se nos aspectos produtivistas e economicistas da realidade, os quais permeiam a atuação dos sujeitos do campo, das políticas públicas e da ação do capital, desenvolvendo, de acordo com meu entendimento, uma interpretação da realidade pela visão do "alto", já que não aborda ou alcança, efetivamente, os sujeitos reais e concretos que vivem tais processos conforme suas experiências contidas em seus modos de vida.

[34] Para relembrar, esse termo Experiência Social é utilizado dentro da linha de estudos da História, denominada de História Social, especificamente pelos intelectuais da Nova Esquerda, como Edward P. Thompson e Raymond Williams, numa correlação com o que se entende enquanto cultura.

[35] Esse período vai de 2001 a 2003, quando me matriculei e participei como aluno das disciplinas Teoria e Método da Geografia e Geografia Rural.

[36] Refere-se às obras lidas e discutidas na disciplina Trabalho e Representações e na disciplina Cultura, Espaços e Sociabilidades, ministradas no curso de Mestrado e Doutorado em História, respectivamente, na Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 2011, quando foram analisadas as obras de WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979; THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (Org.)

Numa segunda instância, abateu-me o desafio de fazer diferente, dando-se foco à experiência social dos sujeitos, num diálogo teórico interdisciplinar, em que o trabalho geográfico e o texto também deveriam aparecer como resultado de um diálogo profícuo entre teoria e empiria.

Durante o desenvolvimento da pesquisa foi inevitável desembaraçar minha experiência de vida do raciocínio científico, como já mostrei ao escrever sobre engajamento pessoal. Fundiram-se de tal maneira que os caminhos escolhidos para investigação passaram a ter um caráter singular, numa escrita, que penso eu, movimenta-se sempre no sentido da interpretação de minhas opções sobre o que li, vi, ouvi e falei em consonância com a teoria, de um movimento que ergue de baixo para cima e não do olhar do alto para baixo. Outro movimento caracteriza-se pela fuga na direção contrária ao que resolvi caracterizar como a egogeografia ou egohistória[37], de modo que, mesmo relatando com detalhes a minha forma de se posicionar perante as fontes teóricas e empíricas, a interpretação da realidade me inseriu na produção da tese enquanto sujeito atIvo sem que a ação do pesquisado, também visto como sujeito da pesquisa[38], fosse anulada em detrimento de minha história de vida. Conforme nos aponta Baitz "Os detalhes obtusos de como se dá a pesquisa ou sobre como se age no campo arregalam os olhos de muitos amigos, que parecem até hoje desconsiderar como a política e as linguiças são feitas"[39]. Certamente seja assim para muitos geógrafos que leem a breve apresentação de minha experiência pessoal. Ela adquire uma relevância neste texto no momento em

---

NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sérgio. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. _____. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Op. Cit.

[37] Estes termos foram conhecidos a partir da leitura do texto de BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 25-50, 2006, em que o autor tece críticas interessantes à maneira tradicional de se fazer ciência, na qual determinadas peculiaridades não são consideradas importantes, mas que deveriam. A egogeografia e, por extensão, a egohistória, relacionam-se à ideia de implicação em seu texto, no sentido de que a "(...) ciência e o conhecimento não são neutros (...), pois implicar-se é estabelecer uma relação muito íntima com o objeto, sem se remeter à noção de distância tradicional". (p. 37 e 40) A relação entre egogeografia, egohistória e implicação é de que a proximidade do pesquisador com o objeto não significa necessariamente a produção de uma pesquisa na qual seja valorizada apenas a história pessoal do próprio pesquisador, mesmo que ela apareça como importante no texto. A implicação é uma consciência do papel dessa proximidade que não deve conduzir o pesquisador a uma egogeografia ou egohistória, mas ao claro entendimento das implicações de seu conhecimento e de sua história nas escolhas conceituais, na leitura da realidade e nos resultados gerais da pesquisa.

[38] A ideia de considerar o pesquisado como sujeito da pesquisa está fundamentada nas análises sobre o trabalho de campo tecidas no artigo de SANTOS, R. J. Pesquisa Empírica e Trabalho de Campo: Algumas questões acerca do conhecimento Geográfico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia/MG, v.1, p. 111-129, 1999. Ao longo da tese que desenvolvi é possível compreender, analisando-se a direção da pesquisa, como o pesquisado é elevado à condição de sujeito.

[39] BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? Op. Cit. p. 35.

que constata a ausência da experiência em determinadas produções que parecem estar ali objetivamente postas como práticas e utilitárias à aplicação de certas teorias a determinados temas e problemas empíricos. A experiência de vida do pesquisador torna-se, então, uma informação que não pode ser ignorada.

E são os detalhes obtusos que muitas vezes direcionam as escolhas numa pesquisa. Como nos aponta Claval "(...) o espaço estudado pelos geógrafos, o da vida humana, não é o quadro vazio dos geômetras (...)" e, se "nos pudéssemos mover num meio livre, as deslocações far-se-iam sempre em linha reta, pelo caminho mais curto"[40], porém, nós pesquisadores, somos sujeitos da história e também temos experiência, assim como os sujeitos pesquisados, e, por isso, não estamos inseridos num quadro vazio. O pesquisador é também orientado pelo espaço em que se move, e ao considerar os elementos direcionadores de seus movimentos na pesquisa, é impossível pensar que o tema, a problemática, a metodologia e os objetIvos tenham sido concretamente moldados apenas pela sua formação intelectual/acadêmica, num estado puro, como se o seu olhar tivera sido purificado de toda e qualquer impureza da experiência de se viver neste mundo. Até mesmo as escolhas do quê e de como pesquisar não podem ser esquadrinhadas num movimento retilíneo, cujo orientador exclusIvo tenha sido o conteúdo teórico de todos os livros lidos na academia. Certamente, sem a experiência social vivida no meio rural[41], "(...) reexaminar o velho material há muito recolhido e fazer novas perguntas (...)"[42] teria sido uma tarefa praticamente impossível, além de que estaria muito mais sujeito a "entregar fatos pessoais, incidentes de uma família, a um registro geral", sem utilizar qualquer crítica mediada pela experiência.

Ao longo do caminho de leitura da realidade, as experiências sociais do pesquisador e dos sujeitos pesquisados também foram aproximadas, e, de uma forma inevitável, a realidade empírica foi repensada. Porque a experiência social do pesquisador não é utilizada somente para reexaminar a teoria e questioná-la quanto aos seus limites de se olhar a realidade do alto. Ela também está numa implicação direta na maneira de observar outras experiências que também podem ser

[40] Ambos os trechos estão no livro CLAVAL, Paul. **A nova geografia**. Op. Cit. p. 24.
[41] Como experiência "externa" à academia ela só comparece na pesquisa por conta do engajamento, para relembrar o trecho "E os cientistas engajados são aqueles que mais tendem a usar sua experiência "externa" no trabalho acadêmico." HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. Op. Cit. p. 194.
[42] Trecho retirado do livro THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Op. Cit. p. 234, especificamente no capítulo em que o autor faz uma releitura dos textos dos folcloristas a partir de perguntas até então não realizadas pelos historiadores.

classificadas como pertencente aos de “baixo”. Efetivamente, o modo de apreendê-las como material empírico se dá na relação entre experiência vivida pelo pesquisador que, obrigatoriamente, moveu-se numa conexão direta de crítica à teoria e, por sua vez, adentrou à realidade pesquisada como forma de seleção ou recorte, de estranhamento, de diálogo com os sujeitos escolhidos, voltando-se novamente a pensar a teoria. Sendo assim, tornou-se necessário apresentar o modo como a interpretação da realidade foi sendo gestada na relação entre experiência social do pesquisador e dos sujeitos pesquisados, e como essa relação proporcionou uma leitura pelo olhar de “baixo”, daqueles que vivem a realidade conforme suas experiências sociais.

1.2 – Experiências sociais em diálogo: encontro entre pesquisador e sujeitos pesquisados

> (...) todo mundo queria estudar e nós não queríamos parar... Ah, não... Como é que vai fazer? Aí eu fui na prefeitura e conversei com eles se eles me contratavam pra eu continuar dando aula. E eles me contrataram. Eles deram transporte até pro Brasil Alfabetizado. Deram transporte, e depois, quando eu continuei, também eles continuaram dando transporte. (...) Mas surgiu concurso e eu prestei o concurso. E passei no concurso. (...) É um trabalho difícil porque é... Aqui eu sou professora, diretora, a merendeira, quem vai atrás dos alunos, de casa em casa. Então, tudo passa pelas minhas mãos.[43]

O sujeito que mora no campo e que percorre diariamente caminhos que o levam à terra de trabalho possui uma admirável sensibilidade para a observação dos acontecimentos que o cercam, sobretudo para perceber o movimento da natureza. O caminho que ele percorre de sua casa até a área de cultIvo pode ser sempre o mesmo, segundo o ponto de vista da localização geográfica. Mas quando se trata do ponto de vista de sua travessia, é possível enxergar um novo caminho traçado sobre a velha estrada, cujo principal suporte residual que ela empresta é o componente

[43] Trecho de entrevista concedia pela Sra. Maria de Cléofas (56 anos), moradora do P.A. Engenho de Serra, no dia 25/10/2014. Ela atua como professora no curso de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), que é subsidiado pela prefeitura municipal de Ituiutaba. Os alunos e alunas são todos moradores do próprio assentamento e também de assentamento vizinhos.

geográfico da localização. Na caminhada existe uma leitura peculiar da realidade, cuja singularidade está associada ao tempo e ao espaço vividos pelo sujeito do campo.

São raros os movimentos que passam despercebidos aos seus olhos. O canto do pássaro, quando omitido em certas ocasiões, possui um significado específico, cuja importância de percebê-lo ausente só faz sentido quando inserido numa análise conjunta com outros elementos que fazem parte dos saberes sobre a natureza. Noutra parte do caminho, em direção ao cultIvo, as marcas no chão, deixadas por animais de hábitos noturnos, pode revelar ou não uma possibilidade de ameaça ao plantel de pequenos animais domésticos. Em determinados dias chuvosos, a umidade do solo da estrada gruda como cola nas solas das botinas, contribuindo para a decisão do lavrador sobre qual atividade deverá executar na lavoura ou se a insistência da chuva o obrigará a voltar para casa, tendo que adiar o serviço para o dia seguinte. A cada dia uma nova estrada, porque novos elementos sempre surgem na paisagem. Mesmo sendo minúsculos ou ocultos aos olhos de qualquer pesquisador, eles integram o conjunto de experiências e vivências que dão sentido à vida do homem que conhece as dinâmicas da natureza e delas se utiliza para cultivar a terra.

Consideremos agora outra possibilidade, aquela na qual o caminhante não é cultivador, nem sequer aprendeu a observar os ciclos da natureza para correlacioná-lo às necessidades da agricultura, mas caminha pela mesma estrada onde o cultivador deveria estar presente. A paisagem apresenta a esse novo caminhante outras possibilidades de trabalho, porque foi capaz de enxergar os movimentos que eram ocultos ou mesmo sem importância aos olhos do cultivador. A partir da estrada ele também viu outra trilha que poderia percorrer até a terra de trabalho, não sendo mais a estrada do cultIvo o único caminho de ida e volta de seu cotidiano. O ato de não enxergar os mesmos elementos que o cultivador, não era mais um fardo à sua produção dos meios de vida, pois um novo caminho e uma nova terra passaram a ser explorados com outras habilidades.

A maneira como o cultivador e o não cultivador observam a paisagem, ao percorrerem a estrada de trabalho, sugere que eles possuem experiências diferentes nos modos de viver e de trabalhar no campo. O primeiro sujeito, que é mais interessado e disposto ao cultIvo da terra pode ser facilmente associado ao produtor rural, de modo que sua presença no campo não é nenhuma situação fora de lugar

ou de contexto, principalmente para quem aprendeu associar o agricultor ao espaço rural. O problema de realizar essa associação é quando ela vem acompanhada de um tipo de determinação, que tende a excluir aqueles que não são cultivadores ou que, mesmo possuindo pequenos cultIvos, não dependem exclusivamente da produção agrícola para sobreviverem no campo, e por isso estariam fora de contexto.

Apesar de já ter lido sobre a existência de um novo rural brasileiro[44], que é caracterizado pela presença de atividades não agrícolas no campo, sempre foi difícil abandonar a ideia de que o homem do campo tem que ser um produtor de mercadorias agrícolas, o que me levava a pensar que se o sujeito tem terra é para nela produzir e dela retirar o seu sustento. Considero que esse tipo de determinação possui duas raízes fundamentais. A primeira se deve ao fato de que minha experiência de vida no campo esteve sempre associada a uma realidade na qual a terra era utilizada para atividades estritamente agrícolas. Essa maneira de ver o rural continuou sendo consolidada no período em que vivi na cidade, pois quando me relacionava socialmente com alguém do campo, geralmente era ele um sujeito cultivador da terra. A segunda raiz emana da não identificação com a literatura acadêmica associada ao rural. No que se referia à existência de um novo rural brasileiro, este poderia até existir, mas ainda não era uma realidade específica dos assentamentos rurais que eu vinha pesquisando na graduação[45].

Associar o sujeito do campo à produção de mercadorias agrícolas era uma determinação arriscada na pesquisa, porque segundo essa relação, era muito mais adequado entrevistar apenas os que estariam dentro desta tipologia de produtor. Os demais que nela não se enquadrassem seriam exceções sem importância. Outras possibilidades de sobrevivência no campo, segundo meu entendimento, seriam quase que uma forma irregular de vida, um desvio padrão, cujo determinismo espacial que em mim foi inculcado sutilmente pela experiência de vida, tornara-se um entrave na forma de se perceber e até mesmo de aceitar a realidade investigada.

---

[44] Refiro-me especificamente à obra de SILVA, José F. Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia** (UFMG). Op. Cit.

[45] Relembro aqui da pesquisa de Iniciação Científica, dos projetos que compunham o Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária do Triângulo Mineiro (PACTO/MG/TM), que foi desenvolvido entre maio de 2004 a abril de 2006 pela Universidade Federal de Uberlândia nos seguintes assentamentos: Projeto de Assentamento Rio das Pedras e Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, localizados no município de Uberlândia-MG e Projeto de Assentamento Bom Jardim e Projeto de Assentamento Ezequias dos Reis, localizados no município de Araguari-MG.

O cultivador não poderia ser, então, o único sujeito a percorrer a estrada e nem mesmo o único a colaborar na produção desta tese.

As primeiras visitas[46] às residências familiares foram importantíssimas para delinear a maneira de como dialogar com a realidade, considerando-se a minha experiência e a experiência dos sujeitos pesquisados. Foi pensando em dois perfis de moradores que elaborei o questionário com perguntas abertas[47], como sendo um roteiro necessário à condução do diálogo com os entrevistados. Em primeiro lugar pensei que encontraria os assentados que lá estavam desde o acampamento e que, por não venderem o lote, seriam os que mais conheceriam sobre a terra, de como trabalhar nela e dela conquistar os meios de vida, podendo este ser equiparado à figura do cultivador, narrado anteriormente. Outro perfil seria o do comprador do lote, que além de saber cultivar a terra, comparando-o aos primeiros assentados, possuía mais recursos de investimento para se produzir no lote. Seriam esses dois tipos de sujeitos, aqueles que conseguiriam se manter na terra conquistada, especificamente por serem produtores rurais, cultivadores da terra.

De fato, a preferência em entrevistar os primeiros assentados foi concretizada e algo importante aconteceu para testar o questionário e ao mesmo tempo refinar o meu diálogo com a realidade e demolir a associação rígida entre espaço rural e produção agrícola. Entrevistei uma família cuja forma de se manter no lote dissonou do perfil de assentado que esperava encontrar. Enfim, havia me deparado com sujeitos que, ao percorrerem a estrada que leva à terra de trabalho, foram capazes de enxergar outras possibilidades de se viver no rural com profissões – segundo meu entendimento – que são específicas da cidade.

Enquanto o esposo exercia a profissão de mecânico e eletricista, a esposa Maria de Cléofas, cuja fala encontra-se no início deste tópico, dedicava-se ao exercício da docência, ministrando aulas de alfabetização para jovens e adultos, na condição de professora efetiva do município. De certo modo, não seria muito adequado deixar que a pesquisa e seus procedimentos em campo fossem remodelados por apenas dois perfis de moradores (primeiro: assentados que desde o início participaram do acampamento; segundo: compradores de lotes que foram assentados). Caso considerasse apenas os dois perfis, o diálogo com a realidade

[46] Considero como primeiras visitas os diálogos gravados em que entrevistei formalmente uma família moradora do Projeto de Assentamento Divisa e outra do P.A. Engenho de Serra, durante os dias 24 e 25 de Outubro de 2013.
[47] O questionário encontra-se no anexo A.

seria exclusivamente uma orientação fundamentada em minha experiência e na rigidez de se pensar o sujeito rural apenas como cultivador da terra e produtor de mercadorias agrícolas. Logo, seria impensável a existência de moradores cujas alternativas de geração de renda não estivessem ligadas ao cultIvo da terra, bem como também seria complicado analisar os sujeitos além das determinações econômico-produtivas.

A peculiaridade encontrada (dos assentados que sobreviviam sem depender exclusivamente do cultIvo da terra) alertou-me sobre o risco de tangenciar o sujeito em sua complexidade de experiências, pois se em minha visão a terra é para trabalho, sobretudo a terra da Reforma Agrária, certamente, os que nela não trabalham diretamente, não possuiriam as características relevantes à minha pesquisa. Ora, a relação que os moradores dos assentamentos estabelecem com a sociedade não é exclusivamente ditada pelos desígnios do saber ou não saber cultivar a terra. Existem outras formas de relacionamento que extrapolam a minha estreita visão de que o caminho e os seus elementos tenham que ser sempre percebidos de uma mesma maneira: pela versão daquele sujeito que sabe cultivar a terra.

Os assentamentos rurais que pesquisei não são constituídos apenas de sujeitos que interpretam os ciclos da natureza da mesma maneira, nem sequer percorrem certos caminhos observando os mesmos elementos. Isso me conduz a duvidar do que podemos classificar enquanto rural ou urbano, o que não é especificamente objeto de minha tese. Ao menos me fez pensar que o termo espaço rural ou campo, em sua concretude, está longe de ser um lugar homogêneo, seja pela trajetória dos sujeitos que aí vivem ou pelos usos e apropriações que fazem da terra, pois o espaço geográfico possui existência a partir da sociedade, ou seja, sem uso e apropriação fica difícil diferenciar rural de urbano.

No início do século XXI tem-se tornado cada vez mais desafiador associar o termo rural ou campo a um grupo de pessoas cujas trajetórias e experiências de vida possuam uma estreita relação de origem e semelhança, principalmente no que se refere à experiência de se viver no campo e dele sobreviver. E esse desafio está muito bem materializado nos assentamentos de Reforma Agrária, onde encontrei sujeitos que vieram de vários lugares, com diversas formações, profissões, expectativas e objetIvos. O objeto de investigação que procuro definir está

primeiramente constituído desses sujeitos, cujas experiências sociais remontam a realidades que se relacionam dialeticamente no tempo e no espaço.

Ao ampliar o grupo de sujeitos que deveriam ser investigados e valorizados na pesquisa (incluindo-se os não cultivadores), tive a possibilidade de realizar um diálogo muito promissor com a realidade, porque foi através dela, das experiências dos diversos sujeitos sociais, que algumas das amarras e dos nós do pensamento foram sendo desfeitos. Aqueles sujeitos da pesquisa realmente eram diferentes na maneira de viver, mas apesar das formas diversas de obter renda, estavam ali, e de alguma maneira também compartilhavam experiências comuns, que extrapolavam a condição de vida fixa e estática que minha experiência vivida tendia a construir e reconstruir como modelo de referência de sujeito. Afinal, o encontro entre experiências do pesquisador com aquelas dos pesquisados deveria, necessariamente, produzir algo novo, justificando que a experiência dos sujeitos pesquisados não era, segundo nenhum parâmetro, menos importante que a experiência do pesquisador.

Portanto, o diálogo com a realidade tornou-se fundamental para se repensar o modo pelo qual a empiria seria conduzida nesta pesquisa científica. Porque não seria suficiente apenas tangenciar a teoria (lembrando aqui que o capítulo propõe a Geografia das Experiências Sociais), tentando reelaborá-la sob os desígnios de uma experiência social circunscrita ao território de vivência do pesquisador, se todo esse esforço não estivesse submetido ao peso do que a realidade tem para oferecer tanto para a experiência do próprio pesquisador quanto para algumas teorias específicas, que serão adiante mais sistematicamente questionadas. E isso implica em repensar não apenas a maneira pela qual se está observando e interpretando os sujeitos da pesquisa, mas, também, gera a necessidade de analisar o modo pelo qual irei me aproximar deles, afim de redimensionar e ampliar as análises para além do terreno econômico-produtIvo e de delimitar qual será o caminho por onde transportarei suas experiências até o espaço da produção científica. Logo, torna-se imprescindível repensar a lógica na qual o trabalho de campo será desenvolvido, bem como apresentar qual é o seu papel na valorização de determinados processos reais e concretos da realidade e como ele pode direcionar a teoria.

1.3 – Interpretações do silêncio e leitura a contrapelo no trabalho de campo

> Aproximar-se demais do objeto, tornar-se parte dele, deixar-se invadir pela pesquisa são posições condenáveis ou impeditivas pelo método científico tradicional. (...) A cientificidade clássica tem respostas prontas: por seus estatutos, o ideal a ser feito seria confiar o estudo a algum parceiro, que por manter a distância necessária, analisaria melhor a situação, realizando um parecer legítimo da cientificidade.[48]

O termo laboratório parece ser muito adequado à ideia de cientificidade, especificamente porque é bastante utilizado noutras áreas das ciências, principalmente por aquelas que possuem meios para criar um ambiente no qual possam ser realizados experimentos comprovadores ou refutadores de uma hipótese qualquer. Quando se manipula objetos, coisas sem vida ou sem vontade própria, a comprovação empírica parece depender do arranjo e da dinâmica no qual o pesquisador, com sua formação e experiência, empreende ao conjunto de elementos e de instrumentos que compõem o laboratório. Para se ver aquilo que não apareceu objetivamente no resultado de uma experiência, pode-se manipular os objetos e repetir, quantas vezes forem necessário, a experiência, a fim de se obter novos resultados.

Porém, o laboratório[49] que me proponho interpretar está longe de possuir a condição de um objeto constituído de coisas sem vida, cujo movimento dependa exclusivamente da sábia ação do pesquisador e, nem sequer, é passível de ser denominado de laboratório. O espaço constituído como área de estudo possui uma dinâmica que independe de minha vontade para ordená-lo e organizá-lo conforme meu interesse, porque é movimentada pela ação e presença de pessoas que se relacionam constantemente. Por isso, para se estudar esse objeto a experiência do pesquisador é indispensável, seja para qualquer laboratório, ainda mais quando sua organização (nesse caso do espaço de estudo) não foi empreendida segundo a vontade de quem o investiga, como é o caso da realidade social constituída de pessoas, espaço, história e dinâmica cultural. É impossível não aproximar-se demais de um espaço de estudo com essas características (contrapondo-se à citação de

[48] BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? Op. Cit. p. 27.

[49] Na visão de alguns autores o laboratório da geografia é um espaço diferente do território específico do trabalho de campo, podendo-se às vezes ser o mesmo espaço do gabinete. Essa visão pode ser encontrada em VENTURI, Luis Antonio Bittar. O papel da técnica no processo de produção científica. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 69-76, 2006.

Baitz no início deste tópico), ainda mais que para conhecê-lo é preciso relacionar-se com ele. Nessa relação, coisas, pessoas e situações desconhecidas podem surpreender o prévio conhecimento do pesquisador sobre o que é estudado, como foi o caso da presença de pessoas cujas formas de produzir os meios de vida não correspondiam ao perfil de sujeito que se esperava unicamente encontrar nos assentamentos pesquisados.

A realidade que pesquiso sempre me reservou muitas surpresas – considerando o que era diferente e até exótico conforme a minha experiência. O mais difícil sempre foi incorporar à investigação algo que estava fora de um padrão de meu conhecimento. À medida da realização dos trabalhos de campo, os objetos foram aparecendo fora do lugar imaginado, como era o caso da existência de uma escola de alfabetização de jovens e adultos subsidiada pela prefeitura e localizada no interior de um assentamento[50]. Do mesmo modo enxergava com desconfiança e surpresa, lá na paisagem, os grandes tratores[51], que pertenciam à prefeitura, arando terras nos assentamentos. Até então, as informações obtidas junto a algumas famílias assentadas, era de que as reivindicações junto à prefeitura nem sempre eram atendidas de acordo com as necessidades relacionadas ao plantio, colheita, manutenção de curvas de nível, de estradas e de bolsões, além de outras precisões[52].

Em determinadas conversas informais sempre se queixavam de que a prefeitura não tinha maquinário suficiente para atender à solicitação dos assentamentos, reproduzindo a mim a resposta, que segundo eles era dada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ituiutaba. Mesmo quando enviavam algum trator até o assentamento, ele sempre chegava numa

[50] A escola que menciono está localizada no lote 08 do assentamento Engenho de Serra, sendo a mesma escola na qual a Maria de Cléofas H. D. Silva é professora. O fato de pensar essa escola fora do lugar justifica-se pelo contexto no qual o Brasil diminuiu os investimentos em escolas no campo, nas últimas décadas, conforme nos aponta..., concentrando-se os investimentos em educação no perímetro urbano. Também levo em consideração as histórias contadas pelas famílias assentadas sobre a resistência da prefeitura em fornecer transporte escolar para os alunos assentados na época de criação dos projetos de assentamento, por volta do ano 2000.

[51] Num trabalho de campo realizado entre os dias 28 a 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2013 constatei a presença de tratores da marca New Holland TM 7010, pertencentes à prefeitura, conforme adesIvo estampado na parte da frente da máquina. Os dois tratores estavam realizando um trabalho de arado e de construção de curvas de nível em alguns lotes do Assentamento Engenho de Serra.

[52] Esses desencontros foram estudados e são apresentados em minha dissertação de mestrado, catalogada como CRUZ, Nelson Ney Dantas. **A reprodução do lugar e o desafio de permanência nos lotes da reforma agrária**: Assentamento Divisa – Ituiutaba-MG. 2008, 272 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

época em que não mais seria interessante arar o chão para o plantio, pois o período de chuvas já estava se encerrando. O desencontro entre necessidades das famílias assentadas e a participação da prefeitura sempre foi um assunto muito comentado durante os trabalhos de campo. O que pensar, então, dos tratores no assentamento e da existência de uma escola rural mantida pela prefeitura e dirigida por uma pessoa do próprio assentamento? Eram, no mínimo, situações e objetos fora do lugar, porque segundo minha experiência, considerando-se os trabalhos e pesquisas em assentamentos, maquinário da prefeitura não poderia estar ali, e os assentados que moram na terra deveriam gerar renda unicamente pelo cultIvo. Ao menos, essa forma de pensar, caso fosse concretizada na prática, alimentaria em mim a ideia de que beneficiário da Reforma Agrária mantém uma relação com poder público a partir de uma incessante luta, dia a dia, a todo o momento, com os órgãos governamentais, que nem sempre os atende conforme suas expectativas e necessidades. Era esse embate ininterrupto que sempre desejei encontrar na paisagem geográfica, pela qual observava a experiência das famílias pesquisadas. Mas, de um embate circunscrito aos limites das relações econômico-produtivas.

Diante dessa paisagem, que estava sempre em movimento, o que me restava era colocar minha experiência e a teoria em diálogo com a realidade, com o objetIvo de atualizá-las para modificar a orientação estática que reinava nos modos de observar a experiência dos outros. Se noutros tempos a prefeitura não fornecia maquinário para preparação da terra, conforme a necessidade do assentado, é porque as experiências sociais, daquele momento, quando tive contato com os moradores do assentamento, não haviam se traduzido em conquistas efetivas junto à prefeitura[53]. Ao pensar o trator e a escola como objetos fora do lugar, o que se manifestava em meu entendimento era o ranço “cozido e recozido” de teorias que engessam o espaço a partir de relações pré-estabelecidas e institucionais em que o sujeito social é desprovido de ação ou de reação consciente perante os interesses maiores que regem essa sociedade[54]. Assim, tornava-se difícil desenterrar o sujeito das relações teoricamente determinadas e determinantes, traduzidas pelos limites

[53] Esse período no qual estabeleci contato com as famílias assentadas e pude constatar a deficiência da prefeitura, em atender as necessidades de preparação da terra para cultIvo, é compreendido entre o ano 2000 e 2008, quando concluí minha dissertação de mestrado, já citada na nota de número 34.

[54] Refiro-me às teorias situadas no contexto da Geografia Crítica, de uma vertente anglo saxônica, que comungava de concepções advindas da ortodoxia marxista, de que o “(...) espaço constitui um reflexo da sociedade, uma instância determinada pelas leis de funcionamento do modo de produção capitalista (...)”, conforme está na obra de DINIZ FILHO, Luis Lopes. Certa má herança marxista: elementos para repensar a Geografia Crítica. Op. Cit. p. 78.

de certas definições conceituais, nas quais existiam enquanto sujeitos e com as quais enxergava suas experiências.

Se algo na realidade parecia ter se transformado com o tempo, seria importante constatar e entender o movimento que gerou a transformação de uma relação institucional, que era sempre narrada pelo desencontro de interesses. Entretanto, tenho cuidado em não me empolgar com aquilo que vejo. Gostaria de ter a capacidade de modificar certos elementos da paisagem, como num jogo de xadrez, para saber o que acontece com a realidade. Ora, nosso trabalho enquanto pesquisadores não é como o do enxadrista, que prevê o máximo as consequências de se mover uma peça durante o jogo. Nos momentos de trabalho de campo não estamos na condição de mover muitas peças. Na realidade, o trabalho pode ser o inverso disso. Diante de um jogo que não se encerra, o papel do pesquisador é o de entender as jogadas que foram feitas e as que estão sendo realizadas, tentando incluir na paisagem as peças que ele não viu se mover. As peças não estão mais lá, visivelmente, na relação do presente, mas deram um movimento que ainda se mantém vigoroso na paisagem que analisamos.

Significa dizer que o geógrafo está imerso num espaço em movimento (objeto de investigação), onde os acontecimentos não são planejados ou manipulados por ele, conforme suas vontades e necessidades, porém, são vistos a seu modo e de acordo com a interpretação que ele faz entre teoria e realidade, considerando-se a participação ativa dos sujeitos pesquisados. E a maneira como ele vai a campo – utilizando-se de um conjunto de técnicas[55], de instrumentos de trabalho que são portáteis, eletrônicos, impressos, com tecnologias próprias de seu tempo[56], além de carregar dentro de si alguns saberes necessários à utilização do material de trabalho – tem a sua importância na pesquisa, porque registram evidências de que movimentos e processos estão em curso.

[55] "Num sentido mais amplo, as técnicas e os instrumentos desenvolvidos pelo Homem representam a extensão e o aprimoramento de todos os seus sentidos. Ajudam-no a ouvir o inaudível, enxergar o invisível; permitem-lhe acessar o inatingível e comunicar-se entre distâncias e as velocidades inimagináveis. Sobretudo, o uso de técnicas e instrumentos permite ao homem prever o imprevisível e medir o que a mente humana percebe apenas de forma intuitiva.", conforme nos explica VENTURI, Luis Antônio Bittar. O papel da técnica no processo de produção científica. Boletim AGB 1984,

[56] Conforme nos aponta BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? Op. Cit. p. 26. As técnicas e tecnologias de nosso tempo possuem uma raiz histórica nos procedimentos analíticos, "(...) que em sua tentativa fugaz de desvendar o mundo, "esquartejou-o" para que houvesse partes a analisar." Cabe a nós articularmos tais técnicas e tecnologias ao contexto dinâmico de nossa interpretação sobre a realidade.

A percepção que o pesquisador tem da realidade, como parte ativa e complementar de se posicionar perante as fontes e os sujeitos, integra o conjunto de instrumentos atemporais, que sempre existiram, apesar de que sua utilização é determinada pelo conjunto de conhecimentos profissionais de sua época, incluindo-se aí a capacidade de analisar as informações registradas e observadas durante um trabalho de campo. Isto porque "(...) não se pode haver separação entre teoria e metodologia, entre os conceitos e sua operacionalização através do trabalho de campo."[57], seja durante o próprio campo ou no momento de gabinete, de onde as evidências da pesquisa serão repensadas e sistematizadas.

Inevitavelmente, a produção teórico-empírica em Geografia está sempre associada a um corpo conceitual mais amplo de tal ciência, relacionando-se às particularidades de seu momento histórico. Conforme aponta Claval, antes da década de 1970, os geógrafos deram ênfase a basicamente quatro modos de explicação[58], baseados em certas perspectivas de observação do espaço real, sendo que em todas elas "(...) o geógrafo fazia face a uma realidade que lhe era exterior e que estudava como um físico que mede as propriedades dos corpos ou o naturalista que classifica as formas vivas (...)"[59]. Isto significava que observar o espaço pesquisado implicava olhar certos elementos e desprezar outros, elegendo quais eram importantes para a pesquisa, com procedimentos que, segundo nos orienta o autor, eram permeados por uma suposta neutralidade científica, em que "(...) o observador e o real estudados são compartimentos diferentes do mundo (...) o observador está no mundo, mas observa-o como um objeto que lhe é externo (...)"[60].

Na tese aqui defendida há uma clara discordância em relação às citações do parágrafo anterior, principalmente no que se refere à maneira como observei e interpretei o espaço estudado. Em todas as circunstâncias, o espaço (objeto pesquisado) esteve em movimento constante, num funcionamento ininterrupto, mesmo quando o geógrafo não se fez presente nele. Isto é bastante óbvio. E do mesmo modo também esteve o próprio pesquisador com suas concepções de

[57] SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico metodológica. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 8, 2006.
[58] Quanto aos modos de explicação, CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Trad. Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. p. 219, nos explica que "(...) muitos autores colocam a tônica sobre as relações entre os homens e o meio, outros analisam as situações; alguns são fascinados pelas estruturas paisagísticas e regionais; um último grupo mede o impacto da distância nas relações sociais."
[59] Idem p. 219.
[60] Idem.

justiça, de liberdade, de ética, de compromisso social, de experiência social e de engajamento, que funcionaram e ainda funcionam recortando o real concomitantemente aos direcionamentos teóricos traçados na pesquisa. Com tantas tecnologias, atualmente disponíveis para registrar o trabalho de campo, ainda é possível que pouco seja visto, pois existe muita informação que não se pode registrar com a tecnologia ou com uma observação apurada. Trabalho de campo é uma ocasião de observação, diálogo, registro, interpretação, comparação e leituras parciais do movimento da realidade. A observação e registro do que se vê deve estar a serviço do raciocínio geográfico interpretatIvo, de maneira correlativa, porque o que foi registrado do diálogo e da observação estará disponível para um novo momento de interpretação, que ocorre também no momento em que se está longe do objeto investigado.

Em campo, nem sempre temos a possibilidade de conhecer como somos conhecidos. Quando apresentamos a pesquisa às pessoas, que serão entrevistadas, esclarecendo-as sobre a Universidade na qual estamos vinculados e qual curso que nela fazemos, bem como o tema, a metodologia e o objetIvo do projeto de pesquisa, estamos certos de que elas entenderam muito bem o que pretendemos desenvolver. Na verdade, foi isso que fiz em cada local que trabalhei nos assentamentos, onde tive a oportunidade de entrevistar os sujeitos da pesquisa. Inclusive, até entreguei um documento[61] que esclarecia sobre os objetIvos e a metodologia da pesquisa e continha um consentimento declarado de minha parte e da parte de quem seria entrevistado, o qual deveria assinar uma cópia para meus arquIvos. Mas, nem sempre os esclarecimentos sobre os objetIvos da tese correspondiam àquilo que eu gostaria que eles entendessem.

Numa certa ocasião, em que fui acompanhar a prestação de serviço de um assentado a um fazendeiro vizinho[62], tive a oportunidade de entender o trabalho que eu estava fazendo, segundo a concepção do próprio assentado. Ao acompanhá-lo, tinha a intenção de filmar o abate de porcos que o assentado iria realizar na Fazenda Salto, localizada a seis quilômetros do assentamento, como já viera

[61] Refiro-me ao documento intitulado “Apresentação da Pesquisa – Compromisso do Pesquisador – Consentimento”, que está ao final da tese no Anexo B.

[62] O trabalho de campo a que me refiro ocorreu entre os dias 28 a 30 de novembro e 01 de Dezembro de 2013. Uma das atividades seria a de acompanhar um assentado, morador do Projeto de Assentamento Divisa, numa matança de porcos que semanalmente ele realizava na fazenda vizinha. Tinha a intenção de filmar o trabalho e de entrevistá-lo enquanto preparava os animais já abatidos. Também seria a oportunidade de estabelecer contato com o dono da fazenda para entrevistá-lo noutra ocasião.

realizando semanalmente. O assentado tinha bastante experiência como açougueiro, pois esta era a sua principal profissão durante os anos em que morou na cidade. Quando chegamos à fazenda, fomos informados de que não iria ocorrer o abate, pois os porcos não tinham sido vendidos naquela semana e o trabalho seria adiado para sete dias depois. Na ocasião, estavam presentes apenas o filho do proprietário e sua esposa. Antes de voltarmos para o assentamento, o assentado disse a eles que eu estava realizando uma pesquisa de doutorado e que ela consistia em filmar a produção agrícola e a pecuária dos assentamentos. Em resposta, o filho do dono me disse que no terreno ao fundo do chiqueiro dos porcos havia uma plantação recente de milho e que eu estava autorizado a filmá-la. Apresentava-se aqui mais uma situação a ser interpretada no contexto da finalidade de minhas visitas a campo.

Todos aqueles e aquelas que entrevistei possuíam expectativas em relação à minha presença[63]. E isso, por si só, funcionava como uma faca de corte tão afiada quanto à do assentado que possuía habilidades de açougueiro. Assim como na ocasião da matança de porcos, que não ocorreu, as famílias entrevistadas também reagiam à minha presença e às minhas perguntas a partir de uma seleção muito delimitada daquilo que preferiam me responder. Mas isso não ocorria de uma forma objetiva, como uma manifestação verbal, por exemplo. Isso precisava ser interpretado e, como desafio, era necessário ser compreendido muito mais pela presença do silêncio do que pela revelação de um som claro e bem definido, traduzido numa frase empolgante de uma entrevista.

Entender o diálogo que ocorre durante uma entrevista é como analisar uma música, cujo significado dos sons só fazem sentido quando observados no movimento que se processa pela conjugação e alternância entre som e silêncio. Assim, o movimento da realidade não é apenas aquilo que meus sentidos ou minhas tecnologias conseguiam captar, afinal, muita coisa acontecia quando eu não estava presente nos assentamentos, e nem tudo do que queria saber me era revelado quando observava a paisagem ou quando dialogava com os entrevistados nos

[63] Isto se deve à espera das famílias em me receber em suas residências, pois antes de entrevistá-las tive a preocupação em agendar com elas o dia e a hora da entrevista, além de pedir permissão para que todo nosso diálogo fosse filmado, condição que as empolgava por saberem que ficariam conhecidas noutras realidades e que suas histórias seriam importantes para aqueles a quem eu iria divulgar o material escrito com seus depoimentos.

momentos de hora marcada. A minha presença e o que pensavam dela ainda valia muito na pesquisa.

"Aproximar-se demais do objeto (...)"[64] de pesquisa, ou melhor, dos sujeitos que dela participam ativamente, fez-me registrar informações relevantes que me possibilitaram ver uma realidade que não era mostrada objetivamente nos diálogos e raciocinar sobre coisas que não eram ditas claramente. Como foi o caso de certa vez[65], num diálogo informal com uma mulher assentada, quando resolvi emitir minha opinião sobre como ela poderia aumentar a renda familiar vendendo seus produtos caseiros na feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, lá na cidade de Ituiutaba-MG. Seria a feira uma garantia certa de freguesia e de renda, já que seus produtos possuíam certa qualidade na produção, além de não se ter na feira produtos similares aos feitos por ela.

Tal sugestão era motivada pela intimidade e confiança que conquistara junto à família, pelo conhecimento que obtive, de longa data, sobre suas dificuldades financeiras e também por ter acompanhado momentos nos quais ela houvera tentado vender tais produtos na cidade. Estaria, então, contribuindo enormemente com minhas brilhantes ideias de um negócio extremamente lucratIvo e infalível? (Pouca modéstia!) E foi a partir da reação da família que novos questionamentos sobre a realidade começaram a fazer sentido.

Contagiante! Essa seria a palavra e a expressão que poderiam definir a reação da mulher ao me ouvir. Contagiante? Esse foi o questionamento depois que seu marido resolveu intervir no diálogo, emitindo esbaforidamente a sua opinião. Começou afirmando que tais produtos sugeridos já eram vendidos na feira e que as pessoas, lá, brigavam umas com as outras disputando a venda para a clientela. Continuou dizendo que não compensaria vender o produto congelado, conforme sugerido. Resumindo: tentou demonstrar para mim, e, sobretudo, para a esposa, de que a feira seria uma perda de tempo, algo que não valeria à pena.

No dia seguinte, estava o marido na Fazenda vizinha, dialogando com os proprietários, que se queixavam do preço do queijo vendido nas padarias da cidade. Foi surpreendente ouvir dele a propaganda que fez da feira do Sindicato, daquela

[64] BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? Op. Cit. p. 27.

[65] Refiro-me aqui ao trabalho de campo que realizei entre os dias 28 e 30 de novembro e 01 de Dezembro de 2013, quando tive a oportunidade de conhecer a feira promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, em sua sede, onde produtores rurais assentados e não assentados comercializavam seus artesanatos, doces, hortaliças e outros produtos todas as sextas-feiras das 14:00 às 20:00 horas.

mesma feira de que eu havia propagandeado para ele e para sua esposa no dia anterior, relatando do quanto vender lá poderia ser lucratIvo. Estar lá, ouvindo-o falar daquele jeito foi como ser acordado com um balde de água fria, subitamente, não porque fiquei decepcionado com a atitude do assentado, mas porque, efetivamente, passei a enxergar uma realidade além do que ela me era mostrada.

Lembrei-me, rapidamente, da divisão de tarefas entre algumas famílias que houvera visitado, em que a mulher não exercia, com o marido, as atividades relacionadas à pecuária e à agricultura, estando ela estritamente responsável pelos cuidados com o lar, com os filhos, mesmo que possuindo o anseio em obter uma renda independente do trabalho do marido. Assim, a relação familiar, lá existente, que revelava uma relação mediada pelo machismo[66], residia implícita e oculta no contexto dialógico, daquilo que não era dito objetivamente, suplantando o aspecto econômico, ou seja, suprimindo o movimento determinista de busca por ganhos financeiros, como se o sujeito assentado, por estar necessitado de ampliar sua renda, fosse capaz de não desperdiçar oportunidades, segundo a minha experiência e minha interpretação do que o sujeito era ou deveria ser.

Interpretando outras situações, lembrei-me da maneira como olhava para as casas inacabadas dos assentados, sempre conforme aquilo que eles me diziam. Até então, a fala dos entrevistados coincidia entre si, quando afirmavam que as casas inacabadas eram consequência da falta de recursos financeiros, que não era disponibilizado pelo INCRA, e que não possuíam dinheiro suficiente para bancar o término da construção. Bastava iniciar o diálogo sobre quando iriam concluir a construção da residência para que todos apresentassem a vontade em rebocar as paredes, pintá-las, trocar telhas, aumentar os cômodos, dentre outros anseios. Ao constatar a renda obtida mensalmente pelas famílias e interrogá-las sobre o motIvo de não gastarem com a reforma tão sonhada, percebi que o problema não era especificamente a falta de recursos próprios, mas também de orientação e escolha familiar. Muitos preferiam investir seus ganhos na reforma de casas na cidade. Outros poupavam dinheiro porque não sabiam até quando iriam morar no assentamento. E, ainda, outros permaneciam, no lote, poucos dias da semana.

[66] Assim é entendida a reação do marido considerando-se o seu esforço de convencer a esposa de que não valeria a pena vender produtos na feira e, também, pela perspectiva de que ela, ao fazer produtos artesanais, desde longa data, sempre os vendia a partir da própria residência apenas para vizinhos e amigos.

Desse jeito era preferível alienar a reforma da casa à liberação de recursos do INCRA.

Objetivamente é possível perceber uma incongruência na maneira de se expressar verbalmente, como se não quisessem demonstrar a existência de prioridades no uso da renda. Utilizo a palavra incongruência no sentido de que o pesquisador deve contextualizar o que é dito, relacionando a fala com situações da realidade, entendendo que "(...) todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar novas funções, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas."[67] Ainda segundo Marc Bloc apud Thompson "(...) para o grande desespero dos historiadores, os homens deixam de mudar seu vocabulário toda vez que mudam seus costumes (...)"[68], mas, também podem utilizar do vocabulário para ocultar certas realidades vividas, e se não são chamados ao diálogo sobre aquilo que não revelaram, é provável que evitem explicar sobre outras situações vividas.

A partir da análise sobre os aspectos tangenciadores de uma objetividade econômica (ou de um determinismo econômico-produtivista), repensada pelo contexto da reação da família quanto à feira do sindicado e também pelo diálogo estabelecido sobre a reforma das casas inacabadas, comecei a compreender que uma leitura a contrapelo[69] da realidade era possível. A leitura que se propõe tangenciar o economicismo está engajada na perspectiva da cultura na qual o indivíduo também é sujeito da própria história e que seus valores morais não são fruto de um determinismo econômico. Adotar uma perspectiva economicista significa coligar com a ideia de que a história é produzida conforme o desígnio dos "vencedores" em detrimento da passividade dos "vencidos". Fazer a contrapelo significa pensar a realidade no contexto dos "vencidos" e, por conseguinte, valorizar suas experiências e sua cultura. Isso exige habilidades na forma de se ler e interpretar a realidade estudada.

Quando se faz uma leitura e uma interpretação do objeto investigado, a contrapelo, é possível compreender que existem alguns movimentos da realidade que não aparecem objetivamente nas entrevistas, porque se constituem como

[67] THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Op. Cit. p. 243.
[68] Idem.
[69] O termo contrapelo se refere ao contexto de análise da História contida na VII tese sobre o conceito de História de BENJAMIN. Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v. 1).

silêncios, palavras não ditas, que precisam ser interpretadas dentro de um contexto específico de relações. As escolhas e decisões familiares nem sempre nos são objetivamente mostradas, mas se constituem como engrenagens fundamentais para o movimento da realidade. Como pensar o trabalho no campo sem a relação familiar, a de parentesco e a de vizinhança? Como entender o desdobramento das ações governamentais a partir da ação e da reação das famílias sem considerar suas decisões dentro de um contexto de experiências comuns e compartilhadas? Como desvendar os processos que estão contidos explícita e implicitamente na desistência da posse e abandono da terra sem que se leve em conta as escolhas familiares? Evidentemente, a importância das escolhas familiares pode se manifestar concretamente quando se retirar o peso econômico dos ombros dos sujeitos investigados, sendo preciso concebê-los como sujeitos da própria história.

Como elementos da paisagem, os homens estão em constante movimento, por meio de escolhas e decisões que se modificam conforme o contexto social onde as relações são estabelecidas. E é esse movimento da realidade que deve fazer parte das interrogações que o pesquisador apresentará aos pesquisados para embasar o diálogo sobre suas vidas e experiências. Isso reforça a importância da observação do pesquisador sobre o que está materialmente construído no espaço e se apresenta na paisagem, como é o caso das construções inacabadas, a qualidade das estradas e o deslocamento até a cidade, as oportunidades alternativas de geração de renda ou o cultIvo da terra, o maquinário agrícola da prefeitura, a prestação de serviço do assentado para o fazendeiro. As interrogações também podem nascer dessa observação e se desdobrarem num diálogo que irá provocar novas perguntas, que poderão alterar a maneira do pesquisador interpretar sua própria experiência social e também questionar a teoria com a qual se fundamenta a interpretação do contexto empírico. Contudo, o que sempre deve prevalecer é o protagonismo dos sujeitos ao enfrentar as dificuldades com habilidades e saberes de que dispõem, e como eles conseguem se afirmar na sociedade na condição de sujeitos, que não vivem apenas subordinados às condições socioespaciais de que dispõem.

A cada retorno do campo os questionamentos multiplicaram-se, e fui percebendo que o meu olhar também era direcionado por minhas concepções de justiça, engajamento e compromissos sociais. Elas nasceram da atitude de

“Aproximar-se demais do objeto”[70] (possível pelo engajamento), permitindo ser conduzido pelo espaço em movimento, pelos sujeitos que aí me fizeram olhar para a paisagem e enxergar aquilo que nem sequer imaginava ali existir. Senti a necessidade de sempre “pedir emprestado” ao outro a sua visão, seus sentidos, sua experiência. É a experiência de enxergar com o outro e não como o outro, pois os objetIvos propostos na pesquisa e as estratégias para alcançá-los não desapareceram completamente, como se o outro pesquisasse para mim ditando outros objetIvos. Nesse sentido, reconheço que o alcance de minha finalidade investigativa passou a depender de uma produção conjunta, sistematizada e organizada cientificamente por um diálogo crítico entre teoria e realidade, embora, compreendendo-se os limites da participação do outro no texto e, inclusive, no direcionamento teórico.

Isso implica que a produção conceitual não se deu como um encaixe autoritário sobre a realidade. O diálogo que estabeleci em campo, levando-se em consideração a experiência dos sujeitos entrevistados, bem como meus conhecimentos teóricos preliminares, inquietou-me sobre a maneira como certas pesquisas acadêmicas, a respeito do tema da Reforma Agrária, tem realizado uma leitura incongruente e, em certa medida, indiferente à experiência de se viver e morar nos assentamentos rurais, ou seja, além de como a Reforma Agrária, em nosso país, foi ou deveria ser, mas como ela é de fato, a partir daqueles que dão sentido à existência dos assentamentos com os seus modos de vida materialmente manifestados nas experiências sociais.

Trazer para a pesquisa a experiência social dos sujeitos e sua cultura, enquanto modos de vida, foi um desafio que também dependeu do tipo de teoria geográfica que se queria aplicar à interpretação e explicação da realidade. Até agora, não mencionei, especificamente, as referências conceituais principais que irei utilizar, sejam as obras ou as ideias mais importantes que irão direcionar a leitura da realidade. No momento, é possível apenas apresentar dois aspectos principais que orientarão a escolha teórica. O primeiro se refere à experiência social, sendo ela o termo ausente nos textos que li sobre o rural, e que foram mencionadas no primeiro tópico deste capítulo. O segundo refere-se à ideia de cultura, que apareceu na

[70] BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? Op. Cit. p. 27.

junção entre experiências comuns e compartilhadas entre os sujeitos pesquisados e destes em relação à minha própria experiência.

Ao dialogar e acompanhar a realidade vivida pelas famílias assentadas, comecei a perceber que os aspectos econômico-produtivistas poderiam estar sendo analisados enquanto determinações da realidade e não como processos em transformação. Assim, as pessoas e objetos "fora do lugar" sinalizavam para questões que claramente tangenciavam a determinação econômico-produtivista e se aproximavam de um conceito ainda mais abrangente: o de cultura. Desse modo, experiência social e cultura são os termos pelos quais o espaço geográfico dos assentamentos será analisado. Mas, antes de tratar especificamente deles, uma posição mediadora de escolha de seus conteúdos foi necessária. Refiro-me ao engajamento social, como uma forma específica do pesquisador de se posicionar perante a teoria, criticá-la e avalia-la segundo a sua pertinência com a realidade investigada.

1.4 – Em busca de uma epistemologia do engajamento social

> O fato de que, no passado, as ciências, e especialmente as ciências sociais, eram inseparáveis do engajamento não prova que o engajamento seja vantajoso para elas, mas apenas que é inevitável. O argumento em favor das vantagens do engajamento deve ser o de que faz a ciência avançar. Ele pode fazer isso, e assim o fez, na medida em que fornece um incentIvo à mudança dos termos do debate científico, um mecanismo para injetar, a partir de fora, novos tópicos, novas perguntas e novos modelos de resposta (...). É quase indiscutível que essa fertilização do debate científico por estímulo e desafio de fora do campo específico de pesquisa foi imensamente benéfica ao avanço científico. Isso é hoje amplamente reconhecido, embora o incentIvo externo seja normalmente concebido como oriundo de outras ciências, e, em parte por isso mesmo, incentiva-se toda forma de contatos e iniciativas "interdisciplinares". Não obstante, nas ciências sociais, e provavelmente em todas as ciências nas quais se vislumbram implicações para a sociedade humana (que talvez não sejam meramente tecnológicas), "externas" são, em grande parte, e de fato primordialmente, a experiência, as ideias e a atividade do cientista como pessoa e como cidadão, como filho de seu tempo. E os cientistas engajados são aqueles que mais tendem a usar sua experiência "externa" no trabalho acadêmico.[71]

As discussões sobre a interpretação do silêncio e da leitura a contrapelo no trabalho de campo, inevitavelmente pressionaram a teoria "contra a parede",

[71] HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. Op. Cit. p. 194.

exigindo dela uma resposta convincente às especificidades empíricas constatadas em campo. Porque as interrogações produzidas durante as entrevistas foram acrescidas de outras questões – pertinentes ao tensionamento da experiência do pesquisador em relação à Geografia –, que já indagavam a teoria acerca da ausência de experiência social em suas abordagens[72], sem, necessariamente, trazer elementos mais concretos que justificassem tal ausência. Considerando, agora, de forma mais palpável, a experiência dos sujeitos pesquisados, o conteúdo empírico fornece subsídios necessários para se indagar a teoria em três aspectos específicos: 1) Quanto às bases cervicais de seu *constructo* político e de sua função social; 2) No que se refere à compatibilidade entre abordagem político-científico da fundamentação teórico-conceitual e o tipo de engajamento defendido nesta tese; 3) Quanto à possibilidade de uma construção teórico-conceitual compatível com a realidade pesquisada.

O Livro intitulado "A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra", de autoria de Yves Lacoste, que o escreveu e o publicou na década de 1970, traz questionamentos bastante pertinentes sobre qual é a função social e para que serve a Geografia, reformulando as perguntas que comumente se fazia a respeito do que era a Geografia e se ela era ou não uma ciência[73]. Os dois primeiros questionamentos, que fundamentam o diálogo e norteiam a argumentação recorrente ao longo dos capítulos, podem auxiliar adequadamente na análise sobre a relação que se quer estabelecer nesta tese entre evidências empíricas e sua respectiva pertinência teórica. Isso não se dá apenas pela coincidência entre a ideia de função social da Geografia, que também foi questionada e analisada por Lacoste, mas, sobretudo porque a primeira indagação que apresentei em decorrência do tensionamento da realidade sobre a teoria exige uma resposta de ordem epistemológica.

Quando Lacoste demonstra que a Geografia, enquanto disciplina universitária, deveria "(...) ter incitado amplos debates epistemológicos, ao menos por sua posição na junção das ciências naturais e das ciências sociais e pelo

[72] O tópico 1.1 contém reflexões acerca da importância da experiência social na pesquisa, partindo-se da relação entre certas abordagens do rural e minha experiência de vida no campo.

[73] A enumeração dessas questões está contida na parte de Apresentação da 8ª edição do livro LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 8ª ed. Trad. Catarina de Sena Cecília França. Campinas/SP: Papirus, 1998.

número de “empréstimos” que ela fez a essas múltiplas ciências (...)”[74], ele está combatendo a ideia de que a Geografia é uma ciência de síntese, conforme afirmações da “(...) maior parte de geógrafos (que) teoriza o menos possível (...)”[75]. Em sua época, especificamente sobre a prática universitária de geógrafos franceses, ele pôde perceber a existência de um “sincretismo geográfico”, que se fundamentava no comportamento de “tocar de leve” em várias áreas da ciência que lhes fosse conveniente para poder estudar qualquer porção do espaço, sem se preocupar com a incompatibilidade entre as escalas trabalhadas nas teorias daquelas áreas científicas e as que o geógrafo escolhia enquanto delimitação de estudo. Por fim, o modo de proceder não trazia grandes problemas, seja porque a epistemologia era negligenciada por parte dos geógrafos, por parte daqueles de quem se “emprestava” o conhecimento especializado e também por parte de filósofos que eram indiferentes ao assunto.

O desinteresse, particularmente dos geógrafos, em não recorrer à epistemologia para se repensar e justificar as escolhas teóricas possui um alicerce interligado com as duas perguntas fundamentais de Lacoste – qual a função social e para que serve a Geografia? – E mesmo reconhecendo a necessidade da reflexão teórica para se resolver aquilo que aparentemente se entendia como problema na relação com outras áreas da ciência, os geógrafos ainda eram capazes de sair do impasse pela estratégia de tomar “(...) do discurso das outras disciplinas aquilo que lhes parece útil ou digno de interesse, sem, contudo ter estabelecido claramente as razões dessas escolhas”[76].

E voltando às duas questões de Lacoste, que podem ajudar a entender essa esquiva, por parte dos geógrafos universitários, em justificar suas escolhas sobre os recortes espaciais e sobre o uso de teorias de uma ou de outra área da ciência, é compreensível verificar a ausência epistemológica em razão de que os “(...) conhecimentos geográficos sempre foram, e continuam sendo, um saber estratégico, um instrumento de poder intimamente ligado às práticas estatais e militares (...)”[77]. Certamente, esse entendimento não tenha sido tão compreensível por parte de muitos geógrafos, que na época tiveram acesso às críticas tão incisivas sobre o modo de proceder científico. Mas, para aqueles que aderiam a uma

[74] Ibidem p. 95.
[75] Idem.
[76] Idem p. 98.
[77] Idem p. 7.

Geografia Crítica nascente, era metodologicamente válido repensar as bases nas quais a Geografia universitária e dita científica estavam sendo edificadas e quais rumos poderiam ser propostos.

Milton Santos também apresenta argumentos que justificam a ausência epistemológica nos trabalhos geográficos – epistemologia específica sobre o objeto geográfico – produzidos até a década de 1970, alertando para a necessidade de uma reflexão sobre o objeto da Geografia, que é o espaço, pois já se vigorava uma tendência na qual "Cada disciplina passou a ter a sua própria epistemologia, aquilo que Bachelard chamou de "teoria regional", fundada na sua própria prática e com referência ao seu próprio objeto."[78] Porque teorizar sobre o espaço, compreendido como objeto da Geografia, era uma questão de avanço científico, considerando que segundo o autor "Nosso progresso como ciência retardou-se porque nos mantivemos exageradamente tributários de um círculo fechado de ideias velhas e de temas surrados"[79], os quais se constituíam como uma das barreiras que impediam qualquer ocupação epistemológica mais efetiva com o objeto de estudo.

A aspiração dos geógrafos, em elevar a Geografia ao *status* científico, impulsionava a elaboração de questionamentos que, na sua natureza de formulação, contribuíam como mecanismos eficientes à esquiva de uma teorização mais sistemática sobre o objeto, porque conforme Santos "(...) o esforço de conceitualização era feito, sobretudo, de fora do objeto da ciência e não de dentro."[80] Relacionando-se a este esforço, o que é a Geografia(?) pode ser entendido como o principal questionamento da produção universitária sobre essa ciência até a década de 1970, conforme aparece nas críticas de Yves Lacoste. O fato de este autor reconhecer a ineficácia da questão para o avanço da própria Geografia, a ponto de trazer novas questões de maior relevância a partir de seu livro, corrobora com as críticas de Milton Santos a respeito da necessidade de se pensar a Geografia a partir "de dentro", de seu próprio objeto de estudos.

Pensá-la a partir de fora – pelo objeto de outras ciências – é um risco que se corre em não debater pontos fundamentais, como aqueles relacionados à trajetória da própria Geografia e que denunciam a incoerência de sua suposta objetividade e neutralidade. Conforme Santos, "Uma das grandes metas conceituais da geografia

[78] SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. Op. Cit. p. 19.
[79] Idem p. 46.
[80] Idem p. 18.

foi justamente, de um lado, esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço."[81] Ao mesmo tempo que se pode falar de uma incoerência, também é possível afirmar a existência de uma coerência quanto aos propósitos de se colaborar com um projeto de sociedade criado segundo os interesses capitalistas. "Nascida tardiamente como ciência oficial, a geografia teve dificuldades para se desligar, desde o berço, dos grandes interesses. Estes acabaram carregando-a consigo"[82], afirma Santos.

A Nova Geografia, surgida nos Estados Unidos, em meados do século XX, incorporou muito bem o papel de atender aos interesses imperialistas norte americanos[83]. A associação de tal vertente com os ditames de um modelo capitalista, que pretendia ser dominante, também, no campo científico, trouxe consequências para a produção teórica da Geografia. O empiricismo abstrato de que ela é recheada "(...) encobre as relações entre os homens, substituindo-os por relações entre objetos, inclusive os objetos geográficos."[84] Ou seja, a ideia de empiricismo abstrato pressupôs a exclusão do "(...) movimento social e dessa forma eliminou de suas preocupações o espaço das sociedades em movimento permanente."[85] Essas considerações atentam para pensar a relação entre epistemologia e engajamento político do geógrafo, ou seja, dependendo-se do tipo de projeto social defendido pela produção geográfica, a teoria pode não corresponder com o que se processa no espaço real, numa incompatibilidade com o conteúdo empírico.

Ao abordarem sobre a relação de interesses políticos, que reinavam na colaboração direta ou indireta dos geógrafos e do conhecimento científico geográfico para com um projeto de sociedade capitalista, os geógrafos críticos compreendiam a "(...) ciência em sua forma dominante como um instrumento de alienação social, e os métodos positivistas como procedimentos eficazes para reproduzir modelos de desigualdade social e espacial"[86]. A necessidade de uma epistemologia pretendia ir além da prática corrente de se construir a própria filosofia, conforme as demais

---

[81] ibidem p. 31.
[82] Idem.
[83] Considerando a abordagem de SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. Op. Cit.
[84] Idem p. 113.
[85] Idem p. 108.
[86] GOMES, Gaspar Bertoni da C. **Geografia e modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 278.

ciências já haviam estabelecido como necessidade e como prática[87]. Tornava-se importante, no interior da epistemologia geográfica, relacionar as questões de ordem social e política, seja para teorizar sobre o espaço enquanto objeto da Geografia, seja para incorporar a Geopolítica como forma de análise da realidade.

Tomando-se como referência as críticas que foram direcionadas à Geografia Tradicional e à Nova Geografia, na década 1970, com o propósito de promover uma ruptura epistemológica em relação ao conhecimento científico anteriormente construído, é possível perceber, nas análises de Santos e de Lacoste, que uma epistemologia também precisa incorporar reflexões sobre a função social, que integra o conjunto da produção científica, e da qual não está dissociada. Considerando o tipo de projeto social para o qual o geógrafo e suas teorias assumidas colaboram (para a ordem social vigente ou não), uma epistemologia deve ser sempre fundamentada no movimento social da realidade.

Entendo que o empírico – tratado em partes enquanto experiências sociais nesta tese – precisa possuir uma correspondência com a teoria. Fica descartada a aleatoriedade na escolha teórica, mesmo que se deseje partir de conceitos estritamente geográficos, tais como lugar, paisagem, território ou região. Nesta tese, a reflexão epistemológica, como uma necessidade indispensável à produção geográfica, precisa responder eficientemente se o constructo político e a função social de uma teoria podem dialogar coerentemente com a realidade social pesquisada. Afinal, um referencial teórico precisa estabelecer correspondências com o real para poder explicá-lo.

A experiência social do pesquisador, aquela de que falei e analisei seguidamente no primeiro tópico do capítulo, justifica a necessidade de se investigar o espaço a partir de sujeitos “comuns”, daqueles(as) que vivem concretamente a experiência de ser pobre, morador(a) de uma assentamento rural, cujos interesses divergem de outros grupos sociais. Essa perspectiva foi sendo construída e alicerçada segundo as experiências do pesquisador e as dos pesquisados, porque elas também precisam dialogar com a teoria, exigindo desta uma resposta convincente sobre as particularidades das experiências comuns e compartilhadas socialmente.

---

[87] Para relembrar: “Cada disciplina passou a ter a sua própria epistemologia, aquilo que Bachelard chamou de “teoria regional”, fundada na sua própria prática e com referência ao seu próprio objeto.”, conforme SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. Op. Cit. p. 19.

As críticas de Santos e de Lacoste trazem um denominador comum: é fundamental a produção de uma epistemologia sobre o objeto geográfico. Mas o que se percebe em suas análises é que a essência de uma epistemologia precisa conter elementos relacionados à função social da própria teoria para a qual ela serve de alicerce. Uma teoria que em seu constructo político tenha sido elaborada com a finalidade de explicar o real, numa estreita relação com os interesses de um grupo dominante, cuja conduta política esteja na contramão dos interesses e das peculiaridades das famílias pesquisadas nesta tese, pode não atender à necessidade de valorização das experiências sociais dos sujeitos "comuns" aqui investigados, bem como não ser uma teoria a serviço do engajamento.

O que está em reflexão é a correspondência da teoria com a realidade e o papel da epistemologia nesse processo, porque "(...) uma teoria que não gera, ao mesmo tempo, a sua própria epistemologia, é inútil porque não é operacional (...)"[88]. Milton Santos ainda analisa dois casos específicos sobre a maneira de trazer a teoria para se investigar a realidade, tomando-se como referência uma reflexão crítica sobre a Geografia positivista e neopositivista, mas que também pode valer para explicar o contexto do presente. A primeira corresponde à leitura de vários filósofos com o propósito de se elaborar uma lição válida e geral numa correlação com o real. Segundo o autor "Este é o caminho correto, mas se impõe que partamos da realidade das coisas reais e não de ideias feitas"[89]. Esse partir da realidade muito se aproxima das análises que realizei nos três primeiros tópicos deste capítulo. Outra maneira, segundo o autor, é aquela que se busca "(...) um pouco daqui, um pouco dali e, sem a disciplina de uma lógica de conjunto nem de compatibilidade dos conceitos, organizam mecanicamente um postulado (...)"[90]. Esse caminho é tomado por aqueles que o autor denomina de ecléticos e, que de certo modo, também parte de ideias feitas e não de coisas reais.

O engajamento social com as necessidades culturais materiais das famílias assentadas, levou-me a uma aproximação ao que Milton Santos apresenta na forma de crítica em relação à Geografia positivista e neopositivista. Ainda hoje, mesmo diante de muitas teorias e também epistemologias que explicam o espaço geográfico (objeto) e suas respectivas categorias de análise, é preciso fugir de um ecletismo

[88] SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. Op. Cit. p. 24.
[89] Idem p. 47.
[90] Idem.

teórico fundamentado no uso de conceitos incompatíveis, porque estando eles construídos sobre uma determinada epistemologia, é inegável que dentro dela exista um tipo função social, que pode ser contrária ao engajamento e às particularidades empíricas almejadas nesta tese. Resumindo, há um risco iminente de se utilizar um arcabouço teórico incompatível com a realidade porque também incompatível com o engajamento pretendido, havendo, com isso, possibilidades de se deformar o real e de submetê-lo a ideias feitas.

Nesta tese, a produção epistemológica, como redefinidora de escolhas conceituais, resulta de uma atividade intelectual em que o "ser social determina a consciência"[91], seguindo a mesma lógica que Raymond Williams atribui ao estudo da cultura no âmbito do materialismo histórico. Por isso, os contornos da produção científica, e especificamente da epistemologia, são esquadrinhados pelo engajamento social resultante das experiências comuns e compartilhadas entre pesquisador e pesquisados. Desde a escolha do tema e da construção da problemática, até a necessidade de se analisar as experiências dos sujeitos "comuns", existe um esforço de se compreender o movimento do real e os processos a ele inerentes de modo que o engajamento social seja traduzido por uma análise conceitual capaz de atender à concretude do engajamento e, por conseguinte, explicar a realidade.

Poderia traduzir o termo social, quando vinculado ao engajamento, como aquele fator "externo" ao campo de pesquisa, e que conforme Hobsbawm é definido como "(...) a experiência, as ideias e a atividade do cientista como pessoa e como cidadão, filho de seu tempo"[92], sendo que ainda conforme o autor "(...) os cientistas engajados são aqueles que mais tendem a usar sua experiência "externa" no trabalho acadêmico."[93] De fato, é o que ocorre nesta tese, não apenas quando se traz para o debate a relação de identificação entre experiências do pesquisador e dos pesquisados, mas, sobretudo, quando essas experiências interrogam a teoria. É nesse aspecto específico que o engajamento torna-se "vantajoso", porque ainda segundo Hobsbawm, "faz a ciência avançar"[94] na "(...) medida em que fornece um

[91] WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Op. Cit. p. 79.
[92] HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. Op. Cit. p. 194.
[93] Idem.
[94] Idem.

incentIvo à mudança dos termos do debate científico, um mecanismo para injetar, a partir de fora, novos tópicos, novas perguntas e novos modelos de resposta (...)"[95].

Nos termos apontados, o engajamento pode ser classificado como legítimo. Contrário a isso seriam as formas ilegítimas que, de maneira eficiente, enrijecem o desenvolvimento científico. Dentre elas, farei o apontamento de duas que considerei de maior relevância e que possuem uma estreita relação com as críticas da epistemologia feitas dentro deste tópico. No conjunto de formas ilegítimas existe aquela perspectiva de engajamento no qual o pesquisador relega os processos e descobertas aos interesses ideológicos e políticos de alguma autoridade. A outra se refere à situação de que o engajamento conduz o cientista a considerar a existência de um adversário, na relação entre ciência "certa" contra a ciência "errada"[96]. Nenhuma das duas formas comparece na produção científica aqui realizada.

O primeiro ponto que justifica a não utilização de formas ilegítimas nesta tese é de que o engajamento escolhido para orientar a discussão teórico-metodológica está isento de qualquer vínculo partidarista e até mesmo livre de certos vínculos institucionais intermediados por uma pesquisa de encomenda, o que justifica minha posição engajada. Inclui-se nesse rol de relações o descompromisso formal com movimentos sociais organizados de luta pela terra (MST, MTL, MLST)[97] e com sindicatos que estiveram essencialmente ligados aos processos de luta pela terra nos assentamentos pesquisados, ou seja, não há nenhum compromisso com as lideranças de tais movimentos. O segundo ponto diz respeito à perspectiva de se construir uma Geografia das Experiências sociais, que efetivamente não está fundamentada na ideia de uma ciência "certa" (a ser alcançada) contra uma "errada" (conceitualmente errônea e obsoleta). É claro que pelo engajamento social existe a vontade de fazer o novo com o propósito de se explicar a realidade de uma forma diferente, porque trazer o sujeito "comum" com suas experiências sociais para dentro de uma pesquisa, significa pressionar a teoria em busca de respostas para o que concretamente tem sido observado na realidade, conforme sucintamente apresentei nos três primeiros tópicos. Não havendo uma resposta – da teoria – compatível com o que empiricamente se processa, torna-se oportuno modificar conceitos para que se tornem aplicáveis ao espaço pesquisado.

---

[95] Ibidem.
[96] Idem p. 178-179.
[97] MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; MTL: Movimento Terra Trabalho e Liberdade; MLST: Movimento de Libertação dos Sem-terra.

Quanto a este segundo ponto, deve-se ficar claro que o papel do engajamento, na construção do novo, não tem como finalidade discordar de alguns conhecimentos geográficos consolidados e validados segundo teorias apoiadas em evidências reais e incontroversas. É de conhecimento dos geógrafos, por exemplo, que a modernização agrícola influenciou o êxodo rural, e isso se constitui como um dos conhecimentos fundamentais para se entender a transformação geral do campo brasileiro no século XX e início do XXI. Do mesmo modo é incontestável a participação dos movimentos sociais de luta pela terra para a concretização da política de Reforma Agrária, que culminou na criação de mais de 9.195 assentamentos desde a década de 1980 até 2013 (com 1.093.071 famílias assentadas)[98], porque essa política não resulta de um esforço único do Governo, senão das pressões e exigências dos trabalhadores rurais e suas articulações políticas. Ambos os processos de ação no espaço – modernização e Reforma Agrária – constituem-se por relações inegavelmente existentes no tempo e no espaço e de grande relevância para temas da Geografia Agrária e de outras vertentes.

Um engajamento legítimo não conduz o pesquisador à contestação desses entendimentos, nem sequer propõe uma teoria contrária a essas premissas gerais com o objetIvo de se chegar a uma ciência "certa". O engajamento social que me proponho pensar a teoria, pelas experiências sociais – numa Geografia das Experiências Sociais –, "(...) não reside na discordância sobre fatos verificados, mas sobre sua escolha e combinação, e sobre o que se pode inferir a partir dos mesmos"[99]. Considerando, então, o fato da modernização agrícola influenciar o êxodo rural, como sendo algo incontestável, o engajamento social me leva a questionar outra relação: aquela na qual se pesquisa o sujeito migrante do rural por uma perspectiva determinante do econômico sobre o cultural, que pode ser traduzida pela dualidade entre infraestrutura subordinante *versus* superestrutura determinada[100].

Noutro ponto de análise, o engajamento legítimo também conduz o meu pensamento a reler a relação dos movimentos sociais de luta pela terra com a

[98] NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP. Coord. GIRARDI, E. P., Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2014. **DATA LUTA** – Banco de dados da luta pela terra: Relatório Brasil 2013. p. 18. Disponível em <http: www.lagea.ig.ufu.br> Acesso em: 09 jul. 2015.
[99] HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. Op. Cit. p. 180.
[100] Esta dualidade é mais bem explicada nos tópicos 1.6, 1.7 e 1.8.

Reforma Agrária. É possível analisar as pesquisas sobre essa relação tomando-se como ponto de partida a presença ou a ausência de experiência social nos estudos deste tema. Pode ser que a leitura epistemológica de tais estudos revele uma construção teórico-metodológica apoiada na valorização das lideranças dos movimentos, constatando a existência de uma Geografia alinhada com o marxismo-leninista, da qual o meu engajamento social não está associado. Mas, qual a importância de trazer as experiências dos sujeitos "comuns" para ampliar essas perspectivas? Um engajamento social como fundamento de uma epistemologia pode justificar a presença dos sujeitos "comuns" no debate conceitual e isso contribui qualitativamente à ciência por incorporar novas perguntas, que certamente exigirão novas respostas.

A legitimidade do engajamento social, em tensionamento com as formas ilegítimas, não se constitui, por si só, como justificativa de uso e aplicação numa pesquisa científica. Ela apenas responde sobre a qualidade e característica conceitual do tipo de engajamento assumido nesta tese, conforme consta no questionamento número dois, apresentado no início deste tópico. A compatibilidade do engajamento social com os conceitos acionados para explicar a realidade, como é o caso de cultura, sendo ela uma noção não exclusivamente geográfica, e de lugar, como especificamente geográfica, ainda será mais bem analisada neste capítulo. O que ainda resta pensar sobre o engajamento social – além do que já foi refletido sobre seu conteúdo legítimo e viável cientificamente – diz respeito às condições intelectuais que permitem utilizá-lo ou não numa pesquisa. Ele pode ser legítimo e viável cientificamente, mas a sua aplicação efetiva ao debate também depende do que Chauí denomina de autonomia racional[101].

Para ampliar e materializar o entendimento acerca da ideia de autonomia racional, considerei indispensável debater um conteúdo essencial da epistemologia: a abordagem evolutiva da Geografia na história do pensamento geográfico. Esse debate é necessário para compreender as limitações que existem no modo de analisar e explicar os aspectos que impulsionaram a evolução do conhecimento geográfico em momentos específicos. O engajamento social se faz presente no debate, sobretudo por trazer dois elementos primordiais para o seu contexto. O primeiro se refere ao projeto de sociedade para o qual a evolução geográfica esteve

[101] CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto. (Org.) **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19-44.

interligada e o segundo trata da função social exercida no projeto para o qual a Geografia tenha sido acionada em cada fase de sua história. O desdobramento desse debate culminará numa compreensão mais ampla da relação que determinados conceitos geográficos – e não exclusivamente geográficos – estabelecem com a realidade social na/para qual foram gestados, o que proporcionará a apresentação de respostas associadas à epistemologia engajada, no que se refere à compatibilidade de certas teorias com o objeto investigado, bem como na possibilidade de uma ampliação ou redefinição conceitual para explicar a cultura a partir das experiências sociais das famílias assentadas.

De um modo geral, a autonomia racional, enquanto condição necessária ao engajamento social, pode materializar-se pelo debate crítico e problematizador de aspectos inerentes às relações da própria ciência com a sociedade, seja no contexto do passado ou do presente. Sendo assim, é preciso analisar certos aspectos do contexto elaborador e definidor de conceitos, tais como cultura e lugar – por serem os mais importantes nesta tese –, que não podem ser deslocados do quadro social e do processo de desenvolvimento no qual foram criados e sofreram redefinições. Pensar a validade e a compatibilidade de suas (re)definições com o modo de explicar a conjuntura social dos assentamentos de Reforma Agrária é parte de um esforço epistemológico engajado, dependente da autonomia racional do pesquisador, porque ela exige do intelectual uma postura contrária à ordem social vigente, o que também pressupõe realizar uma análise epistemológica engajada com a problematização de aspectos contraditórios da realidade, tais como a luta de classes e as desigualdades sociais. Ou seja, torna-se importantíssimo compreender a maneira como a Geografia e os conceitos geográficos incorporaram ou refutaram esses aspectos contraditórios e específicos do modo de produção capitalista.

1.5– A Geografia das Experiências Sociais: algumas considerações

> Qualquer abordagem contemporânea da teoria marxista da cultura deve, primeiramente, levar em consideração a proposta de uma base determinante e de uma superestrutura determinada. Segundo uma visão estritamente teórica, este não seria, na verdade, o ponto de partida que escolheríamos. Seria preferível que pudéssemos partir de uma proposição que, originalmente, fosse igualmente central e autêntica, isto é, a proposição de que o ser social determina a consciência. Não é que estas duas proposições necessariamente se oponham ou sejam contraditórias. Entretanto, a proposição da base e da superestrutura, com seu elemento figuratIvo, com sua sugestão de uma relação espacial fixa e definitiva,

> constitui – pelo menos para alguns – uma versão muito especializada e por vezes inaceitável da outra proposição. Contudo, na transição de Marx para o Marxismo, e no próprio desenvolvimento da corrente marxista, a proposta da base determinante e da superestrutura determinada, tem sido, geralmente, considerada a chave para a análise marxista da cultura.[102]

O problema central que direcionou a necessidade da elaboração de uma abordagem alternativa à Geografia Agrária e à Geografia Cultural está situado no interior das determinações que as duas vertentes possuem em suas formas antagônicas de abordagem, que se manifestam com as divergências de ordem científica e de função social. É possível identificar a proposição de uma base determinante (estudos econômicos) e de uma superestrutura determinada (estudos culturais), na primeira vertente, e uma superestrutura determinante sobre uma infraestrutura determinada na segunda. Dada a qualidade da proposição, é admissível afirmar que as duas vertentes constituem-se por direcionamentos contraditórios, porque torna-se irreconciliável trazer para uma investigação aspectos integrais ou parciais de ambas no intuito de utilizá-las em conjunto para explicar ou compreender a realidade. Como é possível combinarem-se metodologicamente duas perspectivas que se pretendem determinantes ou dominantes? Responder que uma desenvolve certos conceitos com maior propriedade que a outra não parece ser a saída mais adequada. O máximo que se poderia alcançar com a combinação entre elas seria uma colcha de retalhos[103] com cores e tonalidades enarmônicas competindo entre si, pois as perspectivas são divergentes no âmbito científico, no que se refere ao modo de explicar a realidade, e no âmbito político, que se traduz na pretensão de transformar a sociedade, seja conforme os interesses dominantes ou contrários a eles.

Os esquemas conceituais pertencentes a cada vertente em particular, possuem algumas características que parecem situar economia e cultura em bases espaciais fixas e definitivas que as justificam como abordagens contraditórias entre

---

[102] WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Espaço e Cultura.** UERJ, RJ, n. 14, p. 7-21. Jul/Dez de 2002. p. 7.

[103] É preciso mencionar que essa colcha de retalhos parece existir na realidade geográfica. Não há uma linha tênue que divida o que é especificamente um trabalho de Geografia Cultural ou mesmo de Geografia Agrária. Conforme apresenta Alves, nos últimos anos os simpósios de Geografia Agrária têm recebido muito trabalhos sobre estudos culturais no campo, conforme é discutido em ALVES, Flamarion Dutra. A questão cultural na Geografia Agrária. In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 1ª Jornada de Geografia das Águas, 2013, João Pessoa-PB. **A questão agrária no século XXI:** escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. João Pessoa: UFPB, 2013, v. 6. p. 1-13.

si, aproximando-se do que Williams analisa como sendo um problema na maneira com que o termo ‘determinação’ foi interpretado no processo de transição de Marx para o marxismo, o que influenciou na proposta da base determinante e da superestrutura determinada[104]. É preciso lembrar que a palavra ‘determina’ apresenta dois significados bastante distintos, conforme é analisado por Williams. O primeiro se refere à “(...) herança teológica, a noção de uma causa extrema que prevê totalmente ou prefigura, e que, de fato, controla completamente uma atividade subsequente”[105]. Equivale dizer que os aspectos econômicos determinam a produção cultural e essa ideia aproxima-se razoavelmente do arcabouço teórico metodológico proposto pela Geografia Agrária, naquilo que já apontei anteriormente sobre a maneira de se explicar a existência camponesa no interior das relações capitalistas contraditórias e combinadas. Porém, as proposições dessa vertente aproximam-se ainda mais de uma formulação mais complexa, daquela que tenta resolver o problema figuratIvo da base determinante e da superestrutura determinada, que é a noção de totalidade.

A noção de totalidade social, que aparece especificamente associada à Lukàcs, opõe-se à formulação de base e de superestrutura determinada, de modo que a “(...) sociedade é composta de um grande número de práticas sociais que formam um todo social concreto (...) acrescentando somente que elas interagem, relacionam-se e se combinam em modos muito complicados (...)”[106], como parece ocorrer entre relações não capitalistas de produção, da classe camponesa, e os interesses capitalistas da classe dominante, conforme é estudado por uma linha de análise específica da Geografia Agrária, já mencionada anteriormente. Apesar de alguns trabalhos desta linha esboçar uma preocupação em falar daquilo que vai além dos aspectos estritamente econômicos, explicando peculiaridades de normas sociais, de relações de parentesco, de trabalho camponês na terra, dentre outras, como sendo práticas sociais de um todo social concreto, ou de uma classe camponesa, elas se relacionam de uma maneira muito ‘complicada’ – para utilizar o termo de Willians – com o processo empreendido pelo capitalismo para capturar a renda da terra dos camponeses, porque parecem ganhar sentido de existência quando subordinadas a um contexto econômico-produtivista, que ora favorece o

[104] Idem.
[105] Idem p. 8.
[106] Idem p. 11.

interesse da classe burguesa ou latifundiária, e ora tenta percorrer um caminho contrário a tal interesse. E ainda é uma relação 'complicada' porque a cultura dos sujeitos é subsumida nos processos econômicos, sendo que ela interage num todo social com um papel definido de coadjuvante na atuação da classe camponesa.

As limitações do uso da noção de totalidade ainda podem ser sentidas nos estudos de classe, especificamente quando a orientação da Geografia Agrária parece indicar que as leis, as constituições e as ideologias "(...) simplesmente tem de ser vistas como as que exprimem e ratificam a dominação de uma classe em particular"[107]. Pode-se exemplificar tal orientação pelo contexto da subordinação dos camponeses pela classe burguesa ou latifundiária, que no campo conceitual pode ser traduzido pelo processo que os teóricos da totalidade insistem em desenvolver como sendo "batalhas econômicas" entre classes. Se as classes e suas ideologias "(...) não forem percebidas como portadoras daquele tipo de relação sancionadora e dependente, se suas reivindicações por validade universal não forem negadas ou combatidas, então o caráter de classe da sociedade não pode ser mais percebido". [108] Essa afirmação de Williams possui uma correspondência muito adequada para explicar a lógica do estudo de classes por parte da Geografia Agrária. Na esteira de sua afirmação, é aceitável pensar que os defensores do campesinato encontraram uma saída não muito adequada para investigar a luta de classes no campo brasileiro, porque suprimiram as experiências sociais dos sujeitos em defesa de um lugar teórico que os definissem. Tiveram a "audácia" de determinar os sujeitos que lutam pela terra, os posseiros, os trabalhadores assalariados do campo e os assentados rurais de origem urbana, tornando-os camponeses, reunindo-os numa classe social definida conceitualmente, no esforço de compor uma metodologia mais apropriada de se desenvolver a dialética marxista nos estudos agrários do campo brasileiro. Portanto, existe uma certa dubiedade das propostas metodológicas da Geografia Agrária, que não abandona integralmente a proposição de uma base determinante sobre uma superestrutura determinada – ao valorizar o economicismo-produtivismo – e nem sequer consegue resolvê-la em suas limitações ao tratar da totalidade das práticas sociais conforme uma definição enrijecida de classe social.

Inicialmente falei de uma oposição entre a noção de totalidade e a de base determinante, sendo a primeira uma tentativa de resolver os problemas da segunda.

[107] Ibidem.
[108] Idem.

Como, então, propostas marxistas díspares podem combinar entre si numa produção teórica de investigação da realidade? A oposição não invalida a possibilidade de que elas existam de maneira concomitante, mesmo sendo contraditórias. Combinam-se na Geografia Agrária como alternativas viáveis à legitimação teórica do campesinato – segundo os parâmetros desta vertente –, já que essa categoria explicativa precisa existir de qualquer maneira, independente das evidências empíricas que lhe contrariem, para que o caráter de classe também seja levado a cabo nas explicações científicas. Para essa vertente, negar a categoria camponesa em função da existência concreta de sujeitos que não são camponeses significa abandonar a possibilidade de se analisar o capitalismo no campo brasileiro pela luta entre classes sociais antagônicas. Essa lógica explica porque a minha experiência social de viver no campo foi subsumida em conceitos e processos espaciais e históricos de uma realidade enquadrada na teoria, conforme apresentei no primeiro tópico deste capítulo. E no mesmo sentido é possível pensar os múltiplos sujeitos assentados que literalmente são homogeneizados pela categoria camponesa, de modo que suas experiências não correspondem à teoria. Sendo assim, essa categoria, tal qual é utilizada na Geografia Agrária, não consegue explicar a realidade daqueles sujeitos que apresentei no tópico 1.2 – lembrando aqui da Maria de Cléofas, do João Bosco e do assentado açougueiro – e dos que também serão apresentados nos demais capítulos, cujas experiências sociais articulam-se entre si independente do fato de serem camponeses. Portanto, será que não há outra forma de explicar a luta de classes e as contradições do capitalismo no campo brasileiro sem utilizar as perspectivas dominantes da Geografia Agrária e o campesinato enrijecido pela homogeneização dos sujeitos do campo e pela batalha econômica incessante que garante o movimento da realidade?

Sim. Ela existe. Mas, antes de apresentá-la é preciso ainda citar outras formas de estudos culturais marxistas que não fazem parte da Geografia das Experiências Sociais, antes de exibir o cerne dessa alternativa metodológica. Isso se deve à existência de estudos culturais que de alguma maneira aproximam-se da ideia de determinação da base sobre a superestrutura, e que de alguma forma camuflam essa relação de determinação. O primeiro se refere á ideia de que a superestrutura não corresponde exatamente à base por conta de diversos atrasos temporais, mas ainda possui uma forma mais ou menos direta de correspondência. Definidos assim estão os conceitos de reflexo e reprodução. Na condição de reflexo

ou reprodução, a cultura reproduz de maneira “atrasada” a transformação concreta ocorrida na base. A título de comparação é possível relacionar a ideia de que a luz solar *produzida* pelo sol e *refletida* pelas estrelas chega ao planeta terra com relatIvo atraso devido a distância. De modo semelhante, a cultura é o reflexo “atrasado” da base. O segundo estudo não considera a correspondência da superestrutura como resultado de atrasos temporais, entendendo que ela não é um reflexo direto da base, admitindo que existe apenas uma homologia ou correspondência de estruturas, sob o conceito denominado de mediação[109]. Essas duas qualificações definem apenas o contexto de uma abordagem cultural marxista que não pretendo utilizar, porém, mesmo que somadas à ideia de totalidade, elas não servem diretamente para explicar o problema da relação entre base e superestrutura que também aparece no interior da nova Geografia Cultural, já que esta não se desenvolveu pelo viés do materialismo histórico dialético. As análises de Williams somente indicam um caminho similar àquele que é encampado pela lógica da ‘determinação’ de um aspecto sobre o outro, que no caso da Geografia Cultural aparece num processo inverso, em que a superestrutura determina a base.

É o que Costa vai denominar de dialética invertida. Segundo a autora, nos anos da “reviravolta cultural” houve uma mudança significativa na forma de analisar a realidade, “De uma ênfase no que se definia como “forças históricas objetivas”, para uma ênfase na “subjetividade” dos agentes históricos. De uma preocupação com (...) infraestrutura para uma preocupação com (...) superestrutura”[110]. É esse o movimento teórico e certamente a “virada” mais importante que a nova Geografia Cultural tenha realizado. As críticas que na década de 1960 já vinham sendo realizadas por Raymond Williams[111] sobre a separação entre infraestrutura e superestrutura, bem como os estudos do confronto de classes baseando-se em condições materiais, feitos por Edward P. Thompson[112], não foram os caminhos escolhidos academicamente por um grupo de intelectuais que levou adiante uma renovação científica, incluindo-se nesse grupo os geógrafos culturalistas norte americanos e franceses. A nova Geografia Cultural encampou uma inversão dialética, no sentido de que “O cultural, o político, a linguagem deixaram de ser determinados para serem determinantes. A consciência passou a determinar o

[109] WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. Op. Cit. p. 8.
[110] COSTA, Emília Viotti. A dialética invertida: 1960-1990. Op. Cit. p. 12.
[111] Ibidem.
[112] FONTANA, Josep. A história dos homens. Op. Cit. p. 383.

social”[113], num significado de determinação próximo daquele que Williams critica e rejeita, por ser “(...) a noção de uma causa extrema que prevê totalmente ou prefigura, e que, de fato, controla completamente uma atividade subsequente”[114], e que também é demonstrando por Fontana quanto este autor afirma que a “virada linguística” adquiriu um papel muito importante, que foi o de “(...) escamotear a realidade social que existe além das palavras (...) ao dizer que não é a classe que cria a linguagem, mas é a linguagem que produz a classe e que esta não é mais que um “produto discursIvo””[115] . Sendo assim, a proposta de Williams de que o ser social determina a consciência é uma alternativa bastante viável para ampliar o entendimento da relação entre base e superestrutura, além de também ser adequada para se evitar a inversão dialética da nova Geografia Cultural, que na atualidade é a vertente dominante dos estudos culturais em Geografia.

A ideia de que o ser social determina a consciência não está apartada da maneira como Williams compreendeu o termo ‘determina’ na relação entre base e superestrutura. Assim, um segundo significado do termo relaciona-se com a “(...) experiência da prática social, a noção de determinação associada ao estabelecimento de limites, exercendo pressões”[116]. Nesse sentido, a Geografia das Experiências Sociais tem como um de seus objetIvos fundamentais distanciar-se do conceito de base como sendo ele um aparato tecnológico ou econômico, para considerá-lo como atividade social concreta, permeada por contradições e em constante movimento, ou seja, na condição de processo dinâmico. Também é preciso pensar a superestrutura por um conjunto de práticas culturais relacionadas, distanciando-se da ideia de conteúdo refletido, reproduzido ou dependente (homólogo)[117]. Desse modo, o sentido marxista da cultura é ampliado e libertado da rigidez ortodoxa de certas análises que, por separarem base de superestrutura, tendiam a teorizar a cultura como resultado do controle e da prefiguração de uma atividade sobre outra, sendo este o significado atribuído à palavra ‘determinação’. Portanto, há aqui uma clara contrariedade quanto a certas evoluções do marxismo no que se refere ao entendimento de que não é a base ou a superestrutura que necessitam ser estudadas – o que também se aplica à inversão dialética da nova

[113] COSTA, Emília Viotti. A dialética invertida: 1960-1990. Op. Cit. p. 12.
[114] WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. Op. Cit. p. 8.
[115] FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Op. Cit. p. 410.
[116] Idem.
[117] WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Op. Cit. p. 79-86.

Geografia Cultural – sendo que o importante é estudar os "(...) processos reais específicos e indissolúveis (...)"[118] que se fazem presentes nas experiências sociais dos sujeitos investigados nesta tese.

A Geografia das Experiências Sociais não perde vista o olhar político sobre o geográfico, seja o político no sentido do engajamento social do pesquisador, que é conduzido a questionar os limites da teoria em relação à sua própria experiência social e à dos sujeitos pesquisados, seja o político no sentido de produção científica engajada com os aspectos culturais de homens e mulheres que lutam para transformar a realidade vivida conforme suas próprias experiências, que geralmente estão munidas de conteúdos culturais politicamente atIvos e potencialmente conflituosos por serem compostos de alternativas de resistência, de ação e de negociação em defesa da constituição de um projeto de sociedade pertinente aos seus modos de vida. Considerando essa perspectiva de valorização do político e do cultural, a noção de experiência social é trazida para explicar a dinâmica de uma realidade que é produzida e reproduzida socialmente. Ela se distancia da ideia de experiência humana que a nova Geografia Cultural compreende e a define a partir dos aspectos subjetIvos do sujeito[119], que se relaciona às representações. Entendo que não é possível apartar o social da experiência, porque ele está no âmago daquilo que é comum e compartilhado entre os sujeitos sociais, "(...) que experimentam suas situações e relações sociais como interesses, necessidades e antagonismos"[120].

Pela experiência social a luta de classes aparece como um dos elementos chaves da explicação geográfica, no sentido de valorizar a história dos sujeitos assentados. A articulação na luta pela terra incorporou um forte conteúdo de classe, que pode ser evidenciado pelas trajetórias de vida que aparentemente são díspares e desconexas no tempo e no espaço, já que as famílias assentadas possuem origens diversas, mas que numa determinada circunstância convergiu entre si na condição de experiências comuns e compartilhadas. Nesses termos é possível analisar a luta pela terra como uma expressão da luta de classes, que não é simplesmente construída a partir dos movimentos sociais e de seus líderes, porque

[118] Idem p. 86.
[119] CLAVAL, Paul. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. Op. Cit. p. 42.
[120] CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Catarina de Sena do Rosário. KHOURY, Yara Aun. Introdução. In.: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; KHOURY, Yara Aun. **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 7.

já existe potencialmente na cultura dos sujeitos participantes, daquelas pessoas “comuns”, dos de “baixo”, elementos de criatividade, de capacidade de articulação social e de estratégia para se afirmar no social como sujeitos atIvos. Ao valorizar os de “baixo”, a Geografia das Experiências Sociais apresenta a luta pela terra a partir daqueles sujeitos que vivem e constroem a Reforma Agrária a seu modo, pela concretude das ações que não costumam aparecer naquelas formulações do marxismo-leninismo, cujas explicações estão centradas na atuação dos movimentos sociais e na habilidade de articulação de suas lideranças, como sendo os principais responsáveis em transformar a realidade. A Geografia das Experiências Sociais redimensiona o papel dos movimentos sociais e de seus líderes para explicar como o espaço é transformado, demonstrando o quanto os sujeitos “comuns” da história de luta pela terra determinam – no sentido de exercer pressões e estabelecer limites – o próprio movimento no qual estão filiados e o futuro de suas vidas.

A junção entre o termo ‘experiência’ e ‘social’ colabora para se resolver aquilo que foi gradualmente separado por produções científicas, que cindiram a base da superestrutura ou, que tentando relacioná-las, construíram determinações mútuas entre elas. Do mesmo modo que podemos reconstruir ou redimensionar o entendimento acerca do papel dos movimentos sociais de luta pela terra no campo brasileiro, a partir da valorização da experiência dos sujeitos assentados, também podemos problematizar as políticas públicas para o rural e outras questões agrárias, sem deixar de lado os elementos econômicos e culturais. Não é porque eles aparecem alternadamente como determinantes – no sentido de controle ou prefiguração – em algumas vertentes geográficas de análise da realidade, que eles agora precisam desaparecer de qualquer exame. São repensados em sua concretude pelos modos de vida, pela maneira como os sujeitos sociais experimentam a sua realidade e agem sobre situações determinadas, sem que o econômico apareça como finalidade de suas ações, mas se manifeste muito mais como necessidade e antagonismo em suas culturas, em seus modos de resistência e de luta e de afirmação no social. Concordando com Thompson, entendo que as pessoas por mim investigadas não vivem a experiência apenas como “instinto proletário”, instinto camponês ou movimentam suas vidas conforme as determinações econômicas, “Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações

familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores (...)"[121]. São sujeitos de sua própria história e transformam o espaço a partir daquilo que concretamente faz parte de sua cultura e de sua experiência.

Na esteira da Geografia das Experiências Sociais, a cultura aparece como outro elemento chave da explicação geográfica. Pode ser esclarecida a partir do conjunto dos elementos que se fazem presentes num modo de vida global, ou que poderia ser "(...) a ideia de um processo social fundamental que modela "modos de vida" específicos e distintos (...)"[122]. Ou, da maneira que analisa Stuart Hall, ela pode ser entendida como a "(...) soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem as suas experiências comuns."[123] É também um campo no qual se pode analisar o lugar, sendo este uma categoria muito importante nos estudos culturais em Geografia, principalmente no modo de proceder a uma análise da realidade pela experiência dos de "baixo", das pessoas "comuns". Ainda mais que os seus modos de vida são muito mais intensamente vividos no lugar, pois este é uma referência fundamental para poderem direcionar as suas ações no espaço. Nos termos orientadores da Geografia das Experiências Sociais, a cultura permite ao geógrafo uma leitura da realidade conforme o modo de vida dos sujeitos pesquisados, no sentido de que ele é entendido como modos de viver e de lutar, sendo que nessas definições a cultura não se compromete com o "olhar do alto", dos "céus", ou seja, com teorias que não tem como função social a valorização dos interesses e dos projetos de vida dos sujeitos pesquisados.

O "olhar do alto", conforme apresentei no primeiro tópico deste capítulo, não pode ser simplesmente relacionado a uma forma cartográfica de se perceber e interpretar a realidade, seja por mapas diversos, imagens de satélite ou fotos aéreas. Essa perspectiva já foi bastante criticada por diversos geógrafos, e não seria a minha crítica uma simples redundância no conjunto de tantas outras. Tanto é que na lógica da escrita caminhei na direção das experiências sociais, começando pelas minhas experiências para achegar às dos sujeitos assentados. Tensionei-as contra a teoria, num primeiro momento, para criticá-la, pois considerei que os estudos agrários e culturais deveriam responder às peculiaridades de tais experiências,

---

[121] CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Catarina de Sena do Rosário. KHOURY, Yara Aun. Introdução. Op. Cit. p. 189.
[122] WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Op. cit. p. 23.
[123] HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resente [et. al.]. Belho Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 126.

sobretudo quanto à relevância dos aspectos culturais, que se constituíam desafios a serem interpretados. Ao explicar a realidade investigada, a teoria também precisava valorizar os aspectos da luta de classes, que estavam presentes nas evidências empíricas por aparecerem concretamente no diálogo com os sujeitos. O “descer do alto”, no sentido de aproximar a teoria da realidade, buscando-se uma compatibilidade que também estivesse centrada na função social da produção científica, aproximou-se de uma teoria marxista da cultura. Não no sentido de se pensar as potencialidades que os sujeitos investigados possuem enquanto prática de projetos socialistas ou comunistas, mas de compreender e também explicar como eles resolvem suas relações sociais por meio da cultura, onde estão contidas estratégias alternativas de luta, de resistência e de negociação perante interesses contrários que se articulam no terreno da luta de classes.

Explicar os sujeitos sociais pela cultura e pela luta de classes foi um desafio não apenas teórico, mas, também, político, traduzido pelo engajamento e pela autonomia racional, que forneceram o substrato crítico necessário para se repensar algumas teorias geográficas disponíveis (agrárias e culturais) com o objetIvo de “descer do alto dos céus”, colocando em prática uma alternativa teórico-metodológica que aproxima cultura da luta de classes, e explica a realidade investigada conforme os aspectos da materialidade dos modos de vida que são produzidos e reproduzidos socialmente. A Geografia das Experiências Sociais também se aproxima da realidade por evocar o lugar como categoria geográfica explicativa, impactando esta categoria por entendê-la como espaço historicamente construído, e que está permeado no presente por questões que vão muito além de um cotidiano de experiências individuais e subjetivas. É o espaço no qual os sujeitos sociais mais intensamente compartilham as experiências comuns, e onde as relações conflituosas, harmônicas, de interesses e de antagonismos são vividas concretamente.

A Geografia das Experiências Sociais fundamenta-se primordialmente nos estudos culturais marxistas, desenvolvidos pela História Social Inglesa da nova esquerda, que valoriza os modos de vida dos sujeitos de “baixo” e suas potencialidades culturalmente construídas na contramão dos interesses e dos projetos que não corroboram com a lógica de suas experiências comuns e compartilhadas. Em termos de definição do campo teórico, a Geografia das Experiências Sociais não é um tópico ou uma subdisciplina específica da nova

Geografia Cultural, porque rejeita as orientações que esta vertente incorporou ao longo das últimas décadas em virtude dos impactos dominantes da “reviravolta cultural”, como é o caso da incorporação do subjetivismo e das representações. É possível classificá-la como uma vertente específica da Geografia Humana, por valorizar aspectos sociais que não são enfatizados pelos geógrafos fenomenólogos, existencialistas, hermenêuticos e outros que desejam extirpar da Geografia Humana qualquer tipo de interpretação marxista da realidade. Portanto, a Geografia das Experiências Sociais pode ser definida como uma vertente da Geografia Humana por reconhecer a importância de se pensar a realidade pela materialidade cultural da luta de classes, na qual emerge os problemas de pobreza, os interesses antagônicos, as disputas espaciais conflituosas, como é o caso da luta pela terra, pois são problemas humanos e sociais a serem resolvidos, o que justifica valorizar em sua forma de abordagem teórica-empírica a cultura e os modos de vida dos sujeitos “comuns” e seus anseios por uma sociedade melhor, e que podem ser analisados em várias dimensões espaciais, e que no caso desta tese será de acordo com os limites e possibilidades do lugar.

CAPÍTULO 02

PROCESSOS CULTURAIS E EXPERIÊNCIAS DE CLASSE: LUTA E CONQUISTA DA TERRA

Naturalmente, depois de um bom tempo explorando as riquezas de uma mina subterrânea, existe um momento quando é preciso voltar à superfície para respirar melhor, enxergar com clareza os objetos reais e reatar as relações sociais por outras perspectivas. O mundo parece ter modificado lentamente, mas é possível perceber que as pessoas também mudaram. Após um relatIvo período afastado das relações – sobre as quais refleti cuidadosamente[124] –, como alguém que depois de muitos anos volta à sua cidade natal e retoma o diálogo com os antigos amigos sob um olhar e uma postura diferente, foi preciso cultivar as velhas amizades de um jeito novo e fazer outras para começar uma nova história. Mas isso não quer dizer que eu tenha me esquecido de como é viver os dilemas, as alegrias e os problemas que davam sentido à vida. Apenas passei a olhá-los de uma maneira diferente, mais completa diante da complexidade social que reconheci existir, já que o diálogo com os sujeitos ganhou uma atenção especial, que outrora não conseguia fornecer naturalmente.

Sempre negligenciei muito do que as pessoas ao meu redor dispunham-se espontaneamente a me dizer sobre suas vidas, pois já pressupunha conhecer profundamente suas histórias, mesmo que minha trama diferenciasse substancialmente do que me era dito por elas. No fundo, existia um problema teórico que era construído e reconstruído egocentricamente, de modo que não me permitia enfatizar as contradições de correspondência com a realidade. Quando alguma incongruência ameaçava o discurso científico, bastava recolher as histórias que mais se aproximavam daquilo que eu pensava conhecer como verdade. Consequentemente, os sujeitos que não possuíam um enredo que me agradasse, justamente por divergir daquele modelo teórico rígido[125], por mim escolhido e

[124] Considero as relações como resultantes dos diálogos entre teoria e realidade, minhas experiências sociais e as dos pesquisados numa correlação com a teoria, na construção conjunta de um caminho teórico-metodológico, presente no capítulo 1.

[125] Refiro-me à maneira de olhar e apreender a realidade por teorias que ora privilegiam a base como determinante, considerando a abordagem da Geografia Agrária, ora pela superestrutura como

incrementado, obviamente não mereciam minha atenção e nem sequer suas histórias teriam espaço para registro em meu diário pessoal. Ao fim de tudo, essas pessoas e suas experiências simplesmente não existiriam.

Depois de meditar seriamente sobre a maneira como eu via a realidade e de como poderia observá-la de um jeito novo, conforme refletido no capítulo anterior a este, restou-me um desafio ainda maior: como dar importância àqueles sujeitos outrora ignorados e às suas experiências sociais que estavam contidas nas suas trajetórias de vida? Isso demandava um esforço intelectual que fosse ao encontro da confirmação e da valorização de suas existências sociais, numa postura interpretativa que resultasse no reconhecimento de que suas experiências também eram importantes para compreender a lógica e a dinâmica de certas realidades sociais. Por terem voz ativa nessa sociedade, na condição de protagonistas culturais e sociais, constatei que não acatavam deliberadamente as decisões de outros sujeitos supostamente mais atIvos e mais determinantes, e nem sequer viviam à sombra de uma trama social alheia ou autônoma. Realizar essa constatação foi um desafio intelectual excitante, sendo que no decorrer da gestação de uma nova visão da realidade foi possível entender que eles ocupavam um lugar social e possuíam habilidades próprias – e na medida de sua cultura – para lidar com as imposições que lhes eram apresentadas. A partir de seus modos de vida eles eram projetados para uma forma sociocultural de se relacionar que não poderia ser ignorada nem negligenciada nos círculos de uma pesquisa científica, cuja temática estaria circunscrita a uma espacialidade e a uma temporalidade ligada diretamente a suas experiências sociais.

Considerando a importância de trazer os sujeitos da Reforma Agrária para uma reflexão mais complexa entre teoria e realidade, o principal objetIvo deste capítulo é o de compreender as experiências sociais das famílias assentadas considerando sua trajetória de engajamento coletIvo na luta pela terra e a vivência no acampamento, por constituírem-se a partir de modos de vida que se materializam como modos culturais de luta. O objetIvo encerra uma tarefa bastante árdua, pois será o primeiro ensaio no qual a Geografia das Experiências Sociais, apresentada no capítulo anterior, estará sendo construída a partir de um diálogo mais concreto com a realidade social. Também existe o desafio quanto ao modo de analisar os

---

determinante, por meio da nova Geografia Cultural, fundamentada na fenomenologia, conforme analisado no capítulo 1.

aspectos culturais que foram sendo gestados no passado para se compreender e explicar o presente, pois a luta pela terra e a materialização de sua conquista representam o elo entre projetos de vida, preparados anteriormente à criação do assentamento, e as experiências sociais vividas concretamente, após a conquista da terra. Isso implica em pensar a realidade dos assentamentos compreendendo-os como espaços sociais em que as experiências estão intimamente conectadas com as trajetórias vividas noutros tempos, entendendo-se que existe um conteúdo cultural residual, que de acordo com Williams, "(...) por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está atIvo no processo cultural não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetIvo do presente"[126].

Ao estabelecer as conexões do passado com o presente, por meio da ideia de conteúdo cultural residual, as experiências sociais serão tensionadas com dois processos que estão inteiramente conectados entre si. O primeiro se refere aos processos culturais e o segundo aos processos de experiência da classe social. A trajetória de luta pela terra está assentada em processos culturais que, apesar de serem dominantes de uma época específica, ainda atuam efetivamente no contexto social do presente como residuais e emergentes. Se numa determinada época a migração e a pobreza foram elementos culturais essenciais na experiência da classe social e na formação de uma consciência de classe, justificando o engajamento nos movimentos de luta pela terra, esses mesmos elementos emergem no presente a partir de outras condições socioculturais.

A preocupação em como articular a experiência social dos sujeitos pesquisados com a noção de cultura e de classe me fez organizar o texto a partir de uma cronologia de análise que estivesse afinada com a cronologia das trajetórias de vida, narradas durante as entrevistas. Há um passado no qual a experiência social das famílias materializava-se em certas condições culturais muito parecidas entre si, e que colaborava para que elas se aproximassem espacialmente. Apesar de muitas delas terem vivido em municípios distintos, as experiências sociais demonstram seus posicionamentos de classe, ou seja, em qual projeto social elas estiveram socialmente engajadas pouco antes de participarem do movimento de luta pela terra, mesmo estando vivendo em espaços relativamente distantes entre si. A ideia não é apresentar o engajamento como sendo algo natural e até mesmo inevitável na vida

[126] WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Op. Cit. p. 125.

das famílias, mas entender que ele foi socialmente construído segundo os modos de vida e conforme os projetos que foram pensados e articulados noutros tempos históricos de suas vidas. A luta pela terra resultou de um contexto específico para o qual os sujeitos sociais agiram ativa e conscientemente conforme a orientação que a convergência coletiva dos interesses fornecia-lhes para que advogassem e empenhassem na luta. Essa ideia vem de encontro ao que Williams demonstrou a partir de algumas considerações contidas em seu livro "A longa revolução", ao afirmar que "(...) as instituições do movimento trabalhista – os sindicatos, as cooperativas, o Labour Party – foram um empreendimento de grande criatividade por parte dos trabalhadores (...)"[127]. Considerando esta afirmação é possível entender que não se pode anular a atuação consciente e ativa dos sujeitos que integram determinados movimentos sociais de luta, como é o caso daqueles que aqui são analisados, cujas experiências relacionadas às trajetórias de vida tiveram um papel fundamental na articulação para ocupação e conquista da terra.

Migração, pobreza, projetos de vida e ação de luta pela terra, serão as experiências abordadas segundo a trajetória de vida das famílias assentadas. As duas primeiras serão tratadas de maneira articulada à experiência de classe social, como componentes inter-relacionados à história e aos modos de vida das famílias, bem como às suas participações na luta pela terra. Ao considerar esses dois componentes, como experiências comuns e compartilhadas socialmente, é preciso ainda associá-los ao conjunto de processos culturais que participaram ativamente na dinâmica de formação das experiências de classe. É por isso que neste capítulo eles serão analisados primeiramente a partir de um contexto histórico específico, que é aquele relacionado ao período anterior à conquista da terra.

Ao optar pela relação entre processos culturais e experiências de classe, uma inversão foi necessária. Sendo a experiência social o caminho de acesso à dinâmica cultural e social da classe, o sujeito teve de ser liberado do compromisso de fazer parte de uma classe uniforme, homogênea e coesa, segundo um modelo teórico pré-definido tal como poderia ser a categoria camponesa ou trabalhadora urbana. Por isso, o termo processo foi incluído no sentido de indicar a existência de uma dinâmica social em construção, que não pode ser apreendida nos estreitos limites do conceito quando dentro deste são inseridos "à força" os sujeitos sociais que o

[127] Apud GLASER, André. **Raymond Williams**: Materialismo Cultural. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2001. p. 33.

satisfaçam. Dessa maneira, ao invés de partir da ideia de classe camponesa ou trabalhadora urbana, situei as análises na experiência de classe, no sentido de que ela se movimenta num constante fazer-se dos sujeitos que lutaram pela terra. Seguindo adiante com esse propósito, a noção de cultura e de classe foi utilizada sob um enfoque dinâmico e atIvo, estando um pouco deslocadas dos cinturões ortodoxos que as enrijeceram durante a passagem de Marx ao marxismo[128].

Tendo em vista a estratégia de leitura da realidade, no sentido de que os sujeitos foram compreendidos a partir de suas atuações conscientes e ativas no processo de luta pela terra, e que a cultura e a experiência de classe social constituíram os arcabouços teóricos de apreensão da realidade em estudo, bem como a importância da ideia de experiência já apresentada no primeiro capítulo, considerei necessário uma explanação articuladora entre o que se entende enquanto cultura e classe social. A explanação analítica desses dois aspectos concretos da realidade (cultura e classe) configura-se como um debate necessário ainda por duas razões que merecem um esclarecimento específico. A primeira delas é com relação à sustentação teórica de interpretação da realidade que será apresentada a partir das experiências sociais dos sujeitos que participam da pesquisa. A própria escolha do tema, que não foi simplesmente uma determinação conceitual, exerceu uma pressão significativa sobre os possíveis caminhos teórico-metodológicos a serem utilizados. Os debates sobre experiência social, cultura e classe já vinham prefigurando um diálogo efetIvo com a realidade pesquisada, sendo difícil realizar uma explanação que seja puramente teórica, pois foi inevitável apartar o peso da empiria sobre os recortes e leituras dos conceitos[129] que serão analisados. Eles já estão minimamente formatados segundo o diálogo com a realidade.

---

[128] O termo “passagem de Marx ao marxismo” é utilizado no sentido de demonstrar que a ideia de classe social, conforme ortodoxamente interpretada pelos intelectuais posteriores a Marx, esteve sob os desígnios de um uso fechado, clivado pelas determinações situadas na rígida divisão entre processos de infraestrutura e de superestrutura que não se conectam, mas alternam-se num processo de determinação, em que ora um é determinante e o outro subordinado, ou o contrário. Conforme é analisado em WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. Op. Cit.

[129] Cultura e classe correspondem a processos reais e concretos da realidade social, sendo assim, intitulá-los como conceitos é apenas um modo operacional de articulá-los no diálogo com a realidade pesquisada, no sentido de que eles estão ancorados numa base de discussão teórica da qual torna-se necessário partir para melhor apreendê-los enquanto processos materialmente presentes no contexto das experiências sociais.

A segunda razão é quanto à importância da utilização desses dois aspectos (cultura e classe) existentes na realidade estudada. A estratégia pela qual eles estão sendo acionados para explicar uma realidade específica também os altera no sentido de que são discutidos além das determinações da base e da superestrutura, que são características específicas do que se pode denominar de tradição ortodoxa da interpretação marxista. Desde que foi preciso tangenciar essa determinação ortodoxa, que muito se aproxima da Geografia Agrária, analisada no primeiro capítulo – relacionando-se, também, à dialética invertida da nova Geografia Cultural –, tornou-se necessário explicá-los com clareza, antes de articular o texto com os dados empíricos relacionados às experiências sociais. É preciso explicar o local de onde se parte o desenvolvimento teórico dos conceitos, apesar de que eles já são tensionados com a realidade, conforme já falado na primeira razão de sua utilização nesta tese. Os autores que compareceram ao debate são fruto de uma escolha fundamentada na experiência e no engajamento social, seja daquela pertencente aos sujeitos participantes da pesquisa, ou à minha identificação quanto à classe social a que os sujeitos pertencem. Isto porque a Função Social da geografia foi por mim analisada conforme os interesses de classe, os quais inevitavelmente conduziram-me a uma trilha investigativa que foi construída pelos debates culturais e de classe de um conjunto de autores específicos, conforme se verá no próximo tópico.

2.1 – Processos culturais e experiência de classe

> A cultura não é uma prática; nem apenas a soma descritiva dos costumes e "culturas populares [folkways]" das sociedades, como ela tende a se tornar em certos tipos de antropologia. Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. Desse modo, a questão do que e como ela é estudada se resolve por si mesma. A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser reveladoras de si mesmas (...) dentro ou subjacente a todas as demais práticas sociais.[130]

Conforme foi delineado no capítulo anterior, um caminho alternatIvo para os estudos culturais em Geografia está na iminência de ser constituído, pois não

[130] HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Op. Cit. p. 128.

querendo abandonar a noção de classe social e nem deixar de lado os estudos culturais, a explicação da trajetória de luta das famílias assentadas esteve no limiar de uma crítica à teoria da Geografia Agrária e da nova Geografia Cultural. Enquanto na primeira vertente a classe aparece como categoria de análise, longe do que se entende enquanto experiência – pois esta se constitui como "termo ausente" nos estudos agrários –, na nova Geografia Cultural o sujeito é desprovido da experiência de classe e a cultura aparece desconectada da ideia de social. É por isso que a noção de experiência social torna-se adequada ao estudo cultural dos sujeitos da Reforma Agrária, pois derruba as barreiras que a "estaticidade" do conceito de classe ainda persiste em manter por meio da teoria, principalmente daquela que classifica os integrantes dos movimentos sociais de luta pela terra como pertencentes à classe camponesa. Ao mesmo tempo, a abordagem aqui desenvolvida, coloca em xeque o campo das representações, da linguagem, do discurso e da fenomenologia, apontando para outra direção no modo de olhar a cultura por um viés marxista, porém, sem cair nas armadilhas do determinismo econômico ou político, trazendo para a dimensão cultural a materialidade que a nova Geografia Cultural tende a desconsiderar, principalmente quando esta reivindica e utiliza a fenomenologia como método orientador.

Diante do desafio a ser construído, apresentar as famílias dos assentamentos enquanto protagonistas culturais da Reforma Agrária – considerando seus modos culturais de luta – significou analisar os mecanismos sociais e articulações de classe que constituíram e ainda fazem parte de seus projetos de vida no presente. Uma lógica pode ser encontrada na maneira como construíram seus interesses de luta pela terra quando se recorre aos contextos sociais e históricos em que viveram. Seria ilusório pensar que um novo sujeito nasceu a cada lugar em que habitou[131]. Caso esta maneira de pensar tivesse uma fundamentação empírica, no caso aqui estudado, é possível que os sujeitos assentados vivessem três grupos de experiências desconectadas no tempo e no espaço: uma primeira correspondente ao momento antes da participação no movimento de luta pela terra; outra ligada ao

[131] Ao analisar o *lugar* pela perspectiva do cotidiano, Milton Santos compreende que "Para os migrantes, a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana (...) Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. Obrigados a esquecer, seu discurso é mentos contaminado pelo passado e pela rotina." SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 328.

período de engajamento na luta, representada pelo acampamento e, por fim, uma terceira, mais recente e última, marcada pela conquista da terra. O terceiro momento vivido não tem sido o derradeiro grupo de experiências das famílias assentadas. Se assim o fossem, a Reforma Agrária, que viveram, estaria resolvida na prática, pois as famílias não abandonariam ou venderiam os seus lotes de terras e nem sequer prepariam os seus filhos para estudarem e se profissionalizarem com o objetIvo de trabalhar e morar na cidade. O fato é que existe um movimento da realidade, que conecta passado e presente, tempo e espaço, e que não pode ser negligenciado.

O projeto de vida que os impulsiona a continuar morando no campo ou deixar a terra conquistada para residir na cidade possui um fundamento histórico, que está contido nas experiências comuns e compartilhadas daqueles que sempre viveram no campo ou dos que deixaram sua condição de trabalhador na cidade para morar no assentamento. A questão pode estar nos processos que os influenciaram na decisão de migrar em direção ao campo e à terra que já se encontrava desapropriada pelo Governo, bem como na maneira como suas relações sociais e culturais foram sendo moldadas a partir de determinados processos significatIvos, "(...) que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável períodо histórico"[132]. E como este "considerável período histórico" é aqui tomado no sentido da trajetória vivida pelas famílias até o momento de permanência ou abandono da terra, nos assentamentos, é possível compreender como a cultura e a experiência materializam-se no contexto da articulação da classe, que também é "definida pelos homens enquanto vivem sua própria história (...)"[133].

Se os projetos de vida os impulsionam a sair do assentamento em direção às cidades, considerando o caso dos que venderam os lotes e dos que planejam as condições necessárias para seus filhos trabalharem e morarem na cidade, é porque o assentamento não se constitui como o projeto derradeiro de suas vidas. Essa situação aproxima-se muito do que Thompson analisa enquanto formação da classe e de sua consciência, quando afirma que a população trabalhadora não tem muitas condições de prever o futuro, nem aplicar uma fórmula estável de viver no lugar, pois "(...) não veem sua vida como uma forma definida diante de si (...) não planejam a compra de uma choupana, e nunca tiram férias (sabendo o que os espera, alguns

[132] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 12.
[133] Idem.

jovens saem de casa e, uma vez na vida, ganham a estrada para “ver o mundo”)”[134]. Nesse sentido, se o assentamento não é um projeto derradeiro de suas vidas, o que justificaria o engajamento no movimento de luta pela terra de tantas pessoas que almejaram possuir uma propriedade de terra no campo? Responder que todas são camponesas não justifica o fato de se engajarem no movimento, ainda mais que foi constatada a existência de famílias que sempre moraram na cidade antes de participarem da luta pela terra. Outra resposta encontra-se nos processos culturais que contribuíram para a experiência de classe social, tomando-se como referência a relação entre migração e pobreza. E é por esses dois elementos da realidade que pretendo explicar o engajamento na luta pela terra.

A cultura e seus processos entram em cena para costurar as realidades que não podem ser desmembradas no contexto teórico, do que seria a relação entre pobreza, migração, experiência e consciência de classe. Cultura “Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas”[135], pois a teoria está definida no âmbito das relações entre os elementos que se fazem presentes num modo de vida global, ou que poderia ser “(...) a ideia de um processo social fundamental que modela “modos de vida” específicos e distintos (...)”[136]. Enquanto modo de vida global, a cultura pode ser entendida como a “(...) soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem as suas experiências comuns.”[137], o que desemboca num contexto materialista da cultura, distanciando-se, de alguma maneira, de certas orientações antropológicas e fenomenológicas.

A abordagem cultural de que os trechos anteriores são tributários trazem consigo alguns direcionamentos necessários para se pensar como os estudos culturais foram sendo reformulados a partir de uma relação direta com os conceitos que eram dominantes na década de 1950. Segundo Williams, cultura foi historicamente sendo separada das noções de sociedade e economia, de modo que ela teve a função de especificar determinados processos, necessariamente, porque sociedade e economia foram aos poucos sendo esvaziados de seus objetos reais, junto aos quais ganhava sentido teórico, deixando para a cultura aquilo que a

[134] THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 22.
[135] HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Op. Cit. p. 128..
[136] WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Op. Cit. p. 23.
[137] HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Op Cit. p. 126.

sociedade e a economia capitalista nascente passou a negar enquanto substância de economia e sociedade.

Ao falar da maneira como os conceitos foram sendo modificados, em função das transformações ocorridas na realidade, Raymond Williams afirma que cada um deles "(...) interagiu com uma história e experiência em transformação"[138], o que já insere a própria cultura como uma teoria modificada pela dinâmica do contexto social que lhe deu sentido teórico. À medida que a ideia de sociedade estava sendo fundamentada em processos gerais de desenvolvimento "externos", ligada à amplitude do que seria a sociedade civil burguesa, aqueles processos mais íntimos ou "internos", que de certo modo não acompanhavam a evolução geral da ordem e do progresso iluminista, passaram a ser designados enquanto substância do que se poderia entender como cultura. Surge aqui uma oposição entre cultura e sociedade em que uma será gradativamente dissociada da outra, justamente por tais conceitos estarem supostamente fundamentados em processos de desenvolvimento que não eram equivalentes entre si.

De acordo com Williams "O efeito primário dessa alternativa foi associar cultura com religião, arte, família e vida pessoal, em distinção, ou mesmo oposição a "civilização" e "sociedade" em seu novo sentido abstrato e geral."[139] Ao preencher a cultura com tais elementos da realidade, que até então não eram mais interessantes para se pensar a sociedade capitalista em marcha, pois ela aparentemente passou a se reproduzir por uma lógica em que a ordem estabelecida estava constantemente alterada pelo progresso, a ideia de cultura passou a ser associada a processos do passado, e que não tinham nenhuma importância para a história do presente. Essa substância de cultura e sua classificação, como elementos praticamente inertes de um processo que não mais estava em curso, criou uma relação problemática com a sociedade, "(...), pois eram evidentemente instituições e práticas "sociais", mas vistas como distintas do conjunto de instituições e práticas gerais e "externas", hoje comumente chamadas de "sociedade"."[140]

Mas quando a cultura passou a denominar esses desenvolvimentos "internos" e em certa medida mais íntimos, houve a necessidade de diferenciá-la de civilização, pois até então eram termos "intercambiáveis" de um mesmo processo

[138] WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Op. Cit. p. 18.
[139] Idem p. 20.
[140] Idem p. 21.

social. Por isso, à medida que cultura foi sendo desvinculada de sociedade e, posteriormente, deslocada do contexto que substanciava a civilização, prontamente conduziram-na a uma "(...) secularização e liberalização de formas metafísicas anteriores."[141] Mais uma vez, apartaram-na dos processos reais que estavam no interior do desenvolvimento da sociedade, como se ela não participasse ativamente, pois à cultura foi incorporado um conjunto de agentes e processos especificamente humanos que estavam "(...) generalizados como formas subjetivas, mas certamente quase-metafísicas – "imaginação", "criatividade", "inspiração", "estético" e um novo sentido positIvo de "mito" – e na verdade compostos num novo panteão."[142] O que fica evidente no desenvolvimento do conceito de cultura é que ele não foi simplesmente reduzido a certos aspectos da realidade, mas também teve sua "(...) reprodução, de forma alterada, da separação entre "cultura" e vida social material, que tem sido a tendência dominante do pensamento cultural idealista."[143]

Essa análise de Williams sobre como a cultura foi se tornando um campo de "formas subjetivas" relaciona-se diretamente à maneira como a nova Geografia Cultural tem utilizado a categoria cultura em seu caminho teórico-metodológico de investigação da realidade. A valorização cultural pela nova Geografia Cultural integra as experiências do homem sob o domínio da representação, entendendo que a organização social não é resultado de práticas essencialmente materiais, senão podem ser plenamente compreendidas como a "(...) expressão de processos cognitIvos, de atividades mentais, de trocas de informação e de ideias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço tem uma dimensão psicológica e sociopsicológica."[144] E essa linha de análise do contexto cultural da realidade, segundo a nova Geografia Cultural, afasta-se do que Williams propõe enquanto direcionamento dos estudos culturais, que não podem ser desconectados de um contexto social material. Nesse sentido, a Geografia das Experiências Sociais, aqui pensada, aproxima-se muito mais das abordagens propostas por Raymond Williams.

É aqui que a relação de determinação entre base e superestrutura começa a dialogar mais especificamente com os estudos culturais propostos por este autor. Na nova Geografia Cultural existe uma dialética invertida, em que a superestrutura

[141] Ibidem p. 21.
[142] Idem p. 21.
[143] Idem p. 25.
[144] CLAVAL, Paul. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. Op. Cit. p. 39.

determina as atividades da base. Por outro lado, a determinação também é comumente entendida a partir de uma divisão de atividades sociais nas quais a superestrutura é um mero reflexo das relações materiais que regem as atividades fixas da base. Essa é uma formulação característica da ortodoxia marxista, que associa a realidade material aos processos culturais de modo que estes sejam apenas um resultado das atividades pertencentes à base. Por isso, trilhar uma análise de classe pela Geografia Agrária, significa correr um risco iminente de por em prática essa forma de determinação. Se a cultura for analisada por esse caminho, pouca importância ela terá em qualquer estudo que queira colocá-la na condição de elemento central de análise da realidade, pois seria, então, preferível recorrer a categorias mais importantes, justamente por estarem situadas na base.

Todavia quando Williams parte para uma análise sobre a relação entre base e superestrutura, ele prefere pensar na proposição de que o ser social determina a consciência, pois na passagem de Marx ao marxismo, os dois termos passaram a indicar categorias fechadas nas quais o social poderia ser observado e também cujas atividades ali presentes seriam também enquadradas e, em certa medida, cristalizadas. Para um combate mais direto em relação a essa ortodoxia, o autor irá utilizar o próprio Marx, afirmando que em seus escritos ele advoga contra o que era "(...) a separação das áreas de pensamento e atividade (como na separação entre a consciência e a produção material) e contra o esvaziamento correlato do conteúdo específico – atividades humanas reais – pela imposição de categorias abstratas."[145] De certa maneira, ele apresenta as armadilhas teóricas que radicalmente distanciavam a cultura da realidade material, o que justifica elaborar a afirmação de que "O conceito de "cultura"", quando considerado no contexto amplo do desenvolvimento histórico, exerce uma forte pressão contra os termos limitados de todos os outros conceitos."[146]

Isso libera a cultura para se pensar alguns processos reais no que se poderia entender os "(...) modos de viver como modos culturais de luta"[147], em que a experiência de classe é uma dessas situações vividas que não podem mais ser explicadas pela determinação econômica, senão pelos aspectos relacionados à cultura enquanto processo. Isso significa dizer que no contexto das experiências

[145] Ibidem p. 82.
[146] Idem p. 19.
[147] CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Catarina de Sena do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. Op. Cit. p. 12

sociais entende-se que “(...) as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento (...), ou – como supõem alguns praticantes teóricos – como instinto proletário etc.”[148] É nessa lógica que a realidade vivida durante o engajamento na luta pela terra esteve associada a experiências que certamente estiveram no centro de determinados processos culturais fundamentais à organização de luta pela terra e à articulação dinâmica da classe, que ao mesmo tempo reproduziu-se numa estreita relação com certas experiências comuns e compartilhadas socialmente.

A migração e a pobreza, enquanto experiências sociais, podem ser consideradas peças constituintes da engrenagem que movimenta a ponte de ligação entre os sujeitos sociais e a luta coletiva pela posse da terra, estando o processo migratório e as condições de ser pobre, ao mesmo tempo, mergulhados num contexto bastante amplo e dinâmico de experiências em que a classe é erigida, pois esta pode ser entendida no interior de processos caracterizados como sendo “(...) um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência.”[149] Por isso, avançar no sentido da interpretação e compreensão da trajetória trilhada pelas famílias, significa analisar a importância de esforços individuais e coletIvos, que podem ser intencionais ou não na constituição dos acontecimentos aparentemente desconectados no tempo e no espaço, mas que participaram ativamente das decisões sobre o engajamento na luta pela terra. Tais acontecimentos irão ganhar sentido e lógica quando pensados e analisados a partir das experiências contidas no desenrolar das histórias e dos projetos de vida dos quais a migração e a pobreza são componentes atIvos e integrantes. Desse modo, é possível elaborar uma explicação que seja capaz de justificar a aglutinação coletiva de luta pela terra, indo além das determinações que poderiam estar vinculadas à institucionalidade dos sindicatos ou dos movimentos sociais quanto à sua exclusiva e específica capacidade, aparentemente autônoma, de ajuntamento de pessoas, pois de acordo com Thompson “(...) a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura.”[150] Nesse

[148] Idem p. 11.
[149] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 09.
[150] Idem p. 10.

sentido, a classe vai além daquilo que é regido e determinado pela institucionalidade dos movimentos, pois a classe existe num processo mais amplo, que envolve experiências que não são simplesmente produzidas no círculo político das instituições e das lideranças que articularam algumas poucas estratégias de luta.

Enquanto a realidade institucional dos sindicatos ou dos movimentos sociais sugere a existência de um bloco homogêneo e coeso, a classe é uma construção social que não pode ser entendida como uma estrutura dada e nem sequer homogênea. A adoção de uma bandeira de luta por parte das primeiras famílias assentadas, especificamente no momento de ocupação da terra, constituiu-se uma representação política circunstancial na medida em que a luta pela terra já tivera sido gestada por circunstâncias socialmente herdadas e partilhadas. Assim, é possível considerar o engajamento político das famílias e a conquista da terra como sendo muito mais um resultado da experiência social, que originou a experiência de classe, do que propriamente percebê-la como uma conquista exclusivamente institucional de sindicatos e movimentos organizados.

De modo algum pretendo desqualificar a importância do sindicato ou dos movimentos, mas situá-los num contexto em que a experiência social já havia gerado condições necessárias à identificação dos indivíduos com a causa da luta pela terra, para a qual as organizações institucionais forneceram um respaldo legal e, em certa medida, estratégico. Isto porque a consciência de classe não é possibilitada por uma construção instantânea e atrelada à ação organizada e institucional que, de maneira limitada, exerceu um papel específico e momentâneo na luta pela terra. É preciso levar em consideração os acontecimentos aparentemente díspares e desconectados no tempo e no espaço, já que eles podem elucidar o contexto pelo qual as diversas famílias, aqui entrevistadas, começaram a gerar o desejo de ter uma terra e, por fim, decidiram participar de um movimento.

Quando se recorre à migração e à pobreza, como sendo componentes atIvos da experiência social, é possível recompor um contexto dirigido por processos socioculturais capazes de dar sentido de existência à luta e, ao mesmo tempo, contribuir para analisar os sujeitos da Reforma Agrária além das determinações circunscritas à suposta homogeneidade que aparece estampada na roupagem e nas cores dos movimentos de luta pela terra. O elemento a ser elucidado é justamente a heterogeneidade da luta e não o seu caráter homogêneo, escancarado nas bandeiras dos movimentos. Porque explicar uma trajetória de luta, em que todos os

sujeitos apresentam uma origem histórica e espacial diferente, não é simplesmente ir ao encontro da história do sindicato ou do movimento ou do ideal que estas instituições historicamente elaboraram. Tomá-las como uma caixinha de respostas para explicar quem é o sujeito social que hoje vive nos assentamentos, seria o mesmo que estudar "(...) o partido, a seita ou o teórico que desvenda a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser"[151]. Estas instituições também são construções fundamentadas na experiência social e dela estão completamente dependentes, pois se o sujeito social não possuísse uma trajetória que o possibilitasse simpatizar com um ou outro movimento de luta pela terra, provavelmente não aceitaria engajar-se coletivamente conforme os interesses articulados pelos movimentos.

Por isso torna-se importante pensar a realidade estudada a partir dos sujeitos de "baixo" ou das pessoas "comuns", que integram os movimentos e lhe dão sentido de existência. Esses sujeitos fazem parte da história e da construção do lugar tanto quanto os presidentes de sindicatos, coordenadores de movimentos, presidentes de associações. De acordo com Hobsbawm, o interesse pela história dos movimentos, por parte de marxistas e socialistas, na segunda metade do século XX, trouxe como consequências "(...) certos antolhos muito eficazes aos historiadores"[152], porque estes passaram a "(...) estudar não meramente pessoas comuns, mas pessoas comuns que poderiam ser vistas como ancestrais dos movimentos: não operários como tais, mas principalmente chartistas, sindicalistas, militantes trabalhistas"[153]. Apesar de direcionarem o olhar para uma realidade pouco explorada, os historiadores eram tentados e seduzidos, naturalmente, ao privilegiar as lideranças, "(...) supor que a história dos movimentos e organizações que lideravam a luta dos trabalhadores e que, portanto, em um sentido real, "representavam os trabalhadores", podia substituir a história das próprias pessoas comuns"[154]. Entretanto, na década de 1980 houve uma mudança significativa nos modos de se analisar os movimentos sociais, especialmente por parte dos historiadores, que passaram a criticar o marxismo-leninismo e as concepções de vanguarda, tendo-se como "(...) efeito analítico o deslocamento das lideranças (pessoas ou partidos) do

[151] Ibidem p. 10.
[152] HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história**. Op. Cit. p. 283.
[153] Idem.
[154] Idem.

lugar privilegiado que ocupavam na feitura da história"[155]. Nesse sentido, analisar o contexto da migração e da pobreza, como sendo experiências comuns e compartilhadas, significa trazer para o debate um contexto histórico atIvo na organização da classe social e dos movimentos sociais rurais, e de como a classe faz parte dos diversos processos integrantes da luta pela terra, pois pensar a realidade pelas trajetórias de vida das famílias assentadas tem o sentido de que ao "(...) rememorar a história da gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político retrospectIvo que nem sempre teve; estamos, tentando, mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado"[156], e que ainda culturalmente se manifesta no momento presente, no contexto da construção e da transformação do lugar geográfico.

De modo deliberado a classe vai emergindo na esteira que movimenta as relações sociais díspares e desconectadas no tempo e no espaço, pertencentes às pessoas "comuns". Porque a classe é um processo dinâmico e dependente da experiência, que fornece os contornos sociais que lhes serão característicos. Quando Thompson se refere à maneira como a classe é socialmente construída, organizada e articulada, mesmo a partir do contexto de uma base espacial e temporal aparentemente desconectada, ele a entende historicamente como sendo o "(...) resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), [por homens que] sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus."[157] Nesse sentido, é possível pensar que a articulação coletiva pode ser determinada pela experiência social historicamente construída, constituindo ela (a articulação coletiva) um momento específico desta experiência, porque também contribuiu efetivamente para a consciência de classe, que já vinha sendo gestada a tempos no interior das experiências sociais familiares dentro de certas relações de produção, pois "A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais (...)"[158], sendo que num contexto mais amplo "A classe é definida pelos

[155] JANOTTI, Catarina de Sena de Lourdes M.; D'ALESSIO, Márcia M. Produção acadêmica da pós-graduação em história da PUC-SP. **Projeto História**. v. 1, n. 10. p. 59-73. p. 67
[156] HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história**. Op. Cit. p. 284.
[157] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 10.
[158] Idem p. 10.

homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição."[159]

Mas não é fácil pensar e desenvolver um caminho inverso ao que comumente tem se consolidado nos estudos sobre os sujeitos sociais do campo e da Reforma Agrária, no sentido de privilegiar os sujeitos de "baixo" ou "comuns" da história. Pois, a origem e formação dos movimentos sociais de luta pela terra, no Brasil, são comumente interpretadas a partir de uma teoria social que utiliza a categoria camponesa para definir a massa de pessoas engajadas nos movimentos[160]. O que não é uma definição exclusivamente acadêmica, mas também opera com um propósito político muito forte, sendo utilizada também para legitimar a existência, a unidade e a ação dos movimentos que reivindicam terras no campo. Por outro lado, essa definição pode não ser operacional do ponto de vista da abordagem dos sujeitos sociais, porque enrijece a ideia de classe social, de modo que o sujeito está muito mais submetido aos desígnios teóricos para o qual ele é classificado do que o contrário. Sua história de vida corre o risco de ser diluída na categoria conceitual que o congela no tempo e no espaço, de acordo com os desígnios do movimento ao qual ele está vinculado e à classificação que lhe é atribuída por participar de tal movimento. De acordo com essa lógica, a realidade social estaria muito mais a serviço da teoria, no sentido de que a produção empírica seria trazida para o terreno acadêmico com o propósito maior de legitimar a teoria do que especificamente problematizá-la. Isto porque o conceito de camponês já é muito bem desenvolvido nos limites teóricos, apoiado por uma produção acadêmica bastante vasta e, em certa medida, sufocante, ao ponto de demonstrar não haver outra possibilidade de classificação dos sujeitos sociais do campo. É um desafio tangenciar essa teoria. No momento, basta tratar de como a cultura está numa relação muito íntima com a experiência de classe, tomando-se como referência as experiências sociais dos sujeitos entrevistados.

---

[159] Idem p. 12.

[160] Uma relação com as obras OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Agricultura camponesa no Brasil**. Op. Cit. OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia das lutas no campo**. 10 ed. rev. e ampliada. São Paulo: Contexto, 2001; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST Op. Cit.

2.2 – Experiências comuns e compartilhadas: migração e pobreza

> "Se determos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos e um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição"[161]

A articulação dinâmica da classe em função de uma causa comum de luta, que no caso aqui analisado materializou-se pelo processo de criação e consolidação dos Projetos de Assentamentos Rurais em Ituiutaba, não "(...) surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se"[162]. Dessa maneira, as trajetórias de vida dos sujeitos, que atualmente são assentados da Reforma Agrária, compõem-se de experiências sociais que os fazem aproximarem-se enquanto classe, de modo que o "fazer-se" é uma característica pertinente ao processo de luta e conquista da terra por parte de tais sujeitos, que viveram e "vivem sua própria história". Nesse sentido, é possível analisar a dinâmica da experiência de classe tomando-se como referência alguns "(...) padrões em suas relações, suas ideias e instituições", como sinaliza Thompson ao considerar que "A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente"[163]. A análise de algumas experiências sociais específicas pode evidenciar os processos pelos quais ocorre a articulação dinâmica da classe, esclarecendo que certas atuações dos movimentos de luta pela terra não surgem "(...) tal como o sol numa hora determinada", sendo preciso considerar como relevante o protagonismo cultural de seus integrantes, cujas histórias de vida e experiências são conectadas por características comuns e compartilhadas socialmente.

Migração e pobreza compõem o conjunto dessas experiências comuns e compartilhadas entre os sujeitos assentados. Além disso, integram um grupo de histórias de vida que se desenvolveram de maneira aparentemente desconexa no tempo e no espaço. Mas, nem por isso, podem ser vistas como elementos que se

---

[161] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 12.
[162] Idem p. 9.
[163] Idem p. 10.

reproduzem de maneira independente ou isolada dos aspectos que envolvem a articulação da classe. Desse modo, é desafiador estabelecer conexões analíticas entre migração e articulação política a partir das experiências das famílias assentadas. Primeiramente, a conexão que aqui se pretende fazer estará circunscrita ao período em que ainda eram famílias que não possuíam terra e não participavam ativamente de um movimento de luta que originou os assentamentos de Ituiutaba. No momento em que viviam tal condição (de não possuir terras), algumas famílias trabalhavam no campo como boias-frias, eram pequenos arrendatários, gerentes de fazenda, vaqueiros, enquanto outras desempenhavam atividades estreitamente ligadas à cidade, sendo que dentre elas haviam aquelas que nunca tiveram a experiência de exercer qualquer ofício na agricultura. A profissão é aqui mencionada conforme a importância que os entrevistados deram a ela quando foram relatar a respeito do que faziam e onde moravam naquele período antecedente à luta pela terra. Naturalmente, elas interpretaram o "fazer" com o mesmo sentido de "trabalhar", associando migração ao conhecimento e exercício profissionais.

E quando se trata dos tipos de profissões, que cada família exerceu, considerando-se os lugares onde a trajetória de vida e as experiências sociais se desenvolveram, não é possível estabelecer uma rígida separação entre trabalhadores urbanos e rurais. Na prática, as famílias são compostas por homens e mulheres que ao longo da vida adquiriram uma experiência relacionada ao cultIvo da terra e também exerciam profissões que poderiam ser classificadas como tipicamente urbanas, como é o caso dos ofícios exercidos pelo Sr. Vicente de Paulo, quando este apresentou um pouco de sua trajetória e de suas profissões, dizendo que:

> **Vicente de Paulo:** [Em] Buriti alegre (GO), até a idade de vinte anos, eu era lavrador. Sabe o que é lavrador, num sabe? Em Quirinópolis (GO) até 70, 1970, também lavrador, depois, eu sou... Mas desde antes disso eu exercia a profissão que era um pouco, eu sou, a profissão mesmo eu sou pedreiro, carpinteiro, eletricista, encanador e pintor.
> **Nelson:** E quando o senhor fala lavrador e me pergunta, assim... Se eu sei o quê que é lavrador, o quê que o senhor define o que é lavrador?
> **Vicente de Paulo:** Lavrador é o famoso caipira de antigamente, aquele que lavrava a terra pra... Prantando, formano e colheno as lavouras.[164]

[164] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Vicente de Paulo (70 anos), morador do P.A. Engenho de Serra, no dia 30/11/2013.

Num mesmo grupo de luta pela terra, onde o Sr. Vicente de Paulo esteve engajado, também é possível encontrar sujeitos cuja profissão era diretamente associada à cidade, o que significa que em suas experiências sociais as atividades profissionais não dependiam de habilidades e saberes relacionados ao cultIvo da terra, seja no âmbito da agricultura ou da pecuária. É o caso do Sr. João Bosco, que na maior parte de sua trajetória de vida morou na área urbana de várias cidades da região do Triângulo Mineiro. Apesar de ter nascido no município de Capinópolis-MG, o Sr. João Bosco migrou para outros lugares, relatando que:

> **João Bosco:** Aí, em 1965, que eu nasci em 54, e em 1965 nós viemos para Ituiutaba. Aí que eu comecei a estudar. Até então eu não tinha ido em escola ainda não. (...) Aí eu morei em Ituiutaba até eu casar. Até eu me casar em 79 (1979). Não... Eu tive, eu morei uma época em Goiânia. Eu morei uma época em São Miguel do Araguaia e morei uns dias em Uberlândia... Aí, nós casamos em 79. Ficamos aqui até oitenta e oito em Ituiutaba. Em oitenta e oito nós fomos pra Flor de Minas (...) Tinha é... Lá, nós mexíamos com caminhão leiteiro, né. Aí, eu, até dois mil e... Em noventa e oito... Em novembro de noventa e oito eu vim para o assentamento.[165]

A trajetória de migração do Sr. João Bosco, que se deu entre cidades, indica que suas principais profissões parecem estar ligadas a empregos tipicamente urbanos, como é o caso da atividade de motorista de “caminhão leiteiro”, não possuindo uma trajetória ligada ao trabalho rural, tal como a experiência do Sr. Vicente de Paulo (lavrador). As profissões que o Sr. João Bosco desenvolveu no urbano, ao longo de sua trajetória de vida e de migração, são hoje parcialmente reproduzidas no Projeto de Assentamento onde mora. Não mais havendo a possibilidade de trabalhar com o mesmo ramo de atividade (na condição de motorista), continuou a realizar serviços que não necessitavam de um conhecimento ligado ao cultIvo da terra, mesmo depois de ir morar no assentamento. Mas, os saberes profissionais adquiridos em sua trajetória de vida tem sido importantes para poder garantir o sustento da família, de modo que seu conhecimento de trabalhador vai além das atribuições profissionais ligadas à condição de motorista, pois quando questionado a respeito da produção agrícola no lote de terras de sua posse, ele afirmou que:

---

[165] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. João Bosco (59 anos), morador do P.A. Engenho de Serra, no dia 25/10/2013.

> **João Bosco:** Eu mexo com oficina, né. Porque no caso da oficina, ali, foi dada a necessidade das pessoas e eu tenho um, assim... Deus me deu uma, uma, sei lá... Me capacitou, né, é... E eu mexo com solda, com... Sou carpinteiro, marceneiro, né, mexo com marcenaria, mexo com essas coisas e... Faço remendo (conserto de pneus), conserto alguns carro que precisa.[166]

O fato é que as profissões relativamente distintas, de um e de outro assentado, denotam também as diferentes relações de trabalho, que podem ser traduzidas como formais, informais e autônomas, compondo um quadro de atividades que se aproximam em certos aspectos funcionais e se distanciam enquanto habilidades ligadas a empregos no campo e na cidade. Agrupá-los numa mesma categoria profissional ou classificá-los como camponeses seria uma tarefa um tanto arriscada, já que não existe uma trajetória profissional nem experiências homogêneas e coincidentes no tempo e no espaço, o que de certa maneira, já anuncia a heterogeneidade da classe social. Quando as relações de trabalho (considerando a profissão) são apresentadas num quadro comparatIvo estático, de correspondência inerte no tempo e no espaço, fica difícil reconstituir as experiências que são socialmente compartilhadas. Afinal, a noção de classe que se pretende utilizar está fundamentada na ideia de que ela "(...) é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura."[167] Por isso, as experiências profissionais, nas falas dos entrevistados, aparecem ligadas à trajetória de vida conectada à migração, que por consequência lógica está ligada diretamente aos percalços e dificuldades de se produzir os meios de vida.

Muito além dessas relações de trabalho está o conjunto de experiências comuns e compartilhadas, que geralmente englobam aspectos que se conectam mais amplamente com as condições de trabalho e de profissão, e que dão sentido à aproximação entre sujeitos dispersos espacialmente. É nessa lógica que a migração, enquanto componente atIvo da experiência de classe e como experiência socialmente compartilhada, traz consigo alguns aspectos culturais importantíssimos para aproximação entre sujeitos de naturalidade e profissões diferentes, porque na trajetória de migrante algumas características culturais estão sendo constituídas e formadas no interior dos projetos de vida. A migração e o êxodo rural são componentes históricos, que de certo modo impactaram suas maneiras de pensar e

[166] Idem.
[167] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 10.

de organizar os projetos de vida, bem como estão presentes no contexto de estruturação de seus modos de vida. É possível perceber em suas falas a associação entre migração e condição profissional, sendo que a experiência migratória aparece como um elemento coincidente das trajetórias de vida.

E os elementos que os aproximam enquanto classe vão sendo apresentados em suas falas. Se por um lado a atividade de lavrador, exercida pelo Sr. Vicente de Paulo, afasta-se da experiência urbana do Sr. João Bosco, por outro lado eles se aproximam a partir do conhecimento e da experiência de trabalho ligada ao urbano, que também é exercida pelo Sr. Vicente de Paulo, quando este afirma que “eu sou, a profissão mesmo eu sou pedreiro, carpinteiro, eletricista, encanador e pintor”. O fato de não terem exercido ou de não possuírem uma única profissão, já é uma característica comum entre eles. Desse modo, são sujeitos, que ao longo da vida, tiveram que adquirir habilidades diversas para poder sobreviver conforme as condições de trabalho que lhes foram sendo apresentadas num ou noutro espaço para onde migraram. Por isso, não se pode dissociar o processo migratório das experiências sociais, que neste caso específico, foram apresentadas segundo as habilidades profissionais. E essas habilidades representam um conjunto de experiências comuns e compartilhadas socialmente, pois o motorista de caminhão, o carpinteiro, o marceneiro e o lavrador estão numa mesma condição de trabalhadores pobres, seja por relações formais ou informais ou de trabalho autônomo. Assim sendo, é possível pensar que a experiência desses entrevistados corroborou, de alguma maneira, para que articulassem “(...) a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.”[168]

Espacialmente, o exercício de tais profissões encontrava-se distante, já que as famílias, hoje assentadas, também moravam em municípios diferentes, onde cada qual realizava seus projetos de vida e, ao mesmo tempo, elaboravam outros projetos que nem sequer incluíam a possibilidade de um dia participarem de movimentos de luta pela terra, como é o caso do Sr. João Bosco, quando ele foi indagado a respeito do que conhecia e do que entendia de tais movimentos, conforme o relato que se segue:

[168] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 10.

> **Nelson:** E o que você sabia, entendia de assentamento e Reforma Agrária, na época em que você trabalhava puxando leite? Você trabalhava puxando leite onde? E o que você entendia de Reforma Agrária?
> **João Bosco:** Eu entendia... O que eu já te falei é o seguinte: eu era contra, né, a posse da terra. Aliás, (contra) o sem-terra, né. E eu tinha toda essa mentalidade do... Da que os sem-terra era desordeiro, né. Era pessoa sem, assim... Tipo marginal, né. Então, lá em Flor de Minas eu usei o meu caminhão várias vezes foi pra tirar o pessoal da terra. Ajudou a tirar, pôs noutros lugares e depois quando eu vim de cá já tinha pessoas (no acampamento que ele mesmo participou) que eu tinha tirado lá... Já tava aqui (risos), né. Então, aí eu vim por isso, pra, pra começar esse... Por causa da sobrevivência.[169]

Em sua fala é possível entender que a luta pela terra não era um elemento a ser incorporado enquanto projeto de vida, apesar dele exercer uma profissão que dependia diretamente da produção agrícola. O pouco conhecimento que possuía a respeito dos movimentos sociais e da Reforma Agrária o impulsionava a ter uma certa aversão em relação aos grupos de "sem-terra", o que provavelmente o conduziria à rejeição de qualquer participação na luta pela terra. E sua posição contrária aos movimentos sociais de luta pela terra vai sendo reafirmada em sua fala, especificamente quando declara ter contribuído com o despejo de famílias que estavam acampadas, quando afirma que "eu usei o meu caminhão várias vezes foi pra tirar o pessoal da terra".

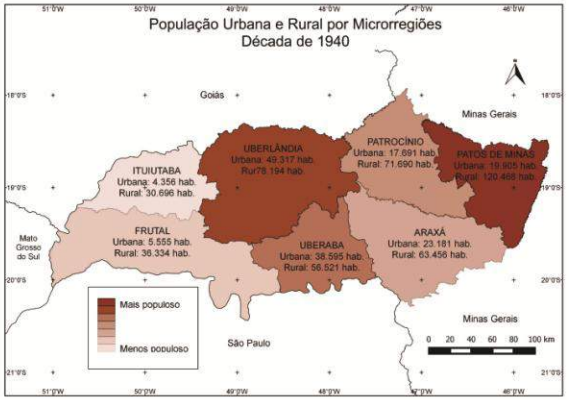
Quando resolvi trazer para o texto as experiências profissionais dos entrevistados, como sendo elementos presentes na articulação da classe, além de integrarem as experiências comuns e compartilhadas socialmente, conforme demonstrado, foi no sentido de articulá-la com outros elementos que podem dar sentido ao engajamento na luta pela terra. Desse modo, ao analisar a derradeira fala da entrevista do Sr. Donizete, é possível constatar que o engajamento na luta pela terra não fazia parte de seu projeto de vida. Logo, de que maneira os seus conhecimentos profissionais e sua história de vida poderiam contribuir para a sua identificação com o movimento de luta e seu possível engajamento como membro participante? A associação entre profissão e luta pela terra não pode ser conectada de maneira tão direta e objetiva. É preciso entendê-la num contexto mais amplo de outras experiências que também são comuns e compartilhadas socialmente, e que não foram vividas unicamente pelo Sr. Vicente de Paulo e o Sr. João Bosco, senão aparecem numa conjuntura política mais ampla de transformações econômicas,

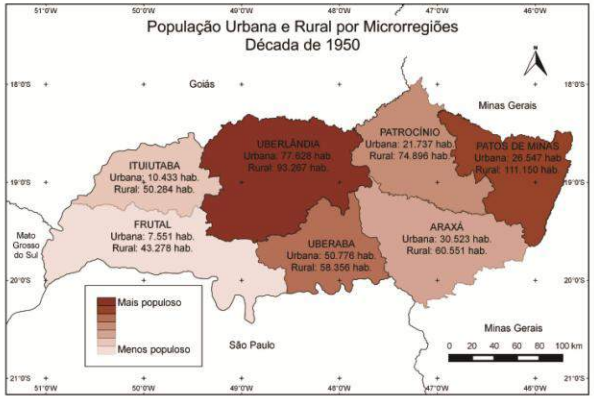
[169] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. João Bosco (59 anos). Op. Cit.

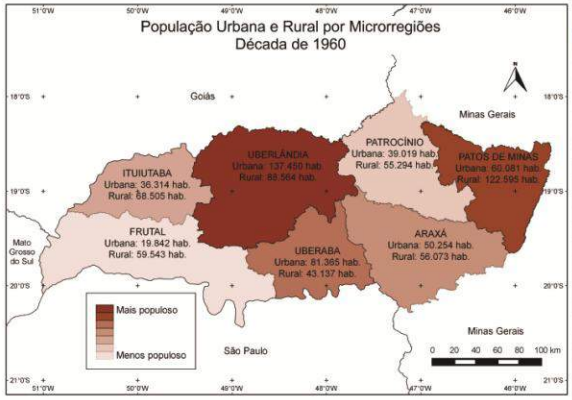
políticas, culturais e sociais, das quais o êxodo rural se constitui uma realidade concreta.

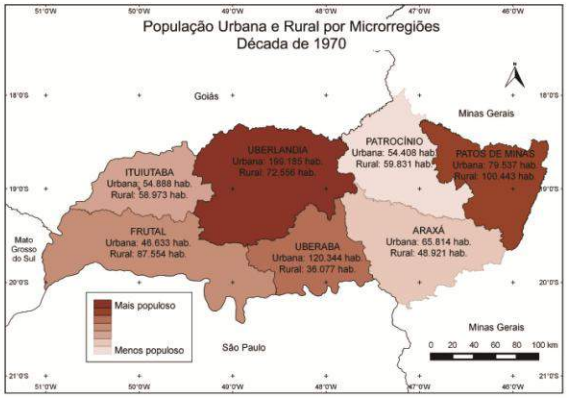
O êxodo rural no Brasil é um fenômeno que foi intensificado a partir da década de 1940, quando a migração para as cidades tornou-se um roteiro comum para muitos brasileiros, em praticamente todas as regiões do território nacional. Na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, boa parte de sua população foi constituída a partir de migrantes vindos de outros Estados da Federação, sendo que muitos deles ocuparam primeiramente as áreas rurais e depois migraram para alguma área urbana. O processo de urbanização da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foi intensificado especificamente na década de 1970, conforme se pode observar no mapa 02, cujas informações estão organizadas segundo a proporção entre população rural e urbana.

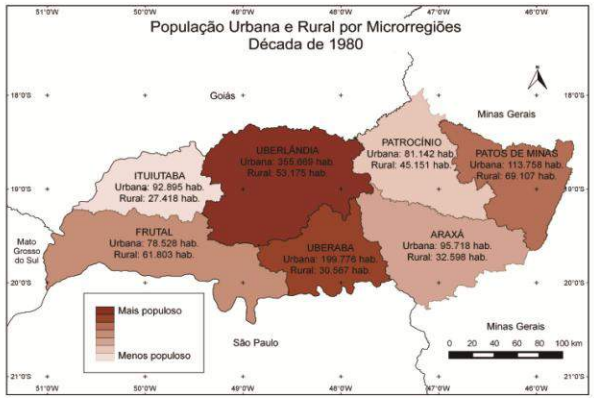
Mapas da Evolução Populacional da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
População Urbana e Rural por Microrregiões - 1940 a 2010

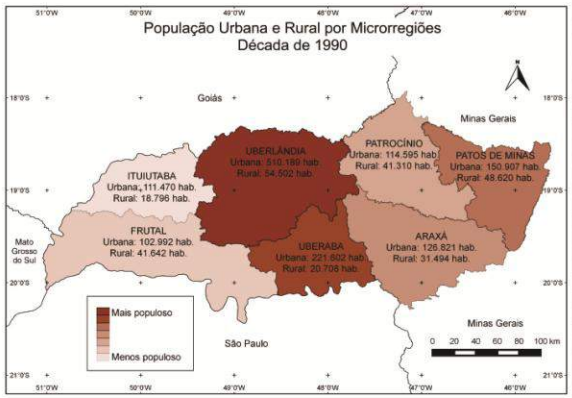


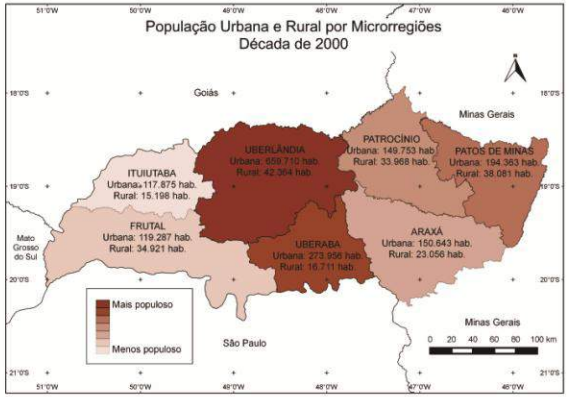


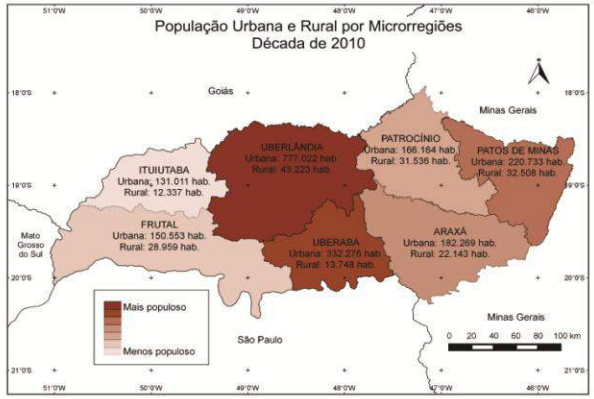














Fonte: IBGE - Tabela de dados: População por município (1872 a 2010) disponível em http://www.ibge.gov.br/home/geociências/geografia/default_evolução.shtm acesso em 23/06/2014. Mapas base: Shape Limites Estaduais do Brasil, 2007; Microrregiões do Brasil, 2005, disponíveis em http//mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm# acesso em 01/10/2014. Datum: WGS, 1984.
Digitalização e Organização: Cruz, Nelson Ney Dantas - 2014.

MUNICÍPIOS DAS MICRORREGIÕES
Microrregião de Ituiutaba
Cachoeira Dourada
Capinópolis
Gurinhatã
Ipiaçu
Ituiutaba
Santa Vitória
Microrregião de Uberlândia
Araguari
Araporã
Canápolis
Cascalho Rico
Centralina
Indianópolis
Monte Alegre de Minas
Prata
Tupaciguara
Uberlândia
Microrregião de Patrocínio
Abadia dos Dourados
Coromandel
Cruzeiro da Fortaleza
Douradoquara
Estrela do Sul
Grupiara
Irai de Minas
Monte Carmelo
Patrocínio
Romaria
Serra do Salitre
Micror. de Patos de Minas
Arapuá
Carmo do Paranaíba
Guimarânia
Lagoa Formosa
Matutina
Patos de Minas
Rio Paranaíba
Santa Rosa da Serra
São Gotardo
Tiros
Microrregião de Frutal
Campina Verde
Carneirinho
Comendador Gomes
Fronteira
Frutal
Itapagipe
Iturama
Limeira do oeste
Pirajuba
Planura
São Francisco de Sales
União de Minas
Microrregião de Uberaba
Água Comprida
Campo Florido
Conceição das Alagoas
Conquista
Delta
Uberaba
Veríssimo
Microrregião de Araxá
Araxá
Campos Altos
Ibiá
Nova Ponte
Pedrinópolis
Perdizes
Pratinha
Sacramento
Santa Juliana
Tapira

Mapa 02: Conjunto de mapas da evolução populacional da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
População urbana e rural por Microrregiões - 1940 a 2010.

Os dados do mapa 02 não demonstram a quantidade de migrantes que saíram de cidades menores para cidades de maior população, como é o caso do crescimento significatIvo da população da cidade de Uberlândia-MG, que é um dos municípios mais importantes da região em termos econômicos. Apenas dão indícios de que o crescimento populacional de algumas cidades provavelmente esteve ligado à chegada de migrantes. Isso revela a sua capacidade de polarização, sobretudo de populações vindas de áreas rurais da própria região ou de municípios próximos ou distantes. O fato é que a migração em direção às cidades é uma realidade incontestável na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme se pode observar no mapa 02. A urbanização aí ocorrida está num contexto geral de transformações do campo que resultou no êxodo rural, fenômeno que tem predominado no Brasil desde a década de 1940. Nesse sentido, a migração pode ser analisada como um componente essencial na trajetória de vida de muitos sujeitos que vivem e moram nesta Mesorregião, não sendo uma situação particularmente vivida pelo Sr. Vicente de Paulo e pelo Sr. João Bosco, que relataram a respeito de suas profissões e experiências de migração. Apesar da naturalidade desses dois sujeitos serem diferentes e de possuírem algumas profissões distintas e outras equivalentes, eles compartilham de uma experiência social que os aproxima, que é aquela ligada à migração e à condição de trabalhadores autônomos.

De acordo com Thompson, quando se pretende analisar a história a partir de um ponto específico, o qual, neste caso, pode ser a migração, é certo que não será possível constatar a existência da classe social, mas, apenas o que se define enquanto "multidão de indivíduos com um amontoado de experiências"[170]. A migração, enquanto dinâmica social vivida pelos sujeitos entrevistados, ganha sentido de relação com a classe quando é conectada ao processo de luta e conquista da terra, ou seja, quando se refere a um período de mudança de vida dos sujeitos que viveram a migração e outros processos que a ela estão associados, como é o caso da pobreza. Porque, ainda de acordo com o autor, "(...) se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições"[171]. E o que as famílias assentadas viveram, antes de integrarem um movimento específico, durante

[170] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 11-12.
[171] Idem p. 12.

o engajamento na luta e ao longo do acampamento e da efetiva conquista da terra, aproxima muito do que Thompson intitula de “período adequado de mudanças sociais”. Portanto, a migração pode ser aqui entendida como uma das experiências sociais que participam ativamente na dinâmica da experiência de classe – nesse processo de mudança vivida na passagem de não proprietário de terras a sujeito assentado –, abarcando e se relacionando com diversas experiências, como é o caso da pobreza, que também se constitui um dos elementos que justificam a aproximação entre sujeitos que, numa determinada circunstância espacial, passaram a compartilhar e articular ideias e estratégias de luta pela terra.

Se no curso de suas vidas as famílias assentadas tiveram que migrar de um ponto a outro no espaço, certamente o fizeram na possibilidade de conquistar uma vida melhor, que não foi possível adquirir trabalhando e habitando na cidade. Considerando que essa experiência não resultou na concretização do projeto de vida desejado, a migração novamente é pensada conforme as possibilidades em que se está vivendo, não deixando de ser uma alternativa para se resolver os problemas que afetam os meios de vida. Ainda mais quando a experiência de moradia na cidade serve de comparação à moradia no campo, conforme se pode constatar na fala da Senhora Rita de Cássia, quando ela relata a respeito de seus anseios de um lugar para morar, dizendo que:

> **Rita de Cássia:** A gente sempre queria um cantinho pra viver bem, né. Pra num tá na cidade pagando um aluguel, pagando uma água, porque nóis já sofreu muito pra pagar aluguel, pagando uma água, uma energia. Então, a gente vei caçar melhora. Só que a melhora é uma melhora em certas parte e outras não. Entendeu? Porque na fazenda você tem sussego, né. Você tem uma galinha pra cumer. Você tem uma fruta, é... Tem uma mandioca, né. Então, a gente... Na cidade é tudo difícil, você tem que comprar. Aí, até hoje, às vezes, eu me arrependo porque eu tô aqui, né (no assentamento). Aí, eu volto atrás e penso: mas se eu tivesse na cidade era muito mais difícil, porque lá eu tinha que comprar tudo.[172]

Segundo o relato da entrevistada, o desejo de sair da cidade para morar no campo está relacionado à falta de condições financeiras para poder pagar um aluguel, uma conta de luz e outra de energia elétrica, além de ter que custear a alimentação. Nessas condições, ficava difícil continuar morando na cidade, sendo

[172] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Rita de Cássia (55 anos), moradora do P.A. Engenho de Serra, em 13/04/2014.

que o campo começou a surgir como um espaço alternatIvo e viável a essa situação de pobreza. Pois “caçar melhora” também significou romper com certas determinações políticas e econômicas que parecem ter sido vividas de maneira traumática no espaço urbano, no sentido de que a fartura e a abundância daquilo que não se tem acesso poderia ser suprida a partir da vida no campo, pois conforme é relatado “na fazenda você tem sussego, né. Você tem uma galinha pra cumer. Você tem uma fruta, é... Tem uma mandioca, né. Então, a gente... Na cidade é tudo difícil, você tem que comprar”.

Sendo assim, a vontade de morar no campo foi gestada no interior das experiências que estão relacionadas à pobreza, o que indica a existência de problemas que também podem ter sido formados num contexto mais amplo de relações sociais de trabalho, que não se constituíam como meios satisfatórios à manutenção das necessidades materiais. Considerando esses aspectos, o relato do Sr. Tomás de Aquino, esposo da Sra. Rita de Cássia, indica que eles possuíam uma aversão às formas assalariadas de trabalho, que foram vividas durante o período em que moraram na cidade de Capinópolis. Segundo ele:

> **Tomás de Aquino:** Eu sou do Goiás, sou do município de Itumbiara. Só que... Meus documento é tudo goiano. Só que eu mesmo sou nascido e criado em Capinópolis. Nasci no Goiás, vim do Goiás com um mês e quinze dias de nascido. Aí, me criei no Capinópolis, nessas fazenda... Meu pai gostava muito de tocar lavoura, aí... Então nóis vivia na cidade. Quando dá fé tava numa fazenda... Meu pai mexendo com lavoura. Quando eu vim da fazenda mesmo, que eu morava lá perto... Onde eles morava também (a família da esposa), que eles morava do lado duma mata e nóis morava de cima..., Eu vim pra cá em mil novecentos... Parece que em 1972. Foi na época que já foi tirando todo mundo das fazenda. Mandando todo mundo pra cidade. Aí, nóis vei. Eu vim parece que tava com doze... Doze pra treze ano. Aí também ficou só na cidade, aí passou pra tal da boia-fria e aí, pronto, aí cabou a vida da gente.
> **Nelson:** Porque estavam tirando o pessoal das fazendas?
> **Tomás de Aquino:** Os fazendeiros, né... Chegou uma época que os fazendeiro tava tirando o pessoal, né. Já ia mandando os morador tudo embora, indo tudo pra cidade. Foi em 72 pra 73, nóis foi mudando.[173]

A relação de trabalho que foi alterada com a migração do campo à cidade (na década de 1970) é apresentada de maneira negativa, sobretudo quando se fala do tipo de trabalho rural que a família teve que exercer quando foi morar na sede

[173] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Tomás de Aquino (55 anos), morador do P.A. Engenho de Serra, no dia 13/04/2014.

urbana de Capinópolis. Enquanto a reprodução da vida no campo é geralmente associada a uma forma de “liberdade”, que é regida por relações de trabalho não assalariadas, como é o caso da atividade de “tocar lavouras”, descrita pelo entrevistado, a vida no espaço urbano é associada às estreitas e limitadas relações de trabalho assalariadas, ainda que exercidas em áreas rurais. Aliada aos meios que provocam essa “falta de liberdade”, está a pobreza, como sendo uma experiência que influencia na consolidação da ideia de que ser dono de uma terra, no espaço rural, mesmo que se tenha de enfrentar certas dificuldades, constitui-se um caminho mais adequado para se apropriar de alternativas que a cidade não oferece, tais como adquirir determinados alimentos sem a mediação da compra e a possibilidade de desenvolver outras relações de trabalho não assalariadas.

A necessidade de possuir terra vai surgindo na esteira dos embates que parecem ter sido travados mais intensamente no espaço urbano, passando a fazer parte de um projeto de vida, em que desejos e sonhos são construídos socialmente. No caso específico da família entrevistada, a necessidade de morar e trabalhar no campo está intimamente relacionada a um passado ligado ao meio rural, onde viveram as experiências indispensáveis para que pudessem analisar e distinguir como é viver num e noutro espaço. É por isso que o ato de migrar tem o seu papel fundamental na maneira do sujeito construir e reproduzir determinados projetos de vida, pois o fato de almejar a posse ou a propriedade de uma terra para trabalhar, também é movimentado conforme a capacidade que eles possuem de analisar as vantagens do assalariamento rural, na condição de “boia-fria” e morador da cidade, em contraposição ao trabalho autônomo “tocando lavoura”, que é associado à moradia no campo, pois as experiências no modo de enfrentar a pobreza formaram a necessidade de se “caçar melhora” de vida.

Outras experiências compõem uma lógica e uma dinâmica que muito se aproxima do modo com que o Sr. Tomás de Aquino e a Sra. Rita de Cássia construíram o desejo e o sonho de possuir uma terra para nela morar e trabalhar. A trajetória de vida do Sr. Francisco de Sales e da Dona Catarina de Sena, que também são assentados da Reforma Agrária, foi marcada pela migração do campo à cidade. De acordo com a entrevista:

> **Nelson:** O Senhor Francisco de Sales é natural de onde?
> **Francisco de Sales:** Daqui mesmo de Santa Vitória.
> **Dona Catarina de Sena:** Nascido, batizado, casado...

> **Nelson:** A senhora também é natural de Santa Vitória?
> **Dona Catarina de Sena:** Não, eu sou do Rio Grande do Norte.
> **Nelson:** Qual cidade de lá?
> **Dona Catarina de Sena:** São Paulo do Potengi. Eu vim pra cá eu tava com onze anos.
> **Nelson:** A senhora veio pra cá com onze anos? A senhora veio pra qual cidade aqui?
> **Dona Catarina de Sena:** Nós já vei direto aqui pra Santa Vitória. Assim... Nas fazenda. Eu morei em vários lugar, né. Agora que eu tô quieta, porque graças a Deus eu tô enriba do que é meu. Mas eu mudei muito.
> **Nelson:** De Santa Vitória a senhora veio pra Ituiutaba, aqui?
> **Dona Catarina de Sena:** É, vim pra cá (para o assentamento). Eu casei lá (Santa Vitória) e fiquei morando lá, mas, assim, morava em fazenda. (Depois) Morava na cidade porque meus meninos cresceu e eu tive que mudar pra cidade pra estudar. Aí eu vim pra cá, agora aqui já vai fazer quatorze anos que eu tô aqui.[174]

De acordo com o relato, a mudança para a cidade ocorreu pela possibilidade dos filhos estudarem, porém, conforme se verá na próxima parte da entrevista, a experiência da pobreza gerou a necessidade de se buscar alternativas para produção dos meios de vida noutros lugares, o que lhes impulsionou a deixar a cidade rumo a um acampamento do movimento de luta pela terra. Sendo assim, no início da década de 1990, Dona Catarina de Sena e sua família ocuparam uma faixa de terra à beira da estrada para aguardar a desapropriação de uma fazenda localizada no próprio município de Santa Vitória. Sobre esse momento ela relatou que:

> **Dona Catarina de Sena:** (...) aí a primeira invasão que nóis fez foi em noventa e dois (1992). Aí num deu certo. Lá, nóis ficou quatro anos... Acampado.
> **Nelson:** Onde foi isso?
> **Dona Catarina de Sena:** Lá no São Paulo-Cuiabá (beira da Rodovia Federal). Lá nas panela... Eles fala lá o nome da fazenda, chama as panela, lá no Jaime Bernardo.
> **Nelson:** Em que município é esse?
> **Dona Catarina de Sena:** Santa Vitória mesmo, Santa Vitória mesmo. Lá, nóis ficamos quatro anos. Mas, lá nós incomodemos, sabe? Porque a terra era boa. Então, nóis... Aquele povo que tinha corage de trabalhar, nóis plantou, plantou muita coisa, então, nóis é... Muito farturento, graças a Deus. Nóis tinha porco engordando, tinha galinha, nóis plantava roça de melancia...
> **Nelson:** Tudo no acampamento?
> **Dona Catarina de Sena:** Tudo no acampamento. E eu fiz uma horta em volta da casa, que nóis ficava na faixa da rodovia, entendeu? Que é aqui na São Paulo- Cuiabá. Então, na faixa, lá, nóis feiz roça, nóis plantemos. Então pra quem tava morando na cidade, lá (no acampamento) tava melhor. Lá tava melhor porque nóis tinha de tudo, num pagava aluguel, né. Era em

[174] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Sales (77 anos) e pela Sra. Catarina de Sena (74 anos), moradores do P.A. Engenho de Serra, no dia 23/11/2013.

> barraco, na verdade, mas barraco bem feitim. Então, nóis ficava no barraco e... Pra mim era melhor do que tá na cidade. Porque morar na cidade, hoje, pra quem não tem um pouquinho de dinheiro... Então, era todos dois nalfabeto (Dona Catarina de Sena e seu esposo Sr. Francisco de Sales). Não... Em Santa vitória (na cidade) também é um lugarzinho pequeno. Nem quem tem estudo fica lá. Aí, nóis ficamo lá (no acampamento) quatro anos. Aí, quando nóis viu que num dava mesmo, lá num tinha jeito, num saía terra, aí, nóis pegamo o povo... Um bucado foi pra Perdiz (município de Perdizes-MG), outro bucado foi pra Vargem do Touro (que hoje é uma assentamento)[175]

E a Dona Catarina de Sena com sua família veio para o Projeto de Assentamento Engenho de Serra, alguns anos depois, quando ainda pelejava para sair da cidade em busca de uma alternativa semelhante àquela vivida no acampamento à beira da rodovia São Paulo-Cuiabá. Em sua trajetória, as experiências vividas indicam a existência de alguns elementos coincidentes com aqueles que também aparecem na história descrita pela Sra. Rita de Cássia, quando esta relatou a respeito dos benefícios que almejava possuir, tais como a vantagem de não pagar aluguel e de ter alimentos com fartura. E essa situação já era vivida pela Dona Catarina de Sena desde quando deixou a cidade de Santa Vitória para ir morar no acampamento, no sentido de que estar ali não era uma atitude movida apenas pela possibilidade de se conseguir uma terra, pois de acordo com seu relato é possível identificar as vantagens de não morar no urbano, pois "nóis é... Muito farturento, graças a Deus. Nóis tinha porco engordando, tinha galinha, nóis plantava roça de melancia (...). Na faixa, lá, nóis feiz roça, nóis plantemos (...). Lá tava melhor porque nóis tinha de tudo, num pagava aluguel, né." E mesmo voltando para a área urbana de Santa Vitória, em função da fazenda não ter sido desapropriada, a terra trabalhada à beira da estrada resultou em garantias mínimas para produção dos meios de vida, que fossem suficientes para que pudessem morar na cidade durante algum tempo, pois:

> **Dona Catarina de Sena:** Aí, nóis saímo... Muita gente saiu. Aqueles que era mais certo, saiu.
> **Nelson:** Vocês saíram e foram pra onde?
> **Dona Catarina de Sena:** Viemos pra Santa Vitória, de novo... Pra Santa Vitória de novo. Mas, só que o que nóis trouxe lá deu pra nóis cumer uns dois ano, que nóis trouxe um caminhão trucão cheim de arroz, feijão, de tudo que nóis trouxe de lá, sabe? Aí, quando foi um dia, já nesse intervalo, nesses dois ano, aí que nóis tava lá, aí teve uma reunião. Eu lá ia pra casa

[175] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Catarina de Sena (74 anos). Op. Cit.

> do papai mais da mamãe eu e... Aí, eu falei: ali tem um barulho. Eu vou ver o que barulho é aquele. Era um... Um... Um cômico (Comício eleitoral).[176]

A fartura conquistada naquele acampamento teve reflexos positIvos em sua maneira de pensar a realidade do campo, pois se numa pequena faixa de terra, à beira da estrada, eles conseguiram produzir alimentos que foram consumidos ao longo de quase dois anos, certamente orientariam os seus projetos de vida conforme a possibilidade de conseguir uma terra no campo. Afinal, também já haviam morado um bom tempo de suas vidas em fazendas do município de Santa Vitória. E seguramente era por causa dessas experiências concretas que eles gestavam dentro de si o desejo de produzir fartura no campo e de viver numa casa onde não tivessem que pagar aluguel. Nesse sentido, ficavam alerta a qualquer outra possibilidade de ingressar num movimento, até que a Dona Catarina de Sena teve a oportunidade de conversar com um político que a direcionaria ao acampamento da fazenda Capão Rico/Engenho de Serra. Na conversa com o político ela disse:

> **Dona Catarina de Sena:** Eu tô dentro da cidade passando até falta das coisa, porque meu serviço era lavar roupa, passar pros outro, cozinhar. Era meu serviço assim: sempre eu mexia fazer galinhada, essas coisa, sabe? Mas, num dava (pouco dinheiro), porque eu sou mãe de dez filho. Então, meus filho vai estudar... Deu água pras barba. E assim mesmo só duas fez o primeiro grau. O resto fez só o quarto ano pra trás... Que eu num dava conta. Nóis dois num dava conta de dá estudo pra eles.[177]

A história utilizada pela Dona Catarina de Sena para convencer o político fundamentava-se em sua pobreza, na condição de ter que criar muitos filhos a partir de uma realidade social que não lhe era favorável, ainda mais que o objetIvo de morar na cidade não havia sido alcançado, que era o de proporcionar condições para que os filhos pudessem estudar. Segundo ela “Então, meus filho vai estudar... Deu água pras barba”, ou seja, devido às dificuldades advindas da condição de pobreza não seguiram adiante para alcançar a formação que certamente almejavam. De certo modo, a Dona Catarina de Sena reconhecia que a formação escolar não poderia garantir os meios de vida para que pudessem continuar morando em Santa Vitória, pois segundo ela “Nem quem tem estudo fica lá”.

---

[176] Idem.
[177] Ibidem.

A pobreza e a migração constituem os principais elementos atIvos na articulação da classe e do movimento de luta pela terra. Nos casos relacionados às histórias do Sr. Vicente de Paulo, da Dona Catarina de Sena e de seu esposo, bem como da trajetória de vida do Sr. Tomás de Aquino e da sua esposa, Sra. Rita de Cássia, ainda persiste outro elemento essencial, que é a experiência adquirida durante o período em que moraram e trabalharam em algumas fazendas de seus respectIvos municípios. E essa experiência torna-se importante em suas trajetórias porque lhes permitiu, de maneira mais concreta, comparar as vantagens de morar e trabalhar numa ou noutra localidade (campo ou cidade). Mas, o que se percebe é que este componente não é o aspecto determinante do desejo pela terra, pois, como já mencionei anteriormente, a experiência do Sr. João Bosco, que sempre viveu na cidade, exercendo profissões tipicamente urbanas, evidencia que a conexão que possibilita a articulação da classe entre sujeitos de experiências distintas de trabalho, ainda é fundamentada na pobreza e na migração, como experiências comuns e compartilhadas socialmente. É por isso que determinados sujeitos, que nunca moraram ou trabalharam exercendo uma profissão tipicamente rural, podem, de alguma maneira, considerar a luta pela terra e a Reforma Agrária como possibilidades reais de produzirem seus meios de vida a partir do campo.

A maneira como o Sr. João Bosco e sua esposa, Sra. Maria de Cléofas, conseguem obter renda, mesmo morando num assentamento rural, é senão uma expressão das relações vividas no urbano e em conexão com ele, seja num passado anterior à conquista da terra, seja durante o momento presente. Enquanto o marido trabalha na oficina, fazendo consertos de automóveis e de eletrodomésticos, a esposa é funcionária pública do município e exerce a função de professora numa pequena escola, que foi construída no próprio lote de terras onde moram.



Foto 01: Barracão onde são guardadas as ferramentas de borracharia e demais instrumentos utilizados no conserto de

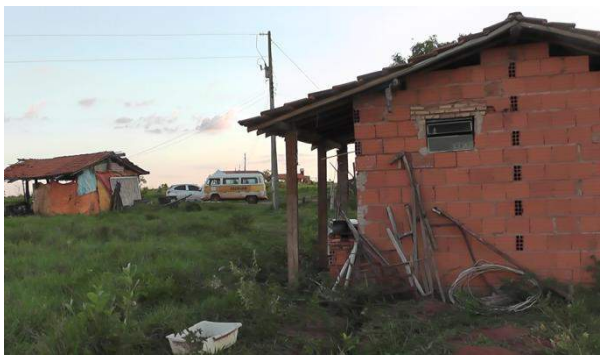


Foto 02: Construção improvisada onde funciona a escola de alfabetização de adultos, localizada próxima ao barracão da oficina. Autor: CRUZ,

eletrodomésticos. Autor: CRUZ, Nelson Ney Nelson Ney Dantas, outubro de 2013. Dantas, outubro de 2013.



Foto 03: Escola localizada no Projeto de Assentamento Engenho de Serra. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, outubro de 2013.



Foto 04: Momento de aula em que os alunos estão utilizando os livros didáticos para fazerem atividades individuais. CRUZ, Nelson Ney Dantas Cruz, outubro de 2013.

A foto 01 contém a imagem do barracão onde o Sr. João Bosco guarda suas ferramentas de trabalho e também desenvolve as suas profissões. Próximo a este local, numa construção de alvenaria inacabada, à direita (na foto 02) do barracão da oficina, localiza-se a escola onde são ministradas as aulas no período noturno para um grupo de seis pessoas adultas, conforme a entrevista concedida pela Sra. Maria de Cléofas durante um momento de aula (foto 04). De acordo com seu relato, a prefeitura municipal tem a responsabilidade de transportar os alunos que frequentam as aulas, e por isso, todos os dias, um veículo escolar (no centro da foto 02) contratado pela prefeitura, pertencente a um motorista que mora na cidade, percorre as áreas dos assentamentos para transportar os alunos até o lote da Sra. Maria de Cléofas. A escola onde as aulas se desenvolvem apresenta muitas semelhanças com outras construções de alvenaria existentes nos assentamentos, sendo possível relacionar o seu uso como sendo um local de moradia ou uma pequena “casinha” onde geralmente alguns assentados abrigam um tanque resfriador para armazenamento da produção do leite. Seguindo essa lógica, um observador desatento poderia muito bem associar essas construções aos usos que comumente se encontra noutros lotes de terra, não sendo difícil confundir o barracão da oficina como sendo um local onde se guarda ferramentas utilizadas para plantar/colher na agricultura e outros implementos comumente aplicados na lida com o gado bovino. Para entender a dinâmica da realidade é preciso dialogar com os sujeitos que nela

vivem e adentrar às suas casas e a seus locais de trabalho, para perceber a heterogeneidade de experiências que os assentamentos rurais possuem, já que certas práticas sociais – conforme o momento de aula registrado na foto 04 – podem revelar a diversidade de usos e apropriações da terra nos espaços da Reforma Agrária.

Nesse sentido, a migração e a pobreza, como experiências comuns e compartilhadas socialmente, também contribuem para pensar o que justifica a heterogeneidade dos sujeitos que lutaram pela terra, que integraram os movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária para se tornarem assentados, evidenciando ainda o motIvo pelo qual os trabalhadores rurais (pequenos arrendatários, lavradores, meeiros, vaqueiros, boias-frias) não são os únicos a reivindicarem o direito de possuir uma terra para nela viver e trabalhar e nem mesmo os únicos a permanecerem morando nos assentamentos rurais. Muitos daqueles que engajaram nos movimentos, participando da ocupação da terra e do acampamento, tiveram uma trajetória de moradia no urbano, não exercendo ao logo da vida a profissão de lavrador, trabalhador rural ou agricultor, como é o caso do Sr. Antônio de Pádua, cuja história de vida muito se aproxima da do Sr. João Bosco e da Sra. Maria de Cléofas. De acordo com sua entrevista:

> **Antônio de Pádua:** Eu sou de Capinópolis. Mas, fui... Eu só nasci, lá. A minha cidade natal é Santa Vitória. Lá, eu mexia com caminhão, eu era caminhãozeiro.
> **Nelson:** Você transportava o quê?
> **Antônio de Pádua:** Eu transportava leite. Trinta anos de leiteiro.
> **Nelson:** Era só no município?
> **Antônio de Pádua:** Era só no município de Santa Vitória.
> **Nelson:** Você coletava leite onde?
> **Antônio de Pádua:** Nas fazenda. Eu coletava leite em trinta e três fazenda e trazia pro laticínio Catupiri.
> **Nelson:** Foi trinta anos nesse vai e vém?
> **Antônio de Pádua:** Foi trinta anos. Aí, foi na hora que passou pra tanquinho. Eu achei meio difícil, né. Aí, eu me escrevi nos sem-terra e já fiquei até pegar (a terra).
> **Nelson:** Porque foi difícil passar pra tanquinho?
> **Antônio de Pádua:** Porque era muito caro, né. E exigia de caminhão novo. Que naquela hora, quando começou, eles num aceitava caminhão véi, né. O meu caminhão num era véi. Pro latão (de leite) ele era bão, porque, na época, uma caminhão 80, era bão, né. Um Mercedes 1113-80 era seminovo, mas pra pôr o tanquinho em cima, já tinha que ser um Ford Cargo ou então um 1318 ou um Volks, por causa do chassi ser largo, né. Aí, eu vi que pra mim num dava, porque eu ia investir numa coisa que eu achei que num ia dar tão certo, né. Que num deu pra muita gente, né. Eu achei melhor largar lá e vim, né, pra terra.
> **Nelson:** Na sua época teve pessoas que deixou de mexer com leite por causa disso?

> **Antônio de Pádua:** Não... Nóis era... Cê quer ver? Só lá no laticínio Catupiri nóis era vinte e sete. Ficou três. Sabe? E eu fui um dos sorteado pra ficar. E eu num quis, porque dispensou os outros, né. Aí, pra você ver... Em vinte e sete ficou três. E eu fiquei nos três. Só que eu dispensei. Depois, aí, quando foi, valeu mesmo, eu dispensei. Falei: não eu num quero não, porque eu... Eu já tinha vontade demais de possuir uma terrinha, né. Eu puxava leite e falava assim: gente, eu tem que ter num seja uma quarta de chão pra eu fazer do jeitim que eu quero, né. E deu certo essa coisa de eu vim pra cá.[178]

A recusa em investir na compra de outro caminhão fez com que o Sr. Antônio de Pádua pensasse na possibilidade de possuir uma "quarta de chão pra eu fazer do jeitim que eu quero", pois sabia que continuar trabalhando no laticínio poderia não ser algo vantajoso, como de fato não foi para outros que lá ficaram, quando ele diz que "num deu certo pra muita gente, né". A sua trajetória na cidade também é marcada pela experiência do desemprego, como sendo uma situação vivida por outros colegas de trabalho, já que na mesma época em que deixou de ser "caminhãozeiro", outros companheiros de profissão também deixaram de trabalhar para o laticínio, conforme ele fala que "Só no laticínio Caputiri nóis era vinte e sete. Ficou três". E mesmo ficando entre aqueles três, ele preferiu ser despedido pela empresa para buscar outra alternativa de emprego, que se traduziu na luta pela terra.

Próximos da experiência do Sr. Antônio de Pádua, quanto à moradia e trabalho na cidade, estão outros sujeitos da Reforma Agrária, como é o caso da Sra. Bernadete Soubirous, que deixou o emprego de servidora pública, exercido durante oito anos na prefeitura de uma cidade do Estado de Goiás, para ingressar no movimento de luta pela terra. Segundo ela:

> **Bernadete Soubirous:** Minha família é de Santa Vitória e Ituiutaba. Aí, aonde eu mais morei assim... Também, da minha vida... Fui pra Goiânia aos quatorze anos. Aí, aos quatorze anos, mesmo, fui pra Piracanjuba(GO). E em Piracanjuba morei treze anos. Aí, foi onde eu rumei os meus filhos. (...) Aí, eu fui pra Nova Crichás (GO). Em Nova Crichás eu morei dezessete anos. Lá em Goiás, perto de Tocantins. Aí, em Nova Crichás eu fiz um concurso público. Aí, passei... Fiquei em primeiro lugar e lá eu fiquei dezessete anos. Trabalhei oito anos concursada. Aí, lá eu convivi até vir embora pra cá. Aí, aqui (em Ituiutaba) eu vim passeando. Por obra do destino, que Deus tinha pra mim, eu cheguei e minha família era os sem-terra. Eles era sete membro. Eu vim passeando. Falei: Deus me livre. Eles:
> **(Parentes):** Fica, fica, fica...
> **Bernadete Soubirous:** Falei: De jeito nenhum. Aí, eu fiquei. Eles tudo saiu e num suportou as pressões que eu sofri. Aqui eu sofri. Aí, eles num

[178] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Antônio de Pádua (62 anos), morador do P.A. Engenho de Serra, no dia 03/10/2014.

> aguentou e eu orava a Deus, assim... Que eu não era assim.... Evangelizada total. Eu orava a Deus e falava: Deus, o Senhor que conhece a minha vida. E Deus já tinha me mandado por obra do destino.
> **Nelson:** E no caso... Porque a senhora veio passear aqui em Ituiutaba e onde que essa família da senhora estava (acampada)? Onde, especificamente, eles estavam?
> **Bernadete Soubirous:** Eles tavam na rodovia. Aliás, a minha irmã foi lá (em Nova Crichás) e me buscou. Porque eu fiquei dois ano de licença do meu serviço, que eu mesmo quis tirar. Porque eu votei contra o prefeito e ele implicou comigo, aí eu num deixava de implicar também. Aí, um dia eu fui lá e falei pra eles. Falei: se vocês não me derem licença eu vou agorinha na justiça, porque eu tenho o direito. Tenho seis ano de serviço, já. E eu com cinco ano eu tenho direito. Aí, eles foi e aconteceu que num tinha outro jeito. E quando eu terminei os estudo... Porque eu voltei a estudar lá (em Nova Crichás), aí eu terminei o segundo grau. Aliás, eu fiz dois segundo grau, fiz dois colegial. Aí, eu fui trabalhar bem na delegacia. Os meus colega, cinco policial, formou junto comigo. Aí, nóis ficou assim... Minha família sempre me mostrava aquelas coisa (de sem-terra). Aí, meu minino falou:
> **(Filho):** Fica por lá, mesmo, mãe. Tenta essa terra. É bom demais.
> **Bernadete Soubirous:** Só, que eu sonhava assim... Que eles (assistência técnica) vinha também, depois que eu ganhasse a terra. Se eu ganhasse, que eles vinha, né. E eu num queria mais o emprego também, não. Aí, eu fui lá e pedi exoneração e eles não me exonerou. Por causa que eu tinha muito amigo lá dentro e elas achou assim, que eu era uma batalhadora, que criei... Que eles viu eu criar meus filhos sozinha. Passar fome! Eu passei. Tinha dia que eu comia e outro eu deixava pra eles comer, cê entendeu? Aí, um dia eu almoçava e deixava pra eles. Aí, o maiorzinho chegava a perceber e falava:
> **(Filho mais velho):** A senhora num almoçou. Eu também não vou almoçar.
> **Bernadete Soubirous:** Eu falava: vai sim. Você num viu que a mãe comeu? Olha o tamanho da barriga. Aí, eu brincava assim, por que eu num ia deixar os meu filho com fome.[179]

A sua trajetória da entrevistada é regida pelos dilemas da migração e da pobreza, como experiências marcantes e também presentes na vida de outros assentados, conforme se pode correlacionar com as entrevistas e os relatos analisados anteriormente. Considerando a lógica contida no relato da Sra. Bernadete Soubirous, o que se percebe é que a condição de servidora pública e de moradora da cidade não foi um impedimento para que ela ingressasse no movimento de luta pela terra. O contato que teve com alguns de seus parentes, que já estavam no acampamento, em Ituiutaba, foi importante para que pudesse conhecer como se dá a luta, que também é permeada pela pobreza e conduzida por sujeitos pobres, com os quais ela certamente se identificou. Entretanto, o acampamento anuncia outras possibilidades, que podem ter sido pensadas por ela como alternativas mais viáveis de se reproduzir os meios de vida, quando

[179] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Bernadete Soubirous (52 anos), moradora do P.A. Renascer, no dia 12/09/2014.

comparadas ao emprego público que houvera conquistado e a condição de ser pobre. Ao morar no acampamento, durante o período em que ficou de licença do trabalho na prefeitura, teve a oportunidade de refletir sobre o seu destino. Logo, a mudança para o acampamento, que originou o Projeto de Assentamento Renascer, foi decisiva para que pensasse a respeito de seu futuro, pois a paisagem da fazenda, onde acamparam, era muito semelhante a dois desenhos que houvera criado quando era aluna na quinta série do ensino fundamental. Segue os desenhos:

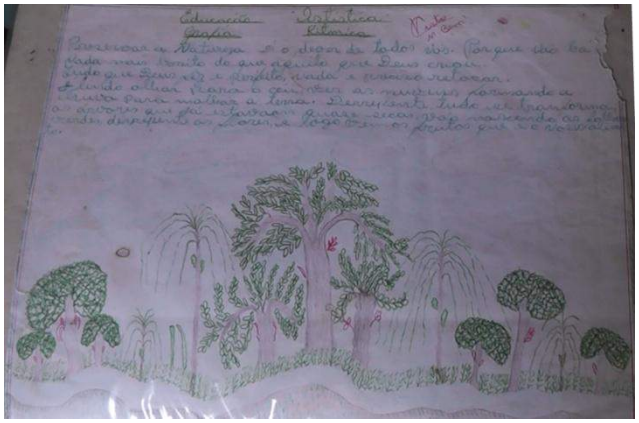


Imagem 01: Desenho em folha tamanho A4 com árvores similares às encontradas em áreas de cerrado, especificamente nos arredores de sedes de fazenda e demais casas de campo. Fonte: Acervo pessoal da Sra. Bernadete Soubirous.



Imagem 02: Desenho produzido no verso da folha apresentada na Imagem 01. Contém apenas uma árvore, que possui muitas semelhanças com a sucupira, conforme relatado pela entrevistada que desenhou a imagem. Fonte: Acervo pessoal da Sra. Bernadete Soubirous.

De acordo com a Sra. Bernadete Soubirous, os desenhos que fizera quando ainda estudava na quinta série, foram inspirados num sonho que ela teve durante a infância. As paineiras (ao centro) e os coqueiros (ao lado das paineiras), apresentados na imagem 01, possuíam muitas semelhanças com as mesmas árvores plantadas de frente à sede da fazenda, onde acamparam. Além disso, no local onde montaram os barracos, havia uma sucupira, que é uma árvore típica da área de cerrado. Segundo ela, esta sucupira era praticamente idêntica àquela desenhada (imagem 02) no verso da folha onde está registrada a imagem 01. Diante dessas coincidências ela passou a ter certeza de que estava no caminho certo e que o seu destino de possuir uma terra era obra de Deus em sua vida. Por isso, teve a coragem de solicitar à prefeitura a sua exoneração do cargo de serviços gerais, exercido durante oito anos de sua vida, para poder ter o direito de ser beneficiária da Reforma Agrária.

Diante das trajetórias de vida, que foram analisadas a partir dos relatos dos sujeitos entrevistados, é possível pensar nas seguintes questões: os integrantes os movimentos sociais de luta pela terra são todos camponeses? O desejo pela terra pertence somente aos que um dia viveram e trabalharam no espaço rural? A experiência de vida e trabalho no campo é o único elemento que os une entorno da luta pela terra? As evidências indicam que a articulação da classe congrega sujeitos de várias categorias profissionais, tais como caminhoneiros, lavradores, servidores públicos, agricultores, marceneiros, pintores. Contém uma gama de pessoas que não possuem uma experiência profissional ligada à terra, pois sempre viveram e trabalharam em profissões tipicamente urbanas, sendo que participar da luta pela Reforma Agrária foi uma opção tanto de homens e de mulheres que sabem cultivar a terra quanto daqueles e daquelas que, ao viverem experiências distintas do sujeito do campo, passaram a enxergar o rural como uma alternativa mais viável de trabalho e moradia, e em certa medida, mais promissora e vantajosa em termos de reprodução dos meios de vida.

O que efetivamente movimenta e aproxima os sujeitos dos movimentos sociais de luta pela terra a articularem-se enquanto classe são as experiências comuns e compartilhadas correspondentes à migração e à pobreza. Entretanto, a passagem da condição de pobre e de migrante, que é permeada pela consciência de classe[180], para sujeito militante de um movimento, não se desloca por uma via de acesso livre ou direto ao campo de luta, pois, se assim o fosse, seria muito provável que qualquer um que tenha vivido tais experiências de classe e também possuísse o desejo de adquirir uma propriedade rural, facilmente se tornaria um militante na luta pela terra. O fato é que não é possível estabelecer nenhuma regra sobre a ação dos sujeitos que viveram experiências muito parecidas, conforme se pode entender das análises de Thompson[181]. A participação num movimento de luta pela terra é uma possibilidade, assim como outras alternativas de combate à pobreza vivida e de resistência às imposições de uma classe dominante - geralmente empreendidas

[180] De acordo com Thompson "A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma". Nesse sentido, apesar da articulação da classe possuir alguns elementos "gerais" e "comuns", já que os sujeitos vivem involuntariamente determinadas relações de produção, a formação da consciência não pode ser apartada de processos mais "particulares", que são próprios daquilo que os sujeitos vivem culturalmente a partir de seus modos de vida materializados nas "(...) tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais". THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 10.

[181] Idem.

pelos modos de viver, que são culturais, sem que o sujeito tenha que integrar um movimento ou participar de qualquer articulação coletiva – também se constituem possibilidades reais e concretas. De um modo ou de outro, as duas opções não deixam de pertencer às experiências de classe, pois independente de estarem ou não num movimento coletIvo, os sujeitos pobres possuem consciência de classe, pois seus modos de vida também são modos culturais de luta.

Mas a luta contra a pobreza, através de práticas sociais e culturais, não é um processo livre de obstáculos, pois "Dizer que os "homens" definem e modelam suas vidas só é verdade como abstração. Em toda sociedade concreta há desigualdades específicas nos meios e, portanto, na capacidade de realizar esse processo"[182]. Sendo assim, mesmo que a cultura esteja materializada em diversos processos sociais atIvos, nos quais os homens agem para modelar suas vidas, ela está num embate ininterrupto contra pressões e limites advindos de práticas políticas e socioculturais que são contrárias aos seus processos. Desse modo, o desejo e a efetiva participação na luta pela terra, dos sujeitos assentados, movimentou-se numa relação direta com um processo atIvo de práticas socioculturais dominantes definidas como hegemonia.

Para Williams, a hegemonia abarca toda "(...) uma complexa combinação de forças políticas, sociais e culturais (...)", que se faz presente na maneira como os grupos dominantes agem para impor à classe não proprietária certos limites às suas ações. Nesse sentido, a hegemonia vai além da definição de ideologia, pois enquanto esta pode ser entendida como "(...) um sistema relativamente formal e articulado de significados, valores e crenças, de um tipo que se pode abstrair como "visão do mundo" ou "perspectiva de classe"", a hegemonia ganha uma dimensão mais ampla, pois "DecisIvo não é apenas o sistema consciente de ideias e crenças, mas todo o processo social vivido, organizado praticamente por significados e valores específicos e dominantes", conforme aponta Williams. Ainda de acordo com o autor, enquanto a ideologia é tratada como um sistema formal e articulado da consciência da classe dominante, que está sempre disposta a propagar seus valores e crenças, a hegemonia, apesar de se relacionar com essas definições de ideologia, não "reduz a consciência" a esses valores e crenças, pois "Vê, ao contrário, as relações de domínio e subordinação, em suas formas como consciência prática,

[182] WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Op. Cit. p. 111-112.

como efeito de saturação de todo o processo de vida (...)". Sendo assim, pela hegemonia, a consciência não deve ser entendida como um conjunto de crenças, valores e significados prontos para exercer – na condição de ideologia – formas de "manipulação" e "doutrinação", que partam de uma classe dominante sobre outra subordinada, pois a hegemonia "É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo".

Ao considerar a hegemonia como sendo um processo que age efetivamente nas práticas socioculturais de uma classe não proprietária, referindo-se aqui às famílias pobres que se tornaram integrantes dos movimentos de luta pela terra, não significa dizer que esse processo seja uma determinação absoluta sobre a realidade vivida, pois existe na prática determinadas pressões que podem ser traduzidas como contra hegemônicas. Os sujeitos da Reforma Agrária não são passIvos aos interesses das classes dominantes e, por isso, a partir de seus modos de vida empreendem ações contra hegemônicas em defesa de seus próprios interesses, exercendo sobre a hegemonia determinadas pressões que a impulsionam ser "(...) renovada continuamente, recriada, definida e modificada"[183]. Tais pressões podem ser analisadas no contexto do engajamento e das experiências de acampamento daqueles sujeitos que participaram da articulação e organização do movimento de conquista da terra. São muitas as situações vividas que evidenciam a maneira como a articulação dinâmica da classe se dá no interior de processos hegemônicos e contra hegemônicos. Desse modo, podemos compreender que as estratégias utilizadas para arrebanhar membros para o movimento, em correlação com a maneira de se fazer acontecer as reuniões e de debater sobre a viabilidade da ocupação ou reocupação da terra, constituem-se, a partir de práticas culturalmente estabelecidas e que são, ao mesmo tempo, pressões e linhas de força contrárias aos processos hegemônicos. Assim, pensar a realidade de luta pela terra a partir de processos hegemônicos e contra hegemônicos, que se relacionam diretamente às experiências de classe, pode ser uma alternativa para se entender os motIvos pelos quais a ação dos movimentos sociais não se materializa fora dos interesses de classe e nem se aparta dos modos de vida como modos culturais de luta.

[183] Ibidem.

2.3 – O engajamento na luta pela terra e as pressões sociais

> **Nelson:** E como foi pra vocês conhecerem o movimento? Como vocês engajaram no movimento?
> **Tomás de Aquino:** Quando nóis... Eu tava trabalhando... Aí eu... O rapaz é até assentado aqui no Douradinho... Você já deve até ter ouvido falar no Barrabás, que veve pra cá... Que é assentado aqui no Douradinho. Aí nóis... Eu tava trabalhando no motosserra, lá na fazenda do Bananeira, finado Bananeira, era vizinho assim da cidade, lá. Aí, eu tava cortando uns eucalipto lá na porta da fazenda, aí, o Barrabás tinha uma chácara que ele alugava lá na beira do asfalto, indo lá pro lado de Ipiaçu (MG), aí o Barrabás falou assim:
> **(Barrabás):** "Tomás de Aquino, você num quer fazer parte de um movimento assim... Dos sem-terra, junto com nóis não? Nóis tá juntando uma equipe, uma turma pra poder nóis pegar duas fazenda lá no município de Ituiutaba".
> **Tomás de Aquino:** Eu falei: Barrabás, que jeito é isso? Aí ele andou lá me explicando, nóis ficou conversando na beira do asfalto lá, e tal, me explicou. Eu falei: aonde que é essa reunião?
> **(Barrabás):** "É lá na casa do William, do Lêga. Lá no bar assim, assim".
> **Tomás de Aquino:** Eu falei: mas eu acho vocês lá.
> **(Barrabás):** "Vamos hoje na reunião pra você ver? Vai lá pra você participar, vê como é que é. Vai vim um pessoal do movimento, vai ter uma reunião com nóis lá, aí você vai."
> **Tomás de Aquino:** Eu falei: não, tudo bem, vou lá. Cheguei em casa de tarde, tomei um banho e falei pra mulher: eu vou numa reunião ali dos sem-terra. Aí a mulher (disse):
> **(Esposa do Tomás de Aquino):** "Ah! que vai mexer com sem-terra, e tal..."
> **Tomás de Aquino:** Falei: Ah! vou lá pra mim ver como é que é esse trem. E fui. Cheguei lá, tinha gente pra caramba na casa do home. Um movimento... Tinha muita gente, todo mundo animado naquela hora. E é que nem diz o outro: no início a pessoa que tá com aquelas conversa, que o movimento aluga muito a cabeça da gente também. Na hora saia muita conversa boa, aí você põe aquilo na cabeça e naquilo ali você invoca, né. Aí, por aí nóis começou. Começou participar da reunião e tal dia tem outra reunião. Eu ia em todas reunião, eu ia...[184]

O trecho apresentado no início do tópico refere-se à fala do Sr. Tomás de Aquino, assentado no P.A. Engenho de Serra. A fala resume sua trajetória do engajamento na luta pela terra. Segundo ele, o convite para participar do movimento veio de uma pessoa conhecida, que segundo se pode interpretar, participava do círculo das experiências comuns e compartilhadas pelo Sr. Tomás de Aquino. O Sr. Barrabás, como era conhecido, dialogou informalmente com o entrevistado em seu local de trabalho. A informalidade no modo como abordou o Sr. Tomás de Aquino, para convidá-lo a participar da reunião do movimento, constituiu-se uma estratégia muito eficiente, pois se traduziu como um elo de identificação de interesses e de convencimento, já que a informalidade não significava descompromisso. Pelo contrário, em muitas relações de trabalho, o compromisso poderia ser firmado pelo

[184] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Tomás de Aquino (55 anos). Op. Cit.

cumprimento da palavra dita, expressa claramente, sem a obrigação de uma formalidade contratual escrita e assinada. Foi apenas um convite, mas a decisão do Sr. Tomás de Aquino pareceu firme, mesmo sabendo de que se tratava de "sem-terra". E como lhe dera a confirmação do comparecimento, restou cumpri-la, estando no ponto de encontro conforme combinado.

O local onde tais sujeitos se reuniram, também parece ser o da informalidade, como é o caso de um bar na casa de um dos participantes, que o cedera para que a reunião acontecesse. É o movimento se organizando e arrebanhando membros a partir de uma conversa informal, do jeito que normalmente se combina um serviço temporário, uma diária, uma capina, uma colheita de algodão, um corte de eucalipto, num paralelismo em relação à informalidade do trabalho rural e urbano, que muitas vezes foi exercido pelo Sr. Tomás de Aquino, especialmente quando este passou a morar na cidade de Capinópolis, como já relatado anteriormente, conforme sua afirmação de que "Aí também ficou só na cidade, aí passou pra tal da boia-fria e aí, pronto, aí cabou a vida da gente."[185]

Aparece na fala do Sr. Tomás de Aquino alguns elementos importantes que evidenciam a maneira como o movimento vai sendo organizado. A informalidade aproxima-se muito das análises de Thompson sobre a Formação da Classe Operária Inglesa, quando ele ressalta a importância da reunião como momento de discussão política. De acordo com o autor "Eis a função da reunião, tanto como ocasião social quanto centro para a atividade política. (...) Eis, acima de tudo, a determinação de propagar opiniões e de organizar os adeptos (...)"[186]. O fato de realizar a reunião "Lá no bar assim... Assim..." é um detalhe que não pode passar despercebido ao contexto das experiências de classe, porque é o espaço da informalidade, da troca de experiências sociais, um local que pode ser entendido como aquele ponto de encontro onde se "(...) consolida aqueles costumes que servem aos interesses do povo; as tavernas são suas, as feiras são suas (...)"[187], e é nesses locais onde a instrução para articulação dos interesses comuns vai sendo compartilhada. O bar poderia até ser um local como outro qualquer, mas ele compõe "um dos eixos onde gira a história"[188], onde a reunião "Significa o término de qualquer noção de

[185] Ibidem
[186] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 19-20.
[187] _____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Op. Cit. p. 21.
[188] _____. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 20.

exclusividade, de política como reserva de uma elite hereditária ou de um grupo proprietário"[189].

Seria difícil compreender a articulação do engajamento na luta pela terra, caso os elementos culturais não comparecessem concretamente no contexto dinâmico da experiência de classe. Eles estão ali, no jogo das experiências sociais, na maneira como elas vão aparecendo na fala dos sujeitos, no modo de relatar o acontecido, na capacidade de descobrir o endereço do local onde será realizada a reunião, já que o Sr. Tomás de Aquino afirmou que "mas eu acho vocês lá", como se não soubesse exatamente onde era o bar, sendo que ao mesmo tempo sabia onde os conhecidos poderiam estar. Por isso, os elementos culturais também estão presentes no modo como eles dialogam entre si, na confiança ou desconfiança que trazem consigo ou na curiosidade de conhecer o que o outro tem para oferecer. A escolha em participar da reunião é também uma decisão cultural, assim como o convite do movimento tivera sido destinado aos sujeitos que culturalmente possuíam alguma relação ou experiências sociais comuns. Quem fez o convite ao Sr. Tomás de Aquino sabia com quem estava dialogando. Desse modo, a informalidade com que os sujeitos foram abordados e a escolha estratégica de convidar membros potencialmente interessados na luta pela terra, são apenas alguns desses elementos que dinamizam as relações sociais e já estão contidos nos processos culturais. E o movimento soube habilmente tirar partido da cultura local, pois conforme o Sr. Tomás de Aquino contou "(...) tinha gente pra caramba na casa do home. Um movimento... Tinha muita gente, todo mundo animado naquela hora."[190]

Tornou-se uma articulação potencialmente eficiente, já que pela informalidade foi possível agrupar, num mesmo movimento, aqueles sujeitos que possuíam uma estreita ligação pelas experiências comuns compartilhadas. Segundo o Sr. Tomás de Aquino:

> **Tomás de Aquino:** Aí, por aí, nóis começou. Aí começou participar a reunião e tal dia tem outra reunião. E aí, em todas as reunião eu ia. Tinha reunião... Os cara já avisava:
> **(Companheiros de luta):** "Olha, tal dia tem uma reunião, vai lá..."
> **Tomás de Aquino:** Aí eu ia. Participava da reunião e no início já fui fazendo o meu cadastro e já aquilo foi ficando e foi juntando o pessoal de Capinópolis que era quase todo mundo era amigo meu e, aí, ele falou:
> **(Companheiro de luta):** "Olha gente, vocês vai chamando mais colegas seus, que você conhece muita gente aqui na cidade, vai convidando pra

[189] Idem.
[190] Ibidem

> participar da reunião, pra fazer esse cadastro, pra ver se a gente pega as duas fazenda, lá."
> **Tomás de Aquino:** Eu falei, não, tudo bem. Aí eu chamei o João, o João ali. Chamei o João, chamei seu Geraldo, fui convidando muitos assim. E por ali nós foi reunindo aquela turma. Aí... E aí nós foi começando a participar dessa reunião, vei o Benedito, nós chamou ele também. E sei que nós foi enganjando aquele turmão de gente. Sei que nessa hora, lá, nós tava nuns setenta a oitenta pessoa, ou mais, já. Quando reunia, aquilo lá enchia tudo.[191]

O fato dos companheiros incentivarem os demais a convidarem outros participantes, além de já "ter muita gente na casa do home", conforme narrado pelo Sr. Tomás de Aquino, reflete a clara intenção de arrebanhar um "número ilimitado de membros". E isso se configura como uma estratégia política muito importante na luta pela terra, especificamente porque se torna uma tática eficaz contra as possíveis retaliações dos fazendeiros e da polícia. Essa estratégia não é exclusivamente criada e empreendida pelos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil ou em Capinópolis. Aproxima-se muito das lutas que outras "pessoas comuns", vivendo noutros lugares e noutros tempos históricos, colocaram em prática nas suas atividades políticas reivindicatórias. Os movimentos operários da Inglaterra, analisados por Thompson, também tinham a preocupação de arrebanhar um número ilimitado de membros, pois a participação coletiva poderia garantir certa imunidade em relação a situações específicas de transgressão à lei, bem como amenizar as retaliações vindas de grupos ou de instituições opostas ao movimento[192]. As análises de Hobsbawm, a respeito de comunidades camponesas da Europa e da América Latina, aproximam-se das considerações de Thompson e, ainda mais, apresentam um tipo padrão de ação que muito se assemelha à realidade de luta vivida pelos sujeitos aqui pesquisados. Considerando a atuação de grupos de camponeses do Peru e do Sul da Itália, em épocas distintas, Hobsbawm afirma que, em primeiro lugar, as estratégias de ocupação da terra assumem um caráter coletIvo e essencial, "(...) porque todos os membros da comunidade devem estar envolvidos em minimizar a retaliação e em evitar que a comunidade seja perturbada por discussões entre os que expõem seus pescoços e aqueles que não o fazem"[193].

O recrutamento de um número "ilimitado" de membros, além de funcionar como estratégia de proteção contra possíveis retaliações, representa abertamente a

---

[191] Ibidem.
[192] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 64.
[193] HOBSBAWM, Eric j. **Sobre história**. Op. Cit. p. 293-294.

manifestação e articulação de interesses de classe, fundamentados na formação de uma turma de trabalhadores que irá lutar contra os interesses de outro grupo, que é o dos fazendeiros. E isso é claramente dito ao Sr. Tomás de Aquino e seus amigos da cidade, que poderiam recusar a proposta caso não concordassem com a ideia de "pegar duas fazenda lá no município de Ituiutaba"[194], conforme lhes foi apresentado enquanto motIvo da reunião. Significa que sua aceitação do convite à reunião também foi motivada pelo esclarecimento que lhe fora dado, ou seja, de que o principal assunto seria a possibilidade de conquista da terra por meio de uma luta declarada aos interesses de um grupo social que ele já conhecia, e que inclusive tivera participação ativa na saída de muitas famílias do campo à cidade, naquele município.

Durante a entrevista, o Sr. Tomás de Aquino descreveu sobre a época em que os fazendeiros estavam "tirando" o pessoal das fazendas, "mandando os morador tudo embora, indo tudo pra cidade"[195], conforme relatado no tópico anterior. Nesse trecho é possível perceber a experiência vivida pelo Sr. Tomás de Aquino em relação aos fazendeiros da região. O motIvo de sua migração para a cidade – que certamente também foi o mesmo para muitos de seus companheiros de luta – tem como uma das causas a ação dos fazendeiros. Não que ele tenha um sentimento extremamente negatIvo em relação aos donos de terra. Ao menos esse sentimento não foi expresso em alguma entrevista concedida. Mas, a experiência da migração, que trouxe dificuldades para se manter na cidade, devido a mudança nas relações de trabalho, tem como um dos motIvos a ação dos fazendeiros, o que certamente contribuiu para reforçar em si e em seus amigos o conjunto de interesses contrários aos deles.

O relato do Sr. Tomás de Aquino sobre a sua adesão ao movimento aparece com uma ressalva intrigante. Refere-se à objeção de sua esposa, conforme a expressão de reprovação contida em seu depoimento quando ele reproduziu a fala dela. Mas isso é apenas uma reação dentre várias outras que fazem parte de um contexto de pressões sociais internas, não invalidando a perspectiva dinâmica de organização e articulação da classe. De fato, o processo de luta, no qual o entrevistado participou, é claramente um exemplo de que a classe social é a movimentação de sujeitos que efetivamente articulam e organizam seus interesses

[194] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Tomás de Aquino (55 anos). Op. Cit.
[195] Idem

contra outros que possuem uma posição contrária[196]. Mas isso não se dá de uma maneira direta e harmônica, pois dentro do grupo ou da classe na qual o Sr. Tomás de Aquino pode ser incluído facilmente, existe um embate muito silencioso, que está a todo momento exercendo uma força contrária para que a luta não aconteça. A reprovação da esposa do Sr. Tomás de Aquino é apenas um exemplo dessa força contrária, que não é isolada e nem sequer é uma situação exclusiva do grupo contra o qual a luta seria declaradamente concretizada: a dos fazendeiros.

Um dos indícios mais concretos da existência desse embate silencioso, que será entendido como uma pressão social interna é quanto à realização efetiva da ocupação. Apesar de o movimento possuir aproximadamente oitenta membros, que segundo o Sr. Tomás de Aquino estava "(...) todo mundo animado naquela hora."[197], nem todos decidiram participar da ocupação, da qual estavam cientes e haviam concordado abertamente, pois de acordo com o Sr. Tomás de Aquino, eles diziam:

> **(Companheiros de luta):** "Eu vou... Eu vou... Eu vou..."
> **Tomás de Aquino:** Na hora todo mundo falava, né.
> **(Companheiros de luta):** "Ó gente! é pra ter certeza, no dia de ir, chegar o dia nós vem aqui pra vocês ir mesmo. Porque tem de ocupar mesmo. Tem de entrar lá no chão pra segurar a fazenda."
> **Tomás de Aquino:** Bão! Aí no dia que foi pra... A giripoca piou, aí foi avisando, porque eles foi programando. Não podia ser duma vez, né. Aí, o quê que acontece, aí os cara avisou:
> **(Companheiros de luta):** "Ó, Badii (Tomás de Aquino), nós vai sair tal dia."
> **Tomás de Aquino:** Falei: Então tá.
> **(Companheiros de luta):** "Aí tem que comprar feira, um prástico, já levar os trem tudo no... Já deixar tudo no jeito porque na hora que nós arrumar o caminhão tem de jogar esses trem dentro e nóis entrar dentro desse caminhão e vazar."
> **Tomás de Aquino:** Falei: não, tudo bem. E eu já fui lá, comprei um prástico, comprei... Arrumei já as panela num saco, já tudo arrumado lá, os trenzim que tinha que trazer, já fiz... Aí, mesmo, quase no dia de eu sair eu tinha um dinheiro pra receber, que eu tinha vendido um mii (milho) lá no Berlândi (Uberlândia), que eu tava tocando uma lavoura lá, à meia com um cara, lá. Aí, nós tinha dibuiado (debulhado) um mii e já tinha vendido o mii e tinha que esperar o prazo. No dia que eu tava pra sair o dinheiro saiu. Já tava pra sair. No outro dia não saiu. Aí, eu, naquela hora recebi... Parece que naquela hora era uns trezentos e uns quebrado (pouco mais de trezentos reais em dinheiro). Aí, eu falei: Ôa! Aqui já dá pra eu firmar, né, ficar uns dias no assentamento, dá pra mim comprar uns trem, eu já tinha feito umas feira boa pra deixar em casa, pro pessoal lá em casa. Tinha deixado tudo programado. Eu já tinha feito a minha separadinha. Aí, o caminhão encostou:
> **(Companheiros de luta):** "É hoje!"
> **Tomás de Aquino:** Eu joguei esses trem dentro e nóis vazou de lá pra cá. Ah menino! mas na hora que chegou na porta dos outro, das casa de quem

[196] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 10.
[197] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Tomás de Aquino (55 anos). Op. Cit.

> ia... Nóis saía com o caminhão de casa em casa, né, porque tinha que pegar os trem. Ô fulano, é hoje, vamo? Vambora?
> **(Companheiros de luta):** "Eu num vou de jeito nenhum. Num vou de jeito nenhum. Num vou de jeito nenhum."
> **Tomás de Aquino:** E eu sei que nóis rumou dezessete pessoas, só.
> **(Companheiros de luta):** "Vambora, com dezessete vai. Vamos vazar."
> **Tomás de Aquino:** Aí nos vazou.[198]

A informalidade funcionou muito bem até o momento das reuniões de articulação do movimento. Mas, conforme o Sr. Tomás de Aquino narrou, nem todos que estavam na reunião e que se cadastraram, realmente participaram da ocupação da terra no dia programado. É que no meio do caminho muitas barreiras podem ter surgido. O fato do Sr. Tomás de Aquino ter "deixado tudo programado" também esteve relacionado com a ocasião na qual recebeu um dinheiro que já estava aguardando, o que favoreceu prover a família durante um período de sua ausência, e que certamente amenizou algumas de suas preocupações e o motIvou para partir com o grupo no dia em que o chamaram em sua casa. Dentre os percalços que seus companheiros desistentes passaram, o embate silencioso da pressão social pode ter sido um deles.

Para melhor demonstrar como esse embate silencioso influencia na organização do movimento e no engajamento efetIvo de seus membros, irei tratar da experiência de outro assentado. Primeiramente, denomino o embate como silencioso porque diversos trabalhos, habitualmente, analisam o processo de luta pela terra considerando o interesse comum dos integrantes dos movimentos contra o interesse dos sujeitos de outra classe, que é a dos fazendeiros, desconsiderando a heterogeneidade da própria classe. Certos trabalhos ainda se esquecem do contexto social conflituoso, no qual o movimento é organizado, como é o caso do embate com os familiares, amigos e conhecidos, naquilo que culturalmente estão vivendo, ou nem sequer ratificam a existência de uma pressão social interna que se estabelece no lugar, para que o sujeito não participe do movimento. Essa forma de pensar a classe, sem considerar os seus conflitos internos, aproxima-se muito da maneira com que a Geografia Agrária estuda a realidade dos assentamentos rurais, principalmente por aquela linha de análise que elege o campesinato como classe social subordinada a viver uma luta incessante contra a monopolização do território pelo capital, como já analisado no primeiro capítulo desta tese. Se por um lado, no contexto real aqui estudado, as relações sociais estabelecidas culturalmente foram

[198] Idem.

utilizadas como estratégia para os movimentos sociais arrebanharem membros, por outro, funcionaram como mecanismo de coerção contra a organização de luta pela terra, naquilo que chamei de embate silencioso.

O embate silencioso das pressões sociais, que surgem na relação entre os sujeitos de uma mesma classe, evidencia uma dinâmica que se faz presente no processo de engajamento ao movimento social e durante a luta pela terra, podendo ser facilmente ocultada quando os embates e pressões são analisados somente no nível da relação dual entre classes, daquela vivida entre integrantes dos movimentos e fazendeiros. É por isso que "A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais"[199], no sentido de que é nas experiências sociais que se pode compreender a heterogeneidade da classe. As experiências daqueles que engajaram na luta pela terra tiveram um papel fundamental na formação da luta entre classes, mas, ao mesmo tempo, não foi uma garantia total de que todos os sujeitos convidados a participar do movimento aceitariam automaticamente o convite. Sendo assim, é preciso considerar o embate silencioso como um dos elementos que confere dinâmica e heterogeneidade à classe social.

No Projeto de Assentamento Divisa, as experiências sociais do engajamento e da articulação para a luta demonstram uma realidade contraditória nas formas de pensar e agir daqueles que potencialmente deveriam possuir interesses comuns: os trabalhadores rurais. Na formação da luta pela terra, considerando o caso da fazenda Divisa, o sindicato teve um papel estratégico e fundamental para mobilizar seus associados. Mas isso não se deu como sendo uma imposição por parte do órgão sindical ou de sua coordenação regional, que era a FETAEMG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de Minas Gerais), senão pelo interesse de poucos membros em ingressar na luta pela Reforma Agrária, conforme foram sendo convidados e esclarecidos sobre o assunto. Essa é uma constatação realizada a partir do depoimento do Sr. Francisco de Assis, que era membro do Sindicato dos trabalhadores rurais do município de Canápolis-MG, na época em que ele engajou na luta pela terra. Ele disse:

> **Francisco de Assis:** Olha, é... Isso aconteceu num ano... Isso foi em noventa e sete (1997), no final de noventa e sete. É... Me convidaram pra mim... Que eu era associado do sindicato, né, dos trabalhador rural em Canápolis, e me convidaram pra mim fazer parte da diretoria do sindicato

[199] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 10.

> (como suplente). É... E aconteceu que é... Faltou uma (funcionária) e eu fiquei na parte de secretaria, no cargo de secretaria, mas não ocupava o cargo, né... Isso foi em noventa e sete. Quando foi em noventa e oito (1998), no mei do ano de noventa e oito, é... A secretária, que tomava conta lá, teve que sair. Aí, eu fui substituir ela uns dias. E aí, durante esse período, eu tive a oportunidade de ir em Uberaba fazer... Num congresso é... Pelo sindicato da Fetaemg do Estado, (congresso) de Reforma Agrária. E aí, quando a gente chegou lá, tinha saído... Isso foi em setembro, tinha saído aqui, na região, umas desapropriação de terra, né. E aí, eu falei pro rapaz, pro diretor da Fetaemg, em Uberaba, que é... Ele falou:
> **(Diretor da FETAEMG):** "Vai sair mais perto de vocês, lá em Ituiutaba. Tá pra sair mais duas ou três fazenda pra ser desapropriada".
> **Francisco de Assis:** E aí eu falei com ele, né. Eu, na condição de secretário, tinha mais outras pessoas lá. Falei: Não! A gente é trabalhador. Se por acaso sair outra desapropriação o senhor avisa pra nós, que nós interessa. Nós tem trabalhador lá no sindicato, é... Que interessa, que tem interesse. E aí, aconteceu, né, que veio a segunda desapropriação no município e aí a gente, de fato... Ele brincou... Achou que a gente tava brincando, né, com aquilo. E a gente falou: não, a gente num tamo brincando. E aí viemos.[200]

Diferentemente do MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra), que estava à frente da organização de luta que o Sr. Tomás de Aquino participou, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canápolis-MG já possuía cerca de 1000 (mil) associados, aproximadamente, o que supostamente facilitaria a organização do movimento de luta pela terra, pois os membros pareciam estar ali potencialmente disponíveis. O respaldo jurídico do sindicato e a iniciativa de seus dirigentes não foram suficientes para um engajamento espontâneo de seus filiados no movimento. Ou seja, muitos trabalhadores rurais, que moravam no município e que poderiam ser considerados como sujeitos "sem-terra", não quiseram tomar partido pelo movimento que estava sendo formado entorno do Sindicato e com o respaldo da FETAEMG. Houve, então, uma difícil tarefa da diretoria do Sindicato em reunir trabalhadores interessados em aproveitar a oportunidade de desapropriação, surgida no município de Ituiutaba, conforme se pode observar na fala do Sr. Francisco de Assis, quando demonstra que:

> **Francisco de Assis:** A sociedade não aceitava muito bem isso, na época, né. Então, era muito ignorante. E todo esse processo, ele foi feito... Foi um processo feito em silêncio. Não podia ter... Não havia divulgação, né. Então, havia só informação entre aqueles que interessava. Dentro do sindicato a gente tinha pessoas que era de confiança, que a gente sabia que é... Tava no campo, né, trabalhava na mesma situação que a gente. Então, a gente fazia convite. Fez esse convite. Então, durante quinze dias, é... A gente foi convidando as pessoas. Então, por isso, a gente teve muita dificuldade por

[200] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos), morador do P.A. Divisa, no dia 25/10/2013.

> ser algo novo, né. Especialmente dentro do Sindicato. E as pessoas tinha muita resistência a isso. Então, é... Devido ter muito trabalhador, mas, menos de dois por cento dos associados, eles aceitaram a ideia, ou quiseram pelo menos ouvir e ver as possibilidades se isso dava certo ou não, mesmo tendo um decreto já de desapropriação. Não seria praticamente uma invasão, porque a área já tava pra fins de Reforma Agrária, assinado pelo Governo, né.[201]

Mesmo comprovando a existência da legalidade do processo e confirmando o respaldo jurídico do Sindicato, muitos filiados demonstravam possuir uma opinião formada sobre o assunto. Assim sendo, muitos deles nem sequer se dispunham a ouvir a proposta. Daí a preocupação em realizar um processo "feito em silêncio". Não em relação aos filiados, mas em relação àqueles que, mesmo sendo trabalhadores rurais, não possuíam nenhuma ligação com o sindicato, e que segundo a classificação dos que estavam à frente do plano, certamente não adeririam à proposta. Outra preocupação era de que a notícia se espalhasse para outras pessoas da cidade, pois a opinião pública seria certamente a de rejeitar e de criticar duramente o plano de luta pela terra. E essa pressão social poderia limitar ainda mais a adesão dos trabalhadores rurais.

O que se pode analisar é que o engajamento e a organização na luta pela terra não é uma via de trânsito livre, ou seja, não se pode realizar uma associação objetiva e direta entre trabalhador rural e movimento de luta. Existem barreiras sociais que o distanciam da condição de lutar contra o interesse de grupos contrários aos seus. Mas isso não quer dizer que não existe classe ou consciência de classe, ou mesmo luta entre classes. O que se entende é que nem toda consciência de classe, como é o caso daqueles que são trabalhadores rurais, irá impulsioná-los a lutar pela Reforma Agrária. A consciência de classe é uma construção que precisa ser articulada com a experiência social, na condição de um processo dinâmico que necessita estar em movimento e articulação com a realidade vivida, uma vez que o caminho teórico-metodológico do estudo dos processos culturais está fundamentado na "(...) proposição de que o ser social determina a consciência"[202], e que a consciência de classe relaciona-se à forma como as experiências sociais são tratadas "(...) em termos culturais: encarnadas em

[201] Idem.
[202] WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista Op. Cit. p. 7.

tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais"[203]. Assim sendo, as barreiras sociais coercitivas, que vão aparecendo mais claramente ao longo da iminência do engajamento na luta pela terra, é uma dessas condições que afetam o ser social, de modo que a consciência de classe vai sendo forjada nesse limiar dos processos culturais. Entretanto, não está livre de contradições, o que significa dizer que aquele sujeito trabalhador rural, que rejeitou a luta pela terra, não tenha uma consciência de classe. Ela apenas atende ao interesse de outra classe, que é a dos fazendeiros ou latifundiários (envolvidos pela hegemonia dominante), mesmo que o trabalhador não participe efetivamente dessa classe, porque a hegemonia está sendo "(...) renovada continuamente, recriada, defendida e modificada"[204] também por sujeitos que não fazem parte do grupo aos quais ela serve diretamente.

Na fala do Sr. Francisco de Assis é possível perceber que havia uma desconfiança sobre a maneira como a sociedade reagiria ao saber da notícia de que o Sindicato estaria organizando um movimento de luta pela terra. Na realidade, essa iniciativa do Sindicato sugeria a existência de "(...) uma nova noção de democracia, que punha de lado as velhas inibições e confiava nos processos de auto-avaliação e auto-organização da gente simples"[205], daqueles que estavam tentando organizar "silenciosamente" um movimento de luta. Apesar de que uma coisa era ser trabalhador rural e outra era ser integrante de um movimento. Mesmo que as duas coisas fossem entendidas como equivalentes, por parte daqueles sujeitos que não eram proprietário de terras, um estereótipo já havia se consolidado entorno do significado do termo "sem-terra". Então, uma das preocupações na organização do movimento não existia em função de seus dirigentes compreenderem, junto com a opinião pública, que a ação seria legal ou ilegal do ponto de vista jurídico, mas imoral e, em certa medida, ilegal do ponto de vista social, a começar pela opinião da própria família, que certamente não entendia essa "nova noção de democracia". A reação desaprovadora daqueles parentes mais próximos pode ser vista a partir da narração da esposa do Sr. Francisco de Assis, quando esta comenta o posicionamento dela própria e de seus familiares, ao afirmar que eles:

> **Faustina Kowalska:** Reagiram porque eu fiquei assim... Muito abalada e passei esse abalo pra eles. Apesar de que eles já conheciam, já ouviam

[203] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 10.
[204] WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Op. Cit. p. 115.
[205] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 20.

> falar sobre isso. Então, como eu fiquei assim... Muito desequilibrada, e não sabia a direção a tomar, eles ficaram contra, né. Até diziam que eu não viesse. Então, foi um escândalo pra minha família.
> **Nelson:** Porque era algo reprovável?
> **Faustina Kowalska:** Porque era algo que na cabeça dos meus familiares, como de todos, que a mídia sempre passou, que era uma invasão, que você tava tomando algo de alguém. Era baixaria, então o foco era esse, apesar de que o Francisco de Assis tinha todo conhecimento. Sabia que era decreto, sabia que tava legal, né. Mas isso não convencia ninguém. Muito menos a mim, né. Porque em momento nenhum eu fui convencida disso.[206]

Por mais que o processo de recrutamento de militantes ocorresse de maneira "silenciosa", a notícia já havia se espalhado rapidamente entre os familiares, pois, certamente, à medida que os convites eram feitos, os convidados que rejeitavam a proposta ou nem sequer desejavam ouvi-la, também a divulgavam entre amigos e conhecidos da cidade, emitindo opiniões negativas. Numa cidade pequena, como ainda é Canápolis, notícias "ruins" espalham-se rapidamente (para utilizar um termo do senso comum). Sem contar que os familiares mais próximos daqueles envolvidos diretamente na luta já estavam sabendo do plano. E a reação deles, conforme é apresentado pela Sra. Faustina Kowalska, esposa do Sr. Francisco de Assis, comprova a existência de uma força contrária aos interesses do grupo, que não é alheia a ele, mas foi gerada por aqueles que potencialmente poderiam estar participando da luta, como é o caso dela e de seus familiares, que também eram trabalhadores rurais. E é nesse sentido que a experiência de classe é um processo dinâmico e contraditório, ao mesmo tempo, pois não se constitui por sujeitos inteiramente homogêneos na forma de pensar e agir, senão por possuírem experiências comuns que nem sempre podem ser traduzidas por uma concordância coletiva de ação social conjunta, rejeitando, inclusive, aquilo que esteja fundamentado numa legitimidade juridicamente estabelecida.

Embora a ideia inicial fosse a de agir silenciosamente, o Sr. Francisco de Assis teve a intenção de submeter o seu plano ao juízo de algumas pessoas que ele respeitava, no sentido de que sua ação de luta pudesse ser legitimada socialmente, pelas normas culturais e também religiosas dos sujeitos pertencentes ao seu círculo de convivência mais próxima. Assim, compartilhou a proposta com alguns amigos da igreja (de denominação católica), que frequentava na cidade. Segundo ele:

---

[206] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Faustina Kowalska (45 anos), moradora do P.A. Divisa, no dia 23/10/2014.

> **Francisco de Assis:** Primeiro, não houve muito tempo de se refletir, né, ou se levar isso (o plano) a... Então, na igreja não souberam, né, vamos dizer assim. Eu fazia parte da Irmandade do Santíssimo, né, e comentei com alguns irmãos mais próximos de confiança. No primeiro momento, as pessoas, por não saber, eles não sabem nem que resposta dá, ou conselho, alguma coisa, né. Às vezes, fica até paralisado nisso, né. Depois que acontece, é que começa os comentário, né. Mas, como eu não convivi com eles, porque eu tinha que fazer uma escolha e era definitiva. Eu tinha que sair de lá e pra garantir eu tinha que estar aqui, né. Então, eu não tive aquele convívio com o pessoal direto, nem da família, nem, né, aqueles irmão mais próximo, ali de igreja, não tive isso. Então, quase que eu não ouvi qual era a posição deles. Alguns, quando eu voltava de quinze em quinze dia (em casa), ou de mês em mês, lá (em Canápolis), me perguntava como tava o processo, como tava ocorrendo, mas não sei se por respeito, não faziam crítica, não demonstrava. Então, isso, até por isso, me ajudou, né, a não desistir mesmo diante das dificuldades que a gente enfrentou, aqui, né. Mesmo sendo algo legal, a gente teve de ocupar de uma maneira como se fosse ilegal.[207]

Se por um lado a pressão social, supostamente existente, conduzia o núcleo do movimento a organizá-lo "silenciosamente", ainda mais que para os familiares o plano de luta era um escândalo e socialmente condenável, por outro, a omissão dos trabalhadores rurais não interessados e a opinião de pessoas de outros círculos sociais, certamente se constituía como uma fonte de pressão, pois se não havia um apoio declarado, qualquer outra atitude poderia ser facilmente interpretada como opinião contrária, ou seja, o fato dos irmãos de igreja ficarem "paralisados" era apenas o reflexo de uma sociedade que não conhecia muito bem a política da Reforma Agrária ou que mesmo sabendo como as coisas funcionavam, não apoiavam o movimento. A questão de que "a sociedade não aceitava muito bem isso, na época", não era apenas uma hipótese ou suposição, pois como sujeito social, conhecedor das experiências sociais de outros indivíduos de sua cidade, o Sr. Francisco de Assis tinha consciência de como suas relações sociais, com as pessoas que convivia em Canápolis, poderiam ser alteradas. E não somente isso, mas também pelas consequências negativas que poderiam se abater sobre o plano de luta pela terra, que foi sendo gestado a partir de alguns membros do Sindicato.

E as imposições da pressão social, de um modo geral, representada particularmente pela omissão dos irmãos de igreja e pelo desespero e desaprovação dos familiares, eram claramente percebidas a partir da recusa dos trabalhadores rurais em participar do movimento, como se a negativa deles fosse o termômetro da

[207] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.

sociedade que “não aceitava muito bem isso”. De fato, houve uma enorme dificuldade em arrebanhar trabalhadores dispostos a lutar pela terra, sendo que a alternativa para aumentar o número de membros foi realizar uma parceria com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de outros municípios, conforme o Sr. Francisco de Assis apresenta.

> **Francisco de Assis:** Como a gente teve uma dificuldade entre os trabalhador, menos de dois por cento ou um por cento ou mei, não sei... De Canápolis, interessou. Então, a gente teve de fazer parceria com os outros Sindicatos, né. E fez parceria com o Sindicato de Monte Alegre (MG), o Sindicato de Ituiutaba (MG), né, e, por fim, mesmo esses três sindicato não foi suficiente pra arrumar um número de pessoas pra ocupar uma área tão grande. A gente via (pensava) tão grande, que na nossa visão precisava de pelo menos quarenta família. A gente conseguiu é... Dez... Oito famílias, dez famílias, então, isso era muito preocupante, na época. E aí, fizemos uma parceria com... Tivemos que fazer uma parceria com o Sindicato de Centralina (MG). Na época, o Sindicato de Centralina é... Era um Sindicato é... Separado dos outros sindicato, apesar de fazer parte da mesma federação. Mas, eles... O presidente, na época, ele tinha uma visão mais radical em termos trabalhista, previdenciário, agrário. Ele já tinha um trabalho na área agrária mais avançada, né. É... Mas, aí, pra arrumar o número de pessoas suficiente teve que fazer parceria com eles, mesmo não tendo um bom relacionamento entre presidente de Sindicato. E aí, aconteceu... A gente trouxe sete famílias de Canápolis e quatro de Monte Alegre, e sete... Seis de Centralina. Era previsto nove de Centralina, na hora só conseguiu seis. E de Ituiutaba, com todo trabalho feito pelo presidente, conseguiu só um.[208]

Havia necessidade de engrossar o movimento, pois, na organização do Sindicato também prevalecia a ideia de que a participação coletiva poderia garantir certa imunidade em relação a situações específicas de transgressão à lei[209], além de se tornar uma estratégia para “(...) minimizar a retaliação e em evitar que a comunidade seja perturbada por discussões entre os que expõem seus pescoços e aqueles que não o fazem”[210], o que de fato já estava ocorrendo, já que o movimento era “perturbado” por aqueles parentes e conhecidos que não desejavam colaborar com o plano de luta pela terra, de forma a exporem-se socialmente.

Afora as pressões que a opinião dos familiares e a opinião social (ou falta dela) já estavam causando, ou seja, refletindo duramente na dificuldade de compor o grupo, outro problema se mostrava como obstáculo à organização, no que se refere às relações entre Sindicatos. Pelo relato é possível compreender o quanto o

---

[208] Ibidem.
[209] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 64.
[210] HOBSBAWM, Eric j. **Sobre história**. Op. Cit. p. 293-294.

processo de organização coletiva é internamente contraditório, seja pela não identificação imediata da categoria de trabalhadores rurais com a causa da luta pela terra, seja pelas divergências entre dirigentes de instituições categoricamente equivalentes, como é o caso da relação desarmônica entre unidades dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. E todas as consequências, no que particularmente se relaciona à falta de trabalhadores interessados em compor o movimento, estão diretamente interligadas ao contexto das pressões sociais, das quais a peleja travada para arrebanhar membros não pode ser separada.

Voltando-se à análise da maneira como as pressões sociais eram originadas e alimentadas por parte de quem as exercia concretamente, torna-se mais adequado compreendê-las a partir de uma experiência social específica. As duras críticas que poderiam ser objetivamente declaradas por parte dos irmãos de igreja do Sr. Francisco de Assis, certamente não foram amadurecidas, ou possivelmente não houve tempo de serem proferidas às claras, pois o convívio com os irmãos limitou-se a poucos diálogos durante o período concomitante à articulação para ocupação da fazenda Divisa, resumido há aproximadamente duas semanas, já que depois de ocupar a terra, o Sr. Francisco de Assis voltou esporadicamente à sua residência na cidade. De certo modo, tais pressões foram mais objetivamente vividas no contexto familiar e na relação de recrutamento de membros para a luta. A objetividade da pressão, no círculo dos irmãos da igreja, foi diferente das outras duas (família e trabalhadores), pois se manifestou a partir de uma desaprovação sutil, pautada na omissão. Entretanto, no caso daqueles participantes dos movimentos de luta, que tiveram a oportunidade de residir no acampamento e estarem na cidade com maior frequência, participando mais intensamente dos antigos círculos de convívio social, as pressões foram mais constantes e objetivas. Tomando-se como referência o Sr. João Bosco e sua esposa Sra. Maria de Cléofas, que moravam em Ituiutaba e eram acampados no próprio município, pelo movimento MLST, que deu origem ao P.A. Engenho de Serra, é possível analisar outros detalhes de como a pressão social se manifestava objetivamente.

> **Nelson:** Sua participação e a da Maria de Cléofas foi ativa, então, no movimento, né? Como que vocês eram vistos, é..., Pela sociedade na qual vocês estavam inseridos, pelos familiares, pela própria igreja, pelas pessoas que participavam na igreja? Como que era isso por vocês estarem envolvidos no movimento de luta pela terra?

> **João Bosco:** Olha... Houve um preconceito muito grande. É... As pessoas atacavam a gente até na fila de comunhão. Certo? Até na fila de comunhão! Portanto, até na época eu parei de participar de determinadas (igrejas)... De..., Onde que eu ia, né, nas igreja, passei a ir noutras igreja mais fora, sabe? Teve gente até que, por exemplo, nós éramos do CLC, Curso de liderança Cristã, teve gente que falou assim:
> **(Irmãos de igreja):** "Agora, o João Bosco mais a Maria de Cléofas entrou no sem-terra, virou bandido, não pode mais participar do movimento (pastoral da igreja) com a gente."
> **João Bosco:** Sabe? Então, é... O preconceito, e o preconceito é... Que nós, dentro da igreja, é.... Teve uns dez por cento que apoiava, mas, um... Um noventa por cento via a gente como um... É, como bandido, né, se tornou bandido.[211]

O caminho do engajamento na luta pela terra não ocorreu num ambiente ausente de pressões sociais, principalmente daquelas pessoas advindas de um círculo social em que as famílias já se relacionavam. A situação de não ser agradavelmente recebido na realidade onde as experiências sociais se desenvolviam mais intensamente, exigiu uma decisão radical, "porque eu tinha que fazer uma escolha e era definitiva"[212] (segundo o Sr. Francisco de Assis), no sentido de que integrar o movimento significaria deixar para trás o lugar em que a vida já estava praticamente consolidada. Mas, foi justamente a partir desse mesmo lugar que as relações sociais receberam muitos "golpes fatais" com o objetIvo de serem rompidas. Porque ser visto como "bandido" é certamente um golpe muito doloroso, capaz de desfazer laços de amizade e de companheirismo. Porém, as pressões não são aceitas passivamente. Se por um lado as pressões corroboravam para que as famílias voltassem atrás em suas decisões, no sentido de fazê-las desinteressarem da luta, como era o caso dos trabalhadores rurais de Canápolis, por outro, elas também funcionavam como um incentIvo para que os interessados não desistissem da escolha em lutar pela terra, uma vez que voltar atrás na decisão do engajamento seria o mesmo que ter relutado em vão contra as pressões sociais. Era necessário duelar contra elas, levar adiante "uma nova noção de democracia"[213], pois a vitória seria justamente a conquista da terra.

Aos poucos, à medida que os relatos de experiências são analisados, é possível ir compreendendo a trajetória difícil e turbulenta que as famílias assentadas percorreram desde o engajamento. Suas falas vão revelando a maneira como gestaram dentro de si a ideia de engajar num movimento social de luta pela terra. A

[211] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. João Bosco (59 anos). Op. Cit.
[212] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.
[213] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 10.

decisão não se moveu num meio livre, simplesmente por serem trabalhadores rurais. Para uns, a informalidade com a qual foram abordados, bem como a estratégia informal que as lideranças do movimento utilizaram para reunir os trabalhadores, trouxe para si muitos membros interessados em "pegar duas fazenda lá no município de Ituiutaba", conforme narrado pelo Sr. Tomás de Aquino. Porque a suposta "ilegalidade" de ser considerado "sem-terra" não estava sendo veiculada por uma instituição conhecida na cidade de Capinópolis – como era o exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Canápolis –, pois sua articulação ocorreu a partir de uma conversa na mesa de boteco, sem o compromisso formalmente institucionalizado, mas que se constituiu numa forma eficaz de fazer política e de articular a luta com aquela gente simples da cidade de Capinópolis. Nesse caso, a informalidade teve um papel mais eficiente na articulação da classe social quando comparada à movimentação do Sindicado de Canápolis. Mas, os interessados em participar da luta, que foram cadastrados em Capinópolis também sofreram as pressões sociais advindas de sua realidade cultural, já que a maioria daqueles oitenta trabalhadores desistiu quando tiveram que concretamente realizar a ocupação da fazenda, conforme narrou o Sr. Tomás de Aquino, ao dizer que os companheiros resistiram em participar da ocupação da fazenda dizendo "Eu num vou de jeito nenhum. Num vou de jeito nenhum. Num vou de jeito nenhum". Sendo assim, fica claro que existiu um desvio no percurso, que parecia ser tão direto entre intenção de lutar pela terra e de efetivamente ocupá-la.

A estratégia dos representantes do Sindicato de Canápolis foi baseada num caráter mais formal, com a intenção de demonstrar para seus trabalhadores toda a legalidade do processo. Não ocorreu a partir de uma reunião abrangente, que tivesse o objetIvo de convidar coletivamente os seus filiados, pois como havia a preocupação de se realizar um "(...) processo feito em silêncio."[214], o caminho seria o de conversar individualmente com os trabalhadores. O desfecho dessa estratégia foi o de não conseguir o número de adesões suficientes para realizar a ocupação da fazenda Divisa. Essa dificuldade provocava uma preocupação por parte dos coordenadores do movimento, que eram os representantes do Sindicato, porque já se tinha notícia de outros movimentos interessados em ocupar a fazenda. De acordo com o Sr. Francisco de Assis:

[214] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.

> **Francisco de Assis:** Corria o risco de outros membros do MLT, do MST, é... Que também certamente já tava com o decreto. Era falta deles localizar a fazenda, também. E, apesar que, de fato, já teve uns dentro da fazenda. Posaram uma noite, mas, por falta de coordenador deles, é... Não ficaram, né. Mas, é... Até hoje eles ainda falam disso: dessa fazenda (fazenda Divisa) que eles tiveram primeiro do que nós. Mas, deixa... Porque nós tivemos primeiro, antes, olhando e eles já vieram com pessoas, mas, o coordenador deles, estadual, não tava, e aconteceu que eles saíram. Ficaram com medo e saíram, e na próxima noite a gente ocupou.[215]

Os organizadores do movimento tinham clareza do pouco tempo disponível para articular e efetivar a ocupação da terra, pois sabiam que estavam concorrendo com outros movimentos, considerados como mais especializados em Reforma Agrária, como era o MLT e o MST, citados pelo entrevistado. Apesar de não manterem contato com nenhum desses movimentos mencionados, a desconfiança de que algum movimento pretendia ocupar a Divisa foi confirmada posteriormente. De fato, a proposta do MLST, organizado em Capinópolis, incluía a ocupação da Divisa, pois conforme o Sr. Tomás de Aquino narrou:

> **Tomás de Aquino:** Quando foi quatro hora da manhã nóis chegou aqui. Chegou aqui, tinha um pessoal já, aí... Aí, nóis era pra pegar a Divisa. Tava programado, nóis já tava programado pra vim pra fazenda Divisa.
> **Nelson:** Nas reuniões, lá, o pessoal já tinha falado da Divisa?
> **Tomás de Aquino:** É, já era a Divisa, que era pra nóis entrar. Quando nóis vei pra entrar, o pessoal já tinha entrado. Aí, tinha essa aqui, né, que era o Capão Rico, que tava programado. Capão Rico e Engenho de Serra tava programado pra nóis também, né, pra essa turma todinha que tava lá em Capinópolis. Aí, o pessoal do Engenho já tinha ocupado lá. Já tinha segurado a fazenda lá, né. Aí tava segurando nosso... Tinha chegado aqui. Tinha um pessoal que já tava tudo aí na beira do corgo, esperando nóis chegar. Aí nóis chegou e tomou conta, aí... Aí nóis perdeu a outra (Divisa), ficou só com essa aqui.[216]

A maneira como os movimentos articularam e organizaram a luta pela terra, demonstra o quanto tiveram que lidar com pressões sociais as mais diversas, inclusive a de ter que ocupar a terra o mais rápido possível, conforme relatado pelo Sr. Francisco de Assis, que temia perder o direito de ocupação da fazenda Divisa por conta de outros movimentos sociais já estarem sabendo da desapropriação e, consequentemente, já estarem se preparando para ocupar a terra primeiro que

[215] Idem.
[216] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Tomás de Aquino (55 anos). Op. Cit.

outros grupos. O seu temor se confirma a partir do relato do Sr. Tomás de Aquino, quando diz que “(...) era a Divisa, que era pra nóis entrar. Quando nóis vei pra entrar, o pessoal já tinha entrado”. É possível perceber, segundo a preocupação do movimento do Sindicato, em ocupar primeiro, que a dinâmica da luta pela terra também pode incorporar a dimensão do embate silencioso entre grupos de luta pela terra, indicando que a dinâmica da classe (que pode ir além da articulação em combate aos interesses dos grupos dominantes) também é articulada conforme determinadas pressões internas que são oriundas da heterogeneidade da própria classe, que ao organizar-se institucionalmente na luta pela terra, precisa se preocupar com a ação de outros movimentos que são compostos de sujeitos da mesma classe.

A organização e articulação da luta também revela o quanto os movimentos dependeram das condições culturais nas quais a hegemonia de uma classe dominante, deliberadamente, está presente como força ideológica sobre aqueles que estão noutra classe e cujos interesses são concretamente divergentes. Dentro de um mesmo grupo de trabalhadores rurais ou urbanos há uma constante relutância de alguns em não participar de qualquer atividade reivindicatória que seja considerada de caráter subversIvo, como é o caso da ocupação de terras. É por esse caminho contraditório que a luta pela terra vai sendo articulada: a partir de decisões que são fundamentadas em contextos culturais nos quais os sujeitos estão inteiramente mergulhados. Tanto é que suas experiências sociais necessariamente orientam os seus modos de ver, de interpretar e de viver a realidade. O sonho e as ações efetivas de conquista da propriedade de terras não podem ser separados, portanto, da experiência de classe e de seus processos culturais, pois as experiências sociais demonstram o quanto um processo se realiza e se completa na dependência do outro.

Pelo processo de engajamento e de articulação dos trabalhadores, no que se refere às pressões e embates que lhes influenciaram em aderir à luta, é possível constatar que os movimentos não atuaram sobre “(...) algum material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, transformando em seu outro extremo, uma “vigorosa raça de seres””[217] “sem-terra”. Cada sujeito exerceu um papel

[217] Nas análises de Thompson a relação que ele estabelece envolve a Revolução Industrial e a formação da classe operária, no sentido de que a Revolução não atuou sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres. Assim, o trecho utilizado é um paralelo em relação à classe operária, que se

fundamental na construção e articulação do movimento, pois cada um teve de lidar, ao seu modo, com a falta de apoio de familiares e amigos, bem como pensar em estratégias para arrebanhar mais membros e também organizar-se, do seu jeito, para participar da ocupação, o que certamente lhes proporcionou experiências sociais fundamentais para o fortalecimento da consciência de classe. Seu protagonismo cultural demonstra que levar adiante uma outra perspectiva democrática de reprodução dos meios de vida não foi uma tarefa fácil. A dinâmica do engajamento, analisada segundo a experiência social dos sujeitos entrevistados, revela a clara dimensão de que a classe é uma formação heterogênea, e que o fazer-se do movimento de luta pela terra é um fato político, cultural e também econômico, não sendo gerado espontaneamente por instituições tais como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ou os Movimentos de luta pela terra, que na época atuavam na região do Triângulo Mineiro (MST, MLST, MTL)[218].

Ao longo do intenso embate com as pressões sociais, que colaboraram para engajar alguns e dispersar tantos outros, a dimensão da luta pela terra foi ganhando outros contornos, de modo que novos embates foram aparecendo, sobretudo porque as experiências sociais adquiriram uma nova dimensão que ainda não havia se concretizado: a de ocupar e resistir pelo acampamento. As relações com a polícia, com o fazendeiro e com a milícia armada constituíram outro grupo de pressões sociais que ainda não estavam diretamente presentes na organização e na articulação do movimento e que só foram aparecer concretamente com a ocupação da terra. Por isso, é importante analisar a dimensão das pressões sociais que foram surgindo ou se intensificando à medida que a luta deixou o estágio do engajamento para passar ao degrau de organização do acampamento.

2.4 – Ocupação e projeto de vida no limiar dos interesses de classe

Nelson: Na noite que vocês vieram, vocês vieram de quê?

---

formou a si mesma. THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa:** a maldição de Adão. Tradução Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 17-18.

[218] Essa afirmação corrobora com a de Thompson, quando ele afirma que “O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril”. HOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa II:** a maldição de Adão. Op. Cit. p. 17.

> **Francisco de Assis:** É... A gente veio de caminhonete. O pessoal de Canápolis, é... Arrumou uma caminhonete, né, e... Que dava pra trazer a gente, né, e os trem que a gente trazia.
> **Nelson:** O quê que as pessoas conversavam no caminho?
> **Francisco de Assis:** Olha, é... Quando a gente saiu até de Canápolis havia assim, aquela apreensão, aquela expectativa. Quando nóis chegou em Ituiutaba também havia aquele medo dentro da gente. E quando a gente vei, é... Quando pegou a estrada de chão, aqui, pra esse lado de cá, é... Aquele medo ia aumentando, né. Porque era novo, a gente não sabia, a gente era... A gente é... Eu me sentia como invasor mesmo, né, apesar de ter um decreto, mas ninguém ia compreender isso. E foi com muito medo, né. A gente não tinha nenhuma experiência. Naquele mesmo dia a polícia nos tirou, né, à noite, à tardezinha, porque a gente não tinha experiência nenhuma, mesmo com o decreto eles não quiseram respeitar aquele decreto. É, porque era uma desapropriação, no caso, como se diz... Pra eles fazer uma reintegração de posse isso não cabia mais ao município depois de um decreto desse de desapropriação. Isso era parte do Governo Federal, que tinha todo um processo. Mas, a gente, como não tinha conhecimento, é... E o diretor da FETAEMG de Uberaba, que tinha todo esse conhecimento, sabia todo esse diálogo, fazia parte de uma comissão em Belo Horizonte, de questão agrária, que chamava, na época, CORA, é... Com autoridade do Estado, do Governo Federal e dos representante dos trabalhadores... Ele fazia parte. Mas, foi preciso ele sair (do acampamento)... Lá pras dez, onze horas, ele tinha outra questão em Santa Vitória(MG) de Reforma Agrária, também. E ele confiante disse:
> **(Diretor da FETAEMG):** "A polícia, ela deve chegar aqui, simplesmente agora, ela vai só fazer um boletim de ocorrência. E todos os processo vai tramitar agora, é... Com o INCRA, que foi o responsável. Ele que vai vim fazer a negociação com o proprietário. Deve fazer outros processo e aí será a justiça federal, se por acaso achar por bem, se o fazendeiro reverter esse decreto, é que vai fazer a reintegração de posse".
> **Francisco de Assis:** Mas, como a gente não tinha bem conhecimento e a pressão da polícia foi muito grande, então, eles, já no final da tarde, queriam partir pra agressão mesmo, e aí foi obrigado a gente sair, né. Pra não... A gente tava num número muito pequeno, doze ou quatorze pessoas, no máximo. Não tinha como enfrentar uma tropa, não era tropa de choque, mas era um policiamento muito bem armado, muitos soldado. E, aí, a gente foi obrigado a se retirar.[219]

A experiência de novas situações gerou uma expectativa e uma apreensão que foi traduzida como um medo em relação ao que poderia acontecer. Por mais que tivessem a certeza da legalidade do processo, havia o receio de que a sociedade não iria compreender ou mesmo aceitar passivamente aquela ocupação, pois foi dito que "eu me sentia como invasor mesmo, né, apesar de ter um decreto, mas ninguém ia compreender isso". E esse sentimento já havia sido gestado a partir dos embates e pressões sociais decorrentes das experiências vividas durante a organização e articulação do movimento. Se naquele curto período de recrutamento de trabalhadores, as pressões haviam emergido com muita força, a ponto de minar a adesão de filiados ao movimento, certamente o enfrentamento com o fazendeiro e

[219] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.

com a polícia causava medo naqueles que participariam da ocupação. Constata-se, então, que a formação do sentimento do medo e da culpa de sentir-se invasor, esteve socialmente interligado com experiências anteriores, necessariamente fundamentadas em relações culturais que eram permeadas pelos interesses sociais de uma classe dominante, que declaradamente influenciava a organização dos trabalhadores pelo que se pode denominar de hegemonia.

Reconhecer-se como invasor e sentir medo por conta da ocupação que iria ser efetivada, demonstrava também a maneira como compreendiam as possíveis reações do fazendeiro. É possível perceber que a legalidade da ocupação, que era respaldada pelo decreto de desapropriação, não era o passaporte confiável para um território seguro. De fato, já sabiam que a polícia iria estar presente, conforme o diretor da FETAEMG havia instruído, porém, reconheciam que os policiais não estariam ali somente para manter a ordem, no sentido de conter a violência entre proprietário de terra e trabalhadores ocupantes. Sabiam, também, que a força policial estaria inclinada a atender os interesses da classe dominante, e que os trabalhadores poderiam ser retirados da área onde haviam montado acampamento. Por fim, tinham em si a desconfiança de que a legalidade, respaldada pelo decreto, não poderia inibir a ação ilegal de despejo, que seria conduzida por força policial, em benefício do fazendeiro.

Quando perguntado a respeito da possibilidade de utilizar a violência como forma de resistência ao despejo, mesmo diante da quantidade de policiais e das ameaças que eles proferiam no intuito dos ocupantes desmontarem o acampamento e desistirem da luta, o Sr. Francisco de Assis afirmou que:

> **Francisco de Assis:** Não teve nenhuma resistência da nossa parte. Não foi feito nem... É... Houve um diálogo com o tenente. É... De duas hora da tarde até seis hora da tarde, um diálogo, até chegar um ponto que não teve mais como dialogar com eles. Eles não aceitaram, né, e eu vejo também algo muito marcante que nos ajudou na época. Foi o repórter da... Eu não me lembro... Acho que era da...
> **Esposa:** TV Vitoriosa.
> **Francisco de Assis:** Não, não era da Vitoriosa, não. Era da Cancella. Ele acompanhou todo o processo. Então, isso evitou com que houvesse uma agressão da parte da polícia porque tava tudo... Mas, se não tivesse, é... Eles tinham nos agredido muito, por nóis tá num número muito pequeno de pessoas.
> **Nelson:** E você lembra de alguma parte do diálogo deles que ficou bem marcante?
> **Francisco de Assis:** Eles dizia assim:
> **(Tenente):** "É... Como que nóis queria ocupar uma terra com um número tão pequeno de pessoas, daquele jeito?"

> **Francisco de Assis:** E eles dizia que:
> **(Tenente):** "Vocês são alvo fácil aqui. Aqui, ó, dali os pistoleiro pode alcançar vocês aqui com arma".
> **Francisco de Assis:** Então, eles foram fazendo uma pressão psicológica em nós, né.[220]

Em sua fala aparece outro tipo de resistência, que é a do diálogo. Uma estratégia adequada para retardar a desocupação e, se possível, tentar convencer os policiais a desistirem da ação e a não agirem com violência. Entretanto, essa tática não os livrou das ameaças verbais. Durante a conversa de quatro horas com o tenente, eram proferidas ameaças para que desmontassem o acampamento e desistissem da ocupação. As advertências estavam pautadas numa pressão psicológica ligada à violência física e também à desmoralização do movimento que, segundo o tenente, tinha "um número pequeno de pessoas". E sua opinião aproximava-se do que o Sr. Francisco de Assis considerava quanto ao número reduzido de membros, ao relatar que "a gente tava num número muito pequeno, doze ou quatorze pessoas, no máximo". Desse modo, não era por acaso que os rumores e ameaças de violência apareceram numa correlação com a quantidade de membros no movimento. Essa correlação ratifica a ideia de que a participação coletiva, ansiada desde a campanha "silenciosa" para o engajamento na luta, poderia garantir certa imunidade em relação a situações específicas de transgressão à lei, bem como amenizar as retaliações vindas de grupos ou de instituições opostas ao movimento[221], como já analisei no tópico anterior a este. Mas, a maneira como o tenente ameaçava os ocupantes, desmoralizando-os por conta do número reduzido de membros, reforça o entendimento de que não era apenas os movimentos que sabiam o significado e a importância da participação coletiva, pois a parte repressora, que no caso eram os policiais, demonstravam que seria muito mais fácil dispersar e, até agredir, os poucos integrantes de um movimento pequeno.

Como os policiais não queriam utilizar dos aspectos legais para justificar a desocupação (justamente porque não podiam, da a existência de um decreto de desapropriação), tiveram que apelar para o medo que os ocupantes poderiam estar

---

[220] Ibidem.
[221] Considerando a importância que o coletIvo adquire para evitar certas retaliações violentas, por parte de grupos opostos, conforme já analisei nos autores THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 64; HOBSBAWM, Eric j. **Sobre história**. Op. Cit. p. 293-294, no tópico 2.3.

sentindo, recorrendo a um diálogo coercitIvo e agressIvo. Mas, apesar de se preocuparem com a possível ação repressora e violenta da polícia, os ocupantes da terra não se intimidaram totalmente com as ameaças, pois, no intuito de convencer a polícia sobre a legitimidade da ocupação, solicitaram o apoio das lideranças, que estavam na cidade de Ituiutaba, naquele momento. Afinal, também possuem suas estratégias de fazer política, de articular um diálogo de convencimento. Conforme relata o Sr. Francisco de Assis:

> **Francisco de Assis:** Na época, o tenente... Houve um acidente que a caminhoneta quebrou e ela ficou no meio da estrada. E naquele mesmo dia os... A maior parte dos líder, os... Um foi pra... Que era da FETAEMG de Uberaba, ele foi pra Santa Vitória(MG). Mas, os três mais forte, que era o Moisés e o José de Anchieta, né, e o Juarez e o rapaz da caminhoneta, tiveram que ir pra Ituiutaba pra arrumar recurso pra arrumar a caminhoneta. E aí, ficou só nóis, que num tinha nenhuma experiência, né. E aí, nisso, o tenente chegou e deu...
> **(Tenente):** "Ó, vocês tem vinte minuto pra vocês desarmar os barraco, desocupar e ir embora".
> **Francisco de Assis:** E aí... Como que nóis faz? Sem nenhuma experiência, sem nenhuma argumentação. Aí, a gente conseguiu ligar. Era muito ruim de sinal (de celular) aqui, na época. Conseguiu ligar pro Moisés, em Ituiutaba. Ele tava lá, né, arrumando a ponta de eixo da caminhoneta, que quebrou, e aí, eu falei: olha, nóis só tem vinte minuto, e com vinte minuto vocês não chegam aqui, pra gente vê como é que fica. Vocês tem mais experiência nessa área. Nóis num damo conta de resistir a esse tanto de policial que tem aqui. E nem é nossa intenção. Aí, ele disse assim... Ele tinha muito argumento, ele tinha participado de muitos conflitos e situações. Ele falou assim pra mim:
> **(Moisés):** "Quem é o tenente aí?"
> **Francisco de Assis:** Eu falei quem era e ele falou:
> **(Moisés):** "Você vai e fala com ele o seguinte: que ele aguarda um pouco que o comandante Antonino vai ligar pra ele."
> **Francisco de Assis:** E aí, diante disso, ele falou:
> **(Tenente):** "Dou meia hora pra vocês"
> **Francisco de Assis:** Que ele ia receber (a ligação). E o comandante Antonino era o comandante geral dessa região do Triângulo, ele residia em Uberlândia. Isso foi com que fez o tenente é... Rever aquela ameaça que ele tinha feito a nós. E nesse mei de prazo deu tempo dos minino vim, é..., Chegarem aqui. A gente gastava uma hora pra chegar aqui, de Ituiutaba aqui, na época, porque as estrada muito ruim, num tinha estrada. E eles conseguiram chegar em meia hora, já vencendo o prazo. Aí, o acampamento já tava fechado, a polícia já tinha cercado tudo. Aí, eles num puderam entrar com os carro. Ficaram de fora. Mas, é... O Moisés conseguiu entrar e foi dialogar com o tenente. Isso era mais ou menos duas hora da tarde, duas e meia, e foi até seis hora, até chegar um ponto que não tinha mais jeito.[222]

A alternativa encontrada para rebater as ameaças de despejo, adveio das orientações fornecidas por um dos líderes do movimento. Se não tinham condições

[222] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.

de enfrentar a polícia, através do uso da força física, sabiam muito bem como retardar a ação de despejo. Por isso, pediram ao tenente para aguardar um pouco, já que "o comandante Antonino vai ligar pra ele". Isso demonstra os meandros de um diálogo permeado pelas estratégias que tangenciam a lei, porque a polícia ignorou o decreto de desapropriação, não seguindo aquilo que o diretor da FETAEMG instruiu: de que a polícia iria apenas lavrar um Boletim de Ocorrência. Sendo assim, a flexibilidade e a criatividade do diálogo tornaram-se uma estratégia alternativa por parte dos ocupantes, numa reação inusitada de literalmente enganar a própria polícia sem a preocupação de que poderiam sofrer alguma sanção legal. O fato de o próprio tenente acreditar na informação de que receberia o telefonema fez com que ele desse, imediatamente, meia hora para os trabalhadores decidirem sobre a desocupação, ampliando o prazo de vinte minutos, que houvera dado anteriormente para desmontarem os barracos. De acordo com o entrevistado, a reação do tenente também se constituiu como uma forma dele "rever aquela ameaça que ele tinha feito a nós". Mesmo diante da maleabilidade do diálogo entre as partes e da legalidade da ocupação, o acampamento foi fechado às dezoito horas do mesmo dia, e os ocupantes voltaram para a cidade de Ituiutaba, onde ficaram alojados na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Quando o Sr. Francisco de Assis relata que "Nóis num damo conta de resistir a esse tanto de policial que tem aqui. E nem é nossa intenção", evidencia o fato de que não estavam dispostos a lutar contra a polícia, sendo que essa atitude apresenta uma realidade similar a outros contextos de luta pela terra. Pois, como explica Hobsbawm, ao considerar que a luta pela terra, por parte de camponeses de vários lugares e de tempos históricos distintos, assumem uma espécie de "comportamento altamente padronizado"[223], "Na verdade, quase nunca tentam repelir seriamente a polícia ou o exército, sob o justificado motIvo de que sabem muito bem que não podem, sendo tão fracos"[224]. Eram "fracos" também na quantidade de membros e, por isso, eram "(...) mais realistas que muitos rebeldes de ultraesquerda. Sabem perfeitamente quem irá matar quem, no caso de ocorrência de um confronto. E, o que é mais importante, sabem quem não pode fugir"[225]. Sendo assim, a desocupação se deu como uma alternativa mais viável para se evitar o

[223] HOBSBAWM, Eric j. **Sobre história**. Op. Cit. p. 293.
[224] Idem, p. 295.
[225] Idem.

confronto violento entre ambas as partes, indicando que deveriam ficar à espera de um momento oportuno para voltarem à fazenda Divisa.

As ocupações de terras, na região oeste de Ituiutaba, estavam apenas se iniciando e a polícia teria muito trabalho pela frente. Nas ocupações das fazendas Capão Rico e Engenho de Serra, sob a bandeira do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), a organização e articulação dos integrantes já havia sido iniciada em Capinópolis, de onde partiram para Ituiutaba na noite da ocupação, conforme foi apresentado pelo Sr. Tomás de Aquino. O dia em que chegaram às fazendas para acampar, tiveram que utilizar do improviso para poder organizar a ocupação, que ocorreu pela madrugada. Isso demonstra que nem todos os detalhes são providenciados antes do momento da ocupação. Eles podem ser até pensados, mas dependem do que estará disponível para que sejam colocados em prática, ou seja, o improviso é uma característica presente na ação de ocupar a terra. De acordo com o Sr. Tomás de Aquino:

> **Tomás de Aquino:** Nóis chegou era... Tava dando quatro hora da manhã, quando encostou o caminhão na beira daquele corgo, ali. Tinha umas quatro pessoa, umas quatro ou cinco pessoa que tava esperando nóis chegar. Aí, nóis chegou, descemo os trem tudo, num deu mais tempo, nêgo tava morreno de sono. Num deu mais tempo de nóis fazer barraco, que tava de noite. Nóis jogou os prástico lá no chão, lá, os trem amuntuado. Dormiu todo mundo lá no mei do sereno, debaixo de árvore, lá, de qualquer jeito, furmiga cumeno nêgo de noite que só a mulesta, furmiga cabiçuda. E... Amanheceu o dia. E quando foi o dia começando a clarear, os cabra já gritou:
> **(Companheiro de luta):** "Moçada! vamo levantar e armar o barraco".
> **Tomás de Aquino:** O pessoal do movimento, né.
> **(Companheiro de luta):** "Vamo armar o barraco que daqui a pouco a polícia chega".
> **Tomás de Aquino:** Aí, falei: bão. Aí, nêgo já levantou, outro foi cuar um café ali, fez um fugão de tijolo, lá, de qualquer jeito, foi cuar um cafezinho. O outro foi cortar furquia no mato, o outro já foi cortar caibro, o outro já foi coisar dali, e aquilo nóis já montemo um barraco, já, no início que era um barraco. Já montemo um barraco, porque já montemo esse barraco e já fizemo uma cerca na porta do barraco todinha de varão de bambu, porque tem que por um portão e tem que ter respeito, né. Tem uma casinha pra ficar de guarda. Aí, nóis já montou e fez tudo. Cedim, o dia começando a clarear, a polícia chegou.[226]

A primeira preocupação foi em montar o acampamento para receber a polícia. Preparar o ambiente seria uma estratégia importante, no sentido de impor respeito a quem estivesse ali para visitá-los e também de se proteger de possíveis ameaças, já que montaram uma "casinha pra ficar de guarda". Seria uma tática para evitar o conflito e também a desocupação, como se estivessem ali, a bastante tempo,

[226] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Tomás de Aquino (55 anos). Op. Cit.

transformando o lugar que o Governo concederia a posse a alguém. E esse alguém seriam eles, que haviam ocupado a terra primeiro que quaisquer outros grupos de trabalhadores. E, de início, precisariam impor respeito à polícia. E ela, de fato, não reagiu do mesmo modo com que tratou os acampados na fazenda Divisa, quando estes a ocuparam a primeira vez. Nas fazendas Capão Rico e Engenho de Serra, os policiais tiveram apenas a preocupação de lavrar o Boletim de Ocorrência e fazer uma averiguação sobre o porte de armas. De acordo com o Sr. Josemaría Escrivá, no dia da ocupação:

> **Josemaría Escrivá:** A polícia encostou. Era pra... Aí vei fazer revisão nos assentamento pra ver se num tinha arma, esses trem. Levantei cedim, sô, era cinco hora, porque toda vida eu levantei cinco hora da manhã pra fazer café, e desci no corgo ali pra pegar água, pegava água lá no corgo. Quando eu levantei, rapaz, quando eu subi no barranco, que olhei lá, já tinha escutado o barui, tinha três viatura. Eu falei: ichi, Maria! Vai tirar nóis. (risos) E vai tirar nóis e vai levar embora, eu já tem que ir embora, eu já pensei comigo. Falei: se me tirar daqui eu num volto aqui mais não. Aí, nóis pediu licença, porque nóis tinha um bambu assim, ó... Pra entrar pra dentro dos acampamento. Aí, pediu licença... Eu era o líder na época. Aí pediu licença, entrou... Falei: não, pode entrar. Aí, deu revisão nos barraco tudo, num achou nada.[227]

A postura da polícia foi um pouco diferente daquela praticada contra a primeira ocupação da fazenda Divisa. Segundo os relatos do entrevistado, as ameaças de violência e as pressões psicológicas não foram uma prática empregada pelos policiais. Há, inclusive, um gesto de educação para com os acampados, pedindo-se licença para entrar no acampamento e fazer uma vistoria à procura de armas. Apesar de ser líder e de possuir o decreto de desapropriação da fazenda, naquela ocasião, o Sr. Josemaría Escrivá não entendia muito bem de como funcionava a política de Reforma Agrária e dos processos que deveriam ocorrer até a criação do Projeto de Assentamento, a não ser aquilo que conhecia sobre alguns acontecimentos de outros casos de ocupações de terras na região, que certamente o deixava preocupado a respeito de ser despejado da terra pela ação da polícia:

> **Nelson:** O que o senhor conhecia de Reforma Agrária, naquela época?
> **Josemaría Escrivá:** Nada, nada, nada, nada... (risos) De reforma agrária, nada, mais nada, nada, nada, nada. Fui aprender um poquim depois que eu tô aqui.
> **Nelson:** O que o senhor ouvia falar sobre esses assentamentos, acampamentos?

[227] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Josemaría Escrivá (54 anos), morador do P.A. Engenho de Serra, no dia 22/11/2013.

> **Josemaría Escrivá:** Eu via falar que era muito difícil, assim, igual: tinha uns que era mei... Que naquela época, igual, na região do Berlândia (Uberlândia), ali, ó, deu muito conflito. Campo Florido (MG), Rio das Pedras. Rio das Pedras, eles saiu um bucado de vez, ali. Eles tirava eles, eles voltava pra trás, ia pra beira do asfalto, depois voltava pra trás. Então, é... Gerava muito conflito. Eu ficava com medo por causa disso, né. E minha família ficava muito com medo por causa disso.
> **(Familiares):** "Não, você vai brigar lá, vai compricar, morre lá".
> **Josemaría Escrivá:** Falei: não, tem pirigo não. Vai levando devagazim. Graças a Deus eu acho que não vai ter pirigo não. Sempre eu falava pra eles: acho que não vai ter pirigo não. Porque se tivesse pirigo eles (a polícia) tinha tirado nóis. Eles não mexeu com nóis. Viu que a coisa... Pidiro (pediram) o decreto de desapropriação, nóis tava com ele na mão. O fazendeiro, no dia que vei, parou lá em frente lá e perguntou quem era o líder. E eles me chamaram, eu fui lá. Perguntou:
> **(Fazendeiro):** "Como que vocês entrou aqui?".
> **Josemaría Escrivá:** Aí, eu já tava com o papel na mão, né. Tinha passado pela busca... Nóis tá aqui por isso... Aqui o decreto de desapropriação. Aí ele leu. Aí...
> **(Fazendeiro):** "Não, vocês pode ficar quieto aí, minha briga é lá em cima".
> **Josemaría Escrivá:** Aí, ninguém vai mexer com a gente. Ficamo de boa até sair (dividir a terra).[228]

Na primeira abordagem policial, a preocupação em ser retirado do acampamento era iminente. O fundamento que justifica os acampados a realizarem a associação entre polícia e desocupação está relacionado com as notícias de outros acampamentos, sobretudo daqueles de Uberlândia, que poucos meses antes estavam vivendo a incerteza da criação do projeto de assentamento nas áreas ocupadas. E tudo isso se somava às pressões da própria família e, no caso do Sr. Josemaría Escrivá, da parte de seu pai, que não desejava que o filho estivesse envolvido com os "sem-terra". De acordo com outro trecho da entrevista, ele relatou que:

> **Josemaría Escrivá:** Meu pai não queria (...) Ele tinha medo de não dá certo, né. O povo é mei cabeça dura, também, eu era mei encrencado e ele tinha medo de dá encrenca, né. Não, mas num tem nada a ver, não.
> **Esposa Sra. Catarina Labouré:** Medo de dar briga, o povo vim, atirar de noite, pô fogo nos barraco, isso tudo ele pensava... Tudo ele pensava.[229]

A incerteza de que os objetIvos seriam concretizados estava inteiramente relacionada às suas experiências sociais, evidenciadas pela falta de conhecimento sobre a Reforma Agrária, pelas pressões da família que o tentavam convencer da

[228] Ibidem.
[229] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Josemaría Escrivá (54 anos) e Sra. Catarina Labouré (54 anos), moradores do P.A. Engenho de Serra, em 22/11/2013.

violência da ocupação, bem como pelas notícias das diversas desocupações, vividas pelas famílias ocupantes de fazendas, no município de Uberlândia. Desse modo, a situação no acampamento era regida pela instabilidade e pela ansiedade de ser despejado a qualquer momento, mesmo que ainda tivessem ouvido do fazendeiro que “vocês pode ficar quieto aí, minha briga é lá em cima”. Esta afirmação demonstrava a condição de uma tranquilidade que poderia ser passageira, pois caso houvesse uma decisão judicial a favor do fazendeiro, certamente haveria reintegração de posse, e eles teriam que deixar o acampamento. E com isso, o medo de não dar certo começava a ganhar mais força, pois a ocupação já vinha sendo repercutida na opinião dos familiares, conforme ele relatou a respeito do sentimento do pai. O “medo de dar briga, o povo vim, atirar de noite, pô fogo nos barraco”, era uma das ameaças possíveis, com as quais o ocupantes tinham de lidar a partir da experiência de viver no acampamento.

A relativa tensão, mas, ao mesmo tempo, “naturalidade” e “tranquilidade”, com que os acampados das fazendas Capão Rico/Engenho de Serra se relacionaram com a polícia, logo após a ocupação, não se justificava, exclusivamente, pelo fato de organizarem o acampamento de uma maneira que o próprio espaço alterado fosse capaz de impor respeito a quem chegasse naquele lugar, especialmente à polícia. Poucos dias antes de acamparem, a segunda ocupação da fazenda Divisa havia ocorrido e, desta vez, não houve uma reação policial semelhante ao primeiro momento, em que os trabalhadores foram ameaçados a se retirarem do local. Naquela primeira ocasião, na qual os integrantes do movimento dos Sindicatos desmontaram acampamento e saíram da fazenda Divisa sob as ameaças do tenente, a perspectiva oferecida pela polícia era de que ela os escoltasse até o Trevão, que é uma localidade de entroncamento entre as rodovias BR 153 e BR 365, de onde os ocupantes, então, partiriam para as suas respectivas cidades de moradia. Mas, a estratégia adotada pelos assentados foi outra. De acordo com o Sr. Francisco de Assis:

> **Francisco de Assis:** Aí, a gente não aceitou (ir para o trevão) e resolvemos é... Ficar no Sindicato em Ituiutaba, porque a gente tinha a intenção de voltar é... De novo, né. E aí conseguiu ligar pra esse rapaz (diretor) da FETAEMG. De Santa Vitória ele vei imediatamente, mas num chegou a tempo. Nóis já tinha saído e ele encontrou a gente no caminho, na metade do caminho, mas aí conversou com o tenente... E a gente prosseguiu e

> ficou no Sindicato três dias, lá. Tinha um barracão lá e a gente ficou acampado, lá.[230]

A ação de desocupação pareceu ter intimidado, de alguma maneira, os trabalhadores que eram ligados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Mas, como não pretendiam voltar imediatamente para as suas respectivas cidades, desconsiderando a sugestão – quase imposição – da polícia, ainda tiveram a possibilidade de repensar a situação de voltarem à fazenda novamente, articulando uma nova ocupação enquanto ficavam acampados no barracão do sindicato. De fato, a ameaça da polícia, quanto à desmoralização do grupo, pelo pequeno número de participantes, havia suscitado uma preocupação naqueles trabalhadores em agregar mais pessoas ao movimento. Afinal, conforme já analisei anteriormente, a partir de Hobsbawm, "(...) a ocupação tem de ser coletiva (...) porque todos os membros da comunidade devem estar envolvidos em minimizar a retaliação (...)"[231], que de fato ocorrera através da ação policial no acampamento. Sendo assim, tiveram a necessidade de arrebanhar mais integrantes, sem, necessariamente, retornar às suas respectivas cidades de origem. Nesse sentido, durante a entrevista foi relatado que:

> **Francisco de Assis:** Aí, ficamo lá até uma segunda ordem, né. Aí, nesse mei de prazo a gente tentou fazer umas parceria com o MTL, na época, pra arrumar mais pessoas pra ocupar. Mas, aí... Na outra noite, foi uma negociação com o pessoal do MTL e não houve negociação, não houve um acordo porque eles impunha a bandeira deles, e aí a FETAEMG não impunha bandeira de luta, né, e eles queria estabelecer (a bandeira deles). E aí ficou... Era nóis com vinte famílias e eles com vinte famílias. Eles arrumava vinte famílias e nóis vinte famílias, da nossa parte. Mas, aí, o que pegou foi a bandeira, né. E aí a gente dicidiu não bandeira, o rapaz (diretor) da FETAEMG dicidiu não ocupar mais a área aqui, é... Disse:
> **(Diretor da FETAEMG):** "Olha, vocês estão despreparado. É... E nóis precisa fazer um congresso pra conscientizar o trabalhador pra que ele abrace mais essa causa, aí sim, é com massa que nóis..."
> **Francisco de Assis:** Mas aí eu não concordei. Até os outros minino, principalmente os do sindicato, os que tinha... Era vereador, no caso, né, ele tinha uma imagem política que queria preservar, então, ele num tinha tanto interesse, é... De voltar (a ocupar), né. Mas, aí, é... Eu, na época, eu impus, nós era pouco, mas eu impus. Falei: não, num vamo voltar não. Tá no meio do caminho, a gente vei e vamo... Se vocês não interessa, o MST agora interessa. Então, é questão de tempo. Se nóis não ocupa o MTL vai ocupar, né. E se eles vão ocupar e se vocês disistirem eu vou ocupar junto com eles, se eles me aceitarem na turma deles, eu vou entrar na turma deles. Só que eu num vou voltar pra trás nessa situação mais, né. Até num seria tanto questão de perder, né, mas a vergonha que eu ia passar de volta, né.[232]

[230] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.
[231] HOBSBAWM, Eric j. **Sobre história**. Op. Cit. p. 294.
[232] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.

Há uma divisão no grupo entre aqueles que queriam voltar a ocupar a fazenda e aqueles que pretendiam atender aos interesses das lideranças sindicais, como era o caso do diretor da FETAEMG e de um vereador, que parecia se preocupar com a sua imagem perante as pessoas de sua cidade. De algum modo, as ameaças da polícia, seguidas pelo recuo dos que desocuparam a fazenda, revelavam a eles a fragilidade do movimento, no sentido de que a ideia lançada pelo tenente, de que eles eram poucos membros, consolidou a necessidade de que deviam arrebanhar mais integrantes. E a pressão social estava ali, naquele momento de incerteza, impondo medo e, sobretudo, vergonha, quanto à possibilidade de voltar para casa sem a conquista da terra, que fora tão criticada por familiares e amigos.

E a decisão de voltar a ocupar a fazenda foi sendo gestada, mediante uma longa discussão entre os membros dos Sindicatos e o representante de outro movimento de luta.

> **Francisco de Assis:** A decisão ela chegou à noite, lá pelas seis, sete hora da noite, foi decidido, é... Depois de... Começou duas hora da tarde, a gente discutir isso. Vei o representante do MLST, e a gente ficou nesse, nessa reunião muito tempo, né, e aí, mais ou menos pras seis, sete hora é que dicidiu. E a gente tinha que arrumar como voltar de novo, né. A condução (o veículo) de Centralina já tinha ido embora, que trouxeram eles. A de Monte Alegre, como era pouca gente, vei só quatro, eles vieram só num carro, né, é... Ainda tava. Mas, a de Canápolis e a de Centralina tinha muita bagagem pra levar. E aí, como que a gente fazia pra, é... Vamos dizer assim, pra arrumar uma condução na noite, naquela noite e dissesse pra pessoa: olha, nóis vamo ocupar uma fazenda e quer que você leva nossos trem. Então, num ia achar, era muito difícil. E aí, vai daqui, vai dali, não, é... De Ituiutaba tinha um rapaz, vamo ver com fulano, talvez ele leva essa bagagem nossa numa caminhoneta. Aí, nós... A gente recebeu uma ligação de Canápolis. Então, o rapaz que tinha ido embora, que era o da caminhoneta, é, tava ligando de volta dizendo assim:
> **(João Crisóstomo – dono da caminhoneta):** "Olha, como é que foi aí? Vocês... O que é que vocês decidiram? Vai ocupar de novo?"
> **Francisco de Assis:** Aí, quando falamo vai ocupar, então ele disse:
> **(João Crisóstomo – dono da caminhoneta):** "Então você me aguarde. Quando vocês vão ocupar?"
> **Francisco de Assis:** Nós falou: vamos sair nove horas da noite. De nove pra dez hora, no máximo, a gente tá saindo de novo pra ocupar. Aí ele disse:
> **(João Crisóstomo – dono da caminhoneta):** "Não, me espera aí que eu vou e eu tô levando mais um".
> **Francisco de Assis:** Aí, aquilo foi como um sinal pra nóis e como uma animação de novo, né. Tava tendo mais um membro, é... Um que já não vinha mais, mas já conseguiu mais outro pra vim, né. E aí, a gente esperou ele pra fazer a ocupação de novo. Aí, ele chegou por volta de quase dez

> hora da noite, mas, na hora tava caindo uma chuva muito grande, muito forte. E aí a gente dicidiu esperar a chuva passar para gente carregar a caminhoneta, né, e voltar.
> **Nelson:** E quem era esse membro que estava vindo?
> **Francisco de Assis:** No caso, o João Crisóstomo, né, da caminhoneta, e outro era pai, né, meu pai que tava vindo. Aquilo pra mim foi um choque! Porque numa hora duma situação daquela, naquela altura já havia muita incerteza, né. Já não era mais sigiloso a ocupação, né. Não só as autoridade sabia, mas o proprietário sabia, toda a mídia, né, a região sabia, então era muito arriscado uma nova ocupação. Mas, mesmo assim a gente dicidiu, né, tentar ocupar de novo, a área.[233]

E mais uma vez a preocupação com a violência e um possível confronto estava sendo suscitado, conforme se planejava a reocupação. Ela não seria tão sigilosa como na primeira vez, sendo uma ação muito mais arriscada. As formas de coerção poderiam ser mais severas, não se limitando apenas a um diálogo ameaçador da polícia. Toda uma sociedade já possuía as informações necessárias para poder agir de alguma maneira, seja legalmente ou por meio de coerções fora da lei. Aquilo que deveria ser sigiloso e em certa medida o era, antes de saírem de suas cidades, agora estava sendo noticiado regionalmente. E mesmo que não comunicassem seus parentes em suas respectivas cidades sobre o que havia acontecido, era provável que eles já sabiam da notícia e do possível fracasso da ocupação. Mas, o que também preocupava o grupo era a reação que deveriam enfrentar na segunda ocupação. Mesmo depois de passarem pela experiência com a polícia e com suas ameaças, perguntei ao entrevistado a respeito de outros medos, como era o caso da ação de pistoleiros, que já havia sido mencionado pelo tenente.

> **Nelson:** E ainda assim vocês tinham medo dos pistoleiros, por quê?
> **Francisco de Assis:** Tinha... Aí o medo aumentava mais, né, porque já tinha dado um primeiro alarme, né. Então, tinha dado um tempo pra não só o proprietário se preparar pra isso, como a polícia, outras, né... E, de fato, aconteceu. O fazendeiro, ele mandou a polícia vigiar a fazenda, né. E eles ficaram vigiando. Só que acontece que diante daquela chuva eles permaneceram só até meia noite. Quando a chuva parou, eles voltou pra trás. E nesse intervalo que eles voltou pra trás, nós entrou. (...) Mas, vamos dizer assim, ninguém tem preparação pra lidar com pistoleiro ou com situação assim, né, desse jeito, né.[234]

[233] Ibidem.
[234] Ibidem.

Mas, com todas as ressalvas relacionadas à possível violência, uma nova ocupação foi realizada dois dias após terem sido retirados da fazenda, quando da tentativa da primeira ocupação. A polícia parecia desconfiar de que eles voltariam novamente, e para evitar que ao menos os trabalhadores tivessem acesso à fazenda, ficaram até um determinado horário num posto de fiscalização provisório à beira da estrada de acesso à fazenda e também montaram guarda no local onde os trabalhadores haviam ocupado. Porém, depois de transcorridos um dia e meio, resolveram desfazer o cerco contra os ocupantes, pensando que não voltariam à fazenda, e coincidentemente deixaram livre o caminho para uma nova ocupação. De acordo com o Sr. Paulo de Tarso, o deslocamento até a Divisa contou com alguns imprevistos, que inclusive contribuíram para que o comboio de veículos não fosse impedido pela polícia. Segundo ele:

> **Paulo de Tarso:** Já tava marcado pra três hora (da madrugada) nóis embarcar pra cá, de novo. Aí, foi três hora nóis... Uma chuva, vigi Maria! Era lama nessas estrada que fazia medo. Era água, água derramada, mesmo! Aí... E nóis vei aquele comboio de lá pra cá. Aí, nóis chegou aí, aí já tinha mais ou meno uma estratégia, sabe? Porque se você chegar e já armar os barraco, pode ser de qualquer jeito, e eles chegar e você tiver debaixo, pode ser até um... Só espichar a lona assim... Entrar debaixo e ficar... Agora, se você ainda tiver montando aquilo ali, aí eles tem mais força de tirar você, né. Aí, nóis, mesmo assim, nóis fez. Aí, chegou aí depressa... Quando nóis chegou... E eles vieram.... Eles tiveram aí até duas hora da madrugada, aqui, ó, na estrada aí, pastorando.
> **Nelson:** Quem?
> **Paulo de Tarso:** A polícia, pastorando. Eles pastoraram daqui e de... Acho que eles ficaram mais daqui (rodovia não asfaltada BR 154) e nóis vei de cá. Mas, aí, duas hora da madrugada eles pensou que num vinha mais ninguém, foram embora. Três hora nóis chegou, aí deu tempo a entrar na fazenda. Entrou justamente pro canto que tinha entrado a primeira vez, já era uma baixada assim, tinha uma represinha e uma matinha pra gente ficar lá. Aí, nóis entrou... Aí já foi direto, de noite mesmo, tirando umas furquia véia de qualquer jeito e fincou no chão, já desceu os coisa (a lona)... No outro dia cedo (risos) aí o vaqueiro, de lá, avistou, sabe? O gerente avistou as coisa lá e já chamou a polícia, aí a polícia vei. A polícia vei e chegou... Aí já chegou na porteira lá, sabe? Num era porteira não, era colchete. Nóis tinha rebentado o arame... Que eles tinha posto um cadeado no colchete pra ninguém entrar mais, aí, tinha um dos... De nóis vei, ele sabia mexer com cadeado, já deu uma pancada lá e o cadeado grande abriu, né, e nóis entrou. Aí, eles ficaram lá, porque aí lá ficou um na gurita, né, o chefe que vinha encaminhando a gente, né, como era o nome dele?... Eu esqueci do nome dele. E mais uns dois ou três, mais ele lá. Aí, a polícia chegou, ele já tomou a frente, sabe, e já conversou e eles falou:
> **(Policial):** “Não, pode abrir (a porteira)”.
> **Paulo de Tarso:** Aí, ele abriu e deixou eles passar, né. Aí vei, oiô assim como é que... Nóis já tava tudo tranquilo, lá debaixo da... (risos) Mansão, lá (risos). Aí, olharam assim... Aí eu sei que batero o rádio num sei pra onde, num sei pra onde, mas era nêgo lá de metralhadora na mão. E nóis lá

> sussegado. Com medo, né (risos), mas aí eu sei que num tirou (desocupou) não, né.[235]

De acordo com o relato os ocupantes não quiseram esperar o dia amanhecer para montar o acampamento. Era preciso erguer algumas barracas com o objetIvo de demonstrar que já estavam instalados ali, e de que a ocupação estava realmente efetivada. E o fato de que "nóis já tava tudo tranquilo" evidenciava à polícia que eles não estavam preocupados com a possível desocupação. A condição de estarem "lá sussegado" também ocultava o medo que ainda residia nos corações daqueles sujeitos, que naquela semana estavam vivendo novas experiências que eram permeadas por intensos momentos de incerteza sobre o alcance dos objetIvos traçados, pois "(...) as ocupações de terra normalmente se dão via uma tentativa (...). Se estiverem certos, ninguém virá expulsá-los da terra. Se estiverem errados, o sensato é se retirar e esperar pelo próximo momento oportuno"[236], conforme fizeram ao ocuparem a terra pela segunda vez.

A segunda ocupação da fazenda Divisa ocorreu antes do MLST montar acampamento nas fazendas Capão Rico e Engenho de Serra. Por isso, é possível atribuir uma mudança na postura da polícia em relação ao acampamento do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), onde o Sr. Josemaría Escrivá esteve acampado. Os seus relatos demonstram que os policiais não agiram com ameaças e pressões para desocuparem a terra, conforme fizeram anteriormente com os ocupantes da fazenda Divisa. A primeira ocupação da Divisa "já tinha dado um primeiro alarme", de modo que a sociedade e, especialmente a polícia, estava pensando como ia agir naquela ou noutra situação de ocupação de terras, pois "Não só as autoridade sabia, mas o proprietário sabia, toda a mídia, né, a região sabia". Tanto é que a segunda abordagem da polícia não foi mediada por um diálogo ameaçador, ainda mais que, na ocasião, outros integrantes passaram a compor o movimento, incluindo-se o diretor da FETAEMG e outros dirigentes do movimento. O fato de a notícia ter se espalhado na região, certamente havia preparado as autoridades políticas e policiais locais para agirem conforme outra estratégia.

---

[235] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Paulo de Tarso (72 anos), morador do P.A. Divisa, no dia 11/04/2014.
[236] HOBSBAWM, Eric j. **Sobre história**. Op. Cit. p. 295.

Os grupos que ocuparam as fazendas Divisa e Capão Rico/Engenho de Serra possuem semelhanças nas formas de atuação. Geralmente, chegam à noite, de preferência, na madrugada, para que não sejam vistos nem ouvidos pelo fazendeiro. É uma tática pensada para burlar a ação da polícia, como foi feito pelo grupo do Sindicato, especialmente no dia em que tornaram a ocupar a terra pela segunda vez. O horário de ocupação também favorece a preparação para receber a polícia, porque ganham tempo para montar os barracos sem que ninguém lhes perturbe, seja o fazendeiro ou seus possíveis aliados. Esses moradores locais costumam perceber a presença dos trabalhadores e de seu acampamento, somente pela manhã, pois a estratégia é privá-los de acompanhar o ato de ocupação. Essa situação também ocorreu na fazenda São Francisco de Sales do Salto, onde foi criado o Projeto de Assentamento Chico Mendes. A estratégia utilizada pelos integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) para ocupar esta fazenda, dois meses depois que os grupos do Sindicato e do MLST estavam acampados na Divisa e no Capão Rico/Engenho de Serra, respectivamente, reforçam a importância de se fazer a ocupação pela madrugada, para que os moradores da fazenda não acompanhem o processo, pois certamente estes lhes imporiam alguma resistência. De acordo com o Sr. Inácio de Loyola, que morava na sede da fazenda São Francisco de Sales do Salto, e tinha a responsabilidade em administrá-la, na época em que os integrantes do MST a ocuparam, ele só ficou sabendo que havia um acampamento na fazenda pela manhã.

> **Nelson:** Na época que o pessoal chegou aqui e acampou, como que o senhor ficou sabendo? O senhor viu eles acampando?
> **Inácio de Loyola:** Uai... Aí, eu vou dizer o seguinte: porque nóis ficou lá na sede, nesse hora, né. Mas, aí, eu andava no carro... Todo dia cedo eu ia lá nas duas divisa (da fazenda). E um dia eu cheguei lá embaixo da sede, lá (na) beira... Ai, ai, ai! (risos e choro). Comecei andar no carro e... Voltei pra trás. Vou lá, nada! (risos e choro). Aí, voltei pra trás, fui no telefone e avisei eles (os donos da fazenda): Os sem-terra tá aqui! Aí, eles vieram, mas, também, tudo em paz. Num teve problema nenhum. Aí, eles (os sem-terra) perguntou se eu queria ficar. Uai! Se eu tiver direito eu quero ficar. Já perdi o emprego. O que é que eu vou fazer agora? Vou ter que ficar quieto. Nós tivemos que acampar junto com eles. Nós vai, uai! O importante é poder pegar a terra.
> **Nelson:** Aqui, os sem terra entrou depois do Divisa, né? No Divisa eles tinham entrado primeiro?
> **Inácio de Loyola:** Foi, realmente.
> **Nelson:** O que o Senhor ficou sabendo do Divisa, aqui? Quando entrou no Divisa o senhor ficou preocupado com essa fazenda aqui, ou não?
> **Inácio de Loyola:** Fiquei, mas, assim, eu não pensava... Num acreditava que podia acontecer isso, né. Ainda mais que o meu patrão era

> expedicionário. Falava... (chorando ele acrescenta): num acreditei não... Não mesmo.
> **Nelson:** Então, o senhor nunca imaginava que pudesse acontecer aqui?
> **Inácio de Loyola:** Ah! não. Num acreditava de jeito nenhum. (continua chorando)
> **Nelson:** Na época (da ocupação) o Senhor ficou triste?
> **Inácio de Loyola:** Fiquei meio assustado. Mas, meu Deus! Como é que vai acontecer um trem desse?! (...)
> **Nelson:** Era o Senhor que quase era o fazendeiro, então. O senhor tava na frente de tudo, né?
> **Inácio de Loyola:** É, é, é...
> **Nelson:** Aí, como que o senhor... O senhor viu que a cerca tava estragada, né?
> **Inácio de Loyola:** Vi a cerca cortada, fui lá cedin, a cerca cortada e o caminhão que entrou. (...) De cá do corgo. (...) O que eu achei mais triste... Porque ele (o dono da fazenda) pediu para nóis vigiar, aí.[237]

A fala do Sr. Inácio de Loyola nos indica a heterogeneidade da classe trabalhadora. Ainda que ele também fosse um trabalhador rural, pois gerenciava uma fazenda que não é de sua propriedade, ele se emociona e chora ao lembrar-se da experiência vivida quando da ocupação do movimento de luta pela terra. Ele ficou assustado e não acreditava que na calada da noite haviam invadido a propriedade que era de sua responsabilidade administrar. O fato de não conseguir impedir a invasão, já que nem sequer estava pensando que isso pudesse acontecer, fez com que se questionasse a respeito da eficiência de seu trabalho. Por outro lado, o seu relato também indica o quanto a tática do movimento de luta foi eficiente para driblar qualquer resistência do proprietário ou do administrador da fazenda durante o ato de ocupação/invasão.

As estratégias empreendidas pelos movimentos ocupantes da terra aproximam-se da experiência de sujeitos que vivem ou viveram noutros lugares e em tempos históricos distintos, conforme apresenta Hobsbawm, ao analisar a realidade de ocupação de terras noutros países, afirmando que os trabalhadores, pela madrugada, "(...) atravessariam a linha, derrubariam as cercas, avançariam até o limite do território do qual se julgavam donos, começariam imediatamente a construir pequenas cabanas o mais próximo possível do novo limite (...)"[238], como num ataque surpresa ao adversário. E outro elemento coincidente, quanto ao ato de ocupar, é o local escolhido para instalação do acampamento. Geralmente escolhem uma beira de córrego, próximo a uma fonte ou nascente d'água, ao lado de uma

[237] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Inácio de Loyola (79 anos), morador do P.A. Chico Mendes, em 26/04/2015.
[238] HOBSBAWM, Eric j. **Sobre história**. Op. Cit. p. 293.

mata, onde podem ter acesso a recursos mínimos de sobrevivência, tendo água para beber, madeira para construir os barracos e utilizar como lenha no preparo dos alimentos, além do córrego e da mata se constituírem em rotas alternativas de fuga e abrigos de defesa contra agressões surgidas de possíveis conflitos violentos.

A maneira de proceder com a ocupação, desde a escolha estratégica do horário e do local de acampamento, dentro dos limites da fazenda desapropriada, tinha também o propósito de defesa contra outras ameaças de conflito. Depois de resistirem à intervenção e ameaça policial, ainda havia preocupações com a milícia armada, que segundo eles, existia na região. Conforme a experiência do Sr. João Bosco, que havia percorrido outros assentamentos do MLST, na região do Triângulo Mineiro/MG, ele relata que:

> **João Bosco:** De vez em quando a gente encontrava eles nas estrada, sabe? Tinha umas certas ameaças, então.
> **Nelson:** Como se davam essas ameaças? De que jeito?
> **João Bosco:** Não... Não, falava... As ameaças que fazia por telefone falava: **(Miliciano):** "Olha, cuidado! Cuidado!"
> **João Bosco:** Só ouvia isso, né.
> **Nelson:** Mas nunca se identificava?
> **João Bosco:** Não, não se identificava não, sabe? Aí, na rua, é... Na rua não. Nas estrada a gente encontrava a perua que era a milícia armada, que tava cheia de arma dentro, arma pesada. Teve uma vez que nós encontramos é... Aí eles falou:
> **(Miliciano):** "É... Sem terra, vocês vão morrê, certo?"[239]

A compreensão que comumente se possuía a respeito da milícia era de uma organização entre pistoleiros que estava a serviço dos donos de terra. Há aqui um claro entendimento de quais eram os interesses a serem defendidos pelos milicianos. Com a divulgação de que havia ocorrido a ocupação de terras na fazenda Divisa e noutras fazendas próximas, os membros do movimento, ligados aos Sindicatos e também os membros do MLST e do MST já sabiam da possibilidade de haver pistoleiros a serviço do fazendeiro, que por não conseguirem retirá-los da terra a partir da força policial, poderiam utilizar um grupo de jagunços para poder intimidá-los e até mesmo agredi-los.

A "perua que era a milícia armada", mencionada na fala do Sr. João Bosco, coincidia com a descrição de uma viatura guiada por seguranças particulares, que circulavam pela zona rural de Ituiutaba a serviço dos fazendeiros, com a finalidade de proteger as propriedades rurais de possíveis invasões e/ou ocupações de terra.

[239] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. João Bosco (59 anos). Op. Cit.

Num documento da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), criado no ano de 2002 para orientar a produção de serviços de segurança pública, é mencionado a existência de uma viatura a serviço dos fazendeiros, indicando que a fala do Sr. João Bosco não se constitui uma mera representação da realidade, mas está pautada em práticas sociais concretas, as quais são evidenciadas a partir de diferentes suportes documentais (fonte oral e documento oficial):

> (Item) **3.2 – Os principais movimentos de luta pela terra em Minas Gerais**
> (item) **3.2.1 – Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais**
> (item) **3.2.2 – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST**
> (item) **3.2.3 – O Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST**
> (item) **3.2.4 – O MLST de Luta**
> (item) **3.2.5 – A Liga Operária Camponesa**
> (item) **3.3 – Atuação da PMMG na questão fundiária**
> (item) **3.3.1 – As primeiras operações**
> (item) **3.3.2 – Antecipação aos conflitos**
> (item) **3.4 – Reação dos fazendeiros**
> (item) **3.4.1 – União Democrática Ruralista – UDR**
> (item) **3.4.2 – Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade – DFP**
> (item) **3.4.3 – Encontro Nacional de Lideranças do Setor Rural**
> (Item) **3.4.4 Criação da União de Defesa da Propriedade Rural – UDPR.**
> Em 15 de abril de 1997, a entidade foi criada, em Ituiutaba, por um grupo de 74 (setenta e quatro) produtores rurais, com o objetIvo de fiscalizar as propriedades para evitar invasões. ***A UDPR adquiriu uma viatura*** para patrulhar as suas propriedades e, em caso de invasões, tentar convencer a retirada ***pacífica*** dos ocupantes. (Grifo meu)[240]

No documento de orientação da PMMG, a questão fundiária ou rural vem apresentada em primeira ordem na lista dos itens. A polícia reconhece a existência dos conflitos fundiários e menciona os principais movimentos sociais de luta pela terra, atuantes no Estado de Minas Gerais, até o ano de 2002. Apresenta um pequeno histórico dos movimentos a partir de um texto que contém data e local de surgimento do movimento, áreas de atuação e fazendas ocupadas/invadidas, formas de atuação e diretrizes do movimento. Em seguida, conforme a ordem de apresentação das diretrizes, descreve a sua postura militar de atuação e, por fim, apresenta o item **“3.4 – Reação dos fazendeiros”**, expondo o nome das entidades por eles organizadas e suas respectivas formas de ação, salientando que o papel de tais entidades é de “(...) tentar convencer a retirada pacífica dos ocupantes”. De

[240] POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Diretriz para a produção de serviços de segurança pública nº02/2002** – CG: Regula o emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas ocupações de imóveis urbanos e rurais. Belo Horizonte, 2002. 76p. Disponível em: http://www-antigo.mpmg.mp.br/portal/public/interno/arquIvo/id/37401 Acesso em: 01 fev. 2015. p. 3-8.

maneira muito mais resumida, utilizando de pequenos textos, apresenta as formas de atuação dos fazendeiros. Na maneira como os textos referentes aos itens é elaborada, fica claro que a prioridade da polícia é muito mais conter a ação dos movimentos, do que propriamente barrar a ação organizada dos fazendeiros, que possuíam uma "viatura" e seguranças particulares a seus serviços. E no que se refere aos itens **3.3 – Atuação da PMMG na questão fundiária e 3.3.1 – As primeiras operações,** o texto relata como tem sido a atuação da PMMG até a data de publicação das diretrizes, e contém apenas uma história de conflito entre a polícia e os grupos de luta pela terra, ocorrido na região nordeste de Minas Gerais. Segundo o documento:

> Ainda em 1989, ***a PM montou um acampamento*** ao lado do acampamento dos posseiros. Estes, não querendo a presença da PM e não podendo resistir à força, sob protestos histéricos, abandonaram Sapezinho, juntando-se aos acampados em Aruega. Ainda em 1989, no mês de novembro, os acampados expulsos de Sapezinho tentaram invadir outra propriedade, uma localidade denominada Topázio, também no nordeste de Minas Gerais. Para evitar a invasão, o efetIvo da Polícia Militar, ***numa ação de manutenção imediata da posse, agiu legalmente***, contudo ***foi atacado a golpes de foices, facões e enxadas pelos invasores***. Do conflito resultaram ferimentos em 15 (quinze) pessoas, das quais 9 (nove) eram crianças. ***A experiência desse confronto redundou na criação e confecção de instrumentos de defesa, capazes de enfrentar foices, facões, enxadas, etc,*** evitando-se o uso da arma de fogo. Esses instrumentos de fabricação simples, mas eficazes, constituíam-se em ***um aparador de golpes, em forma de forquilha***, e em um simulacro de uma ***"arma de guerra"***, capaz de enroscar o cabo da ***"arma agrícola"*** e, assim, desarmar o atacante. (Grifo meu)[241]

A ordem dos itens é uma evidência de que a proposta de ação da polícia tem muito mais o objetIvo de conter a luta empreendida pelos movimentos sociais do que propriamente a atuação violenta dos fazendeiros, pois a atuação da PMMG é apresentada num contexto muito bem articulado, no qual ela usa estratégias para se aproximar dos movimentos, quando escreve que "(...) a ***PM montou um acampamento*** ao lado do acampamento dos posseiros". Essa tática também se constituiu como uma forma eficaz de estudar a ação dos movimentos e seus integrantes, com o intuito de se antecipar, ao máximo, à invasão/ocupação de terras. E o documento ainda indica que não são apenas os movimentos que se articulam no sentido de se antecipar à ação da polícia, num paralelo com o que já foi apresentado a respeito da estratégia dos movimentos em ocupar as terras pela madrugada, como

[241] Ibidem p. 6-7.

ocorreu nas fazendas Divisa, Capão Rico/Engenho de Serra e São Francisco de Sales do Salto. A polícia também teve de se adequar às formas de conflito em função de ter sido atacada pelos ocupantes de terra que desferiram-lhes "(...) ***golpes de foices, facões e enxadas***" numa ação de despejo. Por isso, "***A experiência desse confronto redundou na criação e confecção de instrumentos de defesa (...)***", entendendo que esses instrumentos aludem à ideia de que o conflito entre PM e invasores/ocupantes é uma situação ou simulacro de um conflito de "***guerra***".

Fica evidente, no documento da PMMG, que a prioridade deste órgão público, quanto às invasões/ocupações, era de executar a desocupação do imóvel rural, quando esta ação fosse determinada judicialmente. Por outro lado, de forma proposital, o documento (que muito se aproxima dos interesses da classe dominante) não descreve quaisquer conflitos entre milícia armada dos fazendeiros e acampados, pois sua preocupação maior é a de elaborar estratégias, adequações e antecipações de ação contra os invasores/ocupantes e não, necessariamente, evitar que os grupos de milícias armadas ataquem os movimentos de luta pela terra. Esse posicionamento por parte da polícia, conforme se pode interpretar a partir do documento, corrobora com o que o Sr. Francisco de Assis relatou a respeito de como o tenente da PMMG agiu no primeiro dia em que os integrantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais estavam acampados na fazenda Divisa.

As situações reais nem sempre acontecem conforme a norma legal, pois, mesmo que os ocupantes da Divisa tivessem um decreto de desapropriação impresso, conforme também apresentado noutros momentos da entrevista, os relatos orais indicam que a polícia preferiu agir através de uma "pressão psicológica", que não se constitui um procedimento legalmente instituído, pois nem sequer tal procedimento consta na norma 02/2002 de onde retirei os trechos anteriores. A fala do tenente, segundo o relato do Sr. Francisco de Assis, também evidenciava a existência de pistoleiros, que poderiam agir, inclusive, sem qualquer intervenção ou impedimento por parte da polícia. Constitui-se, portanto, a ação da polícia, junto aos fazendeiros, uma rede articulada com vistas à manutenção da "ordem" e da "democracia", já legitimadas pelos grupos dominantes. A preocupação, conforme as diretrizes constituídas pela PMMG, era de que esta instituição militar tinha a obrigação de se antecipar à ação dos movimentos, para contê-los: afinal, as maiores preocupações, conforme analisadas a partir das diretrizes da PMMG, era de

que a polícia tinha a obrigação de se antecipar à ação dos movimentos, pois, ainda segundo o documento:

> Ao longo do tempo, a PMMG manteve estreito acompanhamento das ações dos movimentos sociais de luta pela terra e buscou implementar instruções e condutas que evitassem o confronto e consequentemente, ***críticas e protestos***. (Grifo meu)[242]

Assim, as estratégias empregadas pela PMMG para lidar com os invasores/ocupantes de terra, bem como a existência de milícias armadas, pistoleiros, viaturas de seguranças contratados por fazendeiros, todos eles compunham o conjunto de ameaças contras as quais os acampados deveriam resistir. Mesmo sabendo que o fazendeiro, no caso do Capão Rico/Engenho de Serra, havia dito que podiam ficar ali, porque a "Não, vocês pode ficar quieto aí, minha briga é lá em cima", conforme narrado pelo Sr. Josemaría Escrivá, os acampados mantinham certas precauções, não confiando totalmente na passividade demonstrada pelo dono da terra. De acordo com o Sr. Tomás de Aquino

> **Tomás de Aquino:** Aí nóis já foi organizar nossas barraca, aí já foi fazer barraco dum, barraco doutro, barraco dum... Já foi fazendo os barraco de todo mundo, organizando, arrumando os cantim (cantinho). Aí, nóis trabaiô o dia todim mexeno com esses trem. Quando foi de noite, aí nóis montou já a tordinha lá (espécie de barraco)... Da que era a gurita, pra ficar... Sempre ficava dois de noite, vigiando, pra ver se num aparecia argun (algum), porque a gente sabe que eles manda jagunço, manda tudo, né.
> **Nelson:** Mas, vocês tinham medo disso?
> **Tomás de Aquino:** Não... Tinha nada. Aí, nóis amanheceu... Tinha dia que era eu, tinha dia que era outro, tinha dia que era fulano, tinha dia que era... Cada dia revezava, também. Cada dia ia dois do assentamento (acampamento), pra lá, pra ficar na guarda. Aí... E aí ficava atento, a noite todinha, oiando, porque qualquer coisa que aparecesse, nêgo chamava todo mundo, né. Gritava, e todo mundo tinha de correr pra ver o quê que era. Aí, nóis ficou lá, aí foi ficano, aí o trem foi calmano, aí já foi aparecendo coisa do INCRA, já, pra nóis. O pessoal do INCRA já começou vim aí pra visitar nóis, e já foi organizando. Sei que rapidim nóis resolveu nossos pobrema e também cabou. Depois, falar nisso, passado uns dia nóis pegou um cara ali em cima ali, que tava... Era um cara lá de Ipiaçu (MG). Era jagunço desses fazendeiro tudo aqui, que quando entrava em assentamento ele ficava querendo pegar os cara. Aí, nóis pegou ele, lá em cima, nóis deu uma prensa boa nele e ele caiu fora. Aí... Eu fui lá em Ituiutaba visitar meu cunhado que tava preso, lá na cadeia de Capinópolis, e ele tava preso na cadeia, esse cara (o jagunço de Ipiaçu).[243]

[242] Ibidem p. 7.
[243] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Tomás de Aquino (55 anos). Op. Cit.

A necessidade de manter um ponto de guarda à frente do acampamento, geralmente com dois indivíduos encarregados de observar qualquer movimento suspeito, justificava-se pela desconfiança dos acampados quanto à possibilidade de serem surpreendidos por jagunços. Desconfiança esta que era fundamentada no contexto social que sabiam muito bem interpretar, pois compreendiam que a sua luta pela terra incomodava grupos sociais cujos interesses eram radicalmente contrários aos seus. Tinham a certeza de que não eram um incômodo apenas para aos donos das duas fazendas (Capão Rico/Engenho de Serra), cujas terras já estavam legalmente desapropriadas, mas que os fazendeiros vizinhos poderiam vê-los como uma ameaça. O fato de encontrarem com um homem que foi reconhecido como jagunço lá de Ipiaçu, materializava as suas preocupações com as possíveis represálias. Afinal, situações ocorridas na região do Triângulo Mineiro indicavam o quanto as milícias, os pistoleiros e os fazendeiros eram atuantes contra os movimentos de luta pela terra. De acordo com informações de uma Ação de Dissolução da Associação Civil, conforme Procedimento AdministratIvo nº 26/2003, movido por seis promotores de justiça contra a União de Defesa da Propriedade Rural (UDPR) – a serviço dos fazendeiros –, sediada no Sindicato dos Produtores Rurais de Ituiutaba (SIPRI), esta associação vinha praticando várias ações de despejo de famílias que acampavam nas fazendas de seus respectIvos associados. De acordo com o Procedimento AdministratIvo, a denúncia para dissolução fundamentava-se na constatação de que:

> a) – em 04 de março de 1997, na cidade de Uberaba, houve um encontro de latifundiários para se discutir uma estratégia contra a Reforma Agrária, denominado “Encontro Nacional de Lideranças do Setor Rural”;
> b) – em abril de 1997 na cidade de Ituiutaba foi criada a UDPR, cujos sócios compraram uma viatura que, com pessoas armadas, fazia rondas noturnas pelas fazendas dos associados, mediante contribuição mensal. Ao se associar à entidade, o ruralista assumia um pacto de estar presente junto ao associado em uma fazenda que fosse invadida;
> c) – em 14 de janeiro de 1998, na cidade de Iturama, nos termos do documento do sindicato dos trabalhadores rurais de Iturama, o vice-prefeito da cidade de São Francisco de Sales, Sr. Ademar Ferreira Barbosa, junto com jagunços armados e a Polícia Rodoviária, nas proximidades do Posto Carlito (BR 497), perto de um acampamento de sem-terra, ameaçou o presidente do aludido sindicato;
> d) – em 19 de janeiro de 1998, no município de Iturama, o vice-prefeito da cidade de São Francisco de Sales foi visto transportando “jagunços” em uma caminhonete de placa GVB 3490 e em uma perua Kombi, placa GPF 8260;

e) – em 10 de março de 1998, no município de Ituiutaba, latifundiários da região do Pontal do Triângulo Mineiro divulgaram a criação de um movimento contra invasões de terra;
f) – em 02 de fevereiro de 1998, na cidade de Uberlândia, na sede do sindicato rural ocorreu uma reunião com vários fazendeiros da região para fortalecer a regional do Movimento Nacional dos Produtores. A regional começou a organizar milícias armadas para fazerem patrulhas nas fazendas. Essas milícias eram pagas com uma contribuição mensal dos fazendeiros na quantia de R$20,00;
g) – nos dias 18 a 20 de março de 1998, membros do Movimento Nacional dos Produtores cercaram um acampamento de trabalhadores rurais sem terra em Nova Ponte, soltando foguetes e disparando suas armas de fogo. Entraram no acampamento e queimaram a bandeira do MLST;
h) – ainda no mês de março de 1998, em Uberlândia, na transferência dos acampados da fazenda São Inácio de Loyola, alguns membros foram agredidos por componentes das milícias do MNP que também atiraram em um carro de um trabalhador rural;
i) – em 22 de setembro de 1998, em Santa Vitória, 80 famílias de sem-terra ocuparam a fazenda Perobas ou fazenda Baixadão durante a madrugada. No mesmo dia, doze horas depois da ocupação consumada, cerca de 40 fazendeiros ligados à UDPR, organizados em milícia, foram ao local, fortemente armados e incendiaram a mata onde estavam acampados os trabalhadores rurais, disparando vários tiros para o alto. A Polícia Militar estava no local. Em seguida, a quadrilha de fazendeiros fez o despejo dos trabalhadores com as próprias mãos;
j) – no final da tarde do mesmo dia 22 de setembro de 1998, o proprietário da fazenda Perobas, Diocélio Franco de Morais Neto, e o então presidente da UDPR, Renato Bernardes Filgueiras, e outros seis membros (entre eles Avani Paulo de Tarso de Araújo, o Negão do Ipiaçu, contratado pela UDPR), interceptaram dois veículos que conduziam agentes pastorais e sindicalistas que se dirigiam para auxiliar as famílias expulsas pelos fazendeiros. Os agentes obrigaram a saída dessas pessoas dos carros e espancaram-nas, tentando executá-las, condutas estas denunciadas pelo Ministério Público Estadual, nos termos dos documentos de fls. 52/54, 59/60, 108/109 e 505/804;
k) – em 08 de fevereiro de 1999, em Ituiutaba, os sem-terra ligados ao sindicato local, ocuparam a fazenda Pântano e foram despejados sem mandado judicial pelos membros da UDPR e policiais militares. Foram ameaçados por fazendeiros e “jagunços” e levados para um local chamado Bastos, próximo à cidade de Campina Verde. Neste local, os agressores efetuaram disparos e soltaram bombas, causando pânico e desespero nos sem-terra. A UDPR continuou a rondar a área por muito tempo de forma ostensiva com pessoas armadas (fls. 230/234);
l) – em 05 de março de 1999, em Serra do Salitre, o presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, Paulo Roberto Cunha Andrade, afirmou em notícia veiculada pela imprensa a sua intenção de montar milícia armada para defender a propriedade, nos termos do documento de fls.235;
m) – em 07 de março de 1999, em Tupaciguara, 200 famílias de sem-terra ocuparam a fazenda São Domingos, contudo foram expulsos por um grupo de fazendeiros armados ligados ao Sindicato Rural de Uberlândia, sem nenhuma ordem judicial (fls. 236/241);
n) – em 12 de maio de 1999, em Santa Vitória, famílias de sem-terra acampadas na fazenda Jubran, que já possuía decreto de desapropriação, denunciaram a presença de um grupo de jagunços armados no local (fls. 242);
o) – nos dias 23 de agosto a 10 de setembro de 1999, no município de Uberlândia, o acesso à fazenda Tangará, ocupada por trabalhadores rurais, ligados ao MLST, ficou bloqueado por fazendeiros e “jagunços”

> armados ligados ao Sindicato Rural de Uberlândia, documento de fls.243;
> p) – em 10 de setembro de 1999, durante o período noturno, o grupo de fazendeiros armado acima mencionado efetuou disparos de armas de fogo contra o acampamento, documento fls.244;
> q) – em 27 de setembro de 1999, no município de Capinópolis, por volta das 23:00 horas, integrantes da UDPR dispararam contra os sem-terra do MLST que desocupavam a fazenda Sertãozinho. Três trabalhadores foram atingidos por disparos de armas de fogo efetuados por produtores rurais, tendo sido identificados quatro agentes, os ruralistas Rubens de Andrade Horta, Luciano Faria de Andrade Horta e Sérgio Martins Vilela e um motorista Avani Paulo de Tarso de Araújo, conhecido por "Negão do Ipiaçu", contratado formalmente pela UDPR e responsável por arregimentar "jagunços" para os proprietários rurais da região. Os disparos atingiram Valdivino José Alves, Sidrac Divino Martins e João Paulo Machado. Os agressores foram denunciados nas sanções do artigo 129, § 1º, inciso I, por duas vezes, c/c artigo 29 do CPB, em 1º de fevereiro de 2001, pela Promotoria de Justiça da comarca de Capinópolis, nos termos dos autos em anexo de fls. 805/1013;
> r) – em 10 de outubro de 1999, em Santa Vitória, uma milícia armada da UDPR cercou a fazenda Capoeira, ocupada por famílias de sem-terra. O grupo armado ameaçou estas famílias e os expulsou. Após a expulsão, os trabalhadores rurais foram cercados em uma estrada vicinal pela milícia armada mencionada, que agrediu e espancou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Vitória, Cícero Lino da Silva e o diretor da FETAEMG, Jairo Darcy Gonçalves. Foram identificados alguns dos agressores, os ruralistas Renato Filgueiras, Diocélio Franco, Flávio (filho de Pércio Franco), Juceli de Tal (genro de Ernesto Gonçalves dos Santos), Tarcísio (filho de Alceu Bonito), Piu (genro de Ernesto Gonçalves dos Santos), documento de fls. 248/253.[244]

Dentre as denúncias constantes no Procedimento, nenhuma se relaciona aos assentamentos aqui pesquisados. Mas, as evidências que comprovavam a atuação violenta de uma milícia armada na região não eram ignoradas pelos trabalhadores ocupantes de terra de Ituiutaba, que se organizavam no sentido de se precaverem contra as agressivas intenções dos fazendeiros ligados à UDPR. Tais tensões e articulações – entre fazendeiros, entre fazendeiros e políticos locais (como o caso do vice-prefeito que transportava jagunços, conforme documento acima) e entre fazendeiros e polícia – indica que as disputas e conflitos pela terra se constituem no social e nele se desenvolvem, não sendo, portanto, fruto da imaginação, dos sentimentos individuais de cada sujeito que luta pela terra, de mero discurso ou

[244] BRASIL. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Procedimento Administratlvo nº 26/20063** (fls. 01/1058). Dispõe sobre Ação de dissolução de Associação Civil, com pedido de tutela antecipada, observado o necessário procedimento ordinário, em face da associação civil denominada U.D.P.R. – União de Defesa da Propriedade Rural. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fsiteantigo.mppe.mp.br%2Fuploads%2FLfizILhfcSIw6IeDwEbTTw%2F6IKgY-ks8HUa_ORSYxLSyA%2FAO_CIVIL_PBLICA_-_DISSOLUO_DE_SOCIEDADE_CIVIL_UDPR.doc&ei=gcifVablEYaIwgTgzqO4DA&usg=AFQjCNHk_M5xq7Mczc2Xzp4dv28BPwiNPQ&sig2=CLgcr-T6kyrDpmeTzwjgeg Acesso em 20 fev. 2015. p. 10-13.

representação da realidade. São práticas e articulações sociais e políticas concretas, produzidas a partir das relações socialmente vividas.

Enquanto o documento com as diretrizes da PMMG indicavam que o papel dos fazendeiros era de, “em caso de invasões, tentar convencer a retirada ‘*pacífica’* dos ocupantes”, o Procedimento AdministratIvo, movido por promotores do município de Ituiutaba, relatava justamente o contrário do que a PMMG escrevia em suas diretrizes. No acampamento da fazenda Divisa, por exemplo, o medo e o receio que os ocupantes tinham em relação a possíveis retaliações provocadas por milícias armadas, concretizavam-se pela presença de armas no acampamento e pela adoção de estratégias para evitar que a polícia as apreendesse, no caso de uma revista nos barracos. De acordo com o Sr. Paulo de Tarso, que narrou a respeito da ação empreendida pela polícia para desarmar os acampamentos da região, os integrantes do movimento que ocupou a fazenda Divisa usaram táticas improvisadas contra o trabalho da PMMG:

> **Paulo de Tarso:** Pouco prazo vieram pra desarmar a gente, sabe? Aí já vei helicóptero por riba e a patrulha deles lá, um comboio de polícia, né, e chegaram e já invadiram e já entraram e já foram nos barraco, virando aqueles barraco lá e oiano se tinha arma, né. Nóis tinha arma, mas era pouca, né. Aí, eu sei que reviraram lá...
> **Esposa:** Vocês já tava previnido e esconderam as arma...
> **Paulo de Tarso:** É, nóis escondeu as arma assim, pertim dos barraco, assim, mas dentro das foia, né. Cavou lá um coisa (um buraco no chão) lá e pôs umas foia por cima, lá, assim... Mei rápido, sabe? Que aí quando viu, disse que é a polícia, chegou e correu todo mundo e já... Vamo esconder as arma. Aí, já escondeu as arma, lá. Eu num tava... Num tinha escondido a minha, mas tava lá debaixo do colchão.
> **Esposa**: Ó a mania! (risos)
> **Paulo de Tarso**: E eu sei que... Eu... Eles chegou e já:
> **(Policial)**: “Dá licença” (modo truculento de narrar).
> **Paulo de Tarso**: Aí, eu ia... Eu tava... Já ia levantar pra escovar a boca lá no corgo, porque num tinha coisa (água encanada) Era pertim assim (o córrego) Aí... Pode entrar! (fala para o policial) Entrou, virou, num achou nada, colchão com tudo. (dentro do barraco)
> **Esposa:** Você tinha posto (a arma) na cintura?
> **Paulo de Tarso:** Não, eu tinha posto, porque lá: cê puxa o plástico aqui, põem em cima, aqui a cumieira, né. Puxa o plástico aqui e aqui você faz aqui e joga terra em cima pro vento num tirar ele, sabe? E aqui por baixo eu soquei o revólver lá de baixo (risos) (...) Aí, passou uns dia de novo, lá in vem de novo (a polícia) Aí, eu sei que... Pegou nóis, assim... Mas aí num pegou nóis muito de surpresa, mas a gente tava com as arma. Aí, já todo mundo correu e já socou dentro dessas foia, lá. E, tem um tal do José de Arimatéia, lá (risos). As arma ficava lá sempre direto, né. Aí, qualquer coisa, já tá escondida aí. Aí ele (o Sr. José de Arimatéia), e eu num sei o que é que foi com ele, que deu na cabeça dele, ou se ele esqueceu como é que foi, varreno o terreiro da casa, né, da coisa lá, e jogava as foia... Já tava chei de foia, e aí era pertim do barraco, aí foi ajuntou foia enriba daquilo,

> mais foia enriba daquilo lá e pôs fogo (risos). Aí, com pouco mais, foi um tiroteio de bala (risos)
> **(Acampados):** "Seu José de Arimatéia, do céu!"
> **Paulo de Tarso:** Ele já pulou dentro desse fogo...
> **(Seu José de Arimatéia):** "É, as arma tá..."
> **Paulo de Tarso:** Ele, já coitado, ficou doidin. Pulou dentro desse fogo e já ciscou aquilo tudo, lá. Sei que ainda pegou fogo numas coisa, numas coronha das arma, né, nos cabo, numas as bala explodiu, e no meu num teve nadinha (risos).[245]

Na mesma semana que aconteceu a primeira operação da polícia para desarmar os acampamentos, um dos jornais da cidade veiculou a notícia com o título de "PM desencadeia "Operação Aurora" no pontal do Triângulo". Segundo a edição do jornal:

> **ITUIUTABA –** Ontem, nos períodos matutino e vespertino, a Polícia Militar desencadeou, em parte da região do Pontal do Triângulo Mineiro, a "Operação Autora", que teve por finalidade desarmar tanto fazendeiros como sem-terra e assentados, restabelecendo a ordem e fazendo com que prevaleça um clima de tranquilidade e segurança. Vários integrantes do Movimento dos Sem-terra (MST) foram apresentados nas delegacias por porte ilegal de arma de fogo. Até 11h50, a reportagem do **Diário Regional** apurou que oito elementos haviam sido detidos por esse motIvo. Passaram pela vistoriação localidades nos municípios de Gurinhatã, Santa Vitória e Ituiutaba. Até o horário mencionado, tudo corria dentro da normalidade. O comandante da 10ª Companhia Independente da PMMG, major Rubens Eustáquio de Souza, que conduziu toda a ação, durante entrevista com exclusividade a este jornal, disse, que há perspectiva de um confronto entre fazendeiros e posseiros, principalmente os integrantes do MST. "Sentimos que o movimento está crescendo, eles estão invadindo cada vez mais fazendas e já chegaram inclusive em outras localidades de Santa Vitória e mesmo em Ituiutaba". O militar enfocou que a PM está prevenindo movimentos agressIvos, porque existem denúncias que novas fazendas serão invadidas na região. "Hoje mesmo tivemos notícia que partes da fazenda Jubran foram invadidas". A Operação se deu com um efetIvo de cerca de 150 homens, da 10ª Companhia, pelotão de choque de Uberlândia e guarnição especial daquela cidade e uma aeronave do Batalhão de Missão Especial da PM, de Belo Horizonte. (...) A PM passou pelas fazendas Engenho da Serra, Capão Grande (leia-se Capão Rico), Divisa, Baixadão, assentamentos em Gurinhatã, Santa Inês, Morredouro, acampamentos na faixa de domínio da "BR-363", dentre outras.[246]

É interessante analisar o texto jornalístico em correlação com a fala do Sr. Paulo de Tarso. A maneira como o **Diário Regional** descreve a operação, na primeira e principal página do jornal, relatando que a intenção da polícia era atuar "restabelecendo a ordem e fazendo com que prevaleça um clima de tranquilidade e segurança", converge para formar a opinião social de que a ação policial estava obtendo êxito em sua finalidade. Se a apreensão de armas era uma garantia da

[245] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Paulo de Tarso (72 anos). Op. Cit.
[246] PM desencadeia "operação aurora" no Pontal do Triângulo. **Jornal Diário Regional**. Ituiutaba, 25 nov. 1998. p. 01.

manutenção da ordem e da ausência de conflito, a grandiosa operação militar, envolvendo 150 policiais e uma aeronave de apoio, parecia não contar com a criatividade e as estratégias dos sujeitos acampados em esconder as próprias armas e a não se intimidarem com a presença da polícia. O Sr. Paulo de Tarso saiu despreocupado de seu barraco, logo pela manhã, em direção ao córrego d'água para escovar os dentes. Continuou a fazer o que habitualmente estava acostumado. Tinha a certeza de que os policiais não encontrariam a sua arma e nem a dos outros companheiros, pois todos haviam empreendido a estratégia de guardar o armamento em locais que certamente não seriam vistoriados pela polícia, como era o caso de escondê-lo debaixo da lona plástica ou de folhagens secas reunidas no chão. Tudo indica que a polícia não procurou nesses locais. Pode ser que tenham subestimado a capacidade de raciocínio dos acampados. Ainda é possível que não compreendessem um fato essencial: de que nem todos os acampados tem o mesmo costume de guardar armamento debaixo de seus colchões durante todas as ocasiões sociais ou dentro de lugares previsíveis, tais como guarda-roupa, bolsas, armários, etc.

Outra coisa fundamental sobre o artigo jornalístico é em relação ao modo como se deve analisá-lo além de questões que envolvem a incompatibilidade de informações, pois a imprensa é "(...) uma força ativa da história do capitalismo e não mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas"[247], principalmente quando seu conteúdo é avaliado à luz das experiências de classe. A ordem de apresentação dos fatos, segundo a matéria do jornal, é escolhida e descrita pela informação a respeito da operação da polícia (objetIvo da ação), dos "sem-terra" presos (resultado da ação), da perspectiva de normalidade da operação (por encontrar armas com os "sem-terra"), da fala da autoridade policial (o protagonista da ação) e da metodologia do desarmamento (a capacidade de força e de luta da polícia), numa lógica textual que relaciona a detenção de oito integrantes do movimento de luta pela terra como o resultado da ordem, pois logo depois de descrever o fato, o sujeito social que escreveu a matéria, ainda completa a ideia dizendo que "Até o horário mencionado, tudo corria dentro da normalidade", como se

[247] CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Catarina de Sena do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História.** São Paulo, n. 35, p. 1-413, dez. 2007. p. 259.

prender os integrantes dos movimentos de luta pelo porte ilegal de armas fosse um procedimento “dentro da normalidade”.

O destaque que o editorial do jornal fornece à operação policial, trazendo-o na primeira e mais importante página, como matéria principal, ainda sugere pensar qual a orientação se quer dar à opinião do leitor. É uma reportagem importante aos leitores porque apresenta a eles o que está sendo feito contra a presença “ameaçadora” dos ocupantes de terra. Ela contém a intenção de demonstrar à sociedade que os sujeitos ocupantes/invasores precisam estar submetidos à ação policial, pois vivem em condições ilegais, inclusive por possuírem armas de fogo. Raciocinar nestes termos significa dinamizar a leitura dos documentos históricos produzidos pela imprensa, relacionando-os ao contexto social no qual eles foram produzidos. Percebe-se que o intenso embate entre trabalhadores/acampados, fazendeiros e policiais, na região do Triângulo Mineiro, era uma preocupação constante da classe, que até se organizava para defender suas propriedades rurais, criando associações civis tal como a UDPR. Nesse sentido, considerar que a matéria jornalística tem uma “força social ativa” no presente e na construção do passado no presente, na realidade passada e presente, por conter elementos da consciência de classe e participar assumindo posicionamentos e estratégias na luta contra uma classe específica, significa entender que o “(...) passado não nos lega testemunhos neutros e objetIvos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui”[248].

Na condição de “linguagem constitutiva do social” e de “força ativa”, os seus “(...) conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso (...)”[249]. Nesse sentido, a matéria do **Diário Regional** é resultado de uma seleção de informações. Tomemos como exemplo a questão de se ter detido apenas integrantes do MST. A operação estava prevista para acontecer, também, nas sedes das fazendas ocupadas pelos movimentos, como de fato ocorreu nas fazendas Divisa e Capão Rico/Engenho de Serra. De acordo com o Sr. Josemaría Escrivá, que foi testemunha da vistoria realizada pela polícia, na sede da Capão Rico/Engenho de Serra, ele relata que:

[248] Ibidem p. 260.
[249] Idem p. 261.

> **Josemaría Escrivá:** Aí, (a polícia) deu revisão nos barraco tudo, num achou nada. Eles (a polícia) vei cá, pegou os vaqueiro aqui, levou lá pra ver os vaqueiro... Vei dar a revisão. Aí, depois pegou a gente lá (no acampamento) pra gente ir lá pra ver eles dar revisão na sede ali (da fazenda).
> **(Policial):** "Quem vai? Quem Vai?"
> **Josemaría Escrivá:** Ninguém vai, ninguém vai... Aí eu falei: Não! Eu vou lá. Aí vim mais eles. Aí reviraram daqui. Mas, rapaz! Aí, revira tudo: Guarda-roupa... Mete a mão, vai jogando tudo no chão. Num tá nem aí. Dentro dos barraco também é a mesma coisa (risos). Aquilo (a polícia) vira bolsa, jogava tudo do lado, assim... Depois você tem que arrumar. Aí, nóis vei... Aí na hora que eu entrei dentro da sede eu oiei enrriba (em cima) do guarda-roupa. Rapaz! E eu vi... Eu já vi o cabo de uma espingarda. Mas eu baixei a vista, né. E eles (a polícia) tá lá revirando. E na hora de sair, rapaz, é... Até (a policial) esses tempo pra trás, tá com muito tempo, o pai dela (da policial) era muito amigo meu lá em Capinópolis. O pai dela era sargento e hoje ela é sargento, lá em Ituiutaba. Aí, lá ia saindo pra ir embora. Eu falei (pensei): eu num vou falar nada (sobre a espingarda). Deixa quieto aí. Aí, na hora de sair ela oiô... Falou:
> **(A Policial):** "Ôpa! Nóis lá vai largando um trem pra trás".
> **Josemaría Escrivá:** Achou a espingarda, uma trinta e dois. Aí, eu tive que ir lá na cidade pra negócio de testemunhar, né. Eu tive que ir lá na cidade. Aí fui. Foi eu e o Baiano, um outro (assentado) que tem lá no pé da serra. Aí, como eles queria que fosse, aí (falei:) nóis num tem condução pra ir e voltar, não. Eu só vou se vocês prometer que me leva e trás aqui de novo. Aí o sargento falou:
> **(Sargento):** "Não, pode... Te levo e trago aqui. Te deixo aqui onde eu peguei você".
> **Josemaría Escrivá:** Então, vambora. Aí fui. Aí, foi rapidinho, lá, também. Fui testemunhar lá e já voltei pra trás. Me deixaram ali.[250]

A espingarda que foi encontrada na sede da fazenda é um indício muito importante de que os fazendeiros também possuíam armas, o que certamente – dado aos posicionamentos sociais e políticos assumidos – não seria uma ocorrência a ser veiculada pela imprensa de Ituiutaba, pois o sucesso da operação policial, segundo o jornal, dependia da existência de armamento a ser apreendido apenas nos acampamentos e assentamentos, dando a ideia de que só lá tivesse armas. Sendo assim, o jornal fala a partir de um determinado lugar social, assumindo posições ante as lutas sociais e políticas desenvolvidas e articulando-se em rede (com os grupos fazendeiros, com a polícia e demais setores dominantes) para a construção de um complexo processo de hegemonia.

A imprensa regional, representada, neste caso, pelo **Diário Regional** era apenas mais um veículo dentre tantos outros que levam a notícia da luta pela terra aos diversos lugares do Brasil. Num contexto geral, os movimentos sociais de luta

[250] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Josemaría Escrivá (54 anos). Op. Cit.

pela terra estavam – nos grandes meios de comunicação nacionalmente reconhecidos – intimamente relacionados com a violência no campo, seja em conflitos com a polícia ou com os fazendeiros, pois se vivia num período em que as ocupações de terra, no Brasil, e principalmente os trabalhadores dos movimentos haviam ganhado um destaque bastante negatIvo na mídia nacional. E muito do que os acampados em Ituiutaba conheciam sobre movimentos sociais e sobre Reforma Agrária, também estava ligado às notícias que recebiam a partir dos meios de comunicação de massa e de algumas orientações de seus respectIvos líderes.

Considerando-se as ocupações, ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, é possível destacar os anos de 1996 a 1999, como períodos de grande efervescência da ação dos movimentos sociais de luta pela terra, quando as ocupações se tornaram uma estratégia mais ampla de atuação. Por isso, o período destacado no gráfico 01, apresenta um aumento significatIvo no número de ocupações, que coincide com o período das primeiras ocupações em Ituiutaba.

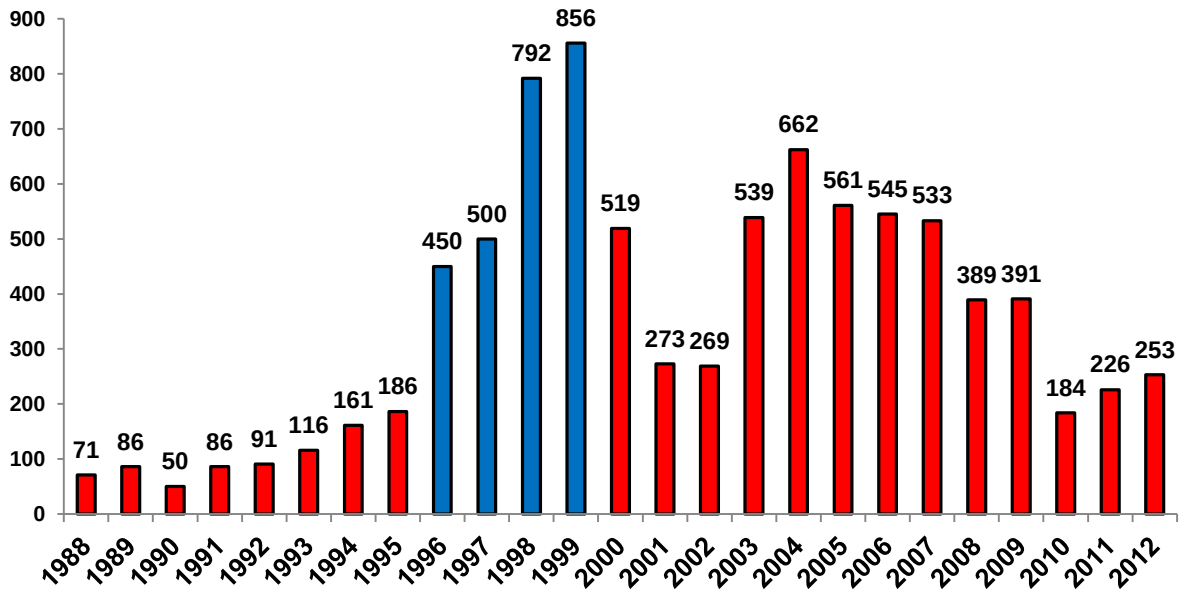


Gráfico 01: Número de ocupações de terras, no Brasil, de 1988 a 2012. Fonte: DATALUTA Banco de dados da luta pela terra. Relatório Brasil 2012. Elaboração e Digitalização: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2012.pdf> acesso em 04/07/2014.

Inegavelmente, a luta entre grupos de interesses contrários entre si, que eram os fazendeiros e os trabalhadores que lutavam pela conquista da terra, relacionava-se também ao aumento da violência no campo (violência sempre divulgada, mas também praticada pelos fazendeiros organizados em milícia), que de fato não era apenas uma ideia sem fundamentos sociais, ou que era existente apenas no imaginário dos ocupantes de terra em Ituiutaba. Precaver-se da violência, a partir de vários mecanismos de defesa da vida, desde a organização do acampamento até o uso de armas, quando necessário, era uma estratégia baseada nas experiências sociais locais, regionais e nacionais. A violência no campo é algo que os trabalhadores que ocuparam terras em Ituiutaba já conheciam de alguma maneira, seja pela existência de jagunços locais, pelas ocupações de terra regionais ou por informações sobre mortes e violência no campo, ocorridos em outras localidades do país e noutros tempos históricos. Segundo alguns relatórios da CPT (Comissão Pastoral da Terra), inúmeros conflitos no campo têm culminado em assassinatos e noutras formas de violência. Na tabela 01, estão contidos, resumidamente, alguns dados relacionados aos conflitos.

Conflitos no Campo Brasil (1985-2012)

Ano	Conflitos de Terra			Conflitos Trabalhistas			Outros		
	Número Conflitos	Pessoas Envolv.	Pessoas Assass.	Número Conflitos	Pessoas Envolv.	Pessoas Assass.	Número Conflitos	Pessoas Envolv.	Pessoas Assass.
1985	636	405.456	**125**	76	159.185	**14**	26	2.054	**11**
1986	634	594.448	**105**	95	203.521	**17**	15	12.604	**15**
1987	582	667.177	**109**	109	317.406	**24**	91	379.146	**21**
1988	621	403.733	**93**	59	283.780	**9**	82	241.239	**2**
1989	500	192.533	**56**	66	343.980	**9**	16	56.950	**1**
1990	401	191.550	**75**	47	366.069	**4**	-	-	**-**
1991	383	242.196	**49**	27	4.883	**0**	43	307.123	**5**
1992	361	154.223	**35**	18	16.442	**0**	54	15.331	**11**
1993	361	252.236	**42**	29	19.940	**0**	155	118.952	**10**
1994	379	237.501	**36**	28	25.193	**1**	78	45.925	**10**
1995	440	318.458	**39**	21	26.047	**0**	93	36.581	**2**
1996	653	481.490	**46**	19	2.487	**4**	78	451.157	**4**
1997	658	477.105	**29**	66	25.660	**1**	12	3.288	**0**
1998	751	663.590	**38**	70	367.334	**5**	279	109.162	**4**
1999	870	536.220	**27**	44	5.232	**0**	69	164.909	**0**
2000	556	439.805	**20**	54	53.906	**1**	50	62.319	**0**
2001	625	419.165	**29**	70	7.503	**0**	129	106.104	**0**
2002	743	425.780	**43**	169	11.145	**0**	14	14.352	**0**
2003	1.335	1.127.205	**71**	335	15.368	**0**	20	48.005	**0**
2004	1.398	965.710	**37**	343	4.202	**0**	60	107.245	**0**
2005	1.304	803.850	**38**	454	3.958	**0**	123	205.840	**0**
2006	1.212	703.250	**35**	398	8.010	**1**	47	13.322	**0**
2007	1.027	612.000	**25**	416	7.293	**0**	95	167.395	**2**
2008	751	354.225	**27**	373	5.388	**0**	46	135.780	**0**
2009	854	415.290	**25**	285	4.813	**0**	45	201.675	**1**
2010	853	351.935	**30**	242	1.643	**1**	91	201.660	**2**
2011	1.035	458.675	**29**	260	466	**0**	68	137.855	**0**
2012	1.067	460.565	**34**	182	73	**0**	115	184.925	**2**

Conflitos de Terra - Até o ano de 2000 estão registrados apenas as ocorrências de conflitos e ocupações. De 2001 em diante somaram-se aos dados relatIvos a acampamentos.

Conflitos Trabalhistas - Até 1996 os dados se referem apenas a trabalho escravo. De 1997 em diante, os conflitos trabalhistas referentes a ocorrências de desrespeito trabalhista e superexploração foram somados às ocorrências de trabalho escravo.

Outros - Até 1996 os dados se referem a conflitos em tempos de seca, sindicais, em áreas de garimpo, política agrícola, conflitos trabalhistas (exceto trabalho escravo). A partir de 2002 estão inclusos os dados referentes a conflitos pela água.

Tabela 01 - Estatísticas da violência no campo brasileiro a partir de dados sobre conflitos, quantidade de envolvidos e número de pessoas assassinadas. Dados extraídos dos relatórios publicados anualmente pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), intitulados Conflitos no Campo Brasil, referentes aos anos de 1989, 1993, 1997, 2003, 2005 e 2012. Elaboração e Digitalização: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014. Disponível em <http:www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>Aces. 08/07/14

Os dados da tabela 01 possuem uma relação com a do gráfico 01, no que se refere ao volume de conflitos e o número de ocupações, respectivamente. Nessa correspondência aproximada de dados é possível perceber que nem todos os conflitos foram traduzidos em ocupações de terras. E o período que mais houve ocupações coincide com os anos de 1998 e 1999, na época em que as fazendas Divisa, Capão Rico/Engenho de Serra e São Francisco de Sales do Salto estiveram ocupadas. A reação dos ocupantes quanto às preocupações com a violência ganha sentido não apenas por causa de suas experiências sociais vividas na ocupação e no acampamento, mas, estão relacionadas a um momento histórico em que muitas fazendas estavam sendo ocupadas, também, noutras regiões do Brasil. E a repercussão da atuação dos movimentos sociais de luta pela terra, naqueles anos, deixava toda a imprensa interessada em noticiar as ações dos movimentos, menos esclarecer a ação violenta de grupos e milícias armadas que estavam a serviço dos donos de terra.

Antes mesmo da criação da UDPR, já existia no Triângulo Mineiro a União Democrática Ruralista (UDR), que foi fundada em 1990, cuja sede localizava-se no município de Iturama-MG e o seu objetIvo era bastante claro: defender a propriedade fundiária da invasão e ocupação por "sem-terras". E isso se realizava por meio de "(...) pressão e de articulação local e nacional, inclusive via imprensa, desqualificando e criminalizando o movimento, não permitindo sequer a realização de vistorias em fazendas da região pelo INCRA"[251]. Além dessas medidas, havia outras formas de coação mais violentas, que ocorriam pela atuação intimidadora da presença de pistoleiros nos acampamentos, provocando conflitos e expulsando famílias das terras ocupadas.

E a UDR não foi a única associação de latifundiários ou fazendeiros, que unidos por uma causa contra os trabalhadores haviam se lançado na luta declarada contra a atuação dos movimentos sociais no campo. Esta associação, segundo o Procedimento AdministratIvo nº 26/2003, era "(...) considerada muito '*soft*'[252] pelos

[251] GOMES, Renata Mainenti. **Ofensiva do capital e transformações no mundo rural**: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004. p. 119.

[252] Conforme o dicionário Larousse Soft é traduzido para o português como: "**1.**- [gen] mole – **2**. [to touch] macio(cia) – **3**. [gentle] suave – **4**. [kind, caring] meigo (ga), bondoso (a) – **5**. [no strict] flexível". Português-inglês avançado. Coord. Edit. José A. Gálvez. São Paulo: Larousse do Brasil, 2006. p. 335.

produtores da região"[253], o que justificou, de certo modo, a criação da UDPR. E suas ações mais agressivas logo tiveram impactos na sociedade e em instituições que apoiavam a luta pela terra. No ano de 1999, o Bispo da Igreja Católica Apostólica Romana, Dom José Alberto Moura, da diocese de Uberlândia, enviou uma carta ao Governador do Estado de Minas Gerais, com o objetIvo de denunciar a ação de milícias armadas na região do Triângulo Mineiro, que eram lideradas pela UDPR. Ele escreveu o seguinte:

> Senhor Governador, não somente eu, mas todos os outros homens e mulheres de bem da região do Triângulo Mineiro, estarrecidos, tomamos conhecimento da criação do chamado Movimento Contra Invasões de Terra, em Ituiutaba (MG), no dia 10 de março de 1998, conforme atesta o documento de número dezenove em anexo. Esta organização que, sob o manto de uma associação de produtores rurais, tem como objetIvo maior, ao que parece, a criação de milícias armadas com o fito de intimidar e praticar atos de violência contra trabalhadores rurais sem-terra e seus apoiadores quando estes se propõem a cumprir dispositIvo constitucional pátrio, qual seja o de dar destinação social a latifúndios improdutIvos. (...) De outra forma, com o meu coração de pastor invadido por imensa comoção, sinto-me no dever de expressar a V. Ex.a. que, as ações ilegais retro mencionadas proliferam, em muito, por conta de uma evidente conivência das forças de segurança do estado, mormente da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Em decorrência dessa estarrecedora situação, onde a gloriosa instituição vem tendo sua imagem maculada, o poder das milícias armadas de fazendeiros foi extremamente fortalecido, inclusive o surgimento da UDPR (União de Defesa das Propriedades Rurais) e do MNP (Movimento Nacional dos Produtores)[254]

Esse documento do Bispo corrobora com a análise que já fiz anteriormente acerca da possível conivência da polícia militar em relação à atuação das milícias armadas na região. É possível muito bem perceber quais aparatos estão a serviço da classe dos fazendeiros, bem como a maneira como eles escolhem para agir em defesa de seus interesses. O Procedimento AdministratIvo nº 26/2003, traz uma entrevista que o Jornal Estado de Minas realizou com um fazendeiro do município de Santa Vitória-MG, que estava sendo acusado pela promotoria do Estado de Minas Gerais de ter coordenado uma ação de despejo das famílias que ocuparam uma

[253] BRASIL. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Procedimento AdministratIvo nº 26/20063** (fls. 01/1058). Dispõe sobre Ação de dissolução de Associação Civil, com pedido de tutela antecipada, observado o necessário procedimento ordinário, em face da associação civil denominada U.D.P.R. – União de Defesa da Propriedade Rural. Op. Cit. p. 14.

[254] Carta do Bispo diocesano Dom José Alberto Moura ao Governador do Estado de Minas Gerais, no ano de 1999, conforme está disponível em GOMES, Renata Mainenti. **Ofensiva do capital e transformações no mundo rural**: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Op. Cit. p. 142.

fazenda naquele município, então consideradas invasoras "(...) contratando cerca de 30 jagunços, após ter tomado ciência de que eventual processo de reintegração de posse poderia demorar três anos para ser solucionado"[255]. De acordo com o documento do procedimento instaurado, o fazendeiro, Sr. José Júlio Cordeiro Filho ***(JJC):***

> Afirmou que a ação foi rápida, pois em menos de uma hora todas as sessenta e uma pessoas foram retiradas.
> ***JJC***: *"Usamos a intuição, a inteligência, para contagiar aquelas pessoas (os jagunços) e evitar o mal maior" (fls.189)*.
> A entrevista concedida ao mencionado jornal está a seguir reproduzida:
> *"**EM (Estado de Minas) – O que levou o senhor a expulsar os sem-terra à força da sua fazenda?***
> ***JJC –** Fui avisado que eles estavam dentro da fazenda, conseguida com o suor do meu sogro, João Barbosa Sobrinho. Tive medo de que eles mexessem nas minhas coisas e dormissem na minha cama. Nesta hora, a gente deixa de lado a profissão de médico e age como um leão acuado, por instinto.*
> ***EM – O senhor pode contar o que aconteceu naquele dia?***
> ***JJC –** Foi uma operação bem feita, preservando a nossa vida. Tive homens que fizeram o serviço para mim. Conheço todas as entradas da fazenda e fizemos o cerco para não deixar nenhum sem-terra escapulir. Usamos a pressão psicológica e a força, tomando o cuidado de evitar ferimentos graves. Se a gente matasse um sem-terra, estava todo mundo na cadeia.*
> ***EM – Mas o senhor está respondendo a processo na Justiça...***
> ***JJC –** Aqueles que assaltaram a minha fazenda e colocaram toda minha família doente, com crises de depressão (ele se emociona e chega às lágrimas), é que recebem as benesses da polícia, da lei, dos deputados, do governo. Em sã consciência, eu achava que a Justiça tinha de ser imparcial, mas os Promotores se colocam a favor dos sem-terra. Eu é que passei a ser o bandido, o algoz.*
> ***EM – Valeu a pena fazer essa operação?***
> ***JJC** – Eu pensava que eles (os sem-terra) lutavam por Justiça Social. Mas eles não passam de baderneiros, assaltantes, **ratos**. A fazendeirama tem de se unir e dar um jeito de exercer o papel que a polícia se recusa a fazer. Não fomos nós que provocamos a guerra. Fomos invadidos primeiro.*
> ***EM – O senhor está arrependido?***
> ***JJC** – Faria tudo de novo. Estou disposto até a morrer, mas, no dia em que isto acontecer, a terra vai passar para o nome dos meus filhos."*
> É necessário registrar que durante a desocupação forçada da fazenda Bebedouro seis outros fazendeiros apoiaram a ação do proprietário, auxiliando o propósito do ruralista José Júlio Cordeiro Filho, além de oito "jagunços" identificados e pelo menos vinte e dois "jagunços" não identificados, mas confessados pelo próprio proprietário da fazenda em sua entrevista retro transcrita. (Grifos do autor)[256]

O fato de "agir como um leão acuado" em defesa da propriedade, afirmando ainda que os "sem-terra" "(...) *não passam de baderneiros, assaltantes,* ***ratos***", aparece como uma justificativa da força utilizada. Afinal, era preciso usar "a

[255] BRASIL. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Procedimento Administratlvo nº 26/20063** (fls. 01/1058). Op. Cit. p. 16
[256] Idem p. 16-17.

intuição, a inteligência", num contexto de "***guerra***", na qual a "(...) ***pressão psicológica*** *e a força, tomando o cuidado de evitar ferimentos graves*" foram estratégias eficazes contra as famílias que ocuparam a fazenda. Essa metodologia de ação possui similaridades com as táticas da PMMG, quando esta relata em suas diretrizes a respeito da construção de armas de defesa, insinuando que tiveram atitudes pautadas no uso da "***intuição***" e da "***inteligência***", pois o conflito com os ocupantes/invasores era semelhante a conflitos de "***guerra***", além de que os relatos dos ocupantes da fazenda Divisa indicavam que a PMMG utilizou da "***pressão psicológica***" contra os trabalhadores, para que desocupassem a fazenda. Significa dizer que há uma correspondência muito forte entre as metodologias de ação, que foram empreendidas pela UDPR, e aquelas que são praticadas pela PMMG, demonstrando o quanto a classe, que os fazendeiros integram, consegue articular e utilizar determinadas instituições do Estado contra outra classe, que afeta diretamente os interesses fundiários de uns poucos proprietários de terra.

Outra situação de despejo, contida no Procedimento AdministratIvo nº 26/2003, contribui para analisar as ações de classe, reforçando a ideia de que os fazendeiros ligados à UDPR conseguem se articular solidariamente num movimento contrário aos grupos e interesses dos trabalhadores não proprietários terra. No mês de setembro do ano de 1998 – um mês antes das primeiras ocupações em Ituiutaba – ocorreu no município de Santa Vitória-MG que "(...) os fazendeiros, armados, teriam chegado em 40 caminhonetes, cercando os trabalhadores rurais e expulsando-os da fazenda Perobas, mostrando para os mesmos que eles teriam que deixar a propriedade". De acordo com o fazendeiro que comandou esta ação, "Eles (os sem-terra) vão lá para fazer baderna, nós vamos lá botar ordem", o que vai de encontro ao que o Sr. **JJC** afirma a respeito dos ocupantes de terra, quando diz que eles "*não passam de baderneiros, assaltantes,* ***ratos"***. Essa forma de pensar, própria de uma classe proprietária assemelha-se às considerações de Thompson, quando este analisa que "(...) a mentalidade das classes proprietárias (que supunham – não sem razão – que qualquer pessoa sem emprego estável e sem propriedade teria de se manter por meios ilícitos)"[257], o que justifica a forma de pensar do Sr. **JJC** quando este demonstra o receio de que os trabalhadores "(...) mexessem nas minhas coisas e dormissem na minha cama". Afinal, os seus

[257] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 58.

interesses, que também pertencem a uma classe proprietária, estavam concretamente sendo ameaçados a partir daquela ocupação/invasão de terras.

E o fato dos acampados em Ituiutaba estarem com receio das milícias armadas e também da polícia, justificava-se pela questão de que a repressão contra os invasores era algo organizado, empreendido enquanto articulação e experiência de classe, e também conhecido e não simplesmente imaginado, inventado, mas que poderia ser concretizado na prática, ainda mais que na segunda ocupação da fazenda Divisa, conforme o Sr. Francisco de Assis relata, "(...) tinha dado um tempo pra não só o proprietário se preparar pra isso, como, a polícia, outras, né... E de fato aconteceu, o fazendeiro, ele mandou a polícia vigiar a fazenda". Mas, os integrantes dos movimentos possuem habilidades necessárias para poder driblar certas ações padronizadas da polícia. Tanto é que conseguiram chegar à fazenda para reocuparem suas terras sem que a polícia os barrasse, como aconteceu no caso da fazenda Divisa. Além disso, também possuem estratégias para lidar com as "pressões psicológicas", pois sabem improvisar, criar e dialogar para resistirem a certas imposições. Entendem que certas táticas da polícia ou dos fazendeiros apresentam um determinado padrão metodológico de ação e, de certo modo, tentam se precaver. Por outro lado, também recuam, quando necessário, esperando a melhor oportunidade de agirem novamente.

Ao longo da luta pela ocupação e reocupação das fazendas, é possível compreender que os modos de vida das famílias se constituem em modos culturais de luta, porque pela cultura também fazem política. Conseguem se articular com outros movimentos de luta pela terra, mesmo que não cheguem a nenhum acordo. Conhecem táticas de defesa, quando organizam o acampamento numa disposição espacial orientada conforme o local onde acampam. E assim, demonstram que não ignoram as possíveis investidas dos grupos que se incomodam com suas ações. Sabem que a ocupação de terras é permeada por diversos riscos: o de serem despejados e de terem que retornar às suas moradias na cidade; o de serem agredidos e de ter que revidar de alguma maneira ou mesmo recuar se preciso for; o de forjar saídas para reocupar a terra novamente; o de ocupar primeiro que outros grupos de luta pela terra; o de perder a amizade dos amigos e de ter que enfrentar as críticas dos próprios familiares; o de abandonar o conforto da própria casa para viverem em barracos de lona; o de lidar com o medo em relação à morte; o de improvisar diante de situações não programadas; o de conviver com pessoas que

nunca tiveram amizade. Para cada situação, relacionada à luta pela terra, possuem experiências sociais que lhes permitem enfrentar o destino que escolheram para si. São protagonistas de suas próprias histórias.

Considerando o ato de ocupar e resistir pelo acampamento, é possível perceber que as experiências comuns e compartilhadas iriam ser traduzidas pelo contexto da cooperação e da sociabilidade, mas também, pelos conflitos inevitáveis. Porque a experiência de classe também é uma construção fundamentada por embates e conflitos de interesses entre os próprios integrantes, o que revela a existência concomitante da unidade e da heterogeneidade da classe social. Sendo assim, a realidade circunstancial do acampamento anunciaria as permanências e as intermitências de relações socialmente instituídas e espacialmente impactantes na construção do lugar.

2.5 – Experiências no acampamento

> **Nelson:** Como que era a convivência, lá no acampamento?
> **Josemaría Escrivá:** A convivência era muito boa, do pessoal. Assim... É bão, assim... Quando tá acampado... Que sempre os cara do assentamento antigo, falava:
> **(Assentados):** "Ó, a mió época é quando cêis tá acampado tudo junto".
> **Josemaría Escrivá:** Tinha dia que mei de semana, quarta-feira, quinta-feira, o povo tava acampado lá, punha um som lá e tudo... Nóis fazia forró no mei da semana, dança todo mundo (risos) é... Num tinha dia, não. Era divertido.
> **Catarina Labouré:** Era bão!
> **Josemaría Escrivá:** Porque hoje, depois que você saiu pro lote, tem lugar aí, tem ano que eu num vou lá.
> **Catarina Labouré:** Tem gente que fala:
> **(Assentados)** "Meu Deus, como era bão quando acampado".
> **Josemaría Escrivá:** Porque (no assentamento) você fica muito ocupado, aí cê num sai. Só na cidade eu vou só a cada trinta dia, só se tiver muita necessidade pra poder ir.
> **Catarina Labouré:** E eles ficava tudo reunido... Eles chegava:
> **(Acampados):** "E vamo fazer um almoço, tudo junto? Vamo fazer uma pamonhada?"
> **Catarina Labouré:** Bora! Juntava aquele tanto de muié, tanto de home, no instantin fazia aquele tanto de pamonha.
> **Josemaría Escrivá:** Fazia um almoço, fazia tudo, brincava... Forró era direto. **Catarina Labouré:** (risos)
> **Josemaría Escrivá:** Nóis dançava, mas dançava com força, mesmo.[258]

[258] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Josemaría Escrivá (54 anos) e Sra. Catarina Labouré (54 anos). Op. Cit.

Na ocupação das fazendas Capão Rico/Engenho de Serra a festa é apresentada como a “mió época” do acampamento, conforme é narrado pelo Sr. Josemaría Escrivá. E para justificar a importância desse período, que foi um momento muito intenso na vivência com os companheiros de luta, o Sr. Josemaría Escrivá reproduz o relato de outros que também estiveram acampados, que diziam “Ó, a mió época é quando cêis tá acampado tudo junto”. Isso indica que o fazer forró era uma prática que parecia ser possível por conta do “tá acampado tudo junto”, numa condição espacial em que certas práticas dependiam do fazer com o outro, porque coletivamente se tinha disposição e animação para algumas atividades, como relata a Sra. Catarina Labouré, a respeito da rapidez com que faziam um almoço e uma pamonhada. De certa maneira, as pessoas possuíam relativa autonomia na organização e utilização do próprio tempo, já que não estavam subordinadas a certas relações de trabalho que lhes determinasse quanto tempo livre teriam disponível para a festa. Assim, os acampados regiam o próprio tempo e não estavam sujeitos a restrições de como ou quando deveriam realizar o seu forró, pois de acordo com Sr. Josemaría Escrivá, “Tinha dia que mei de semana, quarta-feira, quinta-feira, o povo tava acampado lá, punha um som lá e tudo... Nóis fazia forró no mei da semana, dança todo mundo (risos) é... Num tinha dia”.

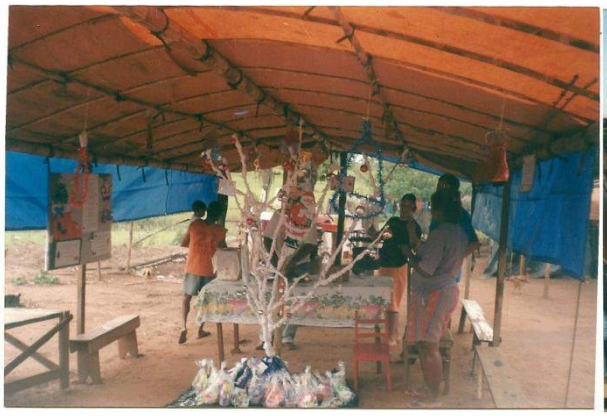
O fato de que “Nóis dançava, mas dançava com força, mesmo”, evidencia uma atitude que muito se aproxima da intensidade com que estavam vivendo aquele conflito de luta pela terra. E dessa maneira a festa não era uma prática dissociada de questões mais amplas de suas experiências sociais. Ela continha a dimensão comemorativa por terem conseguido permanecer na terra e não serem despejados; alimentava as relações de proximidade entre acampados, pois nem todos aqueles que ocuparam as fazendas tinham laços de amizade ou sequer conheciam um ao outro antes de virem para o acampamento. A festa era algo que não podia faltar naquele momento, em que viviam a resistência e aguardavam a criação do assentamento. Noutra entrevista, essa importância é ainda mais ressaltada:

> **Nelson:** E quando vocês estavam no acampamento, tinham muitas festas?
> **Benedito:** Festa? É o seguinte: nunca pode deixar de ter. Porque, você já pensou, também, se você vim pra cá, pra ficar na espécie dum gato dentro dum saco, aí sem... Né... Cê tá entendendo? Cê tem que ter. A festa que tinha, era assim: talvez, ligava lá... Aí a gente ligava lá um aparelho de som, escutava uma música, assim... Uns já dançava, talvez, assim... Final de ano

> a gente já foi... Já tinha como comprar uma vaca, fazer uma festa, cê tá entendendo? Foi assim.[259]

A festa também continha a dimensão de uma relativa liberdade de se viver no acampamento, revelando que este espaço era dinamizado segundo a autonomia, as necessidades e as possibilidades que o coletIvo possuía. Conforme relata o Sr. Benedito, seria muito difícil estar acampado e "(...) ficar na espécie dum gato dentro dum saco (...)". Sua maneira de dizer indica o quanto a festa era algo fundamental e indispensável às relações sociais no acampamento, ainda mais que se tornava possível realizá-la devido o modo com que resolviam organizar o tempo livre. O seu relato ainda evidencia a espontaneidade com que a festa se iniciava, comentando que "talvez ligava lá... Aí a gente ligava lá um aparelho de som, escutava uma música, assim... Uns já dançava", como se não fosse algo muito bem programado, porque nem sempre havia data e hora marcada para acontecer o forró. Faziam conforme os seus modos de criar e de improvisar, que se tornavam formas de arregimentar o coletIvo e também de articulá-lo, já que não se pode dissociar a festa do espaço de articulação da luta, que era desenvolvida no e a partir do acampamento.

No acampamento da fazenda São Francisco de Sales/Buriti da Prata, onde foi criado o Projeto de Assentamento Renascer, havia um espaço comum onde se realizavam as festas, as aulas de religião e as reuniões do movimento de luta, o que constitui uma evidência de que a festa não era uma manifestação dissociada das articulações coletivas, como se pode observar pelas fotos que se seguem.



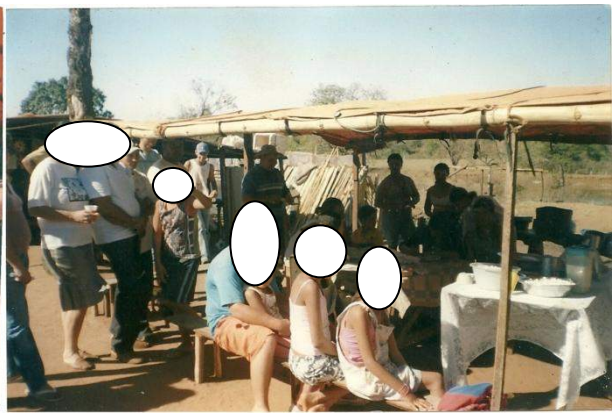


Foto 05: Preparação da barraca de uso **Foto 06:** Almoço coletIvo na barraca comunitária.

[259] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Benedito (55 anos), morador do P.A. Engenho de Serra, no dia 13/09/2014.

comunitário para comemoração do Natal do ano de 2007. Fonte: Acervo pessoal do Sr. Maximiliano Kolbe



Foto 07: Momento em que os acampados assinam a ata de reunião no acampamento. Ano 2007. Fonte: Acervo pessoal do Sr. Maximiliano Kolbe

Fonte: Acervo pessoal do Sr. Maximiliano Kolbe.



Foto 08: Momento final da reunião no acampamento. Ano 2007. Fonte: Acervo pessoal Sr. Maximiliano Kolbe.



Foto 09: Momento de realização de aulas de religião. Ano de 2007. Fonte: Acervo pessoal Sr. Maximiliano Kolbe.



Foto 10: Dia em que os representantes do INCRA compareceram ao acampamento para realizar o cadastro dos que iriam receber a terra. Ano de 2007. Fonte: Acervo pessoal Sr. Maximiliano Kolbe.

As fotos 05 e 10 indicam que a confraternização de Natal e a realização do cadastro do INCRA ocorreram num mesmo local, pois a armação da estrutura de sustentação da lona possuem similaridades, além de que as demais fotos contêm elementos que evidenciam a realização de outros eventos num mesmo ponto do acampamento. Essas evidências corroboram com a ideia de que a festa possuía uma dimensão política, não se resumindo a uma função de ordenamento do tempo livre, como ocorre com as atividades de lazer, as quais possuem uma estreita

ligação com os interesses capitalistas de determinar o tempo do "ócio" do trabalhador urbano ou rural.

A função da festa nos acampamentos assemelha-se muito mais com o que Hobsbawm caracteriza como uma forma de mobilizar a comunidade inteira, que "(...) É a fiesta aldeã ou seu equivalente – a combinação entre ritual coletIvo e diversão coletiva"[260]. Dessa maneira, a festa aparece conectada a outras relações sociais muito mais amplas, no que o autor denomina de "ritual coletIvo", que no caso dos acampamentos aqui analisados, pode se referir às reuniões do movimento, às aulas de religião, à reunião com os representantes do INCRA, bem como a outras situações relacionadas ao ato de resistência e permanência na ocupação da terra. Ainda conforme o autor uma ocupação de terras pode ser um "ritual coletIvo" e "diversão" coletiva, ao mesmo tempo, porque "(...) destina-se a ser um assunto muito sério e cerimonial, exigindo terra que pertence à aldeia, mas provavelmente também é a coisa mais animadora que aconteceu na aldeia durante um longo período"[261], e que no caso da realidade de estudo desta tese, os aspectos sérios e também animadores podem ser analisados a partir da maneira como as pessoas relembram do acampamento. Para alguns, a luta pela terra é uma ação muito séria e que exige comprometimento, conforme apresenta o Sr. Vicente de Paulo (assentado do P.A. Engenho de Serra) ao relatar sobre o contexto da ocupação da terra, dizendo que "Porque eu num queria uma terra pra brincar... queria uma terra pra mim trabalhar como eu tô trabalhando hoje. Eu num queria saber porque os outros queria terra. Eu queria uma terra pra mim trabalhar"[262]. Para outros, a ocupação e o acampamento constituíram-se como momentos animadores de suas vidas, porque tiveram a oportunidade de viver uma espécie de "pausa" nas relações de trabalho anteriormente vividas. Conforme relata o Sr. Paulo de Tarso:

> **Nelson:** Como que era viver no acampamento?
> **Paulo de Tarso:** Era bom de mais. Você não fazia nada. Comia igual um porco (risos).
> **Clara de Assis (esposa):** Mas é pra ser bom, né... (risos).
> **Paulo de Tarso:** Comia, dormia, era assim, uai. Ninguém amolava a gente, ali. Ficava só de boa, lá.
> **Clara de Assis (esposa):** Todo mundo amigo!

[260] HOBSBAWM, Eric j. **Sobre história**. Op. Cit. p. 294.
[261] Idem.
[262] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Vicente de Paulo (70 anos). Op. Cit.

> **Paulo de Tarso:** Eu nunca é... Eu nunca tinha ficado parado (sem trabalhar) hora nenhuma, né. Só trabalhando. E aquilo eu achei bom, engordei (risos).[263]

Ao mesmo tempo em que a vida no acampamento é uma "pausa" específica e um momento atípico para os que lá estão, a música, a dança e a preparação coletiva da comida também são aspectos culturais dinâmicos, porque se relacionam à ideia de "(...) modos de viver como modos culturais de luta"[264], sendo "(...) natural que deva haver um elemento de festa aldeã em relação ao levante. Daí a música – que também serve para mobilizar e arregimentar pessoas"[265]. Desse modo, a festa se torna um espaço propício para dialogarem sobre a Reforma Agrária e trocarem informações sobre os trâmites de criação do assentamento. Além disso, os acampados têm a oportunidade de repensar os projetos de vida e manterem-se animados para resistir o quanto puderem. Sendo assim, é necessário compreender que a festa no acampamento tem um sentido político bastante forte, e que a autonomia em utilizar o tempo livre não significa esquecimento dos problemas e dos conflitos vividos, mas, sobretudo, implica em sempre lembrar e discutir o modo como eles serão resolvidos. É por isso que a festa não pode ser analisada sem a presença do conflito, já que ela é um momento de articulação direta para decidirem sobre situações vividas no acampamento, desde escolher quem ficará de guarda no período noturno ou quais estratégias adotarão para conseguir alimentos enquanto viverem nos barracos. É dessa maneira que a festa se conecta com outros momentos, pois enquanto comem, bebem ou dançam, estão a falar e fazer política, inclusive, a pensar como reagirão em situações de perigo.

O fato de que "Ninguém amolava a gente, ali. Ficava só de boa, lá", conforme a fala do Sr. Paulo de Tarso, não era uma situação constante no acampamento, indicando que havia sempre a necessidade de preparem-se para enfrentar quaisquer situações inesperadas de perigo. E se a festa era um espaço de práticas políticas, também ela se constituía como momento propício a tal preparação. Por isso, estando na festa ou fora dela, ficavam sempre alertas e observavam quaisquer movimentos suspeitos, de modo que estavam preparados para agir conforme as

---

[263] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Paulo de Tarso (72 anos) e Sra. Clara de Assis (65 anos). Op. Cit.
[264] CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Catarina de Sena do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. In.: MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R. de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.) **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 12.
[265] HOBSBAWM, Eric j. **Sobre história**. Op. Cit. p. 294.

situações lhes exigissem. Houve momentos em que se sentiram ameaçados por um suposto jagunço, conforme relatado na entrevista:

> **Nelson:** Me contaram sobre um vaqueiro que dormiu bêbado na porta do acampamento.
> **Paulo de Tarso:** Não, num era vaqueiro. Bom, era vaqueiro, mas num era da gente não (da fazenda Divisa), era da fazenda do SR, ali na frente, sabe? Ele veio de moto mais outro, de lá (da fazenda SR) e veio pra venda beber cachaça. E a estrada era por aqui. E passava lá em Euclides (lote 19), ali, sabe? Ali onde tinha o colchete que entrava pro nosso acampamento. Era na frente do Euclides, ali. E aí, nóis ficava dois guarda de noite, ali, porque podia chegar alguém, né, e descer, lá. Ficava guardando aquele colchete, ali, pra num entrar ninguém. Tinha quem passasse na estrada de noite, né, suspeito... Aí, quando foi meia noite eles (os vaqueiros) voltaram, todos os dois bêbados, né, nessa moto. E aí, quando foi passando (de frente o colchete), ele (piloto da moto) passou direto e deixou um (vaqueiro) lá, pra vim buscar depois. Não sei se eles (os vaqueiros) eram dois ou era três. Sei que num dava pra ir na moto.
> **(Vaqueiro):** "Cê fica aí que eu vou levar o outro na fazenda e volto".
> **Paulo de Tarso:** Ah! Aí, sei que ele (o vaqueiro) saiu andando de a pé e topa os minino, lá (na guarita do acampamento). Aí, (os minino) prenderam o cabra. Pensou que podia ser algum jagunço, né. Prenderam ele lá. E desceram com ele lá pro nosso acampamento, né. Chegaram lá e o cara pôs ele num barraco lá, pra dormir (risos). Mas, vigiando, né, na porta, pra ele num sair. Sei que o cabra dormiu sussegado, rapaz! Aí, quando foi mais tarde, eu sei que... Daí um pouco escutaram o barulho da moto do outro, né. O outro veio e olhou e coisa... Cismou e se mandou (risos). Num viu ele, largou... Num vei mais atrás dele, não. Cismou que a gente, por certo, tinha feito alguma coisa. Aí, eu sei que quando foi mais tarde, já pra de madrugada... Ele pedindo pra ir embora e coisa... Eu sei que implorou muito. Aí, o José Operário falou:
> **(José Operário):** "Não, nóis vai. Você garante: chegar lá e não abrir encrenca com nóis?"
> **(Vaqueiro):** "Não, eu garanto".
> **Paulo de Tarso:** Aí, eu sei que foi eu, foi Santana Galvão e mais outro, né, na perua do José Operário, com ele (o vaqueiro). Aí, chegamos lá, bem pertinho da fazenda. **(Dissemos):** "Aqui tá bom?"
> **(Vaqueiro):** "Tá bom".
> **(Paulo de Tarso):** Aí, ele chamou a gente pra ir lá no barraco dele, lá na casa dele. Aí, nós falou: não, nós num vamo não. Sei que nóis vei embora... Mas, ele implorou pra gente soltar ele (risos). E ele não esperava, também, por certo, que a gente ia fazer isso (prendê-lo). Mas, a pessoa já tava ali com medo. E vê uma pessoa assim, né, que nunca viu, estranha, assim... Tantas horas da noite. Pensa assim: é um jagunço que tá aí, observando alguma coisa aqui. Vamos levar o cabra pra lá.[266]

A afirmação que fiz para estimular o diálogo na entrevista se deve ao fato de outros entrevistados terem mencionado a situação ocorrida com o vaqueiro da fazenda SR, porém, não quiseram detalhar sobre como procederam diante daquela realidade, sendo que o único a relatar foi o Sr. Paulo de Tarso. Em sua fala é possível constatar que souberam como agir e reagir à situação, de modo que a

[266] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Paulo de Tarso (72 anos). Op. Cit.

interpretação daquela realidade demonstrou que não se tratava de um jagunço, mas, de um trabalhador da fazenda vizinha, e por isso tiveram o cuidado de levá-lo até as proximidades de sua residência, num gesto de gentileza e de compadecimento em relação à sua embriaguez. Apesar dos acampados deterem o vaqueiro por algumas horas e depois levá-lo de volta até a fazenda, ainda tinham a preocupação de que aquela ocorrência poderia lhes causar alguma confusão, pois perguntaram a ele: "Você garante: chegar lá e não abrir encrenca com nóis?". Isto se justificava porque a relação com os vaqueiros da fazenda Divisa não era muito amistosa e, certamente, entendiam que os vaqueiros de outras fazendas também assumiam uma defesa dos interesses do fazendeiro. Ainda durante a entrevista, foi perguntado ao Sr. Paulo de Tarso sobre as ameaças que rondavam o acampamento. Segundo ele:

> **Paulo de Tarso:** Só os vaqueiros que andavam armados. Mas, eles já andavam armados com medo da gente, né.
> **Nelson:** E quando a polícia veio fazer o desarmamento, ela foi na casa do gerente (da fazenda)?
> **Paulo de Tarso:** Foi. Foi na casa do gerente, foi na fazenda, na sede, né. Olhou a sede tudo. Subiu em cima do...
> **Nelson:** Da laje?
> **Paulo de Tarso:** Da laje, lá, no alçapão lá. Eles subiu lá e achou: tinha uma arma... Uma arma sofisticada, lá. Num sei se era... Acho que era uma filobé, mas dessas repetidora, sabe? Essas... De num sei quantos tiro. Tava lá escondida. Eu sei que ele, o gerente, falou que num era dele, era da...
> **Clara de Assis:** Dona.
> **Paulo de Tarso:** Dona da fazenda, né. Mas, eles (a polícia) levaram assim mesmo. E aí... Mas, num acharam os revólver que eles esconderam, também, né. Mas, cada um tinha um revólver. Os vaqueiro e o gerente tinha revólver.
> **Nelson:** Vocês chegaram a ver?
> **Paulo de Tarso:** É, e aí eles passava... Quando passava, assim, quando avistava nóis, eles ficava trocando de arma de um pra outro pra gente ver, né.
> **Clara de Assis:** Era pra intimidar...
> **Paulo de Tarso:** Era. Mas nóis num tinha medo. (risos)[267]

O fato dos vaqueiros possuírem armas e de as exibirem aos acampados demonstra a divergência entre interesses e de como se materializavam as tensões entre classes e no interior de uma mesma classe, pois mesmo que os vaqueiros fossem trabalhadores como os acampados também o eram, eles estavam a serviço dos patrões, do fazendeiro ou do sujeito que gerenciava a fazenda. Sendo assim, eram vistos com desconfiança porque não defendiam a mesma causa que os

[267] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Paulo de Tarso (72 anos) e Sra. Clara de Assis (65 anos). Op. Cit.

acampados. E isso indicava o quanto os conflitos eram iminentes. Porém, eles não ocorriam apenas por um embate violento, pelo uso de armas de fogo e formas de ameaças. Manifestavam-se também por situações que se relacionavam à manutenção das necessidades diversas do acampamento. Aos poucos, as relações entre acampados e fazendeiros vizinhos se estreitavam por conta da proximidade espacial e das necessidades de ambos: enquanto os fazendeiros vizinhos necessitavam da mão de obra dos acampados, estes se sujeitavam ao trabalho para conquistar o próprio sustento. No entanto, devido o iminente conflito e a desconfiança entre ambas as partes, as aproximações não eram amistosas e nem sequer pautadas em reciprocidades gratuitas. Nesse sentido, o relato da Dona Catarina de Sena indica essa dimensão do conflito. Segundo ela, o seu esposo foi trabalhar alguns dias para um fazendeiro vizinho com o intuito de ganhar umas ramas de mandioca para plantar nos arredores do acampamento. Conforme ela narra:

> **Dona Catarina de Sena:** Pra nóis plantar o primeiro canteirinho de mandioca, meu fii (filho), nóis teve que comprar as mandioca com as rama pra poder ter as rama pra plantar. E as mandioca jogou fora, porque eu doente não podia fazer uma farinha, não podia fazer um porvilho.
> **Francisco de Sales:** Num tinha porco.
> **Dona Catarina de Sena:** Num tinha porco pra cumer. Nóis comprou as mandioca e...
> **Francisco de Sales:** Aproveitou a rama.
> **Dona Catarina de Sena:** Aproveitou a rama. Cê acredita?
> **Nelson:** E onde vocês foram comprar essa mandioca?
> **Dona Catarina de Sena:** Aqui no vizinho, aqui.
> **Francisco de Sales:** Numa fazenda aqui do...
> **Dona Catarina de Sena:** Ali pra baixo... Do Celso.
> **Francisco de Sales:** Do Celso. O homem era tão ruim que eu tive de comprar as mandioca pra poder pegar a rama.
> **Dona Catarina de Sena:** Umas moitinha... É... Ele não deu a rama pra nóis.
> **Francisco de Sales:** Ele num gostava de nóis aqui, sabe?
> **Dona Catarina de Sena:** Ele não deu a rama pra nóis. Ele detestava de nóis.
> **Nelson:** Mas, nesse momento do acampamento é... Alguns (acampados) chegaram a trabalhar, assim, pra fazendeiro vizinho, aqui?
> **Dona Catarina de Sena:** Eles queria trabalhar. Inclusive esse, das mandioca, que nóis comprou a mandioca e a rama, meu marido trabalhou três dia pra ele pra fazer amizade com ele pra ver se ele dava um pouquinho de rama pra nóis plantar. Mesmo assim, ele não deu.
> **Nelson:** Ele vendeu...
> **Dona Catarina de Sena:** Ele vendeu a rama com as mandioca.[268]

[268] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Sales (77 anos) e pela Sra. Catarina de Sena (74 anos). Op. Cit.

A relação entre os acampados e o fazendeiro era mediada pela dimensão da venda da força de trabalho e, em certo aspecto, somente por ela. É por isso que a estratégia de trabalhar três dias para o dono da fazenda vizinha, com o objetIvo de se beneficiar de uma reciprocidade específica, que era a de receber do fazendeiro a doação das ramas de mandioca, não teve o resultado esperado. Essa falta de reciprocidade, por parte do fazendeiro, indica o quanto a permanência das famílias no acampamento incomodava a classe proprietária, revelando ainda a abrangência do conflito, que não se manifestava apenas na relação dos acampados com os vaqueiros das fazendas ocupadas, pois estendia-se também ao convívio com outros sujeitos, cujas propriedades de terra não estavam sendo desapropriadas e nem sequer haviam sido ocupadas pelos integrantes dos movimentos.

O que se observa é que os sujeitos acampados não se limitavam às barreiras impostas pelos fazendeiros e seus empregados, pois sabiam muito bem como lidar com os conflitos, sem necessariamente utilizar de violência para conseguir o que queriam. Esse é um aspecto muito interessante da luta pela terra, porque corrobora para desmistificar a ideia de que os trabalhadores dos movimentos sempre agem com violência para atingir seus objetIvos, apesar das tensões com vaqueiros e fazendeiros. No caso do Sr. Francisco de Sales e da Dona Catarina de Sena, eles não se negaram a comprar as ramas de mandioca, embora contassem com a gratuidade de quem havia lhes fornecido trabalho temporário. E essa atitude dos dois ainda demonstra a flexibilidade com que foram capazes de adquirir a rama pretendida. Mesmo diante de situações hostis e não recíprocas, que envolviam as relações de classe naquele lugar, as famílias acampadas possuíam outras estratégias para poder conseguir certos benefícios para o coletIvo, como se pode analisar pela continuidade da entrevista da Dona Catarina de Sena, quando ela diz que:

> **Dona Catarina de Sena:** Aí, Deus mandou um homem lá de Ituiutaba. Ele tinha um sacolão, lá. Num era dele não, era do irmão dele. E ele era louquinho naquele chão ali do pé de manga. Vocês passou ali.
> **Francisco de Sales:** Onde eles tá gradeando.
> **Dona Catarina de Sena:** É... Aquele (chão)... Ele trabalhava no sacolão do irmão dele. Não... Do sogro dele. Aí, ele pediu pra nóis dar uma guarda dum chão (lote) pra ele em troco das verdura, que ele trazia toda semana uma viagem de verdura pra nóis. Aí, miorou demais, as coisas. Nossa Senhora! Aí, nóis fez a guarda pra ele, né. Nóis fez a guarda em troco da... Das

> verdura que ele trazia pra nóis. Aí, já melhorou, aí nóis já pegou uma tranquilidade melhor.[269]

O sujeito que trabalhava no sacolão do sogro e que "doava" os alimentos para os acampados estava interessado em obter um lote de terra. E como não queria ficar no acampamento, morando num barraco de lona para poder ter direito a uma terra, os acampados do Engenho de Serra/Capão Rico concordaram em aceitar a proposta que ele ofereceu. Isto ocorre porque os acampados sabem que as parcerias são necessárias, mesmo que tenham de ser flexíveis quanto aos critérios de quem terá o direito de receber o lote de terras. Desse modo, vivem determinadas relações como sujeitos atIvos, pois conhecem as vantagens (desvantagens) e os benefícios que podem obter com aquilo que possuem enquanto troca, para continuar resistindo no acampamento. A terra é um desses elementos de troca, já que as formas utilizadas para conquistar a sobrevivência, como é o caso de trabalhar para um fazendeiro ou depender da ajuda de órgãos governamentais, não atendem todas as suas necessidades.

Sendo assim, enquanto aguardam a divisão das terras, eles não costumam recusar certas propostas que sejam vantajosas à manutenção do acampamento. Reconhecem a importância de aceitar que um vereador seja beneficiário da Reforma Agrária, como num caso ocorrido no Projeto de Assentamento Divisa, em que a autoridade política teve o direito de receber um lote de terra por ter participado da ocupação da fazenda. Sua experiência e influência política certamente eram peças fundamentais na articulação coletiva, e os acampados sabiam muito bem reconhecer a importância de se ter um vereador e sindicalista como companheiro de luta. Sabem que não podem vencer o conflito vivendo isolados no acampamento, e por isso concordam em receber certos benefícios que alguns políticos lhes oferecem, mesmo que tenham de atender aos interesses de quem lhes concede, como é o caso da doação de filtros d'água que alguns políticos realizaram no acampamento do Projeto de Assentamento Renascer. De acordo com a Sra. Maria Goretti, ao relatar sobre a maneira como o acampamento e a luta pela terra foi organizada, ela narrou que :

> **Maria Goretti:** Políticos aqui que nos ajudaram. Filtros, né, Bem (fala com marido), que eles deram pra gente, pra que nos barracos não faltasse água

[269] Ibidem.

> filtrada. Então, tinha cuidado, também, das pessoas aqui, até dos políticos que ajudavam a gente, lá. Pessoas aqui das autoridades da cidade.[270]

De acordo com a fala da Sra. Maria Goretti, os acampados receberam ajuda de alguns políticos, que doaram um filtro de água para cada família acampada. E mesmo que a ação empreendida esteja permeada por um conteúdo eleitoreiro, que é o de receber votos em troca dos filtros oferecidos, os acampados estrategicamente convertem essa relação de troca numa ação política de permanência no acampamento. Esse é um modo cultural de luta que integra o conjunto de ações que estão conectadas no tempo e no espaço com as estratégias de lidar com os conflitos decorrentes da ocupação da terra, no sentido de que não são sujeitos passIvos, já que conhecem o significado da ação interesseira dos políticos locais e de outros sujeitos que os ajudam de alguma maneira. Além disso, as relações políticas também se articulam com o trabalho que desenvolvem na terra enquanto ainda são acampados, pois, para garantir o lote enquanto direito de posse, precisam trabalhar na terra e cultivá-la, demonstrando que conhecem da agricultura e da pecuária e que estão aptos e habilitados profissionalmente para se tornarem beneficiários da Reforma Agrária. Assim, o trabalho coletIvo, exercido na agricultura ou pecuária, também tinha uma dimensão política de arregimentar e fortalecer o coletIvo dos homens e das mulheres do acampamento, como era o caso dos trabalhadores ocupantes do Capão Rico/Engenho de Serra. A respeito de se viver no acampamento e de cultivar a terra, o Sr. Tomás de Aquino afirmou que:

> **Tomás de Aquino:** Era bom, porque tava sempre reunido. Até no trabalho nóis montava os grupo pra trabalhar. Nóis ia a família, todo mundo junto, trabalhar. Prantar lavoura. Nóis prantava lavoura, prantava lavoura de arroz. Olha, eu prantei arroz, aqui, ó... Prantei arroz aqui, no início, quando nóis tava acampado, de eu passar três ano cumendo arroz, dentro do barracão, guardado. Três ano, hein, com arroz sem precisar prantar. Uma pilha de arroz que ia lá na teia (telhado), guardado, que nóis coieu bastante arroz. Nóis prantava milho, nóis colhia milho. Era tipo todo mundo. Então, você caçava as parte de área melhor (de terras fazenda). A gente fazia um sorteio:
> **(Acampados):** "Parte de chão tal, eu vou lá, é bão. A gente escolhe uma turma pra lá. Parte tal, canto lá é bão, vamo escolher isso assim, assim."
> **Tomás de Aquino:** Então, nóis fazia isso, fazia os grupo. Então, separava, separava os grupo pra trabalhar junto. Que aquilo ali, já, como era família, aí nóis ficava tudo reunido, sempre tava junto, pra trabalhar e prantar. Aí, então... A gente matava formiga, dava combate, dava cobertura, é... Carpiderava. Então, a gente fazia aquilo tudo junto. Quando era preciso

[270] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Maria Goretti (51 anos), moradora do P.A. Renascer, em 03/10/2014.

> carpinar ia todo mundo pra enxada, tudo junto, tudo numa roça só. Então, aquilo ia embora. Aquilo ali num tinha negócio de marrar serviço. Aquilo ali, rapidim você tava desocupado. Porque era muita gente.[271]

A ênfase dada pelo entrevistado ao aspecto coletIvo do trabalho indica a importância do fazer junto no acampamento, de modo que articulavam o cultIvo da terra por um ordenamento de uso e apropriação baseado em grupos de trabalho, que eram responsáveis em plantar nas áreas onde se localizavam os solos mais férteis da propriedade. A fala do Sr. Tomás de Aquino ainda evidencia que o período de plantio e de colheita ocorreu num momento específico em que a fazenda já havia sido repassada legalmente ao INCRA, sendo que o fazendeiro e seus empregados não estavam morando no local, naquele momento. Sendo assim, possuíam livre acesso às terras enquanto aguardavam a decisão do INCRA para poderem dividi-las entre si. Mas, por ainda não receberem os recursos financeiros que tinham direito, tiveram de enfrentar o desafio de se manter no acampamento até o momento de se tornarem beneficiários, sendo que o cultIvo da terra era uma forma encontrada para proverem parte de suas necessidades básicas de alimentação.

No acampamento da fazenda São Francisco de Sales do Salto, alguns acampados tiveram que enfrentar o gerente da fazenda para poderem utilizar as terras ao redor de onde estavam localizados os barracos. De acordo com a entrevista do Sr. Gregório Magno:

> **Gregório Magno:** Eu tava ajudando o Luciano fazer o barraco dele. Eu falei: seu Zé eu vou largar esse colchão aqui, essa cama aqui, que eu trouxe só uma cama pra mim dormir, né. Comida, esses trem assim, era por conta deles, lá (do MST). Aí eu falei: eu vou lá buscar meu gado, lá na Jubran, minhas vaca. Porque lá tem atoleiro, minhas vaca pode morrer lá, correr perigo, né. Eu vou buscar meu gado. Fui lá, arranjei um caminhão, pus meu gado e cheguei. Quando o gado chegou e descarregou, o gerente (da fazenda), que era o seu Inácio de Loyola, ligou pra eles (os donos da fazenda). Falou:
> **(Inácio de Loyola fala com dono da fazenda):** "Ó, descarregaram um caminhão de gado aqui. Como é que vai fazer?"
> **Gregório Magno:** Ah! mas, eles num sabe como é que vai fazer.
> **(Dono da fazenda):** "O INCRA num resolveu ainda. E já tá descarregando gado, aí?"
> **(Inácio de Loyola fala com Gregório Magno):** "É... mas, aí deixa nesse pasto, aí (no meio do acampamento) até ver o que é que vira".
> **Gregório Magno:** Aí foi, mas... Foi um trabai, esse gado.
> **Nelson:** Mas, por quê que foi trabalhoso, ele aqui?
> **Gregório Magno:** Tinha que oiá (olhar), né. Agora ficou no fecho, no pastinho pequeno, que era os barraco. O povo num... Num tem redaliedade (solidariedade) com os outros, né. Fica maldizendo aquelas vaca,

[271] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Tomás de Aquino (55 anos). Op. Cit.

> amolando, né. Aí, foi e eu fui soltando pra outros pasto. Soltava, eles (gerente da fazenda) num achava bão, não. Soltava assim mesmo e assim foi até vencer, né (até a criação do projeto de assentamento)[272]

O Sr. Gregório Magno trouxe o seu gado bovino de outro acampamento, onde estava vivendo antes de vir ocupar a fazenda São Francisco de Sales do Salto. Como esta fazenda ainda não tinha sido entregue ao INCRA, o gerente (Sr. Inácio de Loyola) que lá morava, continuou trabalhando para o proprietário e por isso era responsável em direcionar o uso da terra, de modo que não aceitava a criação de gado por parte dos acampados. Nesse embate, o Sr. Gregório Magno teve de lidar com as pressões advindas dos próprios acampados e também enfrentar o descontentamento do Sr. Inácio de Loyola, que não concordava e nem queria permitir que o gado pastasse em áreas localizadas fora dos limites do acampamento. Desse modo, o uso e apropriação das terras da fazenda eram motIvos de tensões e conflitos entre os ocupantes e o gerente, que de alguma maneira reprovava a ação por eles empreendida. Isso evidencia a disputa pela propriedade e a intenção dos defensores da classe proprietária – representados aqui pelo gerente – em defender o patrimônio do patrão e garantir o emprego na fazenda. Assim, os gerentes das fazendas ocupadas agiam com os acampados no sentido de lhes proibirem certos usos da terra e de coibir algumas apropriações do patrimônio que consideravam indevidas, pois entendiam que os bens contidos naquelas terras, tais como os recursos hídricos, a pastagem, a vegetação e os solos, ainda não pertenciam, efetivamente, aos ocupantes da terra, e por isso tinha o direito de impedir os diversos usos praticados pelos sujeitos acampados.

Na fala do Sr. Paulo de Tarso é possível compreender que as tensões, os conflitos e as disputas pelo uso e apropriação da terra se desenvolviam conforme a divergência na maneira de interpretarem o direito pela terra e pelo patrimônio que nela continha. De acordo com o relato:

> **Paulo de Tarso:** E nóis foi buscar um calcário aqui mesmo na terra (na fazenda) pra por na própria terra, pra fazer uma horta pra nóis, né, lá no brejo, lá. Nóis vei pegar... Onde foi que nóis vei pegar esse calcário, meu Deus? Acho que foi por aqui (próximo à entrada da fazenda). Nóis pegou esse calcário e levou. Aí, na hora de voltar com esse calcário, ele (o gerente da fazenda) atravessou na frente, lá, sabe? E disse que num era pra trazer

[272] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Gregório Magno (87 anos), morador do P.A. Chico Mendes, no dia 04/10/2014.

> aquilo e porquê, num sei o quê e... Eu sei que foi uma confusão danada, mais aí...
> **Nelson:** Esse calcário era de vocês?
> **Paulo de Tarso:** Não, esse calcário era deles (da fazenda), mas nóis ia jogar no próprio chão dele, né, vamos supor... Tá certo que eles num ia jogar naquele canto (no brejo), mas nóis tava... Se causo num desse certo, vamos supor, pra nóis, nóis tava calcareando as terras deles. Aí, ele (o gerente) num entendia, não. Sei que no final, aí, foi quando nóis falou:
> **(Acampados):** "Nóis num tá roubando, não. Nóis tá tirando pra... Dum canto pra outro, né. Nóis tá deixando dentro da própria fazenda. Você (gerente) num pode encrencar não".
> **Paulo de Tarso:** Sei que no final ele liberou. Aí, nóis levou esse calcário para lá. Aí, nóis fez uma hortaliçazinha, sabe? Lá perto onde nóis tava. Eu sei que deu certo, depois.
> **Nelson:** Aí, vocês deram um aperto no gerente pra ele não encher saco?
> **Paulo de Tarso:** Aí, quando foi um dia, ele quis encrencar, eu num lembro porque, sabe? Nóis... Parece que era um negócio de uma bomba, lá. Bomba d'água, né. Acho que era uma roda d'água. Aí, eu sei que ele foi lá encrencar com a gente, os vaqueiro levou... Levou dois vaqueiro com ele dentro da caminhoneta. Eu sei que num empatou não. Era pra nóis parar com o serviço, sabe? Lá, que nóis tava destocando pra fazer hortaliça e pra prantar um milho, um coisa. Nóis (falou):
> **(Acampados):** "Não! nóis vai continuar. Se vocês achar ruim... (risos)".
> **Paulo de Tarso:** Eu sei que aí eles viu que num tinha jeito, né, e nunca mais encrencou com a gente. No final (do acampamento) ele já tava até... Eu nunca tive, assim, conversa com ele, não. Mas, pelo jeito, ele já tava até entendendo mais ou menos, né. Já num tinha mais jeito, né, porque num tinha como ele recorrer nada, né.[273]

Enquanto os acampados consideravam legítima a atitude de utilizar o calcário pertencente à fazenda, na área de brejo, onde iriam construir uma horta para produção de hortaliças, o gerente estava pronto para pressioná-los a não realizarem o empreendimento, pois entendia que os acampados estavam se apropriando indevidamente daquilo que não lhes pertencia. Tanto é que os acampados respondiam que "Nóis num tá roubando, não. Nóis tá tirando pra... Dum canto pra outro, né. Nóis tá deixando dentro da própria fazenda. Você (gerente) num pode encrencar não". E o fato de insistirem com a construção da horta e a utilização do calcário, evidencia a correlação de forças que determinava qual ação deveria prevalecer. A condição dos acampados de estarem em maior número de pessoas era um elemento que os fortalecia para rebater as pressões e para criar estratégias de tornarem legítimas as apropriações indevidas de coisas pertencentes ao proprietário da fazenda. De certa maneira, o coletIvo tornava-se um mecanismo de coação em relação ao fazendeiro e também de legitimação de ações ilegais, pois estavam se apropriando do calcário que o gerente da fazenda havia comprado, além

[273] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Paulo de Tarso (72 anos). Op. Cit.

disso, o coletIvo funcionava como uma espécie de blindagem contra qualquer tipo de punição individual.

A matança do gado bovino e o roubo ocorrido na casa sede da fazenda São Francisco de Sales do Salto, conforme relatado pelo Sr. Inácio de Loyola (gerente), apresentam uma lógica similar à do fato ocorrido na fazenda Divisa: de que as ações ilegais eram legitimadas conforme as decisões do coletIvo. De acordo com a entrevista:

> **Nelson:** Na época (da ocupação) o Senhor ficou triste?
> **Inácio de Loyola:** Fiquei meio assustado. Meu Deus! Como é que vai acontecer um trem desse?! E mesmo depois, que a gente tá assim... Mas... Gente! foi uma matação de gado. Meu Deus! Aquela coisa esquisita. Num podia falar nada, né, fazer o quê? Inclusive, até rês (gado) nosso eles cumeu aqui. Nunca vi, sô.
> **Nelson:** Eles mataram o gado que era da fazenda?
> **Inácio de Loyola:** É. Pra dizer... Pra poder viver.
> **Tia Laura (esposa):** Matou até uma (vaca) dele (do Sr. Inácio de Loyola), um porco (risos). Antigamente tinha umas pessoa muito (ruim). Mas, agora melhorou.
> **Nelson:** Mas, o Sr. permitiu que eles matassem?
> **Inácio de Loyola:** Não, eles pegava e fazia. Num falava nada comigo, não. Eles até matou uma minha, também. Falava nada, não. Mas eu fiquei muito assustado no dia. Minha Nossa Senhora! (risos) (...) O que eu achei mais triste... Porque ele (o dono da fazenda) pediu para nóis vigiar, aí. Então, eu tava pousando dentro de casa (sede da fazenda). Aí, eles foi e falou... É... na sede, um dia tava nóis dois, lá (eu e a esposa), outro dia eu ficava sozinho. E aí, falaram:
> **(Dono da fazenda):** "Não é bom essa caminhonete ficar aí, não".
> **Inácio de Loyola:** Bom... Então vocês é quem sabe. Rapaz! Eu fui em casa e jantei. Quando eu voltei pra dormir na casinha debaixo (ao lado da sede), Rapaz! Minino! O quê que é isso?! Arrombou a casa, mas... Carregou o que quis lá dentro.
> **Tia Laura (esposa):** Eles invadiram a fazenda (a sede).
> **Inácio de Loyola:** E eu vou fazer o quê? Eu ia fazer o quê? Aí voltei pra trás. Fiquei no meio dum cafezal, lá, agachadinho, lá dentro (risos), até o povo ir embora tudo. Peguei e vim embora pra casa. Fazer o quê? Vigiar a casa aberta? Voltei pra casa e fui dormir, uai. Aí cedo eu falei: arrombaram aqui.
> **(Filho do Sr**. **Inácio de Loyola):** "O que é que foi, pai?"
> **Inácio de Loyola**: Aí eu contei o quê que aconteceu. Aí...
> **(Dono da fazenda)**: "É por isso que eu falei pra você num ficar lá dentro".
> **Inácio de Loyola**: Eu falei: vocês desculpa... Vou dizer o seguinte: se você me pede pra ir lá e fazer uma coisa, eu vou lá e vou fazer direito. Eu num sou de fazer as coisas pela metade. Podia até tá correndo risco, eu lá dentro, mas enquanto tava lá eles num mexia não, né. Agora, se você (o dono) mandou eu ficar fora (dormir na casinha ao lado da sede), agora num tem culpa, uai.
> **Nelson**: O senhor tava morando lá dentro (da sede)?
> **Inácio de Loyola**: Só pousava, lá dentro. Um dia, meia noite, o telefone tocou. Eu falei: alô! A pessoa desligou o telefone. Num foi à toa. Queria

> saber se tinha gente, lá, né. A pessoa desligou o telefone, num falou quem era, nem nada.[274]

Os acampados agiam como se tivessem o direito de possuir os pertences do fazendeiro, inclusive o gado bovino, mesmo que soubessem que alguns animais eram de propriedade do gerente, que ainda trabalhava e morava naquelas terras. Ao narrar a matança do gado e o roubo na sede, o Sr. Inácio de Loyola demonstra espanto (estando "pasmo de estupefação") diante das situações que presenciou durante o processo de ocupação e instalação do acampamento. Nos casos mencionados ele não interviu diretamente, pois sabia que o coletIvo e o movimento tinham muito mais força de ação, e para evitar o envolvimento num conflito direto apenas informava ao dono da fazenda sobre o que estava acontecendo. Também tentava demonstrar ao proprietário que ele não tinha culpa em relação à ocorrência dos fatos, principalmente no que se refere ao roubo na sede, pois "Agora, se você (o dono) mandou eu ficar fora (dormir na casinha ao lado da sede), agora num tem culpa, uai".

Analisando o contexto do roubo e da matança de animais, é possível perceber que a atitude dos acampados não estava dissociada das estratégias de luta contra a classe proprietária. Havia um esforço consciente, enquanto sujeitos atIvos que eram e são, em transformar determinadas ações ilegais (conforme o entendimento da sociedade e dos grupos dominantes) em processos legais e legítimos, que lhes favorecessem o processo de luta social e política de permanência na terra. Por isso, levavam adiante aquela espécie de "revolta", que não pode ser analisada simplesmente como uma prática de delito ou furto, cujos transgressores precisam, a todo custo (segundo a classe proprietária) serem punidos severamente. Sendo assim, a análise das evidências indica que o roubo e a matança dos animais não se constituem em mero ato criminoso, mas devem ser compreendidos numa correlação direta com as estratégias de luta contra a classe proprietária. Portanto, enquanto estratégia política de luta, não cabe pensar pelo viés da dicotomia que comumente as atitudes sugerem, que é a da relação binária entre certo/errado, lícito/ilícito, legal/ilegal.

---

[274] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Inácio de Loyola (79 anos) e Sra. Tia Laura (62 anos). Op. Cit.

Os fazendeiros exploram muito bem essa dicotomia a seu favor, expondo os crimes dos sujeitos da Reforma Agrária como se eles vivessem unicamente pela delinquência. É preciso situar as ações dos ocupantes de terra num contexto político de luta pela Reforma Agrária, já que são capazes de articular e escolher estratégias mais adequadas de atuação, ora canalizando forças para se apropriar de um punhado de calcário para adubar a terra, ora empreendendo ações mais enérgicas, tais como o roubo na sede e a matança de animais. Numa análise realizada por Thompson, acerca da ação dos trabalhadores na Inglaterra, em que considera a importância da luta coletiva por certos direitos básicos e essenciais, ele considera que o "(...) movimento de resistência às leis de propriedade tomava forma, não só de atos criminosos individuais, mas também de ações insurrecionais esporádicas e fragmentárias, onde o número de pessoas garantia a imunidade"[275].

O que se percebe na ação dos gerentes das fazendas, frente à "revolta" dos acampados, que ocuparam a fazenda Divisa e a São Francisco de Sales do Salto, é que eles não acionaram a Polícia para poder resolver aquelas ações ilegais dos envolvidos, pois seguramente a coletividade e a força de atuação dos ocupantes da terra frente aos gerentes, seja uma das situações que Thompson considera como "insurrecionais esporádicas e fragmentárias" resguardadas pelo coletIvo que "garantia a imunidade". Mas, por outro lado, os fazendeiros utilizavam de algumas estratégias de classe, sendo que dentre elas estava a de acionar a imprensa, para que de acordo com os seus interesses, pudesse criminalizar o movimento de luta pela terra. Desse modo, publicavam algumas reportagens num dos jornais da cidade de Ituiutaba, apresentando informações acerca das práticas ilegais de alguns trabalhadores que estavam acampados noutras regiões do Brasil. No Jornal Diário Regional, o assessor de imprensa da UDPR (União de Defesa da Propriedade Rural) publicou as seguintes reportagens:

[275] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 64.



Página - 04 Caderno Agrorregional 26 de novembro de 1998

UDPR
União de Defesa da Propriedade Rural

Vandalismo e selvageria dos sem-terra

ITUIUTABA - O Brasil inteiro (e o exterior também) ficaram sabendo como agem os fora-da-lei, ditos sem-terra: ao saírem da fazenda Rio Verde (Itararé-SP), "levaram todo o mobiliário da casa, defecaram nos cômodos, picharam as paredes, arrancaram portas e janelas, destruíram o telhado, mataram vários animais, espalharam fezes no chão e nas pias".

Reação do proprietário: "Meu Deus, nem na Idade Média os bárbaros faziam isso". É o que disse, pasmo de estupefação, o advogado Roberto Maschietto.

Reação do superintendente-adjunto do INCRA na região, Moizés Schenker: "O que fizeram lá foi selvageria e vandalismo sem precendentes na história da reforma agrária brasileira".

Assustados, os produtores rurais se perguntam o que faz o Governo, que dá impressão de não perceber nada, ou saber de tudo e cruzar os braços.

Os fora-da-lei perturbam o Brasil

ITUIUTABA - Não obstante o que diz o inciso XXII do artigo 5º da Constituição Federal - "é garantido o direito de propriedade" - os ditos sem-terra estão, permanentemente, transgredindo a Lei Maior do País, em quase todos os Estados brasileiros. Temos aí os jornais, diariamente a registrar novas invasões de terras alheias, novos assaltos à propriedade privada, que é um dos princípios básicos da ordem econômica nacional, conforme o inciso II do artigo 170 da Carta Magna.

A se alastrar a desordem jurídica hoje reinante, nos mais diferentes pontos do território nacional, sem nenhuma posição firme das autoridades federais, os homens do campo estão prevendo situações incontornáveis, em futuro não muito distante. Os olhos complacentes do Governo com a baderna instaurada nas regiões agrícolas e pecuárias, pelos fora-da-lei - que são os violadores da propriedade rural - encorajaram ainda mais os assaltantes do alheio, levando a intranqüilidade aos meios produtivos rurais.

No Triângulo Mineiro, os verdadeiros agricultores e os fazendeiros estão assustados com as invasões por parte, desarticulando a produção nacional, gerando, assim, o ingresso no mercado brasileiro de mercadorias estrangeiras.

Imagem 03: Reportagens do jornal impresso Diário Regional, que é distribuído e vendido em algumas cidades da região do pontal do Triângulo Mineiro. VANDALISMO e selvageria dos sem-terra; OS FORA-DA-LEI perturbam o Brasil. **Jornal Diário Regional**. Ituiutaba, 26 nov. 1998. Caderno Agrorregional. p. 04. Fonte: Acervo da Fundação Casa da Cultura de Ituiutaba.

Segue a transcrição dos dois textos:

Vandalismo e selvageria dos sem-terra

ITUIUTABA – O Brasil inteiro (e o exterior também) ficaram sabendo como agem os fora-da-lei, ditos sem-terra: ao saírem da fazenda Rio Verde (Itararé-SP), "levaram todo o mobiliário da casa, defecaram nos cômodos, picharam as paredes, arrancaram portas e janelas, destruíram o telhado, mataram vários animais, espalharam fezes no chão e nas pias". Reação do proprietário: **"Meu Deus**, nem na Idade Média os bárbaros faziam isso". É o que disse, **pasmo de estupefação**, o advogado Roberto Maschietto. Reação do superintendente-adjunto do INCRA na região, Moizés Schenker: "O que fizeram lá foi selvageria e vandalismo sem precedentes na história da reforma agrária brasileira". **Assustados**, os produtores rurais se perguntam o que faz o Governo, que dá impressão de não perceber ou saber de tudo e cruzar os braços. (Grifos meus)

Os fora-da-lei perturbam o Brasil

ITUIUTABA – Não obstante o que diz o inciso XXII do artigo 5º da Constituição Federal – "é garantido o direito de propriedade" – os ditos sem-terra estão, permanentemente, transgredindo a Lei Maior do País, em quase todos os Estados brasileiros. Temos aí os jornais, diariamente a registrar novas invasões de terras alheias, novos assaltos à propriedade privada, que é um dos princípios básicos da ordem econômica nacional, conforme o inciso II do artigo 170 da Carta Magna. A se alastrar a desordem jurídica hoje reinante, nos mais diferentes pontos do território nacional, sem nenhuma posição firme das autoridades federais, os homens do campo estão prevendo situações incontornáveis, em futuro não muito distante. Os **olhos complacentes do Governo** com a **baderna instaurada** nas regiões

> agrícolas e pecuárias, pelos fora-da-lei – que são os violadores da propriedade rural – encorajaram ainda mais os assaltantes do alheio, levando **a intranquilidade aos meios produtIvos rurais**. No Triângulo Mineiro, os **verdadeiros agricultores e os fazendeiros estão assustados** com as invasões por parte, desarticulando a produção nacional, gerando, assim, o ingresso no mercado brasileiro de mercadorias estrangeiras. (Grifos meus)

A lógica do texto, que foi escrito pela assessoria de impressa da UDPR, perpassa por uma situação ocorrida num município do Estado de São Paulo. A reportagem começa com a descrição da ação dos "sem-terra" e em seguida enfatiza a "estupefação" do fazendeiro e do representante do INCRA. O ato de roubar o mobiliário da fazenda e de matar os animais, conforme é apresentado, aproxima-se da ação empreendida pelos acampados da fazenda São Francisco de Sales do Salto, bem como os termos utilizados no texto, para descrever a reação dos fazendeiros (**Meu Deus; pasmo de estupefação; assustados**), também possui similaridades com o relato do Sr. Inácio de Loyola (gerente), no modo como reagiu perante o roubo na sede e a matança dos animais. Mas a primeira reportagem é completada com a segunda, quando nesta escrevem a respeito da lei de propriedade, que tem de ser algo garantido pelo Estado, sendo que a "**baderna instaurada**" também se deve aos "**olhos complacentes do Governo**". Por fim, depois de criminalizarem a ação dos sujeitos da Reforma Agrária, ainda os culpam pela desarticulação da produção agrícola nacional e pelo "ingresso no mercado brasileiro de mercadorias estrangeiras".

Existe uma lógica de luta entre classes que precisa ser explorada, e por isso é importante perceber que permanece uma correlação de forças e uma disputa/conflito de classes entre os acampados e os fazendeiros, sendo que enquanto os ocupantes da terra agem conforme o direito que eles próprios legitimam, através da articulação política da coletividade, com o intuito de resistir aos conflitos e permanecer na terra, os donos das propriedades utilizam-se de outros mecanismos, tais como o emprego da imprensa para formar a opinião pública (não proprietária dos meios de produção) no sentido de conduzir a sociedade a deslegitimar a atuação dos movimentos sociais. Cabe ainda lembrar que a UDPR, instituição representante dos fazendeiros e responsável pela elaboração das duas reportagens, também possui outros mecanismos mais violentos de ação, que é a manutenção de uma milícia armada a serviço da proteção das grandes propriedades rurais pertencentes a seus associados.

Considerando a ação empreendida pela imprensa em articulação com a UDPR, as reportagens não valorizam o conteúdo que integra a ação dos acampados, pois estes lutam também contra a desigualdade social que está instituída, e, por isso, o ato de se apropriar indevidamente de alguns bens patrimoniais do fazendeiro é também um ato de protesto e de indignação em relação à situação sofrida de se viver em barracos, de não ter um emprego que atenda suas expectativas ou de poder manifestar o quanto são insatisfeitos (ou odiosos) em relação à política dos patrões e da classe proprietária. De certa maneira, os trabalhadores ocupantes das terras entendem que a sede da fazenda e os animais são os símbolos do poder financeiro dos donos de terra, não sendo por acaso que ataquem justamente estes dois patrimônios.

Desse modo, é possível perceber que "Esta distinção entre o código legal e o código popular não-escrito é um lugar-comum em qualquer época"[276], estando, inclusive, presente na luta pela terra no município de Ituiutaba, materializando-se pelo conflito entre classes proprietárias e não-proprietárias. Sendo assim, a ação dos acampados também possui muitas similaridades com as análises de Thompson a respeito das divergências entre "código legal" e "código popular não-escrito", no sentido de que "(...) sempre persistiram atitudes populares em relação ao crime, chegando por vezes a constituir um código não-escrito totalmente diferente das leis do país"[277], conforme o autor analisa sobre as "subpolíticas" que afetavam o movimento operário inglês. Nesse sentido, a apropriação do calcário, o roubo na sede da fazenda e a matança dos animais são partes integrantes do "código não-escrito", que era praticado pelos acampados como sendo uma espécie de "direito popular". Além disso, como o decreto de desapropriação das terras já tinha sido emitido, os acampados da fazenda Divisa (que se apropriaram do calcário) e também os da fazenda São Francisco de Sales do Salto (que invadiram a sede e mataram alguns animais), possuíam, cada vez mais, força política e cultural para colocarem em prática o "código popular", que lhes orientava o que era crime e o que era direito legítimo de ação contra a classe proprietária.

É possível ainda compreender que o papel dos fazendeiros na luta e oposição contra os trabalhadores acampados – conforme é possível identificar na maneira

[276] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 62.
[277] Idem.

como a UDPR articulava os textos jornalísticos para formar a opinião dos leitores do Diário Regional – estava permeada pela intenção e pelo desejo de que os trabalhadores rurais ou urbanos não se tornassem proprietários de terras. E não era difícil construir uma informação que classificasse os acampados como “selvagens”, “vândalos”, “assaltantes”, “baderneiros”, “fora-da-lei”, “violadores da propriedade rural” (conforme se interpreta as reportagens), pois, de acordo com Thompson a mentalidade da classe proprietária capitalista é regida pela ideia de que os trabalhadores não empregados formalmente (regime de assalariamento) certamente teriam de se manter por meios considerados ilícitos. Entretanto, o “código popular não-escrito” não é contraditório a certas condutas honestas – aqui entendidas a partir dos referenciais construídos socialmente pelos grupos dominantes – geralmente relacionadas ao convívio social e ao trabalho. Na maior parte do tempo disponível eles também trabalhavam como podiam, mantinham a ordem na organização do acampamento e, inclusive, faziam alguns serviços esporádicos para os fazendeiros vizinhos. Conforme narra o Sr. Santana Galvão, os acampados da fazenda Divisa foram procurados por um fazendeiro para realizar prestação de serviços temporários de vaqueiro, o que proporcionou eles serem conhecidos pelos demais sujeitos da classe proprietária que passaram regularmente a contratá-los para o exercício de serviços de outra natureza.

> **Nelson:** Como foi o primeiro contato de vocês com fazendeiros vizinhos, para poder trabalhar?
> **Santana Galvão:** O primeiro contato foi o Reginaldo (acampado). Teve um fazendeiro que precisava de vaqueiro e... Passou por aí e perguntou se alguém queria trabalhar, né. Isso, nóis tava acampado ainda. Tava acampado ainda. Aí, depois disso aí, ainda existia muita desconfiança ainda, com os fazendeiro. Aí, o Reginaldo foi trabalhar pro Sr. Mário (fazendeiro), também. Aí, depois eu comecei a matar vaca pros outro aqui (serviço de açougueiro contratado pelos fazendeiros), arrumar carne pros outro e os fazendeiro ficou sabendo e me procurou, também.
> **Nelson:** Você lembra da primeira vaca que você matou aqui pra alguém?
> **Santana Galvão:** A primeira foi dentro do acampamento, né. O pessoal do assentamento. Aí, a segunda foi pro Luziano, porque o Luziano abraçou... Na época ele era vereador. Ele abraçou a causa dos assentado. E procurou a gente e deu muita assistência pra gente, deu muita ajuda pra gente aqui. Principalmente uma ajuda moral, que era uma coisa que a gente mais precisava, né. Ele tem fazenda aqui perto, também. Então, foi a primeira vaca que eu matei foi pra ele, pros fazendeiro. Aí, continuou até hoje e vai aumentando os freguês.
> **Nelson:** E, no caso, por exemplo, nessa época que você começou a matar vaca, aqui, como foi o contato com os outros fazendeiros, fora o Luziano?
> **Santana Galvão:** Não, aí o Luziano comentou com outros fazendeiro, que tinha eu, aqui, que matava vaca, que podia confiar. Aí, o Lazim Paranaíba

> (fazendeiro) me chamou e aí o Lazim já foi passando pros outros fazendeiro, também, né.[278]

A oportunidade de trabalho não se tornou apenas um meio específico para obter renda, mas se constituiu como uma alternativa de se evidenciar a honestidade e a idoneidade que tanto estiveram sendo postas à prova durante os conflitos e as pressões sociais. A construção de boas referências também esteve ligada ao fato do Sr. Luziano (vereador de Ituiutaba) comunicar outros fazendeiros de que eles "podia confiar" no Santana Galvão, e daí em diante, segundo o assentado, os proprietários vizinhos ao acampamento passaram a contratá-lo para o abatimento de gado em suas fazendas. É uma aproximação que foi sendo conquistada pela capacidade de demonstrar que possuíam um caráter digno de confiança, conseguindo provar através da honestidade com que realizava o trabalho de sua competência. De certo modo, as relações honestas já eram praticadas entre os próprios acampados daquelas fazendas, pois conforme narra o Sr. João Bosco, que pertencia ao Capão Rico/Engenho de Serra:

> **João Bosco:** Porque pela amizade que tinha das pessoas, sabe, por exemplo, é... Se faltava alguma coisa, nenhum dos barracos nossos tinha...
> **Maria de Cléofas:** Chave.
> **João Bosco:** Chave. Ninguém tinha chave nos barracos, certo? Todo mundo olhava a volta de todo mundo, é... Num sumia nada de ninguém. Sabe? Por exemplo, é... Tava aqui no barraco, faltava a minha açúcar, eu ia lá no seu barraco pegava a açúcar sua, lá. Ò fulano... Às vezes cê num tava. Fulano: eu fui lá e peguei o açúcar. Depois eu te pago, tá aqui. Então... É... Tinha essa dificuldade (de nem sempre ter a comida), até mesmo uma vez tinha um... Um... Chegou na casa umas visita. Na casa dum amigo nosso ali. E coitado, ele num tinha nada, certo? Ele cuzinhou tudo lá de casa na casa dele. Chegou, ficou dos mais preocupado:
> **(Acampado):** "Nossa, rapaz, eu tive que pegar tudo aí".
> **João Bosco:** Eu falei: não, num tem problema, né. Nós vamos voltar na cidade e compra mais. Pronto, né. Então, tinha essa... Até... Tinha essa
> **Maria de Cléofas:** Liberdade.
> **João Bosco:** Liberdade, sabe? Assim... De entrar é... E pegar sem... E sem dificuldade. Às vezes chegava muita gente no barraco, aí, distribuía nos barraco outras pessoas... Chegava muita família nos barraco, aí, não... Ao menos dorme aqui, dorme ali.[279]

O ajudar o outro em suas necessidades básicas era uma atitude comum nos acampamentos, sendo que o relato do Sr. João Bosco indica uma relação de

[278] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Santana Galvão (51 anos), morador do P.A. Divisa, no dia 25/07/2014.
[279] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. João Bosco (59 anos). Op. Cit.

solidariedade que parecia ser própria da unidade de classe. Aqueles que estão acampados conhecem a necessidade do outro, justamente por viverem uma proximidade que se dá no âmbito da disposição das moradias, mas, também, se desenvolve no contexto das experiências sociais. Desse modo, as ações solidárias não se aplicam somente aos que estão vivendo no acampamento, mas podem se estender a outros que vivem experiências comuns e compartilhadas socialmente.

No caso da fazenda São Francisco de Sales do Salto, os integrantes do movimento (MST) tiveram a sensibilidade em convidar o Sr. Inácio de Loyola (ex-gerente da fazenda) para se tornar um beneficiário da Reforma Agrária. Depois que a fazenda foi entregue ao INCRA, o seu patrão (ex-dono da terra) o despediu. E como não tinha alternativa imediata de trabalho, resolveu aceitar o convite do movimento para poder conquistar um lote daquela fazenda, onde havia trabalhado com carteira assinada por 17 anos, na função de gerente. Para ter direito ao lote de terras teve de deixar a casa onde morava para poder acampar com os demais. De acordo com o Sr. Inácio de Loyola e sua esposa, Sra. Tia Laura:

> **Tia Laura:** O patrão dele era novo (em idade). No dia que ele dispensou ele (o Sr. Inácio de Loyola), ele (o Sr. Inácio de Loyola) chorou... Você precisa de ver. Foi criado junto, praticamente junto (Sr. Inácio de Loyola e o dono da fazenda).
> **Nelson:** Ele assinava a carteira do Senhor, tinha carteira assinada, tudo certinho?
> **Inácio de Loyola:** Tinha. Certim. Ele era gente boa, sô. (nesse momento ele chora).
> **Nelson:** Era um bom patrão?
> **Inácio de Loyola:** De fato.
> **Nelson:** Que dia o Senhor teve que sair da onde o Senhor morava, na casa, pra ir pro barraco, lá (no acampamento)?
> **Inácio de Loyola:** Eu num lembro, assim, que dia que foi...
> **Nelson:** Mas, o Senhor lembra o que aconteceu no dia?
> **Inácio de Loyola:** Não, foi normal...
> **Tia Laura:** Foi normal, só que foi muito ruim.
> **Inácio de Loyola:** É... (continua chorando)
> **Tia Laura:** A gente sair do conforto, né, pra ir...
> **Nelson:** E os móveis do Senhor, como é que fez? Levou tudo pra dentro do barraco?
> **Inácio de Loyola:** Levou... Porque fiquei com medo de deixar lá (na casa). O povo carrega (rouba) também, né.
> **Nelson:** Então, o Senhor fez quase que uma casa de barraco de lona?
> **Inácio de Loyola:** É... Teve de fazer. Foi preciso fazer... Fez um pedaço, aumentou mais um pedaço... Mas levou tudo pra lá.
> **Nelson:** O Senhor que comprou a lona ou eles arrumaram para o Senhor?
> **Inácio de Loyola:** Primeiro nóis comprou. Depois eles (o movimento) deu uma, né. Quando foi rasgando aquela (minha lona) eles deu outra. (chora novamente)
> **Nelson:** E eles não tratavam o Senhor diferente pelo Senhor ser da fazenda?
> **Inácio de Loyola:** Não. Não...

> **Nelson:** Eles eram muito legais (gente boa) com o Senhor?
> **Inácio de Loyola:** De fato.
> **Tia Laura:** Tinha uns que no começo quis encrespar (encrencar) um pouco, né.
> **Inácio de Loyola:** É, mas...
> **Tia Laura:** Quis fazer um pouco de falta de educação. Mas, ele (o Sr. Inácio de Loyola) levou na esportiva e deu certo. Porque tinha uns que bebia, sabe? É muita gente estranha, ali (no acampamento). Mas, esses já saíram todos.
> **Nelson:** Aí, quando o Senhor ficou no barraco, o que o Senhor fazia de trabalho, como é que era?
> **Inácio de Loyola:** Porque aí (na fazenda) ainda tinha um pouco de gado. Então, fica olhando o gado, do mesmo jeito. Depois, as pessoas... Quando tirou o gado tudo, as pessoas (os acampados) que alugou os pastos aqui, eu que olhava, também. Eu recebia pra mim olhar o gado dos outros, também, né. Nóis também tinha um pouco de gado, né.
> **Nelson:** Mas, a situação ficou assim... Até financeiramente mais difícil pra vocês?
> **Tia Laura:** Ficou bem desajustado, né. (risos)
> **Inácio de Loyola:** O quê que é isso, sô!
> **Tia Laura:** Porque, quando a gente vai embarracar, tudo a gente tem que dividir, né. Porque as pessoas frequenta o barraco da gente. Um pessoal muito carente. A gente fica com dó. Tudo repartia. Então, sabe? (risos) (...) Tinha dia lá no barraco que tinha... Tinha um dia que tinha um ovo pra nóis repartir. No Natal nóis tinha um macarrãozinho com um... Tinha um pedacinho de queijo. Eu pus no (macarrão).... Mas, Graças a Deus! E a gente ajudava. Tinha hora que a gente recebia ingratidão até, com aquele negócio do gado, né (Sobre o Sr. Inácio de Loyola não ter permitido que os acampados soltassem o gado nas terras da fazenda, quando ele ainda era gerente).
> **Inácio de Loyola:** Aqui tem gente de todo jeito. Tem umas pessoa que é assim mais... Mas, fazer o quê? Tem de combinar, né. Fazer o quê? Porque eu acho o seguinte: as pessoa é assim... A gente tem que ensinar pros outro como é que a gente faz, né. Não é vingando não, né. (chora novamente).
> **Nelson:** O Senhor considerava que era diferente o tratamento?
> **Inácio de Loyola:** Não tanto, mas...
> **Tia Laura:** Mas, no final, era. Porque eles achava, assim, que a gente tinha... Na realidade tinha mesmo, né, mais condição, assim. E aí carcava o dedo, mesmo (pediam que ajudassem muito os acampados) (risos). Mas, graças a Deus ele ajudou muito o pessoal. Tinha muita gente carente, né. Ele dava era... Feira... Era botijão de gás, era tudo. Era leite, queijo, tudo que a gente tinha ali, né.[280]

A saída do Sr. Inácio de Loyola e de sua esposa, da casa que moravam na fazenda, para o barraco de lona, no acampamento, parece ter sido traumática. Sem opções de trabalho, depois que foi despedido, conforme narrou noutra parte da entrevista, ele teve de se juntar ao movimento de luta pela terra. Ao relembrar do momento de quando foi despedido pelo patrão, o Sr. Inácio de Loyola se emociona e por isso responde com poucas palavras as perguntas que lhe foram feitas, de modo

[280] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Inácio de Loyola (79 anos) e Sra. Tia Laura (62 anos). Op. Cit.

que sua esposa sempre se adiantava a respondê-las. Na fala da Sra. Tia Laura é possível perceber que enfrentaram uma realidade bem diferente daquela que viviam quando ainda eram empregados do dono da fazenda.

No acampamento tiveram que lidar com os problemas financeiros e ainda saber contornar determinados conflitos, que eram incitados por alguns que queriam "encrespar (encrencar) um pouco" e que faziam "falta de educação". É perceptível em suas falas que a "ingratidão" e a "vingança" possuíam alguma relação com o fato do Sr. Inácio de Loyola ter sido o gerente da fazenda e ter defendido os interesses do patrão enquanto ainda era empregado. Mesmo morando no barraco de lona, tiveram que demonstrar aos demais que apoiavam a luta pela terra, colocando em prática atitudes de solidariedade com os mais necessitados. Sabiam que as pessoas acampadas eram muito carentes e de algum modo tentavam ajudá-las, mesmo diante de situações conflituosas. Pois, de acordo com o Sr. Inácio de Loyola "a gente tem que ensinar pros outro como é que a gente faz, né. Não é vingando não, né". E por isso "ele ajudou muito o pessoal. Tinha muita gente carente, né. Ele dava era... Feira... Era botijão de gás, era tudo. Era leite, queijo, tudo que a gente tinha ali, né", conforme narra a Sra. Tia Laura. Os embates e os conflitos vividos durante o acampamento, relacionados ao fato do Sr. Inácio de Loyola ter defendido o interesse do patrão, também se constituem como elementos potencialmente presentes no contexto das relações sociais – entre os próprios acampados – enquanto aguardavam a criação do projeto de assentamento. A questão é que os embates e os conflitos foram manifestados mais fortemente noutro momento da trajetória de luta, que se refere ao contexto da divisão, posse e uso da terra. Sendo assim, é a partir das experiências vividas durante a conquista efetiva da terra que se pode analisar, com mais amplitude, a heterogeneidade da classe, a partir de um lugar geográfico onde se materializam as tensões, conflitos e solidariedades que caracterizam a transformação da paisagem.

As experiências de classe aqui analisadas estiveram interligadas com os modos de vida, naquilo que as famílias utilizaram para modelar a sua realidade. No entanto, os sujeitos da Reforma Agrária não constroem suas trajetórias num espaço livre de obstáculos, os quais se materializam a partir de processos hegemônicos instituídos pela classe dominante e constituídos por pressões políticas, sociais e culturais, que agem no sentido de impedir a trajetória de luta pela terra. Por outro lado, as estratégias pertinentes ao hegemônico não são totalmente eficazes, pois as

experiências comuns e compartilhadas pela classe não proprietária, no que se refere à situação de pobreza, possui uma força cultural ativa, na maneira dos sujeitos pensarem e agirem, seja para conceber a terra como uma possibilidade de reprodução da vida, seja para decidirem lutar por essa possibilidade. Mas, geralmente, o fazem conforme os seus modos de vida, que se constituem modos culturais de luta atIvos e em constante transformação na realidade em que vivem.

Os projetos de vida que foram gestados culturalmente a partir das experiências da migração e da pobreza contribuem para pensar a heterogeneidade dos movimentos sociais de luta pela terra. Ainda evidenciam a maneira como a classe é articulada e dinamizada a partir dos modos de vida e das práticas socioculturais que direcionam os processos inerentes ao engajamento, que não é algo natural ou espontâneo, mas produzido num embate entre hegemonia e contra hegemonia. Desse modo, a passagem de sujeito pobre e migrante para condição de de integrante de um movimento social, não se faz por um deslocamento livre de obstáculos. Por mais que as experiências de classe sejam elementos potenciais para a formação do desejo pela terra e do empreendimento de ações para conquistá-la, o engajamento na luta é uma possibilidade dentre tantas outras. Assim, o modelar a própria história, pelos modos de vida, só é apenas apreendida numa dimensão abstrata da realidade, pois no percurso relacionado ao ato de modelar a sua trajetória o sujeito vive a experiência dos embates e disputas que envolvem os interesses entre classes que divergem entre si.

Aqueles que superaram os obstáculos do engajamento e enfrentaram o processo de ocupação da terra, fundamentaram suas estratégias conforme o conhecimento que possuíam acerca dos conflitos que iriam enfrentar. Sabiam dos riscos de ocuparem áreas cujos proprietários poderiam ou não estar ligados a milícias armadas. E, por isso, tinham medo e receio sobre a maneira como a classe proprietária do município de Ituiutaba iria reagir, pois já tinham ouvido falar de jagunços armados e de uma viatura que percorria as áreas rurais a serviço dos fazendeiros. Os seus conhecimentos a respeito da existência de tais práticas dos donos de terra não eram fruto de suas imaginações, pois a violência no campo é algo que eles já conheciam em suas trajetórias de vida, além de que alguns documentos oficiais (documento da PMMG e do Ministério Público) também confirmavam as práticas ilegais que os fazendeiros empreendiam para despejar terras ocupadas por integrantes de movimentos de luta pela. E, de certo modo,

essas estratégias da classe proprietária os deixavam preocupados sobre o que poderiam enfrentar. Ainda mais que as pressões sociais, vividas durante o engajamento, por parte de familiares e daqueles conhecidos que consideravam a luta pela terra uma ação ilegal, era reforçada pelo fato da classe proprietária agir por intermédio de uma rede articulada na qual participavam a polícia, a milícia armada e a imprensa como mecanismos de pressão que estavam a serviço da hegemonia da classe dominante.

Para lutar contra as articulações contrárias à ocupação, os sujeitos tratam suas experiências na cultura e, com isso, elaboram e reelaboram as estratégias para permanecerem acampados. Estão sempre alerta a movimentos suspeitos que rondam o acampamento, porque suas guaritas são vigiadas dia e noite. Durante a moradia no acampamento eles trabalham, se divertem e ainda continuam a fazer política conforme o modo com que se reúnem para dançar ou fazer um almoço coletIvo. Os conflitos ainda permanecem vIvos, já que empreendem ações ilegais do ponto de vista social, mas que em sua realidade são legitimadas conforme as suas necessidades, pois entendem que a fazenda ocupada já é praticamente de sua propriedade e, por isso, enquanto ainda estão acampados, sentem-se no direito de se apropriar dos bens patrimoniais que nela existem. E desse modo vão construindo suas histórias de vida por um protagonismo que não é reduzido ao partido ou ao movimento de que são integrantes, nem sequer é regido como um processo determinado em termos econômicos, pelas políticas públicas ou pela classe dominante. São sujeitos de sua própria história. Nesse sentido, a produção do lugar geográfico ganha alguns contornos culturais que não podem ser dissociados das experiências de classe, dos processos de hegemonia e de contra hegemonia. Assim, os processos culturais e a experiência de classe, vividos durante a luta e conquista da terra, continuarão atIvos na maneira como o lugar geográfico será construído e delineado de acordo com os modos de vida daqueles que conseguem permanecer morando nos assentamentos rurais.

CAPÍTULO 03

O LUGAR VISTO DE "BAIXO"

> No princípio, Deus criou o céu e a terra. A terra estava sem forma e vazia; as trevas cobriam o abismo e o espírito de Deus pairava sobre as águas. Deus disse: "Faça-se a luz!". E a luz foi feita. Deus viu que a luz era boa, e separou a luz das trevas.[281]

A conquista da terra foi o momento auge de todo o processo de luta. As privações e provações vividas desde o engajamento até a paciente residência no acampamento, parecem ter valido a pena, pois conforme narrado pela Dona Catarina de Sena, "(...) nossos cabelo embranquejou de tanto ficar debaixo de prástico. Num foi a idade... De baixo de prástico... Mas só que compensou."[282] Uma compensação forjada na peleja de viver um longo período em casas improvisadas com lonas plásticas. Entretanto, depois de encerrada a etapa de moradia no acampamento, a principal tarefa foi transformar o espaço de modo que ele se tornasse adequado às formas de uso tão desejadas quanto possíveis. Se por um lado o espaço geográfico estava suscetível a ser modificado conforme os desígnios do que foi sendo projetado e sonhado individual e coletivamente, por outro, ele não podia ser considerado um objeto passIvo, como uma tela em branco à espera do artista, que a pintaria conforme a disponibilidade de tinta e de cores, sobre um desenho formatado de acordo com a inspiração do momento.

Há diferenças significativas entre o espaço geográfico e a tela em branco. A fazenda desapropriada era apenas uma parcela desse espaço – numa condição de paisagem – e nem sequer se constituía num cenário inerte. Outros artistas já a teriam transformado, sendo que quaisquer novas operações na paisagem poderiam estar sujeitas às transformações que foram herdadas socialmente. Significa dizer que os meios disponíveis para construir o que se deseja, estão submetidos aos desígnios sociais, na forma de um jogo complexo de relações com o qual os sujeitos beneficiários da Reforma Agrária estiveram intimamente relacionados, e que foram

---

[281] BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada Ave-Catarina de Sena**. 8 ed. Tradução de Monges Beneditinos e maredsous (Bélgica). São Paulo: Editora Ave-Catarina de Sena, 2013. Edição Claretiana. Cap. 1, 1-4.

[282] Trecho de entrevista concedida pela Dona Catarina de Sena (74 anos). Op. Cit.

expressas por meio de limitações transmitidas e impostas materialmente. E é a partir desse jogo complexo de relações que se torna possível compreender mais claramente os tempos e espaços vividos socialmente.

A transformação do espaço e de sua paisagem, então, não foi uma tarefa simples, unicamente dependente do desejo e da inspiração do artista e dos materiais disponíveis. Antes de tudo, ela se constituiu num processo dinâmico, no qual os embates e os conflitos se manifestaram em permanente diálogo com a inspiração, incitando constantemente o artista a traçar novos caminhos a partir de propostas e imposições com as quais ele, agora, deveria dialogar. Assim, a relação com a materialidade conquistada, que em parte é constituída pelo lote de terra, não se deu por um trânsito livre, senão pelas diversas mediações impostas por relações sociais complexas.

Ao utilizar as experiências sociais para se compreender tais relações, tive a oportunidade de analisar como o espaço geográfico tornou-se um elemento articulador dos interesses pessoais e coletIvos e de como foi possível compreender o papel do lugar na orientação dos projetos presentes e futuros. Porque a transformação do espaço e de sua paisagem está inteiramente entrelaçada aos conteúdos dos lugares, pois é no lugar que a concretude das intenções e ações são traduzidas como conteúdos culturais específicos que revelam os modos pelos quais os homens e mulheres modificam a realidade vivida. E o modo como o espaço geográfico é retratado pelas experiências sociais, demonstra como suas articulações são culturalmente construídas e traduzidas na materialidade de transformação da terra e das relações a ela associadas.

Fazer uma relação entre espaço, experiências sociais e cultura torna-se um desafio, principalmente quando se pretende utilizar um contexto empírico com a finalidade de movimentar o debate teórico. Compreendo que não basta apenas caracterizar um ou outro conceito de maneira isolada, porque um existe à medida do outro. E conforme os meandros da análise empírica, um conceito ainda mais importante foi obrigatoriamente sendo germinado de maneira paralela às análises do espaço geográfico. O lugar, enquanto especificidade do espaço, tornou-se um conceito central deste capítulo.

Quando me refiro a lugar não estou tratando simplesmente de uma porção do espaço, seja ela isolada ou conectada a demais porções espaciais. Seria muito mais adequado tomá-lo como um conjunto dinâmico de relações que, inevitavelmente,

possui uma localização específica na superfície terrestre. Para ir além dessa materialidade da localização, aqui ela será inteiramente relacionada com o conteúdo das experiências sociais, já que estas são vividas e também relatadas a partir de um lugar social e não se desenvolvem fora do espaço.

É difícil estabelecer uma fronteira física entre o que é lugar e o que está fora dele, assim como não é possível delimitar com exatidão os limites de uma massa de ar. As diferenças gradativas de temperatura indicam apenas uma mudança significativa nas condições atmosféricas, mas não são capazes de delimitar a fronteira perfeita entre massas. Seguindo a lógica desse exemplo climatológico pretendo dar um contorno dinâmico à ideia de lugar. Espaço e lugar não são categoricamente antagônicos, mas também seria desastroso interpretá-los como termos sinônimos. Assim como espaço é objeto de uma construção social ininterrupta, o lugar também o é. E é nesse constante devir que a cultura pode ser utilizada como termômetro para apresentar as aproximações, significâncias e divergências entre lugar e espaço.

Lugar e cultura podem compor uma relação promissora, que não se resume ao papel de separação empírica entre lugar e espaço. Essa separação é demasiadamente pequena perante os propósitos aqui estabelecidos. Ao tentar fazê-la corre-se o risco de amputá-los da relação unitária com o tempo, desprovendo-os de significado, porque as experiências sociais, de onde se pode compreender a cultura, existe a partir da relação entre tempo e espaço. E o que prontamente é possível admitir sobre a relação entre experiências sociais e lugar é que o movimento de um pode ser analisado conforme a dinâmica do outro.

À medida que as terras conquistadas foram sendo apropriadas efetivamente, a cultura teve uma função específica na prática de apropriação e divisão territorial das fazendas em lotes, seja pelo que materialmente foi sendo empreendido na paisagem, seja pelas relações sociais estabelecidas no espaço como esforço de construção do lugar. Desse modo, um existe à medida que o outro também vai sendo construído, no momento em que o espaço vai sendo transformado, ao mesmo tempo em que a paisagem e as experiências sociais vão se tornando as principais denunciadoras do processo que está em curso, e que se manifesta concretamente no lugar.

E a terra não "(...) estava sem forma e vazia"[283], pois uma paisagem já havia sido construída conforme as relações ali estabelecidas socialmente. E tudo que foi sendo colocado na terra – como um marco divisório, uma cerca, um gado bovino, uma casa – começando pela presença *in loco* das famílias beneficiárias, dependeu de uma conquista pautada no embate e no conflito com sujeitos do campo e da cidade. E se há uma gênese de onde se pode extrair o processo de formação do lugar, ela está localizada na cultura, ou no que poderia ser designado de modos de vida, conforme já foi citado no capítulo anterior a partir de Williams[284], pois a maneira de pensar e agir no espaço deve prescindir também da cultura que nele se desenvolve e se materializa pelas relações sociais. Assim, as intenções e ações que dão movimento ao espaço e ao lugar, transformando materialmente a paisagem, estão inteiramente submetidas às relações sociais com seus diversos conteúdos culturais.

Empreender qualquer transformação na paisagem a partir de referenciais culturais implica o enfrentamento de muitas barreiras, que estarão materializadas também nas relações sociais. Por isso, utilizar a analogia da criação do mundo, segundo a Bíblia, para pensar a conquista da terra e criação do assentamento, é uma linguagem metafórica pertinente ao debate dos dilemas humanos, retratados segundo o tempo presente. Enquanto Deus cria o mundo a partir de um meio livre de barreiras espaciais e temporais, a realidade humana de transformação do espaço geográfico, herdadas socialmente, no que se refere ao contexto dos assentamentos rurais, deve claramente prescindir de pressupostos limitadores e potenciais, - incluindo-se aí os conteúdos específicos da natureza - são compostos de imposições sociais, com as quais a cultura estará prontamente preparada para dialogar.

O fato da terra não apresentar a fertilidade desejada ou o recurso para construção das casas não chegar ao momento desejado ou mesmo não corresponder financeiramente à expectativa de se construir uma casa de dimensões e formas desejadas, são alguns componentes herdados e conquistados socialmente que fazem parte das relações, manifestadas enquanto experiências sociais. E toda a dinâmica que vai sendo desenvolvida a partir das condições sociais estabelecidas, pode ser observada a partir de duas dimensões espaciais que estão inteiramente

[283] BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada Ave-Catarina de Sena**. Op. Cit.
[284] Conforme foi analisado no tópico 2.1 do capítulo 2.

conectadas, que são a paisagem e o lugar. A objetividade material da paisagem, ou aquilo que poderíamos considerar como elementos visivelmente perceptíveis, ganham sentido de existência quando analisados à luz das experiências sociais, pois nelas se encontram as origens da transformação das características visíveis da paisagem. Por isso, analisar e compreender a paisagem e o lugar, enquanto dimensões espaciais específicas, apoiando-se na dimensão cultural contida nas experiências sociais, é uma estratégia significativa para adentrar a uma realidade social que se movimenta num constante intercâmbio com o espaço. Isso justifica a difícil tarefa de separação analítica entre lugar, paisagem e cultura.

Uma dimensão pode ser mais bem compreendida quando a outra for considerada, já que espaço e sociedade, enquanto dimensões separadas, só podem existir enquanto teoria. E como se trata de uma realidade concreta, observada pelo que se entende como modos de vida enquanto cultura, as experiências sociais vão revelando as dimensões do lugar e da paisagem por um caminho que está além das particularidades individuais de cada pessoa que foi entrevistada. Afinal, compreender a cultura significa também entender as engrenagens que dinamizam a própria sociedade[285]. Por isso, todo o esforço que é canalizado para as relações sociais e seus conteúdos culturais, manifestados concretamente pelas experiências sociais, tem o objetIvo de compreender a dinâmica dessas duas dimensões estritamente espaciais – lugar e paisagem –, analisando-as por um caminho no qual os sujeitos entrevistados constituem o principal ponto de partida.

Como se pode perceber, a cultura é um elemento que continuará presente neste capítulo, pois a experiência social fornecerá os pressupostos necessários para entendê-la numa correlação com o espaço geográfico. Por isso, o lugar terá um papel mais significatIvo (do propriamente a paisagem), não estando isento das consequências teóricas do diálogo com a abordagem cultural, que está sendo utilizada ao longo da tese. Significa que uma teorização sobre o lugar será contrastada com o que se está entendendo por cultura e por experiências sociais. O fato do entendimento do que é cultura e experiências sociais se situar numa determinada posição epistemológica, influencia diretamente no conteúdo teórico determinante da conceituação de lugar. Por isso, essa noção será pensada e

[285] Considerando o que Williams trata enquanto cultura, que não está dissociada da sociedade como se pode observar na trajetória que cada conceito trilhou nos últimos séculos.

utilizada de maneira interligada com as demais e seus conteúdos serão prescindidos de uma linha teórica cultural materialista.

Eis aqui o principal desafio do capítulo: fornecer um conteúdo teórico ao lugar a partir do materialismo cultural com que a realidade dos assentamentos está sendo interpretada. E não é por acaso que esse objetIvo tenha aparecido justamente neste capítulo, que é o nó central de toda a tese, porque o espaço geográfico será mais claramente analisado conforme a perspectiva histórica das famílias assentadas, de acordo com o momento decisIvo de uma conquista que as conduziu diretamente para a transformação da paisagem e do espaço desejados e para a construção do lugar a partir dos assentamentos.

E a perspectiva de abordar o lugar a partir de um diálogo conectado com o que se está entendendo por cultura, no contexto das experiências sociais, projeta o conceito (de lugar) na direção de uma definição alternativa. Ou seja, entendê-lo e explicá-lo dentro do que as experiências sociais nos apresentam da realidade, significa abrir uma nova trilha dentro da própria geografia, considerando e tendo clareza das divergências que existem em seu corpo epistemológico quanto à forma de se tratar a realidade, seja por questões mais gerais de postura filosófica ou de aspectos mais particulares no modo de se trazer dados empíricos para dialogar com os conceitos e, assim, analisar geograficamente os assentamentos aqui pesquisados. O fato é que na construção de um novo caminho de leitura da realidade, é importante evidenciar o que há de novo a partir do que já é dominante ou comum, na forma de utilizar o conceito.

3.1 – Contornos teóricos do lugar e a possibilidade de uma nova abordagem

> "(...) as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc."[286]

A partir da década de 1970 os geógrafos humanistas estiveram empenhados em revalorizar teoricamente o lugar como categoria espacial, que até então era negligenciada pelas demais produções geográficas. Na mesma década houve uma "(...) tomada em consideração da dimensão emotiva e subjetiva das imagens e de

[286] THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Op. Cit. p. 234.

outras construções mentais"[287], que foram essenciais à maneira dos geógrafos reposicionarem-se perante propostas até então dominantes na ciência. Desse modo, o lugar passou a adquirir uma dimensão afetiva, relacionada à ideia de intencionalidade, ou seja, de acordo com Relph[288] o significado dos lugares estaria atrelado às intenções humanas, que guiam, de certa maneira, as relações entre pessoas e destas com os aspectos físicos da realidade, numa nova forma de pensar a relação do homem com o meio ambiente que o cerca. Nesses termos, a nova Geografia Cultural levava a cabo uma definição fundamentada na ideia de que os lugares não podem ser esquadrinhados e reconhecidos nos limites do mundo concreto. E essa definição se contrapunha à ideia positivista de lugar, que comumente era entendida como possuindo uma localização claramente definida na superfície terrestre, conforme era teorizado em Vidal de La Blache[289], cuja teoria tratava o lugar a partir de um sentido estritamente locacional.

O modo com que se pretende definir o lugar nesta tese, tomando-se como ponto de referência os assentamentos rurais e as experiências sociais dos sujeitos que aí vivem, aproxima-se da nova Geografia Cultural quanto à sua decisão em revalorizar o lugar nos estudos geográficos, especificamente no que se refere à proposta de ir além da definição que era estritamente vinculada à localização na superfície terrestre, conforme determinavam os geógrafos positivistas. Por outro lado, a proposta aqui desenvolvida distancia-se dos caminhos pelos quais a nova Geografia Cultural tem trilhado para redimensionar e ampliar o conceito de lugar. Na realidade, os encaminhamentos teórico-metodológicos, que esta vertente tem construído ao longo das últimas décadas, situam-se em posições filosóficas tradicionalmente incompatíveis e irreconciliáveis com a trajetória científica que fora desenvolvida pelos intelectuais da História Social Inglesa. Os avanços conquistados pela produção cultural marxista de Thompson e de Williams contrapõe-se à maneira como os estudos culturais foram sendo remodelados pela Geografia, pois enquanto a primeira produção valorizava a cultura a partir das experiências sociais sem dissociá-las dos conflitos de classes, a segunda levava adiante um processo de

[287] CLAVAL, Paul. Uma, ou Algumas, Abordagem(ns) Cultural(is) na Geografia Humana? In: SERPA, A. (Org.) **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 19.
[288] RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia.** v. 4, n. 7, 1979. p.1-25.
[289] Principal representante da Escola Francesa de Geografia, no final do século XIX. Suas ideias influenciaram a Geografia Humana desenvolvida nos Estados Unidos, pela escola de Berkeley (Califórnia), que era liderada pela Geografia Cultural de Carl Sauer.

desconstrucionismo das ciências sociais e de seus diversos estudos sobre a realidade contraditória do capitalismo, rejeitando, em bloco, qualquer orientação acadêmica e filosófica fundamentada no marxismo.

Todo o empenho da nova Geografia Cultural em consolidar novas propostas sobre o estudo do lugar, rejeitando-se o naturalismo e o funcionalismo reinantes na Geografia – e também o marxismo que aos poucos influenciava alguns geógrafos – desenvolveu-se a partir de um embate político e ideológico que se estendeu ao terreno acadêmico com o objetIvo de se contestar os procedimentos científicos "(...) por um movimento de desconstrução das bases tradicionais da ciência, em geral, e das ciências humanas, em particular."[290] Dentre as áreas que sofreram as mais intensas investidas críticas, a ciência social foi o principal foco da desconstrução dos saberes, que ela produziu nos últimos séculos. E a Geografia Humanista esteve alinhada às propostas de relativização da ciência, sendo que a partir de Foucault ela passou a ser analisada muito mais como "(...) discursos sobre a sociedade do que como ciências."[291] E na condição de discurso ela poderia ser facilmente desconstruída. Afinal, os estudos da nova Geografia Cultural não tinham apenas o propósito de introduzir uma nova maneira de se pensar a Geografia – ou mesmo o lugar –, pois também levava adiante uma trajetória científica que se constituía como uma arma ideológica muito poderosa contra o marxismo e contra o avanço do comunismo no Ocidente, conforme já foi analisado no primeiro capítulo desta tese. E por isso a desconstrução não era apenas uma maneira de reformular a ciência, mas de combater o avanço do marxismo sobre o meio acadêmico. Por essa perspectiva, a categoria lugar foi redimensionada no sentido de rejeitar a incorporação de qualquer proposta marxista baseada na experiência de classe social.

A definição de lugar, quando tensionada com os estudos culturais de Thompson e de Williams, segue uma trajetória inversa ao da nova Geografia Cultural, no que se refere a alguns aspectos científicos e também políticos no modo de estudar a cultura. O lugar não está dissociado dos problemas políticos e culturais, das desigualdades e lutas entre classes (não desconsiderando os conflitos e as contradições desenvolvidas no interior de uma mesma classe social) e dos modos de vida enquanto modos culturais de luta. Estas características aparecem

[290] CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, Inácio de Loyola Mendonça e KOZEL, Salete. (Orgs.) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p. 11.
[291] Idem p. 28.

concretamente no lugar onde as pessoas vivem, sendo que algumas evidências podem comprovar que o lugar é produzido e reproduzido conforme a lógica das relações e das experiências sociais que nelas se desenvolvem. A maneira como os sujeitos do lugar veem o mundo e nele agem está ancorada nas relações sociais que são estabelecidas e na maneira como tratam as experiências a partir de suas culturas. Por essa lógica, é possível comprovar a materialidade do lugar sem retroceder às ideias positivistas de localização na superfície terrestre, apesar de que esta localização pode ganhar um significado mais amplo, quando analisada no contexto das disputas por terra que são internas à classe. Além disso, trazer as ideias dos autores ingleses para o estudo do lugar implica, necessariamente, empreender um distanciamento em relação aos posicionamentos políticos e ideológicos da nova Geografia Cultural e, consequentemente, pensar o lugar não apenas por uma via alternativa de revalorização da cultura, mas também por um caminho remodelado pelo conteúdo político e marxista de que suas teorias são tributárias. Assim, é possível indicar outro ponto de divergência entre a definição de lugar, aqui proposta, e aquela que foi e tem sido desenvolvida pelos estudos culturais em Geografia, no sentido de que nesta tese a valorização da história das pessoas "comuns" ou dos sujeitos de "baixo" e de suas experiências de classe se deve ao engajamento político e social, já discutido anteriormente.

Desse modo, as reflexões aqui produzidas contrapõem-se aos procedimentos e caminhos metodológicos apontados pela Geografia Cultural, já que esta vertente rompeu com o marxismo porque, segundo Claval (um dos expoentes da nova Geografia Cultural), "A história e a sociologia nos tinham ensinado a fazer das classes e dos sistemas de relações institucionalizados os fundamentos de toda análise social"[292], como num esquema bastante rígido de se compreender cientificamente a sociedade. E na perspectiva de se colocar em prática uma alternativa – científica – que pudesse responder aos anseios de superação das metodologias positivistas e marxistas de análise da realidade social, seria muito promissor reerguer – sobre o edifício social, quase inteiramente demolido pelos desconstrucionismos de Foucault, Barthes e Derrida – um novo arcabouço teórico-metodológico do estudo geográfico da realidade. Afinal, as contribuições de Friedrich Nietzsche para a ciência humana haviam encontrado um terreno intelectual e

[292] Ibidem p. 32.

ideológico muito favorável, já na década de 1970, tornando-se uma poderosa avalanche filosófica sobre os estudos culturais. Desse modo, a Geografia Humanista, representada pela nova Geografia Cultural, tendia a substituir os estudos ditos sociais (marxistas), da sociologia e da história – que no modo de ver dos geógrafos, "contaminavam" a Geografia Funcionalista até então vigente – por outras formas de apreender o social, entendendo que "(...) este se implanta através do jogo das representações que as pessoas recebem do mundo que as cerca, e que constituem as grades através das quais percebem o real"[293]. Sendo assim, a proposta de estudar o lugar como sendo um espaço desprovido de limites concretos, constituía-se um esforço pertinente de adequar a Geografia às orientações acadêmicas, que na década de 1970, foram derivadas do que aqui se resolveu chamar de "reviravolta cultural"[294].

A Geografia Humanista teve um papel muito claro frente ao naturalismo e ao funcionalismo, dentro do contexto da "reviravolta cultural", principalmente no que se refere ao seu posicionamento filosófico, que é o de "(...) tentar superar ou minimizar duas oposições que tinham orientado a maior parte das pesquisas e reflexões (...) dicotomias entre o sujeito e o objeto e entre o homem racional e o homem inteiro."[295] E essa mudança de postura obteve êxitos colocando-se em prática a estratégia de aproximação com os modelos da psicologia, da fenomenologia (Hurssel e Merleau-Ponty) e da antropologia (Gaston Bachelard e Cliford Geertz) e de seus respectIvos profissionais, que se tornaram uma base muito promissora para o que inicialmente se tornou os "(...) estudos de percepção ambiental, em seguida o foco maior se centrou nos temas da cognição espacial e das paisagens"[296]. Desse modo, a definição de lugar foi sendo construída a partir do núcleo irredutível da individualidade humana, que envolve uma dimensão psicológica e sociopsicológica,

---

[293] Ibidem p. 32. Esse trecho, segundo Claval, está fundamentado nos autores Bailly, 1995 e Debardieux, 1998, citados na mesma página.

[294] Conforme já foi discutido no capítulo 01, a "reviravolta cultural" é um termo utilizado por Josep Fontana para demonstrar que a disseminação dos estudos culturais, na década de 1970, são o resultado direto da capacidade do sistema capitalista hegemônico em "(...) dominar movimentos revolucionários incipientes através dos meios mais diversos", como é o caso do direcionamento e da condução que o sistema aplicou à repercussão dos protestos de Maio de 1968. Trecho da citação referente à obra de FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Op. Cit. p. 381.

[295] AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; ABREU, João Inácio de Loyola de. Imagem, representação e geopolítica. In: MENDONÇA, Inácio de Loyola Mendonça e KOZEL, Salete. (Orgs.) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p. 233.

[296] Idem p. 235.

conforme é apresentado por Claval[297]. E a partir das bases científicas anteriores, a nova Geografia Cultural avançou seus estudos em direção ao campo das representações, abordando-se diversos "(...) temas como os das religiões, nacionalidades, etnias, valores, entre outros fundamentais na elaboração de representações e imagens geográficas (...)"[298].

A trajetória empreendida pela nova Geografia Cultural, que abandonou uma relação interdisciplinar com a História e a Sociologia (especificamente as linhas marxistas) para estabelecer outros diálogos com certos ramos científicos, evidencia a existência de uma lacuna teórica que muito se aproxima daquilo que já foi tratado no primeiro capítulo a respeito do social, como sendo ele o "termo ausente" nos estudos culturais e, neste caso, na definição de lugar. Por uma perspectiva mais ampla, a lacuna presente nesta definição é tributária do abandono das contribuições marxistas, bem como das aproximações e diálogos que a nova Geografia Cultural estabeleceu com outras áreas que tendiam a afastar-se do materialismo dialético. Assim, qualquer abordagem marxista que venha a contribuir com a definição de lugar, não pode ser utilizada com o objetIvo de preencher lacunas, como se fosse completar o que ficou "vazio" teoricamente. Ao adotar o materialismo como uma via indispensável de se repensar a cultura e a classe, como fazem Thompson e Williams, torna-se imprescindível redimensionar a definição de lugar, abandonando a arquitetura conceitual que o desloca dos processos sociais mais amplos. Analisar os conflitos e embates sociais de classe a partir das experiências sociais, que se concretizam no lugar, significa demonstrar que a divergência dos interesses de classe não se materializam no âmbito de "relações institucionalizadas" (lembrando do termo utilizado por Claval), senão estão encarnadas em pessoas e em processos que conectam presente e passado na correlação com espaço e lugar, no sentido de que as organizações coletivas e os anseios individuais não se constituem elementos opostos ou dissociados dos processos sociais mais amplos.

A análise da trajetória de luta e conquista da terra demonstram o quanto as ações individuais e coletivas não se reproduziram de maneira dissociada dos processos já mencionados. A experiência daqueles sujeitos que se engajaram no movimento, como abordado no capítulo 02, evidencia o quanto as pressões sociais

[297] CLAVAL, Paul. **O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana**. Op. Cit. p. 39.
[298] Ibidem p. 235.

dos amigos e dos familiares, os quais reprovavam a atuação dos sujeitos da Reforma Agrária, aproximam-se dos interesses das classes dominantes e das pressões que estas exerciam sobre os que ameaçassem o seu direito de propriedade e sua hegemonia. Considerando que a intenção das pressões era impedir o engajamento e a luta pela terra, servindo ao interesse de uma classe proprietária, a falta de apoio dos amigos e dos familiares eram apenas parte de um processo hegemônico empreendido pela classe dominante, que se utilizava de uma rede institucional ancorada na participação ativa da polícia, da imprensa, da Associação Civil UDPR e das ações ilegais da milícia armada. Desse modo, o lugar de onde tais sujeitos viveram a experiência social do engajamento na luta, compunha-se de relações articuladas nos diversos níveis espaciais e históricos, ou seja, integravam processos sociais mais amplos, que não haviam surgido em função de singularidades locais – considerando que a luta pela terra já acontecia em diversas partes do território brasileiro a partir de outros grupos de movimento de luta pela terra –, nem sequer resultavam de relações de um presente alheio ao passado – lembrando que a pobreza é uma experiência comum e compartilhada na história de vida dos sujeitos da Reforma Agrária.

O que estou querendo aqui indicar é que a partir do diálogo estabelecido com as evidências, o lugar – conjunto de relações sociais estabelecidas a partir dos assentamentos – não pode ser pensado por dimensões meramente psicológicas, afetivas e emotivas que se desenvolvem no campo da subjetividade dos indivíduos, de onde eles produzem os sentidos de lar, de enraizamento, de sentir-se protegido e seguro, e do qual constroem interpretações para agir no mundo, conforme se pode verificar em Relph, Tuan e Buttimer[299] – só para citar alguns autores expoentes. Na contramão destas definições, está o lugar numa perspectiva marxista, na qual ele não é entendido como desconectado de um processo social mais amplo que, conforme já analisado, é um processo de conflitos, disputas e contradições em que os modos de vida se constituem em modos culturais de luta. O lugar – partindo-se dos assentamentos – é parte integrante do processo social e histórico que se inicia com as experiências de pobreza e migração, passando pelo engajamento e a luta pela terra, pelo acampamento e, enfim, pela conquista da terra. Também não se

[299] RELPH, E. C. **As bases fenomenológicas da Geografia**. Op. Cit.; TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1983; BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETI, Antônio Carlos (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982**,** p. 165-193.

constitui na etapa final desse processo, que é dinâmico e ininterrupto. Analisar, portanto, o lugar a partir e no interior de um processo que é social e histórico, implica em redimensionar o entendimento de três componentes básicos e essenciais utilizados pela nova Geografia Cultural, que é o espaço vivido, a experiência (no sentido fenomenológico) e o cotidiano.

A noção de espaço vivido está numa conectividade muito estreita com as subjetividades, as atividades mentais, que de certo modo, orientam a ação dos indivíduos para que modelem suas realidades. De acordo com Holzer, as análises desenvolvidas por Lukermann, em correlação com as ideias de Eric Dardel, continham uma abordagem muito importante sobre o lugar, entendido como espaço vivido, aproximando-se "(...) das semelhanças entre o que os fenomenólogos chamam de "mundo" e o que os geógrafos humanistas denominam de "lugar" como um dos componentes básicos da Geografia, como uma de suas essências"[300]. A partir das contribuições de Tuan e de Buttimer[301] sobre a relação entre Geografia e fenomenologia, bem como na ampliação conceitual de lugar, sobretudo no que se refere à relação entre mundo e lugar, Holzer dirá que "(...) ambos (mundo e lugar) são produzidos pela consciência humana e por sua relação intersubjetiva com as coisas e os outros (...)"[302], denotando o ponto de partida de onde o conhecimento sobre a realidade é produzido, que é na intersubjetividade da consciência humana. Diante dessa orientação metodológica os geógrafos tiveram a preocupação de definir o lugar a partir de um esquema no qual a intersubjetividade aparece como um campo muito apropriado para se compreender a dimensão do lugar, ou seja, de entendê-lo como espaço vivido. Afinal, é a partir deste espaço que o sujeito se relaciona com outros lugares do mundo, naquilo que Buttimer denomina de "camadas concêntricas de espaço vivido". Nelas o indivíduo estaria vivendo experiências em diversas escalas, quais sejam na sala de sua casa, no lar (pivô de uma rotina diária), na vizinhança, na cidade, na região e na nação.

Dois aspectos da teoria do espaço vivido podem ser aproveitados na definição marxista de lugar. O primeiro se refere à ideia de que o lugar é uma das

---

[300] Ibidem p. 69.

[301] Yi-Fu Tuan é um geógrafo sino-americano que desde a segunda metade do século XX vem contribuindo com reflexões na área da geografia humana. Uma das obras mais utilizadas é: TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio Claro: DIFEL, 1980. BUTTIMER, A. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. Op. Cit.

[302] HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano IV, n. 7. p. 67-78. jul./dez. 1999. p. 70.

“essências” dos estudos geográficos, sendo que no estudo das experiências sociais ele também pode ser considerado o conceito mais importante. O segundo é quanto à noção de que o sujeito se relaciona com o mundo a partir do espaço vivido ou do lugar de onde se está vivendo. Esta definição muito se aproxima do que tenho desenvolvido a respeito das relações sociais conectadas a processos mais amplos, no sentido de que o ato de se relacionar com o mundo depende do lugar de onde se está, onde o sujeito mora e onde vive mais intensamente suas experiências sociais pelos modos de vida. Por outro lado, os conteúdos que preenchem esses dois aspectos conceituais não satisfazem a definição que pretendo formular. Assim, a incompatibilidade dos conteúdos situa-se no campo da experiência, no modo com que a nova Geografia Cultural a compreende como sendo um meio gerador de significados para o lugar, em contraposição à ideia de experiência como prática social concreta, surgida nos embates que se movimentam dentro dos modos de vida e nas relações circunscritas ao lugar.

Na concepção de Tuan as experiências do indivíduo com o meio ambiente ocorrem a partir das percepções, como espécies de respostas aos estímulos externos. Também se constituem como traços comuns dos indivíduos, apesar de que “Duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem a mesma avaliação do meio ambiente”[303]. Seguindo adiante em suas análises, o autor reduz a percepção e a experiência aos sentidos do indivíduo, naquilo que sua condição física lhe proporciona ver, ouvir, cheirar, sentir, chegando à consideração de que o “Tato é a experiência direta da resistência, a experiência direta do mundo como um sistema de resistências e pressões que nos persuadem de uma realidade independente de nossa imaginação”[304]. Dessa maneira, o lugar adquire um núcleo irredutível pela corporeidade, nos limites da experiência advinda de situações momentaneamente ligadas à vulnerabilidade que os sentidos possuem em captar “informações” do meio ambiente em que se vive. Essa é a forma presente e imediata de se criar as “visões de mundo” sobre a realidade, que de certa maneira, não são desprovidas de “história”, porque o odor do meio vivido “(...) tem o poder de evocar lembranças vívidas, carregadas emocionalmente, de eventos e cenas passadas”[305]. Seguindo essa lógica, Tuan demonstra que o espaço vivido existe em função dessa

[303] TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980. p. 6.
[304] Idem p. 9.
[305] Idem p. 11.

experiência, que lhe confere características únicas. Como interpretará Relph, é pela experiência humana que se pode diferenciar espaço de lugar[306]. Diante dessas considerações é possível entender que a experiência é um mecanismo importante para a existência do lugar, porque lhe confere identidade e características únicas. Porém, ela é pensada por um caminho demasiadamente limitado, que é pela irredutibilidade do lugar aos sentidos e à consciência, numa espécie de separação entre mundo material e imaginação (objetividade e intersubjetividade), próximo do que atualmente se entende enquanto cultura material e imaterial.

A maneira como a experiência vai sendo definida, evoca a ideia de que os traços comuns entre os indivíduos existem apenas enquanto formas de captar o real (entendido como físico, material), na contramão daquilo que as experiências sociais são aqui entendidas como realidades comuns e compartilhadas socialmente. A partir do que foi tratado no capítulo dois desta tese, é possível entender que a luta e conquista da terra dependeu de articulações políticas em torno de interesses comuns, que já vinham sendo gestados nas trajetórias de vida conforme as experiências sociais da migração e da pobreza. Como, então, não relacionar o espaço vivido dos assentamentos a essa realidade historicamente construída e composta de lutas e embates entre classes sociais? Ou, como considerar que seus modos de vida, na condição de modeladores de suas trajetórias de luta não mais existam no lugar? O lugar, que hoje é dinamizado a partir dos assentamentos, de onde as famílias projetam e estabelecem relações com outros lugares, possui uma história interligada a trajetórias de luta que não se anulam ou desaparecem no presente. Ainda se manifestam de maneira viva e concreta a partir das relações, seja pelas divergências internas entre sujeitos da própria classe ou na luta articulada contra interesses dos que defendem a classe dominante. As experiências sociais movimentam uma realidade dentro dos limites do lugar, de onde as ações individuais e coletivas são planejadas, discutidas, reordenadas e também remodeladas conforme a materialidade dos modos de vida. Por essa lógica o lugar ganha os seus contornos a partir das experiências sociais do passado e do presente, cujas forças ecoaram e ainda ecoam nos processos sociais mais amplos, sejam eles políticos,

[306] HOLZER, Werther. A influência de Eric Dardel na construção da Geografia Humanista norte americana. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos** (ENG): crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Porto Alegre: AGB, 2010. p. 7.

econômicos, culturais e também ideológicos, no contexto de pressões e embates de classe que se materializam em processos hegemônicos e contra hegemônicos.

A partir da experiência social é possível redimensionar a noção de cotidiano, ainda que este não seja um elemento indispensável na definição de lugar como espaço vivido. Na nova Geografia Cultural ele existe como sendo um conjunto de práticas relacionadas ao trabalho, ao lazer e à festa, às relações e práticas banais e corriqueiras que se repetem segundo uma rotina comum, conforme a utilização do tempo pelos habitantes do lugar. É a partir desse cotidiano próprio do lugar que os habitantes vão construindo, pela experiência (nos termos de Relph e de Tuan), suas relações afetivas e de vizinhança, de enraizamento e pertencimento, de segurança e proteção, de lar e de identidade, de usos e apropriações diversas que fazem parte de suas representações sobre si e sobre os outros, sobre o lugar e o mundo. Nesses termos, o cotidiano sofre da mesma irredutibilidade (ou reducionismo) que a experiência humana (pela nova Geografia Cultural) adquire ao ser analisada pelos aspectos da corporeidade, dos ritmos do corpo ao percorrer a rua, o bairro, a cidade, o campo, seja pelo motIvo banal do trabalho e dos horários que permitem o sujeito se aproximar e se relacionar com outras pessoas que possuem rotina semelhante, seja pela repetição de trajetos que o fazem construírem dentro de si os sentimentos de afetividade e de pertencimento em relação ao lugar.

Uma teoria assim subverte muito facilmente a atividade criativa dos sujeitos em fazer política, em compartilhar ideias, falar dos projetos de vida e propor ações, pois para viverem tais experiências com o outro não precisam estabelecer uma rotina fixa ou depender de um cotidiano permeado por horários ou práticas que lhes proporcionem encontrar e se relacionar com o outro para construírem afinidades, conforme a repetição dos encontros e do compartilhamento de situações banais ou efêmeras. Nesse sentido, a organização de luta pela terra coloca em questionamento o enraizamento e o pertencimento ao lugar, ainda mais que as pessoas que se engajaram nos movimentos lutaram no sentido de deixar o lugar por uma escolha consciente e por motIvos que não tem a ver com a afetividade e o pertencimento em relação ao lugar onde moravam. O engajamento e a organização também compõem um conjunto de experiências sociais que evidenciam as limitações no modo com que a nova Geografia Cultural entende cotidiano e lugar, pois conforme a história de luta, boa parte das pessoas participantes não conviviam no mesmo lugar, não moravam próximas ou sequer tinham uma rotina de horários

compartilhada. Como explicar, então, os interesses e a luta pela concretização de projetos afins senão pelas experiências comuns e compartilhadas socialmente? O cotidiano do lugar é clivado por experiências sociais que vão muito além da afetividade, do enraizamento ou das representações do lugar, porque abrangem processos muito mais amplos e complexos e que estão materializados nos modos de vida não como rotinas, repetições, afetividades, mas como formas culturais de luta transpassadas pelo passado e pelo presente num conjunto de relações que compõem o lugar, sua construção e reprodução.

Mas a ideia de associar o cotidiano a processos mais amplos não é uma abordagem exclusiva da definição que se pretende construir a respeito do lugar, pois algumas produções da Geografia Crítica realizam essa associação, embora utilizem alguns conceitos tratados pela nova Geografia Cultural. O cotidiano é uma das noções utilizadas por Milton Santos[307] e outros geógrafos críticos para se analisar a relação entre Globalização e dinâmica dos lugares, afinal, "Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente"[308]. Nesse sentido, o cotidiano tem um papel importante para se repensar a realidade local em relação direta com o global, pois "A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade"[309], no sentido de que o processo de globalização acentua as particularidades dos lugares. Dessa forma, o cotidiano se torna uma noção muito importante para a definição de lugar, bem como a ideia de espaço vivido com o qual ele está imbricado, conforme é abordado pela nova Geografia Cultural. Sendo assim, as análises do lugar, realizadas por Santos, indicam que os processos mais amplos podem ser entendidos como aqueles pertinentes à globalização, que tenta se impor ao lugar transformando o cotidiano.

Essa imposição está relacionada à importância que a proximidade, entendida como a "(...) contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações"[310], proporciona a determinados grupos se relacionarem no cotidiano, pois "Com o papel que a informação e a comunicação alcançaram em todos os aspectos da vida social,

[307] Segundo ele "Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano (A. Buttimer, 1976; A. Garcia, 1992; A. Damiani, 1994)". SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p.315.
[308] SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. Op. Cit. p. 339.
[309] Idem p. 314.
[310] Idem p. 318.

o cotidiano de todas as pessoas assim se enriquece de novas dimensões"[311]. Nesses termos, Santos indica a possibilidade de um caminho para se analisar a relação entre espaço e movimentos sociais e, de certo modo, a relação entre cultura popular e cultura de massas. Por esse viés, à medida que os processos da globalização agem para uniformizar os lugares, estes, por sua vez, contém os elementos e a força necessária para estabelecer uma espécie de reação contra aquilo que possui uma racionalidade e uma temporalidade que não são próprios daqueles existentes no lugar. Essas considerações parecem indicar a relação que os processos mais gerais e amplos, aqui situados no campo da globalização, estabelecem com o lugar materializando-se na cultura. E esta relação poderia ser o ponto de convergência mais próximo entre a definição de lugar aqui pretendida e as análises de Milton Santos. Porém, os pontos de divergência possuem um peso muito maior, a começar pela ideia de cotidiano, que se aproxima do uso e aplicação empregados pelos geógrafos culturalistas.

Ao tratar da relação entre sujeitos migrantes e lugar, o autor evidencia mais claramente a sua posição e entendimento a respeito da importância da noção de cotidiano, afirmando que "O sujeito no lugar estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava (...)"[312]. Nesse sentido, a relação com o lugar, no qual esse sujeito construiu uma "familiaridade que era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era atIvo"[313], é estabelecida nos termos que são muito similares àqueles utilizados pela nova Geografia Cultural, no que se refere à convivência longa (entre mesmos indivíduos), à repetição (rotina), aos mesmos trajetos (horários e locais), às mesmas imagens (que geram significados), à participação na construção (ação), à familiaridade (pertencimento, enraizamento) e ao indivíduo atIvo (no espaço vivido). Ao analisar as considerações posteriores a estas e referentes à ideia de lugar e de cotidiano, é possível perceber que sua proposta teórica distancia-se ainda mais da definição que pretendo levar adiante.

A experiência de migrante, utilizada pelo autor como forma de materialização de sua definição de lugar, reafirma o peso que o presente possui dentro desta forma

[311] Idem p. 321.
[312] Ibidem p. 327-328.
[313] Ibidem p. 328.

de abordagem, principalmente quando considera que “A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações ***profundas*** entre o homem e o seu meio”[314] (grifo meu). Quando se analisa os modos de vida dos sujeitos assentados, que também possuem a experiência de migrante em virtude de terem deixado suas cidades de moradia para viverem nos assentamentos rurais, percebe-se como as relações do passado materializam-se no presente de uma maneira ***profunda***, de modo que tais relações não podem ser simplesmente classificadas como pertencentes a um passado próximo ou longínquo (inerte), pois constituem uma força ativa do presente, modelando e dinamizando a maneira como eles se relacionam no lugar e a partir dele. Esse entendimento se distancia ainda mais das proposições de Milton Santos, pois ele dirá que para o migrante, “No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação. Para os migrantes, a memória é inútil”[315]. A partir desta afirmativa é possível entender mais claramente a força do cotidiano em contraposição àquilo que denomino de força ativa do passado no lugar, no presente, nas relações que as famílias modelam por meio dos seus modos de vida. Ainda conforme as proposições do autor (Santos), o presente vai se consolidando como uma força ativa praticamente desconectada do passado, onde experiências de outros lugares foram geradas, consolidadas conforme o lugar vivido pelos migrantes, considerando que estes “Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana (...) suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências”[316].

A realidade de migração, tratada por Santos, é aquela ligada ao espaço urbano, especificamente do sujeito que vai para a “cidade grande”. No entanto, esta particularidade, utilizada para demonstrar a viabilidade analítica de sua teoria, parece não comportar exceções, considerando outras afirmações gerais na continuidade de suas explicações, tais como: “O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O

[314] Ibidem p. 326.
[315] Idem p. 328.
[316] Idem.

lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação"[317]. Se utilizarmos esta ideia em tensionamento com as experiências sociais vividas pelas famílias durante o engajamento e a luta pela terra, veremos que suas decisões de desejo pela terra e de participação num movimento social foram sendo construídas conforme as experiências de pobreza, que não se constituíam meras situações daquele presente vivido, pois vinha se reproduzindo ao longo de suas histórias de vida. Na mesma lógica, também é possível analisar as estratégias utilizadas na ocupação das fazendas. A escolha do local onde iriam construir o acampamento, considerando a proximidade com as fontes d'água e com a mata, foi orientada conforme a experiência que tinham a respeito de que poderiam ficar acampados durante um tempo relativamente longo e que também poderiam participar de algum conflito armado, daí a necessidade de se ter acesso a recursos mínimos (a água) para sobrevivência e a um local mais bem protegido (a mata).

Diante dos limites da teoria sobre o lugar, apresentada segundo as proposições de Santos, a proposta aqui desenvolvida sobre a definição de lugar pretende valorizar a relação presente/passado e passado/presente no lugar e nas relações estabelecidas pelas famílias assentadas. Porém, o reconhecimento dos limites da teoria apresentada não é uma exclusividade surgida pelo estudo aqui proposto. Outros autores, por caminhos diferentes dos meus, também constataram essa limitação na obra de Santos, como é o caso de Carlos, quando afirma em seu texto que "(...) podemos acrescentar ao que foi dito pelo professor o fato de que há também a dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana (...), instala-se no plano do vivido e que produziria o conhecido-reconhecido (...)"[318]. Todavia, como será analisado, a definição de lugar, proposta pela autora, trata basicamente de duas noções de história, que são produzidas dicotomicamente a partir dos processos que se dão no âmbito da globalização (compressão espaço-tempo, ação do capital) e no contexto do cotidiano, materializando-se no lugar em processos sociais específicos.

No caso do cotidiano, esta noção conecta-se àquela tratada por Santos, que por sua vez, relaciona-se às definições utilizadas na nova Geografia Cultural. Sendo assim, para Carlos "O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o

[317] Idem p. 330.
[318] CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. p. 17.

bairro, é a praça, é a rua (...)"[319]. Nesses termos, a corporeidade aparece como um nó vital da relação do homem com o espaço, do homem com o lugar, aproximando-se muito da noção desenvolvida por Tuan, a respeito da experiência e da percepção do indivíduo em relação ao meio, que é apropriado através dos sentidos. Além disso, o lugar, em Carlos, converge para uma relação estreita com a ideia de Buttimer[320] sobre camadas concêntricas do espaço vivido ou do lugar (experiências em diversas escalas, quais sejam na sala de sua casa, no lar – pivô de uma rotina diária –, na vizinhança, na cidade, na região e na nação). Considerando essas aproximações é possível perceber a importância do cotidiano ou, da história que emerge a partir dele, daquelas situações banais e corriqueiras vividas a partir da apropriação da realidade pelo corpo. É nesse nível que se desenvolve a "(...) história contraditória de poder e de lutas, de resistências compostas por pequenas formas de apropriação"[321], ou seja, de uma luta contra as imposições do espaço, situadas no âmbito do que é "interdito/interditado" pela monumentalidade (construções ligadas ao poder e que existem como materialidade captada pela percepção) que se ergue como uma barreira ao pedestre, impedindo-o de caminhar por determinados locais e, a partir deles, estabelecer relações rotineiras e cotidianas com o meio e com o outro.

Ainda que Carlos estabeleça aproximações com autores da Geografia Cultural, alguns avanços podem ser observados em sua definição de lugar, especialmente no modo de entendê-lo como sendo uma construção social, pois segundo ela a dinâmica do lugar também deriva das mudanças historicamente produzidas no âmbito global, ou seja, "(...) definido a partir dos entrelaçamentos impostos pela divisão (espacial) do trabalho, articulado e determinado pela totalidade espacial"[322]. Desse modo, existe também uma contribuição importante da autora às definições propostas por Santos, pois ao valorizar a dimensão histórica, Carlos pretende conectar as relações do cotidiano com os processos mais amplos, demonstrando que o lugar não se dinamiza de maneira autônoma, pois "(...) sua reprodução se acha vinculada ao caráter social e histórico da produção do espaço geográfico global"[323].

---

[319] Idem.
[320] BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. Op. Cit.
[321] CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. Op. Cit. p. 19.
[322] Idem p. 24.
[323] Idem.

Porém, os avanços construídos pela autora, no que se refere à valorização da história e dos processos mais amplos, também podem ser interpretados como limites teóricos da definição do lugar por ela proposta. Apesar do entendimento de que o lugar congrega processos derivados da relação entre conteúdos locais e globais, que se manifestam no cotidiano por imposições dinamizadoras do lugar, a sua teoria articula-se no sentido de compreender que existem processos separados e distintos. De um lado existe aquilo que é próprio do lugar (cotidiano) e de outro os processos que são inerentes a relações espacialmente mais amplas, produzidas "(...) pelo capitalismo e pela estratégia estatal que organiza o cotidiano (modo de morar, vestir, como e onde despendem as horas de folga e lazer) tratando de abolir a diferença"[324]. No âmago destas considerações reside uma orientação de como se deve proceder ao estudo do lugar numa realidade qualquer. Encontra-se aquilo que é "próprio" do lugar (que existe desde tempos passados e que se manifesta no cotidiano, no imediato), entende-se a ação do capital e o papel das políticas públicas e, por fim, compreende-se como as imposições advindas de fora se manifestam no cotidiano transformando-o.

Quando se analisa a experiência social das famílias assentadas fica difícil entender como a ação do capital ou da reprodução do capital ocorre em seu cotidiano de maneira apartada dos embates e conflitos de classe. As lutas e resistências que existem no lugar são travadas muito mais na relação entre classes e nas divergências no interior da própria classe, do que propriamente desenvolvidas numa relação dual entre produção geográfica mais ampla e situações vividas no cotidiano. Isto porque esta última dualidade só existe enquanto abstração, como forma analítica de separar processos que não se materializam de maneira apartada, nem sequer podem ser entendidos como processos contraditórios. Desse modo, a corporeidade e a apropriação do lugar pelo corpo tornam-se condições sem importância, principalmente quando se analisa o sujeito a partir da maneira como ele modela o meio através dos seus modos de vida, de sua maneira de pensar, planejar e agir na realidade em que vive, no lugar onde suas relações (espaço vivido) são mais intensas e permeadas por uma história que lhe permite compartilhar experiências sociais comuns com outros sujeitos. Nesse sentido, o campo das relações sociais e do lugar, enquanto construção social, amplia-se. Porque a

[324] Ibidem p. 55.

experiência tal qual vem sendo desenvolvida nesta tese conecta passado e presente, espaço e lugar conforme a maneira como os sujeitos vivem e modelam suas realidades, naquilo que é materialmente construído e vivido segundo os que constroem e transformam o lugar produzindo e reproduzindo experiências. Seguindo essa lógica, entende-se que não há necessidade de proceder a uma análise setorial, partindo-se das ações institucionais e das estratégias capitalistas na reprodução do capital para depois esclarecer a ação dos movimentos, suas conquistas e derrotas e, num plano mais reduzido, como estas se manifestam alterando o cotidiano do lugar (nos termos de Santos, Carlos, Buttimer, Tuan e Relph).

A lógica da relação entre teoria e realidade concreta se dá pela via da experiência social dos de "baixo", no modo como eles vão empreendendo ações para alcançar os seus objetIvos. Geralmente, as decisões do momento presente estão sendo clivadas pelas experiências do passado, ou seja, o modo como se orientam no espaço a partir do lugar, só é possível pela via das relações sociais em que estão inteiramente mergulhados. É por isso que as narrativas dos sujeitos pesquisados são compostas de experiências sociais situadas no tempo e no espaço. Contudo, não é uma experiência tal qual aquela tratada pelos intelectuais da Geografia humanista, que a abordam pela intersubjetividade e pelo campo das representações. Aqui, considera-se que "(...) as pessoas não experimentam sua própria existência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc."[325], porque elas existem no jogo das relações, pois se entende que há problemas em pensar a existência de uma realidade estando ela apartada de um contexto social materializado, ou definido apenas por experiências individuais e intersubjetivas. Entende-se que na experiência social os "Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres" (...)"[326]. E é por isso que falo de uma experiência em seu sentido social, de sujeitos que existem nas e a partir das relações sociais, em contraposição ao "tipo" de homem que foi gestado no ventre teórico da experiência da nova Geografia Cultural, porque, tal qual a entendemos aqui, "A "experiência" (descobrimos) foi, em última instância, gerada na "vida material", foi estruturada em

[325] THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Op. Cit. p. 234.
[326] Idem p. 182.

termos de classe, e, consequentemente o “ser social” determinou a “consciência social””[327].

E mesmo sendo geradas na vida material, essas experiências não são aquelas institucionalizadas ou vividas num cotidiano que se desenvolve por um social organizado e determinado pela reprodução do capital e pelo planejamento do Estado. Eles podem até aparecer nas relações, porém, existem de acordo com as relações de classe, nos embates e nas lutas travadas no campo cultural, em que os sujeitos protagonistas são aquelas pessoas do lugar, com seus modos de vida e práticas culturais de luta. Desse modo, o social é tratado a partir do contexto cultural ou dos modos de viver, exprimidos pelos sujeitos com os quais dialoguei durante a pesquisa, pois suas experiências abordam uma transformação (produção) social no tempo e no espaço, de um modo que eles “(...) experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura (...)”[328]. Por isso, a razão de ser do lugar é abordada tendo-se como primeiro motIvo a ação dos sujeitos no espaço, sem que haja um motIvo dual de conflito, como era o caso da mundialização em contraposição ao espaço local, ou da globalização alterando o cotidiano. Interesses e antagonismos irão aparecer, inclusive, no interior de uma mesma classe, contrariando a manobra teórica de um “platonismo inerte” na qual “(...) toda cultura e toda vida social foram reduzidas ao Modo”[329] – de Produção Capitalista, de uma relação determinada de “cima” para “baixo”, de ação e reação, de dominante (capitalismo) sobre dominados (sujeitos assentados). O lugar vai além dessa dualidade, podendo ser entendido pelo amálgama de relações que empiricamente estão sendo conduzidas por uma dinâmica e uma dualidade ainda mais importante do que aquela da globalização *versus* lugar, ou seja, é preciso considerar os processos hegemônicos e contra hegemônicos, pois eles abarcam todo um conjunto de relações que estão constantemente sendo modeladas por forças culturais ativas, que são movimentadas por processos incessantes de ação e reação, que se alternam na amplitude das relações e dos interesses de classe.

[327] Idem p. 234.
[328] Ibidem p. 182.
[329] Idem p. 184.

Na experiência social a divisão entre o que é do lugar e o que vem de fora não é um aspecto determinante a ser percebido. Os contornos do lugar são desenhados conforme a relação entre pessoas e é analisada sob os aspectos culturais. A relação é entre pessoas e não entre pessoas e instituições. É claro que elas existem, mas, antes de tudo, elas existem a partir de sujeitos que delas fazem parte e em nome delas estabelecem determinadas formas de relação. Assim, no lugar, é impensável tratar de uma relação do sujeito com o sindicato, por exemplo. Essa relação não é direta ou imediata. Ela se dá por instâncias espaciais e temporais que mediam o diálogo e as ações. É também nesse sentido que o lugar ganha seus contornos, pois é nele e a partir dele que as relações são rompidas e também estabelecidas.

Como seria a relação de uma pessoa com uma instituição, senão por mecanismos socialmente instituídos para que a relação se dê entre indivíduos? Pensar a relação de um sujeito assentado com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) significa conhecer a experiência social em que o diálogo entre as partes se desenvolve e com quem efetivamente ele acontece. No caso específico das famílias assentadas, a frequência das relações se dá por meio de um contato direto com um funcionário do INCRA, quando este realiza alguma reunião ou uma visita pessoal aos moradores dos assentamentos ou quando estes, raramente, vão até a sede do INCRA em Belo Horizonte-MG. Então, o diálogo se processa conforme o contexto pelo qual a sua cultura é um fator determinante das relações sociais, que se manifestam concretamente no lugar onde moram. Do mesmo modo, a relação de uma pessoa assentada com a associação do assentamento é mediada pelo contato com aqueles que a representam formalmente, num diálogo que ultrapassa o contexto puramente limitado de relações institucionais. As expressões na linguagem, nos gestos, na lógica da conversa, estão impregnadas de conteúdos culturais socialmente reconhecidos e também instituídos, cujas características são estritamente pertencentes ao lugar onde são manifestadas.

O lugar é o contexto social de onde um grupo de pessoas se relaciona com o mundo a partir de modos de vida específicos. E se os modos de vida compõem o ponto de partida para as relações sociais estabelecidas e que são constantemente movimentadas pelas ações individuais e coletivas, o lugar só pode existir dentro de tais relações sociais. Daí o conteúdo do lugar ser essencialmente cultural e social. Cultural porque os modos de vida constituem a maneira pela qual as pessoas do

lugar assimilam e contribuem para manter as relações vividas socialmente, mantendo-se o lugar enquanto especificidade espacial. Social porque os modos de vida não se desenvolvem isoladamente no tempo e no espaço, nem fora das relações e dos interesses de classe. Antes de tudo, ganham sentido social porque estão constantemente vivendo um embate com outros modos de vida, que efetivamente se materializam no lugar, num processo ininterrupto de compartilhamento dos projetos de vida e das estratégias de luta.

Na condição de contexto social ele é constituído também de uma base locacional, da qual as relações estão inteiramente dependentes. Um exemplo pode ser citado na condição de fertilidade da terra e da disponibilidade de água nas áreas desapropriadas. Como será visto adiante, existe uma desigualdade na distribuição dos mananciais hídricos e das terras férteis ao longo das áreas dos lotes. Porém, essa constatação não é feita a partir de dados institucionais, de informações pedológicas ou hidrológicas coletadas e sistematizadas por profissionais especializados. Se bem que eu teria a oportunidade de me utilizar destas informações, que facilmente podem ser encontradas em alguns laboratórios da Universidade e de outros órgãos públicos especializados no assunto. O mais importante é constatar que tais áreas férteis e hidrologicamente abundantes são catalogadas e reconhecidas no círculo das relações das famílias assentadas, conforme suas experiências e o modo com que esquadrinham a realidade vivida, observando as vantagens e desvantagens que a área desapropriada oferece. Desse modo, a relação com meio ambiente, com aquilo que veem na fazenda, onde serão assentados, demonstra que a experiência da realidade vivida converge para a elaboração de formas comuns e coincidentes no modo com que elegem o que é terra boa. E o modo como as relações sociais são articuladas, conforme o conhecimento daquilo que existe concretamente na realidade, enquanto forma de direcionar suas ações e modelar o lugar onde vivem, está dependente dos conteúdos culturais basilares, que justificam a canalização de forças para a sociabilidade e para o conflito. E é nesse jogo complexo de relações que o sujeito é valorizado porque a realidade aqui pesquisada está sendo apresentada pelo seu jeito de ser, de ver e de viver no lugar. Nesse sentido, o modo com que o lugar é acessado e redirecionado teoricamente depende do que as experiências sociais estão revelando sobre os conteúdos e processos culturais, que se materializam nas disputas e estratégias que dinamizam o próprio lugar.

3.2 – Conhecimentos culturais e disputa pelo lugar de terra boa

Nelson: E como foi aqui, na hora de dividir os lotes?
Dona Catarina de Sena: Ah! E na hora de dividir os lote, né, eles queria... Uma turma queria que fazesse a divisão por grupo. Era três grupo. Primeiro... Era um, dois, três. Só que a presidente ela bancou ativa, né. Nessa época já não era presidente mais, era presidente(a). Ela bancou ativa, né. Ela queria só o lote (grupo) dois, que era esse pedaço aqui, né, que era de chão melhor. Então, ela queria tirar só pros querido dela, pra família dela. Aí, passou que queria, era por grupo, o grupo dois. Aí, o outro que tinha sido presidente, que era o seu Vicente de Paulo, falou:
(Vicente de Paulo): "Não, nóis num aceita. Nóis num aceita tirar por grupo, não. Vai tirar o bilhete na cumbuca".
Dona Catarina de Sena: O meu bilhete tá guardado até hoje.
(Vicente de Paulo): "Nóis vai tirar o bilhete na cumbuca. Se servi pro cêis... Nóis vai repartir o chão e se não servir, nóis vai chamar advogada ou então o INCRA pra...".
Dona Catarina de Sena: Aí, foi... Eles num aceitou. Ai, foi na... Aí foi o Nenzico (Sr. Francisco de Sales), que é meu marido, foi a outra mulher e a mulher do presidente, que era do presidente, ex-presidente. Foi lá em Uberlândia. Fôro lá em Uberlândia, conversaram com a advogada e a advogada falou:
(Advogada do MLST): "Não... Não existe esse negócio de lote assim, não. O lote vai ser dividido na cumbuca. Aquele que tirar é a sorte".
Dona Catarina de Sena: Aí, foi pela cumbuca. Assim mesmo o povo num queria, num queria, num queria. Ficou uns três mês ainda, sabe? Aí, a Marilda sempre mexendo... Quer... Num aceita, num aceita por grupo, é na cumbuca, vai da sorte. E de verdade, que tinha um... Esse home que eu falo pro cê que trouxe a verdura pra nóis. Que nóis sempre... Ele falava pra mim assim:
(Sujeito que trocou verduras pelo direito ao lote): "É... Cumade, nóis vai ser... Um dia nóis vai ser divisa. A minha divisa (de lote) vai ser com a sua."
Dona Catarina de Sena: Eu falei: será, cumpade? Falou:
(Sujeito que trocou verduras pelo direito ao lote): "Vai".
Dona Catarina de Sena: Ele tirou o trinta e seis e eu tirei o trinta e cinco. Foi a coisa mais engraçada, menino. Aí, ele foi na frente e eu fui atrás dele. O meu bilhete tava dobradim, assim... Ó, mei dobradim. E o dele tava fechando o meu. Ele tirou o cumpridim e eu tirei o dobradim. E nóis saiu divisa. Ele tirou o trinta e seis e eu tirei o trinta e cinco. Aí, vai daqui, vai dali, eles num queria aceitar. Pelo mapão, eles não quis aceitar que isso aqui era meu, né. O meu era lá na saída, o primeiro lote de lá pra cá. Você já passou nessa estrada?
Nelson: Já. Mas por que o da senhora era o de lá?
Dona Catarina de Sena: Uai, na linguage deles, no mapão, o meu lote ia ser lá.
Francisco de Sales (esposo): Eles é que queria que (nós) ficasse lá.
Nelson: Numa divisão que eles já tinham feito e falaram: esse lote daqui é da dona Catarina de Sena?
Dona Catarina de Sena: É... Esse aqui é o da dona Catarina de Sena.
Francisco de Sales (esposo): É porque eles queria pegar terra boa, né, que era boa de água também.
Dona Catarina de Sena: É... Aí quando foi... Aí um dia nóis foi numa reunião lá, aí todo mundo levou os mapinha, né. Todo mundo tem seu mapinha. Aí, levou o mapinha. Quando nóis chegou lá, que pôs... Aí tinha um menino que o dono lá daquela venda, lá (em frente à igreja nos primeiros lotes), marido daquela mulher da venda, pôs o lote lá, falou:
(Marido da dona da venda): "Não, o lote da dona Catarina de Sena é esse aqui, ó".

> **Dona Catarina de Sena:** E a mulher já queria trabalhar dentro do lote, sabe? Eu falei: eu não aceito, eu não aceito. Só que eu num vou discutir, num vou brigar, nóis vai ver com... O final. Porque aqui, aqui já pegava quase o acampamento nosso (local onde acamparam). Aí ela:
> **(Mulher que queria terra boa):** "Não, mas esse lote saiu foi pra mim".
> **Dona Catarina de Sena:** Eu falei: não, eu num vou discutir com a senhora. Mas, vamos ver... Vai ter quem vai achar esse lote. Aí o rapaz olhou, falou:
> **(Marido da dona da venda):** "Não, o lote da dona Catarina de Sena é o trinta e cinco, tá aqui, é esse aqui".
> **Dona Catarina de Sena:** Aí, eu passei pra cá.[330]

O período precedente à divisão da fazenda em lotes constituiu-se como o momento da manutenção e gestação de muitas ideias sobre a forma de utilização da terra e também sobre a maneira como iriam realizar a distribuição das faixas de terra. A disputa pela posse, marcada pela ocupação e resistência no acampamento, não se encerrou com a criação do assentamento. É possível perceber pela fala da Dona Catarina de Sena e do Sr. Francisco de Sales que o fato de certas famílias quererem receber este ou aquele lote de terras também foi uma escolha pertinente a um espaço, cujo uso e apropriação estão em permanente disputa. Em primeiro lugar (na ocupação e no acampamento), essa disputa materializou-se mais intensamente pelos embates relacionados ao confronto com a classe proprietária e, em segundo lugar, não menos importante, a partir dos conflitos entre sujeitos da mesma classe (na distribuição da terra). Por isso, a apropriação da paisagem e a construção/formação contínua do lugar estiveram inteiramente relacionadas com a dinâmica das experiências sociais e como estas são reproduzidas a partir dos modos de vida, já que elas evidenciaram os meandros pelos quais o desejo pela terra foi se traduzindo num desejo pelo espaço. Isto ocorreu porque a escolha por uma faixa de terra (lote) em detrimento de outra, esteve alinhada com o fato de que o anseio de se relacionar socialmente, a partir do lugar, exigia a fixação em um ponto específico de localização espacial. Receber um lote aqui ou ali teve lá os seus significados, os quais só podem ser compreendidos quando analisadas as experiências sociais à luz dos acontecimentos da época em que houve a divisão e distribuição da terra entre os acampados.

A forma de divisão territorial da fazenda geralmente obedece aos critérios de isonomia entre o tamanho dos lotes, resguardando-se as áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, com a finalidade de manter uma certa isonomia entre as faixas de terra, quanto ao tamanho (em hectares) e aos recursos

[330] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Sales (77 anos) e pela Sra. Catarina de Sena (74 anos). Op. Cit.

disponíveis (água e solo fértil). Mas, quando se analisa a lógica dos interesses das famílias por determinadas faixas, já que algumas terras eram mais desejadas do que outras, é possível compreender o quanto a isonomia da divisão dos lotes estava desalinhada dos interesses culturais. E a maneira de se distribuir as posses foi, então, adquirindo um caráter especificamente conflituoso, revelando que a cumplicidade de vizinhança e a unidade de classe, vividas durante o acampamento, não eram mais os únicos parâmetros para se resolver as questões relacionadas à distribuição dos lotes. À medida que os trâmites burocráticos foram sendo resolvidos e a divisão da terra foi se tornando uma realidade iminente, exigindo dos acampados um posicionamento quanto à forma desejada de distribuí-la, os interesses particulares manifestaram-se claramente, e as divergências de ideias foram expostas sob a luz das disputas e dos desacordos entre as famílias acampadas, revelando que a classe social também é dinamizada por uma heterogeneidade interna.

Conforme o trecho contido no início do tópico, referente à transcrição de parte da entrevista realizada com a Dona Catarina de Sena e o Sr. Francisco de Sales, houve um embate entre aqueles que estavam à frente do movimento (associação do assentamento), na condição de coordenadores, e aqueles que não ocupavam um cargo específico na associação. Os coordenadores e seus apoiadores queriam impor aos demais uma forma de distribuição com o intuito de serem beneficiados com as melhores terras da fazenda. De acordo com a Dona Catarina de Sena e seu esposo, Sr. Francisco de Sales, cuja forma de pensar aproximava-se de outros acampados, a proposta dos que compunham a coordenação era injusta e, por isso, alguns tiveram que recorrer ao apoio da advogada do Movimento de luta (MLST) para poder substituir a sugestão/imposição dos coordenadores por uma proposta baseada no sorteio dos lotes “pela cumbuca”, que segundo eles, constituía-se como alternativa mais democrática de distribuição. É nesse contexto, relacionado ao momento de distribuição da terra, que houve uma manifestação mais evidente das divergências de interesses, sobretudo quanto às discordâncias internas da classe, revelando a sua heterogeneidade. Esta discordância baseava-se numa compreensão comum de que existiam faixas ou áreas melhores do que outras, no que diz respeito à fertilidade da terra e ao acesso a água, conforme é narrado pelo Sr. Francisco de Sales, quando ele afirma que “é porque eles queria pegar terra boa, né, que era boa de água também”. Pela imagem que se segue é possível visualizar

com mais clareza os contornos da divisão em três partes, conforme proposto por um grupo de pessoas ligadas à coordenação do assentamento, naquele momento em que ele estava sendo criado.

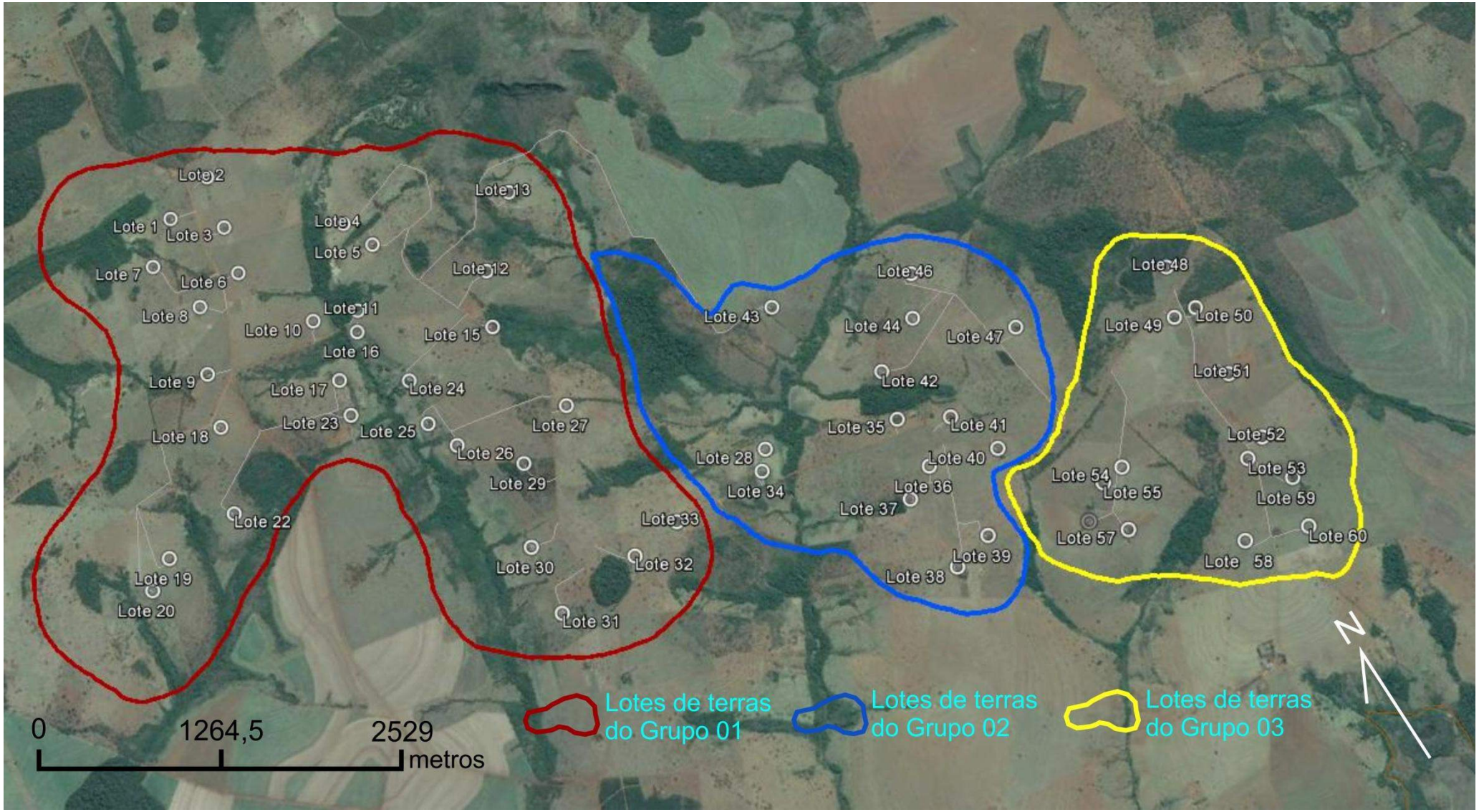


Imagem 04: Fotografia aérea da área de localização do Projeto de Assentamento Engenho de Serra e seus respectIvos grupos de lotes de terras segundo a delimitação proposta como divisão inicial da terra entre as famílias acampadas. . Elaboração: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2015. Fonte: Software Google Maps. Imagens de 08/03/2013.

A delimitação de áreas apresentada na imagem era uma proposta inaceitável de divisão das terras, conforme indicado pela Dona Catarina de Sena. Por isso, tornava-se importante lutar por uma distribuição que fosse alternativa às imposições dos coordenadores. Sendo assim, quando recorreram à advogada do Movimento para que ela apoiasse e legitimasse a realização do sorteio, ela então afirmou que "não... Não existe esse negócio de lote assim não. O lote vai ser dividido na cumbuca. Aquele que tirar é a sorte". E, mesmo depois desta orientação do Movimento, houve resistência dos que não concordavam com a advogada e, por isso, protelavam o sorteio. Essas discordâncias revelam ainda mais a existência de tensões e conflitos entre os acampados, pois segundo a Dona Catarina de Sena, no que se refere à posição dos coordenadores, "Assim mesmo o povo num queria, num queria, num queria. Ficou uns três mês ainda, sabe? Aí, a Marilda sempre mexendo... Quer... Num aceita, num aceita por grupo, é na cumbuca, vai da sorte." Porém, depois do sorteio realizado, a disputa não cessou, já que a manipulação na leitura do mapa de localização das faixas de terra tornou-se um recurso e uma estratégia para prevalecer o interesse dos membros da associação e seus apoiadores, que ainda queriam se apropriar dos lotes pertencentes à área que eles mesmos intitularam de faixas de terra do grupo dois. Isso fica evidente quando a Dona Catarina de Sena fala a respeito da inexatidão em localizar o lote de número 35, que foi sorteado para ela, pois "Aí, vai daqui, vai dali, eles num queria aceitar. Pelo mapão, eles não quis aceitar que isso aqui era meu, né. O meu era lá na saída, o primeiro lote de lá pra cá."

A escolha por terra boa e muita água também vinha associada a outros interesses, que eram relacionados ao morar próximo (localmente) dos parentes, sendo o caso daqueles que queriam a distribuição por grupo, conforme é mencionado na fala da Dona Catarina de Sena ao relatar que "Então ela queria tirar só pros querido dela, pra família dela", ou seja, as pessoas que rejeitavam a proposta do sorteio possuíam a intenção de construir uma relação de vizinhança baseada nas relações de parentesco. Essa escolha de morar próximo de um ou de outro parente indica a necessidade de se manter, no tempo presente, aquelas relações advindas do passado, no sentido de que uma terra boa não se constitui, por si só, o único fator que influencia uma decisão na vida dos sujeitos integrantes dos movimentos de luta pela terra. No entanto, a qualidade da terra tem o seu papel e seu peso no conjunto de fatores que o sujeito elege como preponderantes para

direcionar e modelar a qualidade das relações que deseja estabelecer. É dessa maneira que no lugar as relações do tempo presente vão sendo clivadas pelas experiências sociais do passado, pois elas integram ativamente os conflitos e disputas internas à classe.

A divergência de interesses revela as fraturas da unidade de classe e das cumplicidades nas relações de vizinhança que existiam no acampamento, e que emergiram mais fortemente no contexto da utilização do conhecimento espacial como forma de se justificar o desejo pela terra, que vai sendo traduzido como um desejo pelo lugar. Desse modo, o lugar é uma realidade produzida a partir da relação do homem com a terra e com os outros homens, numa simultaneidade de circunstâncias e de experiências sociais que se articulam modelando os conflitos e dando contornos espaciais e históricos ao jeito de se modelar culturalmente os interesses e a realidade. Isso demonstra que as famílias não querem se relacionar com outros lugares e com o mundo a partir de uma terra qualquer ou de relações aleatoriamente construídas no cotidiano do acampamento. Elas possuem desejos e intenções que foram sendo construídas e moldadas em práticas do passado, de modo que no presente a reprodução de tais práticas é submetida (delimitadas) aos limites espaciais do lugar. Estes se compõem basicamente pela divergência interna entre os sujeitos da classe e pela existência de faixas de terras mais ou menos férteis, e que são reconhecidas socialmente como tais. Assim, os sujeitos estão submetidos à decisão do coletIvo, que não é algo previamente dado, elaborado e imposto segundo a decisão dos órgãos governamentais ou dos dirigentes do Movimento que eles integram, pois no caso do P.A. Engenho de Serra, os acampados só recorreram à advogada do MLST depois que não conseguiram chegar ao acordo de como distribuir a terra.

Diante de tal realidade é possível compreender que as relações que definem a apropriação da terra estão mediadas e modeladas por um forte conteúdo cultural, composto por experiências sociais baseadas no parentesco e no conhecimento sobre o que é terra boa, e que derivam de práticas materializadas no passado e que se manifestam no presente como mecanismos de orientação da democracia e do direito no modo de distribuir a terra. Porém, os questionamentos não desapareceram em virtude da realização do sorteio e distribuição dos lotes, o que indica a permanência de conflitos ligados ao desejo pela terra. De acordo com a Dona Catarina de Sena, a incorreta interpretação da localização dos lotes tornou-se uma

estratégia empregada pelos sujeitos ligados à associação para conquistarem a terra desejada. E o modo com que resolveram esta divergência de interpretação demonstra o quanto os assentados possuem autonomia para estabelecerem o conflito e também resolvê-lo sem ter que constantemente recorrer ao Movimento do qual eram integrantes. Sendo assim, é possível perceber que as experiências relacionadas ao conhecimento espacial, que se fez presente no modo de vida das famílias, compareceram ativamente nos conflitos entorno da distribuição da terra, tornando-se elementos mediadores das relações sociais no tempo presente, pois conforme se pode analisar sobre o relato apresentado pela Dona Catarina de Sena e pelo Sr. Francisco de Sales, o desejo pelo lugar é construído através de um conhecimento espacial formado culturalmente por experiências comuns e compartilhadas socialmente.

O aparecimento da disputa em relação às áreas de terra boa indica a existência de um conteúdo social e cultural que não pode ser explicado a partir da ideia de experiência, conforme analisada por Tuan, Relph e Buttimer, bem como por outros autores que ampliam e desenvolvem as teorias de estudo do lugar a partir de uma determinação da consciência e da dimensão psicológica sobre a realidade. O reconhecimento coletIvo a respeito da existência de quais eram as melhores terras da fazenda e onde elas estavam localizadas, envolve um conhecimento espacial que não foi produzido simplesmente pela experiência ligada à corporeidade. Conforme já analisado, para alguns autores da nova Geografia Cultural não existe uma realidade comum e compartilhada, pois o que de fato existe de comum entre os indivíduos é apenas a sensibilidade em captar o real, sendo que, conforme é analisado por Tuan "Duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem a mesma avaliação do meio ambiente"[331]. Ora, o que essa teoria contribui para explicar o conhecimento comum que as famílias possuíam a respeito do que era e onde se localizavam as melhores terras do assentamento? Não é possível desconsiderar o passado e as experiências sociais ligadas a ele, como era o caso do desejo pelo lugar construído também a partir das relações de parentesco e de vizinhança.

[331] TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Op. Cit. p. 6.

As evidências mostram que existe um conhecimento cultural compartilhado socialmente, que não pode ser explicado por teorias que reduzem a relação com o lugar à nuclearidade da consciência, onde, segundo algumas teorias fenomenológicas, são consolidados os sentimentos de afetividade, de enraizamento e de pertencimento, que orientam as ações do homem no espaço. Os conflitos por terra boa contrariam essa lógica, pois eles estão transpassados por dimensões sociais muito mais amplas, que se desenvolvem a partir da imbricação entre experiências sociais do passado e do presente numa articulação contínua que se materializa culturalmente pelos modos de vida, orientando os desejos e as ações do homem no espaço e no lugar. Dessa maneira, o fato de quererem articular a divisão dos lotes, de modo que possam aglomerar os membros da família numa mesma localidade (enquanto vizinhos), não está relacionada à questão da afetividade, enraizamento ou pertencimento. Esse aglomerado coaduna ao fortalecimento de alianças políticas a serem estabelecidas naquele lugar que se constituiu, desde o início, como o lugar do conflito e da disputa.

No Projeto de Assentamento Renascer os conflitos relacionados à divergência de interesses evidencia a existência dessa dimensão mais ampla entre experiências sociais do passado e do presente na constituição do lugar. Enquanto aguardavam a terra, os acampados percorriam as extensões da fazenda e observavam quais áreas possuíam terra boa, com solo fértil e abundância de água. Na realidade, o desejo por uma ou outra área ia sendo construído por uma relação entre presente e passado, naquilo que era concreto e possível de ser conquistado – que era uma terra boa, localizada na parte mais baixa da fazenda – e naquilo que traziam culturalmente pelas experiências sociais. De acordo com a Dona Fátima de Jesus:

> **Dona Fátima de Jesus:** Ele (o esposo Sr. João da Cruz) saia, né. Às vezes, a gente tava lá no acampamento. E ele falou assim, um dia, pra mim:
> **(João da Cruz):** “Vamo lá... Lá pescar?”
> **Dona Fátima de Jesus:** Aí, nóis viemo, né. Pegamo umas varinha... E num pegou nada (de peixe). E falou assim:
> **(João da Cruz):** “Nossa, Fátima de Jesus, olha aqui o canavial... Mas essas cana aqui é boa”.
> **Dona Fátima de Jesus:** Eu falei assim: É? Eu falei assim: você num cansou de cortar cana lá na Triálcool, não? (risos) Ainda tá pensando em cana? Eu falei desse jeito. A gente foi o último a ser sorteado. Aí, a mãe do Maximiliano Kolbe, do Maximiliano Kolbe, pegou... Cada um pegava e dava (bilhete de sorteio do lote)... (faz um gesto com o dedo indicador) eu ficava vendo. Eu sou muito observadora. Aí, tava lá numa vasilha, lá... Um vinha e dizia:

> **(Pessoa que participou do sorteio para receber o lote):** “Esse eu não quero, né”.
> **Dona Fátima de Jesus:** Saía lá na serra. Aí, nossa! Eu num queria sair na serra, né. Eu pensava... Aí, vei a mãe do Maximiliano Kolbe. Ela era a penúltima e ela fez *tchum:* e caiu o papelzim lá no cantim da vasilha, né. Aí, ela saiu lá na serra. Aí, a hora que... Aí o rapaz, o moço falou assim:
> **(Pessoa que participou do sorteio para receber o lote):** “Não... É... Num precisa nem de você pegar (o bilhete). A gente mesmo vai abrir”.
> **Dona Fátima de Jesus:** Aí...
> **(Pessoa que participou do sorteio para receber o lote):** “Ah! cêis saiu no catorze”.
> **Dona Fátima de Jesus:** Aí, eu brinquei assim, com o João da Cruz: nóis saiu com o número do gato, né (risos). Aí, ele falou assim:
> **(João da Cruz):** “É nas cana!” (risos).
> **Nelson:** Vocês queriam que saísse aqui (nesse lote)?
> **Dona Fátima de Jesus:** Ele vei me mostrar, né. Outras pessoas queria sair aqui. Mas eu num queria ir pra serra, né. Na serra eu num queria.
> **Nelson:** E porque a senhora não queria ir pra serra?
> **Dona Fátima de Jesus:** Porque pra ir pra serra tem que ir mais pra lá, sabe? Tem que subir. Nossa! É ruim, é difícil.
> **João da Cruz:** Eu num queria que saísse não, sabe? Queria que saísse em algum lugar. Se Deus quiser, Nossa Senhora vai me iluminar que vai sair num canto qualquer, né. Eu quero que sai... Eles abriu e saiu lá no... Eles falou:
> **(Pessoa que participou do sorteio para receber o lote):** “Saiu lá no catorze, lá... No lote catorze”.
> **João da Cruz:** Aí... Mais o lote catorze é lá nas cana, né, que é aqui. Eles acharam... Arregalaram o ôi (olho) desse tamanho. Até hoje. Até hoje eles num é satisfeito, não. Inclusive eu brinco com eles, sabe? Assim... Eu falo assim pra eles: num sei o quê que cêis tá achando, porque eu peguei restôi (último lote sorteado). Eu fui o último, né?
> **Nelson:** Mas, já propuseram trocar (o lote) com o Senhor?
> **João da Cruz:** Já... Na mesma hora, lá (do sorteio), queriam que eu fosse lá pra serra. Eu falei: eu num vou não, eu num sou louco.
> **Nelson:** E por que o Senhor não quis ir lá pra serra, lá?
> **João da Cruz:** Porque lá é só campo e num dá nada (não produz nada). Você plantou milho... Eu vi, eles plantou milho lá e ficou desse tamanzinho (gesto), os pezinho. As melanciinha, lá, ficou desse tamanzinho, assim (gesto e risos). Num presta não, só pra pasto, mesmo. E eu... De jeito nenhum. Eu quero chão que dá as coisa, né.[332]

A Dona Fátima de Jesus relaciona o desejo do Sr. João da Cruz com a experiência que ele possuía em trabalhar cortando cana para uma usina de álcool, localizada no município de Ituiutaba. Ou seja, o entendimento do Sr. João da Cruz sobre o que era terra boa estava relacionado às experiências que tivera enquanto cortador de cana. Se aquela porção de terra da fazenda a ser desapropriada possuía canas tão bonitas quanto às do tempo em que ele trabalhava na usina, é porque a terra ali era tão boa quanto àquela, sendo, portanto, propícia ao cultIvo. Assim, é possível interpretar na fala da Dona Fátima de Jesus a relação entre presente e passado, naquilo que havia se formado noutros tempos, mas que estava

[332] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. João da Cruz (63 anos) e Sra. Fátima de Jesus (57 anos), moradores do P.A. Renascer, no dia 04/09/2014.

sendo manifestado conforme as possibilidades do presente, daquilo que o local oferecia enquanto potencialidades. Sendo assim, uma das expectativas em torno do sorteio devia-se à possibilidade de se receber um lote que fosse de fácil acesso e que possuísse terra fértil, o que excluía de suas preferências aquelas áreas localizadas no alto da serra, conforme se pode ver a partir da imagem 05.

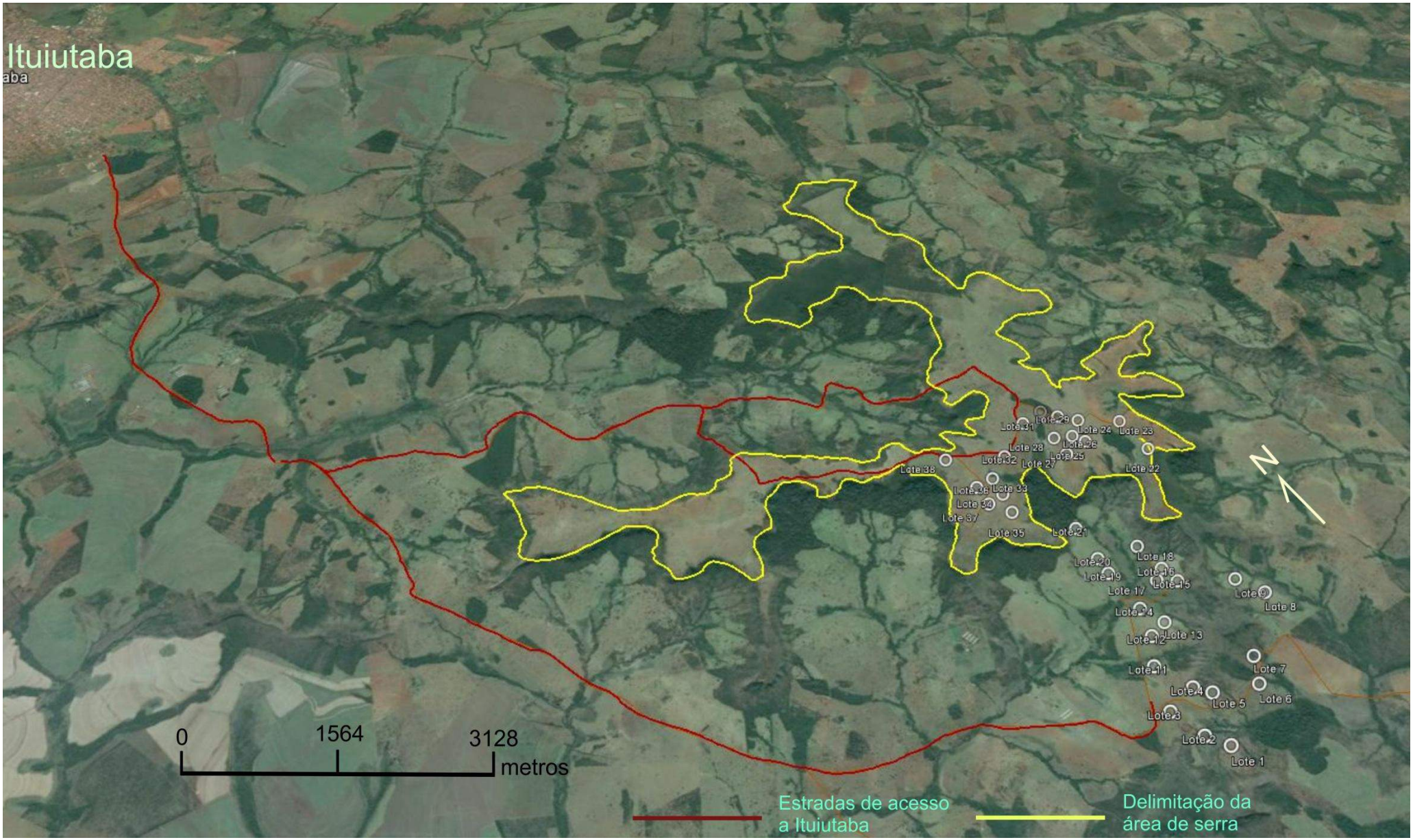


Imagem 05: Fotografia aérea da área de localização do Projeto de Assentamento Renascer, delimitação da área de serra e estradas de acesso a Ituiutaba. Elaboração: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2015. Fonte: Software Google Maps. Imagens de 08/03/2013.

Apesar de num primeiro momento o Sr. João da Cruz discordar de sua esposa, sobre o fato de que não importava a localização do lote sorteado, ao longo de sua fala ele foi evidenciando que o desejo de ser iluminado por Deus e Nossa Senhora estava orientado conforme a preferência de ser contemplado com uma faixa de terra que não estivesse situada na parte alta da serra. Lá, conforme ele mesmo foi apresentando, a produção de certos alimentos é dificultada em virtude da baixa fertilidade da terra, naquilo que ele afirma ter presenciado quando diz que "eles plantou milho lá e ficou desse tamanzinho (gesto), os pezinho. As melanciinha, lá, ficou desse tamanzinho". Além disso, segundo a sua esposa, Dona Fátima de Jesus, o alto da serra era e ainda é de difícil acesso por conta das estradas que ligam aquela localidade à cidade de Ituiutaba. Na imagem 05 é possível ver a ligação entre as estradas do P.A. Renascer e destas com a área urbana do município. Conforme a delimitação das estradas, as terras localizadas na área de cima da serra estão praticamente isoladas daquelas situados na parte baixa do assentamento.

Considerando as peculiaridades locais do P.A. Renascer e a resistência dos acampados a respeito da possibilidade de serem sorteados com uma parcela de terra localizada no alto da serra, seria muito utilitário consentir com uma forma de distribuição que lhes reduzisse as chances de receber um lote naquela localidade. Se no caso do Projeto de Assentamento Engenho de Serra o sorteio se constituiu como o único mecanismo no processo de distribuição da terra, no Projeto de Assentamento Renascer a estratégia foi permitir que alguns lotes, localizados na serra, fossem ocupados antes que o sorteio ocorresse. Com isso, os acampados reduziriam ao máximo as chances de serem sorteados com uma área naquela localidade. Na entrevista realizada com o Sr. Felipe de Cesaréia e a Sra. Maria Goretti, eles afirmaram que:

> **Nelson:** E as outras pessoas, no dia do sorteio, que receberam os lotes? Na hora que ia sendo sorteado, as pessoas ficavam decepcionadas ou alegres?
> **Ivo:** Não... É... Esse negócio de assentamento, você ficar, por exemplo... Igual: nós ficamos um ano e tanto debaixo dos barraco, quase dois. Eles fica alegre (com o lote recebido). Assim...
> **Maria Goretti (esposa):** Porque não tinha nada, né.
> **Ivo:** Entendeu? Então, eles já sabe, eles num... O Ivan, meu irmão... Três pessoa, quando tava acampada, resolveu ir lá pra cima da serra. Aí, eu fui lá visitar... Na hora que eu cheguei lá na porteira, assim, que eu olhei, falei: Gente, quem pegar essa terra aqui, tá ferrado. E sobrou pra mim (risos).
> **Maria Goretti (esposa):** E hoje ele tá feliz (risos).

> **Ivo:** E hoje eu sou feliz (risos). Entendeu? Então, quer dizer, eles escolheu (o lote na serra). Eles num foi pra sorteio, não. Eles foi lá e escolheu lá em cima, onde eles queria ficar.
> **Maria Goretti (esposa):** É... Na hora que foi feito esse sorteio, que nóis falamo da cumbuca, aí, tinha conversado antes. Se as três pessoa que já estavam lá (na serra), que já tinha escolhido o lugar, se todos autorizava eles já ficarem lá e não colocar o nome deles no sorteio. Então, todos, como entraram num acordo, deixaram. Aí, foi onde aconteceu.
> **Ivo:** Porque você põe na cabeça o seguinte: você tem que ficar alegre ou tem que aguardar o INCRA ir lá dividir, e sortear.
> **Maria Goretti (esposa):** Depois de três anos, né.
> **Ivo:** Depois de dois ano (no acampamento), aí, o INCRA vinha mais uns três ano pra frente. Uai, você tem que ir alegre, né. Nós já fizemos tudo.[333]

É possível perceber na fala do casal que o nível de satisfação das pessoas em relação ao lote recebido estava associado ao tempo de espera vivido no acampamento, pois a autonomia que eles possuíam em relação ao INCRA, por agilizarem o processo de distribuição dos lotes, certamente justificava a alegria dos que estavam recebendo a posse das terras, as quais nunca tiveram a oportunidade de possuir. Por outro lado, os entrevistados mencionam que poderia ser desvantajoso receber uma faixa localizada na serra, o que também corroborou para que os acampados consentissem em permitir que as três pessoas, que já haviam ocupado os lotes naquela parte mais alta da fazenda, não participassem do sorteio. E mesmo assim, ainda havia a probabilidade das pessoas não ficarem satisfeitas com a distribuição, pois aqueles lotes “vagos” na serra tiveram de ser adicionados ao sorteio.

Na primeira parte da entrevista, acima transcrita, o Sr. Felipe de Cesaréia e a Sra. Maria Goretti não demonstraram qualquer insatisfação em ter recebido uma parcela de terras em cima da serra, apesar de que eles reconheciam que lá não era lugar de terra boa. Porém, considerando-se os embates ocorridos na distribuição dos lotes no P.A. Engenho de Serra, conforme o relato da Dona Catarina de Sena, bem como as propostas de troca de lotes, conforme narrado pelo Sr. João da Cruz e a Dona Fátima de Jesus, moradores do P.A. Renascer, alguns questionamentos foram sendo postos durante as entrevistas para que as situações conflituosas, decorrentes do sorteio, fossem mencionadas, no sentido de se avaliar melhor a dimensão das relações que fazem parte da heterogeneidade da classe e dos processos que orientam os sujeitos na organização e construção do lugar. Sendo

[333] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Felipe de Cesaréia (55 anos) e Sra. Maria Goretti (51 anos). Op. Cit.

assim, na entrevista com o Sr. Maximiliano Kolbe, algumas pistas puderam ser encontradas a respeito da divergência de interesses.

> **Nelson:** Aí, no dia que foram... Que dividiu as terras, aqui, que foi repartir um lote pra cada acampado que estava lá, como é que foi isso? Como é que aconteceu?
> **Maximiliano Kolbe:** Nóis mesmo fez o sorteio. Chamou uns cara lá de Itiuiutaba. Inclusive, até o José Operário (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba) teve nesse dia. Uns cara lá da polícia... Aí, nóis foi fazer o sorteio. Foi tudo em sorteio aqui. Dividimos os quarenta lote em sorteio. Ninguém teve privilégio. Pegamo só os cara de fora: o José Operário, ele (o outro que era policial), pra num pegar tudo daqui pra num ter problema, porque sempre tem alguém que fala, né:
> **(Pessoa que vai receber o lote por sorteio):** "Ah! pôs o cara lá pra ele ser beneficiado".
> **Maximiliano Kolbe:** Aí, fizemos o sorteio e tudo beleza. Fizemos uma festa no dia. Foi a maior maravilha. Ninguém reclamou do lote, de quem pegou seu lote, ninguém reclamou. Até hoje não teve problema nenhum.
> **Nelson:** E o pessoal que recebeu o lote na serra, lá? Será que eles ficaram satisfeitos?
> **Maximiliano Kolbe:** Não. O que eu acho que ficou assim... Num é assim, contrariado. Mas, ele tinha uma vontade de sair aqui embaixo era o vice-presidente (da associação), o Ivo. Ele até um dia ficou chateado porque ele saiu lá em cima. Teve uns que achou bão, bateu palma, né. Mas, tirando disso, aí ele foi pra lá e diz ele que não tem nada contra lá não. Diz ele que graças a Deus. Agora tá bem, já organizou os trem dele.
> **Nelson:** Mas, tem diferença, assim... De lá ser pior, ou aqui a terra ser melhor?
> **Maximiliano Kolbe:** Não. O que ele questionava era... É porque lá... Aqui não, aqui cê chega aqui... Tá passando. Toda hora tá passando alguém. Tem muito movimento na frente. E lá, não. Lá, se cê fala: eu vou no assentamento, você vai no assentamento. Cê tem que ir lá e voltar. Você não segue pra frente. Aí, ele, na época, ele mexia com catira, sabe? Compra bezerro, boi. E aí ele achava que lá em cima ia ser mais ruim pra ele, porque não tinha tanto acesso (às estradas principais do assentamento). Se o cara quisesse... Quer ir no assentamento, ele tinha que só ir e voltar. Aqui, não. Aqui você rodeia os assentamento tudo, vai pras fazenda lá na frente. Era só isso o problema dele.[334]

O Sr. Maximiliano Kolbe menciona a presença de algumas pessoas de fora do acampamento naquele dia em que houve o sorteio. Segundo ele, esses visitantes estavam ali para conferir imparcialidade ao processo, pois se os próprios acampados e apenas eles organizassem aquele momento, alguém poderia dizer "Ah! pôs o cara lá pra ele ser beneficiado". Em sua fala fica evidente a presença da desconfiança dos beneficiários e do iminente conflito que existia entre eles quanto ao processo de distribuição da terra. Os acampados sabiam muito bem quais lotes possuíam terra boa e, além disso, também conheciam a índole dos companheiros de luta a ponto de certamente pensarem na possibilidade da manipulação do resultado.

[334] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Maximiliano Kolbe (49 anos). Op. Cit.

Por isso, a presença de um vereador (José Operário) e de um policial de Ituiutaba, era uma garantia para os acampados de que o sorteio seria um processo transparente e imparcial. E assim, o relato do Sr. Maximiliano Kolbe desemboca na ideia de que todos ficaram satisfeitos com o resultado, afirmando que "Aí, fizemos o sorteio e tudo beleza. Fizemos uma festa no dia. Foi a maior maravilha. Ninguém reclamou do lote, de quem pegou seu lote, ninguém reclamou. Até hoje não teve problema nenhum".

Porém, quando responde à pergunta relacionada à insatisfação daqueles que receberam o lote na serra, o Sr. Maximiliano Kolbe apresenta o caso do vice-presidente da associação do assentamento. Segundo ele, o Sr. Felipe de Cesaréia teve sua expectativa frustrada, já que a localização da terra recebida não iria favorecer o exercício de sua profissão de vendedor e comprador de gado bovino. Sua fala denota o quanto as práticas profissionais exercidas no passado também influenciaram nas decisões do presente, daquele companheiro de luta. Na realidade, tais práticas estavam ativas no presente e, sendo assim, compareciam no jogo das relações como uma força cultural integrante dos modos de vida, os quais atuavam no sentido de modelar a história do presente e a dinâmica do lugar. Diante dessa realidade, como é possível considerar que a memória e a experiência sejam recursos inúteis ao migrante, conforme é proposto por Milton Santos[335]? É possível pensar num rompimento radical entre passado e presente no estudo do lugar? As relações de parentesco, contidas na trajetória de vida dos moradores do P.A. Engenho de Serra, bem como a importância da profissão dos sujeitos do P.A. Renascer, no que se refere ao caso do Sr. João da Cruz, por ter trabalhado cortando cana, e do Sr. Felipe de Cesaréia, que comercializava gado bovino, indicam que o passado não se constitui como uma espécie de "consciência congelada, provinda com ele (o migrante) de um outro lugar"[336]. As experiências sociais que se manifestam no presente correlacionam-se com a história de vida dos sujeitos que se tornaram assentados, pois eles lutam para escolher o seu destino, considerando suas trajetórias, suas práticas, suas vivências, com o intuito de redimensionar a

[335] Relembrando o que já foi analisado no tópico anterior a este, segundo Milton Santos "No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação. Para os migrantes, a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana". SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. Op. Cit. p. 328.

[336] SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. Op. Cit. p. 330.

própria história, ou seja, utilizam de sua cultura para modelarem os seus modos de vida e o lugar que estão sempre a construir no momento presente por uma conexão ininterrupta e constante com o passado. Isso fica ainda mais evidente quando os conflitos derivados da divergência de interesses vão sendo mencionados na fala dos sujeitos. A partir da entrevista com o Sr. Felipe de Cesaréia e sua esposa Sra. Maria Goretti, transcrita adiante, foi possível perceber como as experiências profissionais vividas no passado – considerando a importância de receberem um lote num local de melhor acesso às estradas – são defendidas a partir de estratégias aplicadas no presente.

Nelson: Como aconteceu a divisão, essa distribuição dos lotes, aqui?
Ivo: Aí, nós chamamos um povo da prefeitura, chamamos um oficial de justiça, chamamos um policial pra eles fazer o sorteio. Pra não ficar tudo sobre nóis e o povo falar assim:
(Pessoa que vai receber o lote por sorteio): "Fulano ficou com lote...".
Ivo: Ficou não. E, pra ter uma ideia, eu e o Maximiliano Kolbe (Maximiliano Kolbe) nóis queria escolher o lote. Mas, deu uma confusão. Nóis vai tudo pra cumbuca. Nóis não participou do sorteio, lá. Quem foi (que organizou), foi outra turma. Foi o José Operário do Sindicato (Vereador). Então, quer dizer, foi tudo na cumbuca. Não teve negócio de privilégio, num teve nada não. Você ver, que eu, se eu fosse escolher o lote eu ia ficar lá embaixo. Eu fiquei vinte e seis quilômetros de distância lá da sede.
Nelson: Porque vocês tinham o direito de escolher o lote?
Ivo: Quem correu atrás foi eu e o Maximiliano Kolbe (Maximiliano Kolbe).
Maria Goretti (esposa): Eles num tinham salário (Presidente e vice-presidente da associação). Eles ficaram a vida por conta disso (no acampamento).
Ivo: Então, quer dizer: nós que bancamo as pessoas. Nóis tinha o direito de arrumar ao menos uma terra melhor, né. Não! Fomos tudo pela cumbuca.
Nelson: Porquê que você acha que as pessoas iriam escolher os lotes? Isso daria confusão?
Ivo: É porque é o seguinte: chão... Um fica menor um pouquinho, um fica maior... Um tem água, você sabe? Um tem uma represa o outro num tem. Ele tem uma terra melhor, a outra não tem. Até falar: vamos escolher? Aí, sai morte. Porque o assentado, ele não... Ou... Ele pode pegar um lote bão aqui. O outro dele também é bão. Mas, ele fica de olho no seu. Então, a melhor coisa que tem é sorteio.
Maria Goretti (esposa): Mas, a vantagem do Maximiliano Kolbe (Maximiliano Kolbe) mais o Ivo, que é os coordenadores, que eles sempre procuraram ter harmonia. Como ele te explicou, aqui, ele procurou levar tudo pra cumbuca pra não ter confusão, não ter nenhum atrito entre as pessoas, porque tem pessoas de vários estilos, assim, né. Você sabe. Então...
Ivo: Só pra você ter um argumento: Eu ia escolher... Se eu fosse escolher eu ia escolher o lote dois (número 2), que é perto da sede. O dia do sorteio, porque nesse caso aí que eu pus minha filha, ela num tava concorrendo. Só, que lá faltou gente (pra receber o lote), que num passava (na seleção do INCRA), aí ela pegou chão. Aí, na hora que foi sortear nós foi um dos último. Ela pegou lá em cima (na serra). Ela olhou pra mim:
(Filha do Sr. Felipe de Cesaréia): "O Senhor num tá satisfeito, num é pai?".

> **Ivo:** Eu num queria lá em cima. Aí, passou um pouco, o meu saiu ao lado do dela. Pertinho. Graças a Deus! Eu tô onde é que Deus me pôs, e eu tô satisfeito.[337]

Esse trecho da entrevista explica melhor o motIvo da presença do oficial de justiça, dos servidores públicos da Prefeitura, do policial e do vereador (também presidente do sindicato) no dia do sorteio. As evidências indicam, como já foi mencionado, que os acampados desconfiavam do próprio sorteio, temendo uma possível manipulação dos resultados, pois havia surgido uma confusão por conta dos coordenadores da Associação do assentamento recém-criado (Sr. Maximiliano Kolbe e Sr. Felipe de Cesaréia) terem manifestado a proposta de que "eu e o Maximiliano Kolbe (Maximiliano Kolbe) nóis queria escolher o lote. Porém, deu uma confusão", e tiveram que aderir ao sorteio e se submeter às mesmas regras que os demais acampados. Eles legitimavam o direito de escolha porque estavam à frente da coordenação do acampamento, ainda mais que segundo o Sr. Felipe de Cesaréia "nós que bancamo as pessoas. Nóis tinha o direito de arrumar ao menos uma terra melhor". Nesse sentido, a intenção dos primeiros coordenadores da associação do P.A. Renascer aproxima-se da pretensão dos coordenadores do P.A. Engenho de Serra, de utilizarem a ideia de direito legítimo de poder escolher os melhores lotes do assentamento, sendo que ambas as intenções estavam orientadas conforme o reconhecimento local da existência de terra boa e condicionadas por experiências sociais vividas no passado e reproduzidas no presente, seja pela necessidade de morar perto de pessoas conhecidas para facilitar as relações de parentesco e as articulações políticas, seja pela possibilidade de continuar exercendo uma profissão de longa data.

O sorteio não encerrou as estratégias para poderem conseguir a terra desejada. Enquanto no P.A. Engenho de Serra um grupo tentou manipular a leitura do mapa para poder conquistar terra boa, as táticas no P.A. Renascer foram outras. Conforme o relato do Sr. João da Cruz, muitas pessoas ficaram incomodadas dele ter sido contemplado com um lote localizado no pé da serra, onde inclusive havia uma represa e solos férteis e úmidos. E quando perguntado a respeito da intenção dos demais em realizar uma troca de lote, ele afirmou que "Já... na mesma hora lá (do sorteio) queriam que eu fosse lá pra serra". E rapidamente ele manifestou sua

[337] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Felipe de Cesaréia (55 anos) e Sra. Maria Goretti (51 anos). Op. Cit.

aversão sobre a possibilidade da troca, dizendo que “eu num vou não, eu num sou louco”, reforçando que não tinha nenhum interesse em ter sido sorteado com uma terra localizada naquela parte mais alta. Desse modo, a forma utilizada pelas famílias para convencê-lo da troca, consistiu na apresentação de alguns pontos negatIvos sobre aquela faixa de terra que ele recebeu, no intuito de causar medo à sua esposa, para que ela entendesse que era desvantajoso morar naquele lote. Segundo a Dona Fátima de Jesus, “Aí falavam assim pra mim: “Lá tem cobra muito grande...” E falava né... As pessoas falavam pra mim, quem queria ter saído aqui.” Essa situação indica a existência de mecanismos de coação como forma de convencimento, bem como revela a insatisfação daqueles que não foram contemplados com um pedaço de chão na parte de relevo mais baixo da fazenda.

A pressão psicológica advinda do uso de argumentos que poderiam causar medo no Sr. João da Cruz e na Sra. Fátima de Jesus não eram as únicas estratégias empregadas para forçar as pessoas a trocarem de lote. Havia também outras formas de negociação, o que ratifica a insatisfação com o resultado do sorteio. E já que não podiam admitir a existência de manipulação em virtude da maneira como o processo foi realizado, a proposição de trocas tornava-se a saída mais adequada para reverter o resultado e conquistar a terra desejada. Noutra parte da entrevista, o Sr. Maximiliano Kolbe relatou a respeito do seu forte desejo de ter sido contemplado com o lote de número 15, localizado à beira da serra. Segundo ele:

> **Nelson:** Aí... Esse lote que saiu pra você por sorteio, você preferia outro lote, ou era esse mesmo?
> **Maximiliano Kolbe:** Eu tinha um sonho. Era um lote que tem lá em cima, beirando a serra... Sempre a gente andava, sempre eu falava: eu vou sair nesse lote. E na época que nóis saiu, eu até fiz proposta pra muié (assentada que saiu com o lote pelo sorteio). Pagava um punhado de coisa pra ela. Ela num quis, mas foi até bão, porque a gente, nessa época, a gente pensava (em conquistar aquele lote). Mas, depois, por causa da energia... Porque se eu tenho esses dois minino, se eu... Ficasse no escuro com esses muleque, até hoje, eu, pensando bem, a gente podia até ter desistido, né. Porque é sofrido você ver dois muleque desse aí, todo dia lá, sem fazer nada em casa. Aqui, não, pelo menos tem energia, tem televisão, eles fica ali entretido com os brinquedo deles, ali.[338]

Em seu relato é apresentada a situação de que não bastava receber um lote fora da área alta da serra. Dentre aquelas faixas que estavam na parte baixa da

[338] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Maximiliano Kolbe (49 anos). Op. Cit.

fazenda, havia um chão que certamente teria escolhido para si, caso os acampados tivessem aceitado passivamente que o Sr. Maximiliano Kolbe e o Sr. Felipe de Cesaréia selecionassem a terra conforme o local desejado. Como o Sr. Maximiliano Kolbe teve, obrigatoriamente, de se submeter ao sorteio, restou-lhe a alternativa de negociar com a beneficiária do lote almejado, a qual recusou o seu pagamento e sua proposta. Na época, o Sr. Maximiliano Kolbe não se preocupava com as vantagens de se morar numa terra próxima à sede da fazenda, onde se localizava o lote recebido por sorteio. O importante era ter a posse de uma terra boa. Porém, à medida que permaneceu morando no lote conquistado, foi percebendo as vantagens de não ter concretizado aquela negociação com a dona do lote de número 15, além de que passou a reconhecer as desvantagens de se morar numa terra mais distante da sede e sem acesso à energia elétrica, que não era uma estrutura existente na maioria das áreas do assentamento.

Conforme a entrevista da Sra. Bernadete Soubirous, o Sr. Maximiliano Kolbe insistiu muito para que ela desistisse do lote e aceitasse receber o que havia sido sorteado para ele, ou mesmo entregasse a posse da terra por não conseguir morar no assentamento. Segundo a Sra. Bernadete Soubirous:

> **Bernadete Soubirous:** Quando eu vim praqui, que ele (o Maximiliano Kolbe) viu que eu saí com o lote, eu já saí, gente, assim sem nem querer. Foi o dia que eu tava mais triste na minha vida, que eu vi meu filho tão ruim. Meu filho já tava ficando só deitado, nem levantando ele tava. E eu que tava dando banho nele. Aí, eu já nem queria mais (o lote). Eu fui e olhei assim, sabe? Aí, ele (o filho) falou:
> **(Filho da Bernadete Soubirous):** "A senhora vai. A senhora vai, sim, mãe".
> **Bernadete Soubirous:** Aí eu fui. Coloquei... Na hora que saiu meu nome, a hora que eu levei a mão, assim (faz um gesto), na hora que eu tirei, saiu o número 15 – eles já sabia tudo de cor qual era os lote bom, que eles já tinha medido – aí, ele (o Maximiliano Kolbe) falou assim:
> **(Maximiliano Kolbe):** "Ah, nortista! Você saiu com o melhor lote".
> **Bernadete Soubirous:** Eu falei: não, eu orei ao melhor Deus... Aí, ele (o Maximiliano Kolbe) falou:
> **(Maximiliano Kolbe):** "Nortista, eu te dou uma vaca e um bezerro novo. A vaca parida em troca e o lote de volta".
> **Bernadete Soubirous:** Aí, eu olhei bem pra ele, assim, tava no mei de todo mundo. Aí, eu falei assim: Maximiliano Kolbe; Vou te falar só uma coisa: se fosse uma coisa que salvasse a vida do meu filho... Não, nesse dia eu num falei, não. Eu falei: se eu tivesse essa intenção de vender, eu nem tinha pegado, nem tem precisão. Aí, fui e virei (saí de perto dele). Menino, aí, ele foi todo dia, agora (na época), ali na cidade (me procurar). Todo dia ele ia pra tentar pegar... Ver se eu desistia. E ele falava:
> **(Maximiliano Kolbe):** "Ela vai desistir".
> **Bernadete Soubirous:** Passei três meses fora daqui. Aí, já tinha sorteado... É... Mudado todo mundo e eu não. Gente, aqui (no lote) o capim tava da altura dessa casa, formado. Só falei assim, eu lembro que eu falei assim: Deus! O Senhor conhece a minha vida e a minha estrutura. É... O que o

> Senhor achar que é bom pra mim o Senhor vai fazer. Eu saí com isso aqui tudo cercado. Com a represa aqui, que secou, agora, aquele pedaço ali que não era meu; essa reserva aqui, essa daqui. E aí eu comecei, sabe? Aí teve um dia que ele (o Maximiliano Kolbe) foi lá em casa e falou assim:
> **(Maximiliano Kolbe):** "Nortista, eu te dou cinco mil de volta, no lote".
> **Bernadete Soubirous:** Aí, Maximiliano Kolbe, eu vou te dar uma resposta que você nunca mais vai querer tocar no assunto. Se salvar a vida do meu filho eu daria até a roupa do meu corpo pra você. Aí, ele foi... Nunca mais ele tocou no assunto, sabe?[339]

A situação da doença do filho, que segundo a Dona Bernadete Soubirous, era muito grave, a deixava desanimada de, inclusive, participar do sorteio. E essa vulnerabilidade havia influenciado em sua permanência no próprio acampamento, pois teve que passar alguns meses cuidando de seu filho, que na época morava na cidade de Ituiutaba para poder tratar da doença. Diante dessa situação de incerteza, o Sr. Maximiliano Kolbe, segundo a Sra. Bernadete Soubirous, parecia acreditar que ela não fosse continuar morando no lote e, por fim, poderia até desistir da posse. Dessa maneira, o Sr. Maximiliano Kolbe insistiu para que ela negociasse a troca, indo várias vezes até a cidade para oferecer sua proposta. Mas, conforme a fala da Sra. Bernadete Soubirous, havia algumas vantagens em seu lote, que os demais não possuíam. De acordo com seu relato "Eu saí com isso aqui tudo cercado. Com a represa aqui", com uma estrutura praticamente pronta se comparado às terras dos demais beneficiários, que tinham de realizar o cercamento, além de que a água superficial não era um recurso existente na maior parte das faixas de terra. Certamente, essas estruturas contribuíam para que o Sr. Maximiliano Kolbe interessasse por aquela terra. Sendo assim, tanto a insistência quanto o oferecimento de gado e um valor de cinco mil reais na troca, compunham um conjunto de procedimentos de negociação que em si constituem-se como estratégias culturais mediadoras do interesse pelo espaço, que em tais situações pode ser compreendido como o desejo em modelar o lugar a partir dos modos de vida.

Enquanto que no P.A. Engenho de Serra e no P.A. Renascer o sorteio não contemplou as proximidades das relações de vizinhança ou de parentesco, que eram desejadas por alguns dos acampados, no P.A. Chico Mendes a distribuição dos lotes ganhou uma dinâmica diferente daquela aplicada nos demais assentamentos. De acordo com o Sr. Gregório Magno:

[339] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Bernadete Soubirous (52 anos). Op. Cit.

> **Nelson:** E como que foi pra cada um receber o lote? O Senhor que escolheu o próprio lote?
> **Gregório Magno:** Não. Foi no sorteio, né. Numa roda de pedra. Toca a roda e sai a pedra do número do lote.
> **Nelson:** E tinha gente que queria escolher o lote, ou não?
> **Gregório Magno:** Foi escolhido. O povo deu a prioridade pro seu Inácio de Loyola e o Evaldo, lá encostado na sede. Que eles era doído (magoado) pelo povo, né, e eles num quiseram negociar a sede, né. Ficou quatro alqueiro lá na sede.
> **Nelson:** O Senhor Inácio de Loyola e o Evaldo é os que moravam aqui (na fazenda)?
> **Gregório Magno:** É os que morava lá na sede. Então, o povo cedeu a prioridade pro seu Inácio de Loyola, lá encostado da sede. Daí, houve uma proposta em que duas pessoa que combinasse muito, quando um tirasse uma pedra o outro tinha direito no lote de pareia, encostado. Também aconteceu, aconteceu com o Jona e o Dário, ali onde tá o... Como é que chama? O Marcelo e o Antônio Bento.[340]

De acordo com o Sr. Gregório Magno, apesar de haver o sorteio, foram abertas duas exceções, sendo uma primeira relacionada à terra exigida pelo Sr. Inácio de Loyola e seu filho Sr. Evaldo, que trabalhavam na fazenda antes da criação do assentamento, e outra quanto à possibilidade dos que eram parentes ou amigos poderem receber lotes de fronteira. As duas exceções demonstram que a decisão do coletIvo entendia a importância de se modelar a configuração da apropriação dos lotes conforme as relações de parentesco e de amizade, de modo que pudessem manter certas experiências sociais que eram importantes ainda no tempo presente. Se por um lado entendiam que os lotes não poderiam ser escolhidos de forma individual e autônoma, já que desse modo estariam sujeitos a não alcançarem qualquer acordo ou consenso, por outro lado sabiam que o sorteio poderia não atender ao desejo que alguns tinham em relação a certas áreas da fazenda. Por isso, a estratégia de permitir a proximidade entre pessoas afins constituía-se como mecanismo para amenizar o conflito e as possíveis insatisfações e frustrações com o resultado do sorteio. Isso demonstra o quanto os sujeitos da Reforma Agrária possuem habilidades em lidar com as situações de conflitos, sem necessariamente ter que recorrer a um órgão mediador, pois o fazer política está numa correlação direta com as suas formas de lutar e na maneira com que empregam suas forças de ação numa ou noutra situação vivida. Assim, apesar de viverem experiências involuntárias ou impostas, das quais não podem fugir, ainda

[340] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Gregório Magno (87 anos). Op. Cit.

são capazes de construir sua própria história e transformar a realidade da qual são os principais protagonistas.

A maneira com que vivem os dilemas e problemas do lugar, a partir dos modos de vida, demonstra o quanto podem ameaçar o poder instituído das classes dominantes, pois não precisam dela para fazer política ou para receber instruções de como devem ou não modelar os seus modos e vida e o lugar. Suas experiências sociais representam uma ameaça concreta às classes proprietárias, que na ânsia de manter suas pressões hegemônicas e legitimar os seus interesses de classe, devem agir e reagir incorporando as pressões contra hegemônicas. De acordo com Williams, na medida em que as ações contra hegemônicas são "(...) significativas, a função hegemônica decisiva é controlá-las, transformá-las ou mesmo incorporá-las"[341]. E isso pode ocorrer das mais variadas formas de atuação, como é o caso da utilização da imprensa para poder legitimar a (falsa) ideia de que, mesmo sendo inevitável a criação dos assentamentos em Ituiutaba, ainda era possível que a classe proprietária assumisse o controle daquelas áreas desapropriadas. Nesse sentido, no ano de 1998, quando o P.A. Divisa e o P.A. Engenho de Serra estavam na iminência de serem criados, algumas publicações no jornal impresso, Diário Regional, traziam reportagens que insinuavam que a classe proprietária do município estava direcionando a organização dos Projetos de Assentamento. Numa reportagem intitulada: "Secretário de Agricultura avalia situação dos produtores rurais" (contendo a opinião do secretário e ex-diretor do Sindicato dos Produtores Rurais de Ituiutaba – SIPRI), que tinha como principal assunto a reunião que os grandes produtores rurais do município, ligados à FAEMG (Federação dos Agricultores do Estado de Minas Gerais), realizaram com o Governo Estadual e o INCRA, a metade do texto jornalístico tratava da intenção da classe proprietária em organizar os assentamentos, já que foi inevitável a desapropriação.

> **Jornal: Esta questão dos sem-terra em Ituiutaba foi discutida pela FAEMG? Qual o conceito da Federação sobre isso?**
> **Secretário:** O conceito da Federação é o do Sindicato dos Produtores Rurais de Ituiutaba – SIPRI. Não somos contra o processo, mas gostaríamos muito de ver em Ituiutaba, já que aconteceu, que nós pacificamente, dentro de uma parceria com o governo, pudéssemos **selecionar os agricultores, nosso pessoal, ajudar os produtores rurais** a entrar nessa terra. (Grifo do jornal)
> **Jornal: Pessoas daqui?**

[341] WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Op. Cit. p. 116.

> **Secretário:** Sim, pessoas daqui. Agora, não comungamos com isso dessa forma. Quando o governo vem em Ituiutaba, de uma forma 'sacana', e detecta um punhado de desapropriações de terra, acontece que quando essa terra é decretada ela ainda pertence ao proprietário rural e existe muita coisa para chegar a dizer que não é mais dele. Um decreto não quer dizer que tombou, desapropriou, não.
> **Jornal: Há política em meio ao MST?**
> **Secretário:** É claro que há. É aí que quero complementar a resposta: se desapropria, por quê a invasão? A invasão nos traz preocupação, porque é sinal de bagunça, falta de liderança. Não precisa usar a violência, ser líder é ter diálogo, saber chegar no presidente da República, nas autoridades e dialogar.
> **Jornal: Como se encontra a situação em Ituiutaba? Quantas fazendas estão invadidas?**
> **Secretário:** São três propriedades invadidas: Engenho de Serra, Capão e Divisa, todas elas situadas na mesma área. Estivemos em Belo Horizonte levando uma cópia da Carta de Solo do Município, onde as análises de solo provam o por quê que esta propriedade torna-se improdutiva. É porque realmente ela tem custo muito alto para ser produtiva, é uma área fraquíssima, que precisa de muita adubação e um preparo muito grande. É inviável se você comparar a exigência que o INCRA quer em todo setor. Não podemos aceitar a ideia de que o decreto já torna a propriedade inválida para o produtor. Queremos que a preferência seja do povo da região, que seja tudo tranquilo.
> **Jornal: E qual o resultado obtido com esse trabalho em Belo Horizonte?**
> **Secretário:** Acho que o Incra é um dos maiores responsáveis pelas 'badernas' dessas desapropriações. O próprio Incra é o maior fomentador. Na minha opinião, existe uma parcialidade muito grande deste órgão e o que esperamos no governo Itamar Franco, com o alinhamento do ExecutIvo Municipal com as lideranças políticas agora, Arlindo Porto, com o senador eleito, José Alencar; com o vice-governador Newton Cardoso, que sejam colocados elementos que tenham a capacidade de dirigir um órgão igual a esse, com democracia e lealdade.
> **Jornal: Você tem algum complemento sobre a reunião que gostaria de ressaltar?**
> **Secretário:** Apesar disso, existe otimismo de nossa parte, o café está bem situado, e o que achamos é que nossa luta não pára por aí. Vamos fazer um manifesto nacional no dia 9 de dezembro, em Brasília-DF, levando cerca de cinco mil produtores do Estado de Minas Gerais para mostrar ao governo nossas dificuldades. O SIPRI realizará esta tarefa, através da FAEMG, formando uma comitiva. Quem quiser participar poderá entrar em contado com o Sindicato Rural, para levarmos a nossa insatisfação. O que precisa é da união dos produtores com os Sindicatos Rurais. O que precisa é de participação[342].

As respostas do secretário de agricultura confirmam o quanto a classe proprietária desejava assumir o controle na criação dos assentamentos, já que foi inevitável a desapropriação. Inclusive, a edição do jornal enfatizou o trecho mencionado pelo secretário a respeito da intenção de **"selecionar os agricultores, nosso pessoal"**, que pode ser relacionada com os apontamentos de Williams a respeito de que a hegemonia precisa controlar, transformar ou mesmo incorporar as

[342] SECRETÁRIO de Agricultura avalia situação dos produtores rurais. **Jornal Diário Regional. Ituiutaba**, 12 nov. 1998, p. 05. Fonte: Acervo da Fundação Casa da Cultura de Ituiutaba.

pressões contra hegemônicas. Nesse sentido, a pretensão em escolher os beneficiários da Reforma Agrária, indicando “pessoas daqui”, do município, “nosso pessoal”, que certamente era ligado à causa defendida pelos proprietários rurais associados ao SIPRI, era legitimada pela ideia de que o MST (termo utilizado para designar qualquer movimento de luta pela terra) sabia fazer política e que esta prática era (des)ordenada pela “bagunça”, pela “falta de liderança”, pela falta de diálogo, pela “violência”, sendo que os líderes não possuíam habilidades em dialogar com as autoridades para resolverem os próprios interesses do movimento. Sendo assim, ele demonstra que a classe proprietária, representada pela FAEMG e pelo SIPRI, possuíam muito mais habilidade e capacidade de fazer política do que o MST, relatando que dialogaram com o INCRA a respeito das falhas nos processos de avaliação, que foram a base para as desapropriações no município. A estratégia utilizada para tentar reverter as desapropriações foi a de apresentar ao INCRA a “Carta de Solo do Município, onde as análises de solo provam o por quê que esta propriedade torna-se improdutiva”. Em seguida, o secretário descreve as alianças políticas que tem realizado com as lideranças do poder executIvo e legislatIvo, bem como relata a respeito do quanto a classe proprietária é organizada e ordeira, no intuito implícito de conduzir o leitor ao entendimento de que ela é capaz de conquistar os seus interesses através de uma luta legítima, intermediada pelo diálogo com as autoridades governamentais.

A entrevista publicada no jornal reduz a prática política como sendo ela uma exclusividade de órgãos e instituições (FAEMG e SIPRI), capazes de realizar articulações e manobras políticas junto ao governo municipal, estadual e federal. E se os interesses da classe proprietária são defendidos por uma política organizada e ordeira, conforme a lógica das respostas do secretário de agricultura, o que pensar da atuação ilegal e violenta da milícia armada na região? Não é por acaso que o escritório regional da União de Defesa da Propriedade Rural (UDPR) esteja localizado dentro das instalações do Sindicato dos Produtores Rurais de Ituiutaba (SIPRI), de onde certamente são direcionadas as ações políticas legais e ilegais interligadas em rede com instituições governamentais e não governamentais. Mas a noção de política, aqui defendida, vai muito mais além desta que é apresentada conforme o interesse da classe proprietária. As famílias assentadas vêm fazendo política desde antes do engajamento na luta pela terra, o que certamente afeta os interesses dos que defendem a classe dominante. A maneira como organizaram a

ocupação, o acampamento e, mais especificamente, a distribuição da terra, conforme analisado neste tópico, indica o quanto os sujeitos da Reforma Agrária operam uma verdadeira e legítima articulação política que se constrói culturalmente de “baixo” para cima, tornando-se uma pressão contra hegemônica capaz de abalar os interesses da classe proprietária, que insiste em disseminar a ideia de que os integrantes do movimento não são capazes de fazer política. O fato dos representantes da FAEMG terem ido até Belo Horizonte para estabelecer alianças políticas e tentar anular as desapropriações junto ao INCRA, prova o quanto as suas ações também se constituem como reações à atuação política criativa e aguerrida dos integrantes dos movimentos sociais de luta pela terra, em Ituiutaba.

Como não puderam evitar as ocupações de terra, nem sequer reverter as desapropriações, a única estratégia que lhes restava, no que se refere à criação dos assentamentos, foi demonstrar que detinham o controle da situação, ou seja, tiveram que empreender ações hegemônicas que incorporassem aquelas pressões contra hegemônicas relacionadas à autonomia dos acampados em repartirem a terra, sendo que para isso utilizavam a imprensa como arma ideológica, já que efetivamente não tiveram a mínima chance de “selecionar os agricultores” que, segundo seus critérios, deveriam receber a terra. Sendo assim, menos de um mês depois da publicação da entrevista, que o Diário Regional realizou com o secretário de agricultura, o jornal publicou outra reportagem anunciando que os diretores dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais iriam coordenar os assentamentos, conforme se lê na imagem 06, bem como selecionar os “legítimos trabalhadores rurais” que teriam o direito de receber a terra, segundo informações contidas na transcrição da reportagem.



Sindicatos reunidos em Ituiutaba para coordenar assentamento

Foto: Ricardo Abalém

Os presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais reunidos em Ituiutaba: José

Imagem 06: Reportagem no Jornal Diário Regional de Ituiutaba sobre como os assentamentos da região e do município iriam ser organizados. Reportagem do dia 05 de dezembro de 1998. Fonte: Acervo da Fundação Casa da Cultura de Ituiutaba.

ITUIUTABA – Para coordenar o assentamento de trabalhadores da região em terras improdutivas desapropriadas pelo governo federal, os presidentes de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de cidades da região do Pontal reuniram-se, ontem, em Ituiutaba. Compareceram os presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores: de Ituiutaba – José Severino Lima, de Canápolis José Divino de Melo, de Centralina Moisés e de Monte Alegre Juarez Luiz Ferreira. O objetIvo é coordenar e impedir o assentamento de ***pessoas que não sejam trabalhadores rurais e conhecidos*** na região. "Não permitiremos que pessoas estranhas, infiltradas no movimento, ocupem os lugares dos ***legítimos trabalhadores rurais***, que só querem, ***dentro da ordem e da justiça***, um pedaço de terra para trabalhar e sobreviver com seus familiares", adianta o vereador e presidente do Sindicato de Canápolis, José Divino. Os coordenadores declararam à reportagem do **Diário Regional** que são ***contra a violência*** e garantem que os assentados nas terras desapropriados pelo INCRA, nesta região, só o farão depois de autorização legal pela lei, respeitando os direitos dos proprietários desapropriados, até obterem pleno direito de ocuparem a terra. Os sindicatos mostram, pelos seus representantes, o interesse de discutirem, em uma mesa ampla e democrática, com os proprietários de terra, o assentamento dos trabalhadores rurais. "Nesse assentamento, a organização será mantida através de uma rígida triagem que colocará nas terras os ***legítimos trabalhadores rurais*** da região", garantem os dirigentes. "Queremos a ***terra para o bem e não para o mal***", disse um trabalhador presente. Os sindicatos estão com esta ação mostrando a

> grande diferença entre: assentamento, invasão e desapropriação. Os sindicalistas, unidos, querem um ***assentamento pacífico*** para colocar na terra o ***autêntico trabalhador rural***, sem prejuízos aos proprietários desapropriados.[343] ***(Grifo meu).***

A reportagem não menciona o nome do assentamento que os sindicalistas iriam coordenar, permitindo que o texto jornalístico possa orientar uma interpretação de que aqueles líderes iriam atuar em vários assentamentos da região, como se estivessem servindo, "***dentro da ordem e da justiça",*** aos interesses da classe dominante. Isso evidencia a estratégia utilizada pela elite proprietária, do município de Ituiutaba, para demonstrar o modo com que estão direcionando a criação dos Projetos de Assentamento em âmbito regional. Efetivamente, não conseguiram "**selecionar os agricultores, nosso pessoal, ajudar os produtores rurais** a entrar nessa terra", conforme intenção apresentada pelo secretário de agricultura noutra reportagem, mas, por outro lado, desejaram ratificar a ideia de que poderiam influenciar na criação dos assentamentos tendo-se como parceiros os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que possuíam "o interesse de discutirem, em uma mesa ampla e democrática, com os proprietários de terra, o assentamento dos trabalhadores rurais", conforme se pode interpretar a partir do texto referente à reportagem mencionada na imagem 06[344]. Sendo assim, o texto enfatiza a ideia de ordem e de justiça nos assentamentos, associando esta prerrogativa ao direito que será concedido ao "autêntico trabalhador rural", que conforme se pode interpretar, poderia ser escolhido a partir da relação estabelecida entre Sindicato dos Trabalhadores Rurais e classe proprietária.

Na época, os sindicalistas representavam apenas o acampamento dos trabalhadores que ocuparam a fazenda Divisa, onde um Projeto de Assentamento estava na iminência de ser criado, quando a reportagem foi escrita e publicada. De certa maneira, o texto jornalístico retira o foco dos trabalhadores e direciona o olhar para os líderes, como se eles fossem os principais sujeitos a orientarem todo o processo de distribuição da terra e os responsáveis em manter a ordem e a justiça, nos assentamentos da região. Contudo, quando se verifica o modo com que os lotes

---

[343] SINDICATOS reunidos em Ituiutaba para coordenar assentamento. **Jornal Diário Regional**. Ituiutaba, 05 nov. 1998, p. 05. Fonte: Acervo da Fundação Casa da Cultura de Ituiutaba.

[344] O autor da fotografia publicada no jornal ocupava o cargo de vereador da cidade, na época em que as ocupações foram realizadas. De acordo com a entrevista do Sr. Josemaría Escrivá, citada no início do tópico 3.4, o vereador Ricardo Abalém era um dos políticos que fazia oposição à criação dos assentamentos.

na fazenda Divisa foram divididos e distribuídos, é possível perceber a capacidade dos sujeitos em utilizar a experiência vivida, a criatividade de seus conhecimentos e saberes, tanto para repartir a terra em lotes com dimensões equivalentes, quanto para negociar com o INCRA a quantidade de famílias que deveriam ser assentadas naquela área, conforme descrito pelo Sr. Francisco de Assis:

> **Nelson:** E como vocês pensaram em repartir a terra, aqui, depois que saiu... Depois que o fazendeiro saiu e vocês tiveram a oportunidade de negociar com o INCRA ou entre vocês? Como vocês foram pensando pra repartir a terra?
> **Francisco de Assis:** Como o INCRA demorava a fazer o parcelamento dos lote, a gente resolveu, né, em acordo, entre os sindicato, fazer o parcelamento, nóis mesmo. Então, depois, quando o INCRA viesse, era só confirmar o... Adiar mais pra frente ou mais pra trás o marco (de divisa de lote). E a gente fez por nossa conta, mesmo. A gente, mesmo, né. Nem topógrafo nóis num usou. **Usou apenas a experiência que cada um tinha.** Tinha uns que tinha mais experiência, nessa área. E aí, a gente fez a divisão. Mas, antes disso, **a gente chegou a um acordo, num consenso de quantas família a gente queria.** O INCRA, a primeiro momento, o **INCRA, a palavra dele era quarenta família**, nessa área, né, de mil cento e sessenta hectare. Colocar quarenta família. Aí**, a gente não concordou**, porque a gente via que a terra num era uma terra boa, né. Pra agricultura num era tão viável. Seria mais pra pecuária. Então, pra pecuária, a gente viu que necessitava de uma área maior de terra. E aí, a gente, é... **O sindicato baixaram isso pra trinta e quatro família**. Mas, **a gente que ficava debaixo dos barraco, a gente via que ainda era, né, era muita família pra essa área**. Aí, numa reunião a gente decidiu. Eles decidiram (presidentes dos sindicatos) colocar trinta e **os que tava no barraco, é... No acampamento, decidiu vinte e sete família.** A gente queria vinte e cinco. Mas, aí, numa negociação com o pessoal do sindicato, aí resolveu colocar vinte e sete família. Aí, a partir desse número é que a gente é... Foi dividindo os lote. Dividiu os lote. E aí, quando **a gente fez a divisão no papel (no mapa),** depois a gente colocou isso em prática, né. **Arrumamo uns toquim de madeira e ia marcando os lote e demarcando a fazenda toda**, desse jeito. E, depois, a gente procedeu na partilha, né. Então, o de Canápolis tinha doze família. O de Centralina, tinha seis. De Ituiutaba, tinha oito, né. De Monte alegre, duas. Aí, de acordo com as área, as reserva, a gente foi colocando. Então, o lugar que tinha mais lote junto, e que chegou a nove, dez lote, a gente colocou Canápolis, né, nessa área. Aquela parte de canto da fazenda, ou algum outro que dava, ali, quatro, cinco lote, a gente colocou oito, que foi de Ituiutaba. Com as família que vieram de Ituiutaba. Aí, assim, foi feito. Não foi feito sorteio. Depois, essa parte da fazenda vai ficar pra Canápolis. Essa outra vai ficar pra Monte Alegre. Essa, Centralina. Essa, Ituiutaba. Aí, a própria afinidade que tinha entre o Canápolis, o pessoal que vei de Canápolis, ali, se dividiu os lote.
> **Nelson: Quando o INCRA chegou aqui, já encontrou tudo dividido**, já?
> **Francisco de Assis: Tudo dividido**. Inclusive, muitos já tava trabalhando, né, na sua parcela. Outros já tinha é... Já tinha feito até o seu barraco, a sua casinha, lá, naquele local. Mas, o que ficou... Que todos ficaram ciente, foi o seguinte: que quando o INCRA chegar para ele fazer o parcelamento definitIvo, (dizendo) você tem tanto, você tem que tá ciente que sua divisa (de lote) pode entrar tanto pra dentro do seu chão ou ir pra lá, ir pra cá dez metro ou quinze metro. E aí, aconteceu isso, de fato, né. **Quando eles fizeram o parcelamento oficial, teve alguns lote que ficou do mesmo jeitim**. **Num teve como mexer neles. Nem o marco que a gente tinha posto de madeira, mudou**. Mas, teve outros que avançou dez metro, vinte

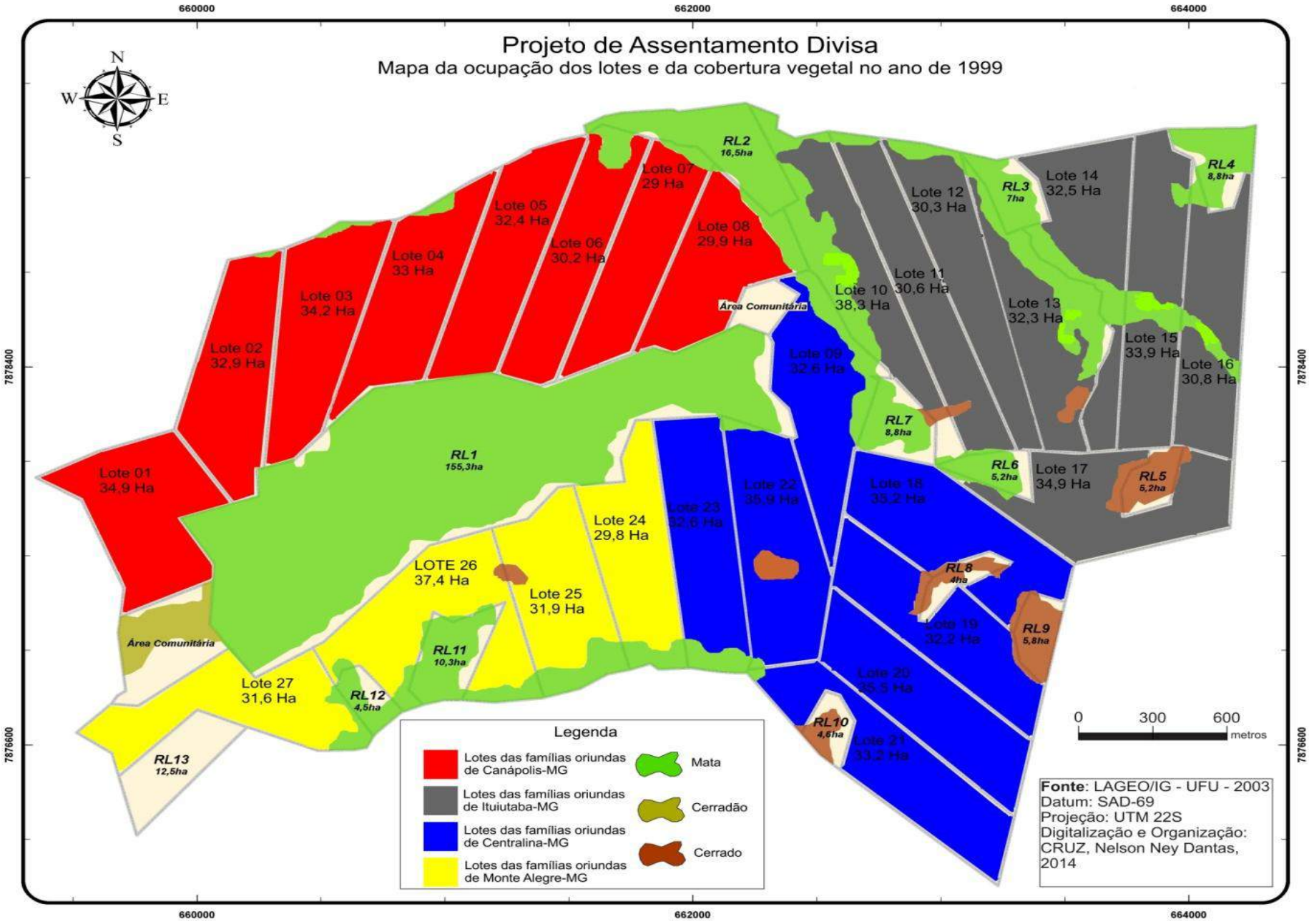
> metro pra frente. Teve outros lote que teve que aumentar mais um pouquinho.[345]

Para dividir a fazenda em lotes utilizaram apenas a experiência não profissional de calcular e mediar as terras. Primeiro, representaram a fazenda num mapa, calculando a área pela quantidade de famílias e, em seguida, procedendo com a demarcação na superfície real, utilizando “uns toquim de madeira”. Antes desta etapa, negociaram (praticamente impuseram sua opinião) junto ao INCRA e ao Sindicato, apresentando a proposta de quantas famílias deveriam ser assentadas. A maneira como a terra foi dividida, negociada e distribuída, contraria as expectativas da classe proprietária, bem como subverte a informação divulgada nos jornais de que os sujeitos do movimento de luta pela terra não sabem fazer política (não nos padrões pensados e estabelecidos pela elite) e também de que os presidentes dos Sindicatos seriam os principais responsáveis em coordenar os assentamentos. Como se pode ler na transcrição da entrevista, os acampados da fazenda Divisa impuseram sua opinião sobre a do INCRA, por uma negociação dialogada (tensa) e direcionada conforme o interesse dos que estavam acampados. Além disso, é possível entender, pela fala do Sr. Francisco de Assis, que os beneficiários da terra estavam divididos entre aqueles que ficavam no acampamento e os que não ficavam, que era o grupo menor e constituído pelos presidentes dos sindicatos. Isso evidencia a existência de tensões que não eram simplesmente um acaso das relações mantidas no presente, mas estavam permeadas pelas disputas do passado, vividas entre os próprios sindicatos. Sendo assim, as reuniões, que os beneficiários da Reforma Agrária da fazenda Divisa realizavam, para que pudessem chegar a um acordo sobre como repartir a terra, eram conduzidas por manifestações agressivas de opinião, sendo que alguns participantes tinham o costume de irem armados para as reuniões, carregando na cintura uma arma de fogo, conforme narrado por um morador do próprio assentamento.

Enquanto a distribuição da terra nos demais assentamentos de Ituiutaba seguia a lógica do sorteio, no Projeto de Assentamento Divisa as faixas de terra foram repartidas conforme uma rígida divisão pautada nas relações sindicais, de

[345] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.

parentesco e de vizinhança, seguindo a lógica relatada pelo Sr. Francisco de Assis, que pode ser visualizada pelo mapa 03:



Mapa 03: Distribuição dos lotes a partir das relações de vizinhança, parentesco e origem de município no Projeto de Assentamento Divisa.

A configuração que se pode observar no mapa 03 possui um forte conteúdo relacionado às divergências existentes entre os sindicatos, pois o acordo de distribuição foi determinado pela origem de moradia das famílias e pelas tensas relações políticas estabelecidas entre os sindicatos de cada município. As divergências já existiam antes mesmo que eles organizassem a luta pela terra, conforme indicou o Sr. Francisco de Assis ao tratar do momento quando tiveram que realizar uma articulação sindical afirmando que:

> **Francisco de Assis:** Na época, o Sindicato de Centralina é... Era um sindicato é... Separado dos outros Sindicato, apesar de fazer parte da mesma federação. Mas, eles... O presidente, na época, ele tinha uma visão mais radical em termos trabalhista, previdenciário, agrário. Ele já tinha um trabalho na área agrária mais avançada, né. É... Mas, aí pra arrumar o número de pessoas suficiente teve que fazer parceria com eles, mesmo não tendo um bom relacionamento entre presidente de Sindicato.[346]

A divergência entre presidentes das instituições sindicais, cuja representação congregava trabalhadores de uma mesma categoria, indica a heterogeneidade da classe não proprietária e ainda evidencia o quanto estas divergências internas, advindas do passado, compareceram ativamente na organização do lugar no presente. Enquanto nos demais assentamentos a terra boa, as relações de parentesco e vizinhança e possíveis benefícios concedidos aos líderes do movimento de luta compunham o conjunto de condições geradoras dos conflitos e disputas pela terra, no Projeto de Assentamento Divisa as discordâncias políticas entre sujeitos ligados aos sindicatos teve um papel decisIvo na maneira de repartir a terra. Junto a essas condições também podem ser acrescidas as relações de parentesco e de vizinhança, no sentido de que o conjunto de lotes pertencentes aos que residiam na mesma cidade de origem, foram repartidos segundo as proximidades de relações que eram mantidas nos municípios de onde vieram.

Os modos de vida que modelam a realidade do lugar não atuam num material bruto e inerte. Esbarram na heterogeneidade da classe, que também é constituída a partir de disputas e conflitos que não se materializam fora das experiências comuns e compartilhadas socialmente. Os conflitos internos vão aparecendo na maneira como os sujeitos da Reforma Agrária resolvem lutar para receber a terra desejada, pois almejam possuir as melhores terras da fazenda. Reconhecê-las como tal é uma tarefa que se inscreve dentro do que é socialmente construído a respeito de quais

[346] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.

são as terras boas e onde elas estão localizadas. Desse modo, o desejo pelo lugar é produzido segundo as possibilidades locais e de acordo com as estratégias que as famílias já vinham utilizando para organizar e modelar suas histórias de vida no lugar que deixaram para trás. A localização na antiga fazenda, onde está a terra boa e de onde desejam estabelecer as relações de vizinhança, adquire uma importância fundamental.

De acordo com os relatos sobre a maneira como ocorreu a distribuição dos lotes, bem como a insatisfação de alguns sobre o resultado do sorteio e as estratégias para se realizar a troca de posses, é possível visualizar uma hierarquia espacial muito nítida, entre as terras menos valorizadas, que se situavam em cima da serra, as terras um pouco mais desejadas, que se localizavam na parte distante da serra e as faixas mais valorizadas e desejadas, que faziam fronteira com a serra (considerando o P.A. Renascer). Uma hierarquia espacial que foi sendo revelada nas experiências sociais, na maneira de se demonstrar a insatisfação na distribuição dos lotes, seja pela adoção do sorteio para uns ou no resultado do sorteio para outros. A mediação das relações sempre esteve conduzida pelos aspectos culturais, reconhecidos socialmente.

O processo de distribuição de lotes, posteriormente à criação do Projeto de Assentamento, é um procedimento obrigatório e integrante da própria Reforma Agrária. Tomando-se como referência os três assentamentos especificados neste tópico, pode-se perceber que existe algo comum no contexto da distribuição dos lotes, que é a fabricação do conflito. O que os diferenciam nesse contexto são as estratégias adotadas para alimentar ou mesmo amenizar o conflito por conta do desejo de receber o melhor lote de terra. O conteúdo cultural, então, está presente nas duas estratégias, compondo um papel muito significatIvo, no sentido de substituir, em certa medida, a ausência dos órgãos públicos, que porventura poderiam participar ativamente do processo de distribuição dos lotes por meio da implementação efetiva de preceitos reguladores da distribuição.

3.3 – O lugar na medida e no jeito de se apropriar da terra

> **Nelson:** Três da madrugada, sorteando lá... Na hora que foi sorteando o povo foi aceitando tranquilo?
> **Antônio de Pádua**: Foi, foi. Teve nêgo que ficou tão satisfeito que desapegou de lá e vei parar... Dormir cá no lote, com os trem na cacunda (risos). O cara achou tão bão que falou:
> **(Pessoa que recebeu o lote por sorteio)**: "Hoje eu tenho o que é meu!".
> **Antônio de Pádua**: O... (vizinho) foi um que vei parar ali na casa dele.
> **Nelson**: De madrugada?
> **Antônio de Pádua**: De madrugada.
> **Nelson**: Não tinha nada (de construção) no lote?
> **Antônio de Pádua:** Não, não... E depois, rapaz... Eu, por exemplo, mais a Teresa de Ávila (esposa), nóis ainda ficou lá (no acampamento) uns cinco mês lá na barraca, porque, fazer o quê? Não tinha lugar de fazer curral, não tinha nada. Nóis tirava... Nóis tirava um leitinho, nóis tirava tudo lá, né. Nóis ainda ficou muito tempo lá nos barraco.
> **Nelson:** E teve gente, por exemplo, também, no sorteio, que ficou insatisfeito?
> **Antônio de Pádua:** Ichi! Teve. Ficou demais, ficou muita gente. Ichi! Aqueles que tinha o sonho de ficar na beira do corgo, naquelas terra boa, lá... Tudo ficou...
> **Teresa de Ávila (esposa):** Teve uns que foi até embora.
> **Antônio de Pádua:** Teve uns que foi até embora. Na hora que partiu, que viu lá, foi embora.
> **Nelson:** Abandonou?
> **Antônio de Pádua:** Abandonou.
> **Nelson:** Deixou vazio, aquele lote?
> **Antônio de Pádua:** Deixou vaziou. Aí, nóis arrumou outras pessoas, e pôs, né.
> **Nelson:** Isso, no mesmo dia do sorteio?
> **Antônio de Pádua:** É... Não... Aí, no outro dia ele foi embora. Aí... Porque o cara tá pensando uma coisa, né. Porque cê vê, Menino, ó... Um lugar desse aqui num tinha um pé de pau, num tinha nada. Isso aqui era limpo, limpo, limpo, limpo, né. Aí, ocê entrar aqui sem água, sem nada, não é fácil, não, né. Ele tá esperando lá na beira do corgo, que ele faz uma cerquinha, a vaca já vai lá no corgo, né. E aqui, o nosso aqui, por exemplo, o nosso aqui, esses lote aqui, por exemplo... O Tiago ainda tem uma aguinha lá, que eu pego até de queda natural pra cá. Mas, eu, o Sr. André, esses aqui, esses aqui, nenhum tem nada de água, sabe? Tem cisterna e o poço, agora. E a roda d´água que nóis tem ali embaixo, agora tem. Mas, num tinha não.[347]

O sorteio dos lotes, que no caso do assentamento Engenho de Serra, encerrou-se numa madrugada, concedia o direito de efetivamente cada uma das famílias apropriarem-se de uma parcela de terra muito bem definida. Enquanto para alguns o resultado do sorteio atendia às expectativas, a ponto do sujeito "(...) dormir cá no lote, com os trem na cacunda", para outros, o sonho de receber uma terra boa não havia se concretizado, pois "Teve uns que foi até embora. Na hora que partiu, que viu lá, foi embora", como numa atitude de revolta e de frustração diante das expectativas não consumadas, que culminaram no abandono da oportunidade de se

[347] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Antônio de Pádua (62 anos). Op. Cit.

apropriar da terra recebida. Essa atitude evidencia a importância que a terra boa, localizada num ponto específico da fazenda, possuía enquanto um dos elementos preponderantes na decisão de continuar ou não a luta pela Reforma Agrária. Para alguns, lidar com a efetiva conquista da terra, já repartida – e que não se enquadrava nos padrões desejados –, parece ter sido uma tarefa muito mais difícil do que o momento vivido em meio às tensões e privações duradouras da vida de acampado, quando tinham de estar sempre a postos para enfrentar um possível confronto com a polícia, com o fazendeiro e com a milícia armada, bem como ter força e fé para encarar as incertezas relacionadas a uma provável reintegração de posse.

O abandono do direito à posse, no mesmo dia em que ele se consumou, integra o conjunto de experiências que fazem parte dos contornos da heterogeneidade da classe social. A partir de seus modos de vida os sujeitos avaliam as vantagens de ter que seguir adiante numa nova fase de luta pela terra, reconhecendo o que o compromisso assumido lhes oferece enquanto oportunidades de uma nova vida, mas, também, lhes exige novas estratégias para seguir em frente. No conjunto de vantagens e desvantagens, a localização do lote ganha uma importância concreta no grupo de relações pertencentes ao lugar, tornando-se um componente atIvo na articulação dos interesses fragmentários e individuais, que caracterizam a heterogeneidade da classe. Por esse viés, a definição de lugar é enriquecida também pelos aspectos locacionais do presente, que participam ativamente nas relações do homem com o meio e com outros lugares, dinamizando as escolhas, os desejos e as estratégias que lhe permitirão permanecer lutando pela terra. Se para uns o abandono imediato da posse foi uma decisão mais vantajosa, para outros, que também desejavam uma terra boa e não conseguiram, os modos de vida continuaram sendo fundamentais nos modos de luta para garantir a posse que já estava conquistada.

No caso do Sr. Antônio de Pádua, que criava gado leiteiro desde o tempo que morava no acampamento, uma mudança imediata para o lote não seria possível, pois “(...) um lugar desse aqui num tinha um pé de pau, num tinha nada (...) Aí, ocê entrar aqui sem água, sem nada, não é fácil, não, né”, o que certamente dificultaria a produção dos meios de vida da família. Porque naquele momento, as condições infraestruturais que poderiam possibilitar a moradia na terra ainda não existiam. O lote não era cercado, não tinha casa nem poço d’água, muito menos linha de

transmissão de energia elétrica, que demorou mais ou menos três anos para ser instalada naquele assentamento. Desse modo, eles ainda tiveram que ficar mais ou menos “uns cinco mês lá na barraca, porque, fazer o quê? Não tinha lugar de fazer curral, não tinha nada. Nóis tirava... Nóis tira um leitinho, nóis tirava tudo lá, né. Nóis ainda ficou muito tempo lá nos barraco”, já que a alternativa mais viável era permanecer morando no acampamento com aqueles que também se encontravam na mesma situação, pois ali ainda tinham a vantagem de receber uma cesta básica que era enviada pela coordenação regional do Movimento (MLST). Nessa situação, as famílias acampadas continuavam vivendo a pobreza e algumas privações materiais, que compunham o conjunto de experiências comuns e compartilhadas socialmente. Porém, não ficaram de “braços cruzados” aguardando o INCRA solucionar todos os problemas que lhes impediam de obter renda ou de trabalhar efetivamente no lote para garantir o sustento. Como eram e são sujeitos de sua própria história, nas condições que lhes permitiam modelar a realidade, adotavam diversas estratégias para poder reproduzir os meios de vida.

E como a fazenda já era uma área liberada para qualquer tipo de uso, resguardadas as regras estabelecidas pelos acampados, tiveram a iniciativa de pôr em prática alternativas de geração de renda através do aluguel da pastagem. Conforme relata a Dona Catarina de Sena:

> **Dona Catarina de Sena:** Aí, nóis alugou o chão, que aqui a fazenda era duzentos e...
> **Francisco de Sales (esposo):** Setenta e quatro.
> **Dona Catarina de Sena:** Setenta e quatro alqueire. Aí, nóis alugamo o chão pra esse povo da... Esses paulista (fazendeiro vizinho), pra tirar um... Ao menos prum remédio, né. Eu mesmo, meus remédio, até hoje meus remédio é muito caro. Eu sou aposentada, mas meu dinheiro da minha aposentadoria é a conta deu comprar meus remédio. Aí, a presidente falou:
> **(Presidente da associação do assentamento):** “Não, nóis vai alugar os pasto pra tirar o dinheiro ao menos pra comprar os remédio pra quem precisar”.
> **Dona Catarina de Sena:** Porque quem tinha família, ajudava, né. Igual, minhas filha, que eu tenho muito filho, eles... Um mandava uma feirinha, outro mandava outra, outro mandava outro, porque é tudo pobre. Tudo trabalhava de empregado. Ainda trabalha. Que eu tenho quatro filho que mora em Uberlândia. Aí, nóis venceu, graças a Deus.[348]

A ajuda dos parentes parece ter sido fundamental para que a Dona Catarina de Sena e o Sr. Francisco de Sales pudessem se manter no lote conquistado. Essa

[348] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Sales (77 anos) e pela Sra. Catarina de Sena (74 anos). Op. Cit.

situação exprime uma dimensão muito importante dos contornos que a Reforma Agrária possui enquanto política construída por aqueles que são os de “baixo”, na condição de beneficiários, que vivem a realidade conforme determinadas peculiaridades que nem sequer são reconhecidas como suportes de grande valor para o sujeito permanecer na terra conquistada. A ajuda financeira e o apoio moral dos parentes não são descritos nos relatórios oficiais do Governo e nem sequer são relatados no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que certas instituições elaboram para o INCRA. Existem inúmeras estratégias políticas sendo colocadas em práticas naquele hiato deixado pela limitação da atuação dos dirigentes dos Movimentos e por aquilo que o INCRA realiza com suas ações lentas e burocráticas. As pessoas precisam se alimentar, vestir-se, rezar, participar de festas, deslocar-se até a cidade, prover os membros da família que lá ficaram, relacionar-se noutros lugares e com outras pessoas que estão distantes do assentamento. Por isso, não ficam aguardando a decisão política dos órgãos institucionais para fazer o que precisam. Estão sempre articulando os seus interesses, seja a partir da solidariedade vivida com os familiares, seja pelas estratégias do coletIvo para geração de renda.

De acordo com a fala da Dona Catarina de Sena, o aluguel do “chão” tinha a finalidade de gerar renda para suprir algumas necessidades básicas, que conforme a presidente da associação era “pra tirar o dinheiro ao menos pra comprar os remédio pra quem precisar”. Isso demonstra o quanto eles estavam abertos às oportunidades e a possíveis negociações com os fazendeiros vizinhos, que também se interessavam em alugar as terras do assentamento recém-criado. Como não possuíam recursos financeiros e nem seus lotes ofereciam condições estruturais (casas, cercas, poço d’água) para poderem trabalhar na própria terra, tiveram que adotar aquela estratégia de geração de renda, que segundo alguns assentados, não era uma prática legalmente instituída ou permitida pelo INCRA. Porém, de acordo com seus modos de vida, o aluguel do “chão” constituía-se como uma prática legítima de sobrevivência, que era legalmente estabelecida sob os parâmetros do “código popular não-escrito”[349], cujo objetIvo resumia-se à orientação do que se entende como “direito popular”, conforme analisado no capítulo anterior. Contudo, a prática do aluguel não foi uma estratégia empregada apenas pelas famílias do P.A.

[349] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa I**: a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 62.

Engenho de Serra. No P.A. Divisa a alternativa de geração de renda também foi a de alugar as terras da fazenda, conforme descreveu o Sr. Francisco de Assis:

> **Nelson:** Como você fez, assim, pra se manter... Pra gerar uma renda nesse período em que não houve uma ajuda efetiva do INCRA?
> **Francisco de Assis:** É... Na época, é... A fazenda, quando eles desocuparam e veio a emissão de posse, que o proprietário tirou todo o gado, as pastagens cresceram. A fazenda tava rapada (sem pastagem) na época. Que o proprietário, pra dizer que a fazenda era produtiva, ele pôs muito gado é... Arrendado, de outros vizinho, né. Então, rapou a fazenda, a pastagem cabou (acabou). Mas, aí, quando veio a emissão de posse, logo em... Julho (de 1999) veio a emissão de posse. Ele retirou o gado. Ficou esse meio de prazo parado, mas logo depois veio as chuva e a pastagem recompôs tudo de novo. E aí, a gente começou alugar pasto. Então, por exemplo, eu tenho essa área de chão, minha. A gente ficou meio junto, o outro tinha outro (lote), então, é... A gente colocou... Os fazendeiro vizinho aqui interessava alugar. Então, acabava que dava aí, quase um salário... Meio salário mínimo, mais de meio salário dessa renda de gado, da pastagem. A gente arrendava por cabeça, alugava por cabeça[350].

O relato sugere que o aluguel das terras ocorreu numa área pertencente a alguns lotes do assentamento, na área onde as famílias oriundas do município de Canápolis haviam recebido terras, pois de acordo com o relato do Sr. Francisco de Assis, “A gente ficou meio junto, o outro tinha outro (lote), então, é... A gente colocou... Os fazendeiro vizinho aqui interessava alugar”. Considerando que a renda do aluguel variava entre meio e um salário mínimo, num valor médio de R$90,00 (noventa reais), de acordo com o salário mínimo sancionado pelo Governo, que era de R$136,00 (Cento e trinta e seis reais) em 1999, foi necessário questioná-lo sobre o sustento da esposa e das filhas que continuavam morando na cidade, já que ele poderia estar utilizando de outras estratégias para obter mais renda. Diante do questionamento ele disse que:

> **Francisco de Assis:** Eu trabalhei muito tempo... Um tempo... Uns quatro, cinco meses durante o ano, eu trabalhava na fazenda vizinha num confinamento que tinha. Então, eu tinha um salariozinho. E foi assim, dessa maneira, que foi mantendo. Depois que veio o recurso é... De, de investimento, aí eu comprei um gado de leite. Aí... Mesmo assim eu comprei novilha, é... Demorou um pouco a parir essas novilha, né, e eu continuava trabalhando, pegando um serviço daqui, dum lado, doutro, pra ir tendo é... Uma renda. Aí, depois que o meu gado chegou, aí eu num podia mais alugar a pastagem.[351]

[350] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.
[351] Idem.

A alternativa empregada para gerar mais renda foi trabalhar na fazenda vizinha ao assentamento, onde anualmente se realizava o confinamento do gado de corte e outras atividades ligadas à pecuária. Manter a família na cidade e a permanência na fazenda, para garantir a posse da terra, exigia uma aproximação com os fazendeiros vizinhos, que constantemente acionavam os assentados para trabalharem em seus empreendimentos na condição de empregados temporários.

O que está presente na relação com o fazendeiro é a estratégia, porque a classe não proprietária conhece as próprias necessidades e sabe que elas não podem ser supridas sem que certas relações sejam mantidas, inclusive a de vender a força de trabalho esporadicamente, quando necessário, para aqueles sujeitos que compõem a classe proprietária, com a qual a luta pela terra estava sendo travada. Contudo, conforme vai dizer Thompson "Não se pode passar a vida inteira protestando; é necessário dissimular e lidar com o status quo"[352], para poder sobreviver e, neste caso, não fracassar na conquista pela terra. E isso vale tanto para os assentados quanto para os fazendeiros vizinhos porque, em primeiro lugar, eles que foram procurar os assentados quando estes ainda estavam acampados, ou seja, eles também tinham de "dissimular e lidar com o status quo".

Conforme irá dizer o Sr. Santana Galvão, a respeito de como conseguiram estabelecer uma relação de proximidade com a classe proprietária, que mora no entorno dos assentamentos:

> **Nelson**: Você lembra da primeira vaca que você matou, aqui, pra alguém? (serviço de açougueiro prestado)
> **Santana Galvão**: A primeira foi dentro do acampamento, né. O pessoal do assentamento. Aí, a segunda foi pro Luziano, porque o Luziano abraçou... Na época ele era vereador. Ele abraçou a causa dos assentado. E procurou a gente e deu muita assistência pra gente, deu muita ajuda pra gente aqui. Principalmente uma ajuda moral, que era uma coisa que a gente mais precisava, né. Ele tem fazenda aqui perto, também. Então, foi a primeira vaca que eu matei foi pra ele, pros fazendeiro. Aí, continuou até hoje e vai aumentando os freguês.
> **Nelson:** E, no caso, por exemplo, nessa época que você começou a matar vaca, aqui, como foi o contato com os outros fazendeiros, fora o Luziano?
> **Santana Galvão:** Não, aí o Luziano comentou com outros fazendeiro, que tinha eu, aqui, que matava vaca, que podia confiar. Aí, o Lazim Paranaíba (fazendeiro) me chamou e aí o Lazim já foi passando pros outros fazendeiro, também, né. Que, inclusive o meu preço, ele é abaixo do preço dos outros que vem da cidade, né. É bem abaixo do preço. Aí, eles me chama, passou a me chamar. E pelo jeito que eu arrumo a carne, também, né. Porque os outros que mora na cidade, eles vem e mata, desossa e põe

[352] THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. (Orgs.) Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 262.

> a carne em cima da mesa. Só isso aí. E eu já mato, desosso, tiro bife, limpo todas as muchiba; pico a carne no tamanho certo de guardar. Só não coloco no saquinho. O resto eu faço tudo: carne cheia... Aí, por esses motIvo aí, as pessoas já procura mais, né, que eu deixo a carne mais bem preparada.
> **Nelson**: E por que você resolveu cobrar um preço abaixo do que na cidade se cobra?
> **Santana Galvão**: Porque todo mundo que eu comecei matar, sempre me dão um pedaço de carne. E às vezes, até acima do... Então, eu fico assim: que eu vou ter que comprar carne, também, né. Aí, eu cobro um preço mais baixo, mas ganho muita carne, ganho muita coisa. Inclusive, até o Lazim, às vezes até fico com vergonha de cobrar dele, porque ele me ajuda muito. Teve um dia, eu tava buscando cana no vizinho, aqui no Paulinho (fazendeiro vizinho). Aí, ele... Cheguei aqui em casa. Passou um pouquinho, ele (Lazim) chegou com duas carreta de silo. Ele falou pra mim:
> **(Lazim):** "Vai buscar mais porque vai perder".
> **Santana Galvão**: E nesse negócio eu busquei catorze carreta. Então, quer dizer: qual fazendeiro que faz isso prum sem-terra, prum assentado da Reforma Agrária? Ninguém, né. E sempre quando eu preciso de trator ou alguma coisa dele, ele vem, num me cobra nada. Então, eu acho que a gente tem que fazer assim: um... Tipo uma troca de serviço, né.[353]

Se por um lado os assentados não rejeitavam a aproximação com o fazendeiro, porque sabiam que precisavam trabalhar e gerar renda para manter-se no assentamento e prover os familiares que ainda continuavam morando na cidade, durante o período de final de acampamento e início do assentamento, também estavam dispostos a aceitarem o apoio político daqueles que manifestavam o interesse em colaborar com seus objetIvos. Desse modo, um "apoio moral" era imprescindível, ainda mais vindo de uma autoridade política, que espalhou entre os fazendeiros vizinhos uma boa recomendação dos assentados, apresentando a ideia de que eles "podia confiar" naquelas pessoas que estavam sendo assentadas. Estabelecidos os primeiros contados, o Sr. Santana Galvão teve a oportunidade de trabalhar para o Sr. Luziano e, em seguida, também realizar serviços para outros fazendeiros. O fato de cobrar um preço bem abaixo daquele que era exigido pelos açougueiros da cidade, constituí-se numa estratégia de luta muito importante para ampliar os contatos, as relações sociais e ao mesmo tempo beneficiar-se financeiramente do que estava sendo oferecido no espaço local, além de que também podiam consolidar a confiança dos fazendeiros. Por essa perspectiva, as reciprocidades e solidariedades foram sendo construídas e representavam uma conquista que concorria favoravelmente à permanência na terra, pois "qual fazendeiro que faz isso prum sem-terra, prum assentado da Reforma Agrária? Ninguém, né", conforme indaga o Sr. Santana Galvão, ou seja, diante da luta

[353] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Santana Galvão (51 anos). Op. Cit.

travada com a classe proprietária, seria natural pensar aquela relação como sendo algo extraordinário. Entretanto, o que se percebe é que as atitudes de ambos (assentados e fazendeiros) eram permeadas pela confiança em estabelecer "uma troca de serviço", que não se constituía ou se realizava pela gratuidade de apenas uma das partes envolvidas, mas estava determinada pela necessidade de um, que enxergava os assentados como mão de obra abundante e barata, e pela urgência de outro, em obter trabalho e renda enquanto não tinha condições para produzir no lote.

As relações com os fazendeiros vizinhos eram parte de um contexto mais amplo das relações sociais e das estratégias políticas para permanência na terra, conforme se pode perceber quando o Sr. Santana Galvão relata que o vereador "abraçou a causa dos assentado. E procurou a gente e deu muita assistência pra gente. Deu muita ajuda pra gente". Na realidade, os assentados não ficavam esperando os políticos irem até eles para lhes oferecerem alguma ajuda. O apoio político já era uma conquista vivida em momentos anteriores à divisão da terra, como foi o caso dos acampados do P.A. Engenho de Serra, que haviam conquistado maquinário agrícola junto à prefeitura de Capinópolis para poder arar a terra onde iriam realizar uma produção coletiva. De acordo com o Sr. Benedito, quando indagado a respeito do que faziam durante o acampamento para obter renda, ele relatou que estavam:

> **Benedito:** Sempre trabalhando, assim... Prantando com ajuda das pessoas, né. Igual, no caso, naquela hora, devido a gente ter um grande conhecimento com o prefeito lá de Capinópolis, o Lucinho, Lucimar Batista Belchior, né - o nome dele - nos ajudou muito.
> **Nelson:** O prefeito de Capinópolis ajudou vocês?
> **Benedito:** Ajudou aqui, ajudou nóis aqui. Mandou trator pra cá, pra nóis, mandou óleo (combustível para o trator). Cê tá entendendo? Então, quer dizer que isso aí foi muito gratificante. Cê tá enendendo? Foi o ano... É... Foi o ano que nóis mais colhemo arroz. Inclusive, nóis temo fita (filmagem), é... Fazendo pilha de arroz. Cê tá entendendo?
> **Nelson:** No acampamento?
> **Benedito:** No acampamento, aqui, dentro da fazenda, aqui. Só que naquela hora num tava dividido. A gente pegava aquelas parte milhor de terra. Cê tá entendendo como é que é? Porque a gente num tinha nem como mandar fazer uma análise. Isso que eu falo procê: tudo isso é ordem de quem? Eles tinha que ajudar, eles tinha que mandar uma pessoa aqui, da Emater, cê tá entendendo? Mas, é... Eles num pensa nisso aí. Cê tá entendendo? Porque, uai, se tudo hoje tem tecnologia, porque que nóis num pudia ser assistido por eles aqui? Cê tá entendendo como é que é? Então, a gente fazia assim, na medida da gente, mesmo, cê tá entendendo?[354]

[354] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Benedito (55 anos). Op. Cit.

Desse modo, as relações estabelecidas no momento posterior à divisão da terra não eram situações simplesmente determinadas segundo os interesses dos políticos que se aproximavam dos acampamentos, como era o caso do Sr. Luziano, conforme relatado pelo Sr. Santana Galvão. A experiência vivida pelos acampados do P.A. Engenho de Serra, naquilo que foi narrado pelo Sr. Benedito, evidencia a participação ativa dos sujeitos em conquistar o apoio político que pudesse favorecer os seus empreendimentos de geração de renda. Se não conseguiam assistência dos políticos ou das instituições do município, empenhavam-se em alcançar os objetIvos utilizando-se de outras parcerias, que no caso dos acampados do P.A. Engenho de Serra, eram derivadas das experiências vividas com a prefeitura municipal de Capinópolis, cidade onde moravam antes de se tornarem assentados. Através dessas e de outras parcerias, que eram resultado da atuação política criativa das famílias, elas foram preparando as condições necessárias para que os parentes da cidade pudessem vir morar na terra conquistada, pois manter a posse do lote e também arcar com as despesas dos que residiam na área urbana não era uma tarefa fácil, ainda mais que o trabalho para os fazendeiros vizinhos era uma situação esporádica e, de certo modo, não era vivida por todos os assentados. Para alguns, a garantia da posse da terra estava dependendo da geração de renda, e como boa parte dos acampados não havia conseguido emprego nas fazendas vizinhas, a alternativa era obter renda de outra forma, até mesmo buscando trabalho noutros municípios da região. Para sair do assentamento em busca de emprego, tiveram que trazer os parentes da cidade para morar na terra enquanto ficavam várias semanas trabalhando noutros locais. Conforme decidido pelo Sr. Tomás de Aquino:

> **Tomás de Aquino:** Aí, vim pra cá, fiquei aqui dentro. Tinha hora que eu ficava de noite deitado na cama, aí, pensando na vida: Gente! Como é que eu vou viver aqui dentro? Como é que eu vou trazer a família pra viver aqui dentro? Sem dinheiro, sem renda, sem emprego, sem nada. Falei: Ah! Vou ver o que é que vira, vou tentar. Os outros tudo tá pelejando e de certo vai ficar, e eu vou tentar. Tinha dia que eu num dormia não. Aí, ficava... Aí fiquei... Fui em casa (na cidade). Quando cheguei lá em casa a muié perguntou:
> **(Esposa):** “Como é que tá lá?”.
> **Tomás de Aquino:** Lá é assim, assim e assim. Aí, vortei pra cá, fiquei mais uns dia e falei: agora eu vou organizar um barraco lá, bem feito, e depois eu vem buscar os trem pra vocês ir pra lá, pra ficar todo mundo junto. Eu num dou conta, porque pra mim ficar lá e ela ficar na cidade eu tinha que ter despesa de água, despesa de energia, de... Despesa dos menino, tudo. Tinha que gastar com eles mais do quê aqui, porque aqui tava sozinho, qualquer coisa eu me virava. Então, aí eu falei: Vamo ficar tudo junto porque

> onde tiver todo mundo junto o que der pra arrumar pra um, vai arrumar pra todos. Aí, por aí nóis vei. Aí ela:
> **(Esposa):** "Então, ruma lá".
> **Tomás de Aquino:** Rumei o barraco bem arrumado. Aí, como nóis tinha uns trem que num podia vim, que era geladeira, televisão e outras coisa, que nóis deixou em Capinópolis, com meu genro. E trouxe só o necessário, mesmo, que podia ficar aqui no meio do cerrado. Aí, nóis vei. Arrumei um caminhão e joguemo esses trem em cima e eu tinha uma porção de madeira serrada, de madeira que eu tinha ganhado umas tora. Ai, tinha serrado essa madeira, e essa madeira ia servir pra nóis depois fazer a casa, né. Vou levar essas madeira. Aí, pus a madeira tudo por baixo e aquela treinheira tudo por cima e nóis vei embora.[355]

O Sr. Tomás de Aquino estava vivendo um dilema que certamente os demais haviam enfrentado quando receberam o lote. Em sua fala é possível entender que a decisão de permanecer na terra não é algo totalmente definitIvo, pois ocorre pela via da tentativa, como se pode analisar quando ele diz que "Os outros tudo tá pelejando e de certo vai ficar, e eu vou tentar. Tinha dia que eu num dormia não". E então, ficava pensando como iria resolver a situação da família que morava na cidade, pois como traria sua esposa e filhos para um local que não possuía sequer condições de moradia? A decisão em manter a conquista do lote havia suscitado outras decisões ainda mais amplas, referentes ao modo como garantiria os meios de vida a partir da terra para prover a si e seus familiares, que viriam para o assentamento. Esta era uma preocupação capaz de tirar-lhe o sono. Porém, quando resolveu firmemente em trazer a família para morar no lote, teve a estratégia e a coragem para encerrar a trajetória construída na cidade e recomeçar outro projeto de vida, conforme o improviso da moradia que se tornava uma viável para residir no assentamento. Deixou alguns eletrodomésticos para trás, na casa do genro, já que no assentamento ainda não tinha energia elétrica, além de que o barraco pequeno não comportaria tudo aquilo que continha na casa da cidade (móveis e eletrodomésticos). A partir da instalação da família no barraco improvisado, o Sr. Tomás de Aquino saiu em busca de uma alternativa de produção dos meios de vida fora das escassas possibilidades de geração de renda que o lote, o assentamento e as fazendas vizinhas ofereciam. De acordo com o Sr. Tomás de Aquino:

> **Tomás de Aquino:** Aí, eu falei pra muié... Eu falei: Ó, vamo fazer assim: você vai ficar embarracada (no lote) segurando a bronca e eu vou cair no mundo. Eu, eu vou cair no mundo. Aí, eu sumia daqui e ficava até trinta dia fora daqui, trabalhando no mei do mundo, aí. Aí, chegava dentro de casa... E eu pagava trinta por cento, pagava trinta por cento (para o movimento).

[355] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Tomás de Aquino (55 anos). Op. Cit.

> Eu saía e eles me cobrava porque ficava muitos aqui que não tinha nenhuma renda, aqui dentro (no assentamento). Cê entendeu? Aí, aqueles trinta por cento era pra ajudar quem tava ajudando, também, né, quem tava dando força, ajudando o assentamento. Então, aquilo era o que nóis ia fazendo. Aquilo e... E, eu pagava dos mais satisfeito. Eu sabia que tava ajudando quem tava precisando, também, né. Aí, eu chegava, falava: Ó, moçada, eu ganhei tanto, né. Ganhei tanto, quanto eu tenho que pagar? Cê tem que pagar tanto. Aí, eu já passava o dinheiro pra eles. Aí, eu ia na cidade, arrumava um carro aqui no assentamento, perto dos vizinho, e nóis ia pra cidade, fazia feira e abastecia a casa bem abastecida e, de novo, sumia de novo. E era assim... Eu levava a minha vida assim, nesse vai e vem. Fui pelejano, pelejano até sair os crédito (financiamento do Governo).[356]

A geração de renda, obtida fora do assentamento, não era utilizada apenas para manter a família na terra, mas contribuía para sustentar aqueles que também haviam se tornado assentados e que não tinham condições de sair da terra para trabalhar noutras localidades. A sua contribuição de trinta por cento sobre o valor recebido em dinheiro, era uma expressão do reconhecimento que tinha em relação à importância dos demais companheiros de luta para a consolidação do assentamento, pois “eu pagava dos mais satisfeito. Eu sabia que tava ajudando quem tava precisando, também, né. Aí, eu chegava, falava: ó, moçada, eu ganhei tanto, né”, e assim exercia um papel fundamental de suprir parcialmente a ausência dos órgãos públicos, especialmente do INCRA, que deveria ter liberado os financiamentos do PRONAF (Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar) e outros recursos denominados de Crédito Fomento ou Crédito Apoio para as famílias que haviam repartido a terra, porém, não os liberavam de forma imediata. Aqueles beneficiários tinham que adotar estratégias para poder morar no lote, sendo que em vários casos a construção de um barraco de lona era a alternativa mais viável naquele momento. De acordo com o Sr. João da Cruz e sua esposa Dona Fátima de Jesus:

> **Nelson:** E então, quando o senhor recebeu esta terra aqui, o senhor já veio pra cá e já construiu um barraco, como é que foi?
> **João da Cruz:** Já! Construí um barraquinho lá, lá na frente ali, sabe? Fiz um barraquinho lá de... Sozinho, sabe? De plástico. Eu fui lá e cortei uns bambu lá, sabe? Fiz de bambu, mesmo, né, porque não tinha condição de fazer. Fui lá, cortei uns bambu, cortei taboca, comprei uns plástico...
> **Dona Fátima de Jesus (esposa):** E eu ajudei, né. Fiquei quase aleijada de tanto carregar taboca.

[356] Ibidem.

> **João da Cruz:** Aí, nóis fizemo esse barraquinho lá e ficamo até quando eles mandaram esse dinheiro aqui, ó (para construção da casa definitiva). Nóis ficou muito tempo embarracado lá.[357]

A necessidade de estar no lote, de apropriar-se efetivamente da terra, conduziu algumas famílias a construírem um barraco improvisado, aproveitando alguns materiais disponíveis nas áreas de mata do cerrado, como era o caso do bambu e da taboca, utilizadas para armar a estrutura de sustentação, conforme é apresentado pelo Sr. João da Cruz. Ao longo da moradia no lote, ele foi melhorando a estrutura do barraco, colocando telhas e outros materiais (caibros), até poder construir a própria casa. As fotos de 11 a 14 mostram o barraco com as respectivas modificações.



Foto 11: Quintal onde havia uma estrada principal da fazenda. Autor: Cruz, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 12: Barraco localizado próximo à antiga porteira da fazenda, ao lado de onde existia um curral. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 13: Porta de entrada para o barraco, cujo telhado é baixo. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 14: Interior do barraco, onde, hoje, se criam galinhas. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.

[357] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. João da Cruz (63 anos) e Sra. Fátima de Jesus (57 anos). Op. Cit.

Na época de realização da entrevista, o Sr. João da Cruz informou que aquela construção, que já fora local de moradia, estava sendo utilizada atualmente para criação de galinhas e que preferiu construir a casa de alvenaria noutro local. Ainda segundo a entrevista:

> **Nelson:** Por que o Senhor escolheu fazer o barraco aqui, nesse local?
> **João da Cruz:** Isso aqui (foto 12) era um curral de arame, sabe? Então, eles (os vaqueiros da fazenda) tirava leite aqui, tirava dali e tirava ali. Aí, eu cheguei aqui, sabe? Aqui, era... O mato tava dessa altura, assim, o capim. Aí, eu vi. Falei: Vou fazer aqui mesmo. Meti a enxada, aqui, sabe? Capinei e fiz o barraco. Fiz de bambu, no começo. Depois que eu fiz de (caibro). A gente dormiu aqui, um bom tempo. Chovia e num molhava de jeito nenhum, aqui dentro. Eu tenho saudade daqui de dentro, sabe? É fresquinho. Num é quente.[358]

Apesar do Sr. João da Cruz mencionar que sentia saudade em relação ao barraco de lona, ele preferiu morar na casa construída com o recurso financeiro do Governo. Nesse sentido, a construção improvisada demonstra que as famílias não descartavam totalmente a ação do INCRA quanto ao fornecimento de recursos para construção da casa. Aqueles que tinham alguma alternativa de renda a empregavam noutras necessidades consideradas mais importantes, que eram suportes para que pudessem manter a posse da terra – conforme o diálogo estabelecido com várias famílias durante os trabalhos de campo –, sendo que o improviso dos barracos também refletia a incerteza e a desconfiança de que o destino escolhido poderia não ter o sucesso esperado. A precariedade e a privação daquele momento inicial existiam de fato como um empecilho à permanência na terra, ainda que fossem suplantados pelas estratégias de conseguir renda trabalhando dentro ou fora do assentamento e pela crença na possibilidade de uma mudança de vida, quando efetivamente recebessem o apoio financeiro do Governo para concretizarem os projetos gestados desde o engajamento na luta pela terra.

No P.A. Renascer, onde o Sr. João da Cruz reside atualmente (2015), alguns assentados moraram cerca de três anos nos barracos improvisados, como foi o caso da Sra. Bernadete Soubirous. As fotos abaixo se referem aos barracos que ela construiu assim que recebeu o lote por sorteio. O primeiro (fotos 15 e 16), que na época da entrevista estava sendo desmontado, foi o local onde a Sra. Bernadete

[358] Ibidem.

Soubirous morou, sendo que o segundo barraco (fotos 17 e 18), era utilizado pelo filho e a nora, que no começo do assentamento haviam se mudado para o lote conquistado pela mãe.



Foto 15: Barraco onde a Sra. Bernadete Soubirous morou por quase três anos antes da construção da casa de alvenaria. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 16: Interior do barraco sem parte do telhado. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 17: Barraco de lona onde morava o filho e a nora da Sra. Bernadete Soubirous. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 18: Interior do barraco que atualmente é utilizado como dispensa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.

Como se pode observar, são construções pequenas, possuindo, no máximo, dois cômodos de divisão interna. As paredes eram construídas com lona plástica e, nos casos apresentados, a cobertura era feita de telhas de cerâmica (barro), sendo que o tamanho aproximado dos barracos atingia cerca de 18 metros quadrados. Esse espaço de moradia servia tanto para os assentados, quanto para seus familiares. De acordo com a Sra. Bernadete Soubirous:

> **Nelson:** E esse outro barraco, aqui? (foto 17)
> **Bernadete Soubirous:** Esse aqui que eu vou te contar a história. Eu subi e cobri. Aí, o meu filho, que é deficiente, que fez o banheiro e fez a fossa.

> Aqui (foto 18), é onde eu tô pondo as coisa. Mas, o meu menino chegou a morar aqui, mais a moça que ele morava com ela. Tá vendo? Ele morava aqui. Tinha água encanada. Isso aqui (o piso), foi ele que queimou todinho o piso, pôs o vaso (sanitário). Aí, depois veio minha irmã. Morou comigo, aqui. Mas, ela não quis ficar e foi embora pro Goiás, de novo. Eu fiz o piso pra ela. Mas, no meu, lá (foto: 15), num tinha piso, não.[359]

Essas condições precárias de moradia evidenciam a dificuldade que é manter a posse da terra. Apesar de serem pessoas pobres, elas ansiavam por uma realidade melhor do que aquela vivida nas cidades de onde vieram. E assim resolviam levar adiante essas estratégias improvisadas porque eram e são criativas, resistentes e insistentes naquilo que decidem conquistar. E como a luta pela permanência na terra se dá via tentativa, não descartam a possibilidade de abandonar a posse do lote. Estão prontas para analisar as vantagens e desvantagens de continuar morando naquelas condições e circunstâncias desconfortáveis e, também, em certos casos, desanimadoras. Essas circunstâncias demonstram o quanto os seus modos de viver estão permeadas por estratégias para amenizar alguns problemas e recobrar o ânimo para manter-se firme no assentamento. A experiência de moradia na terra, vivida pela Sra. Bernadete Soubirous, aproxima-se da realidade de outros assentados do P.A. Renascer, que também tiveram que morar em barracos improvisados. De acordo com os relatos do Sr. Maximiliano Kolbe e da Sra. Jeana Beretta:

> **Maximiliano Kolbe:** Aqui, toda vida, por causa da lona, era quente. As duas criança nossa... Nóis colocava eles... Num tinha piscina, a gente punha dentro dum tambor d'água pra eles ficar brincando. Aí, depois, a gente conseguiu uma caixa (d'água) de 500 litros. Aí, a gente punha eles dentro da caixa pra eles brincar.
> **Jeana Beretta (esposa):** Um dia deu uma chuva. Mas, era uma chuva tão pesada que eu fiquei dependurada nesse plástico aqui, ó, segurando.
> **Maximiliano Kolbe:** Aqui, foi um sofrimento grande, aqui, onde nóis passou grande parte.
> **Jeana Beretta (esposa):** Aqui tinha... Quer ver? Um... Três cama de casal, duas de solteiro e um berço. Dormia todo mundo junto, aqui.
> **Maximiliano Kolbe:** Aí, meu irmão, que tinha o chão lá na frente, vinha praqui e vivia todo mundo junto. Ficava com a gente, né. Era uma turma, aí. Graças a Deus, passou e agora melhorou bastante.
> **Jeana Beretta (esposa):** A gente fazia até pamonha. Parece que quando a coisa é mais difícil, sei lá, você tem mais coisa pra fazer. Fazia pamonha numa dificuldade, num calor. Mas, era bom. A enxurrada vinha e tinha que suspender os trem (os poucos móveis), porque a chuva vinha mesmo.
> **Maximiliano Kolbe:** Mas, é aquele negócio: se o cara fala assim... Porque a gente morava na cidade. Lá, a gente tem a casa da gente, a gente tem

[359] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Bernadete Soubirous (52 anos). Op. Cit.

> tudo. Vamo pro barraco? Se o cara num tiver opinião e vontade, o cara num vai não.
> **Jeana Beretta (esposa):** Teve uma vez que chegou um casal aqui que queria falar com ele (com o Maximiliano Kolbe), porque queria um pedaço de chão. Só, que ela (a mulher) falou: se fosse pra morar em barraco, ela num queria não, era difícil.
> **Maximiliano Kolbe:** Aí eu falei pra ele (pro homem): então, você larga mão. Se você num costumar num barraco, você num vai ter... Você vai pegar o chão, você vai vender. Porque se você acostumou de morar ali (no barraco), você num vai ter dificuldade nenhuma. Na hora que começar apertar, você vai embora. Então, a gente tem que passar apertado dentro do barraco, pra você ter... Tem gente que parece que num acostuma com as dificuldade. Na hora que o trem começa a apertar eles saem. Mas, é assim mesmo.[360]

Se a construção do barraco improvisado pode ser entendida como estratégia cultural para manter a posse da terra, o jeito de viver aquela circunstância precária é um componente ainda mais importante a ser analisado, porque a moradia no barraco é inserida numa dinâmica mais ampla dos modos de vida, que são convertidos em modos culturais de luta e de resistência. Como relata o Sr. Maximiliano Kolbe, a alternativa para amenizar o calor das crianças consistia na utilização de um tambor d'água para que ali pudessem brincar. De acordo com a descrição da Sra. Jeana Beretta, o espaço da "casa" parecia ser pequeno para a quantidade de camas e de pessoas, mas, conforme ela relata, apesar das dificuldades, ainda "era bom", porque o viver junto trazia ânimo e persistência para enfrentar os percalços da circunstância vivida. Isso se dava porque as duas famílias que moravam no barraco (considerando a família do irmão do Sr. Maximiliano Kolbe) tinham a oportunidade de trabalhar juntos naquelas terras, bem como a possibilidade de continuar alimentando as esperanças a respeito dos projetos de vida, que haviam sido gestados em função do uso e da apropriação do lote. As suas falas ainda evidenciam a existência de um conteúdo pedagógico muito importante quanto à moradia no barraco, pois "Se você num costumar num barraco, você num vai ter... Você vai pegar o chão, você vai vender", ou seja, encaravam aquela experiência como necessária e fortalecedora para poderem continuar morando no assentamento, pois era preciso resistir às precariedades da vida no campo e, de certa maneira, isto só poderia ser alcançado pela experiência de morar um período de tempo debaixo de um barraco de lona. Assim, quando foram procurados por um casal, que desejava se tornar assentados da Reforma Agrária, o Sr. Maximiliano

[360] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Maximiliano Kolbe (49 anos) e Sra. Jeana Beretta (51 anos). Op. Cit.

Kolbe desaconselhou-os da intenção, pois a mulher disse, segundo a Sra. Jeana Beretta, que “se fosse pra morar em barraco, ela num queria não, era difícil”.

A demora na liberação dos recursos de investimento na terra parece até uma ação proposital do Governo, uma espécie de triagem empreendida pelos órgãos gestores da Reforma Agrária para selecionar os assentados que fossem mais capazes de resistir às privações financeiras e às precariedades da moradia em barracos improvisados. Em alguns casos, o recurso para a construção das casas demorou aproximadamente dois anos para ser liberado, contados a partir do momento em que os lotes foram repartidos (sorteados ou escolhidos em acordo) entre os beneficiários, o que justifica, no caso do P.A. Renascer, as famílias terem morado quase três anos nos barracos de lona. No P.A. Divisa, a situação não foi diferente, pois também lá os recursos de investimento vieram fragmentados e atrasados. Dentre eles, o recurso para habitação veio quase dois anos depois que os assentados repartiram a terra. De acordo com o Sr. Francisco de Assis:

> **Nelson:** E qual que foi a ajuda do INCRA, para o início do assentamento?
> **Francisco de Assis:** Logo após a emissão de posse, é... Eles fazem depois de uns três, quatro meses, eles deram um crédito que chama... Hoje chama Crédito Apoio. Na época, chamava Crédito Fomento. Então, era uma ajuda pequena. Na época (ano de 1999), pra nóis, foi mil e quatrocentos reais. Hoje (ano de 2013), esse crédito ele tá quase cinco mil reais, né. Quando veio a emissão de posse, tá definitIvo para pessoa comprar alguma ferramenta, comprar, às vezes, uma vaca, uma coisa pra ele ter um iniciozinho, né. E aí, esse foi o primeiro. Depois do parcelamento, que ele veio depois de seis mês... Depois de um ano, que veio o parcelamento oficial do INCRA, né, aí que começou vir os primeiros créditos, né, pra você cercar o lote e comprar os animais. Isso aconteceu depois de dois anos, né. Então, pra nóis, nós entramos (ocupamos a fazenda) no final de 1998. Esse crédito chegou em julho de 2000, né. Em julho... Não... Setembro para Outubro de 2000 foi que chegou o primeiro parcelamento. O primeiro recurso de investimento pra nóis, é... Cercar a área, cada um cercar seu lote. E aí depois é que veio habitação.[361]

De acordo com o trecho acima, o recurso para habitação parece ter sido o último a ser liberado. Isso indica que a ocupação da terra, segundo o Governo, tem que ser realizada, primeiramente, a partir da produção agrícola, embora uma das principais cobranças do fiscal do INCRA, no início do assentamento, era de que os beneficiários deveriam permanecer morando no assentamento para garantir a posse da terra. Conforme alguns relatos colhidos em campo, o fiscal exigia que todos os

[361] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.

assentados comparecessem às reuniões. Mas, devido à situação precária de moradia, nem todos os que receberam a terra resolveram permanecer morando nela. Alguns ainda possuíam casas na cidade, seja ela própria ou alugada, além de estarem empregados em alguma atividade urbana. Desse modo, eram avisados das reuniões e costumavam ir para o assentamento pouco antes delas efetivamente ocorrerem. Essa situação evidencia a existência de outra estratégia para manter a posse do lote, que era a de continuar morando na cidade depois que a terra fosse repartida, e a partir de lá aguardar a liberação dos recursos para construção da casa e demais infraestruturas. Contudo, o grupo dos que empreendiam essa estratégia era pequeno e composto principalmente daqueles sujeitos oriundos de Ituiutaba, porque a maioria não arriscou voltar para os municípios de origem. Sabiam muito bem que o trabalho empreendido para a conquista da terra precisava ser valorizado, de modo que a melhor forma de garantir a posse seria permanecer no assentamento.

Depois que o recurso destinado à habitação foi liberado pelo INCRA, as famílias tiveram que seguir um padrão de construção das casas conforme a planta e as especificações previamente determinadas, de maneira que a prestação de contas com o gasto dos recursos iria depender da maneira como construiriam a casa. Portanto, deveriam erguer as residências conforme os projetos apresentados nas imagens 07 a 10:

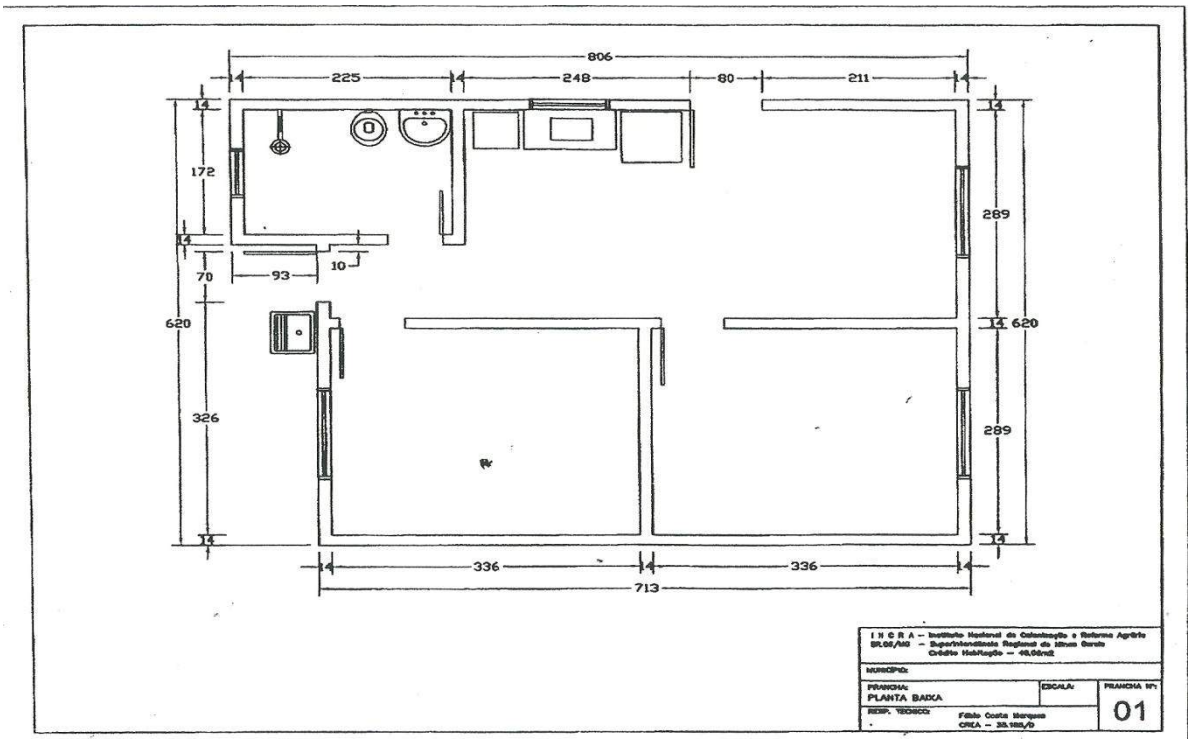


Imagem 07: Planta baixa para uma casa de 48,06 metros quadrados, contendo dois quartos, uma cozinha, um banheiro e uma pequena área de serviço (lavanderia). Fonte: Acervo particular do Sr. Maximiliano Kolbe.

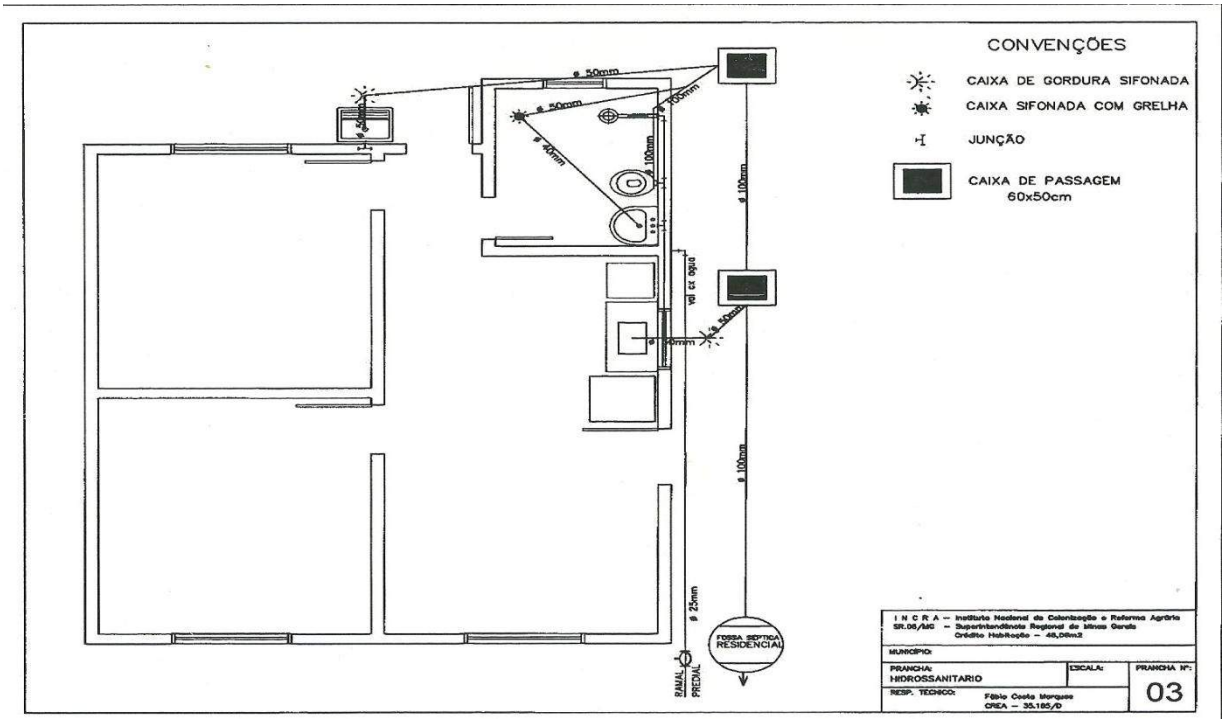


Imagem 08: Planta baixa com o desenho do projeto hidrossanitário, indicando onde devem ser instaladas as caixas coletoras do esgoto doméstico. Fonte: Acervo particular do Sr. Maximiliano Kolbe.

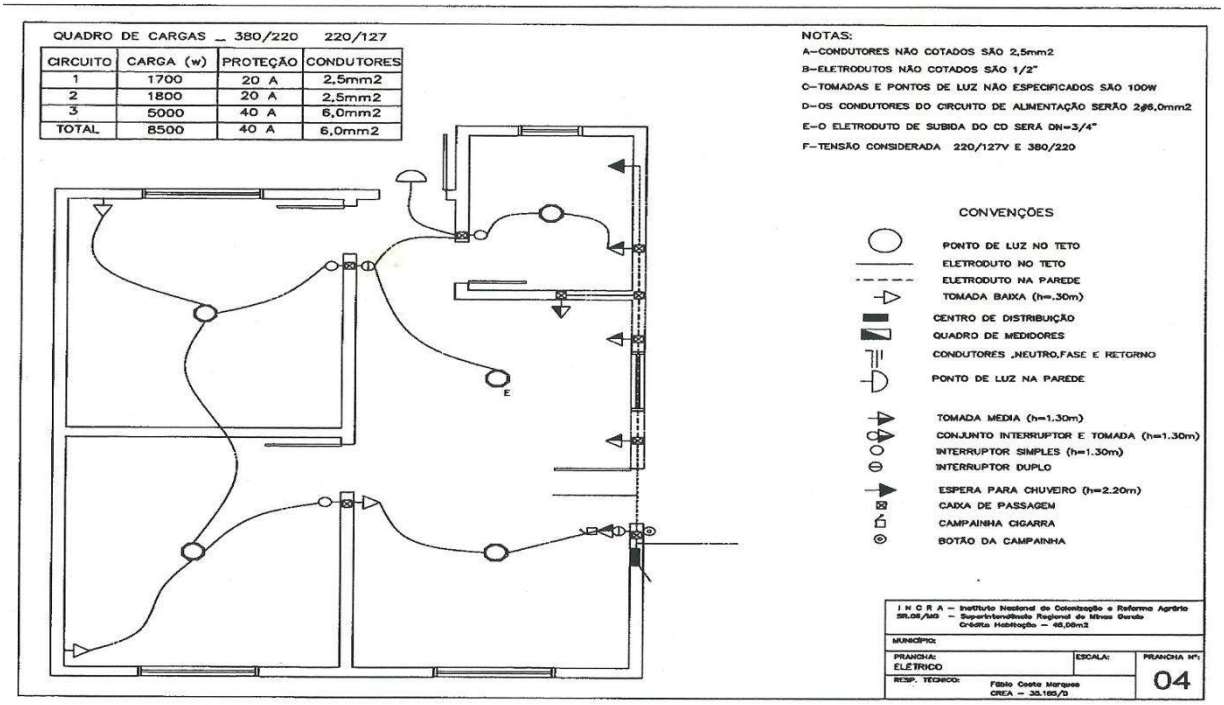


Imagem 09: Planta baixa contendo o desenho da instalação elétrica da casa, com a localização de pontos de tomada, pontos de luz, centro de distribuição e outros pontos da rede interna. Fonte: Acervo particular do Sr. Maximiliano Kolbe.

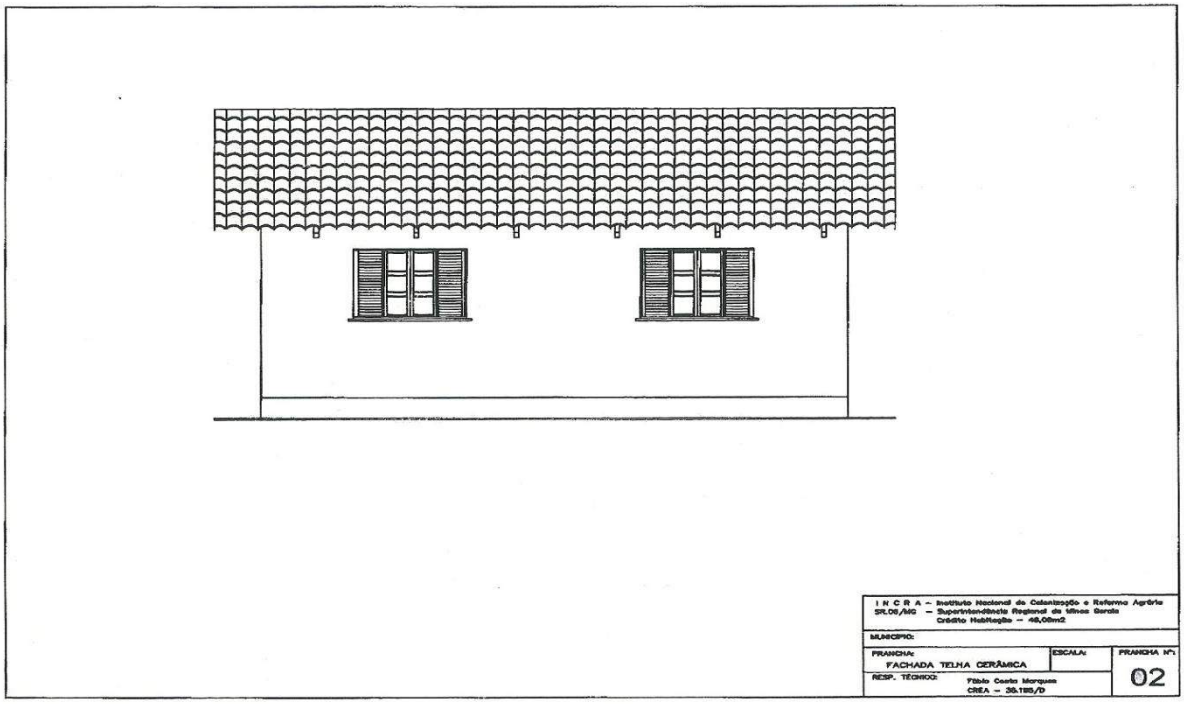


Imagem 10: Desenho da fachada externa da casa. Fonte: Acervo particular do Sr. Maximiliano Kolbe.

As casas dos assentamentos Divisa, Engenho de Serra, Douradinho e Chico Mendes, foram construídas entre os anos 2000 e 2001, quando o recurso liberado pelo INCRA correspondia ao valor de R$2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), incluindo-se aí os gastos com materiais de construção e pedreiros. A estratégia que alguns assentados empregaram para construí-las foi mantida pelo trabalho de mutirão e pelo pagamento parcial de mão de obra especializada. As fotos de número 19 a 22 apresentam algumas casas dos assentamentos:



Foto 19: Casa construída no ano de 2001 com utilização de parte dos recursos fornecidos pelo crédito habitação do INCRA. Projeto de Assentamento Divisa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 20: Casa construída no ano de 2001 com a utilização de parte dos recursos fornecidos pelo crédito habitação do INCRA. Projeto de Assentamento Divisa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007.



Foto 21: Foto aérea de parte da área de um lote no Projeto de Assentamento Engenho de Serra. Fonte: Acervo particular do Sr. Josemaría Escrivá.



Foto 22: Casa construída no ano de 2001 com parte dos recursos fornecidos pelo crédito habitação, do INCRA. Projeto de Assentamento Engenho de Serra. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2013.

No Projeto de Assentamento Renascer as casas também foram construídas a partir do modelo de base fornecida pelo INCRA, já que a fiscalização sobre o gasto do recurso, conforme o próprio órgão exigia, seria de acordo com os detalhes

constantes na planta. Apesar dessa exigência, algumas famílias tiveram a iniciativa de ampliar o tamanho da casa, conforme se pode observar nas fotos 23 e 24. A primeira foto apresenta uma construção similar àquela desenhada nas plantas do INCRA, enquanto a segunda possui uma área ampliada, que foi construída com recursos financeiros próprios do assentado.



Foto 23: Casas do Projeto de Assentamento Renascer localizadas na parte baixa de divisa com a serra. Elas possuem um acabamento mais completo (reboco) do que aquelas construções dos demais assentamentos vizinhos. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 24: Casa construída com a utilização de parte do crédito habitação do INCRA. O proprietário acrescentou mais cômodos do que a quantidade exigida pelo INCRA. Projeto de Assentamento Renascer. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.

De acordo com o Sr. Maximiliano Kolbe:

> **Maximiliano Kolbe:** O INCRA, aqui, ele só dá essa parte dessa casa, aqui. Só o... Parece que é quarenta e seis metro quadrado. É isso aí que o INCRA dá. Se a gente quiser fazer mais (construir mais cômodos), tem que fazer por conta.
> **Nelson:** E ele dá uma planta de como fazer a casa?
> **Maximiliano Kolbe:** Dá. É duas planta que tem. Tem essa de quarenta e seis e tem uma de cinquenta e seis (metros quadrados). Aí, fica no seu critério. Só, que essa de quarenta seis, se você ficar com a de quarenta e seis, você tem três mil (reais) pra você pagar o pedreiro. Se você pegar a de cinquenta e seis você tem que fazer o pedreiro por sua conta, você num tem nada. Dá pro material e o resto você se vira.
> **Nelson:** Aí, quando você fez, você resolveu fazer por esse modelo, ou você fez a casa (de outro jeito)?
> **Maximiliano Kolbe:** Eu fiz pelo mesmo modelo. Teve algum... Um mesmo, lá em cima da serra mudou. Mas, é aquele negócio: o INCRA chegou e falou:
> **(Servidor do INCRA):** "Vocês não muda porque se mudar o INCRA num aceita".
> **Maximiliano Kolbe:** Mas, podia ter mudado. Mas, aí, eu falei: Ah! Vou seguir o que ele pediu, né. Vinha (os outros), perguntava se ia mudar. Eu falava: eu num vou mudar a minha. Aí, só esse (de cima da serra) que mudou. O resto tudo fez igual.
> **Nelson:** E pra casa? Qual é o valor que eles disponibilizam?
> **Maximiliano Kolbe:** Quinze mil (reais). Igual: essa aqui foi doze (mil reais) de material e três (mil) de pedreiro. A outra lá, de cinquenta e seis (metros quadrados) é quinze mil (reais), pra você comprar só com material.
> **Nelson:** Essa casa, aqui, é bem grande, né. Ela num foge do padrão (do INCRA)?
> **Maximiliano Kolbe:** Não. O corpo da casa, aqui, é o que tá na planta (do INCRA). O resto: As área, as coisa, isso aí é fora (recurso próprio), foi eu que fiz.
> **Nelson:** Mas, aí, o INCRA não encrencou, não, de você ter aumentado?
> **Maximiliano Kolbe:** Não. Se você quiser acrescentar por sua conta, você pode.
> **Nelson:** E pedreiro para fazer a casa? Foi fácil de arrumar?
> **Maximiliano Kolbe:** A gente trouxe da cidade. Teve um pessoal, aí, que vei. Sempre pegava duas, três casa (pra construir) e ia fazendo.[362]

Apesar de o entrevistado ter adotado como referência a primeira planta (48,06 m²), para construir a própria casa, ele ampliou a construção por conta própria (foto 24), empregando recursos complementares da renda particular. O recurso de habitação liberado pelo INCRA foi de R$15.000,00 (Quinze mil reais), no ano de 2010, sendo que o valor de R$3.000,00 (Três mil reais), por ele citado, já era incluso no montante. Para construir uma casa de 58 m², o valor era o mesmo, porém, o INCRA exigia que o gasto fosse destinado apenas para o material de construção, sendo que o gasto com mão de obra deveria ser pago pelo próprio assentado.

[362] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Maximiliano Kolbe (49 anos). Op. Cit.

Muitos assentados relataram que, na época, nenhum pedreiro queria fazer a casa com esse valor de três mil reais.

A demora do INCRA em liberar o recurso para habitação, bem como as exigências estabelecidas para a utilização do dinheiro disponível, evidencia a distância das políticas públicas em relação às necessidades reais e concretas das famílias assentadas. Como se pode verificar nas entrevistas, a lógica de ocupação da terra esteve orientada conforme a moradia no lote conquistado, pois um barraco improvisado foi a primeira infraestrutura construída nos limites da área recebida. No entanto o fato de morarem na terra, passando todas as dificuldades relacionadas à baixa renda e ao improviso do barraco, não é uma reação direta das imposições governamentais. São antes ações conscientes do desejo de mudança de vida e da ânsia em colocar em prática os projetos que já eram sonhados e compartilhados com os companheiros de luta. Desse modo, o desencontro na relação entre as prioridades das famílias assentadas e aquelas que são definidas pelos órgãos gestores da Reforma Agrária, gera incertezas sobre continuar na luta pela terra ou abandonar a conquista. Geralmente, as famílias não sabem muito bem o tempo que ficarão morando no barraco improvisado, pois não possuem certeza da data na qual os recursos para habitação serão liberados. Mesmo assim, enfrentam a realidade incerta com aquilo que tem disponível em seus modos de vida, sendo que a liberação dos recursos não é uma garantia total de que permanecerão morando no lote.

Conforme analisado anteriormente, a construção das casas foi possibilitada pela adição de estratégias que pudessem complementar aquilo que o recurso financeiro não podia prover. Empreender um mutirão e realizar trocas de serviços constitui algumas das alternativas que fazem parte das experiências das famílias assentadas. Desse modo, os limites da atuação dos órgãos gestores tendem a ser suplantados por iniciativas que vão desde a geração de renda pelo aluguel da terra aos fazendeiros até às alianças políticas que permitam conquistar benefícios que os auxiliem em permanecer morando no lote. Para cada desafio vivido em relação à luta pela terra, existem estratégias culturais que os fazem prosseguir ou desistir dos projetos de vida ligados à Reforma Agrária. Por isso, nem todos que recebem a terra estão dispostos a ter de viver em barracos improvisados ou ter que manter os meios de vida dependendo de uma renda pequena enquanto precisam aguardar os

benefícios do Governo. Muitos desistiram da empreitada e acabaram vendendo o direito à posse da terra, como será mais bem analisado no próximo capítulo.

Para conquistar a terra e garantir sua posse, muitos assentados tiveram de abandonar a moradia na cidade e enfrentar os conflitos, disputas e embates internos à classe não proprietária. Para isso, alguns contam com ajuda dos parentes enquanto outros buscam realizar alianças políticas com pessoas influentes da cidade. Outros encaram o improviso da moradia no lote como sendo uma circunstância inevitável de suas vidas, porém, fortalecedora para continuarem sonhando e lutando pelos projetos de vida. Desse modo, suas experiências sociais derivam de práticas que conectam passado e presente, como momentos essenciais na elaboração do futuro, daquilo que sonham viver a partir das conquistas reais do momento presente. O desejo de dormir no lote no mesmo instante em que ele se tornou uma posse, também está no contexto de uma escolha fundamentada nas relações sociais e nos modos de vida que modelaram as aspirações e a realidade concretamente vivida no lugar. O abandono do lote, pelo mesmo não atender às expectativas de terra boa (terra fértil) com água abundante, também reflete uma escolha cultural em que a realidade é também analisada conforme as certezas de que a posse da terra valerá ou não a pena. E acima dessas questões também podem ser apresentadas aquelas nas quais as famílias tiveram a persistência de se apropriarem da terra conforme a "sua própria medida", daquilo que tinham disponível para conseguir viver ali, naquele lugar que conforme a fala do Sr. Antônio de Pádua "um lugar desse aqui num tinha um pé de pau, num tinha nada"[363], e mesmo assim, muitos arriscaram na construção de uma casa improvisada, feita de lona plástica.

A produção do lugar, sendo ela uma construção edificada nas experiências sociais, vai sendo realizada a partir de escolhas culturalmente determinadas, que se apresentam no jogo de relações em que o sujeito não é obrigatoriamente determinado pelas relações institucionais. Elas participam das experiências como forças sociais ativas, que atuam no interior dos modos de vida, aparecendo efetivamente na maneira como os sujeitos vão construindo sua realidade material e modificando as relações socialmente instituídas. Desse modo, a escolha em permanecer na terra carrega consigo um conjunto de outras decisões que estão sempre orientadas conforme os dilemas de seguir adiante ou de desistir da luta.

[363] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Antônio de Pádua (62 anos). Op. Cit.

Para aqueles que não recuaram diante das dificuldades, as estratégias de geração de renda demonstram o quanto estão abertos às possibilidades oferecidas pelo lugar. São capazes de trabalhar para a classe proprietária, representadas pelos fazendeiros vizinhos, pois conhecem as próprias necessidades e, por isso, nem sempre recusam o que lhes é proposto, afinal "Não se pode passar a vida inteira protestando; é necessário dissimular e lidar com o status quo"[364]. Desse modo, vão avançando na luta pela terra porque são persistentes e conhecem as vantagens de estabelecer alguns contatos com os sujeitos do lugar. Modelam a sua realidade conforme o que lhes é disponível no presente, acionando constantemente as experiências sociais do passado, que ainda permanecem vivas numa dinâmica social que as altera ao mesmo tempo em que também é alterada no momento presente. Considerando essa lógica, é possível entender o lugar como sendo o espaço construído pelas experiências sociais que são vividas no interior das decisões sobre quais estratégias serão adotadas para prosseguir na lutar pela terra. O lugar não é uma realidade espacial inerte, por isso é composto por uma dinâmica condicionada pelos modos de vida, naquilo que os sujeitos possuem para lidar com a realidade, que precisa ser modelada segundo as suas necessidades sociais diversas. Mas, como o lugar é um espaço de luta contra os processos e pressões hegemônicas, as estratégias de luta são constantemente acionadas no campo das experiências e, de certo modo, construídas na realidade vivida, afinal, o lugar sempre reserva obstáculos culturais que só podem ser combatidos e ultrapassados no terreno da própria cultura.

3.4 – Idoneidade e honestidade: o lugar da desconfiança

> **Nelson:** Como que foi, por exemplo, o povo da cidade em relação a vocês, quando vocês tava acampado ou depois? Ou quando vocês tinha que ir à cidade resolver alguma coisa?
> **Josemaría Escrivá**: A gente era visto diferente, entendeu? Até os político, na época, tinha uns político aí que não gostava da gente de jeito nenhum. Romão... Hoje não, já tá puxando o saco da gente. Mas, de primeiro, quando a gente chegou aqui, tinha um vereador: Ricardo Avalém. Também era contra a gente. Um bocado de gente. A única pessoa que apoiou a gente aqui, na época, que veio, num saiu do... Direto ele tava dentro do assentamento, era o Luziano. O Luziano era vereador. A única pessoa que

[364] THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. (Orgs.) Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 262.

> deu apoio pra gente, na época, aqui, foi ele. Direto que tava dentro do assentamento. Tanto faz na política como fora da política, toda vida ele tava dentro do assentamento. A única pessoa, mas o resto do pessoal via a gente diferente. Você chegava na cidade...
> **Catarina Labouré (esposa)**: Sem terra! (risos)
> **Josemaría Escrivá**: Teve uma vez que eu...
> **Catarina Labouré (esposa)**: Os sem terra tá chegando! (risos)
> **Josemaría Escrivá**: Teve uma vez que eu ia brigar numa briga esquisita lá na cidade. Porque nóis tava num bar da saída, lá, onde é do Tião. Você sabe onde é do Tião, ali de frente a AABB? Tem um bar e uma mercearia grande, lá de baixo. E os cara metendo o pau (falando mal), rapaz, e metendo o pau e... Aí tinha um pretinho lá... E os cara tava só escutando e eu cheguei e... Falando que sem terra num presta, que sem terra num trabalhava. Rapaz! Eu fui escutando aquilo e o sangue foi subindo. Quando eu vi eu tava com ele pego pela garganta (risos), imprensado na parede. Aí a turma ajuntou... Eu perdi a paciência nesse dia, eu perdi mesmo. Perdi a paciência mesmo. Tá certo, tem uns que num trabalha mesmo não, mas acho que num é todo mundo também, né.
> **Nelson**: Mas, como que o povo da cidade sabia que vocês eram sem-terra?
> **Josemaría Escrivá:** Por que... Por causa que tinha um ônibus que corria aqui, na época.
> **Catarina Labouré (esposa):** Um ônibus que corria direto e nóis ficava lá no ponto. (risos)
> **Josemaría Escrivá:** E essa mercearia lá era o ponto de pegar todo mundo e vim embora.
> **Catarina Labouré (esposa):** O ônibus encostava e o povo já falava:
> **(Povo da cidade):** "Os sem-terra!".
> **Josemaría Escrivá:** Não, eles olhava a gente diferente. O povo do Banco do Brasil, também, na época, começou a tratar a gente diferente. Nós fizemos até B.O. (Boletim de Ocorrência) pra esses trem do Banco do Brasil. Deu até B.O., lá, que não tratava a gente bem. Assim... Num te recebia bem. Ele olhava você diferente. Agora, hoje, não, eles já trata a gente bem. A gente pegava dinheiro lá... O primeiro financiamento que saiu foi uma mão de obra do carai, discriminando a gente. Aí eu apelei lá dentro, teve uns que apelou, também. Aí, eles mudou o jeito de atender. Agora, hoje eles te atende normal.[365]

Depois da conquista da terra e, portanto, da realização do sonho de possuírem uma porção de "chão" para dele produzir e reproduzir o sustento familiar, os sujeitos, agora assentados, tiveram inúmeras dificuldades relacionadas à desconfiança social assumida em relação a eles. Desconfiança essa que não está dissociada do processo de hegemonia constituído socialmente. Os comentários no bar do Tião, conforme mencionado pelo Sr. Josemaría Escrivá, aproximam-se dos posicionamentos assumidos pelos jornais, cujos proprietários se identificam com determinadas perspectivas e projetos sociais em detrimento de outros. E tais posicionamentos são camuflados na forma de veiculação de notícias, supostamente neutras, em que a finalidade maior seria "informar" os leitores do jornal sobre os acontecimentos do momento.

[365] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Josemaría Escrivá (54 anos) e Sra. Catarina Labouré (54 anos). Op. Cit.

Em meio às preocupações e histerias relacionadas às ocupações das fazendas improdutivas pelos integrantes dos movimentos de luta pela terra, o jornal Diário Regional de Ituiutaba publicou uma entrevista, já mencionada anteriormente, com o secretário de agricultura da cidade, Marcos Antônio de Moura Franco, na qual ele se refere às ocupações como sendo invasões que causam um "mal estar social", permeadas por "bagunça" e "violência" e, no entender dele, o principal responsável por essa "baderna" é o próprio INCRA, que admitiu ao processo de Reforma Agrária, inclusive, pessoas de outros municípios que vieram deturpar a ordem social em Ituiutaba[366]. No mesmo jornal, em data posterior à entrevista divulgada, o periódico publicou duas matérias, também já mencionadas, intituladas "Vandalismo e Selvageria dos sem-terra" e "Os fora-da-lei perturbam o Brasil"[367]. Em ambas as matérias e na entrevista publicada, o que fica em evidência é a prática delituosa de "roubo" de terra, ou seja, a transgressão da lei materializada no "assalto à propriedade privada". Ora, pressupõe-se socialmente que quem rouba não presta e se rouba é porque não gosta de trabalhar. Daí a associação com a fala "dos cara metendo o pau (...), metendo o pau (...), falando que sem terra num presta, que sem terra num trabalhava"[368].

Percebe-se, portanto, que o jornal constitui-se numa força social ativa que mais do que meramente "informar", assume a função de "formar" a opinião pública com a qual os moradores dos assentamentos terão que lidar diariamente. Esses enfrentamentos movimentam-se em dimensões sociais tão amplas, que vão desde as mais corriqueiras conversas informais estabelecidas no bar do Tião, onde os assentados costumavam aguardar o transporte coletIvo do qual dependiam, até o atendimento público no Banco do Brasil, um banco governamental cujos funcionários não atendiam normalmente os assentados que precisavam do banco. "Eles olhava você diferente", como menciona o Sr. Josemaría Escrivá. Esse olhar diferenciado não é fruto da imaginação ou "coisa da cabeça" dos funcionários do Banco do Brasil ou das pessoas que frequentavam o bar do Tião. É uma construção e uma construção social que está fincada nas relações socialmente estabelecidas e deve, portanto, ser analisada à luz da correlação de forças que no social se estabelecem.

---

[366] SECRETÁRIO de Agricultura avalia situação dos produtores rurais. **Jornal Diário Regional**. Op. Cit.

[367] VANDALISMO e selvageria dos sem-terra; OS FORA-DA-LEI perturbam o Brasil. **Jornal Diário Regional**. Op. Cit.

[368] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Josemaría Escrivá (54 anos) e Sra. Catarina Labouré (54 anos). Op. Cit.

Enfrentar esse processo hegemônico que fora constituído socialmente, o qual consolidou determinadas compreensões acerca dos sujeitos moradores dos assentamentos, não se constituí em uma tarefa muito fácil. Determinados estereótipos e preconceitos estabelecidos persistem ao tempo, e mesmo depois de já passados dezesseis anos de desapropriação da fazenda, ou seja, de quase duas décadas em que ocorreu o assentamento das famílias acampadas, tais sujeitos que vivem honestamente do trabalho desenvolvido em suas terras – as quais foram legalmente desapropriadas pelo Governo e legalmente transferidas aos beneficiários da Reforma Agrária – ainda vivem situações conflituosas, conforme a relatada pelo Sr. Antônio de Pádua, que se constitui morador do assentamento Engenho de Serra:

> **Nelson:** E o povo da cidade, como eles recebiam vocês?
> **Antônio de Pádua:** É ruim, até hoje. Até hoje nêgo fica falando lá:
> **(Povo da cidade):** "Aqueles sem-terra lá, num tá com nada, não!".
> **Antônio de Pádua:** Esses dias mesmo me deu vontade de brigar com um féa da mãe... Os cara, até hoje, esse nome ruim de sem-terra nóis num vai tirar nunca. Né (não é) fácil, não, é discriminado...
> **Teresa de Ávila (esposa):** Ah! Eu num me sinto assim, não, eu sinto que eu sou...
> **Antônio de Pádua:** A gente num acha, mais, que eles discrimina nóis, com força, eles discrimina, mesmo.
> **Teresa de Ávila (esposa):** Cê sabe por que eu falo assim? Porque nóis saiu lá da cidade de um bairro e veio pra cá. Nóis é gente da cidade. Nóis num é bicho do mato, né? Então, eu acho que isso aqui é a mesma coisa que uma vila. Aqui cê encontra gente boa, cê encontra gente ruim. Aqui cê encontra pingunço, aqui cê encontra maconheiro, do jeitinho da cidade. Não é? Então por que fica essa discriminação, essa bobeira, pra quê isso?
> **Antônio de Pádua:** Eles marca pra caramba, ichi![369]

"(...) Esse nome ruim nóis num vai tirar nunca". Essa é a sensação do Sr. Antônio de Pádua, uma vez que ainda hoje os sujeitos assentados na região de Ituiutaba são conhecidos e reconhecidos como "sem-terra", pelos moradores da cidade. O Sr. Antônio de Pádua nos sinaliza, com sua fala, que perante o processo de hegemonia constituído foram criadas certas noções que não se dissolvem com o tempo, ainda que as circunstâncias vividas mudem.

No momento inicial de ocupação da fazenda era muito comum a veiculação de notícias que enquadravam os integrantes do movimento de luta pela terra como sujeitos transgressores da lei: "Não obstante o que diz o inciso XXII do artigo 5° da Constituição Federal – 'é garantido o direito de propriedade' – os ditos sem-terra

[369] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Antônio de Pádua (62 anos) e Sra. Teresa de Ávila (56 anos). Op. Cit.

estão, permanentemente, transgredindo a Lei Maior do País"[370]. A partir de tal noção erigida pelos grupos dominantes, disseminou-se para a sociedade a compreensão de que os sujeitos que compunham os movimentos de luta eram grupos de "sem-terra", os quais estavam, indubitavelmente, associados a práticas de transgressão da lei. Essa associação fazia-os serem (re)conhecidos socialmente como "os fora da lei", como "assaltantes de propriedade privada", como "ladrões" e "bandidos", como "baderneiros" que carregavam consigo o estigma da desonestidade. Pela fala do Sr. Antônio de Pádua pode-se compreender que ele tinha a esperança de que, com a regularização da situação da fazenda desapropriada pelo INCRA, a opinião pública pudesse mudar em relação a eles. Afinal, as famílias já foram assentadas pelo Governo Federal, num processo legítimo de Reforma Agrária, previsto em lei e fundamentado nos preceitos de justiça social, alcançada a partir de uma melhor distribuição de terras no país. No entanto, mesmo pela via da legalidade, o que se percebe é que tais sujeitos continuam sendo conhecidos socialmente como "sem-terra", com todas as marcas que esse "nome ruim" traz consigo.

A intervenção da esposa do Sr. Antônio de Pádua, a Sra. Teresa de Ávila, torna ainda mais claro o processo de hegemonia que envolve e atinge os grupos pertencentes aos projetos de assentamento rurais. Por que os assentados são malvistos e discriminados pela população da cidade? Se no assentamento existe "pingunço", na cidade também tem. Se lá existe "maconheiro", na cidade também tem. E ainda, conforme indicado pela Sra. Teresa de Ávila em suas reflexões, se há gente ruim nos assentamentos de Reforma Agrária, na cidade também encontramos essas pessoas. Mas quem se constituiu em oposição e resistência à lógica capitalista e aos interesses dos grupos dominantes foram os sujeitos da Reforma Agrária e não os moradores da cidade de Ituiutaba. Daí os dilemas a serem enfrentados em torno desse "nome ruim" que não se desfaz facilmente, nem mesmo com a legalização da conquista da terra.

Depois de se tornarem proprietários de uma porção da fazenda desapropriada, os assentados enfrentaram enormes dificuldades relacionadas a diversos campos tais como o da produção, das relações comerciais estabelecidas na cidade, da religiosidade, do transporte e da educação dos filhos. Essas dificuldades relacionam-se diretamente às desconfianças constituídas em torno dos

[370] OS FORA-DA-LEI perturbam o Brasil. **Jornal Diário Regional**. Ituiutaba, 26 nov. 1998. Caderno Agrorregional, p. 04. Fonte: Acervo da Fundação Casa da Cultura de Ituiutaba.

sujeitos da Reforma Agrária, as quais não foram suprimidas com a conquista da terra.

A primeira produção estabelecida no lote adquirido foi a produção leiteira. Os assentados tiveram muitas dificuldades na comercialização do produto, uma vez que os laticínios localizados na cidade de Ituiutaba não aceitavam comprar o leite produzido no assentamento, simplesmente porque era o "leite dos sem-terra". Esse processo de discriminação vivenciado (não meramente imaginado) por inúmeros sujeitos assentados foi relatado pelo Sr. Antônio de Pádua:

> **Nelson:** E como foi no começo, por exemplo, pra mandar o leite pra cidade? Os laticínios chegaram a recusar receber leite dos sem-terra, aqui?
> **Antônio de Pádua:** Chegou. Inclusive, teve a cooperativa (da cidade), na época, ela começou a pegar o nosso leite e os associado proibiu. Largou (de pegar)! Aí, como eu trabalhava no laticínio lá em Santa Vitória (MG), eu conversei com o gerente daqui. O gerente de lá conversou com o gerente daqui, do Canto de Minas, que era o Maurício, na época, e através dele... Que aqui tinha dois que tirava leite, que era eu e o Sr. Vicente de Paulo, nóis tirava lá... Eu tirava uns oitenta e ele tirava uns sessenta (litros de leite). Aí... Eu vim lá e eles começaram a pegar, da modo o outro, e tá até hoje pegando no Canto de Minas.
> **Nelson:** A cooperativa não quis pegar de vocês?
> **Antônio de Pádua:** Era a Coopontal, na época. Ela largou os latão tudo no chão, aí. Largou mesmo. Porque aí os associado num aceitou.
> **Nelson:** Eles nem avisou vocês que não iria pegar?
> **Antônio de Pádua:** Não. Eles foi embora e num pegou o leite. Aí, nóis foi lá e eles:
> **(Coopontal):** "Não, os associado não aceitou pegar o leite de vocês".
> **Antônio de Pádua:** Aí, nóis ficou muito... Ficou um mês e tanto sem tirar leite porque tava chovendo muito, né (O Canto de Minas não tinha como buscar o leite por causa da precariedade das estradas intransitáveis em função das chuvas).[371]

"Não, os associados não aceitou pegar o leite de vocês". Com isso, os assentados se deparavam, então, com uma classe dominante articulada que procurava pressioná-los, a todo custo, à desistência da terra conquistada. Quando foi entrevistado pelo jornal Diário Regional, o secretário de agricultura, Marcos Antônio de Moura Franco, falou que "o município tinha a responsabilidade de olhar pelo lado certo", ao se referir às ocupações ocorridas naquele momento em Ituiutaba. No relato que se segue, o Sr. Francisco de Assis, morador do assentamento Divisa, nos indica o que seria esse lado certo (fazendeiros x integrantes dos movimentos de luta pela terra), uma vez que ele, o secretário,

[371] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Antônio de Pádua (62 anos). Op. Cit.

compunha a diretoria da cooperativa que deixou de pegar o leite produzido pelos assentados do P.A. Engenho de Serra:

> **Nelson**: Como que era pra mandar esse leite pra cidade? Teve dificuldade de mandar esse leite pra cidade? Como era?
> **Francisco de Assis**: Aqui pra nóis aqui num teve pobrema não. Só lá no Engenho, né, que teve pobrema, que quando souberam que o leite era do assentamento, eles levaram o leite na cidade, chegaram lá, dispejaram o leite, né, e num pegaram mais o leite do pessoal do Engenho de Serra né. Aí, nóis, depois de uns seis meses, aí já começou a vê aceitação. Aí, eles começaram a pegá o leite nosso e do pessoal lá do Engenho. E passava um caminhão, né, todos os dias, né, e pegava o leite.
> **Nelson**: Você fala despejou o leite, significa que jogou o leite no lixo?
> **Francisco de Assis**: Isso. Jogou o leite fora, né, o leite do pessoal para recolhê os latão de volta né, que os latão era da empresa, da cooperativa. Aí, havia um secretário na época, ele chama Marco Antônio e ele era muito radical nessa parte de assentamento, né. E ele fazia parte da diretória da cooperativa. E aí, quando ele soube que era, que os compradô de leite tinha comprado do assentamento e já tinha quase uma semana e tava pegano, ele mandou o caminhão vim recolhê os latão. Aí, quando eles vieram os latão tava cheio né. Eles pegaram e dispejaram o leite fora e levaram o latão.[372]

As pressões exercidas a partir das redes sociais que se constituíam foram sendo superadas a partir dos modos de vida, que são modos culturais de luta. O Sr. Antônio de Pádua não ficou de braços cruzados esperando que o INCRA pudesse resolver o problema da produção de leite do assentamento. Ao longo de sua vida, na condição de homem pobre, teve de lutar pela sobrevivência e soube/sabe muito bem encontrar saídas diante das dificuldades que lhe são apresentadas. Os contatos estabelecidos com o gerente do laticínio, Canto de Minas, demonstra que os sujeitos assentados são capazes de tomar providências políticas, utilizando-se dos relacionamentos de amizade para criar condições favoráveis à comercialização do produto. Nem sempre estão a postos para poder encampar uma briga corporal com aqueles que não os aceitam amigavelmente, porque possuem outras estratégias para poder se relacionar por meio de uma relação menos conflituosa.

No campo produtIvo as dificuldades iniciais foram sendo superadas à medida que, coletivamente, os assentados foram se organizando em cooperativas e assumindo uma importância significativa para o abastecimento de alimentos na cidade de Ituiutaba. De acordo com o relato do Sr. Gaspar Bertoni é possível perceber essa mudança nas relações comerciais estabelecidas com os compradores da cidade:

[372] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.

> **Nelson:** E, no começo, aqui, quando vocês mudaram para o lote, quando saíram do acampamento para vir para o lote, como era a relação do pessoal da cidade, com vocês?
> **Gaspar Bertoni:** Eu acho o pessoal assim... Eu, no início, assim, eu num saía pra vender as coisa, não, mas... Tem um senhor aqui, aquele (morador vizinho). Muito tempo ele batalha: planta uma hortinha, um trenzinho. Diz ele que ia oferecer lá na cidade, os cara até ria dele. Tirava sarro, ficava... Hoje, hoje, não, eles até liga pedindo as coisa. Então, eu acho que foi um pouco escravizado (discriminado), um pouco. O pessoal num... Parece que eles numa acreditava. Hoje, não, eles acredita. Faz uma reunião de leite, que nem nóis tem dia cinco e dia dezoito. É tudo quanto é empresa lá, querendo vender, querendo fazer convênio. Tendo mercado, essas coisa... Porque hoje eles acredita que o trem deu certo. Porque antes, não, eles considerava a gente como baderneiro, essas coisa, né.[373]

É na reunião da cooperativa do leite que vem "tudo quanto é empresa lá, querendo vender, querendo fazer convênio". A organização da cooperativa foi outra estratégia de luta estabelecida pelos assentados para vencerem a resistência imposta inicialmente pelas empresas da cidade. A forma coletiva empreendida nesse processo nos fala sobre as estratégias implementadas por esses homens e mulheres que são sujeitos de seus tempos históricos e que lutam, de formas às mais variadas, pela sobrevivência a partir do trabalho na terra.

As dificuldades inicialmente vivenciadas no campo produtIvo também foram sentidas no campo das relações comerciais inevitavelmente estabelecidas com a cidade. Quando falo de relações comerciais estou me referindo às necessidades de compra das famílias assentadas. Tais relações eram permeadas pelas desconfianças que foram estabelecidas em torno do "nome ruim" de "sem-terra". De acordo com o Sr. Francisco de Assis e a Sra. Faustina Kowalska, os assentados não tinham crédito nos estabelecimentos comerciais da cidade, e mesmo para comprar à vista eles passavam por situações constrangedoras:

> **Francisco de Assis:** No início a gente tinha muita dificuldade de comprar na cidade. Então, se falasse que era daqui do assentamento!
> **Faustina Kowalska (esposa):** Eles punha policiamento, né.
> **Francisco de Assis:** É... Nóis não tinha crédito, vamos dizer assim. Eles não confiavam. Hoje, não, hoje já quebrou essa barreira.
> **Nelson:** Você não conseguia comprar a prazo, não?
> **Francisco de Assis:** Nunca, nunca. Por um bom tempo, ninguém de nóis aqui.
> **Nelson:** Pelo simples fato de ser assentado?
> **Francisco de Assis:** É... Isso. As pessoas não confiavam, né, achava que a gente ia dar o cano.

[373] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Gaspar Bertoni (43 anos), morador do P.A. Chico Mendes, no dia 29/11/2013.

> **Nelson:** Mas, onde era isso? Em todas as lojas que vocês iam, de roupa, às vezes até no supermercado?
> **Faustina Kowalska (esposa):** No supermercado.
> **Francisco de Assis:** No supermercado.
> **Faustina Kowalska (esposa):** A rejeição maior era no supermercado, que chegaram até por policial, quando falava que era o ônibus do assentamento.
> **Nelson:** Quando vocês iam comprar, iam no coletIvo?
> **Francisco de Assis:** No coletIvo.
> **Nelson:** Então, iam muitas pessoas pro mesmo supermercado?
> **Francisco de Assis:** Pro mesmo supermercado. Acontecia isso mesmo. Todas as vezes, no... Principalmente no dia do pagamento do leite, que a gente recebia, né. Então, a gente já aproveitava pra ir receber o leite (o pagamento) e já fazia as compra do mês, né. Fazia todas as compra do mês. Aí... É... Geralmente, às vezes a gente fazia alguma pesquisa. O supermercado que tava mais em conta e aí ia comprar lá. Recebia o leite e já fazia as compra do mês.
> **Nelson:** Mesmo comprando à vista?
> **Francisco de Assis:** Mesmo comprando à vista, eles, às vezes, até punha segurança, policial, né, assim... Achando que as pessoas ia invadir...[374]

Havia uma preocupação dos supermercados locais de que uma desordem poderia ser estabelecida pela presença coletiva das famílias assentadas. Ou seja, temiam roubos, saques e violências supostamente praticadas pelos sujeitos dos assentamentos. O fato de que policiais e seguranças ficavam observando a movimentação deles dentro dos supermercados, demonstram esse temor em relação aos assentados, que carregavam consigo o estigma do roubo e da desonestidade. Assim, a luta desses sujeitos por justiça e por uma melhor distribuição de terras acarretou-lhes uma desconfiança social difícil de romper. No entanto, nos campos produtIvo e de relações comerciais estabelecidas com a cidade essas dificuldades foram aos poucos sendo superadas. Conforme o Sr. Francisco de Assis nos fala em relação ao leite, “depois de uns seis meses, aí já começou a vê aceitação”. Hoje, nas reuniões do leite “é tudo quanto é empresa lá, querendo vender, querendo fazer convênio”, e até mesmo ligam para o vizinho do Sr. Gaspar Bertoni “pedindo as coisa”. “Hoje não, hoje já quebrou essa barreira” da falta de crédito na cidade.

Tais mudanças nas relações comerciais e produtivas nos indicam um processo de incorporação característico da lógica de reprodução do capitalismo. Os assentados, hoje, tem renda fixa devido à produção do leite e produzem alimentos (leite, verduras, frutas, hortaliças, frangos, etc.) necessários ao abastecimento da cidade. Compram produtos os mais variados, desde insumos agrícolas até utensílios

[374] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos) e Sra. Faustina Kowalska (45 anos). Op. Cit.

de necessidades domésticas. Em poucas palavras, tornaram-se consumidores e fornecedores para o mercado de Ituiutaba, numa relação de compra e venda guiada pelo lucro.

Todavia, essa incorporação não se estende ao campo da educação dos filhos. No relato da Sra. Faustina Kowalska, esposa do Sr. Francisco de Assis, ela demonstra as dificuldades enfrentadas por ela e por outras mães dos assentamentos para conseguir vaga para os filhos nas escolas da cidade. Fala também dos dilemas escolares das filhas na infância e dos problemas ainda vivenciados no campo educacional, mesmo no ensino superior:

> **Nelson:** Vocês, tanto no começo, quanto hoje, vocês percebem algum tipo de preconceito das pessoas de Ituiutaba com as meninas (suas filhas), quando elas foram estudar, no começo quando vocês vieram pra cá, ou ainda hoje? Alguma diferenciação do tratamento das pessoas da cidade em relação a vocês?
> **Faustina Kowalska (esposa):** Sim, as meninas, principalmente, foram muito discriminadas, né. Quando falava: era a perua do assentamento, os meninos iam pra porta (da escola) pra vaiar, né, pra dar risada e... Discriminação mesmo, né. E, até mesmo com os professores. Eles também discriminavam as meninas, né. Teve um dia que a gente ia na reunião, ia falar alguma coisa, era como se a mãe num tivesse... O que ela (mães de alunos dos assentamentos) tava falando não tinha valia, porque era de um assentamento, né. Então, elas foram muito discriminadas, mesmo. Até mesmo no curso superior, segundo grau, cê entendeu? Até a Dyene quando já terminou o terceiro ano, ela estudava numa escola muito bem reconhecida, que eu lutei pra colocar ela lá, que era o Paulo de Tarso (Paulo de Tarso Alves Vilela), Municipal (nome da escola) na época, e... Quase que eles não aceitaram ela, na época, porque era de assentamento. Era uma escola assim, mais da classe média alta, né. E lá tinha desde o ensino fundamental até o terceiro ano, né, que era o segundo grau, né. Então, eu escolhi por isso, pra não ficar mudando de escola. Mas, aí, quando eu fui dá o endereço, né, na época era um homem que era o diretor. Ele teve muita rejeição. Não fui só eu, foi as outras meninas (outras mulheres do assentamento que queriam colocar os filhos na escola) né, foram eu, a Nelma e a Janete. Nós três que trouxe os filhos primeiro, né. E até hoje elas falam que tem essa rejeição até dentro da faculdade. A Catalina (minha filha) presencia isso, né. Tanto é que ela escondeu (o fato de morar no assentamento) acho que mais de dois anos, por causa desse preconceito. Hoje, não, hoje ela consegue falar:
> **Catalina:** "Vou pra fazenda, vou pro sítio".
> **Faustina Kowalska (esposa):** Mas, essa perseguição ainda acontece, muito mesmo.[375]

As dificuldades enfrentadas no campo da educação dos filhos foram extremas. Na infância, desde a conquista da vaga escolar até o convívio com os colegas na escola, tudo se constituía em barreiras a serem superadas. E diferentemente das aceitações ocorridas nos campos produtIvo e de relações

[375] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Faustina Kowalska (45 anos). Op. Cit.

comerciais estabelecidas com a cidade, as coisas não foram melhorando com o tempo para os filhos dos assentados. A filha da Sra. Faustina Kowalska, que enfrentou resistências diversas na infância, ainda hoje, ao cursar Administração em uma universidade pública (Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal), se depara com situações constrangedoras e discriminatórias. Nesse sentido, as experiências dela se aproximam das do Sr. Josemaría Escrivá quando ele relatou que "eles olhava você diferente"[376]. Por sua vez, as experiências de ambos se aproximam das da filha da Sra. Maria das Dores, que também ingressou na universidade pública (UFU- Pontal) no curso de Geografia. Em meio ao diálogo sobre as discriminações vivenciadas pelos assentados, a mãe relatou uma das experiências da filha na faculdade:

> **Maria das Dores**: Inclusive a Jaqueline sempre comenta que nos primeiros dias da faculdade, nos primeiros dias de aula na faculdade tem a apresentação, né. Aí, um se apresenta e outro. E chegou a vez dela. Ela levantou: Eu vim do Rio Grande do Sul, moro num assentamento (falou de forma enfática). Quando ela falou assentamento (gesto de susto), sabe, aquilo foi a mesma coisa que ela tivesse falado: Eu sou uma, uma, uma... Marginal.[377]

As experiências comuns e compartilhadas aproximam tais sujeitos. E a cultura, ou seja, seus modos de vida que se constituem em modos de luta os levam a estabelecerem estratégias diferenciadas no enfrentamento das tensões e dificuldades que se apresentam socialmente. Enquanto a filha da Sra. Maria das Dores não teme em se levantar e dizer para os colegas da faculdade que mora em um assentamento, procurando, assim, criar uma relação respeitosa que passa pela sua própria afirmação, a filha da Sra. Faustina Kowalska utilizou-se de outras estratégias. Se num primeiro momento o recurso era esconder o local de moradia, posteriormente ela já conseguia falar para os colegas que "vou pra fazenda, vou pro sítio"[378]. Repare que ela não fala que vai para o assentamento. Ela fala que vai para a fazenda ou que vai para o sítio. Enquanto sujeito social que cria estratégias e forja saídas, a filha da Sra. Faustina Kowalska resolveu retirar de cena o elemento que a aproximava do "nome ruim". Se ela mora no espaço rural e este, normalmente, está associado aos termos fazenda e sítio, porque então não utilizá-los? A escolha empreendida por ela, no âmbito da linguagem, nos aproxima das reflexões de

[376] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Josemaría Escrivá (54 anos). Op. Cit..
[377] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Maria das Dores (40 anos), moradora do P.A. Chico Mendes, em 24/04/2015.
[378] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Faustina Kowalska (45 anos). Op. Cit.

Fontana quando ele coloca em questionamento a afirmação de Patrick Joyce, o qual afirmou que “não é a classe que cria a linguagem, mas é a linguagem que produz a classe”[379]. Não seria exatamente o contrário? As estratégias empreendidas pela adolescente, moradora do assentamento Divisa, indicam que é a classe que cria e escolhe a linguagem a ser utilizada. E essa escolha se fundamenta nas relações e nos embates socialmente estabelecidos, não se situando, portanto, nos campos discursIvo ou representatIvo.

As experiências vivenciadas nesse processo que vai da ocupação ao assentamento das famílias acampadas foram permeadas, portanto, por desconfianças, perseguições e discriminações que nem sempre foram superadas, sobretudo, nos campos da vida situados fora dos âmbitos produtIvo e de relações comerciais estabelecidas na/com a cidade.

No que se refere ao campo religioso, os sujeitos assentados, que professavam uma fé católica, procuraram se articular de modo a constituir uma comunidade religiosa no próprio assentamento, evitando, assim, os problemas enfrentados pelo Sr. João Bosco e pela Sra. Maria de Cléofas, os quais foram atacados na fila da comunhão e foram assediados, pelos irmãos de igreja da cidade, no curso de liderança católica que participavam. Já que na cidade a discriminação chegava às pastorais paroquiais, a estratégia dos sujeitos assentados foi projetar e construir, com as próprias mãos, uma comunidade católica no interior do assentamento. O Sr. João Bosco e a esposa cederam um espaço de cerca de 2000m² de seu lote para a construção da Igreja e foram, junto com algumas famílias do P.A. Divisa, procurar o Bispo da cidade de Ituiutaba para falar de seus anseios religiosos e pedir que ele disponibilizasse um padre para a comunidade. Sobre esse processo de diálogo com o Bispo, que à época era o Dom Paulo Sérgio Machado, a Sra. Maria de Cléofas relata:

> **Maria de Cléofas (esposa):** Que inclusive o nosso Bispo na época era contra, o Dom Paulo. Dom Paulo era contra.
> **Nelson:** Contra o assentamento ou à instalação da comunidade?
> **Maria de Cléofas (esposa):** Não. Contra os assentados. Nem é contra os assentamentos. Era diretamente contra os assentados. O Bispo antigo, talvez ainda seja, né. Esse atual a gente nem num tem muito contato com ele. Mas ele aprovou a vinda do Sacrário. Ele virá aqui celebrar pra nós. Então, assim, é uma novidade. Porque a gente... Na fazenda, o Bispo ir é difícil, né. Então, ele assim, já tem uma... Parece que ele é mais favorável. A gente não sabe.

[379] FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Op. Cit. p. 410.

> **Nelson:** E esse Bispo (antigo) que não era favorável? O que ele falava?
> **João Bosco:** Não. Ele era mais da elite, né. Então, ele é filho de latifundiário, também.
> **Maria de Cléofas (esposa):** Eu acho... Na verdade, ele não falava nada contra. Ele simplesmente se colocava... Tipo assim... Ele falou pra mim:
> **(Bispo):** "Se algum padre quiser ir lá eu... da minha parte tá tudo bem. Mas, você tem que procurar o padre."
> **Maria de Cléofas (esposa):** Então, nós tivemos que ir de padre em padre até encontrar o padre Geraldo Simeão. Que vinha um (padre), aquele não aguentava porque achava difícil estrada de terra, né. Aí, a gente ia em outro e ia... Aí, o padre Simeão veio as primeira vez, aí parou. Aí, nós voltamos lá pra falar com ele, de novo. Aí, ele:
> **(Padre Simeão):** "Não... vocês estão com muita sede de Deus. Eu vou voltar".
> **Maria de Cléofas (esposa):** Aí voltou. Aí, ele num parou mais. Mas, assim, na verdade, ele (o Bispo) não falou nada contra, mas ele também não deu nenhum apoio pra falar assim: um incentIvo, ou procurou o padre pra poder mandar pra cá, não. A gente que teve que ir atrás. Ele (o Bispo) autorizou, mas que a gente se virasse.[380]

"A gente que teve que ir atrás. Ele autorizou, mas que a gente se virasse". A fala da Sra. Maria de Cléofas demonstra que eles conseguiram a autorização do Bispo para a construção da comunidade, no entanto, teriam que resolver tudo sozinhos. Às vezes, o Bispo pode até ter pensado que eles não iriam conseguir ou que desistiriam no meio do caminho, dadas as dificuldades desse processo. Mas os modos culturais dos sujeitos assentados os levaram a lutar pela construção da Igreja, tanto quanto estão acostumados a lutar por tantas outras coisas na vida. Eles foram atrás de vários padres e insistiram com o padre Geraldo Simeão para que ele continuasse a celebrar as missas na comunidade. Ao mesmo tempo buscaram recursos diversos para a construção da Igreja, que foi erigida pelos próprios assentados, em forma de mutirão. A capela em honra a Nossa Senhora Aparecida foi inaugurada em 12 de Outubro de 2013. A foto 25 mostra a capela em construção (em fase de reboco) e a foto 26, já concluída no final do ano de 2013.

[380] Trecho de entrevista concedia pela Sr. João Bosco (59 anos) e Sra. Maria de Cléofas (56 anos). Op. Cit.



Foto 25: Capela Nossa Senhora Aparecida em fase de acabamento. Autor: desconhecido, 2010.



Foto 26: Capela Nossa Senhora Aparecida com a construção concluída. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2013.

Hoje, na comunidade Nossa Senhora Aparecida, o pároco responsável pela capela comparece uma vez por mês para a celebração da santa missa e todos os domingos são presididas celebrações da palavra pelos ministros da eucaristia da

comunidade. Todas as quintas-feiras a comunidade se reúne das 20h00min às 00h00minh em adoração ao Santíssimo Sacramento, momento no qual se colocam a rezar pela igreja, pelos padres, pelo Bispo, pelo assentamento, por Ituiutaba, pelas relações sociais injustas, pelos pecadores, enfim, pela sociedade como um todo. Dada a atuação fervorosa da comunidade, a capela recebeu a visita do novo Bispo da Diocese de Ituiutaba, Dom Inácio de Loyola Carlos da Silva, em setembro de 2014. O Bispo, que iria visitar todas as comunidades da Diocese, resolveu iniciar as visitas pela capela Nossa Senhora Aparecida em virtude da fidelidade das adorações realizadas às quintas-feiras. Naquele dia, ao final da celebração, uma moradora do assentamento Divisa leu a seguinte mensagem para o Bispo:

Querido Bispo

Nosso Senhor Jesus Cristo proferiu a seguinte parábola quando foi acusado pelos fariseus e escribas de acolher e comer com pessoas de má vida:

"Quem de vós que, tendo cem ovelhas e perdendo uma delas, não deixa as noventa e nove no deserto e vai em busca da que se perdeu, até encontrá-la? E depois de encontrá-la, a põe nos ombros, cheio de júbilo, e, voltando para casa, reúne os amigos e vizinhos dizendo-lhes: Regozijai-vos comigo, achei a minha ovelha que se havia perdido" (Lucas 15, 4-6; Edição Ave Maria).

Essa parábola, Dom Inácio de Loyola, nos fala muito ao coração. Outrora, éramos pessoas perdidas aos olhos dessa sociedade e perdidas porque resolvemos lutar pela nossa sobrevivência a partir de formas mais justas e igualitárias de apropriação da terra.

Por essa escolha éramos e em muitos casos ainda somos tachados como "pessoas de má vida", tal qual as apresentadas no evangelho de São Lucas. Quantas vezes ouvimos que estávamos roubando terra dos outros. Quantos de nossos filhos foram discriminados nas escolas e quantos de nós passamos por humilhações diversas.

Nesses momentos sentíamo-nos como a ovelha fora do aprisco. E mesmo diante de tudo que vivemos e passamos para estar trabalhando e morando nessas terras, Deus continuou nos concedendo a graça de não perdermos nossa fé e nossa esperança de erguer uma comunidade consagrada a Ele. A comunidade Nossa Senhora Aparecida, na qual podemos exercer a nossa fé católica, é hoje o lugar onde podemos nos sentir acolhidos no aprisco do Senhor.

Durante a construção deste templo muito suor foi derramado e ainda hoje muitos continuam a se dedicar nas pastorais e ministérios dessa comunidade. E tudo isso é recompensado gratuitamente por Deus, que a cada dia derrama muitas graças na vida daqueles que aqui participam fielmente. E a graça maior que o Senhor Deus nos envia é a presença do senhor, Dom Inácio de Loyola, hoje nessa capela. Santo Inácio de Antioquia já nos dizia que o Bispo é a imagem viva de Deus Pai. Contemplar essa imagem hoje aqui, ou seja, ver o senhor no meio de nós nos emociona muito, porque o senhor é a imagem viva do próprio Deus. Esse Deus que não continuou o caminho com as noventa e nove ovelhas, mas que voltou, em sua infinita misericórdia, e nos colocou em seus ombros, reconduzindo-nos para o aprisco. Louvado seja Deus pela sua presença.

> Agradecemos ao senhor, Dom Inácio de Loyola, por nos visitar, por se misturar conosco numa mesma caminhada e numa mesma fé, por ser a presença viva do nosso Deus e por nos fortalecer nessa caminhada rumo ao céu[381].



Foto 27: Momento de realização da leitura da mensagem ao Bispo de Ituiutaba-MG, em sua visita à comunidade ocorrida no dia 25 de setembro de 2014, numa quinta-feira. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.

A presença do Bispo naquelas terras tinha uma importância muito grande para aqueles assentados. O Bispo anterior, quando da segunda ocupação realizada na fazenda Divina, negou uma benção para aqueles homens quando os mesmos o procuraram pedindo que os abençoassem antes de realizarem a segunda ocupação[382]. Em momento posterior, esse mesmo bispo, Dom Paulo, não fez nenhum esforço para que a comunidade fosse constituída. Tais atitudes faziam os assentados compreenderem que ele se aproximava muito mais dos grupos dominantes, conforme o relato do Sr. João Bosco, que dizia que "ele era mais da elite, né"[383], do que dos sujeitos assentados. Diante de tais relações marcadas por descompassos, a presença do Dom Inácio de Loyola naquela comunidade

[381] Mensagem preparada pelos membros da Comunidade Nossa Senhora Aparecida e lida numa missa celebrada dia 25 de setembro de 2014.
[382] Em conversa informal, um assentado revelou tal negação do Bispo.
[383] Trecho de entrevista concedia pela Sr. João Bosco (59 anos). Op. Cit.

significava uma vitória. Vitória essa estabelecida contra todos aqueles que os consideravam “sujeitos de má vida”. Vitória contra as pessoas da sociedade que os consideravam perdidos. Vitória em relação a certos membros da Igreja que os condenaram no processo de luta e conquista pela terra. A visita era, portanto, a presença do pastor que se misturava e se importava com as ovelhas, conforme a passagem do evangelho escolhida por eles.

A comunidade tem uma atuação religiosa significativa. Apesar da simplicidade física da capela, nela já ocorreram dois casamentos. São pessoas simples, integrantes da comunidade, que se decidiram pelo sacramento do matrimônio, indicando a nós, leitores dessa tese, os processos culturais aí inseridos, lembrando que as culturas (no plural) desses sujeitos emergem de seus modos de vida, das escolhas que fazem para suas existências em detrimento de outras possibilidades. Os processos culturais de luta se entrelaçam aos processos culturais religiosos que os constituem seres sociais atIvos, que conduzem suas próprias histórias. A escolha pelo sacramento não foi do Bispo ou do padre da comunidade, e nem é por eles ou pela Igreja, de forma institucionalizada, que chegamos aos modos de vida dos sujeitos assentados. Mas são eles, suas histórias e suas escolhas que nos conduzem ao campo da religiosidade, ao âmbito da Igreja enquanto vivência e prática. Nesse entrelaçamento da luta e da fé que os constitui, o sacramento do matrimônio, ou seja, o ato de receber a benção de Deus através do sacerdote significa, dentre outras possibilidades culturais e religiosas, alcançar a benção que havia sido negada anteriormente.

Um dos casamentos realizados na comunidade foi o do Sr. Antônio de Pádua e da Sr. Teresa de Ávila, moradores do assentamento Engenho de Serra, que já moravam juntos à mais de trinta anos. O outro foi do filho de um morador do assentamento Divisa, que apesar de já não mais morar no assentamento com o pai, fez questão de se casar naquela capela.



Foto 28: Capela enfeitada para a realização do casamento do Sr. Antônio de Pádua e a Sra. Teresa de Ávila, moradores do P.A. Engenho de Serra, no dia 28 de dezembro de 2014. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 29: Momento da benção matrimonial. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 30: Casamento do Fernando (ex-morador do P.A. Divisa) e da Elza, ocorrido no dia 26 de novembro de 2013. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2013.

Os sujeitos moradores dos assentamentos começavam, portanto, a romper com certas desconfianças e aquelas que permaneciam eles estabeleciam estratégias diversas para contorná-las. Eles, com o passar do tempo, conseguiram comercializar a produção empreendida em suas terras, conseguiram comprar, inclusive no crédito, na rede comercial instalada na cidade de Ituiutaba e conseguiram estabelecer uma maior sincronia junto às autoridades religiosas da Igreja em que se inserem. Aos poucos, eles foram erigindo os princípios da idoneidade e honestidade, os quais foram ceifados com o "nome ruim" de "sem-terra". Essa luta pela conquista e consolidação de uma reputação pautada em seus reais valores morais e religiosos perpassou a construção do lugar, inclusive no que se refere às relações de vizinhança estabelecidas com os grupos de fazendeiros.

Os fazendeiros locais, nos momentos do acampamento e na fase inicial em que o assentamento estava se constituindo, se relacionavam com os sujeitos da Reforma Agrária a partir da desconfiança que se sustentava pelo receio da transgressão da propriedade dos bens alheios. Sobre esse processo conflituoso, a dona Catarina de Sena relata as experiências vivenciadas por ela e por outros assentados do P.A. Engenho de Serra:

> **Dona Catarina de Sena:** Naquele Capão Rico, ali, nóis é que entrou naquela fazenda, ali, também. Mas nóis entrou sem laudo naquela fazenda. Aí... Pra ajudar os outros, né, que a nossa já tava... Nóis tinha excesso de gente aqui. Pra nóis num deixar eles, assim... Sem conforto, nóis abandonou isso aqui. Largou os marido e um bocado das mulher e um bocado dos marido foi pra lá. Inclusive, mesmo, eu fui e fiquei lá dezoito dia, ajudando a turma de lá. Então, nóis ajudou aquele povo. Aí, o fazendeiro, lá, quando viu que ele perdia a fazenda, ele vendeu umas vaca, muita vaca, muito gado. E eles caçou esse gado e não achou. Aí, eles vei aqui, aí falou pra presidente:
> **(Dono da fazenda):** "Ó, sumiu vinte e oito cabeça de gado. E se esse gado não aparecer, vocês vai dar conta do gado, porque nóis vai levar em justiça".
> **Dona Catarina de Sena:** Aí, a cumade Justina, que era presidente, falou:
> **(Cumade Justina):** "Não... Tem nada a ver. Se for preciso nóis ir na justiça, a gente vai. E se esse gado aparecer, nóis pode levar ocês na justiça? Porque é o causo de que vocês num sabe do nosso procedimento, aqui dentro do assentamento".
> **Dona Catarina de Sena:** Ah! Menino, num foi outro. No outro dia eles campeano esse gado, achou o gado. Aí, ele falou comigo, com a cumade Justina e o Sr. Vicente de Paulo, nóis três. Aí, ele veio, ele veio e falou:
> **(Dono da fazenda):** "Vocês me desculpa porque nóis achou o gado".
> **Dona Catarina de Sena:** Eu falei: Pois é, dava pro senhor ficar com vergonha. O senhor sair de lá pra falar que tinha sumido vinte e oito cabeça de gado e tinha sido nóis aqui? Foi bom porque ao menos essa vergonha o senhor vai passar. Porque o senhor é um mentiroso. O senhor tinha que ver... Campear primeiro pra poder o Senhor ter uma certeza de que foi nóis. Porque aqui, nesse assentamento, ninguém mexia com nada de ninguém.[384]

"Porque aqui nesse assentamento, ninguém mexia com nada de ninguém". A luta travada naquele contexto relacionava-se ao esforço contínuo de provar a honestidade, de reconstruí-la a partir das situações que iam se deparando, como no caso do dono da fazenda Capão Rico que teve que reconhecer que os assentados não tinham roubado seu gado, conforme ele havia acusado. Noutra ocasião, na fazenda Engenho de Serra, que dá nome ao Projeto de Assentamento, quando as famílias estavam acampadas, o gerente da fazenda retirou todo o gado do local, porém, deixou para trás uma vaca e uma bezerra, conforme nos narra a dona Catarina de Sena:

> **Dona Catarina de Sena:** Levou os outros gado e deixou só essa vaca e essa bizerrinha. De certo ele pensou assim:
> **(Gerente da fazenda):** "Vou deixar pra ver a atenção (intenção) desse povo".
> **Dona Catarina de Sena:** Ó, ficou um ano, ficou dois ano, uns três ano ele veio buscar a vaca. A vaca já num tinha produzido mais duas vez porque não tinha boi, mas... Aí ele pegou a novilha e deu pra nóis e levou a vaca.
> **Nelson:** Vocês que cuidaram?

[384] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Catarina de Sena (74 anos). Op. Cit.

> **Dona Catarina de Sena:** É... Nóis punha sal pra ela e ela ficou mansa (...)[385]

No entendimento da dona Catarina de Sena, a intenção do gerente da fazenda era testar a honestidade daqueles sujeitos beneficiários da Reforma Agrária. Como recompensa por terem cuidado da vaca todos aqueles anos e a terem devolvido, o gerente procurou os recompensar com a doação da "bizerrinha", que a essa altura já era uma novilha. Junto a essa lição de que eram honestos, outras provas foram sendo dadas de que eram pessoas de boa índole. Desse modo, para enfrentarem as desconfianças, de forma a superá-las e estabelecer uma relação amistosa com os fazendeiros vizinhos, a estratégia dos assentados foi a prestação de serviços. Era a oportunidade criada para comprovar que não eram desonestos, que não eram ladrões e que não eram pessoas que não gostavam de trabalhar. Era a oportunidade de construir outra reputação, diferente daquela que fora criada com o "nome ruim" de "sem-terra". Sendo assim, foi pela prestação de serviços, portanto, que os assentados começaram a se aproximar dos grupos fazendeiros da região. Num diálogo estabelecido em entrevista com o Sr. Latifundiário, proprietário da fazenda Caiçara Salto, vizinha ao assentamento Divisa, ele relata como foi seu primeiro contato com os assentados:

> **Nelson**: Como foi o primeiro contato do senhor com alguém do acampamento, assentamento?
> **Latifundiário**: Sê sabe que o primeiro contato que eu tive foi com o Santana Galvão?
> **Nelson**: De que jeito foi?
> **Latifundiário**: Uai. Eu tava precisando... Tinha um rapaz que prestava um serviço pra nóis aqui de matá vaca. Matá, arrumá, tal. E ele não pôde vir e um cara me falou:
> **(Informante)**: "Olha, tem um rapaz aqui no assentamento que é bom. É o Santana Galvão. Ele trabalhou com açougue lá em Canápolis".
> **Latifundiário**: Eu fui, conversei com o Santana Galvão... Ele veio e aí já ficamo muito amigo. Aí, ele me apresentou o Eliseu, né. Passei a conhecer o Nilsinho também, o seu Nequinha... Eu comprava bizerro dele. Aí, nóis formou uma amizade. Eu arrumei até uma clientela muito boa pro Santana Galvão. Essa região aqui agora... É todo mundo... Ele que mata vaca. Mata e arruma. [386]

O assentado se tornou conhecido pelo fazendeiro através do trabalho bem sucedido que realiza de matar, cortar e arrumar as partes da vaca para serem

[385] Idem.
[386] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Lázaro Parnaíba (70 anos), morador e proprietário da fazenda Caiçara Salto, em 30/11/2013.

consumidas. O trabalho de açougueiro foi, portanto, o ponto de ligação entre ambos e é a partir daí que eles ficaram muitos amigos, conforme nos narra o Sr. Latifundiário. Esse procedimento de prestação de serviços foi adotado por muitos outros assentados que passaram a trabalhar para os fazendeiros da região em atividades diversas – silagem, concerto de cercas, ordenha de leite, plantações de cana, mandioca, milho, etc. E se o propósito era demonstrar para os fazendeiros que eles eram honestos, íntegros e, sobretudo, homens trabalhadores, eles conseguiram. Ao se referir a alguns assentados que prestam serviços em sua fazenda, o Sr. Lázaro nos relatou a seguinte situação ao falar sobre a conduta de trabalho deles:

> **Latifundiário**: Rapaz, aquele Nilsinho ali... O que aquele Nilsinho produz ali... O que ele trabaia ali. Eu sempre falo pra ele... É ele e o Eliseu... Eu falo: Oh, séis dois tem que trabaia menos. Séis trabaia demais.
> Rapaz, nóis foi fazê um silo aqui e tava muito quente... E o Eliseu, quando eu olhei no Eliseu, o Eliseu tava pingando suor na calça dele. Né (não é) na camisa não, na calça. Eu falei: Não Eliseu, vai mais devagar. O home pode trabaiá mais num pode exagerar, né.[387]

O fazendeiro admite e reconhece que esses assentados são homens muito trabalhadores. A tal ponto que ele próprio, o fazendeiro, fala que eles precisam trabalhar menos, pois considera que eles trabalham em demasia. Para os assentados, essa é uma conquista muito grande, visto que outrora eram conhecidos, pelos próprios fazendeiros, como homens que não gostavam de trabalhar e por isso se punham a ficar ocupando fazendas alheias para receber recursos governamentais através do INCRA.

No entanto, se por um lado a reputação fora restabelecida, por outro a relação com os fazendeiros da região continuou a seguir a mesma lógica capitalista de sempre, a qual procura orientar e situar o lugar da classe trabalhadora. O fazendeiro Latifundiário não enxerga os assentados como proprietários de terra, numa condição um tanto quanto semelhante à dele. Ele os compreende como mão de obra para o trabalho para suprimir a necessidade dos fazendeiros da região. Nessa dinâmica, os assentados se constituem em meros empregados e os fazendeiros situam-se como patrões. Em sua fala, a seguir, essa divisão entre fazendeiros e assentados fica muito clara:

---

[387] Ibidem.

> **Nelson**: E assim... E a vantagem desses assentamentos pro município aqui? Como que o senhor avalia isso?
> **Latifundiário**: Uai. Isso aí... Do jeito que tá difícil ocê adquirí pião pra prestá serviço pra gente... Hoje eles... Quase todo assentamento, a turma do assentamento presta serviço pra turma da região. Esse aqui (assentamento Divisa) presta serviço pra nóis aqui. O lá do Pântano (assentamento localizado noutra região de Ituiutaba) presta pMaria Gorettia região lá. Pro... Pro... Latifundiário III (fazendeiro da região), aquela turma grande lá. O Eliseu mesmo, o ano passado, foi prestá serviço pro Latifundiário II (fazendeiro) ali do lado. Até o Latifundiário II pediu pra mim... Ele num tinha muita intimidade com o Eliseu, pediu pra mim arrumá o Eliseu pra fazê um serviço lá pra ele. Fez... Prantá um mandiocal, prantá um canavial. Ele foi, prestô serviço. O Latifundiário II passou a gostá demais dele. Eles prestam... Os bão de serviço presta serviço pra região. Além deles trabaiá no deles lá, né... Tira o leitim deles de manhã e ainda sobra tempo pra ir prestá serviço pra turma dos vizim aqui.[388]

Peão. É assim que os assentados são incorporados pelos fazendeiros, ou seja, continuam a serem trabalhadores rurais a serviço de outrem, ainda que numa condição diferente daquela de quando eram lavradores, boias-frias e pequenos arrendatários. O fato de se tornarem donos de uma porção de terra não faz com que os sujeitos assentados migrem da classe trabalhadora para se constituírem membros integrantes de uma classe proprietária. Isso porque a classe, conforme já sinalizado por Thompson, não é uma coisa ou um cargo a ser ocupado conforme a posição social assumida. Ela é uma relação que se constrói socialmente e culturalmente, a partir das experiências comuns e compartilhadas dos sujeitos.

Essa relação de classe perpassa a construção do lugar. As evidências indicam isso. Como, então, analisar o lugar simplesmente através da subjetividade e do cotidiano dos sujeitos? “Se determos a história num determinado ponto, não há classe, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências”[389], nos alerta Thompson. Se determos o lugar, operando nele um recorte que o aparta do processo histórico, alcançaremos as pessoas somente de forma individualizada. Por esse viés subjetivista e individualista, as relações estabelecidas entre o fazendeiro e os assentados torna-se um fenômeno a ser analisado através dos sentidos, os quais podem nos impressionar de um modo qualquer, seja pela forma física (o modo como o Sr. Eliseu trabalha, por exemplo), seja pela forma moral (a percepção do fazendeiro em relação aos assentados, vendo-os somente enquanto força de trabalho). Ainda no campo das

[388] Ibidem
[389] THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Op. Cit. p. 11-12.

individualidades, as análises de tais relações poderiam se desenvolver de forma a analisar as representações do fazendeiro em relação aos assentados e as representações destes para com eles mesmos, situando aí as diferenças estabelecidas em relação às perspectivas representativas do fazendeiro.

No entanto, se analisarmos o lugar como parte integrante de um processo histórico em curso, perceberemos que ele é clivado por relações de classe as quais não foram construídas ali. Foram erigidas num contexto social e cultural mais amplo que se conectam ao lugar, de forma a matizá-lo. A próxima fala do Sr. Latifundiário nos dimensiona o quanto o lugar não é isolado e concebido simplesmente por um amontoado de experiências individualizadas:

> **Nelson**: O que o senhor já ouviu falar... O senhor sabia o que era Reforma Agrária?
> **Latifundiário**: Mais ou menos. Eu sempre preocupei que o governo assenta quem é do ramo, cê entendeu? Porque não adianta você assentar uma pessoa que num é do ramo. Ocê vê que aqueles minino ali que são do ramo ali. O Nilsinho, o Eliseu. A fazenda do Eliseu é super organizada. Produz, vive tranquilo. É piqueno. Mas aquele que num é do ramo... Uma grande parte, inclusive naquele de lá (outro assentamento), onde tá um amigo meu lá, que é o Zé Latão, tratorista aqui do Latifundiário II. Ele compró dum cara lá que num queria produzi e foi até desfazê. Ele num é do ramo. O Zé já chegou, já organizou e tal. É pequeno, é, mas a pessoa que passa ali pra dento e ele mesmo produz... Ele mesmo que é o vaqueiro, ele mesmo que faz a ordenha, dá bem pra sobrevivê. Tranquilo.[390]

Na concepção do Sr. Lázaro o Governo não pode assentar quem não é do ramo, ou seja, não pode assentar quem não seja trabalhador rural. Esse posicionamento assumido não foi simplesmente criado por ele em sua imaginação, a partir da faculdade de representar objetos e situações cotidianas pelo pensamento. Essa posição foi construída socialmente pelos grupos de fazendeiros, a partir das redes de articulação social que estabelecem, com o intuito de defenderem seus interesses de classe. Na entrevista que concedeu ao jornal Diário Regional, o já mencionado secretário de agricultura, Marcos Antônio de Moura Franco, que foi presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Ituiutaba – sindicato esse comandado pelos grandes produtores rurais e associado à UDPR (União de Defesa da Propriedade Rural) –, expôs os anseios do grupo ao qual pertence quando disse que “já que aconteceu, que nós pacificamente, dentro de uma parceria com o

[390] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Lázaro Parnaíba (70 anos). Op. Cit.

governo, pudéssemos **selecionar os agricultores, nosso pessoal, ajudar os produtores rurais** a entrar nessa terra"[391]. Ao longo da reportagem foram feitas várias perguntas ao secretário que respondeu a todas elas. Dentro do conjunto de respostas empreendidas por ele, somente os termos da frase acima "selecionar os agricultores, nosso pessoal, ajudar os produtores rurais" foram destacados em negrito pelo periódico, chamando atenção do leitor, perante a entrevista como um todo, para a necessidade de escolha dos grupos dirigentes em relação aos beneficiários da Reforma Agrária, uma vez que esse se tornara um processo irreversível com a efetivação das desapropriações das fazendas consideradas improdutivas.

As articulações de classe, estabelecidas com o intuito de "selecionar os agricultores", os "legítimos trabalhadores rurais" para comporem os assentamentos de Reforma Agrária, aproximam-se da necessidade de assentar somente "quem é do ramo", conforme indicado pelo fazendeiro Latifundiário. Selecionar os agricultores a serem assentados, priorizando os "legítimos trabalhadores rurais" significa, num processo de incorporação da contra hegemonia, constituir mão de obra para os fazendeiros, ainda mais nesses tempos em que anda difícil "ocê adquirí pião pra prestá serviço pra gente".

Diante das análises realizadas, a construção do lugar perpassa por essas relações que são ancoradas nas experiências sociais de classe. A luta pela sobrevivência, a partir da terra, a luta pela comercialização da produção, pela reconstrução de uma reputação calcada na honestidade, do estabelecimento de relações de vizinhança mais amistosas, tudo isso conecta o lugar ao social, historicamente processado pelas relações e lutas de classe. Além desses aspectos, é preciso considerar os desafios de permanência na terra, pois a construção do lugar não é compreendido como sendo uma "prisão", de onde os sujeitos devem insistir em viver, mesmo que as energias e os esforços investidos na conquista da terra tenham uma grande importância em suas vidas. O projeto ligado à reprodução dos meios de vida a partir da terra não significou o último e derradeiro plano para mudar de vida, já que o abandono da posse e sua consequente venda tornaram-se uma saída para continuarem a lutar pela sobrevivência. Sendo assim, também é preciso considerar a construção do lugar a partir a presença dos novos requerentes

[391] SECRETÁRIO de Agricultura avalia situação dos produtores rurais. **Jornal Diário Regional.** Op. Cit.

ou compradores, que passaram a fazer parte das relações sociais, contribuindo efetivamente na dinâmica da solidariedade e dos conflitos, que também são próprios do lugar e da heterogeneidade da classe do qual participam.

CAPÍTULO 04

O PROTAGONISMO CULTURAL DOS SUJEITOS DA REFORMA AGRÁRIA

Não é nenhum exagero teórico considerar que os sujeitos que lutaram pela terra são os protagonistas da Reforma Agrária. Tal política está encarnada em pessoas e materializada em processos reais, que são dinamizados de acordo com os modos de vida daqueles que culturalmente constroem, modelam e transformam o lugar, fazendo com que a Reforma Agrária seja o resultado de uma verdadeira política dos de "baixo". As estratégias utilizadas pelas famílias para poderem ocupar as fazendas, resistirem no acampamento, dividirem e distribuírem os lotes, bem como permanecerem no assentamento para garantir a posse da terra, evidenciam a capacidade criativa dos sujeitos em fazer política, ora combatendo as pressões hegemônicas, ora enfrentando as disputas e conflitos resultantes da heterogeneidade da própria classe a que pertencem. Dessa maneira, foram construindo uma trajetória na qual os modos de vida se converteram em modos culturais de luta, cuja finalidade principal foi retirar da classe dominante ou da classe proprietária qualquer exclusividade de produção política, além do objetIvo de demonstrarem que eram capazes de decidirem os rumos da sua própria história.

Conforme já analisada nos capítulos anteriores, essa trajetória não foi deliberadamente aceita pela classe dominante. De várias maneiras este grupo foi edificando obstáculos para impedir que a classe não proprietária alcançasse os objetIvos pretendidos, ou seja, utilizaram de pressões sociais articuladas em rede para que as famílias, participantes da luta pela terra, não construíssem o lugar geográfico. Na concepção da elite dominante estas famílias não só deviam abandonar a luta pela Reforma Agrária, como também precisavam voltar para o lugar de onde vieram. Para forçá-las ao retorno, que não seria simplesmente uma viagem de volta aos seus municípios de origem, mas, a retomada de uma vida ligada à condição de trabalhador rural ou urbano, a classe dominante atuou fortemente para criminalizar o movimento de luta pela terra. Sendo assim, no contexto das relações sociais, que eram permeadas pelas pressões hegemônicas e contra hegemônicas, o termo "sem-terra" foi ganhando muitos significados negatIvos, de modo que a conquista da terra não se tornou o único empreendimento

das famílias assentadas. Junto a esta conquista foi preciso construir o lugar e modelá-lo conforme as estratégias culturais de apropriação da terra, levando adiante uma lógica de desconstrução do “nome ruim” de “sem-terra”, bem como incorporando algumas das pressões hegemônicas que foram exercidas pela classe dominante.

A construção do lugar esteve alinhada com a lógica histórica da trajetória de luta pela terra, de modo que as experiências sociais do passado tornaram-se uma base fundamental para o ordenamento das relações sociais do presente. A forma de lidar com a pobreza pode ser uma dessas experiências contidas nos modos de vida, que não se apagam com a migração de um lugar a outro. Ela pode ser até remodelada conforme as circunstâncias, como se pôde observar na maneira com a qual os assentados ocuparam o lote para garantir a posse da terra, vivendo na precariedade e no improviso dos barracos por um período aproximado de dois anos, enquanto as casas definitivas e outras infraestruturas não eram financiadas pelo Governo. Essas circunstâncias vividas indicam o quanto eles sabem lidar com as dificuldades que lhes são impostas socialmente, porque são capazes de forjar saídas a partir dos conteúdos culturalmente presentes em suas trajetórias de vida. Geralmente, não esperam que as políticas públicas ou os sujeitos da classe proprietária decidam sobre quando ou como deverão resolver as necessidades imediatas. Para solucionar as precisões, eles estão empenhados em elaborar estratégias, adotar medidas e pôr em prática aquilo que é necessário para concretizarem os projetos de vida. Sendo assim, utilizam de suas capacidades de resistência na terra e de enfrentamento das pressões internas e externas à classe, de negociação, de articulação coletiva, de luta por interesses individuais, que foram sendo remodelados ou consolidados a partir do processo de luta pela terra.

Por meio do protagonismo cultural é possível entender o lugar como sendo o espaço singular das relações sociais historicamente construídas no contexto das relações entre classes e nas experiências relacionadas às disputas e conflitos internos à própria classe. O lugar pressupõe uma organização e um ordenamento que limitam ou possibilitam o sujeito modelar a realidade a partir de seus modos de vida. Porém, é preciso ponderar, que nessa lógica, os limites e as possibilidades constituintes do lugar e materializadas nas relações sociais, não se estabelecem a partir de processos culturais enrijecidos ou cristalizados, na condição de regras ou normas sociais estanques, pois estas são constantemente fortalecidas, combatidas

e remodeladas pelos modos de vida dos que habitam os assentamentos. Nesse sentido, foi possível perceber que os primeiros assentados elaboraram normas e regras sociais estreitamente vinculadas às experiências vividas ao longo da luta pela terra, naqueles contextos de tensões e de pressões internas e externas à classe.

Os que receberam os lotes, no início da criação dos Projetos de Assentamento, compreendem que o lugar deve ser o espaço da confiança, onde os vínculos e o entrosamento podem ser estabelecidos. Para que isso aconteça é preciso que haja honestidade e idoneidade por parte dos que vivem na terra. Consideram que os dois principais valores a serem mantidos é a moradia no lote e o trabalho na terra, sendo esta a principal fonte de geração de renda do assentado. Além disso, outra característica fundamental é ter participado da luta pela terra, que originou a criação dos assentamentos onde moram. Ora, seria muito difícil enxergar essas características do lugar se todos os beneficiários ainda permanecessem morando em seus lotes. As normas e as regras são mais claramente manifestadas quando transgredidas pelos que vivem no lugar. Daí a relevância de se analisar os conflitos que surgiram e ainda se mantém vIvos nas relações entre primeiros assentados e compradores de lotes, que se tornaram novos requerentes da posse da terra. Estes são constantemente advertidos de que devem aceitar passivamente as imposições relacionadas ao trabalho no lote e à permanência na terra. Sendo assim, precisam levar adiante, juntamente com os primeiros assentados, o árduo processo de desconstrução do “nome ruim” de “sem-terra”, e é por isso que a produção no lote e a permanência na terra se tornam as principais normas impostas a quem compra uma posse.

O que se pode analisar é que a construção do lugar vai sendo alicerçada a partir da incorporação das pressões hegemônicas, que tanto questionaram a conduta honesta e a índole daqueles que foram assentados. Diante desse contexto, a venda de posses de lotes corrobora para manter a ideia de que o assentado continua sendo um “sem-terra”, um sujeito que não é um “legítimo trabalhador”, já que não consegue sobreviver a partir da terra conquistada, e que, além de disso, aproveita a oportunidade para obter vantagens ilícitas por meio da comercialização da posse. Na visão das famílias assentadas, a desistência do lote é uma grave transgressão, porque macula ainda mais a imagem do assentamento e depõe contra a trajetória de luta daqueles que permanecem morando na terra. Mesmo que o “código popular não escrito” condene tais práticas, o que se percebe é que elas são

inevitáveis, pois as circunstâncias que a motivam tendem a escapar do controle daqueles que são contra a venda. Sendo assim, acabam exercendo pressões para que o comprador não se integre facilmente à comunidade, pois para viver no lugar é preciso provar que sua conduta é honesta e que a permanência e o trabalho no lote constituem seu único e último projeto de vida.

Contudo, para que fiquem sabendo das regras e das normas do lugar, principalmente sobre a “prisão” que os primeiros beneficiários querem construir para os que se tornam assentados, os compradores não recebem nenhuma cartilha escrita ou sequer são formalmente recebidos e aplaudidos nas reuniões das associações de que devem participar. Costumam perceber a existência de normas e de regras quando são tratados de maneira hostil e grosseira durante as reuniões da associação, onde as suas opiniões não tem a mesma importância que a de um primeiro assentado. Alguns destes primeiros beneficiários costumam taxar, os compradores que adquirem uma posse de lote no assentamento, como pessoas “oportunistas”, ou seja, equivalente a alguém que não tem o devido comprometimento com aqueles que viveram todo o processo de luta pela terra desde o engajamento até a efetiva ocupação do lote. Outros ainda o classificam como o sujeito que não sabe valorizar o lugar, o assentamento e a posse da terra. Por outro lado, os compradores de lote ou novos requerentes não absorvem passivamente as pressões recebidas. Eles também possuem estratégias culturais para lidar com a indignação dos que não concordam com sua presença na comunidade. Ele sabe observar e entender o ritmo no qual o lugar está sendo movimentado, percebendo quais são as duas principais regras que ele deve seguir, que são referentes ao trabalho e à moradia no lote. Para aqueles compradores que pretendem manter a posse nessas condições, a comunidade não lhes nega o apoio e, em certos casos, a solidariedade. Porém, em determinadas circunstâncias ainda o veem como comprador, ou seja, aquele que não faz parte da história de luta pela terra.

Apesar dos primeiros assentados reprovarem a venda da posse, eles relataram que não descartam a possibilidade de também negociarem o direito conquistado, pois sabem que estão sujeitos a viverem as mesmas circunstâncias que motivaram alguns dos companheiros a venderem a posse e voltarem para a cidade. Mesmo que venham a desistir daquilo que conquistaram, eles continuarão sendo os sujeitos da própria história, porque enxergam a comercialização da posse

como uma saída viável diante de situações que não podem ser facilmente revertidas, como é a probabilidade de viver um grave problema financeiro ou ser acometido por uma doença que lhes impeça de trabalhar na terra e morar no campo. Essa possibilidade de venderem o lote sinaliza, de certa maneira, a abertura que possuem para estabelecer determinadas relações com o comprador, desde que este esteja disposto a colaborar com as normas e as regras do lugar. Por outro lado, entendem que é preciso ceder diante de determinadas situações, principalmente porque não lidam com um comprador passIvo e inerte diante dos conflitos advindos da heterogeneidade da classe. Geralmente, os primeiros assentados não negam ao novo requerente o direito de ser legalmente assentado, já que são responsáveis em informar ao fiscal do INCRA quais sãos as pessoas que desistiram e quais estão reivindicando a posse no lugar dos que venderam o lote. Dessa maneira, vão sendo obrigados a incorporar o novo assentado e lidar com ele nas relações de vizinhança, nas reuniões da associação e noutras circunstâncias, de modo que este novo morador passa a se tornar um sujeito que também dinamiza as relações sociais do lugar, demonstrando reciprocidade diante dos conflitos e da solidariedade recebida. Sendo assim, inevitavelmente, os primeiros assentados tiveram que, ao longo da consolidação dos Projetos de Assentamento, ir estabelecendo alianças políticas com os compradores que permaneceram no lugar, incorporando algumas de suas ideias, pois, para realizarem determinados empreendimentos, tiveram que acionar sua colaboração.

A lógica temporal e cronológica, que foi adotada na elaboração desta tese, culmina com o protagonismo da atuação conjunta entre primeiros beneficiários e novos assentados. O fato destes últimos não serem mencionados nos capítulos anteriores, tem tudo a ver com a importância da história e do passado na construção do lugar no momento presente. Mesmo que os compradores venham sendo incorporados à comunidade desde os primeiros anos depois da criação dos Projetos de Assentamento, a trajetória de luta dos que ocuparam as fazendas desapropriadas ainda reverbera nas relações que eles participam. Precisam lidar com os conflitos do passado que ainda se mantém vIvos no presente, pois os modos de vida que regem o lugar não estão desconectados das experiências sociais que se constituíram a partir das lutas de classe, no processo de incorporação das pressões hegemônicas e na construção de pressões contra hegemônicas. Além disso, não se pode negar que o protagonismo cultural seja uma conquista advinda unicamente dos que

ocuparam as fazendas e permaneceram na terra. O comprador sempre esteve ali presente, mesmo que em número pequeno de sujeitos perante os demais assentados. Trazê-los à essa altura da tese é uma questão de estratégia. Ao mesmo tempo em que ele é valorizado no processo de consolidação dos assentamentos, ele é um sujeito atIvo no lugar. Afinal, protagonistas são todos aqueles que alcançaram a condição de assentados, pois de alguma maneira modelaram o lugar com os seus modos de vida.

4.1 – Primeiros assentados e novos requerentes: trajetórias que se conectam no lugar

> **Maria de Cléofas:** É claro que, parece que assim... É quase um castigo: já que vocês lutaram pela terra, vocês, agora, são obrigado a ficar na terra, né. Agora, você tem que ficar aí, o resto da vida. Eu pensei que fosse uma coisa, é outra. Não me adaptei. O outro que vem pode trazer mais benefício do que o primeiro. Isso não significa que, né. Então? Agora, o que a gente só reclama é que tem pessoas que, às vezes, só vende por vender, mesmo. Só pelo dinheiro, e não pensa nos companheiros que ficaram aqui. Isso, a gente reclama porque eu acho que, se eu for vender eu tenho que pensar no meu vizinho. Olha:
> **(Assentado que vende o lote):** "Fulano não tem um bom procedimento, mas ele me paga melhor pela minha terra. Não tô nem aí pros outro. Eu vou vender pelo preço."
> **Maria de Cléofas:** Porque aqui é uma vida vinculada. Eu, a partir do momento que a gente vai prum assentamento, você num tem sua vida própria. A sua vida depende de todo mundo. Sabe? É tipo assim: não é igual você comprar uma terra escriturada, que você pode fazer o que você quiser e o seu vizinho num tem nada a ver com isso. Aqui, todo mundo tem a ver com você. Porque você estabeleceu vínculos, você fez compromisso. Você viveu um tempo com aquelas pessoas e você se comprometeu de ir com ela até o fim. Então, você não pode, ao longo do caminho, você pensar que a pessoa não tem mais importância e seguir sua vida de qualquer jeito, deixando qualquer pessoa no lugar, só pensando no seu benefício próprio. Então, isso que eu vejo na venda de lote. Se eu quiser vender eu tenho que pensar nas pessoas que vão ficar. Porque eu vou sair, mas, alguém vai ficar. Claro, onde eu for eu vou encontrar... Eu tenho possibilidade de encontrar maus elementos. Tenho, né. Mas, isso não me dá direito de colocar um mau elemento pra conviver. Porque é difícil você acionar a polícia. Acionar a polícia é fácil, mas ela, até chegar... Então, eu tenho que pensar nessa dificuldade e eu tenho que ter essa responsabilidade de pensar nos companheiros que vão ficar.
> **João Bosco:** Sem pensar, também, Soninha, que a polícia era contra (o assentamento). Ela era a favor do latifundiário. E, nós, agora, a polícia tá passando aqui. Vigiando, coisa e tal. Mas, pensando não nim nóis. Mas, nos latifundiário. A ponto, ô minino, que quando rouba uma moto em Ituiutaba, eles vem ver se tá por aqui. Cê entendeu? Vem... Rouba qualquer coisa lá na cidade, um carro, um trem, eles vem perguntar aqui pros outro, pra ver se a gente num viu, se coisa e tal. Quer dizer, ainda existe a discriminação. Já teve vez de roubar cavalo lá na cidade e eles pensar que vei pra cá. Certo?

> **Maria de Cléofas:** E já vei gente da cidade que roubou de nós, aqui, de companheiro nosso, aqui.[392]

"É quase um castigo: já que vocês lutaram pela terra, vocês, agora, são obrigado a ficar na terra". Essa frase poderia ser muito bem atribuída à ideia que os sujeitos da classe dominante e demais moradores da cidade possuem em relação aos assentados da Reforma Agrária. Diante do modo com que ainda tratam os moradores dos assentamentos, é bem possível que realmente pensem dessa maneira. Por outro lado, os conflitos que surgiram por conta das divergências de opinião sobre a venda da posse da terra, evidenciam que o ser "obrigado a ficar na terra" não é somente uma ideia da classe proprietária, mas uma prática materializada por relações sociais construídas, também, entre os próprios assentados. Conforme é descrito pela Sra. Maria de Cléofas, "aqui é uma vida vinculada", sendo que aqueles que deixam o lote, na realidade, estão abandonando um projeto que inicialmente foi sonhado como sendo algo pertencente ao coletIvo, como se todos tivessem alcançado as expectativas e, além disso, fossem portadores das mesmas habilidades para enfrentar as dificuldades de se viver na terra. Ora, uma característica principal do grupo que foi assentado é a heterogeneidade de seus membros, conforme analisado nos capítulos anteriores, pois tal grupo era composto por pessoas com experiências de vida intensamente ligadas ao campo e outras cujas histórias eram estritamente vinculadas à realidade urbana. Além disso, a permanência na terra era uma tentativa de se construir um novo caminho para a manutenção dos meios de vida, e não o derradeiro projeto dos que se tornaram beneficiários.

Os que resolveram assumir o compromisso de permanecer na terra conquistada pareciam não contar com a desistência dos companheiros de luta, que depois de ficarem certo tempo na terra, resolveram vender o direito da posse e voltar a morar e trabalhar na cidade. Contudo, essas desistências já vinham ocorrendo desde antes da criação do Projeto de Assentamento, pois nem todos os beneficiários tiveram a mesma empolgação em receber o lote. Enquanto alguns vibraram com o resultado do sorteio a ponto de alguém ter a coragem de na mesma

[392] Trecho de entrevista concedia pela Sr. João Bosco (59 anos) e Sra. Maria de Cléofas (56 anos). Op. Cit.

noite ir “dormir cá no lote, com os trem na cacunda”[393] outros “foi até embora na hora que partiu”[394], quando ficou sabendo qual lote era de seu pleno direito. Ou seja, desistir da conquista, naquele momento, era algo normal e também aceito pelos companheiros de luta, já que as expectativas em receber uma terra boa haviam sido frustradas pelo sorteio. Desse modo, os que desistiram durante, ou antes da distribuição dos lotes, não seriam vistos como pessoas “obrigadas” a assumir a terra, pois poderiam ser muito bem substituídas por outros interessados sem que a sua saída comprometesse a conquista coletiva. Porém, a atitude daqueles que resolveram desistir da terra, depois que já haviam concordado em manter o direito adquirido e também haviam permanecido algum tempo guardando a posse (poucos meses ou alguns anos), estes eram aqueles que, na concepção dos que não pretendiam vender a terra, eram “obrigados” a permanecer.

As famílias não aceitaram passivamente a saída de alguns. Entendiam que a obrigação de ficar no assentamento devia-se a um vínculo que não podia ser desfeito simplesmente vendendo o lote, pois de acordo com o entendimento da Sra. Maria de Cléofas, se o sujeito “fez compromisso, você viveu um tempo com aquelas pessoas e você se comprometeu de ir com ela até o fim”, ele não podia ficar “só pensando no seu benefício próprio”. Esta fala apresenta o sentimento dos que ficavam no assentamento, revelando que eles possuíam uma frustração em relação àqueles que iam comercializando o direito adquirido. Os vínculos culturais e sociais que não deveriam ser rompidos estavam fincados numa realidade mais ampla da luta pela terra, que havia sido gestada pelo embate e pelo conflito com a classe proprietária. Esta, por sua vez, empreendia pressões hegemônicas para que os sujeitos pudessem desistir da luta, sendo que a insistência em não retroceder no engajamento e a resistência em permanecer acampado tornou-se, de fato, uma pressão contra hegemônica bastante eficaz. Tanto é que conquistaram a terra. Logo, desistir daquilo para o qual tanto haviam lutado, seria o mesmo que demonstrar à sociedade e à classe proprietária que o “nome ruim de sem-terra” e tudo que a ele estava associado, sobretudo a característica de ser uma pessoa que não gostava de trabalhar, era uma verdade incontestável. Por outro lado, os que não aprovavam a venda da posse estavam vivendo um dilema, pois sabiam o quanto era difícil viver naquela terra, e também entendiam que o sujeito pensava que “era uma coisa” e, ao

[393] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Antônio de Pádua (62 anos). Op. Cit.
[394] Idem.

longo do tempo, foi percebendo que era outra, a ponto de poder dizer que “não me adaptei”.

Acima da compreensão sobre a dificuldade do outro, em adaptar-se ao assentamento, estava o consenso de que “você num tem uma vida própria. A sua vida depende de todo mundo”. Isso indica o quanto as pessoas se sentiam no direito de opinar a respeito da vida do outro e, de certa maneira, utilizar de atitudes concretas para limitar as ações que fossem contrárias à “vida vinculada”. Em primeiro lugar, o compromisso mais seriamente assumido pelos assentados não era com o INCRA, e sim com os companheiros de luta. Estes, haviam criado um modelo de assentado, de assentamento, de honestidade, de ordem e de justiça que muito se aproximava daquilo que a classe dominante entendia enquanto sujeito trabalhador e honesto. Sendo assim, é possível perceber que aqueles assentados internalizavam a ideia de que desistir do assentamento significava reforçar e consolidar ainda mais a imagem negativa de “sem-terra”. Diante disso, entendiam que precisavam desconstruir aquilo que a classe proprietária construiu com bastante eficácia a respeito das qualidades negativas entorno do “nome ruim de sem-terra”. Sabiam que a má fama era algo a ser combatido, já que os roubos ocorridos em Ituiutaba, de carro, moto e até de cavalos, eram atribuídos a eles, pois a polícia sempre ia ao assentamento em busca de pistas sobre os crimes cometidos na cidade, como se os assentados fossem os principais suspeitos a serem investigados. Assim, os desentendimentos com aqueles que resolviam vender a terra, continha essa dimensão de combate à imagem construída, de modo que os desentendimentos também se estendiam na relação com os compradores do lote ou novos requerentes, que não eram, na concepção dos assentados que permaneciam na terra, pessoas dignas de confiança por certamente não quererem assumir nenhum compromisso fundamentado numa vida vinculada e dependente da comunidade.

A construção do lugar incorporava aqueles elementos advindos da pressão hegemônica, que se relacionavam à ideia de que os beneficiários da terra deveriam ser constituídos pelos autênticos ou legítimos trabalhadores rurais[395]. Na concepção dos assentados, trabalhador rural também era aquele sujeito que não possuía recursos financeiros para comprar terra, o que se constituía noutro motIvo para que desconfiassem da índole daqueles que pretendiam se tornar beneficiários da

[395] SINDICATOS reunidos em Ituiutaba para coordenar assentamento. **Jornal Diário Regional**. Op. Cit.

Reforma Agrária por meio da compra da posse. Certamente, estes não seriam os autênticos trabalhadores rurais porque, além de terem condições financeiras para comprar terras (na visão dos primeiros assentados), não tinham consciência histórica das lutas e dos esforços que as pessoas do lugar vinham empreendendo no sentido de provar para a sociedade que aqueles assentamentos eram espaços pertencentes a pessoas idôneas e, acima de tudo, legítimas trabalhadoras rurais. Nesse contexto, o ato de permanecer na terra, vivendo no assentamento, também se constituía numa regra muito importante na luta contra a má fama. Chegavam ao ponto de denunciarem formalmente ao INCRA os próprios companheiros de luta que não permaneciam morando no assentamento, bem como informavam aos fiscais do Governo que os compradores de terra continuavam residindo na cidade e que estes ficavam no lote apenas nos finais de semana, ou seja, não tinham nenhum compromisso com a comunidade, além de deixarem a terra abandonada e improdutiva.

A denúncia representa uma convergência entre o “código popular não escrito” e as leis instituídas para reger a Reforma Agrária. Porque o fato do sujeito não morar na terra representava uma atitude muito mais grave – até considerada um crime perante a comunidade – do que a apropriação indevida dos bens da fazenda, ocorrida na época em que estavam acampados. O ato de recorrerem à lei escrita, com o intuito de barrarem a venda de lotes, reforça, ainda mais, a incorporação daqueles interesses hegemônicos, que continham em suas ações a utilização da legalidade para legitimar e consolidar os ocupantes de terra como sendo os fora da lei, os que roubam terras. Para combater o “nome ruim de sem-terra” os assentados recorreram à legalidade e ao poder de intervenção do INCRA, utilizando dos mecanismos que lhes eram disponíveis ao combate daquilo que elegeram como grave transgressão da ordem e dos interesses do lugar. Com essas atitudes eles estavam agindo de um modo muito parecido com aquele que era empregado pela classe proprietária. Porém, a denúncia continha uma dupla e complementar finalidade social de atender aos próprios interesses e, também, mesmo que numa condição involuntária, atender aos interesses da classe dominante. Enquanto a primeira orientava-se pelo objetIvo de desconstruir a imagem ruim de “sem-terra”, a segunda vinha de encontro ao interesse da elite, pois, ao menos naquele momento, os assentados sentiam a necessidade de viverem pelos parâmetros da honestidade

e da legalidade instituídas pela classe hegemônica, ou seja, construindo uma boa imagem a partir dos parâmetros da classe proprietária.

Acionar o INCRA para que ele pudesse resolver as questões relacionadas à não permanência no lote, bem como a venda e a compra, consideradas ilegais pelo "código popular não escrito" e pela lei do Estado, não teve a finalidade de relegar totalmente ao órgão gestor a responsabilidade de impedir a venda e punir os que de fato a concretizavam. A denúncia era apenas uma estratégia de coerção, assim como outras comumente empregadas para que o sujeito não vendesse e o comprador não alcançasse facilmente a condição de assentado. Os que vinham para receber a posse da terra, que fora objeto de comercialização, teriam que passar por um longo processo de aceitação da comunidade, numa espécie de triagem. Para ser assentado, o primeiro critério de seleção era instituído pelo próprio assentamento, que através da associação deveria repassar ao INCRA o deferimento ou indeferimento a respeito do aceite em relação ao comprador do lote. Desse modo, inevitavelmente, os que haviam comprado teriam de se submeter, naquele primeiro momento, às regras da comunidade, correndo o risco de não serem bem recomendados ao INCRA. Afinal, a resistência dos assentados em aceitar a comercialização, denunciando-a ao INCRA, aprofundava ainda mais os conflitos e as discordâncias internas, que tendiam a saturar negativamente as relações com os que não queriam morar no lote e com os compradores que desejavam receber o título de posse.

Esses conflitos parecem ocupar um lugar comum na realidade da Reforma Agrária, já que a compra e venda de posses de terras, nos assentamentos, não é uma peculiaridade local do município de Ituiutaba. Nas terras de outras fazendas desapropriadas e tornadas Projetos de Assentamentos, na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a não permanência no lote e seu consequente abandono pela venda da posse, parecem constituir-se numa prática comum. A partir da Relação de Beneficiários (RBs) da Reforma Agrária, fornecida pelo INCRA, foi possível mapear os assentamentos da região e fazer um balanço sobre a quantidade de lotes possivelmente vendidos em cada Projeto de Assentamento. Os dados estão contidos no Mapa 04.

Assentados desistentes/lotes comercializados nos Projetos de Assentamentos Rurais
Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - 1988-2014

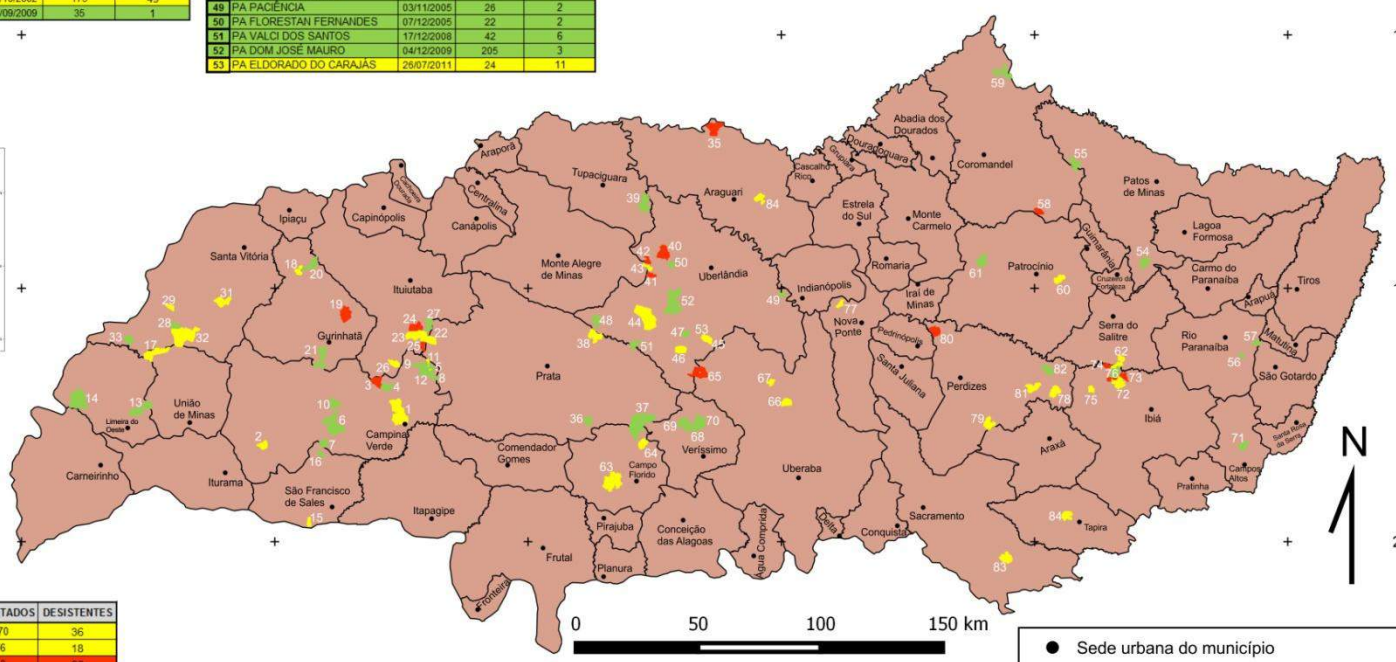
ORD	PROJ. DE ASSENTAMENTO	CRIAÇÃO	ASSENTADOS	DESISTENTES
18	PA VARGEM DO TOURO	04/11/1996	21	8
19	PA NOVA ROSADA	13/12/2001	61	38
20	PA NOVA PIEDADE BARREIRO	31/03/2006	67	9
21	PA DIVINO ROSA	05/11/2009	69	16
22	PA ENGENHO DE SERRA	18/01/1999	60	27
23	PA DIVISA	26/07/1999	27	12
24	PA CHICO MENDES	23/12/1999	48	28
25	PA DOURADINHO	13/12/2001	15	11
26	PA NOVA PÂNTANO MARIANO	09/11/2004	18	6
27	PA RENASCER	28/10/2008	40	4
28	PA CRUZ E MACAÚBAS	26/10/1988	24	0
29	PA PORTO FELIZ	02/12/1996	17	6
30	PA NOVA SANTA INÊS	26/12/1996	38	23
31	PA PAULO FREIRE	05/11/1998	43	17
32	PA NOVA JUBRAN	07/10/2002	175	49
33	PA NOVA JACARÉ CURIANGO	19/09/2009	35	1

ORD	PROJ. DE ASSENTAMENTO	CRIAÇÃO	ASSENTADOS	DESISTENTES
34	PA BOM JARDIM	23/12/1999	42	17
35	PA EZEQUIAS DOS REIS	22/10/2000	78	30
36	PA SIDAMAR	14/10/2005	28	6
37	PA PAULO FARIA	26/10/2005	310	58
38	PA NOVA CACHOEIRINHA	26/10/2005	77	29
39	PA SÃO DOMINGOS	15/09/2006	177	9
40	PA RIO DAS PEDRAS	08/04/1998	87	51
41	PA PALMA DA BABILÔNIA	26/07/1999	13	11
42	PA ZUMBI DOS PALMARES	26/07/1999	22	14
43	PA NOVA PALMA	23/12/1999	15	6
44	PA NOVA TANGARÁ	10/12/2003	250	66
45	PA FLÁVIA NUNES	18/06/2004	15	7
46	PA CANUDOS	19/11/2004	24	11
47	PA EMILIANO ZAPATA	23/11/2004	25	2
48	PA JOSÉ DOS ANJOS	26/10/2005	77	3
49	PA PACIÊNCIA	03/11/2005	26	2
50	PA FLORESTAN FERNANDES	07/12/2005	22	2
51	PA VALCI DOS SANTOS	17/12/2008	42	6
52	PA DOM JOSÉ MAURO	04/12/2009	205	3
53	PA ELDORADO DO CARAJÁS	26/07/2011	24	11

ORD	PROJ. DE ASSENTAMENTO	CRIAÇÃO	ASSENTADOS	DESISTENTES
54	PA 02 DE NOVEMBRO	08/07/2009	70	14
55	PA FREI TITO	05/07/2010	40	5
56	PA GLEBA 119	19/11/1997	13	1
57	PA LAGO AZUL	19/04/2000	20	2

ORD	PROJ. DE ASSENTAMENTO	CRIAÇÃO	ASSENTADOS	DESISTENTES
58	PA CACHOEIRA DOURADA	11/12/1998	12	7
59	PA RECANTO DOS PÁSSAROS	21/12/2005	60	6
60	PA SÃO PEDRO	23/12/1999	41	16
61	PA NOVA ALIANÇA	05/05/2007	49	12
62	PA QUEBRA ANZOL	10/09/1999	37	16





ORD	PROJ. DE ASSENTAMENTO	CRIAÇÃO	ASSENTADOS	DESISTENTES
1	PA CAMPO BELO	19/12/1997	170	36
2	PA PRIMAVERA	30/01/1998	36	18
3	PA SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	26/07/1999	40	22
4	PA NOVA S. JOSÉ DA BOA VISTA	13/12/2001	28	7
5	PA CÓRREGO FUNDO	06/08/2006	60	11
6	PA PEROBAS SANHARÃO	21/08/2006	158	23
7	PA INHUMAS	22/03/2007	42	8
8	PA BELA CRUZ/PALMEIRA	22/03/2007	17	3
9	PA CACHOEIRINHA II	14/09/2007	11	2
10	PA NOVA CAPÃO ALTO	21/10/2008	47	4
11	PA CÓRREGO FUNDO II	23/12/2009	20	3
12	PA NOVA RIO DA PRATA	23/12/2009	17	5
13	PA ITURAMA	03/09/1986	131	7
14	PA RESERVA	14/10/2005	200	21
15	PA QUEIXADA	16/10/2000	13	6
16	PA BOA VISTA	17/12/2002	17	2
17	PA PONTAL DO ARANTES	03/10/1997	96	35

ORD	PROJ. DE ASSENTAMENTO	CRIAÇÃO	ASSENTADOS	DESISTENTES
63	PA NOVA S. INÁCIO/RANCHINHO	26/05/1994	118	39
64	PA FRANCISCA VERAS	29/11/2005	38	10
65	PA MARINGÁ/MONTE CASTELO	13/12/2001	62	35
66	PA TEREZA DO CEDRO	16/12/2004	30	10
67	PA DANDARA	19/12/2005	16	7
68	PA RIO DO PEIXE	30/05/2005	27	4
69	PA 21 DE ABRIL	11/10/2005	77	3
70	PA IRMÃ DOROTY	16/11/2005	38	1

ORD	PROJ. DE ASSENTAMENTO	CRIAÇÃO	ASSENTADOS	DESISTENTES
71	PA SANTA CECÍLIA	03/05/2005	24	4
72	PA MORRO ALTO	16/09/1998	40	19
73	PA SANTO ANTÔNIO II	16/09/1998	50	31
74	PA TREZE DE MAIO	16/09/1998	10	10
75	PA MYRIAN	16/12/1999	15	7
76	PA MORRO GRANDE	27/12/2010	49	2
77	PA ITAMBÉ	26/07/1999	11	4
78	PA GUARIBA	11/06/1996	42	20
79	PA SANTA LUZIA	02/12/1996	50	24
80	PA DA MATA	19/11/1997	34	22
81	PA BOM SUCESSO II	17/05/2005	44	15
82	PA BANDEIRA VERMELHA	27/12/2010	34	2
83	PA OLHOS D'ÁGUA	18/01/1999	27	12
84	PA NOVA BOM JARDIM	26/12/1996	21	10

- Sede urbana do município
- Projetos de Assentamentos com até 25% de desistentes ou de lotes comercializados
- Projetos de Assentamentos com mais de 25% e até 50% de desistentes ou de lotes comercializados
- Projetos de Assentamentos com mais de 50% de desistentes ou de lotes comercializados

Fonte: Mapas base: Limites Municipais do Brasil, 2007, disponíveis em http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm acesso em 01/10/2014. Arquivos Shapes de localização Assentamentos Rurais, disponível em http://acervofundiário.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.html?i6834modt7shld45f3ui4uhqo7 acesso em 01/10/2014. Base de dados: Relatórios de Beneficiários (Rbs) do INCRA. Datum: WGS, 1984. Digitalização e Organização: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2015.

Mapa 04: Localização dos Projetos de Assentamentos da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e a quantidade de desistentes ou de lotes comercializados em cada Projeto.

As quantidades de lotes possivelmente vendidos, em cada assentamento da região, indicam a ampla dimensão de um processo que é vivido dinamicamente nos lugares a partir dos conflitos e embates que se materializam por meio de práticas culturalmente instituídas para combater a comercialização de lotes. A base de dados do INCRA é limitada (defasada) quanto ao número de pessoas que se tornaram novos assentados, considerando-se a data em que ela foi sistematizada e a quantidade de compradores que nem sequer recebem o título de posse. Alguns vendem o direito antes que sua situação seja legalizada. Nas RBs (Relação de Beneficiários) estão catalogados apenas os casos nos quais os compradores tiveram sua situação regularizada perante o INCRA. Aqueles que estão com documentação pendente ou aguardando a burocracia do órgão gestor, não possuem o nome na lista. Outra deficiência refere-se à quantidade de vezes que uma posse foi vendida. Há casos, nos assentamos aqui pesquisados, em que um mesmo lote foi vendido várias vezes por donos diferentes. Devido os compradores ficarem um período curto de tempo com a terra, nenhum deles recebeu o título de posse, seja por falta de interesse, por pressões recebidas dos próprios assentados ou mesmo pela demora em ser cadastrado pelo INCRA, sendo que a terra permaneceu no nome do primeiro assentado até a data de elaboração das RBs aqui analisadas. Apesar dos números contidos no mapa revelarem parcialmente os possíveis casos de venda, eles evidenciam o protagonismo dos assentados em relação à Reforma Agrária, porque a saída da terra indica que os beneficiários não fazem da terra a sua “prisão”, como querem alguns defensores da lei e como desejam outros sujeitos que pensam que se “vocês lutaram pela terra, vocês, agora, são obrigado a ficar na terra”.

A situação da Reforma Agrária, no tempo presente, constitui-se por um amálgama de relações que dinamizam a realidade dos assentamentos. O lugar tem os seus limites e também apresenta potencialidades. No entanto, estas duas características não comparecem às relações como situações dadas ou pré-determinadas. Algumas podem até possuir essas qualidades, porém, estão submetidas à dinâmica cultural construída e alicerçada nos conflitos e embates que surgem no campo das relações e interesses de classe. O lugar é esse movimento, essa conjugação de situações do passado que são remodeladas pelo presente tanto quanto este é transformado pelas forças ativas vindas de outros tempos. Todo o conjunto dessas relações está imbricada pela dinâmica local, pelas formas

instituídas socialmente para reger a maneira como as pessoas devem proceder no jeito de moldarem suas realidades e o próprio lugar. Nesse contexto, os modos de vida dilatam os canais interrompidos, os becos sem saída, porque o lugar construído pelos sujeitos assentados não é uma via de livre acesso, senão uma trilha a ser explorada pelo conflito e pela luta. Desse modo, a cultura ganha um papel fundamental, porque através de seus modos de luta os sujeitos forjam saídas onde geralmente alguns grupos sociais constroem barreiras de impedimento, que nem sempre são eficazes no controle ou na coação de interesses opostos. Sendo assim, os modos de vida provocam uma mudança nas relações das formas instituídas socialmente na relação campo/cidade, num processo amplo de mudança de vida que é fundamentada nas experiências sociais vindas do passado, que ora se comprimem e ora se dilatam perante os desafios do presente. O fundamental é que o lugar ganha um dimensão especificamente cultural e um movimento, que é produzido pelas relações sociais e pelos limites que os modos de vida tendem a reduzir, manter ou ampliar, numa pulsação ritmada pelo protagonismo dos sujeitos que o constroem pelos modos culturais de luta.

Torna-se possível perceber que existem limites na luta pela terra. Do mesmo modo com que "(...) as ocupações de terra normalmente se dão via uma tentativa (...) Se estiverem certos, ninguém virá expulsá-los da terra. Se estiverem errados, o sensato é se retirar e esperar pelo próximo momento oportuno"[396], a apropriação do lote também se faz dessa maneira, considerando apenas a ressalva de que estão certos quanto ao direito adquirido, porém, incertos se devem ou não continuar com aqueles projetos de vida no campo, já que levar adiante o trabalho e a moradia na terra é uma tentativa que muitos sequer pretendem arriscar. Assim, estão dispostos a vender o direito da posse antes mesmo de conhecerem qual será o lote sorteado. Uma situação como essa ocorreu num dos assentamentos pesquisados, conforme relata o Sr. Gregório Magno:

> **Nelson:** E sobre a venda de lote, aqui? Quando que começaram a vender, os lote, aqui, no assentamento?
> **Gregório Magno:** Uai. Aqui, desde a hora que, que fizeram os cadastro, o povo começou a vender.
> **Nelson:** Antes de receber a terra?
> **Gregório Magno:** Antes de receber a terra. Iguale, ali, ó, aquela terra desse home (comprador de lote) que pranta soja. O home (acampado) vendeu o

[396] HOBSBAWN, Eric j. **Sobre história**. Op. Cit. p. 295.

direito por três mil cruzeiro... Três mil reais. Que é reais, né. Vendeu por três mil reais.
Nelson: Isso, antes de sair o lote?
Filha do Sr. Gregório Magno: Antes de correr o sorteio.
Nelson: Antes de correr o sorteio?
Gregório Magno: (O acampado) Só fez o cadastro, né. Adquiriu aquele direito de pegar o lote. Aí, o outro que comprou é que correu o sorteio pra ele, já, né.
Nelson: E depois do sorteio, também, que o pessoal recebeu a terra, aí eles começaram, alguns, a vender, também?
Gregório Magno: Começou a vender, né.
Nelson: E o Senhor lembra, assim, mais ou menos quanto que era esse valor da venda do lote, depois do sorteio? Por quanto vendeu o lote? Assim, o preço do lote, quanto que custava? O Senhor falou três mil antes do sorteio, né?
Gregório Magno: É, três mil.
Nelson: E depois do sorteio, quando começou umas primeiras vendas, aqui, o Senhor lembra o valor?
Gregório Magno: Aí, depois de tudo os lote assentado, eu sei de poucas venda de lote e preço, né. O lote da Maria Madalena foi vendido por trinta mil (reais). É onde tem aquele outro gaúcho, lá, ó, que pranta soja. Do outro lado, de lá.
Nelson: E o Senhor nunca pensou em vender esse lote do Senhor, não?
Gregório Magno: Não. Nunca pensei, não.
Nelson: Mas, já oferecerem algum dinheiro por ele?
Gregório Magno: Já. Ontem teve um aí querendo comprar.
Filha do Sr. Gregório Magno: É, teve um aqui. Mas, ele ofereceu uma casa na cidade em troca de tudo, aqui. (risos)
Gregório Magno: (risos)
Filha do Sr. Gregório Magno: Mas, é ele que chegou e pôs o preço, né.
(Comprador): "Não, vamo catirá. Eles me contaram, lá, que ocê qué vender. Ocê troca numa casa"
Gregório Magno: Eu falei: não. Se eu num der conta de agir com nada, num der conta de trabalhar, eu vou vender. Mas, eu preciso levar alguma coisa pra mim se virar, né. Porque eu tenho muita coisa empregado aqui, que era meu, né. Que eu fiz financiamento. Peguei doze mil do Pronaf. Peguei seis mil de custeio. E trabalhei, aqui, e paguei tudo. Paguei tudo, e hoje eu tenho mais gado do que o que eu tinha, né. Então, minha vida tá boa, aqui. Tá faltando é... Saúde, é... Força pra trabalhar. Porque minha idade tá chegada, né.
Nelson: Então, quer dizer que o pessoal, geralmente, vem aqui no assentamento, num ou noutro lote pra saber quem tá vendendo?
Gregório Magno: A exploração, aqui, é demais. O coitado do Zé Geraldo, ali, com um famião (família) danado, vendeu aquele (lote) ali em troca de uma casinha. Tinha... Ele tem um prantio. Tinha um quintal: é gueiroba, é tudo. Até limão ele plantou, e é muito. Quintalão. Chão formadim de capim hidropólico. E trocou por uma casa lá no confim da cidade. Lá, num lugar, lá, que disse que ninguém pode sair de casa, que as casa é fraca. O povo rouba e tira tudo de dentro de casa. Lugar terrível, lá, onde ele panhou a casa. E panhou dois carro véi. Os carro foi pro ferro véi, na hora, de certo. Porque ele num tem nada. Ele nem com a família num tá. Tá trabalhando em firma (fora da cidade).[397]

A venda do direito à posse é uma prática que persiste no tempo, existindo no início da criação do assentamento e estendendo-se até o momento presente. Um dia

[397] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Gregório Magno (87 anos). Op. Cit.

antes da realização da entrevista, uma pessoa interessada em comprar lote visitou o Sr. Gregório Magno e lhe ofereceu uma proposta de troca por casa na cidade. Voltar para o urbano é uma estratégia mais comum daqueles que deixam o assentamento, bem como oferecer a casa na cidade é uma tática comum dos que pretendem obter terra nas áreas de assentamentos. Conforme a transcrição acima, um vizinho do Sr. Gregório Magno trocou o lote por uma casa na cidade e por dois carros velhos. No entendimento do entrevistado o negócio não foi vantajoso para quem vendeu, já que o sujeito voltou a morar na cidade, num bairro "terrível" de perigoso e não tem mais os veículos que recebeu na troca, sendo que, além disso, teve de se sujeitar ao trabalho assalariado numa "firma". Na maneira como a situação é narrada, é perceptível o conteúdo trágico com que o Sr. Gregório Magno apresenta a trajetória do vizinho. Isso demonstra que o entrevistado não pretende seguir os mesmos passos de seu ex-companheiro de luta e de assentamento. Porém, não descarta totalmente a possibilidade de vender a terra. Tem consciência de que suas forças para o trabalho (devido a idade avançada) estão se esvaindo e, desse modo, deixa a entender que o seu destino seja a cidade, desde que o comprador pague o preço que o Sr. Gregório Magno considera ser o justo para garantir os meios de vida noutro lugar, porque não deseja fazer uma negociação do lote nos mesmos termos que o vizinho. Certamente, o fato de "Tá faltando é... Saúde, é... Força pra trabalhar" seja o motIvo pelo qual o comprador foi até a sua casa com o argumento de que "Eles me contaram, lá, que ocê quer vender". Ou seja, no entendimento dos outros (que o indicaram ao comprador) a sua saída para a cidade pode estar próxima por certamente depender dela para cuidar de sua saúde, como se esta alternativa fosse o seu destino inevitável. Sendo assim, os interessados em comprar lote vão bater à sua porta, tentando aproveitar de sua situação frágil, o que o faz pensar que "A exploração, aqui, é demais".

Outras evidências também corroboram com essa situação de que alguns compradores selecionam o perfil de assentado com o qual querem negociar a posse, ou mesmo podem estar sendo orientados pelos que moram no assentamento a procurarem os mais idosos do lugar. De acordo com a Dona Catarina de Sena e o Sr. Francisco de Sales:

> **Nelson:** Nesse tempo que cês tão aqui, já veio alguém, no lote, perguntar se vocês num queriam vender o lote?
> **Dona Catarina de Sena:** Ichi! Minha fia (meu filho). Aqui, é todo dia.

Francisco de Sales: Ah! (risos) De vez em quando sai um aí.
Dona Catarina de Sena: Aqui, é todo dia, vem gente aqui. Esses tempo pra trás teve um cara, aqui. A mulher dele até é minha cumade. Mas, eu num conhecia o marido dela, não. Chegou aqui e eu num falei pra ninguém, porque eu nunca falei que eu ia vender meu lote. Sempre eu falo que a minha... Eu... A minha infância já passou. Então, já tô na veiusca. Então, eu acho que aqui é o lugar certo deu morar. Porque a gente num guenta barui na cabeça, num guenta injuera, gritaiada. Porque na cidade, tudo isso, tem, né. Minhas minina fala:
(Filhas): "Mãe, a senhora num é sadia e papai também num é. Vem pra qui pro berlândia (Uberlândia). Nóis mora aqui, mãe. A senhora vende isso lá, vem praqui".
Dona Catarina de Sena: Não, minha filha, enquanto eu tiver dando conta eu quero ficar é aqui mesmo. Eu quero ficar é aqui mesmo. Então, é o que eu tô te falando: eu sou contra a vendeção de lote. Eu sou contra demais da conta. Mas, fazê o quê.
Nelson: Aí, esse pessoal que vem aqui pra saber se vende, eles costuma oferecer algum valor?
Dona Catarina de Sena: Não. Aí, esse cara vei, né. E a mulher dele entrou pra dentro (de casa) e ele num entrou não. Ele deu volta no chão todim. Aí, chegou aqui e falou:
(Comprador): "É... Eu vim aqui porque eu fiquei sabendo que a senhora vai vender o lote da senhora e eu quero comprar um lote. E esse da senhora me serve".
Dona Catarina de Sena: Eu falei: não, senhor, eu nunca falei pra ninguém que eu ia vender meu lote. Se o senhor olhou foi de oferecido. Porque eu num falei pra ninguém que eu... E outra, o senhor tinha que me perguntar se eu ia vender, mesmo. Porque...
Francisco de Sales: Pra ele poder olhar, né.
Dona Catarina de Sena: Como é que o senhor tá olhando uma coisa que o senhor num conversou comigo? Ele ficou sem gracinha. Também, num voltou aqui, mais. Num voltou mais. E muita gente, assim, de certo conversa, né. De certo, conversa, porque...
Nelson: Mas, esse povo, assim, que vendeu os primeiros lotes, será que eles tiveram algum lucro, nessa venda de lote, ou não?
Francisco de Sales: (risos)
Dona Catarina de Sena: Ah, meu fii, eu acho que quem vendeu o lote, aqui, eu acho que tá no maior sofrimento do mundo. Trabalhando de escravo. Eu acho que tá... Inclusive, o seu Inácio comprou um lote. Ele era pirueiro de escola. E ele comprou esse lote, como diz ele: pra descansar. Ele sofria uma dor de cabeça. Diz ele que de tanto barui das criança dentro da pirua. Diz ele que ele tava ficando doente. Então, ele comprou esse lote. Esse sinhor (ex dono do lote) vendeu esse lote e o home não era sadio. Mas, achou que era o dinheiro do mundo inteiro. Trinta e cinco mil (reais). Trinta e quatro mil, parece. Comprou esse lote. Logo, comprou uma caminhonete. Distampou beber cachaça. O home tá na cidade, tá trabalhando de empregado. O coitadim já tá com o quê (?), tá com setenta ano, setenta e dois.
Francisco de Sales: Num tem nada.
Dona Catarina de Sena: Foi lucro ou foi prijuízo? Foi prijuízo.[398]

O motIvo pelo qual o comprador chegou até o lote da Dona Catarina de Sena, com a intenção de negociá-lo, aproxima-se do mesmo caso vivido pelo Sr. Gregório

[398] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Sales (77 anos) e pela Sra. Catarina de Sena (74 anos). Op. Cit.

Magno. A Dona Catarina de Sena reconhece que sua saúde não é boa, além de que ela e seu esposo já são idosos e entendem que provavelmente não ficarão naquela terra por muito tempo. Por outro lado temem que morar na cidade não é uma alternativa satisfatória, “Porque a gente num guenta barui na cabeça, num guenta injuera, gritaiada. Porque na cidade, tudo isso, tem, né”. Para ratificar a sua aversão em relação à vida urbana, ela cita o caso de um vizinho, que vendeu o lote por motIvo de doença e, ao morar na cidade ele teve de ganhar os meios de vida “trabalhando de escravo”, ou seja, em sua concepção essa condição equivale a estar “trabalhando de empregado”. Sendo assim, o lugar certo para ela e seu esposo é o próprio assentamento, onde moram, pois sabem que vender o lote e voltar para cidade significa tomar “prijuízo” no negócio, ainda mais que não estão dispostos a se submeterem a relações assalariadas de trabalho, seguindo o mesmo destino daqueles que vendem a posse nos assentamentos.

A fala do Sr. Gregório Magno e da Dona Catarina de Sena indicam que o problema de saúde é um dos motIvos que leva os assentados a comercializarem a posse da terra. O fato de serem procurados pelos compradores evidencia essa situação e ainda aponta para a questão da distância que é o assentamento em relação à cidade, ou seja, o mudar para o espaço urbano vem associado à necessidade de ter mais facilidade de acesso a tratamentos de saúde, aos hospitais e outros serviços da mesma especialidade. Na fala do Sr. Antônio de Pádua e sua esposa Sra. Teresa de Ávila também é possível perceber o motIvo de saúde como sendo uma das causas relacionadas à venda. De acordo com a entrevista:

> **Nelson:** E, assim, quando começou vender os lote, aqui, como que foi a situação? Vocês ficaram chateados, pensando: nossa, nossos colega tá (indo embora)?
> **Antônio de Pádua:** Demais. Ichi! A gente ficou decepcionou demais.
> **Teresa de Ávila:** A gente fica.
> **Antônio de Pádua:** Porque você tem um companheiro, né, da cidade sua. Que você vai ficando, vai ficando, só a gente, só a gente, né. Aí, procê vê aqui, eu mais a Teresa de Ávila, aqui, né. Esse véi daqui (vizinho) ele tá doente, ele vai embora, né. Aí, vai ficar só nóis dois aqui, de conhecido, né.
> **Teresa de Ávila:** E o Tii Badii.
> **Antônio de Pádua:** E o Tii Baii lá no cantim, lá, né. Porque ele tá sozinho e tá pra qualquer hora ele ir embora, também, né. Mas, num vai, também, não.
> **Teresa de Ávila:** Você acha que as pessoas que compra, que compra um lote desse aí, cê acha que ele tem a mesma palavra nossa?
> **Antônio de Pádua:** Que jeito! É totalmente diferente.
> **Teresa de Ávila:** Num tem. O ritmo deles é outro, né. Eles num tá nem aí, não, né. Agora, nóis que vei pra cá, que tem dezesseis ano que nóis tá aqui,

> nóis sabe valorizar nosso lugar. Mas, eles compra hoje, pode vender amanhã. Isso aí vai virando... Como é que fala? Imobiliária, né.
> **Nelson:** E vocês já receberam proposta, aqui, pra... Alguém chegou aqui e falou: olha, eu te dou tanto no seu lote, e tô procurando lote pra comprar. Sempre aparece alguém?
> **Antônio de Pádua:** Já. Já. Esses dia nóis achou.
> **Teresa de Ávila:** A família desse povo (vizinho), aí mesmo, queria comprar.
> **Antônio de Pádua:** Esse povo pelejando pra vender lote, aí... O cara ofereceu cento e cinquenta conto no meu, aqui, ó. No tiririca (dinheiro), assim, ó. Sabe? E eu num quis.
> **Teresa de Ávila:** Porque esse chão nosso, aqui, ele num é dos mais ruim. Sabe? Disse que isso aqui era uma ponta de mato. Naquela baixada ali, disse que brotava água, ali, direto. Ele é um chãozinho até bão.
> **Antônio de Pádua:** E você pode observar que meus pasto tá sempre verde. Aqui, tem bananeira, aqui, que dá a vontade, aí, né. Tudo que cê pranta por aqui, dá. Num é igual aquele pra lá, ali. E num tem areia de jeito nenhum, sabe? Então, esses dia, agora, apareceu outro, sabe? Eu ainda falei assim: se for por Deus eu... Mas, num quero não. Porque lá, ainda mais agora que eu perdi minha mãe, essa semana, né. Foi segunda (feira). Porque eles (os parentes) tem terra lá em Santa vitória, também, lá. Entre Ituiutaba e Santa Vitória tem uma currutelinha, que chama... Chama-se Flor de Minas, né. Eles tem um assentamento lá. Eles tem um assentamento lá e meus irmão... E meus três irmão, que eu tenho, mora tudo lá. E, minha mãe, morava lá. E eu achei um chão, lá, por cem mil (reais) e cento e cinquenta, aqui, sabe? E eu num quis pra mim num largar o... Porque nóis já tá com essa proposta da igreja, sabe?[399]

As relações de vizinhança tem um importante papel na vida dos assentados, já que o Sr. Antônio de Pádua, depois de dizer que ficou decepcionado com a saída de alguns conhecidos, vai indicando quais vizinhos ainda restam próximo de seu lote, queixando-se de ter que ficar apenas sua família naquela parte do assentamento. Ele chega à conclusão de que restam apenas dois dentre todos aqueles que foram primeiramente assentados naquela área. E, de certa maneira, já deduz que os únicos que restaram não ficarão morando ali por muito tempo, ainda mais que um vizinho está doente e outro mora sozinho. Desse modo, a figura do comprador, que é geralmente uma pessoa da cidade, está sempre presente nos assentamentos, encontrando uma realidade favorável a seus negócios. Enquanto a presença do comprador representa uma possibilidade de sair do assentamento, ou seja, constitui-se como um meio potencial para os assentados voltarem para a cidade ou ao município de onde vieram, a doença e o morar sozinho vão se constituindo como os limites do lugar, como sendo um dos elementos causadores da venda de lotes nos assentamentos.

[399] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Antônio de Pádua (62 anos) e Sra. Teresa de Ávila (56 anos). Op. Cit.

Os assentados que ficam na terra não são passIvos diante das situações de venda e compra, seja em relação ao companheiro de luta, que pretende vender o seu direito ou em relação ao próprio comprador. A atitude da Dona Catarina de Sena expressa essa indignação em relação ao sujeito que foi visitá-la para negociar a posse da terra, pois ela disse ao comprador que "Se o senhor olhou foi de oferecido", deixando claro que não desejava a presença daquele homem em seu lote. Por isso, ela o tratou com uma atitude firme e ríspida para que ele não mais voltasse a procurá-la. Essa situação evidencia o quanto os primeiros assentados são avessos à venda de lotes, apesar de não descartarem a possibilidade de também o fazerem. Porém, deixam claro que estão dispostos a viver naquelas terras até o último momento de suas vidas, enquanto a saúde lhes permitir ficar lá. Por isso, não se conformam com aqueles que vendem para viver morando e trabalhando na cidade, já que ainda teriam condições de continuar produzindo os meios de vida no próprio assentamento. Para os primeiros assentados, deixar a terra é uma atitude leviana, pois os que vendem também abandonam uma história de luta e de sofrimento, que custa muito caro para aqueles que acamparam e enfrentaram todas as pressões para conquistar aquela terra, inclusive sendo contrários aos conselhos da família para não engajarem no movimento. É por isso que a Sra. Teresa de Ávila pergunta: "Você acha que as pessoas que compra, que compra um lote desse aí, cê acha que ele tem a mesma palavra nossa?". Porque é uma palavra vinculada a um passado, que fora construído mediante o peso de ser tratado como "sem-terra", como "fora da lei", até mesmo pelos próprios familiares. Sendo assim, não há outra maneira de provar o contrário senão trabalhando e permanecendo na terra conquistada.

Os primeiros assentados entendem que são apenas eles que podem valorizar aquela terra, pois a Sra. Teresa de Ávila menciona que "nóis tá aqui, nóis sabe valorizar nosso lugar", enquanto os compradores não possuem condições de fazê-lo. Desse modo, para que o lugar fosse plenamente valorizado, os assentados tiveram que tentar convencer os seus companheiros a permanecerem na terra, já que os motIvos da venda de lote não foram unicamente aqueles relacionados aos problemas de saúde. No relato do Sr. Tomás de Aquino:

> **Nelson:** E, no caso, quando começaram a vender os lotes, aqui, no assentamento, como que foi? O pessoal ficou muito chateado?

> **Tomás de Aquino:** Não. No início. Foi, muito chocado. Deu muito problema. Foi muito... Ficou revoltado. Todo mundo num queria que vendesse. Porque, naquela hora, todo mundo queria que todo mundo ficasse. Cê entendeu? Não, fulano, pra quê isso? Que nem, esse vizinho meu, aqui, ó. Ele ficou até com raiva de mim. Ele mudou daqui emburrado comigo, porque eu fui dar um conselho pra ele, ele apelou comigo. E nóis era muito amigo. Então, ele achou ruim. Falar pros outro que eu tava proibindo a vida dele. Eu falei: não, eu num tô fazendo isso, não. Eu tô dando um conselho como amigo, porque do jeito que eu quero ficar, eu queria que ele ficasse. Eu num queria que ele vendesse o chão. Mas, o problema dele mais difícil foi a mulher (esposa). Que a mulher morava na cidade. Tinha uma casa, lá, na cidade. E falou que podia dar o carai que não voltava pra cá. Num vinha pra cá. E ele ficava aí, sozinho. Então, ele disgostou por causa disso.
> **Nelson:** Aqui, deve ter tido muito caso assim, de, às vezes, a mulher morava, fica na cidade?
> **Rita de Cássia:** Tem muito, até hoje.
> **Tomás de Aquino:** Teve muito. Ainda tem até hoje. Até hoje, o nêgo já tá com esses ano todim. Até hoje. O seu Geraldo, mesmo, é um que a mulher dele veve mais na cidade e, né, vem aqui, fica uns dia, volta. A do Benedito vem aí, uma vez na vida, que só veve na cidade. Ele (o Benedito) veve aí, sozinho, dentro do chão. Ainda tem esses problema. O Chico Gato, ali da esquina, perto da caixa d'água. É o mesmo problema. A mulher dele vem aí, só a passeio. Num veve com ele.[400]

A ideia de valorizar o lugar também se relaciona com a manutenção das relações de vizinhança. O Sr. Tomás de Aquino se queixou a respeito da mudança do vizinho, afirmando que chegou ao ponto de ir aconselhá-lo a não vender a terra. O seu conselho causou uma desavença entre eles, a ponto do companheiro de luta "apelar" e mudar "emburrado" para a cidade. Ainda na fala do entrevistado a venda do lote pareceu uma situação inevitável, pois ele afirma que a esposa do vizinho "falou que podia dar o carai que não voltava pra cá. Num vinha pra cá. E ele ficava aí, sozinho". Diante dessa realidade de divisão familiar, em que parte dos membros morava na cidade, o ato de permanecer no assentamento, tornava-se algo difícil. E este não é o único caso existente no assentamento. O Sr. Tomás de Aquino vai indicando outros conhecidos que moram sozinhos, pois as famílias recusaram-se a deixar a cidade para viver naquelas terras.

Nos demais assentamentos, a situação familiar parece se repetir e ser uma motivação comum para que alguns assentados vendam o seu direito de posse. No P.A. Divisa, as vendas tiveram essa relação com a ausência da família, cujos membros preferiram morar na cidade. O caso do Sr. Santana Galvão é muito parecido com a situação vivida pelo vizinho do Sr. Tomás de Aquino (P.A. Engenho

[400] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Tomás de Aquino (55 anos) e Sra. Rita de Cássia (55 anos). Op. Cit.

de Serra) e com outros exemplos que este assentado mencionou. Desde a criação do assentamento, o Sr. Santana Galvão sempre morou com sua esposa e seus três filhos homens, que o ajudavam no trabalho diário com a produção do leite. Porém, desde o ano de 2011, um dos filhos mora na cidade, sendo que no ano de 2013 a esposa também migrou para o urbano a fim de trabalhar e dar suporte para que os outros dois filhos também residissem na cidade de Ituiutaba e prosseguissem os estudos. De acordo com a entrevista do Sr. Santana Galvão:

> **Nelson:** No caso, em relação à venda dos lotes, aqui, no assentamento, como foi a sua postura em relação àqueles que começaram a vender lote, aqui, na época?
> **Santana Galvão:** Olha, o primeiro que vendeu, eu até fui contra. Bastante contra. Porque eu, até hoje, eu sou contra a venda do lote. E num sou a favor. Mas, chega um ponto que, às vezes, a gente tem que vender. Porque, uma: que, às vezes, a família vai... Os filhos quer imbora. Num dá conta de segurar eles. Aí, a gente caba ficando sozinho e chega um ponto que a gente pensa em vender, né. Mas, a maioria dos lote, que teve aqui, que foi vendido, foi dificuldade de renda, as esposa num queria ficar porque tinha, passava necessidade das coisa, no início. E, muita gente pega... Vende, achando que aquele dinheiro, ele vai fazer muita renda com aquele dinheiro. E, no final das conta, num faz muita coisa, nada. Porque a venda dum lote desse aqui, o máximo que a gente compra é uma casa na cidade. E, só uma casa na cidade, é muito pouco pra gente sobreviver sem ter necessidade de trabalhar pros outro. Então, acaba tendo dificuldade lá, na cidade, também.[401]

A dificuldade financeira e a recusa das esposas em permanecer morando no assentamento, conforme aponta o Sr. Santana Galvão, configuram-se como dois elementos cruciais na permanência das famílias na terra. Se num primeiro momento ele foi contra a comercialização da posse, atualmente, na época em que a entrevista foi realizada, ele já pensava na possibilidade de ir embora para a cidade, pois a sua esposa já estava morando lá. A situação da sua família fez com que ele entendesse, de alguma maneira, a circunstância que motIvou os outros assentados a venderem os lotes, pois “às vezes, a gente tem que vender. Porque, uma: que, às vezes, a família vai... Os filhos quer imbora”. No entanto, ao mesmo tempo, ele percebe que sair do assentamento pode não valer a pena “Porque a venda dum lote desse aqui, o máximo que a gente compra é uma casa na cidade”. Além disso, a vantagem de continuar morando no assentamento é que a geração de renda não está totalmente vinculada à “necessidade de trabalhar pros outro”, sendo que, na cidade, o trabalho assalariado ou o vínculo inevitável com um patrão torna-se uma obrigação para

[401] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Santana Galvão (51 anos). Op. Cit.

manter a sobrevivência. Sendo assim, é preferível continuar morando no assentamento e vivendo, não se sabe até quando, o dilema de passar a maior parte dos dias da semana longe da família.

Todavia, como se sabe, nem todos os assentados, cujas famílias moram na cidade, recusam a ideia de vender o lote, como era o caso do vizinho do Sr. Tomás de Aquino. Quando foi aconselhá-lo, o Sr. Tomás de Aquino pretendia que o seu próprio parâmetro de vida fosse também o do companheiro de luta, já que “do jeito que eu quero ficar, eu queria que ele ficasse”, ou seja, as suas trajetórias também deveriam coincidir quanto aos projetos de vida, ainda mais que enfrentaram juntos o desafio de permanecer até naquele momento. A atitude do Sr. Tomás de Aquino aproxima muito do que a Sra. Maria de Cléofas afirmou a respeito do compromisso que os assentados deveriam ter em relação a todos do assentamento, no sentido de que “Você viveu um tempo com aquelas pessoas e você se comprometeu de ir com ela até o fim”. Desse modo, a tentativa em convencer o vizinho também abarcava essa dimensão do compromisso, do vínculo que as experiências comuns e compartilhadas haviam construído tacitamente. Mesmo sabendo que o outro morava sozinho e que a esposa não viria de maneira alguma para o assentamento, o vínculo construído pela história de ambos, certamente, era um motIvo muito maior para aconselhar o vizinho. O tempo que viveram lutando juntos proporcionou a construção de uma certa liberdade entre os assentados, pois a criação do Projeto de Assentamento foi um empreendimento coletIvo, e, por isso, valorizar o outro significava manter a principal característica daquela conquista, que também se constituía como uma forma de valorizar o lugar. O entendimento de que “você se comprometeu de ir com ela até o fim”, implicava em permanecer na terra por um tempo indefinido, como se tivessem de fazer daquela conquista a última e definitiva de suas vidas. Assim, tornava-se muito natural aconselhar o vizinho a não vender a posse, mesmo sabendo que ele vivia um dilema relacionado ao desinteresse de parte da família em abraçar aquele projeto de vida.

Por outro lado, depois de um período no assentamento, o Sr. Tomás de Aquino começou a vislumbrar a venda do lote como uma possibilidade de uma vida melhor. Conforme a entrevista:

> **Nelson:** Vocês já pensaram em, às vezes, vender o lote, aqui, e voltar pra cidade?

> **Tomás de Aquino:** Não... Tem hora que a gente é, que nem diz o outro: a gente tá com a cabeça quente, quando começa a esquentar muito a cabeça com os problema, a pessoa tem hora que dá um desespero. Mas, uma coisa que eu vou te falar: vender, eu vendo. Se for preciso vender, eu vendo. Mas, é assim: vender no preço que vale (bate a mão na mesa). Meu chão, eu não vendo de graça pra ninguém (bate a mão na mesa). Dos ano que eu vem vivendo aqui dentro? Vendo não. Eu falo pra qualquer um. Meu preço é tanto.
> **(Comprador):** "Mas, você num quer vender chão?".
> **Tomás de Aquino:** Eu num quero vender, não. Porque vender por esse preço, eu num vendo.
> **Nelson:** E quanto você pediria, hoje, aqui?
> **Tomás de Aquino:** Eu já cheguei pedir duzentos mil (reais). Menos, eu num vendo não. Já achei negócio bão. Só, que eu num quis fazer negócio. O cara me ofereceu uma casa, me voltava dinheiro. Eu, também, num quis. Já achei proposta em carro, dinheiro de volta, mas, eu também num quero. Num quero. O meu negócio é X. Se der, deu. Se num der, deixa quieto. Vou ficando, por aí. Mas, porque se eu sair daqui eu vou te falar procê. Se eu sair daqui eu num vou pra cidade. Que eu num quero viver em cidade.
> **Rita de Cássia:** Às vezes a gente pensa em vender...
> **Tomás de Aquino:** Eu vou rumar uma chácara, eu vou comprar uma chácara pra mim sair e vou trabalhar do mesmo jeito que eu tô trabalhando, aqui. Eu num quero viver essa vida lá na cidade, não. Cê tá é doido! Cidade, eu vim, e foi muitos ano. Nunca gostei de cidade. Então, minha vida é assim.[402]

Na concepção do Sr. Tomás de Aquino a venda do lote tem que obedecer a alguns critérios que possam justificar e fazer valer a pena o negócio. Em primeiro lugar é preciso que o preço da posse esteja de acordo com o seu parâmetro e não conforme a do comprador. Essa sua maneira de pensar coincide com a do Sr. Gregório Magno, quando este afirmou que "eu preciso levar alguma coisa pra mim se virar, né", ou seja, ele demonstra que aquela terra possui uma história e que sua valorização está relacionada à condição de reprodução dos meios de vida. Desse modo, fazer um negócio que apenas lhes dê uma casa na cidade não é algo vantajoso. O Sr. Tomás de Aquino também pensa de maneira parecida, além de não ter nenhuma pretensão de morar na cidade. Desse modo, foi capaz de rejeitar um negócio que incluía uma casa na área urbana e um "dinheiro de volta". Caso venda o seu lote, este tem de possibilitar uma vida muito melhor, de poder tangenciar alguns problemas que, inclusive, lhe fazem pensar na venda da terra, pois "quando começa a esquentar muito a cabeça com os problema, a pessoa tem hora que dá um desespero", o que pode lhe conduzir a possivelmente negociar o lote e deixar o assentamento. Porém, no conjunto das situações que poderão estimular a venda,

[402] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Tomás de Aquino (55 anos) e Sra. Rita de Cássia (55 anos). Op. Cit.

existe a pretensão de continuar reproduzindo os meios de vida em condições melhores, mesmo que seja trabalhando com o próprio ramo de atividade e continuando a morar no campo, pois se “rumar uma chácara, eu vou comprar uma chácara pra mim sair e vou trabalhar do mesmo jeito que eu tô trabalhando, aqui”.

A fala do Sr. Tomás de Aquino expressa que a sua saída do assentamento também depende das condições que encontrará fora dele para poder manter um projeto de vida similar ao que tem tentado desenvolver em seu lote de terras. Se a pretensão “é trabalhar do mesmo jeito que eu tô trabalhando, aqui”, a possibilidade de vender a posse fica sem sentido. O que existiria lá, numa chácara, que o faz pensar na probabilidade de sair do assentamento, já que sugeriu um preço justo pelo lote? Outras questões estão imbricadas na motivação de se vender o direito. Questões que não são especificamente os problemas de saúde de alguns, e os problemas de família de outros. Junto a essas circunstâncias motivadoras existem outras de ordem econômica, que podem acompanhar ou não as anteriores. De acordo com a Sra. Rita de Cássia, esposa do Sr. Tomás de Aquino:

> **Rita de Cássia:** Depois que a gente veio, a gente achava que era assim: tudo fácil, no começo, né. Minino, mas duns certo mês pra trás, sabe? Aí, a gente vai discrençando, vai pensando: como que eu vou fazer? Eu num vou dar conta, né. A gente passa muito aperto. Então, naquela época (início do assentamento), até hoje eu tenho vontade de disistir disso aqui, porque a vida não é fácil. É difícil. Então, eu falava: às vezes, eu arrependi, eu arrependi. Por que que eu fui? Até hoje eu falo: por que que eu fui entrar nessa? Entendeu? (...) Aqui, tem vez que eu me sinto tão sufocada, tão apertada, porque você, aqui... A gente não tem dinheiro pra fazer uma cerca que presta, né. Não tem dinheiro pra comprar uma vaca, pra colocar no chão, pra você, é... Falar assim, ó: agora eu tenho a minha renda, né. Num preciso trabalhar pra ninguém. Num tem como, sabe? Às vezes eu me sinto sufocada, porque a minha renda, aqui, é muito pouca (neste momento ela chora). Eu tenho muita vontade de... Vocês me desculpa porque eu choro à toa. Eu tenho muita vontade de progredir, aqui, sabe? Ter as coisa, arrumar meu chão. Que seja bem organizadinho. Igual: tem muitos aí, que eu vejo, que o chão é bem organizado. Mas, a gente num tem como, num tem com quê, né. E, às vezes me dá vontade de disistir e ir embora. Mas, ao mesmo tempo me dá vontade de ficar aqui. Aí, eu penso: Deus é muito bom. Quem sabe, um dia, eu ainda vou, né, conseguir o que eu num tenho, né. E, meu marido, ele trabalha muito, sabe? Então, trabalha muito pras pessoa. Ajuda muito as pessoa, né. Nóis num tem renda suficiente dentro do chão. Então, ele precisa ir trabalhar, né, pra gente se manter melhor, né. Porque, graças a Deus, a gente vive aqui nesse sufoco. Num passa necessidade de comida, mas precisa de outras coisa. Num é só a comida que a gente precisa. A gente precisa, é... Duma roupa, um calçado, né. Então, a gente tá vivendo, assim, né. Como se diz: empurrando com a barriga, né. O pedacinho que Deus me deu... Às vezes eu converso com Deus, ele me fala: se ele me mostrou isso aqui, trouxe a gente de tão longe... Porque eu acho muito longe, daqui no Capinópolis, né. Quando eu vou, falo: ô meu Deus o que é que eu vim fazer nesse fim de mundo (assentamento)? Minha família mora lá (em Capinópolis), então, eu tenho que ir de vez em quando,

> ver eles. Mas, é um pedacinho de chão que Deus me deu e eu tô aqui, até hoje, pelejando pra ver se eu consigo, ainda, ter alguma coisa, daqui pra frente.[403]

A Sra. Rita de Cássia explica parcialmente o que significa “esquentar muito a cabeça com os problema”, conforme já relatado pelo Sr. Tomás de Aquino. A circunstância de pobreza, ainda vivida no assentamento, demonstra o motIvo pelo qual ela tem “muita vontade de progredir”, ao mesmo tempo em que volta e meia também é gerado dentro deles a vontade de desistir daquele lote. Apesar de possuírem saúde e disposição para o trabalho e de morarem juntos naquela terra, eles não “tem renda suficiente dentro do chão”, sendo que uma das queixas da entrevistada é de que para manter as despesas da casa o seu marido tem que trabalhar fora do lote. Sendo assim, aquela terra, que deveria ser um objeto de autonomia, ainda é mantida por relações de trabalho que não são propriamente aquelas relações produtivas no lote onde moram. Conforme relata o Sr. Tomás de Aquino:

> **Tomás de Aquino:** É o que eu tô te falando: então, nóis ficou assim. Vai ficando paralisado, porque cê num tem um investimento, cê num tem aquilo. Então, a renda que ocê tá tirando, então, aqui dentro, é aquela rendinha que cê vai tirando é só pra manter a sua despesa, do gado e sua despesa de casa. Agora, eu te falar procê: ruim tá, num tá? Ruim tá. Mas, ruim se eu tivesse na rua. Porque, aqui, ó, eu tô aqui. Num preciso trabalhar... Se eu num quiser trabalhar... Eu trabalho pra muita gente. Mas, seu falar assim: hoje, eu num quero trabalhar pra ninguém, eu vou ficar só à toa, aqui dentro de casa, assistindo televisão, eu fico. Porque num tem ninguém pra mim mandar (exalta a voz). Cê entendeu? E eu num sou sujeito de ninguém. Eu tô livre, cê entendeu? Eu sou livre e desimpedido. Então, eu trabalho porque eu gosto e preciso trabalhar, mesmo. Porque, chega o final do mês, eu tenho que pagar as coisa e tem que cuidar das minha coisa. Se a renda num tá dando, eu tenho que me virar. Então, por isso que eu trabalho (pros outros). Mas, tem dia que eu trabalho revoltado. Trabalho revoltado. Mas, é assim: num é porque... É... O cara tá morrendo ou é preciso trabalhar. Porque, num é disso não. Muita gente, às vezes pensa isso. Mas, num é bem assim, não. É porque a renda num dá pra competir a despesa de tudo que tem dentro do chão. Isso aqui gira... Tem que pagar, tem que gastar. Isso aqui, ocê tem sal, cê tem uma ração, cê tem remédio pra vaca, cê tem remédio prum bizerro. Tudo isso cê tem que comprar. Aí, ó, as pratileira... É tudo cheio. Ali dentro, também tem os monte. Isso aí, tudo, custa isso (dinheiro). Se ocê... Só daqui dentro num dá conta de tirar. Ocê tem de se virar, ter um dinheiro pra fazer uma intera, pra poder manter. Então, tem de ser assim. Se num for assim, num funciona. Agora, se eu tivesse condição de ter a renda suficiente para cobrir essa necessidade, que, às vezes, precisa das coisa. Se eu trabalhasse pra um aqui, nem se me pagasse cem

[403] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Rita de Cássia (55 anos). Op. Cit.

> conto por dia eu num trabalhava. Trabalhava não. Trabalhava de jeito nenhum.
> **Nelson:** E qual que é a sua principal renda, no lote?
> **Tomás de Aquino:** Ah, hoje a renda, aqui, é... A gente, aqui, tem vez que quando tá tirando mais leite, a renda aumenta mais um pouco. Mas, quando a gente... Eu parei agora (de tirar leite), então, quer dizer, aqui dentro eu tô sem renda de tudo. Eu vou começar de novo, né, que as vaca começou parir. Eu desmamei um pouco (os bezerros). Mas, o normal mesmo, aqui, da renda, totalmente é de mil, mil (reais) e pouco pra trás. O máximo, quando tá bão de renda, mesmo. Só o leite.
> **Rita de Cássia:** O leite e o serviço dele nos braço (trabalhar para terceiros).
> **Tomás de Aquino:** Não, agora, o serviço, não. O serviço aumenta mais alguma coisa, né. Aí, vai pruma faixa de mil e oitocentos (reais), às vezes, até dois conto, dá pra tirar. Depende das gambiarra que a gente faz, aí.
> **Nelson:** Então, a renda é do leite e do trabalho fora, que você faz, aí?
> **Tomás de Aquino:** É. A renda aqui dentro é mil, quando for, mil e pouco pra trás. Num passa disso, não.
> **Edilente:** Agora, mesmo, a gente tá sem tirar o leite, porque as vaca tá desmamada.
> **Tomás de Aquino:** Eu tava com umas vaca do meu genro, aqui. Ele tinha trazido umas vaca, aqui. Tava dando uma renda boa, com as vaca, né. Mas, aí, ele vendeu as vaca, aí, eu fiquei só com meu gado, agora. Mas, quando elas tava aqui, se elas mante (mantivesse) aqui, ia dá um padrão de uma renda... Tava dando um padrão de uma renda na base de dois mil e quinhentos (reais) tava dando por mês.[404]

Para o Sr. Tomás de Aquino, por mais que seja difícil obter renda a partir da terra ao dizer que a situação está “ruim”, viver no assentamento ainda tem as suas vantagens, que o fazem recusar as propostas de negociação do lote. De acordo com seu entendimento “seu falar assim: hoje, eu num quero trabalhar pra ninguém, eu vou ficar só à toa, aqui dentro de casa, assistindo televisão, eu fico”, como se tivesse uma autonomia que não pode ser conquistada na cidade, já que as relações assalariadas predominantes no espaço urbano não permitem que ele tenha essa “liberdade” em decidir o dia que poderá ou não vender a força de trabalho. Conforme ele mesmo descreve, uma das vantagens de viver no assentamento é “Porque num tem ninguém pra mim mandar”, apesar de que na época em que foi entrevistado ele precisava trabalhar fora do lote para complementar a renda. Isso se devia pelo fato de que as despesas de casa também são as despesas do lote, do cuidado com o gado, pois, segundo seu relato “ocê tem sal, cê tem uma ração, cê tem remédio pra vaca, cê tem remédio prum bizerro. Tudo isso cê tem que comprar”. Naquele momento, permanecer na terra era um desafio relacionado à questão da geração de

[404] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Tomás de Aquino (55 anos) e Sra. Rita de Cássia (55 anos). Op. Cit.

renda, já que boa parte do gado leiteiro, que era pertencente ao genro, não estava mais em seu lote.

A aversão do Sr. Tomás de Aquino em relação ao trabalho assalariado, seja ele permanente ou esporádico, é um dos fatores que o faz recusar a moradia na cidade, pois ele considera importante não ter “ninguém pra mim mandar”, além de que o lote torna-se uma garantia de viver autonomamente, mesmo com todos os problemas financeiros relatados pela Sra. Rita de Cássia. Por outro lado, a dificuldade de geração de renda não deixa de ser mais um elemento que motiva os assentados a comercializarem a posse do lote. Inclusive, considerando a situação do Sr. Tomás de Aquino, que já mora no assentamento desde o ano de 1998, quando ainda estavam acampados, a estratégia de resistir na terra foi vender sua força de trabalho, ou seja, ao mesmo tempo que permanecer na terra é uma forma de refutar as relações de sujeição ao trabalho assalariado, por outro, a sua trajetória demonstra que ficar no assentamento não significou a construção de uma autonomia total. Daí, cogitar a hipótese de venda da terra e, até mesmo vendê-la, caso encontre o preço sugerido (de duzentos mil reais), está atrelada à necessidade de manter o mesmo ramo de atividade, porém, em condições muito melhores, as quais, certamente, lhe possibilitarão alcançar a autonomia desejada.

As dificuldades financeiras para o assentado se manter na terra é um argumento muito importante para justificar a sua saída, de modo que alguns companheiros de luta nem sequer interferem na decisão sobre a venda do lote. No Projeto de Assentamento Renascer, alguns lotes da parte alta da serra foram comercializados várias vezes, conforme a Sra. Fátima de Jesus e o Sr. João da Cruz informaram. Segundo eles:

> **Nelson:** Aqui, por exemplo, já teve lote vendido, aqui, no assentamento? Alguém já vendeu?
> **Fátima de Jesus:** (risos) Já. Já venderam. A gente nem sabe quem é dono desses lote.
> **João da Cruz:** No começo, a gente via a pessoa, né. Depois vai mudando.
> **Fátima de Jesus:** No começo a gente via, né. Eles vende lá em cima da serra.
> **João da Cruz:** Na serra, mesmo, já mudou muita gente. Lá foi vendido, lá.
> **Fátima de Jesus:** Eu nem sei, já nem conheço as pessoa que comprou.
> **Nelson:** Vocês sabem mais ou menos quantos (lote) já foram vendido?
> **Fátima de Jesus:** Tem um lote, lá, que pelo... A gente fica sabendo, assim, por alto, muito... Teve só um lote, lá, que já foi vendido umas dez vezes (risos) Assim, mais ou menos.
> **João da Cruz:** (risos) Se brincar, num tem ninguém, lá, ainda.

> **Fátima de Jesus:** A gente só ouve falar: fulano vendeu o lote que era do fulano. Agora, nem sei quem é mais esses fulano, mais, que pegou esses lote.[405]

Na fala do casal, os lotes vendidos correspondem àqueles localizados em cima da serra, onde os acampados não queriam receber a posse de lotes. As terras eram consideradas de pouca fertilidade, e o local isolado da outra parte do assentamento. Desse modo, é possível que tais desvantagens estejam interferindo na permanência do assentado, naquelas terras. Junto a essa condição, ainda é somada a falta de recursos para investir no lote, pois, segundo o Sr. Maximiliano Kolbe, o INCRA ainda não disponibilizou a verba referente ao financiamento do Pronaf. É por isso que os demais assentados não interferem na venda de lotes lá na serra, pois entendem das dificuldades que o assentado precisa enfrentar para poder gerar renda. E se ele não tem nenhum recurso para investir, a estratégia mais adequada é permanecer morando na cidade. Segundo o entrevistado:

> **Nelson:** E, depois que receberam os lotes, de lá pra cá teve alguns lotes que já foram vendidos?
> **Maximiliano Kolbe:** Teve. Em cima da serra. Em cima da serra parece que teve uns três ou quatro lote que o pessoal desistiu. Passa pra frente (vende). Eles tão lá na cidade, os cara (que venderam).
> **Nelson:** E o INCRA num tá vindo, assim, regularmente pra tá cobrando a pessoa de ter que ficar no lote? Porque nós andamos aí e, assim, pra bater na casa pra entrevistar, a gente já via que a casa tava fechada, a pessoa num tava, né.
> **Maximiliano Kolbe:** Não, o INCRA tá... Sempre o Cime (fiscal do INCRA) que vem. O Cime vem, dá uma volta. Mas, o pessoal já sabe até quando ele vem. Quando ele tá na cidade. Aí, o povo corre pros chão. Depois, vai embora, vai trabalhar. Num esquenta com isso aqui. Tem uns que ás veiz, cê... Hoje eles tá aí, fica dois, três dia na cidade. Num esquenta não. É porque sempre tem aqueles que, a gente pensa, assim... Se o Pronaf chegar, aí tem como eles ficar. A gente até num cobra nada deles, por isso. Igual eu, no meu caso, eu tenho umas vaquinha, eu tiro leite. Eu vou ficar aqui. Eu tenho que cuidar. Agora, eles não. Num tem nada. Vai pensar o quê? Vou pra cidade. Eu acho que se o INCRA fosse mais... Sei lá... Resolvesse os problema mais rápido, porque a gente tem o direito do Pronaf. Desde que você fez a casa e entregou a casa, você tem o Pronaf. Tá com dois ano que nóis fez a casa e, até hoje, ele num liberou. Agora, eles tão acusando, aí, que é por causa da licença ambiental, que tá vencida. Nóis tá tentando renovar. Nossa, mas é uma burocracia danada pra renovar os trem. E nisso, o pessoal fica sem dinheiro. Fazer o quê? Num tem nada pra fazer aqui. O serviço é pouco, né. Vai procurar. Até, num tem nada contra eles, por isso. Agora, depois que o INCRA mandar o dinheiro, aí,

[405] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. João da Cruz (63 anos) e Sra. Fátima de Jesus (57 anos). Op. Cit.

> não. Aí, eu acho que a obrigação de qualquer um é ficar aí trabalhando, né. Porque ele tem dinheiro, tem condição de trabalhar.[406]

O tempo de espera em relação ao primeiro recurso de investimento na produção, que é o Pronaf, já tem durado aproximadamente dois anos, considerando o término de construção das casas no assentamento. Para aqueles que tiveram alguma condição financeira para iniciar uma atividade produtiva no lote, estes ainda conseguem permanecer morando nas terras. Porém, um grupo maior de assentados, não fica no lote, já que necessita trabalhar na cidade. Considerando este descompasso na liberação dos recursos financeiros, o Sr. Maximiliano Kolbe reconhece que não se pode cobrar destes que eles fiquem morando na terra. Devido a essas condições, que inviabilizam a produção agrícola, os beneficiários de lote possuem mais um motIvo para comercializarem a posse. Pois, como podem continuar mantendo uma terra sem condições financeiras para nela investirem? Alguns ainda persistem, trazendo recursos do trabalho assalariado para a manutenção da posse, como tem sido o caso do Sr. Tomás de Aquino. O seu trabalho complementar é uma fonte de renda muito importante para que permaneça morando na terra. Contudo, a questão da geração de renda e a demora na liberação de recursos por parte do Governo, não são os únicos fatores motivadores da desistência em relação ao direito de posse. As relações de vizinhança também compõem o contexto de causas que justificam a não permanência na terra, pois também impulsionam o sujeito a vender a posse e voltar para a cidade.

No Projeto de Assentamento Douradinho, um ex-assentado relatou que as conflituosas relações de vizinhança o levaram a deixar a terra e comercializar o seu direito de posse.

> **Nelson:** Por que você resolveu sair do lote e mudar pra cidade? Como é que foi isso?
> **Lázaro de Betânia:** Não, foi... Eu nem... É uma explicação muito boba, sabe? Cabeça quente, sabe? Você vai pelejano, vai pelejano e num... O trem parece que num vai andando, vai indo pra trás. Aí, cê num... Cê pensa uma coisa e vai... E fui descabriando. E, um pouco mais, por causa daquele negócio que eu te falei, lá, do rapaz, também, né. Aí, cê vai disgostando. Cê tá até de boa, né. Algumas coisa cê guenta. Aqueles negócio de arrocho, cê é acostumado desde muleque, né. Fazenda é assim. Tem ano que cê

[406] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Maximiliano Kolbe (49 anos). Op. Cit.

planta, cê perde tudo, né. Igual, um tipo dum jogo: cê perde tudo, né. Aí, o outro ano, cê já controla, né. Mais ou meno desse jeito. E, mais, é por causa daquilo que eu te falei, do rapaz, lá. Ameaçando a gente.
Nelson: Essas ameaça era por conta de quê?
Lázaro de Betânia: Não. Isso aí, muita gente foi embora por causa desse cara, lá, sabe? Por nada ele ameaçava. Mas, eu, sempre, eu num dei muita moral pra ele, não, sabe? Eu ficava na minha. Ele disse que era coordenador estadual dum movimento. Então, aí, aí pegava e falava assim:
(Vizinho): "É, eu num sei porque que gente tem terra e num fica na terra".
Lázaro de Betânia: Fala, por certo, pra servir pra algum, lá, porque eu nunca saí, né. Sempre grudado lá. Isso aqui, todo mundo tem que trabalhar, porque, eu acostumado, né. Tem que seguir as coisa. E aí, ele ficava ameaçando sem mais sem menos. Uma vez, cê sabe o quê que aconteceu? Foi um engenheiro daqui (de Uberlândia), um tal de Pedro, sabe? Fez a divisão lá (dos lotes). Ele foi lá e... Num sábado. Até eu assustei. Mas, o cara num sábado, aqui? Falou... É... Me chamaram, lá (onde estava o engenheiro). O João, um colega meu, me chamou lá.
(João): "Lázaro de Betânia, vamo lá em cima. Vai modificar seu lote".
Lázaro de Betânia: Aí, eu falei: Uai, modificar meu lote? Como? Já tá marcado, né. Aí, ele passou uma parte lá de cima, né, entrando na reserva, onde que era a reserva, passando pra cima um tanto assim. E, me tirando as terra, lá, que era boa de prantar. Numa baixada, sabe? Boa. Num tinha... Num era reserva, num era nada. Normal, né, de prantar tudo. E, bão. E eu num dormi de noite, não. Foi numa sexta-feira de tarde. Aí, passou sábado, domingo, na segunda-feira eu fui pra cidade. Peguei uma carona, né, e fui pra cidade. E liguei aqui. Aí, o Pedro (engenheiro) falou assim:
(Pedro): "Ah, ocê, ocê mudou os marco, lá? Porque naquele dia tava mei de noite".
Lázaro de Betânia: Eu falei: não, num mudei não e nem vou mudar, né. Aquilo ali num tá certo, não. Aí, o Cime (fiscal do INCRA), teve lá, né. O Cime é o do INCRA, lá. Cê conhece ele, né? Aí, o Cime teve lá. Aí, ele falou:
(Cime): "Uai, Lázaro de Betânia, parece que tem um negócio pegando no seu lote, lá? Uma mudança, lá? Uma modificação no seu lote, porquê?"
Lázaro de Betânia: Falei: não, o (vizinho). O (vizinho) que levou o Pedro, lá. O engenheiro que fez o serviço, aqui, né. Mandou mudar. Aí, o Cime:
(Cime): "Não, seu lote... Seu lote tá marcado. Vai ficar daquele jeito, lá. Num vai mudar nada não".
Lázaro de Betânia: Aí, um dia eu tava fazendo a cerca, lá, e ele (o vizinho) passou...
(Vizinho): "Você num viu um bizerra, assim, não?"
Lázaro de Betânia: Mentira. A bizerra dele tava... Ele passou perto dela, que nóis viu, sabe? Só pra ver se (eu) tinha marcado (a divisa do lote). Se eu tinha mudado o marco. É, ele é encrenqueiro, né. Lá, nóis tinha uma reserva, lá. Ele alugava o pasto, sabe? Alugava os pasto lá da reserva. Era um... Assim... Aquela tipo uma saroba (com poucas árvores de cerrado), mas, tinha muito pasto. Alugava, lá, e num dava o dinheiro pra nóis, não. E a combinação era pra alugar... Num pudia nem alugar, né. Que a reserva num pode alugar. Igual: a situação tava ruim, né. Nóis fez uma cerca, lá, pegando a estrada, assim... Fez uma cerca, né. E alugou, né. Isso é pra ajudar todo mundo, né. Então, nóis vai pegar o seguinte: as despesa, coisa e tal... Pra sair, ir lá em Belo Horizonte resolver alguma coisa (no INCRA). E fazer... Comprar cesta básica, né. E cesta básica ia pra nóis, lá, e nóis num pegava. Daqui (de Uberlândia), desviava, sabe? Num chegava pra nóis, lá. E ele (o vizinho) que tava por conta disso, né. E, rapaz, o cara pintou e bordou com a turma, lá. Da modo o outro: cê num é de briga, né. Cê num vai... O cara é mei doido. Se mexer cê vai complicar tudo. Então, cê largava pra lá.
Nelson: Aí, como foi assim... O dia que você falou: não, eu quero ir embora daqui, num aguento ficar mais. Como que foi?

> **Lázaro de Betânia:** Aí, eu peguei e tava no meu vizinho, lá (outro vizinho), e eu saí. Depois, aí o meu vizinho (o mesmo onde ele estava) falou:
> **(Vizinho amigo):** "Ô, Lázaro de Betânia. O fulano (preferi omitir o nome) disse que vai matar ciclano (preferi omitir o nome), né. Aí, eu falei: mas, porquê?
> **(Vizinho amigo):** "Eu num sei, uai. Disse que vai matar ele, a troco de nada".
> **Lázaro de Betânia:** Aí, aquilo foi disgostando, sabe? Aquilo foi a época toda. Tava tão bão quando nóis acampou, lá, que ele num tava. Quando ele foi pra lá, o trem... Aí, cê vê que o povo modificou. Agora, vai cumer o que o rabo amassou, com esse home. Aí, um dia nóis fez uma reunião, lá.
> **(Vizinho):** "Nóis vai ter que ir roubar vaca, matar vaca, pra nóis cumer".
> **Lázaro de Betânia:** Que nóis tava acampado, né. Todo mundo falou uma cunversa, só: aqui, nóis num mexe com isso, não. Aí, ele já ficou grilado. Quando ele vinha, nóis já saía fora. Mexer com coisa errada, pra quê? Graças a Deus, nóis deu a volta por cima e tirou isso da cabeça.
> **Nelson:** E, no dia que cê... Como que foi, assim, no dia que você vendeu o lote? Você anunciou pra alguém? Como que foi isso?
> **Lázaro de Betânia:** Não. Aí, apareceu um primo dum meu colega, lá, né, do Carlim. Falou que tava querendo comprar. Aí, eu cheguei lá, na casa deles. Tava com essa conversa, lá, né. Falei: não, eu acho que vou vender o meu, né. Eu tô disgostoso com umas coisa, aí, né. Uns colega meu já tinha ido embora por causa desse cara (vizinho) lá, né. Aí, vai juntando tudo, né, e você num guenta, né. Quase nove ano, né (no lote). Peguei, aí, vim de lá, né. Vim embora pra cá (para Uberlândia).
> **Nelson:** Como ficou, assim, aí, você vendeu? Você chegou a comunicar o INCRA? Ou deixou que a associação resolvesse?
> **Lázaro de Betânia:** Não. Eu... Um dia eu falei pro Cime (fiscal do INCRA), né. Falei: é, Cime, num...
> **(Cime):** "Ah, Lázaro de Betânia, mas você tem que ter calma, que o negócio vai devagarzim".
> **Lázaro de Betânia:** Eu falei: mas, se esse home (vizinho) num sair daqui, acho que num dá pra ficar aqui, não. Uma hora, às vez, pode complicar. Ele querer fazer uma coisa comigo. O meu minino (filho) já teve mei alto com ele. Esse trem vai complicar. Aí, complica a situação do meu filho, né. Complica a situação da minha família, né. Aí, eu falei pra ele. Ele (Cime) falou que ia conversar com ele (vizinho). Mas, num diantava ninguém conversar com ele (o vizinho). Tá lá, o lote dele fica abandonado. Ele mora em Itumbiara e mexe com caminhão, prá lá, né. Fiquei sabendo que ele tá pra lá.[407]

Na visão do Sr. Lázaro de Betânia, o sair do assentamento teve uma motivação "boba". Não foi por causa do fato de não saber lidar com as privações do campo ou não ter habilidades para cultivar a terra, nem mesmo pela falta de recursos governamentais. Ele já era acostumado com as dificuldades de se morar em fazenda, no ambiente rural, pois noutra parte da entrevista relatou que viveu e trabalhou na zona rural durante muito tempo de sua vida. Por isso, não era difícil viver no assentamento, onde as precariedades e outras privações tornaram-se uma

[407] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Lázaro de Betânia (53 anos), ex-morador do P.A. Douradinho, no dia 15/11/2013, na cidade de Uberlândia-MG.

experiência comum e compartilhada por muitos daqueles que enfrentaram a luta pela terra e se tornaram assentados, naquelas fazendas do município de Ituiutaba. A motivação “boba”, que ele descreve, parece não ser uma situação tão simples como indica a sua linguagem. Iniciava-se pelas ameaças que o sujeito vizinho fazia aos demais, com a autoridade de que era um coordenador estadual do movimento. Noutro momento, esse mesmo sujeito, tentou modificar a dimensão do lote do Sr. Lázaro de Betânia, para ser beneficiado com as melhores áreas de terra. Todavia, o Sr. Lázaro de Betânia não se dispôs a mudar o marco que o engenheiro (contratado pelo vizinho) havia solicitado que mudasse, pois entendia que a divisão da terra, já ratificada pelo INCRA, era a que deveria prevalecer. Depois que o Sr. Cime confirmou que a mudança não era correta, o Sr. Lázaro de Betânia iniciou a construção da cerca de divisa de seu lote, de modo que o vizinho, ao ir até ele com a desculpa de que estava procurando uma bezerra, demonstrou estar preocupado com a manutenção dos marcos de divisa, que continuavam conforme a determinação do INCRA. E as situações conflituosas também se davam no âmbito de outras relações, como era o caso do dinheiro do aluguel da pastagem, que segundo o Sr. Lázaro de Betânia, não era disponibilizado para o uso coletIvo, conforme o combinado. Até a falta das cestas básicas, que não chegavam para as famílias, na época em que elas estavam acampadas, devia-se à atuação do vizinho de não permitir que as cestas fossem distribuídas. Além disso, também foi atribuída a ele a autoria da ideia de “roubar vaca”, cuja proposta foi recusada prontamente pelos acampados.

A circunstância mais importante e crucial que levou o Sr. Lázaro de Betânia a resolver vender a posse, relacionava-se à notícia de que o vizinho “Disse que vai matar ele, a troco de nada”, ou seja, de que o assentado, com o qual o Sr. Lázaro de Betânia já tinha uma divergência por causa dos marcos de divisa do lote, iria assassinar outro morador do assentamento, que também possuía um lote de fronteira com ele. De fato, essa situação quase se concretizou no P.A. Douradinho, pois a pessoa que iria ser assassinada, conforme mencionado pelo Sr. Lázaro de Betânia, e que entrevistei por acaso, descreveu uma circunstância muito semelhante a uma emboscada, que não culminou com a sua morte. Diante dessa situação de violência, o Sr. Lázaro de Betânia preferiu resguardar a sua família, ainda mais que seu filho “teve meio alto com ele”, ou seja, houvera discutido com o vizinho numa certa ocasião. Desse modo, era preferível não continuar morando no assentamento,

pois “o cara é mei doido. Se mexer cê vai complicar tudo”. Para completar a sua decisão, o INCRA, representado pelo Sr. Cime, não resolveu a situação de conflito, dizendo que “você tem que ter calma, que o negócio vai devagarzim”. Sendo assim, numa primeira oportunidade que teve, o Sr. Lázaro de Betânia vendeu o lote e mudou-se para a cidade de Uberlândia-MG, onde atualmente trabalha numa pequena empresa exercendo a função de serralheiro.

As causas que motivam a venda da posse da terra indicam o quanto os sujeitos da Reforma Agrária precisam lidar com circunstâncias que não são dinamizadas pela atuação dos órgãos gestores, como é o caso do INCRA. Desse modo, é possível considerar que a permanência das famílias na terra dependeria, exclusivamente, das políticas de financiamento agrícola? Como resolver os problemas ligados à falta de saúde dos assentados e aos conflitos entre vizinhos? É possível considerar que a saída das famílias da terra está ligada à falta de experiência de moradia e trabalho no campo? As evidências apontam para uma realidade cuja organização e dinâmica são complexas, porque os problemas de vizinhança, de família, de renda e de políticas públicas não se constituem instâncias da realidade que se movem dissociadas umas das outras. É possível perceber que as políticas públicas não conseguem penetrar em questões que são próprias do lugar, como é o caso dos problemas de vizinhança. Em primeiro lugar, não foi o INCRA quem escolheu o lote onde cada assentado deveria morar, nem sequer orientou como procederem nas relações com o outro. As famílias trazem em seus modos de vida todo um conjunto de experiências que as orientam no lugar que estão construindo. Compreendem que o financiamento do Governo e a geração de renda são importantes para ficarem na terra, porém, não determinam suas realidades apenas pelos parâmetros econômicos, pois são conscientes de seus limites para trabalhar na terra e conhecem os problemas familiares que inevitavelmente precisam enfrentar. Assim, organizam seus projetos de vida a partir de um conjunto de fatores, ora privilegiando alguns aspectos (família, vizinhança), ora valorizando outros (autonomia no trabalho, renda).

Em segundo lugar, a cidade parece tornar-se um centro de referência para os diversos problemas. Aqueles que estão com problemas de saúde, de vizinhança, com falta de alternativa de geração de renda no lote, costumam voltar para o urbano de forma definitiva (para os que vendem a terra) ou periódica (para os que mantém o lote com o trabalho na cidade). Tanto é que enquanto os financiamentos produtIvos

não são liberados pelo Governo, alguns assentados continuam a morar e trabalhar na cidade. Retornam ao assentamento apenas alguns dias da semana ou, em certos casos, quando o fiscal do INCRA visita o município para fazer alguma reunião com os beneficiários ou, eventualmente, visitar os lotes. No grupo dos que retornam à cidade, porque vendem a posse, estão aqueles que possuem experiência de vida e trabalho no campo. Isso reforça, ainda mais, a compreensão de que aqueles que abandonam o direito conquistado não podem ser enquadrados num único perfil, seja ele definido pelos que possuem trajetórias ligadas estritamente ao campo ou pelos que tiveram experiências de moradia e trabalho específicas no espaço urbano. Portanto, a dinâmica dos assentamentos está vinculada à dinâmica da cidade, seja para nela trabalhar e manter o lote, seja para retornar definitivamente a ela para garantir os meios de vida.

Mas, quem são os compradores? Até este momento, no texto, eles apareceram como sendo aqueles que vão até o assentamento em busca de uma oportunidade de encontrar um bom negócio, até mesmo explorando a situação dos que aparentam não ter mais saúde para trabalhar na terra. Na realidade, nem todos os compradores tiveram tal iniciativa. Alguns moravam na cidade e, por um acaso, ficaram sabendo de alguém que estava pretendendo vender a posse. De acordo com a entrevista do Sr. Agostinho de Hipona e sua esposa, Sra. Maria de Betânia, que são novos assentados, eles sempre tiveram a pretensão de morar no campo.

> **Nelson:** Como que você ficou sabendo que tinha um lote à venda, aqui?
> **Agostinho de Hipona:** Vizinho da gente, lá, né. Sabia que a gente queria e o outro tinha, aqui. E, aí, passou pra nóis. E nóis viemo.
> **Nelson:** Como que foi esse contato entre... Pra ficar sabendo daqui? Falou que foi entre vizinho, mas, como que te avisaram disso?
> **Agostinho de Hipona:** Não, eu ia passando pra ir na padaria buscar pão, e vinha voltando. O vizinho meu me gritou.
> **(Vizinho):** “Vem cá, tem um negócio procê, ali”.
> **Agostinho de Hipona:** O Divino. Aí, eu falei: Ah, o quê que é?
> **(Vizinho):** “É uma fazendinha, ali”.
> **Agostinho de Hipona:** Ah, não, tô mei parado. Acho que eu num vou mexer com isso, mais não. Aí, ele pegou e...
> **(Vizinho):** “Não, vai lá ver, uai!”.
> **Agostinho de Hipona:** Ele falou o preço e eu falei: Ah, não, eu num... O preço que o cara queria aqui no direito, né, na benfeitoria. Aí, eu falei: Ah, num é pra mim, não. Aí...
> **(Vizinho):** “Não, vai lá e oia”.
> **Agostinho de Hipona:** Eu vim cá, olhei e deu certo. Aí, troquei aqui numa casa que eu tinha lá, na cidade.
> **Nelson:** Aí, esse lote, aqui, saiu mais ou menos, assim, por quanto, no final das conta?

Agostinho de Hipona: Uai, ele, no final das conta, saiu na faixa de uns cento e dez (mil reais).
Nelson: Você trocou por uma casa na cidade?
Agostinho de Hipona: É. Eu tinha uma casa na cidade.
Nelson: E, você sabe por que o antigo proprietário queria vender?
Agostinho de Hipona: É porque ele num podia ficar aqui, mais, né. Ele tinha... A esposa tava doente, aí, o... Ele num teria, num tinha como ficar aqui.
Nelson: Aí, quando você veio pra cá, o quê que você trouxe, pra cá?
Agostinho de Hipona: Pra cá? Aí, eu trouxe a mudança, a muié e os filho. E trouxe três cabeça de gado.
Maria de Betânia: Cinco!
Agostinho de Hipona: Três, uai. As outra nóis vendeu em seguida. Três cabeça de gado, de minha, né, que eu tinha comprado. E umas galinha que ficou aqui, na combinação.
Nelson: Essas três cabeça que você trouxe, você tinha elas na cidade?
Agostinho de Hipona: Não. Eu comprei. Panhei pra nóis chegar com o bichim berrando, né.
Nelson: Mas, aqui num tinha gado?
Agostinho de Hipona: Não. Não.
Nelson: Num entrou na combinação, não?
Agostinho de Hipona: Não. Entrou nada, não.
Maria de Betânia: Na combinação só entrou essas galinha, né.
Agostinho de Hipona: Só. Só as galinha, um casal de piru que tinha, aí.
Nelson: E como foi essa notícia, Maria de Betânia? Ele chegou lá na sua casa e disse: olha, arrumei uma fazenda.
Maria de Betânia: Não, a gente tava lá, né. Tava lá, todo mundo, lá em casa.
Agostinho de Hipona: Ela tava querendo, também, né.
Maria de Betânia: À tarde, o rapaz foi lá ver a casa, né. Aí, nóis vamo ver, lá (o lote). Nóis vinha no mesmo dia, ver, né. Só, que aí num deu certo. Nóis chegamo lá, tava atrasado. A gente ia chegar lá (no lote) de noite. Como que nóis vai ver o trem de noite?
Agostinho de Hipona: Nóis viemo no outro dia.
Maria de Betânia: Não, então nóis vai no sábado, cedo. Aí, no sábado, nóis viemo aqui. Os minino (filhos) tudo junto, tudo gostou, né. Aí, viemo. Como se diz: tamo aí.
Agostinho de Hipona: Aí, depois, nóis ficou até preocupado. O quê que nóis tamo fazendo, vei fazer aqui, né? Porque, sem recurso financeiro nenhum, pra iniciar nada. Nóis ficamo aqui uns oito mês, quase um ano, ganhando trinta conto por dia, vinte. E é onde nóis viveu desse jeito.
Nelson: Mas, como você fazia?
Agostinho de Hipona: Vendia queijo, né. Toda semana nóis ia na cidade duas vez vender queijo. Vendia dois queijo, uma dúzia de ovos, trazia as coisa pro gado e pra nóis, ainda, né. Pras criação e pra nóis. Pras galinha... Aí funcionou, deu certo. Foi até bão porque a gente sabe que consegue viver com pouco. Com pouquinha coisa cê dá conta. Mas, aqui falta muito pra arrumar. Os pasto, as terra tá sem benefício, né. A casa num é boa, a gente tem que mexer, porque tem... Molha tudo. Se der uma chuva muito forte, mesmo, de vento, molha bastante. A gente tem que esconder os trem, caçando um lugarzim que num molha.[408]

[408] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Agostinho de Hipona (47 anos) e Sra. Maria de Betânia, moradores do P.A. Engenho de Serra, no dia 23/11/2013.

A informação de que havia um lote à venda, no P.A. Engenho de Serra, chegou ao Sr. Agostinho de Hipona a partir de uma pessoa que ele conhecia na cidade de Ituiutaba, onde morava com sua família. Sabendo que ele era interessado em comprar uma “fazendinha”, o vizinho lhe incentIvou a levar o negócio adiante. Num primeiro momento, ele não ficou muito interessado, pois pensava que não tinha condições financeiras para poder comprar a posse. Mas, como o assentado vendedor também aceitava trocar o lote por uma casa na cidade, já que a sua esposa estava doente, conforme mencionou o Sr. Agostinho de Hipona, que depois ficou interessado em fazer o negócio, a estratégia foi aceitar a proposta. Desse modo, depois do acordo feito, o Sr. Agostinho de Hipona ficou em dúvida se aquela negociação tinha sido vantajosa, pois, no período inicial de moradia na terra teve que se manter com pouca renda, sem recursos para investir no lote e na melhoria da infraestrutura da casa. Entretanto, aquela situação precária, trouxe uma lição muito importante, pois ele e sua família passaram a entender que “consegue viver com pouco”, ou seja, de que para o sujeito morar naquele assentamento é preciso saber viver com “pouquinha coisa”. Esse período de oito meses vivendo com uma pequena renda, indica que os modos de vida trazem consigo um conjunto de experiências ligadas à pobreza e de como saber lidar com ela, além de evidenciar que o comprador de lote não está livre de passar por experiências muito parecidas com aquelas vividas pelos assentados, quando eles receberam a terra, depois da criação do Projeto de Assentamento.

Ao longo da entrevista o Sr. Agostinho de Hipona foi relatando a sua trajetória de vida, esclarecendo os motIvos pelos quais eles desejavam morar no campo e, de certa maneira, o que lhes motIvou adquirir uma posse de terras no assentamento. Segundo eles:

> **Nelson:** O quê que você fazia antes de vim pra cá?
> **Agostinho de Hipona:** De vim pra cá? Era marceneiro, né. Marceneiro. Depois, que fui caminhoneiro, trabalhei de motorista. Aí, depois vim pra cá. De motorista vim pra cá.
> **Nelson:** Você já teve alguma experiência, assim, de trabalho na fazenda?
> **Agostinho de Hipona:** Tive bastante. Até os meus vinte e cinco ano, mais ou meno, eu morei na fazenda, né. Aí, a gente vei pra Ituiutaba (cidade) pra morar, né. E resolveu voltar pra roça.
> **Nelson:** E o quê que você fazia na fazenda?
> **Agostinho de Hipona:** Antes? Tirava leite. Era normal, serviço de fazenda. Plantava... Mexia com gado.
> **Nelson:** Mas, isso era fazenda própria, sua?

Agostinho de Hipona: Isso aí era não. Era não. Era... Nóis morava de arrendatário, na fazenda. Era meeiro.
Nelson: Como que era essa relação de meeiro? Como que funcionava?
Agostinho de Hipona: Lá? Lá, ele dava... O que nóis produzisse lá dentro ele (o fazendeiro) dava à meia, pra nós, certo? De leite, renda de leite. Cuidava da fazenda e a renda do leite nóis partia.
Nelson: Isso era onde? Em Santa Vitória?
Agostinho de Hipona: Gurinhatã. Município de Gurinhatã.
Nelson: Era você, seu pai?
Agostinho de Hipona: Era todo mundo. Morava eu, meu pai e meus irmãos. Tudo lá.
Nelson: Por que que vocês saíram da fazenda?
Agostinho de Hipona: É porque que, na época, a gente resolveu vim pra cidade, pra... Achou que num dava. Achou que num tava bom, né. Na época, num encontrou outra (fazenda) da mesma maneira, né. E decidimo vim pra cidade.
Nelson: E, nesse tempo que você morou na cidade, ali, em Ituiutaba, você sempre teve vontade de voltar pra fazenda?
Agostinho de Hipona: A gente sempre falava: a gente quer ir pra fazenda. Tem que ir pra fazenda. Tem que ir pra fazenda.
Nelson: Mas, por qual motIvo achava que tem que vim?
Agostinho de Hipona: Uai. A gente achava que a vida é melhor, né. Cê tem um... Como é que fala? Um tipo de vida melhor, mais saudável. Pra criar os menino, também, longe das coisa (ruim da cidade).
Nelson: E, nesse tempo que você morou em Ituiutaba, o quê que você ouvia falar desses assentamentos, aqui?
Agostinho de Hipona: Uai. No começo, a gente ficava até mei com medo. O povo falava muito mal do assentamento, no começo, né. A gente, mesmo, falava, às vezes, falava: Ah, mexer com assentamento? Sem-terra, sei lá. Antes de pegar a terra, né. Aí, depois, a gente foi caindo, a mentalidade foi mudando. Inclusive, de todo mundo. Aí, a gente foi vendo que num era daquela maneira que o povo passava pra gente, né. Que os ante... Tem gente que num gosta de pobre, de jeito ninhum, né. Eles num quer que pobre sobe na vida, de jeito ninhum. Então, eles (da cidade) ficava pegando aquelas coisa, só ruim, né. Os bom, ninguém via. (...) Até, então, a gente não conhecia. Depois, a gente passou a conhecer. Ficamo acampado em acampamento, quase seis ano, né, pra conseguir a terra, e não conseguimo. Aí, nóis resolveu... Não, nós ficamo lá na beira da faixa, na BR (próximo a Ituiutaba). Nóis andamo. Aí, fomo pro Prata (município), é... E, depois, nóis não conseguimo porque o pessoal, que tava com a gente, num deu conta de adquirir a terra. E, aí, nóis foi...
Nelson: Mas, como que você teve contato com algum líder, com algum grupo, para poder entrar no movimento?
Agostinho de Hipona: No movimento? É porque surgiu lá, né, eles procurando, lá em Ituiutaba. Aí, o pessoal procurando. Tem reunião em tal canto. Vai lá, vamo lá, porque vai sair terra. E, nóis fomo, entramo, ficamo um dia, dois dia. Até pensamo bem pra entrar. Aí, nóis num entramo de cara, não. Vamo lá ver. Aí, depois, a gente foi falando, falando, aí, não, vamo entrar. Nóis entrou. Foi seis ano de luta, correndo pra cá, pra lá, pra cá. Gastando dinheiro e, tudo errado, praticamente, né.
Nelson: Então, antes de comprar aqui, você já tinha participado do movimento, pra tentar conseguir terra?
Agostinho de Hipona: Já. Pra tentar conseguir a terra, já direto como acampado, e não conseguimo. Como nóis tinha vontade, nóis dispomo de algum bem que nóis tinha lá, na cidade, e transferimo pra cá (no lote onde estão).[409]

[409] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Agostinho de Hipona (47 anos). Op. Cit.

Apesar de morar na cidade de Ituiutaba e de trabalhar como marceneiro e caminhoneiro, o Sr. Agostinho de Hipona possuía habilidades para trabalhar na terra, pois sua história de vida estava ligada ao campo. E como sempre desejou voltar a morar em fazenda, decidiu participar de um movimento de luta pela terra e ficou seis anos acampado à beira da Rodovia, próximo à Ituiutaba. Algum tempo depois da entrevista fui descobrir que o grupo no qual o Sr. Agostinho de Hipona integrava era composto por alguns sujeitos que se tornaram assentados no P.A. Renascer. Possivelmente, o período em que ele ficou morando no acampamento não coincidiu com a data de ocupação da fazenda onde foi criado tal Projeto de Assentamento. O fato, como ele explica, é que a luta empreendida não culminou na conquista de um lote de terras. Desse modo, a alternativa foi dispor de um bem na cidade para se tornar assentado da Reforma Agrária. Diante dessas evidências, percebe-se que sua trajetória não parece ser tão diferente daquela vivida pelas famílias que ocuparam e participaram da criação dos primeiros Projetos de Assentamento do município de Ituiutaba. Sua história de vida apresenta uma experiência comum e compartilhada também pelos primeiros assentados, justamente por ser um sujeito migrante, que saiu de um município a outro, do campo à cidade, além de ser uma pessoa pobre. Outra característica que o aproxima às demais famílias assentadas, refere-se ao projeto de vida relacionado ao desejo de conquistar uma terra pela Reforma Agrária, pois a considerava como uma oportunidade de voltar para o campo e obter uma vida melhor, porém, conhecia as dificuldades que seria conquistar uma terra, pois “tem gente que num gosta de pobre, de jeito ninhum, né. Eles num quer que pobre sobe na vida, de jeito ninhum”, ou seja, isso demonstra a consciência que ele possui sobre o grupo social ao qual pertence e sobre o grupo cujos interesses são divergentes dos seus.

A trajetória de vida do Sr. Agostinho de Hipona também se aproxima de outros compradores de lotes, tomando-se como referência o caso do Sr. Simão Pedro e de sua esposa, Sra. Rute, que fazem parte do grupo dos novos assentados no P.A. Douradinho. Conforme é mencionado na entrevista:

> **Nelson:** O senhor já chegou a trabalhar na terra? Produzir na terra? Ter terra, mesmo?

> **Simão Pedro:** Ah! já cheguei, sim. Juntamente com meu pai, né. Então, dessa data, aí, de dois ano de idade, até os meus trinta e sete ano, mais ou meno, foi sempre na zona rural.
> **Nelson:** Então, quando o senhor veio de Luz (MG), o senhor num veio direto pra morar na cidade, não? O Senhor veio pro campo?
> **Simão Pedro:** A gente já veio direto pro município de Ituiutaba, na região lá, por perto de Ipiaçu (MG), por ali, mas, perto do município de Ituiutaba. Na região do Monte Azul, por ali, perto de Capinópolis (MG).
> **Nelson:** E o pai do senhor tinha terra?
> **Simão Pedro:** Bom. De empregado, a gente passamo a ser patrão, juntamente com meu pai, né. Do trabalho na zona rural, meu pai foi conseguindo juntar um dinheirinho e comprou terra, né. Era uma fazendinha até grande, em torno de cinquenta alqueiro. E, daí, que veio a falecer. E, chegou essa hora, que a gente mudou pra cidade e já queria trabalhar em outro setor de serviço, que eu passei a ser caminhoneiro, né. E, daí, também, que eu vi: não era bem o meu ramo, que eu não gostei. Então, foi onde que surgiu a ideia de voltar pra zona rural, né. Aonde eu vim parar aqui.
> **Nelson:** E, na época, aqui, que começou o pessoal invadir e ocupar as fazendas, aqui, vocês ficaram sabendo disso, aqui, em Ituiutaba?
> **Rute:** Só o Zé, né, que ele ficou num assentamento (acampamento), também, né, pra pegar terra.
> **Simão Pedro:** Então, aí, nessa hora, tava atuando como caminhoneiro, né. E, quando eu fiquei sabendo, passei a me interessar. Então, quando eu me interessei a voltar pra zona rural, se eu vendesse o que eu tinha, que foi adquirido juntamente com o meu pai, nessa época que nóis adquiriu fazenda, então, aí, foi que meu pai faleceu e, aí, pegou e houve essa transformação. Quando eu pensei em voltar pra fazenda, se eu vendesse o que eu tinha, que era só duas coisa, praticamente, que era a casa e o caminhãozim, que eu tinha, né. Aí, eu já tinha passado por uma transformação de separação (divórcio), porque sou casado outra vez com a Rute, né. Aí, então, aí, que eu vi. Porque, na época que a gente separou, financeiramente, depois que meu pai faleceu, tocou dez alqueiro pra cada um dos filho. Nóis era cinco filho. Então, eu andei fazendo as conta e num dava pra comprar os meu dez alqueiro mais. Então, agora, vou irmanar com os sem-terra e vou adquirir uma terra, também. Vou pro barraco, tentar conseguir, né. Aí, foi um ano de luta. Tava demorando demais. Então, agora, o meu jeito é comprar. Dei minha casa de morada. Cê vê como é que é a coisa, né.[410]

Para o Sr. Simão Pedro, o ingresso no movimento de luta pela terra foi uma alternativa para voltar a morar na zona rural. Ele não estava disposto, naquele momento, em que ficou acampado, a vender os bens que possuía (casa e caminhão) para comprar uma propriedade no campo, ainda mais que o valor do seu patrimônio não era suficiente para pagar o preço equivalente a uma terra de dez alqueires. Desse modo, a luta pela terra foi encarada como uma tentativa, uma saída para conseguir os mesmos dez alqueires que havia vendido por causa dos problemas com o divórcio. Porém, como a terra demorou demais para sair, acabou

[410] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Simão Pedro (69 anos) e Sra. Rute (61 anos), moradores do P.A. Douradinho, no dia 24/04/2015.

desistindo de ficar acampado e, por fim, dispôs dos únicos bens que tinha para comprar uma posse no P.A. Douradinho.

Nelson: E como o senhor descobriu esse lote, aqui? Alguém ofereceu pro Senhor? O Senhor veio cá?
Rute: Foi eu mesmo que descobri. Eu tava no supermercado, né. Um senhor... Um rapaz, até conhecido do João Divino, ele falou que queria vender essa terra. Aí, eu tinha uma casa lá no Novo Tempo 2 (bairro de Ituiutaba), eu até, por causa do Zé (Simão Pedro), mesmo, eu tava propondo pra ele, dar a minha casa, lá, né. Mas, ele num quis a minha casa no Novo Tempo 2. Eu falei com o Zé, o Zé:
(Simão Pedro): "Ah, eu vou fazer esse negócio".
Simão Pedro: E era até como hoje, mesmo. Gira muito o boato de que tem muitos lote pra vender o direito. Então, aí, o boca a boca vai se espalhando.
Rute: Eu acho que nóis foi os primeiro que compramo aqui, naquela época (ano de 2007). Sabe?
Nelson: Aqui, no Douradinho, vocês foram um dos primeiros?
Rute: Foi um dos primeiro. Acho que foi. Aí, começou, né. Até chegou uma senhora aqui e falou:
(Senhora conhecida): "Num tem problema?"
Rute: Eu falei: tem não. Nóis compramo. Nóis trocamo, né. Nóis trocamo a casa. Aí, ela falou:
(Senhora conhecida): "Eu vou também, vou fazer um negócio desse".
Rute: Aí, que ela comprou aqui, a Dona Divina. Ela e o marido também comprou. Ficou bastante tempo, aqui, né. E, nóis tamo aqui, ninguém veio amolar a gente, né. Aí, eles compraram também. Mas, passaram um tempo e tiveram problema de saúde, então, eles vendeu.
Nelson: E, aí, vocês vieram olhar esse lote, aqui, pra ver se compensava?
Rute: Eu não vim ver, não.
Simão Pedro: Eu vim ver, né. Eu vim ver e, na época, tava muito bagunçado.
Rute: Nossa Senhora!
Simão Pedro: Tava mesmo, a casa, só. Do jeito que ela tá, por fora, aí. As cerca tudo caída.
Rute: Mas, o gado tinha tomado conta de tudo isso, aqui. Tinha umas casa velha pra cá, e o gado entrou. Sabe? Não, mas tava abandonado. Tava como abandono. Quando eu cheguei aqui, que eu vi: Ah, meu Deus! O quê que eu faço, Senhor? Tem dó. Era só areia e só bagunça. E eu cheguei com aqueles móveis, muita coisa, muito tapete. E deu uma chuva. Parece que a chuva vei mesmo pra desabar, né. Levou todim meus tapete, levou tudo.
Simão Pedro: Pra ela foi mais difícil, né, porque pra ela, como mulher, já é mais difícil, também, né. E, sempre, desde dez, doze ano, morando na cidade, e eu não. Eu já fui nascido e criado na rara mesmo, no rural. Então, já morei em casas piores do que essa, né. Pra mim, num achei difícil, não. Tão difícil, não.
Nelson: E, quando o senhor veio olhar, aqui, qual que foi a vantagem que o senhor encontrou? Até mesmo de desvantagem, também, o que o senhor considerou?
Simão Pedro: De desvantagem eu considero a terra, que é bem fraca. Normalmente, essas terra de ocupação, assim, é as terra mais fraca. O que me levou mais a ficar animado, foi uma água farta que tinha aqui. Que a cisterna só tem quatro metro de fundura, sabe? E ela saía de queda natural prum bebedouro, ali embaixo, a cinquenta metro distante da cisterna, que poderia fornecer água pro gado, por uns seis ano, contínuo. Essa água,

> também, que me trouxe a ficar mais animado, né. Porque uma água difícil, é mais complicado, né.
> **Rute:** O sonho dele era voltar pra zona rural. Isso é anos e anos falando. O sonho dele era voltar pras raízes que ele tinha, né. De criança, né. Ele morava na cidade, mas num gostava. Ele queria a zona rural.[411]

A maneira como o Sr. Simão Pedro e sua esposa ficaram sabendo do lote que estava à venda, segue a mesma lógica da informação recebida pelo Sr. Agostinho de Hipona. Num contexto geral, a trajetória dos dois compradores passa pelo desejo de empreender um projeto de vida ligado à moradia e ao trabalho no campo. Por isso, não hesitaram em comprar uma posse de uma terra não escriturada, ainda mais que já conheciam um pouco sobre Reforma Agrária e assentamentos rurais. No começo, as dificuldades de viver no campo, naquelas condições precárias, pareceu não afetá-los a ponto de desistirem daquela empreitada. As experiências sociais vividas no passado, quando moraram no ambiente rural, lhes proporcionou um valioso saber de como enfrentar as privações do campo, pois o Sr. Simão Pedro disse que "já morei em casas piores do que essa, né. Pra mim, num achei difícil", enquanto que o Sr. Agostinho de Hipona entendia que "a gente sabe que consegue viver com pouco". Dessa maneira, o modo cultural de lidarem com a realidade de vida no assentamento, também lhes seria muito útil para contornarem os problemas que poderiam enfrentar a respeito da rejeição dos demais assentados sobre as suas situações de compradores do direito da posse.

Não foi muito simples para os novos requerentes integrarem-se à comunidade dos assentamentos, onde adquiriram o lote. Como já foi apresentado anteriormente, no texto, alguns dos primeiros assentados demonstraram o quanto não apoiavam a comercialização da posse. Por isso, demonstravam sua indignação, também, em relação àqueles que conquistavam o direito de se tornarem requerentes de terras, ou seja, de serem assentados pelo INCRA. Para a Sra. Maria de Cléofas e o Sr. João Bosco, a comunidade acreditava que o comprador fosse uma pessoa de má índole, a ponto de imaginarem que ela pudesse comprometer negativamente a imagem do assentamento, pois os que vendiam o lote não se preocupavam se o "fulano não tem um bom procedimento". Além disso, os primeiros assentados entendiam que seria difícil, quase impossível, estabelecer algum vínculo com

[411] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Simão Pedro (69 anos) e Sra. Rute (61 anos). Op. Cit.

aqueles compradores, já que, de acordo com o questionamento da Sra. Teresa de Ávila, “Você acha que as pessoas que compra, que compra um lote desse aí, cê acha que ele tem a mesma palavra nossa?”, ou seja, para ela “o ritmo deles é outro”, o que tornava impossível pensá-los como sujeitos iguais aos que haviam participado da criação do Projeto de Assentamento. Desse modo, segundo a Sra. Teresa de Ávila, eles não seriam capazes de valorizar o lugar. Por isso, as reações dos que não concordavam com a venda de lote eram de indignação em relação aos que saíam e também de desconfiança em relação àqueles que ocupavam a terra pelo direito de compra da posse. No que se refere à venda de lote, de acordo com o Sr. Tomás de Aquino, o povo ficou “muito chocado”, “ficou revoltado”, “deu muito problema”, a ponto dos primeiros assentados, num primeiro momento, não quererem assinar a ata que formalmente autorizava o INCRA a assentar o novo requerente do lote, conforme se pode analisar no relato da Dona Catarina de Sena e do Sr. Francisco de Sales.

> **Nelson:** No começo, como é que foi a recepção de vocês em relação a quem tava comprando lote?
> **Dona Catarina de Sena:** Nossa Senhora! Eu sou contra até hoje, meu fii. Pensa na pessoa que é contra e triste. Eu sou. (...) Mas, teve gente, que, assim: saia e num tava nem aí, numa dava atenção pra ninguém. Ficava sábado e domingo. Até hoje tem desse tipo de gente. Não fica no lote. Num planta nada dentro do lote. Fica aí, põe gado, vai embora pra cidade. Trabalha a semana inteira, pra lá. Vem no sábado. Fica sábado, posa, vem domingo e vai todo mundo embora.
> **Francisco de Sales:** Quem compra terra, aí, num fica aí, não. Igual tem o fulano, ali. Tem o outro que tem sorveteria, lá em Ituiutada. Uma manada que num fica aí.
> **Dona Catarina de Sena:** Então, hoje eu já num (não) sou contra mais vender. Porque, às vez vende pra uma pessoa que é menos preguiçoso dentro, pra uma pessoa melhor, mais trabalhador. Mas, aqui, ainda num teve comprador de lote trabalhador, não. Não, teve o seu Colemar, né. O seu Inácio, que comprou.
> **Francisco de Sales:** É, o seu Colemar comprou, tá aí, né.
> **Dona Catarina de Sena:** Mas, tem lote, aí, que é sozinho. Tem lote, aí, que num tem ninguém no lote. Inda esses dia nóis teve uma reunião, eles falando:
> (**Assentado que comprou o lote):** “É, lá em casa sumiu uma vassoura veia. Lá em casa sumiu uma escova veia”.
> **Dona Catarina de Sena:** Eu falei: mora dentro do lote. É só ocês morar dentro do lote que nada disso some. Porque eu moro aqui, há catorze ano, e nunca sumiu nada daqui de casa, nenhum copo. (...) Aí, esses comprador de lote, eu sou contra.
> **Nelson:** E nas reuniões, assim, pra decidir se vai transferir o lote, como era isso?
> **Dona Catarina de Sena:** Uai, como era que antigamente ninguém queria transferir e muita gente num assinava. Muita gente num assinava. Mas, só que quando a gente fica sabendo, o negócio já tá feito, cê entendeu? Já

> passou os papel, já tudo. E, aí, nóis... Eu mesmo larguei de falar. Porque eu mesmo sou muito faladeira em reunião. Toda dor de barriga que dá eu falo na reunião. Num gosto de falar no corredor, não. Gosto de falar lá dentro. Agora, até larguei de mão. Porque num tá adiantando. Quando a gente fica sabendo... Eles num procura. Porque os primeiro comprador de lote, eles vinha, a gente tinha que assinar (a ata). Às vezes a gente num queria assinar hoje, eles voltava amanhã. Amanhã, a gente num assinava, eles voltava a dispois, cê entendeu? Aí, ia indo... Teve muitos que nóis num assinou. Aí, pro resto tá fazendo negócio sem assinar, e tá fazendo até hoje.
> **Francisco de Sales:** Ah! É até hoje.
> **Dona Catarina de Sena:** Aí, pronto. Mas, eu sou contra demais. Porque eu comparo um lote de chão desse com um estudo. Você estuda pra quê? Pra você ser uma pessoa digna. Como diz o outro: ter um estudo pra o seu viver, pra sua família. É uma coisa que ninguém rouba de ninguém, é o estudo. Acho que é igual um lote. Eu tenho certeza que nem se eu num pagasse isso aqui, o Governo ia me tomar. Porque eu num saio daqui pra nada. Eu quero ver ele me tomar. Nem se eu num pagasse.[412]

Conforme se pode analisar no trecho da entrevista, a Dona Catarina de Sena e o Sr. Francisco de Sales valorizam muito a permanência dos assentados no lote. Hoje, eles até se posicionam a favor da venda, considerando que "às vez vende pra uma pessoa que é menos preguiçoso dentro, pra uma pessoa melhor, mais trabalhador", apesar de julgarem que os compradores não são pessoas trabalhadoras, apresentando apenas dois casos de assentados que não se enquadram em seus julgamentos. Num contexto geral, os que compraram o lote continuam morando na cidade, onde segundo a Dona Catarina de Sena, trabalham durante a semana, enquanto a terra fica abandonada. Isso indica que o fato de trabalharem na cidade não os isenta de serem pessoas "preguiçosas", pois o emprego que possuem no urbano não tem o mesmo valor que o trabalho no campo. Desse modo, a partir de suas falas, também é possível entender que o comprador, para ser um sujeito trabalhador e "corajoso", é preciso que ele consiga garantir os meios de vida pela produtividade advinda do cultIvo agrícola do lote, além de ter que morar no assentamento. Porque a posse, segundo os entrevistados, é algo muito precioso, tal qual o conhecimento advindo do estudo, como "uma coisa que ninguém rouba de ninguém". Sendo assim, o direito a posse é algo construído e conquistado pelo trabalho e pela permanência na terra, considerando que este direito não pode ser adquirido simplesmente pela compra.

[412] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Sales (77 anos) e pela Sra. Catarina de Sena (74 anos). Op. Cit.

A ideia de como o sujeito pode conquistar o direito ao lote é uma condição que certamente é estabelecida num paralelo com a trajetória de luta pela terra dos primeiros assentados. Estes, só puderam conquistar a terra depois de um longo período vivendo embarracados no acampamento, de onde resistiram às privações e pressões pertinentes ao processo de luta pela Reforma Agrária. Depois da criação do Projeto de Assentamento, ainda continuaram a morar em barracos improvisados, trabalhando com poucos recursos de investimento na terra e vivendo com pouca renda, pelejando para manter a posse. Essa história de luta parece justificar a razão que tinham de não querer assinar a ata que autorizava o INCRA a assentar os compradores de lote, pois não conheciam a história dos sujeitos e, em certos casos, nem se interessavam em saber quem ele era. Seria preciso que ele provasse o quanto era capacitado para trabalhar e permanecer morando na terra, como num processo similar àquele vivido pelas primeiras famílias assentadas. Depois disso, seria possível que as famílias aceitassem assinar a ata para que os compradores regularizassem suas situações junto ao INCRA.

As pressões relacionadas ao ingresso do novo requerente, na comunidade do assentamento, não eram compostas apenas pela maneira de pensar e de agir daqueles que eram os primeiros assentados. O fiscal do INCRA também impunha ao comprador a ideia de que ele não deveria ter realizado aquela negociação. No entanto, como os compradores também possuem as suas estratégias culturais para lidar com as situações conflituosas, sejam elas advindas dos assentados ou provenientes da ação intimidadora do fiscal do INCRA, seu direito de posse não era simplesmente negado nem sequer era algo impossível de ser conquistado. No caso do Sr. Barnabé, um dos primeiros compradores de lote do P.A. Engenho de Serra, é possível perceber como ele forjou saídas para contornar os problemas relacionados à sua situação de novo requerente. De acordo com o seu relato:

> **Nelson:** O senhor é o segundo dono (do lote)?
> **Barnabé:** Sou. Então, procê ver. Eu comprei aqui em fevereiro de 2002.
> **Nelson:** O senhor já tá assentado pelo INCRA?
> **Barnabé:** Já. Ele passou o contrato pra mim e tá tudo... Pra mim, não. Tá no nome da mulher (esposa). Tá tudo legalizado. Já saiu os Pronaf tudo, o que a gente tinha direito. Até agora, já saiu tudo bunitinho.
> **Nelson:** O senhor não teve problema, por ser comprador?
> **Barnabé:** Quando eu comprei isso aqui, pra ser sincero pra você, esse trem me esquentou a cabeça, demais. Porque uns falava que num tinha problema. O fiscal do INCRA vinha e falava que tinha problema. Aí, foi até que um dia eu tive que, como se diz, num ser grosso com ele (fiscal do

> INCRA). Mas, falar a verdade do que eu sentia, né. Porque ele falou pra mim:
> **(Fiscal do INCRA):** "O senhor pode perder isso aqui, porque o senhor num pode brigar pela terra. Porque o cara num tinha terra pra vender pro senhor. Uai, a terra é do INCRA. Ele tem um contrato em mão rezando que ele num podia vender".
> **Barnabé:** Eu falei: então, por aí, o senhor vê que a falha num é minha. Se ele tem um contrato em mãos, que reza no contrato que ele num podia vender, ele não me mostrou o contrato e ele sabia. Quem não sabia que num podia comprar, sou eu. E briga cocês por causa da terra, também num vou caçar não. Falei: agora, brigar por causa do dinheiro, que eu dei em troca da terra, eu vou, porque eu num roubei ele. Foi meu suor que eu investi aqui. Mas, eu acho que aquilo, ele tava mais era me testando. Porque, aí, eu já tinha, praticamente... Isso aqui era um matão danado. Igual lá na entrada do colchete, onde cê entra. Eu já tinha roçado tudim de enxadão. Já tinha dividido o pasto. Num tinha quintal. Eu já tinha dividido tudo. (...) Agora, eu sou uma pessoa, o seguinte: não vou dizer que eu sou uma pessoa que sabe, porque minha escolaridade é pouca. Mas eu tenho uma longa experiência de vida. Pressão, ela existe. Agora, vamos esperar acontecer, porque se você for querer sofrer antes do acontecido, cê vai sofrer duas vez, porque você vai sofrer antes e depois. Então, teve a polêmica? Teve. Mas, eu tô a doze ano aqui e ninguém me aborreceu.
> **Nelson:** Mas, assim, o senhor acha que num contexto geral do assentamento, houve, às vezes, um preconceito dos assentados contra a vinda do senhor, pra cá? Da compra do lote?
> **Barnabé:** Não. A mim, não. A mim, eu vou ser bem sincero com você, Nelson. Porque, é igual a gente tá falando. Eu sou uma pessoa o seguinte: se eu chego num lugar estranho, principalmente pra trabalhar, ou que seja pra divertir numa festa, você tem que chegar e ver como que é o ritmo que tá girando, em torno de você. Porque ocê vai ter que entrar no ritmo deles, num vão? Foi o que eu fiz quando eu cheguei aqui. Cheguei, me integrei à comunidade. Eles tinha as reunião deles. Eu procurava não perder. Quando eu num tava, aqui... Porque isso aqui a gente teve que trabalhar fora pra manter isso aqui. A minha mulher, que tá no nome dela, ela ia em todas reunião. Então, quando foi pra fazer uma ata, pra poder fazer a transferência do lote pra gente, a gente precisava de cinquenta por cento e mais um. E eu tive quase cem por cento de apoio pra ficar.
> **Nelson:** Fizeram uma votação?
> **Barnabé:** A gente andou com o livro de ata, de casa em casa, pegando as assinatura de apoio.[413]

"Quando eu comprei isso aqui, pra ser sincero pra você, esse trem me esquentou a cabeça, demais". O início do relato do Sr. Barnabé confirma a existência de algum tipo de problema por conta dele ser um novo requerente. Num primeiro momento, as pressões parecem ter vindo da parte do fiscal do INCRA, que na visão do Sr. Barnabé, "eu acho que aquilo, ele tava mais era me testando". Logo, para lidar com aquela situação, o entrevistado adotou a estratégia do diálogo sincero, de falar a verdade, demonstrando ao servidor do INCRA que o primeiro assentado é que tinha culpa em vender a posse, pois apenas ele conhecia das

[413] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Barnabé (65 anos), morador do P.A. Engenho de Serra, no dia 22/11/2013.

normas do contrato, que “rezava” sobre a ilegalidade da comercialização do lote. Além disso, o Sr. Barnabé já vinha trabalhando na terra, como forma de demonstrar aos moradores do assentamento e ao INCRA que ele teria o pleno direito de ser assentado naquela área, pois já vinha cumprindo o papel social que os moradores do assentamento haviam elaborado enquanto “código popular não escrito” a ser respeitado pelo comprador: de que ele deveria morar no lote e trabalhar naquela terra.

A posição do Sr. Barnabé, perante os desdobramentos relacionados à comercialização do lote, demonstrava o quanto o seu jeito de lidar com as dificuldades estava vinculado a uma sabedoria adquirida pela experiência de vida, pois, segundo ele, a “Pressão, ela existe. Agora, vamo esperar acontecer, porque se você for querer sofrer antes do acontecido, cê vai sofrer duas vez, porque você vai sofrer antes e depois”. Diante das situações de conflito, outra estratégia utilizada foi conhecer como a realidade do assentamento era organizada, para que pudesse agir conforme a dinâmica do lugar, pois “se eu chego num lugar estranho, principalmente pra trabalhar, ou que seja pra divertir numa festa, você tem que chegar e ver como que é o ritmo que tá girando, em torno de você”, ainda mais quando as circunstâncias se tornam uma ameaça à permanência do sujeito no lugar. Sendo assim, a maneira como o Sr. Barnabé enfrentou os problemas demonstram que a relação do comprador com os primeiros assentados é dinamizada no âmbito dos modos de vida, no jeito com que as pessoas têm de lidar com as dificuldades, as intimidações e as desconfianças, que podem ser amenizadas pelo diálogo, pelo trabalho, pela permanência na terra e pela capacidade do sujeito em aderir à dinâmica de organização do lugar.

Por outro lado, as estratégias culturais que permitem o sujeito se integrar à comunidade, não aniquilam as pressões que a comunidade, representada pelos primeiros assentados, exerce sobre aqueles que se tornam novos requerentes. Podem até mudar a burocracia que obriga os compradores a colher uma assinatura em ata de cada morador do assentamento – como realmente mudaram alguns anos depois que o Sr. Barnabé foi assentado – mas, continuam a exigir que os novos requerentes cumpram com o trabalho na terra e a permanência no lote. As pressões que o Sr. Sidrac e sua esposa, Sra. Inhá Chica, receberam, para que não pudessem adquirir o título de posse, no ano de 2007, evidenciam o quanto a dificuldade dos primeiros assentados ainda persiste na relação com os novos assentados.

Nelson: Vocês já tinham conhecimento do que era assentamento?
Inhá Chica: Não, a gente num tinha não. A gente não tinha conhecimento de nada, mesmo. E quando nóis viemo, nóis tinha o maior contato, sabe? Com todo mundo, né, nas reuniões. Só, que, aí, depois com o tempo, foi muito difícil o convívio. Porque eles (assentados) tinham vindo das barracas, né. Eles, sim, sofreram muito. Então, nóis começamo a escutar aquelas história, aquela coisa, né. Tinha até tiroteio, no início, né (época de acampamento). Mas, aí que nóis fomo adentrando. Aí, nóis fomo habituando, né, na nossa terrinha, aqui. Aí, a gente começou a escutar as histórias assombrosa, dos assentamento, né. Mas, no tempo nosso, nóis num pegamo isso aí. Nóis somo de outra era do assentamento, né. Só, que assim, eles, por eles terem sofrido muito, passado embaixo de barraco, então, parece que eles acham, assim, mei difícil o entrosamento. A gente percebe isso. Eles falam: os compradores, né. Então, se tem algum preconceito, é deles para conosco.
Nelson: Mas, teve alguma mudança, assim, em relação a essa ideia de preconceito? Talvez, num sei se é isso. No começo quando vocês vieram pra cá e de hoje, mudou?
Inhá Chica: É, a gente começou a notar isso aí. A gente começou a notar.
Sidrac: Não. Num é tão... agora, num é tão igual como no começo. Mas, existe neles, ainda, essa certa rejeição. Em qualquer lugar que a gente... Canção Nova (Comunidade religiosa) nóis vivia é... Eu e ela (esposa) no meio dos pobre. Lá no meio das vila, que cada um tem, né... Aí, a gente já foi pro Amazonas. A gente trabalhou no meio dos índio. A gente, já tinha uma convivência. Os índio é quase a mesma coisa do pessoal que vieram pra cá (pro assentamento). São diferente que não aceita, também, a gente, lá (no Amazonas). É a mesma realidade.
Inhá Chica: Nós somos brancos, lá (na tribo indígena). Até as criança, nossos minino eram pequenininho, né. Bem branquinho, né. Eles tem preconceito com os branquinho. O minininho era super rejeitado, nosso minino, né, que era muito branco, no meio deles. Mas, com tudo a gente se deu muito bem, né. Valeu, lá, enquanto durou. Depois a gente num pôde ficar lá.
Sidrac: Aí, o que eu quero colocar é que, agora, o pessoal ainda tem um pouco (de preconceito), né.
Nelson: E, quando vocês precisaram passar o lote pro nome de vocês, como que foi esse processo?
Sidrac: Foi muito difícil. É... Sofremo pressão, assim... A gente tem que falar o que é real. Sofremo pressão. Aí, começou pressão em cima de nóis.
Inhá Chica: Que a gente num ficava aqui, porque esse vai e vem (para a cidade), eles num considerava que morava, né.
Sidrac: Começou pressão em cima de nóis. Inclusive, é... De dois (assentado) que dá... Eles dão problema até hoje, no assentamento. E são pessoas bem remunerada, porque tem chão aqui e trabalha... São funcionário público. Trabalha na prefeitura e, aí, sempre eles, quando chegava o servidor do INCRA, aqui... Esse pessoal dedurava demais. Ele (servidor do INCRA) veio aqui pra trazer o CCU (Documento de titulação de posse) da gente e num sei quê que deu na cabeça dele, ele pensou que a gente num tava aqui. E o Tiago, que é daqui, tava aqui junto com a gente, e ele fazia parte da diretoria (da associação) deles, aí. Aí, ele (o servidor do INCRA) chegou ali, naquela caminhoneta. Dois servidor linha dura, mesmo. Aí, foi... Alguém lá na estrada já tinha falado pra ele. Só, que a minha intenção num é ficar aqui à toa, não. A minha intenção era trabalhar. Aí, o cara parou ele (o servidor) na estrada, né, e falou pra ele assim: ó, eles num fica aí não (no lote). Ele (servidor) com o documento. Aí, o home (servidor) virou um trem mais esquisito, o cara. Aí, chegou, aí. Olhou pra cá (para dentro da casa) e tava tão cego de raiva que ele num viu a gente aqui. A

> gente tava aqui na sala. Aí, (o servidor) voltou pra trás e foi lá na Dona Justina e no Moacir. Aí, o cara chegou e falou assim... Foi lá na Dona Justina e:
> **(Dona Justina):** "Não, o João e a Inhá Chica pára aí, sim, Cime. Num deixa de entregar".
> **(Cime):** "Eu num vou entregar esse trem (CCU), não. Eu vou levar e vou rasgar isso".
> **Sidrac:** Ele foi no Moacir e o Moacir também ajeitou. Aí, ele vei aqui e sentou igualzim vocês tão aqui. Levantou eu e ela... Falou um monte pra nóis. O Cime. Então, depois ele virou o maior amigo meu. Aí, depois, ele conversando, ele vei falar quem foi (que dedurou), quem num foi.[414]

Na fala da Sra. Inhá Chica é possível compreender que ela e seu esposo conhecem os motIvos pelos quais as famílias assentadas agem com um certo preconceito em relação a eles, que chegaram ao P.A. Engenho de Serra no ano de 2007. Ela atribui a dificuldade de "entrosamento" ao fato dos assentados terem vivido uma história de luta pela terra da qual ela e seu esposo não participaram. Comparam o preconceito sofrido no acampamento com aquele que viveram numa circunstância na qual moravam numa tribo indígena do Estado do Amazonas, onde atuavam como missionários religiosos. Desse modo, expressam o quanto sabem lidar com as dificuldades de convivência no assentamento, já que suas histórias de vida lhe proporcionaram experiências de relacionamento com pessoas pobres e, desse modo, possuem habilidades para enfrentar "essa certa rejeição" dos assentados, que foi sendo expressa por diversas formas de pressão.

Como ainda possuíam casa na cidade de Ituiutaba, conforme relataram noutra parte da entrevista, eles ficavam alguns dias da semana dando suporte para os filhos que continuaram morando no urbano. Enquanto isso, produziam motIvos para que as famílias assentadas pudessem exercer determinadas pressões sobre o fato de não residirem todos os dias da semana no assentamento. Por isso, algumas famílias denunciaram ao fiscal do INCRA que o casal não ficava no lote, a ponto do fiscal ficar "tão cego de raiva" que não foi capaz de enxergar que o Sr. Sidrac e a Sra. Inhá Chica encontravam-se em casa no momento de sua visita ao lote. Mas, alguns vizinhos disseram ao servidor do INCRA que o casal estava em casa porque morava na terra. Desse modo, ele retornou ao lote para entregar o documento de titulação e aproveitou para falar "um monte pra nóis" como se eles estivessem

[414] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Sidrac (53 anos) e Sra. Inhá Chica (69 anos), moradores do P.A. Engenho de Serra, no dia 10/04/2014.

errados naquela situação. Depois deste episódio, o fiscal tornou o “maior amigo” deles, a ponto de dizer quem foram as pessoas que denunciaram o casal naquele dia em que ele foi ao lote entregar o documento.

A reação da comunidade tende a ser enérgica perante os casos de compra e venda de lotes, já que nem todos os que se tornam novos requerentes querem produzir e morar na terra, ou seja, não querem seguir o “código popular não escrito” que fora instituído pelas primeiras famílias assentadas. De acordo com o Sr. Josemaría Escrivá:

> **Nelson:** Até mesmo esses que compra, aqui, muitos consegue produzir bem?
> **Josemaría Escrivá:** Não, tem nêgo... Cêis acha que a coisa aqui é fácil? Teve uma vez que teve um cara, aqui. Até comprou um chão, ali na frente. Chegou lá, o cara (dono do lote) tava comendo mandioca, só, com arroz. Ele (o comprador) tinha ido olhar o chão, sabe? Ele falou:
> **(Comprador):** “Como é que dentro de seis alqueire de chão, comendo mandioca com arroz? Num é possível”.
> **Josemaría Escrivá:** Aí, pegou e comprou o chão. Ele num guentou um ano, vendeu (risos). E o cara era aposentado da polícia, hein. Era aposentado. Aposentado. E ele num guentou ficar aí. Num deu conta de produzir pra sobreviver. E logo, logo ele vendeu. Tem chão, aqui, que já foi vendido, quer ver? Já teve cinco dono. Cinco dono no mesmo lote.[415]

Enquanto as famílias tentam combater o desinteresse do comprador em produzir no lote e permanecer morando na terra, elas também condenam a especulação que pode estar por trás do processo de venda da posse. Apesar do Sr. Josemaría Escrivá entender que a não permanência na terra, daquele policial aposentado, devia-se ao fato dele não conseguir “produzir pra sobreviver”, é possível pensar na possibilidade de que o comprador enxerga a terra do assentamento como uma oportunidade de investimento financeiro. O Sr. Josemaría Escrivá ignora o fato de que aquele comprador já tinha uma forma de geração de renda, vinculada à aposentadoria, sendo que a produção no lote poderia não se constituir como sua principal fonte de sobrevivência. Desse modo, é possível pensar que a terra esteja sendo utilizada para outras finalidades, que podem estar ligadas ao uso do lote como espaço de lazer e, até, mesmo de especulação imobiliária.

Considerando o relato do Sr. Josemaría Escrivá e sua forma de analisar a situação do policial aposentado, as evidências indicam o quanto os primeiros

[415] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Josemaría Escrivá (54 anos). Op. Cit.

assentados entendem que o lote no assentamento deve ser estritamente utilizado para moradia e produção. Realizar qualquer outro tipo de uso, como pode ser o caso do lazer ou da especulação, significa subverter os objetIvos iniciais da luta pela terra, que eram o de transformar aqueles lotes em áreas produtivas. Desse modo, as pressões dos primeiros assentados também recaem sobre os novos requerentes que desejam se integrar à comunidade e fazer do trabalho no lote o seu principal meio de vida. Sendo assim, os compradores que pretendem morar e trabalhar no assentamento precisam se posicionar diante das pressões que os assentados tentam lhes impor, como é o caso do Sr. Luís Montfort e da Sra. Maria das Dores, que moram no P.A. Chico Mendes desde o ano de 2007.

> **Nelson:** As reuniões que você sempre participou, aqui, da associação, sempre houve, assim... você já percebeu alguma dificuldade das pessoas, nas reuniões, da relação das pessoas? Porque, aqui, no começo do assentamento, quando eles vieram pra acampar, acamparam, então, foram dividir os lotes, sempre teve muito problema, aqui, entre eles. Um discorda do outro e sai uma briga daqui, sai uma briga dali.
> **Luís Montfort:** É. Isso a gente assistiu muito. Mas, a gente nunca... A gente nunca, nunca, assim, defendeu um, defendeu outro. A gente sempre ficou meio, assim... Porque num era do nosso meio. Num era do nosso ramo. A gente... Pra nóis, tanto fazia. Que, aqui, eles tem muito comprador e a pessoa que é assentada. Comprador e assentada. Aí, eles queriam meio que dividir isso.
> **(Assentados):** "Não, que você é um comprador!"
> **Luís Montfort:** Não, eu dizia: não, eu sou um assentado. Mesmo direito que um... que... né. Desde que o INCRA me assentou aqui eu sou um assentado, né. Eu só cheguei depois, mas eu sou um assentado.
> **Nelson:** Então, às vezes, em certas situações, às vezes, queria até colocar como se vocês não tivessse o mesmo direito?
> **Luís Montfort:** Direito, né.
> **Maria das Dores:** Tanto é que nas reuniões eles queriam sempre dividir. Eu nunca aceitei. Eu fui uma pessoa que nunca aceitei. Sabe? Eu sempre achei, assim, que não podia ser feita essa divisão. Porque eles tinham muito que ensinar pra nóis. E nóis tinha muito, também, que ensinar pra eles. Então, a gente tinha mais era que trabalhar junto, né. Eles ensinar o quê que era uma assentamento, o quê que é começar debaixo da lona, e nóis, um pouquinho da cultura diferente. Cada um veio dum lugar, né.[416]

As pressões dos primeiros assentados não são aceitas passivamente por parte dos compradores. Estes também se consideram assentados como os demais, pois estão legalmente na mesma circunstância daqueles que um dia lutaram pela criação daquele assentamento. Apesar do Sr. Luís Montfort e sua esposa não se

[416] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Luís Montfort (50 anos) e Sra. Maria das Dores (40 anos), moradores do P.A. Chico Mendes, no dia 24/04/2015.

envolverem com as discussões e desavenças que costumam aparecer nas reuniões e noutras ocasiões vividas no lugar, eles não se intimidam em lutar para que o assentamento não seja dividido entre assentados, de um lado, resolvendo os seus interesses, e compradores do outro, articulando-se sem qualquer vínculo com os demais. Eles entendem que possuem os mesmos direitos e, além disso, admitem que “eles tinham muito que ensinar pra nóis. E nóis tinha muito, também, que ensinar pra eles”, e é por isso que também não aceitam a divisão entre assentados e compradores. Sendo assim, não estão livres das regras culturalmente estabelecidas no lugar, cuja dinâmica entrelaça passado e presente a partir dos modos de vida que vão modelando a realidade pelos embates de interesses entre sujeitos de uma mesma classe.

Culturalmente o lugar vai sendo constituído por regras que tem a finalidade de reger a maneira como as pessoas devem proceder no jeito de moldarem suas realidades e o próprio lugar. O fato dos primeiros assentados entenderem que as pessoas são “obrigadas” a ficarem na terra, permeia todo um conjunto de relações que se desenvolveram especificamente num contexto mais interno das relações de classe e de sua heterogeneidade, como sendo algo característico, porém, não específico, dos sujeitos desta pesquisa. Os conflitos e embates entre primeiros assentados e novos requerentes, comumente conhecidos como compradores, possuem suas raízes na trajetória de luta pela terra dos primeiros, que veem os novos assentados como sujeitos que não sabem valorizar o lugar, porque não viveram efetivamente a situação de ser um “sem-terra” e sentir todas as pressões que deram significado a esse “nome ruim”.

O que se pôde verificar é que a atuação dos primeiros assentados, para impedir a venda da posse, não se tornou eficaz diante dos motIvos que podiam estar conjugados numa mesma situação, no que se refere à doença, aos problemas de família, aos problemas de geração de renda, as intrigas e os conflitos de vizinhança. Estas são algumas das circunstâncias que motivaram a venda do lote, indicando que existem limites na luta pela terra, que nem sempre podem ser comandados pela atuação coletiva dos sujeitos de uma mesma classe ou mesmo transformadas pela interferência das políticas atuais da Reforma Agrária. Diante da inevitabilidade da venda, os primeiros assentados tiveram que incorporar os novos beneficiários, pois a construção de certos empreendimentos não poderia ser realizada sem a participação de tais sujeitos. Por outro lado, desde que resolveram permanecer na

terra, estes já vinham participando ativamente nas relações de vizinhança, bem como atuando nos conflitos internos à classe, ao mesmo tempo em que também se beneficiavam das relações de solidariedade com o próximo. De alguma maneira os seus modos de vida também se converteram em modos culturais de luta, porque sabiam como dialogar nas relações conflituosas, além de ter a habilidade para participar do ritmo e da dinâmica do lugar, inteirando-se das regras e normas locais para lidar com as pressões advindas do fato de serem compradores de lotes. Portanto, também atuam modelando o lugar pelo modo cultural de lidar com as relações solidárias e conflituosas, que se manifestam no tempo presente conforme as flexibilidades dos limites e das possibilidades que estão sendo incessantemente construídos no lugar.

4.2 – Solidariedade e conflito: o lugar do protagonismo cultural

> **Maria das Dores:** E a gente foi tão bem aceito, assim... Acho que... Por isso que a gente acha que se deu tão bem aqui e gosta daqui, demais. A gente nunca teve ninguém que dissesse alguma coisa que magoasse a gente, ou que dissesse:
> **(Uma pessoa):** "Não, vocês tem que voltar, que aqui não é lugar de vocês".
> **Maria das Dores:** Sabe? Tudo gente que apoia e que sempre incentIvou... Nossa! A gente deve muito pros vizinho. Que... Na época a gente num tinha nada e o dinheiro deu pra comprar (o lote) só... E... Eu tinha o Júnior que bebia leite, ainda. Eles emprestaram vaca pra gente tirar leite, sabe? Assim... Então, é, foi muito bom. Coisas que lá no Sul a gente não via mais. Esse negócio de ajuda, de: eu tenho, divido com você. O que eu tiver a gente divide. É uma fruta, um legume, uma verdura. Aqui o povo tem muito disso. É muito bom.[417]

O que tenho verificado é que as famílias assentadas determinam e também são determinados pelas relações que dinamizam o lugar, naquilo que ele contém enquanto limites e possibilidades. E isso pode ser materializado de diversas maneiras. É possível perceber experiências nas quais um sujeito depende da ajuda do outro para produzir parte dos meios de vida, seja pelo fato de possuir limitações instrumentais ou por não conhecer determinadas técnicas no cultIvo da terra, seja pela dificuldade de se deslocar até a cidade por não possuir um veículo próprio. Do

[417] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Maria das Dores (40 anos). Op. Cit.

mesmo modo, também se verifica que esse mesmo sujeito, que é ajudado, também tem algo a oferecer ao outro, como uma simples doação da mão de obra, oferecendo uma diária de trabalho ou doando alimento para uma família necessitada. No entanto, os mesmos sujeitos envolvidos na ação podem discordar de certas decisões que dependem da coletividade, especialmente do que precisa ser formalizado pela associação do assentamento, por exemplo.

Essas situações contraditórias revelam que as experiências comuns e compartilhadas estão longe de reproduzirem uma homogeneidade no interior de uma mesma classe, já que os conflitos também estão na base das relações estabelecidas no lugar. Como foi demonstrado nos capítulos anteriores, a experiência social é um importante componente de análise da realidade das classes sociais. Porque do mesmo modo que a partir da experiência se pode reunir as evidências empíricas que justifiquem a dinâmica e o movimento de luta de um grupo, que se articula por interesses contrários a outro grupo, do modo como é teorizado por Thompson a respeito da experiência dinâmica de classe, também é possível utilizá-la no sentido de demonstrar que uma classe social é heterogênea em sua dinâmica interna. Os modos de vida dos sujeitos que dela participam materializam-se em formas de relacionamento que, muitas das vezes, não se convergem em interesses e conquistas comuns para todos os moradores do assentamento, ainda que tais modos sejam pertencentes àqueles e àquelas, que num momento específico de suas vidas, articularam-se mais intensamente numa unidade de luta contrária a outra classe. Isso significa que unidade de classe não pode ser confundida com homogeneidade de classe, pois se aproxima muito mais da ideia de heterogeneidade. Ao mesmo tempo em que a cultura colabora para articular a unidade de classe, pela aproximação entre experiências sociais, também por ela, e por sua dinamicidade, a heterogeneidade é materializada no interior da mesma classe social.

O lugar também aparece nessa junção entre unidade e heterogeneidade. Essa dialética que o movimenta e que ele contém, revela o protagonismo cultural daqueles que organizam a realidade espacial e histórica de suas vidas por caminhos e trajetórias que são divergentes em relação à padronização pensada pelos órgãos gestores da Reforma Agrária. É muito pertinente considerar que a política de Reforma Agrária está submetida aos limites e possibilidades do lugar, aos modos de vida que se materializam no interior de uma classe e da história que as experiências

comuns e compartilhadas constroem socialmente. Do mesmo modo que as condições herdadas socialmente impõem limites ao lugar e à maneira das famílias reproduzirem os seus meios de vida, o lugar que ali vai sendo construído também oferece possibilidades de superação daquilo que lhes é imposto, seja no sentido de suplantar a ineficiência dos órgãos gestores, que não atendem prontamente as necessidades mais básicas de direito, tais como moradia e construção de outras infra-estruturas essenciais, seja na perspectiva de lutar por relações que lhes garantam a cidadania. É no lugar que o protagonismo cultural se materializa por experiências que indicam o quanto o espaço dos assentamentos é dinâmico e, em certa medida, independem dos rumos que os órgãos gestores (governamentais ou não), presentes ou ausentes, ameacem impor-lhes.

As histórias que as famílias assentadas contaram a respeito das relações de vizinhança apresentam elementos muito importantes para se analisar a maneira como a solidariedade e o conflito aparecem no lugar e esclarecem sobre a heterogeneidade da classe. A experiência social dos moradores é conectada por situações diversas, que se relacionam diretamente à maneira como a permanência na terra esteve ligada à produção dos meios de vida. Ao saírem do acampamento para morarem em seus respectIvos lotes, as famílias não abandonaram algumas relações cooperativas de solidariedade, apesar de que mantê-las também foi um desafio constante. Porque, no lugar, o relacionamento com o outro é tratado na cultura, sendo que o uso e a apropriação do espaço não são simplesmente atividades contínuas e ininterruptas de criação de novas relações sociais. Relações advindas do passado podem emergir no presente em função do lugar. É por isso que a experiência social tem um papel relevante no processo de produção e reprodução do lugar. Tal experiência é construída sobre uma história, um passado e um presente, sendo que as conexões que ela estabelece resultam de uma inevitável relação com o outro, com os modos de vida que estão disponíveis no lugar, a eles sujeitos e também atIvos ao transformá-lo, numa dinâmica derivada da aproximação entre tempo e espaço.

A experiência de uma família vinda do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2007, para morar no Projeto de Assentamento Chico Mendes, onde teve a oportunidade de comprar a posse de um lote de terras e se tornar assentada, é uma experiência pela qual pretendo iniciar a análise dos aspectos solidários e conflituosos que dinamizam o lugar. A alegria manifestada pela Sra. Maria das

Dores, ao narrar sobre a ajuda recebida de um vizinho, que emprestou à sua família uma vaca leiteira, demonstra o quanto essa atitude de solidariedade foi importante para que pudessem se manter no lote. Quando ela afirma que “A gente nunca teve ninguém que fizesse alguma coisa que magoasse a gente, ou que dissesse: “não, vocês tem que voltar, que aqui não é lugar de vocês””, é possível perceber que o apoio moral também os incentIvou a permanecer na terra e se constituiu como possibilidade de reprodução de reciprocidades de sua família para com os vizinhos. O anúncio da reciprocidade, quando ela diz “Nossa! A gente deve muito pros vizinho”, não se configura como uma situação culturalmente criada no assentamento, somente em função da interação vivida no lugar. Ainda em sua fala, a situação concreta de ver o outro emprestar solidariamente a vaca leiteira, bem como outras situações marcadas pelo que “eu tenho, divido com você. O que eu tiver a gente divide. É uma fruta, um legume, uma verdura”, a faz lembrar da experiência socialmente vivida no Rio Grande do Sul, onde morou desde a infância. A ajuda recebida assemelhava-se àquilo que um dia viveram noutro tempo histórico e que já não era uma constante em suas vidas, mas que foi reavivado no presente pelas experiências sociais do lugar, que lhes permitiram relacionar-se sob novas condições espaciais e também históricas.

Ao mesmo tempo em que as relações de vizinhança do lugar podem apoiar determinados projetos de vida e reavivar algumas experiências sociais, ela ainda pode promover uma força contrária a certas formas de reprodução dos meios de vida que pareçam estranhas aos sujeitos que moram no lugar, porque as experiências daqueles que aí vivem também são criadoras de limites e de barreiras à reprodução dos modos de vida de outras pessoas, apesar de não atuarem como situações determinantes do que fazer ou não no lote conquistado. Isso pode ser analisado pela maneira com que a Sra. Maria das Dores e o Sr. Luís Montfort decidiram usar e apropriar da terra para geração de renda. Segundo o Sr. Luís Montfort, um assentado:

> **Luís Montfort:** Perguntou pra mim:
> **(Assentado):** “O quê que cê vai fazer lá, gaúcho?”.
> **Luís Montfort:** (risos). Eu disse: Ó, eu vou fazer o que eu sei (risos): Vou plantar soja. Daí ele me disse:
> **(Assentado):** “É... naquela sua terrinha, lá, cê vai passar fome”.
> **Luís Montfort:** Vai fazer o quê, né? A gente num conhecia, também. E aí ficou meio com dúvida, sabe? Me... Nossa... (risos).

> **Nelson:** E então te bateu uma dúvida se vai dar certo ou não, mesmo sabendo fazer?
> **Maria das Dores (esposa):** Só que a gente deve muito a Marli e o Tobias, que é irmã e o nosso cunhado, que eles ajudaram demais a gente, assim, em tudo. Porque, como já fazia oito anos que eles tavam aqui (em Ituiutaba-MG), eles conheciam as pessoas, eles conheciam o lugar na cidade. Então, eles ajudaram nóis, muito. Aí o Tobias falava:
> **(Tobias):** "Não, Chico (Luís Montfort), essa terra aqui é boa, vai produzir, vai dar certo. Num vai ser assim de primeira, mas, vamo recuperando ela, vamo arrumar ela que você vai ver, você vai conseguir"
> **Maria das Dores (esposa):** Aí foi, que foi começando.
> **Nelson:** E foi com soja e milho, mesmo?
> **Luís Montfort:** Com soja e milho, até hoje. [418]

As relações que se manifestam no lugar nem sempre incentivam determinados modos culturais de se reproduzir os meios de vida. Entretanto, o que a experiência social demonstra é que o lugar não é um círculo fechado de relações e de determinações. A proximidade com os sujeitos moradores dos assentamentos não gera um círculo fechado de relações sociais. O lugar projeta relações que o conectam a muitos outros locais e também a outros lugares. Sendo assim, a partir do lugar também é possível dialogar com outros sujeitos, compartilhar e até reforçar experiências no sentido de torná-las uma realidade concreta no local onde moram. O apoio moral e (também financeiro, conforme revelado noutro momento da entrevista) que a Sra. Maria das Dores e o Sr. Luís Montfort tiveram de seus parentes, que não são assentados da reforma agrária, foi fundamental para trilharem os caminhos que os fariam consolidar o tipo de uso e de apropriação da terra que era integrante de seus modos de vida, como se pode constatar pelo relato anterior. Contudo, também é preciso compreender que as críticas que receberam, num primeiro momento, possuem um fundamento argumentatIvo que está inteiramente relacionado às experiências vividas no lugar pelos outros sujeitos, que chegaram primeiro naquelas terras desapropriadas.

Ao percorrer as estradas dos assentamentos, durante os trabalhos de campo, os elementos mais visíveis da paisagem eram as casas, os currais, as porteiras, as cercas de arame e o gado bovino, que estavam presentes em cada lote visitado. A maioria das entrevistas tinha que ser marcadas para horários nos quais as famílias não estivessem ocupadas com a ordenha ou com o trabalho de apartar os bezerros. Algumas vezes, quando chegava para a entrevista, no horário combinado, ainda

[418] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Luís Montfort (50 anos) e Sra. Maria das Dores (40 anos). Op. Cit.

tinha que aguardar alguns minutos até que o sujeito concluísse o trabalho no curral. A produção de leite havia se tornado uma prática dominante nos assentamentos desde o momento em que foram criados, continuando a reproduzir-se, no momento presente, com muito vigor. Seria a atividade leiteira do presente uma ruptura radical em relação às atividades do passado? De modo algum. As fazendas desapropriadas pelo INCRA para a criação dos projetos, já desenvolviam a pecuária leiteira e de corte, como sendo a principal atividade, assim como as demais fazendas do entorno. E possuíam uma infraestrutura preparada para tal atividade. As coisas daquele lugar, onde os assentamentos foram sendo criados, já possuíam uma história e uma organização ligada à criação de gado bovino. Qualquer outra pretensão de fazer algo diferente, poderia ser entendida, por alguns, como uma “aventura” fadada ao fracasso.

Existiam ali, nos assentamentos, elementos do presente e do passado que dialogavam com os projetos de vida daqueles sujeitos, contribuindo com suas experiências sociais no sentido de produzir um conhecimento específico sobre os limites e possibilidades do lugar. Eles sabem muito bem que para produzir determinados alimentos numa terra de pouca fertilidade, é preciso adubá-la adequadamente, investir recursos e desenvolver habilidades que nem sempre estão dispostos a obter. Entretanto, também compreendem que é muito mais viável desenvolver aquilo que está de acordo com a lógica dominante do lugar: a venda de gado e de leite, para o qual a infra-estrutura dos lotes (como pastagem, cercas, currais) e o comércio estabelecido com os laticínios, que são encarregados de buscar o leite nos assentamentos, constituem pontos favoráveis a se investir em gado bovino em detrimento de outras atividades de uso e apropriação da terra. Nesse sentido, é tão natural desaconselhar o outro a plantar soja quanto pode ser espontâneo incentivar e apoiar aquele que deseja adquirir renda pela produção do leite. Mesmo assim, não são as relações circunscritas à vizinhança as responsáveis em anular a experiência social dos sujeitos da Reforma Agrária. Elas podem potencializar relações com outros lugares.

O que se percebe é que a construção do lugar se dá por experiências que se conectam com outros lugares e com pessoas que não vivem nos assentamentos e nem sequer compartilham reciprocidades de vizinhança com os que lá estão. O caso da instalação da energia no lote da dona Catarina de Sena e do Sr. Francisco de Sales, no assentamento Engenho de Serra, também dependeu de relações que

extrapolaram a rede de sociabilidade existente no espaço contíguo onde vivem, e que muito se aproxima do tipo de experiência vivida pela Sra. Maria das Dores e o Sr. Luís Montfort com seus parentes da cidade. Quando interrogada a respeito do tempo que ficou sem acesso à energia elétrica, no lote que recebeu por sorteio, a Dona Catarina de Sena afirmou que:

> **Dona Catarina de Sena:** Não, nóis num ficou muito não. Porque essa filha minha ela puxou energia pra nóis.
> **Nelson:** Como que ela fez?
> **Dona Catarina de Sena:** Ela pagou pra fazer, para puxar energia.
> **Nelson:** Ela pagou pra CEMIG?
> **Dona Catarina de Sena:** Pagou pra CEMIG puxar pra nóis até adonde ela tá (a linha de transmissão). Aí os KVA do povo aqui é cinco. Aí quando nóis fez, foi só três que fez, que puxou. Aí quando o INCRA mandou, ele só mandou a diferença do KVA, né. Tirou... Era de 10 (KVA), a nossa era de 10, ele tirou cinco, de volta. Aí o resto ele pagou todinho. Quem tinha feito a instalação de energia, nóis recebemo pra trás, aí nóis devolvemo pra nossa filha.
> **Nelson:** Quem não tinha energia ficou o quê... Quanto tempo sem?
> **Dona Catarina de Sena:** Icha! Ficou uns quatro ano. Uns quatro ano. Foi só três: foi nóis, o finado Alaori e a cumade Justina, que nóis puxamo porque a família ajudou, entendeu? Agora, os outro, tadim, ficaram uns quatro ano.[419]

A instalação da energia elétrica, em sua residência, foi uma conquista mediada por iniciativas independentes da atuação de órgãos que representam institucionalmente o assentamento, como é o caso da Associação formal dos moradores. A participação de outros dois vizinhos sinaliza que a iniciativa da Dona Catarina de Sena não foi uma ação isolada ou individual, de modo que as relações de reciprocidade podem aparecer sob diversas formas de luta e de articulação política, que culturalmente se fortalecem e se consolidam por iniciativas que tentam superar a dependência do tempo de ação dos órgãos gestores da Reforma Agrária. Ser participante da Associação do assentamento não é uma garantia de que o tempo de resolução das necessidades diversas irá coincidir com o tempo que o sujeito está disposto a aguardar para que elas sejam supridas. A criatividade e a iniciativa que suas experiências sociais lhe conferem não caminham ao mesmo passo que a decisão de um todo coletIvo, que é organizado formalmente e dependente de burocracias que o sujeito talvez não esteja disposto a enfrentar. É

[419] Trecho de entrevista concedida pela Sra. Catarina de Sena (74 anos). Op. Cit.

preciso agir e reagir, e o fazem por meio de escolhas de alternativas e de estratégias que não fogem daquilo que os modos de vida possuem enquanto experiência social. E isso materializa o protagonismo cultural de que são participantes, demonstrando que no interior da classe social as iniciativas e as criatividades não são meramente resultados de um coletIvo organizado e coeso. Desse modo, determinadas conquistas podem proceder de articulações de grupos menores, de aproximações de vizinhança e de parentesco, que talvez não sejam encontradas nas relações formais de uma associação ou de uma reunião coletiva com os órgãos gestores da Reforma Agrária.

Quando geralmente precisam de determinados benefícios básicos, as famílias assentadas tendem a conquistá-los do seu jeito e do seu modo, também recorrendo a relações de vizinhança que fazem parte do lugar. De acordo com o Sr. Gregório Magno, a Associação possui limites em resolver os interesses dos associados, afirmando que:

> **Nelson:** As reuniões são tranquilas? Todo mundo participa? Como é?
> **Gregório Magno:** O presidente, mesmo os povo da chapa, promete muita coisa, mas corre atrás, corre que corre e num sai quase nada. Iguale a água. Aqui que fez muita farta, foi a água do INCRA. Porque eu fiz uma... Eu pus uma roda (d'água) lá no corgo e joguei água aqui... Tava uma vida muito boa, com essa água lá da roda, né? Mas o vizinho lá (do assentamento) fez outra barragem pra riba (do córrego) e fez o aterro de terra de saibo. Quando vei a chuva, aquilo amoleceu e estorou e cabou com a minha roda, né? cabou com o meu aterro tudo, lá. O meu tinha segurança lá. Aí eu reformei de novo. Reformei e ele (o vizinho) mexeu lá. Pegou carro da prefeitura e vei... Tiveram uns três dia lá e fez um aterro de terra de saibo. Fo um mundo... E quando vei a chuva, vei um tempo de muita chuva grossa, tornou a rebentar... Acabou tudo. Aí estragou tudo, mesmo. Eu resolvi largar mão. Furei uma cisterna aqui... Nove metros de fundura. Correu bem, uns tempo. Agora, chegou uma época que a água abaixou e tá... O ano passado (ano de 2014) secou. Esse ano secou. O ano passado secou que chegou a queimar a bomba, né? Esse ano também secou. Nem sei se a bomba tá funcionando, porque eu liguei os pouquinho pra tirar água, né.[420]

A água do INCRA a que o Sr. Gregório Magno se refere é o poço artesiano e a caixa d'água que se localizam a quatro quilômetros de sua casa, à beira da estrada vicinal que liga o seu lote aos demais. O poço e a caixa são algumas das infra-estruturas construídas sob a responsabilidade do INCRA, assim como também

[420] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Gregório Magno (87 anos). Op. Cit.

é a distribuição das redes de energia elétrica nos assentamentos. No entanto, o problema é que o encanamento que ligaria a caixa às casas das famílias assentadas, era uma obra de responsabilidade dos próprios moradores. Sendo assim, os encanamentos principais, que percorreriam as estradas vicinais, passando em frente à entrada dos lotes, deveria ser uma construção coletiva. É por isso que o Sr. Gregório Magno relaciona a distribuição da "água do INCRA" como sendo uma responsabilidade da Associação do assentamento. Mas, também se percebe que a necessidade de captação da "água do INCRA" surgiu por conta de problemas que comprometeram as alternativas implantadas pelo Sr. Gregório Magno, como é o caso do poço que secou e da roda d'água que parou de funcionar.

E já que a Associação demorou em resolver o problema da distribuição de água para os lotes, a sua alternativa foi recorrer aos vizinhos do lugar. Ele relatou que:

> **Gregório Magno:** Aí se valei dum vizinho, que tem uma caminhoneta e puxava água pra mim. Foi muito tempo.
> **Nelson:** Ele trazia água de onde, esse vizinho?
> **Gregório Magno:** O INCRA mandou uma... Uma... Equipe pra poder arrumar lá, por os padrão, sentou a caixa, né? Mas num regrou a água pra ninguém. Os lá de mais perto puxou água pra eles. E um igual eu que sou longe aqui, tô longe lá da caixa, fiquei sem água. Agora, o novo presidente ali, que é o Ivo, né? Ajudou, e nóis pôs a água.
> **Nelson:** Aí trouxe até aqui, da caixa? Chega aqui?
> **Gregório Magno:** Tem... aqui agora tem água aí, ó, passou muito tempo sem água, né? tirava água nesse latão aqui, ó. Agora até eu tô bem de água.
> **Nelson:** Mas a cisterna continua seca?
> **Gregório Magno:** A cisterna tá seca, num tem água nela não.
> **Nelson:** E a cisterna o Senhor tem ela desde que mudou aqui pro lote?
> **Gregório Magno:** Não. Depois que eu desacoçoei (deixer de gostar) com a roda, com a roda lá no corgo, aí foi que eu consegui furar a cisterna. (...) Antes de eu rumar a roda, pra construir aqui, ó, eu puxei água de carroça, pra construir a casa. (...) Aqui, quando nóis chegou aqui, o morador pra baixo aqui (assentado vizinho) furou uma cisterna. Ela não é muito funda, não. Ela é um pouco mais da metade dessa minha (uns cinco metros de profundidade). Então, o homem (o vizinho) uma chave da porteira dele ali, pra eu ir lá buscar água. Eu puxei água de carroça lá, tinha hora de eu pegar água com a corda assim, ó (faz o gesto). A água vinha na boca da cisterna, numa altura assim, ó. E agora, tá seca.[421]

A relação de vizinhança vivida pelo Sr. Gregório Magno apareceu como uma alternativa importante, por ser um mecanismo de antecipação a determinadas

[421] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Gregório Magno (87 anos). Op. Cit.

obrigações institucionais, do mesmo modo com que as relações de parentesco permitiram que a Dona Catarina de Sena e o Sr. Francisco de Sales também antecipassem a instalação da energia elétrica em seu lote, bem antes que o INCRA a realizasse. Essas duas situações demonstram o quanto a realidade do lugar evidencia a heterogeneidade da classe. Enquanto alguns têm acesso à energia elétrica por iniciativa própria, como foi o caso da Dona Catarina de Sena e seus dois vizinhos, e outros se beneficiam da captação de água da caixa e do poço implantados pelo INCRA, como relatado pelo Sr. Gregório Magno, ao afirmar que "Os lá de mais perto puxou água pra eles. E um igual eu que sou longe aqui, tô longe lá da caixa, fiquei sem água", é possível compreender que o acesso a determinados benefícios para o lote nem sempre são compartilhados coletivamente ou dependam de uma organização mais ampla que envolva todos os moradores do assentamento. Nem sequer a necessidade do outro em ter acesso à água, como foi o caso do Sr. Gregório Magno, constituiu-se num motIvo para que os demais assentados, principalmente os próximos da caixa d'água, viessem a se mobilizar para que o encanamento fosse instalado em todos os lotes, incluindo-se o de número 43, do Sr. Gregório Magno, que está à distância média de três mil metros em relação à caixa d'água "do INCRA" mais próxima, como se pode observar pela imagem aérea seguinte:



Imagem 11: Os dois indicadores na cor azul localizam as caixas d'água de uso coletIvo do Projeto de Assentamento Chico Medes. Elaboração: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2015. Fonte: Software Google Maps. Imagens de 08/03/2013.

A leitura da imagem 11, a partir da escala, também revela que não é apenas o lote 43 que está relativamente distante das duas caixas d'água. Há outros na mesma situação que o do Sr. Gregório Magno. E essa disposição das coisas no lugar, como é o caso da distância das caixas em relação a alguns lotes, também contribuem para que as experiências de vizinhança sejam construídas pelas necessidades diversas, que nesse caso foi por conta da dificuldade em solucionar coletivamente a captação da água.

Por outro lado não significa que a articulação de alguns poucos para se beneficiar da energia elétrica ou da captação de água, seja a expressão de que estas mesmas pessoas não se preocupem com o próximo ou mesmo não se importem com os problemas alheios, mesmo que ele seja um novo requerente de terras. Apenas não se arriscam a levar adiante uma luta coletiva que beneficie a todos os sujeitos necessitados, porque são capazes de avaliar os limites que acompanham determinadas articulações políticas. Preferem, conforme as circunstâncias, desenvolver relações que estejam ao seu alcance imediato, agindo sob os limites daquilo que as forças individuais lhes permitem realizar. É possível compreender que as mesmas pessoas que articulam os interesses individuais também estão imersas nas relações de vizinhança, ajudando o outro com suas capacidades de transformar as situações limitadoras do lugar em possibilidades. Segundo a Dona Catarina de Sena:

> **Dona Catarina de Sena:** Meu menino (filho), mesmo, foi furar pra uma coitadinha duma veinha que tem ali, que ela já comprou o chão, porque o marido dela... ele é cheio de aparelho... tem marca passo e tudo, mas o véi tava em tempo de ficar louco dentro da cidade. Aí, comprou esses chãozinho, aí, e tá aí. Mas disse que o véi também tá doente porque num tem água. Aí meu menino pra fazer favor falou:
> **(Filho da Dona Catarina de Sena):** "ó, eu num gosto de entrar em cisterna, não. Mas, eu vou furar essa cisterna pra senhora".
> **Dona Catarina de Sena:** Só que tá em dez metros (de profundidade) e a cisterna num deu água. E meu menino parece que tá sem coragem porque ele também anda muito doente, fraquinho, tadinho. Ele tá sem coragem de entrar dentro da cisterna. Se ele num achar outro companheiro pra ajudar, que essa aqui (cisterna do lote da Dona Catarina de Sena) ele que furou. Mas, naquela época ele era mais forte. Hoje, ele anda muito doente. Aí, ele tá pelejando pra arrumar um companheiro pra jogar água pra veinha, tadinha. Porque é só um casal, a veinha e o veinho.[422]

[422] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Sales (77 anos) e pela Sra. Catarina de Sena (74 anos). Op. Cit.

Na fala da Dona Catarina de Sena a solidariedade acontece com um comprador de lote, demonstrando que os vínculos no lugar, no que se refere a ajudar o outro, acontecem conforme as circunstâncias da precariedade, que os novos requerentes também tiveram que enfrentar. Apesar da Dona Catarina de Sena não concordar com a venda de lote e nem considerar que os compradores são pessoas trabalhadoras ou dignas de fé, ela não deixa que esse modo de pensar se torne um obstáculo às relações solidárias, pois concordou que o filho perfurasse a cisterna para vizinho que comprou o chão.

Mas a solidariedade com a vizinhança não anula as formas de articulações mais amplas, dentro de uma realidade coletiva. Porque o ambiente local, com suas características físicas próprias, das quais o clima, a vegetação, a ocorrência de chuvas, o tipo de solo, a disponibilidade de água no subsolo, bem como as características relacionadas à disposição das casas nos lotes e da distância destas em relação às fontes d'água, pode também influenciar na geração e reprodução de relações mais bem planejadas, negociadas e discutidas em grupo. Inclusive, para se resolver a questão da falta d'água como um fator limitante na reprodução das práticas que sustentam o lugar.

Quando o nível de água dos poços semi artesianos e das cisternas, localizados em alguns lotes do Projeto de Assentamento Divisa, diminuíram, os moradores tiveram que adotar algumas providências que dependeram da articulação conjunta de parte dos moradores. Era o mês de setembro de 2014 e o período de chuvas ainda demoraria dois meses para iniciar. Em alguns lotes, os poços semiartesianos e as cisternas estavam com uma vazão inferior à quantidade utilizada para dessedentar o rebanho bovino, além de que, nas residências, algumas famílias começaram até a racionar o uso da água. A situação da água no subsolo demonstrava que não se resolveria o problema perfurando novas cisternas ou poços semiartesianos. O exemplo da vizinha da Dona Catarina de Sena, para a qual o filho prestou o favor de perfurar a cisterna, lá no Projeto de Assentamento Engenho de Serra, bem como a situação da falta d'água no lote do Sr. Gregório Magno, no Projeto de Assentamento Chico Mendes, esclarece muito bem que a realização de novas perfurações de cisternas ou poços semiartesianos poderiam não resultar em êxito, além de indicar que a falta d'água não era um problema apenas local, de um

único assentamento. Estava atingindo, também, os moradores do P.A. Divisa, que por necessidade tiveram de construir uma rede de distribuição de água que chegasse até a porteira de suas residências, onde seria instalado um hidrômetro e, a partir dele, também seria implantada outra rede de encanamento até as caixas d'água, localizadas no interior dos lotes.

E como a instalação de uma rede principal envolveria relações mais amplas, que extrapolavam as parcerias e as solidariedades de vizinhança, o primeiro passo dos moradores foi procurar a associação do assentamento para que seus coordenadores pudessem articular e organizar o coletIvo para implantação da rede de água. Uma atitude parecida com a do Sr. Horário, morador do Projeto de Assentamento Chico Mendes, quando ele também procurou o presidente da associação de onde mora, para que resolvesse a questão da distribuição da água pela construção de uma rede de encanamentos da caixa d'água do INCRA até o seu lote. No entanto, no projeto de Assentamento Divisa, a articulação coletiva não estava dependendo, apenas, da iniciativa dos coordenadores de uma única associação, pois, desde a criação do assentamento, foram registradas duas associações em função de divergências entre grupos de assentados. E essa situação compunha um fator limitante a determinadas articulações mais amplas, porque se tornava motIvo para que as divergências de opiniões aflorassem e interferissem na realização de determinados empreendimentos. De acordo com o Sr. Francisco de Assis, que era presidente de uma das duas associações do Projeto de Assentamento Divisa, no ano de 2013 e 2014:

> **Francisco de Assis:** Nós fizemos uma reunião, fizemos o orçamento dos canos. Aí, um sugeria:
> **(Assentado):** "Não! O INCRA vai dar o ramal. Procura o INCRA, que vai dar".
> **Francisco de Assis:** Aí, como a necessidade era tanto da água... as cisterna já tinha secado, os poço pequeno (semiartesiano) já tava secando. Que nem: meu pai queria fazer um poço lá (no lote dele, nº 02). O cara pediu R$10.000,00 só pra perfurar. Aí eu falei: Pai! Não! Vamos pegar da água do poço lá, que tá desativado. Fica muito mais barato nóis pagar esse ramal, fica mais barato, e uma água, né? O Senhor despreocupa. Ele:
> **(Pai do Francisco de Assis):** "Mas, será que funciona?"
> **Francisco de Assis:** Então, muitos duvidaram que funcionava, né. Tava com má fé de fazer aquele investimento. Aí, nóis fez o orçamento. Vai ficar em mil e quinhentos reais (R$1.500,00) pra cada um. Que lá era quase três mil metro (de canos).
> **Nelson:** Mas, quem teve a iniciativa pra fazer tudo aquilo ali?
> **Francisco de Assis:** Primeiro, o rapaz lá de cima, da nossa associação me procurou. Que também ia fazer um poço e ia ficar muito caro esse poço. E tava com problema é... De... Conseguir licença pra perfurar esse poço.

> Então, teria que perfurar um poço escondido, sabe? Porque quando vai pro IGAM (Órgão Estadual que concede outorga de água), pra perfurar, leva meses. Até anos pra eles conceder uma licença.
> **Nelson:** Mas, qual rapaz de cima, de onde, você fala?
> **Francisco de Assis:** O Tarcísio do Sr. Expedito, que é do outro lado da mata (lote 22). E aí ele me perguntou pra mim qual era a possibilidade daquilo dar certo. Eu falei, ó, dá certo se unir todo mundo. Porque... Todo mundo não... Aqueles que precisava de água tiver disposto, né? a gastar um pouquinho, vai ficar mais barato, mesmo arrumando tudo, pondo hidrômetro e tudo, vai ficar muito mais barato do que você furar um poço, né? E correr o risco de ser denunciado, né? E a multa vim e depois num ter nem que fazer o poço. Aí, nessa ocasião me procurou, que é da nossa associação, me procurou o Tarcísio mais o Sr. Expedito. Me procurou o Zé Catarina de Sena e Pai, né. E minha cisterna já tinha secado, mas eu tava utilizando água do corgo (com roda d'água).
> **Nelson:** E outros lá também chegou a secar?
> **Francisco de Assis:** Chegou... Chegou a secar. Do lado de cima, o Carlinho (lote 20), também vizinho do Tarcísio, lá. O Nélio (lote 24). O... Euclides (lote 18), o dele já... E o Donizete pezão (lote 24).[423]

Quando o Sr. Tarcísio procurou o Sr. Francisco de Assis e lhe apresentou o problema da falta d'água, outros assentados também já vinham passando pela mesma situação, inclusive o Sr. Francisco de Assis, quando relata que a "minha cisterna já tinha secado". A partir de sua fala é possível identificar alguns elementos relevantes no processo de organização para construção da rede de água. O primeiro deles se refere à falta d'água como um fator coincidente entre um grupo específico de famílias. Isso também indica outra realidade peculiar do lugar, que é a utilização dos mesmos tipos de infra-estrutura para captação de água, que se dá por meio de uso de cisternas, de poços semiartesianos e utilização de roda d'água nos córregos mais próximos. Além disso, ainda se pode compreender que o fator coincidente se deve a práticas que integram o conjunto das experiências comuns e compartilhadas.

O segundo fator refere-se à ação de, num primeiro momento, tentar resolver o problema sem ter que depender de outros assentados. O fato do pai do Sr. Francisco de Assis querer pagar para uma empresa perfurar um poço artesiano, em seu lote, aproximava-se da intenção do Sr. Tarcísio, que também pretendia pôr em prática a mesma solução. A disposição que cada um possuía, em arcar com um custo de 10 mil reais para resolver o problema da água, pela perfuração de poços de uso individual, reflete, ao mesmo tempo, a urgência demandada pela falta d'água e, por outro lado, o receio em participar de certos empreendimentos coletIvos, pois,

[423] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.

também, havia o fato de alguns desconfiarem se o sistema da rede funcionaria ou não. Nesse caso, fazer uma rede de distribuição da água para os lotes seria um empreendimento inevitavelmente relacionado à articulação, ao diálogo, à confiança no outro, ao tempo e disposição em reunir para se chegar ao acordo de como construir a rede. Assim, o fato de que “muitos duvidaram que funcionava” e de estarem “com má fé de fazer aquele investimento”, relacionava-se às possíveis dificuldades de se articular um projeto coletIvo, ainda mais que estariam envolvidas as duas associações do assentamento.

Pela imagem 12 é possível identificar o comprimento dos canos que foram utilizados na rede principal de distribuição, bem os lotes cadastrados numa e noutra associação do assentamento.

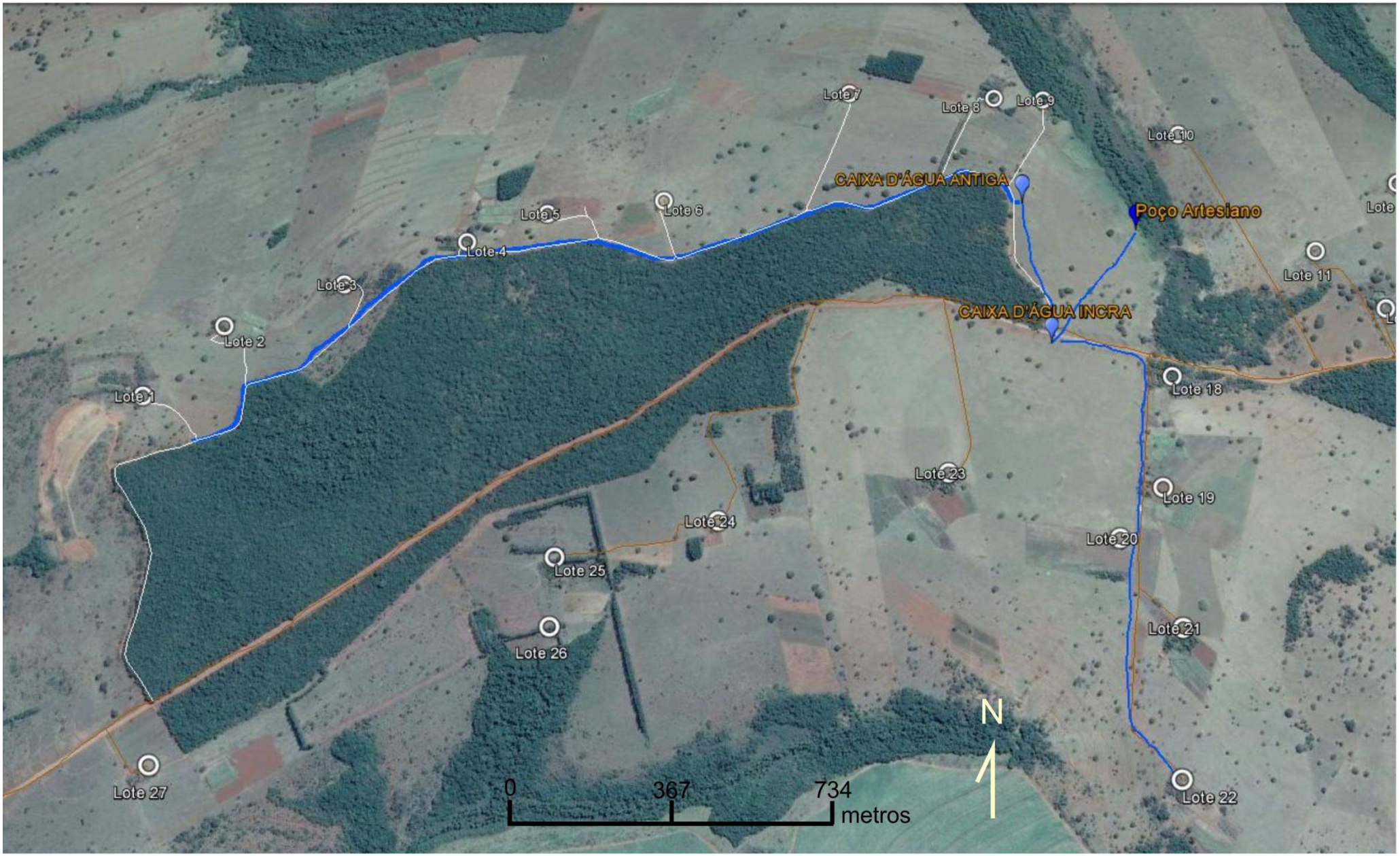


Imagem 12: Caixas d'água e encanamento principal do Projeto de Assentamento Divisa. Elaboração: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2015. Fonte: Software Google Maps. Imagens de 08/03/2013.

Os traçados da imagem 12, que estão destacados pela cor azul, indicam a localização e o caminho da instalação da rede principal ou mestra, de distribuição da água, que tem aproximadamente 3.000 (três mil) metros de encanamento. Apesar de ser uma extensão considerável, cujo preço foi de 15 mil reais, conforme apresentado pelo Sr. Francisco de Assis, noutro momento da entrevista, seria muito mais viável, em termos econômicos, implantá-la do que perfurar os poços de uso individual, ainda mais que já existia uma infra-estrutura composta de um poço artesiano e de duas caixas d'água, que eram disponíveis para o uso coletIvo dos moradores do assentamento.

Os dois pontos azuis da imagem 12 indicam a localização das caixas d'água, tanto a antiga, que foi construída pelo proprietário da fazenda, antes da criação da ocupação da terra pelas famílias da época da desapropriação, bem como a caixa construída por uma empresa contratada pelo INCRA, no ano de 2008, para que também fosse utilizada pelas famílias assentadas. Neste mesmo ano também foi perfurado o poço artesiano, cuja localização é destacada pelo ponto de cor amarela, na imagem 12. Essas infraestruturas construídas e disponíveis para as famílias não estavam sendo usadas por todos, devido a ausência da canalização até os lotes. Ao continuar apresentando a situação da falta d'água, o Sr. Francisco de Assis informou que apenas três moradores mais próximos das caixas estavam utilizando o recurso. Diariamente, eles se deslocavam até elas para encher seus galões d'água e levá-los de volta aos lotes, onde abasteciam os cochos d'água e utilizavam outra parte em suas residências, empregando certo tempo de trabalho com as viagens diárias. O Sr. Tarcísio (que comprou a posse do lote de nº 22), também compunha o grupo desses três usuários, sendo que na segunda metade do ano de 2013, realizava duas viagens por dia em seu veículo próprio para transportar, em galões, a água da caixa do INCRA até o seu lote, que se localiza a aproximadamente um quilômetro de distância em relação à caixa.

Quanto á construção da rede de água, Além de pagar pelo encanamento da rede principal ou mestra, cada família beneficiada com a água, no Projeto de Assentamento Divisa, também teve de comprar um hidrômetro e os canos para conduzir a água até os reservatórios dos lotes (formando uma rede secundária). Nas fotografias abaixo, é possível visualizar algumas das construções que fazem parte da rede, tais como a caixa d'água antiga e aquela construída pelo INCRA, onde são armazenadas a água do poço artesiano, o encanamento principal e os canos

secundários em frente ao lote 03, e o hidrômetro instalado no lote 02, que é o penúltimo mais distante em relação à caixa d'água antiga.



Foto 31: Caixa d'água antiga. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas. 2014.



Foto 32: Caixa d'água construída por uma empresa contratada pelo INCRA. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 33: Canos para instalação da rede secundária de distribuição de água. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 34: Encanamento da rede principal de distribuição de água. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 35: Ponto final do encanamento da rede principal de distribuição. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 36: Hidrômetro instalado no lote 02, no ponto final da rede principal. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.

A observação da construção da infraestrutura, que foi implantada no mês de setembro de 2014, num dia em que realizei um trabalho de campo, no Projeto de Assentamento Divisa, foi importante para orientar o diálogo a respeito da articulação e da organização envolvida na instalação dos canos. Os elementos contidos na paisagem, tais como o encanamento da rede mestra e o sulco na terra (foto 34 e 35), as barras de cano da rede secundária, ainda não emendadas (foto 33) e o hidrômetro instalado (foto 36), indicavam a existência dos tipos de serviços empregados na rede, tais como a compra do material, a contratação de maquinário para fazer os sulcos, a emenda do encanamento e o serviço de instalação do hidrômetro. As indagações acerca dos serviços empregados poderiam esclarecer a dinâmica da articulação coletiva, daquela que fora desenvolvida no momento precedente à efetiva implantação da rede, no que se referia às articulações ocorridas desde setembro de 2013, quanto ao acordo de quem orçaria o preço dos materiais e de como estes seriam pagos, bem como explicar o modo como organizaram o trabalho no dia da colocação dos tubos de água da rede principal. De acordo com o Sr. Francisco de Assis:

> **Francisco de Assis:** Aí fez o orçamento. Aí a gente num tinha dinheiro, né, pra custear aquilo. Precisava... A maioria precisava parcelar, às vezes num tinha todo o dinheiro, na hora. Aí o Sr. Expedito (pai do Sr. Tarcísio) disse:
> **(Expedito):** "Eu dou o cheque".
> **Francisco de Assis:** Com trinta... Vê se nóis compra com trinta e sessenta, aí nóis parcela os outros no pagamento do leite, porque o pagamento do leite é só uma vez por mês.
> **Nelson:** Quem foi na cidade pra fazer o orçamento.
> **Francisco de Assis:** Eu fui na cidade pra fazer o orçamento. Aí, primeiro ficou por conta do Moisés e o Elismar. Então, eles foram e fizeram o orçamento tudo... E foi enrolando. Aí o pessoal confiou nele. Eu falei: não, já que eles querem mexer, é bom... Ao menos eu num trabalho pra mim. Eu

> quero que a água sirva todo mundo e... Aí ele foi enrolando. Chegava (falava):
> **(Moisés):** "Não, é pro mês que vem, pra semana que vem... o rapaz vai dar uma resposta da tubulação, que nóis vai pegar do..."
> **Francisco de Assis:** Acho que daqui do Paraná (empresa do Estado do Paraná). Tem uma empresa que vende porque é muitos cano. Era mais de mil barra de cano, né, entre fina e grossa. Aí foi demorando, né. Aí, o Tarcísio me chamou e falou:
> **(Tarcísio):** "Ó, Francisco de Assis, se nóis for deixar na mão do Moisés, nóis sabe, ele é enrolado, vai ficar desse jeito".
> **Francisco de Assis:** Aí, num foi no final do ano passado... Do ano trasado, quer dizer... (2013). Porque veio funcionar mesmo em dezembro do ano trasado (2013). Aí nóis começou a... A seca começou refletir em 2013, no final do ano.
> **Nelson:** Vocês começaram a correr atrás disso em 2013?
> **Francisco de Assis:** Em setembro de 2013. Mas, o Moisés foi enrolando. Aí, quando eu tomei a frente foi em dezembro, já. Que, aí ele num tinha resolvido nada, né. Aí, eu falei é... Um negócio... Eles tá é... É... Com questão de dinheiro, num tinha também. E (o Moisés) queria ver se o INCRA arrumava num sei o quê, uma licitação mais barata pra ver se o INCRA pagava. Eu falei: desse jeito num vai funcionar. O INCRA é moroso, a gente conhece, né. E aí o Sr. Expedito falou:
> **(Expedito):** "Não, Francisco de Assis, os da nossa associação, você garante que eles paga?"
> **Francisco de Assis:** Eu falei: tranquilo.
> **(Expedito):** "Então, eu vou dar um cheque e vocês me paga em duas parcela. Vê se consegue lá".
> **Nelson:** Aí eu fui e fiz assim, sabe. Aí com isso eles ficaram beneficiado também, né.[424]

É importante perceber que os empreendimentos realizados pela organização coletiva não se resolvem de maneira imediata, na mesma rapidez com que certas relações de vizinhança solucionam determinados problemas. Desde o momento em que decidiram realizar a construção da rede, no mês de setembro de 2013, até a data quando realmente conseguiram concretizar a sua implantação, no mês de setembro de 2014, transcorreu um ano. Essa demora constitui uma evidência que justifica os motIvos pelos quais alguns acreditassem que o sistema não pudesse funcionar, sendo possível que noutras ocasiões também tenham visto e vivido a experiência conflituosa de ver certos empreendimentos não serem realizados no tempo de suas necessidades individuais e de suas expectativas de ter seus problemas resolvidos rapidamente.

Os presidentes das duas associações pareceram divergir quanto à maneira de se resolver o problema da água, o que também justifica a demora. Enquanto o Sr. Moisés, que era o presidente de uma das associações, preferiu depender de uma

[424] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.

possível ajuda financeira do INCRA, por meio da licitação pública e da burocracia, que possibilitasse comprar todo o encanamento, o outro presidente, que inclusive narrou o desenrolar dos fatos, não desejou aguardar o tempo “moroso” do INCRA, mas, ao mesmo tempo reconheceu que os filiados à sua associação e os pertencentes à outra estavam sem dinheiro para poder arcar com os custos do material hidráulico. Diante do impasse entre aguardar o tempo da licitação ou, de alguma outra forma, resolver o problema pela criação de alternativas mais rápidas, os moradores preferiram a segunda opção. Para isso, contaram com as relações baseadas na confiança, já que o Sr. Expedito utilizou um cheque para pagar o valor total, na certeza de receber, dos demais assentados, o valor referente às suas partes, em duas parcelas. Dessa maneira, tiveram condições para poder comprar o material e iniciar a implantação.

De acordo com as informações do Sr. Francisco de Assis, noutro momento da entrevista, os associados contrataram um tratorista de outro assentamento para fazer os sulcos no solo, dividindo o preço do trabalho entre os 15 assentados participantes do empreendimento. Apesar da quantidade de beneficiários da rede, nem todos trabalharam emendando os mais de três mil metros de canos. Dentre eles, apenas quatro pessoas dedicaram três dias de trabalho para poder montar a rede. Ainda segundo o relato do Sr. Francisco de Assis, aqueles que não ajudaram na montagem, não se negaram a pagar as diárias correspondentes aos dias de ausência, no valor de três dias de serviço, repassando o dinheiro aos que lá compareceram para emendar os canos. Ou seja, de alguma forma participaram ativamente do processo de implantação da rede, além de que todos os beneficiários tiveram que, individualmente, cuidar da instalação de seus hidrômetros e das redes secundárias, compostas pelos canos que saem da rede principal até as suas residências.

É possível observar a existência de tensões, que se manifestam pela dúvida dos sujeitos, ao indagarem se o sistema iria funcionar ou não, e pela discordância entre os associados no que diz respeito ao fato de alguns desejarem a participação do INCRA e outros recusarem, afirmando que “o INCRA é moroso, a gente conhece, né”. Entretanto, ainda dependem das relações de confiança, que não se anulam em função das desconfianças e das tensões entre os membros das associações. Também tiveram que contar com a confiança do vendedor dos materiais hidráulicos, seja para fornecer a eles uma quantidade de canos em consignação, na confiança

de que as barras não utilizadas seriam devolvidas à loja, seja para aceitar o pagamento através do cheque em nome de um dos assentados. De acordo com o Sr. Francisco de Assis:

> **Francisco de Assis:** Aí eu fiz os... O menino (vendedor da loja) falou:
> **(Vendedor da loja):** "Vocês num vai precisar de barra de ¾ pra vocês fazer o ramal?"
> **Francisco de Assis:** Falei: vai. Só que é... Eu num sei a metragem correta, né. E não conversei com os menino (assentados). Aí ele falou:
> **(Vendedor da loja):** "Não, se você quiser eu peço um pouco junto da tubulação mais grossa que vai vim, aí você leva pra lá. Eu confio nocê, em vocês aí, né. E aí aqueles que precisar pega... O que não pegar, vocês me devolve de volta"
> **Francisco de Assis:** Aí, foi nessa condição...
> **Nelson:** Então, não sabia a quantidade de cano que ia até as casas?
> **Francisco de Assis:** Até as casas. Aí, eu só calculei mais ou menos.
> **Nelson:** E a loja aceitou tranquilamente o cheque do Sr. Expedito?
> **Francisco de Assis:** Aceitou. Num teve problema não. Até porque é... Já conhecia ele, né. E aí... nóis comprou na Casa das Bombas em Ituiutaba. Então, a gente já é cliente dele, ó... Anos, tem anos... Então, como eles conhece nóis, o Santana Galvão, eles conhece demais, né... Até, nóis num ia nem comprar nessa casa das bombas, né. A gente tava negociando com a casa lá, chamada Mineirão, aqui em Ituiutaba. E nóis já tinha acertado (negociado)... O Tarcísio é... Assim... Se dispôs muito em comprar dessa casa. Sabe? E como ele tava dando o cheque eu num fiz oposição, porque tava preço a preço (no Mineirão e na Casa das Bombas). Então, ele poderia escolher a casa. Mas, aí o cumpade Santana Galvão chegou. Ficou brabo. Eu nunca tinha visto o cumpade Santana Galvão brabo daquele jeito. Rapaz, num tirou... Contrariou o Tarcísio e o Sr. Expedito. Tirou ele de lá da frente do homem (do vendedor) da casa e levou ele lá na Casa das Bombas. Mas, aí, nóis fizemo os orçamento tudo. De preço a preço, o Tarcísio que ia dar o cheque. O pai dele que ia dar o cheque. Ele poderia escolher a casa. Uma das duas, né. Eu num poderia... Por causa que eu sou amigo daquele rapaz (vendedor de outra casa) eu vou intervir. Mas, o cumpade Santana Galvão chegou e tirou o homem de lá, rapaz (risos).
> **Nelson:** Ele (o Sr. Expedito) não achou ruim?
> **Francisco de Assis:** Ele foi. Ficou meio assim, sabe.
> **(Expedito):** "É... Eu num gosto de contrariar os companheiro, eu vou...".[425]

A oportunidade que tiveram de escolher a loja onde iriam comprar o material hidráulico, conforme a sugestão e insistência do "cumpade Santana Galvão", indica que as relações comerciais com a cidade também influenciam nas articulações coletivas do assentamento. A confiança do vendedor em relação à honestidade dos assentados é o resultado de uma conquista de longa data, já que há tempos os moradores dos assentamentos se tornaram clientes das lojas onde orçaram o preço do encanamento. E esta conquista da confiança reforça ainda mais o protagonismo dos sujeitos assentados. Porque de acordo com a narração do Sr. Francisco de

[425] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Assis (47 anos). Op. Cit.

Assis, foram os próprios moradores que, em conjunto com os presidentes de suas respectivas associações, articularam a construção, construíram a rede e atualmente cuidam do uso e da manutenção. Esta é de responsabilidade dos dois presidentes das associações. Enquanto o Sr. Francisco de Assis é encarregado de fazer a leitura dos hidrômetros para medir o gasto mensal de água dos beneficiários e recolher o dinheiro da taxa relativa ao consumo, o Sr. Moisés tem a função de dividir o preço da energia elétrica gasta pela bomba d'água conforme o consumo das famílias, bem como pagar a conta na cidade. Apesar das tensões, os dois presidentes tem trabalhado em conjunto para organizar o funcionamento da rede.

Os beneficiários participantes do empreendimento possuem, por experiência própria, um vínculo social que se construiu sem a determinação de intermediários legalistas, tais como o INCRA ou a Prefeitura Municipal, que nem sequer foi mencionada como um parceiro nesse tipo de empreendimento. Também não aventaram a possibilidade de se recorrer à COPASA, que é o órgão estadual responsável em administrar a rede de água da cidade de Ituiutaba, para que ele participasse da construção ou da administração da rede no assentamento. Isso demonstra o protagonismo diante dos limites que o lugar oferece ao contexto da reprodução dos seus meios de vida. Porque são capazes de utilizar vários recursos sociais e culturais para poderem articular seus interesses comuns e compartilhados, que se manifestam pelas experiências intensamente vividas no lugar. Podem recorrer à palavra dita e compartilhada como compromisso assumido que dispensa a formalidade da escrita, porque culturalmente é reconhecida como uma conduta que não será transgredida facilmente, mesmo diante das divergências nos modos de se resolver os problemas. E ainda podem contar com as boas relações comerciais com diversas lojistas da cidade, que atualmente não se recusam a vender mercadorias de forma parcelada às famílias assentadas, como ocorria em tempos passados.

De certo modo, mesmo nas articulações coletivas mais amplas, as relações de vizinhança e de parentesco comparecem ativamente no processo organizatIvo dos interesses comuns, porque é nessas relações que o sujeito também reproduz a sua cultura. Isso prova que não é possível separar tais relações de quaisquer experiências sociais que estejam sendo compartilhadas no lugar ou nos locais que a ele se conectam conforme as necessidades e as circunstâncias vividas e construídas socialmente. As parcerias, as doações, as iniciativas, as criatividades, o voto de confiança, as críticas, os desentendimentos e a confiança dos lojistas da

cidade também participam da construção do lugar e lhe conferem uma dinamicidade que é, ao mesmo tempo, harmônica e conflituosa. O que não significa que esses dois aspectos do lugar sejam produzidos e reproduzidos de maneira independente, em momentos e locais totalmente desconexos. O que fazem no campo também importa à cidade, seja em relação aos aspectos comerciais ou ambientais, seja no contexto da presença de órgãos fiscalizadores dos assentamentos, tais como a Polícia Militar, o INCRA ou os fiscais do Instituto Estadual de Florestas (IEF). De alguma maneira, as conexões entre campo e cidade também dinamizam o lugar.

A situação vivida pelo Sr. Jerônimo e um de seus vizinhos do assentamento serve como forma de análise para se compreender que os aspectos harmônicos e conflituosos do lugar não estão totalmente determinados pelas relações de vizinhança, nem sequer se concretizam isoladamente de outros locais mais distantes. Porque a cumplicidade entre vizinhos e a amplitude de relações, com as quais o lugar está inevitavelmente conectado, pode não significar uma garantia de que determinadas experiências conflituosas possam ser evitadas. De acordo com o Sr. Jerônimo:

> **Jerônimo:** Pra você vê o quanto a burocracia é grande pra cima da gente aqui nesses assentamentos. Eu queria fazer uma cisterna aqui. Eu fui na cidade... Tem que tirar licença. Fui lá na cidade pra tirar uma licença, eles me mandaram lá pro berlândia (Uberlândia-MG) pra tirar essa licença lá. falou:
> **(Representante do órgão público):** "Não, você vai mexer com isso lá no berlândia, que lá é que tá o instituto da água, não é aqui não".
> **Jerônimo:** Me deram um telefone pra mim ligar pro povo lá, liguei lá, ninguém me atendeu. Você não pode furar cisterna sem licença. É difícil demais (...) Aqui, ó, se você cortar uma vara de anzol aqui nessa beira de corgo, você vai preso. Mas ela sozinha aí (a usina de cana) derruba qualquer tanto de pau, que eu já vi. E eles (os órgãos ambientais) num fala nada.
> **Nelson:** A burocracia, então, é mais pro assentado?
> **Jerônimo:** Só pros assentado. Os fazendeiros num tem problema não. Teve uma muié do ICNRA aqui, fazendo pergunta, assim... Aí ela falou pra mim assim... Perguntou tanta coisa... Mais perguntou, perguntou... Aí, no final ela perguntou assim:
> **(Funcionária do INCRA):** "E o IEF (instituto Estadual de Florestas), o quê que ocê me fala?"
> **Jerônimo:** Eu falei: nóis num tem IEF aqui. Ela falou:
> **(Funcionária do INCRA):** "Tem! Vocês tem um escritório do IEF aí" (em Ituiutaba).
> **Jerônimo:** Eu falei: não! Mas o IEF aqui é dos fazendeiro, num é nosso não. Ela falou:
> **(Funcionária do INCRA):** "Como assim?"
> **Jerônimo:** Eu falei: porque os fazendeiro eles pode derrubar até os pé de manga e pô fogo. E aqui, nóis num pode cortar uma vara de anzol perto do corgo, que eles manda prender nóis. E ela foi escrevendo no caderno... Foi escrevendo... Escreveu tanta coisa... Aí falou:

> **(Funcionária do INCRA):** “Eu vou deixar esse caderno lá no INCRA”
> **Jerônimo:** Eu falei: é... aqui é desse jeito. Uma burocracia aqui em cima da gente que num tem quem aguenta. Isso aqui é uma tentação de polícia aqui, que Deus me livre, num tem quem aguenta.
> **Nelson:** A polícia vem muito aí?
> **Jerônimo:** Uai, rapaz. Esse vizinho meu aqui cortou uns pau ali, umas aroeira. Eu falei pra ele: rapaz! Você num corta isso não, rapaz. Dá problema. Aí ele falou:
> **(Vizinho):** “Ah! cê é porque tem medo”.
> **Jerônimo:** Eu falei: num é medo não, rapaz. Depois é as enjoeira (amolação). E ele cortou, aí num deu outra. Eles (a polícia e o IEF) vei chegar aqui em casa, aqui. Ficaram brabo aqui. Vei três viatura. Com coisa que eles vieram buscar um traficante de maconha. E chegou brabo comigo! Eu falei: não, eu num cortei pau, não.
> **(Polícial):** “Cortou”.
> **Jerônimo:** Num cortou. Eu falei: cortei não, uai! Eu tô falando procê que num cortei, eu num cortei. Vai oiá no mato aí.
> **(Policial):** “Mas, o senhor vai com nóis?”
> **Jerônimo:** Eu falei: num vou, vai ocês, uai. Vocês num vei pra oiá? Vocês é que vai, uai. Vocês desce aqui, ó... Vai subindo... Daqui tem uma cerca que corta o mato, lá... Atravessa pra cá é meu. Pra lá, assim, de lá, é do vizinho. Ele falou:
> **(Policial):** “E o vizinho?”
> **Jerônimo:** Eu falei: num sei. Aqui eu num fico andando em casa de vizinho. Não sei o que o vizinho tá fazendo, não, rapaz!. Mas eu sabia que ele tinha cortado os pau. Rapaz! E eles foram sair em cima dos pau cortado. Eh! Esses home ficou brabo.
> **Nelson:** E o quê que aconteceu com o vizinho que cortou?
> **Jerônimo:** Ah!, eles cascaram uma multa braba nele.[426]

A cumplicidade em não denunciar a atitude do vizinho demonstra que, no lugar, a legalidade também está sujeita às normas de convivência, que as famílias estabelecem entre si. Aqueles que moram no assentamento conhecem a realidade do outro e também suas necessidades diárias de se alimentar, de se vestir, de dormir, de morar, de obter renda. Entendem a importância e os motIvos do outro quando este resolve cortar uma árvore para utilizar a madeira nos currais, perfurar uma cisterna ou deixar o gado pastar nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) do assentamento, como já presenciei em alguns trabalhos de campo. E mesmo que também reconheçam a importância de agir conforme a legalidade juridicamente estabelecida pelo Estado, são capazes de colocar em prática atitudes de convivência que permitam resguardar a integridade do outro, mesmo que tenham de omitir aquilo que viram e ouviram e transgredir o que conhecem da lei. A cumplicidade que o Sr. Jerônimo demonstrou em relação ao vizinho, que havia cortado uma árvore no próprio lote, em não denunciá-lo para os fiscais do meio

[426] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Jerônimo (67 anos), morador do P.A. Douradinho, no dia 05/09/2014.

ambiente, reflete, dentre outras coisas, a unidade de classe, porque ele compreende que o Instituto Estadual de Florestas (IEF) é uma entidade utilizada para atender o interesse dos fazendeiros. E, por isso, a sua omissão aparece como uma alternativa imediata de proteger aqueles com os quais ele identifica por compartilhar experiências comuns.

Mas, nesse caso, a norma de conduta cultivada pelo Sr. Jerônimo, em não denunciar o vizinho, não foi uma garantia de que este não seria prejudicado pela fiscalização do meio ambiente, pois segundo o relato "Eh! Esses home ficou brabo. (...) Ah!, eles cascaram uma multa braba nele". Porém, num contexto geral, essas relações recíprocas de defesa e de proteção em relação ao outro ainda são importantes para que a dinâmica do lugar seja menos ordenada por questões juridicamente estabelecidas pelo Estado e muito mais articuladas por normas e regras de convivência que o lugar permite desenvolver e consolidar, pois é possível entender que a ação das instituições governamentais tem seus limites de imposições, de modo que "(...) não penetra nos lares rurais, não aparece nas preces das viúvas, não decora as paredes com ícones, nem dá forma à perspectiva de vida de cada um"[427]. Sendo assim, o jeito dos assentados lidarem com a polícia e os fiscais do meio ambiente, demonstra o quanto o lugar está organizado pelo protagonismo dos sujeitos da Reforma Agrária.

Num Projeto de Assentamento (dentre aqueles que pesquisei) a situação vivida por um morador indica o quanto a cumplicidade entre vizinhos pode ser uma ferramenta de defesa bastante eficaz em relação às sanções da legalidade. Segundo o assentado[428]:

> **(Assentado):** Aqui era mato. Aqui era um mato como aquela reserva ali, né. Tinha um pedaço formado que pegava por baixo (do lote) aonde tem um cocho de cimento, ali, ó. Um pedaço só que era formado, né. Nem formado direito. Aquilo tudo era mato. Eu fui na cidade pra tirar licença pra desmatar aqui, que tinha cortador de lenha, aqui, né, que pagava pro dono do chão, né. Eu fui lá. pelejei pra tirar a licença. Num me deram licença, não. Num quiseram tirar. O (diz o nome da pessoa ligada ao órgão) num quis tirar licença. Falou:
> **(Funcionário do órgão público):** "Não"
> **(Assentado):** Até que eu fui lá umas três vez. E nas três vez ele falou pra mim:

[427] THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 19.
[428] Nesse caso específico, como se trata de um problema ambiental, preferi ocultar o nome do assentado.

> **(Funcionário do órgão público):** “Eu num tiro licença pra aquele... pro cês lá desmatar porque o dono da fazenda, que era dono da fazenda, pra adquirir mais terra, né, ele tirou trinta por cento (30%) pra reserva. Agora, o INCRA apropriou da fazenda, deu só vinte, tirou vinte. Tem que organizar isso.”
> **(Assentado):** Aí eu larguei de mão. Os povo querendo cortar... eu mandei cortar lenha aqui, tirou quinze caminhão de lenha. Tá marcado ali, ó. E eu confiei no homem. Tá marcado num caibro aí. Cada quadrim daquele lá é quatro caminhão. Tá marcado ali. O homem num me pagou um centavo. Foi me levando na conversa... não me pagou nada.
> **Nelson:** E o senhor não foi atrás pra cobrar dele?
> **(Assentado):** Num adiantava. Ele amoita e deu parte quebrado que num tinha nada. Ele foi vendendo e foi recebendo, né. E me levando na conversa. Quando interou quinze caminhão de lenha, já tava acabando o mato, aí, ele foi embora. Num me pagou não.
> **Nelson:** E o senhor conseguiu tirar licença...
> **(Assentado):** Não! Num tirou licença, não. Nunca. E nem nunca me multaram por isso aqui, não. Graças a Deus! No fim eu desmatei, arei uns pedaço aí e formei. Fiz a cerca... comprei madeira, porque num tinha madeira pra fazer cerca. Comprei material pra fazer a casa.

A situação não é narrada como se o sujeito estivesse lendo um texto com certa dificuldade. Ao falar do “mato”, como sendo um dos problemas do lote, que fora conquistado de acordo com o sorteio, sua postura corporal demonstra tranquilidade, que provavelmente também se fez presente naquela época. O fato da terra não estar preparada conforme suas necessidades pareceu, então, não ser um problema grave. Nem sequer a negação da licença ambiental, para desmatar a área, também tenha sido algo que muito o preocupasse, já que não o impediu de realizar o que precisava para ampliar a área de pastagem. Entretanto, quando narra a situação do corte da lenha, sua expressão começa a mudar, como se o fato de retirarem 15 caminhões carregados de madeira fosse uma situação de orgulho e de satisfação, por ali, em sua terra, conter tamanha quantidade de recursos em madeira. E, de repente, seu semblante muda outra vez, quando admite que não recebeu o dinheiro do comprador de lenha, conforme combinado. É perceptível que a tonalidade de sua fala e seus gestos coincida com um sentimento de indignação em relação ao calote, porque isso, de alguma maneira, afetou a reprodução dos seus meios de vida. Não como um processo de construção de novas possibilidades de geração de renda, mas como uma situação que hierarquicamente é mais importante do que o fato de não receber a licença ambiental. E ainda com mais entusiasmo e orgulho, relata o fato de ter conseguido preparar a terra, fazer as cercas e construir a casa.

O papel da vizinhança foi fundamental para que o morador não tivesse problemas com os órgãos ambientais. A cumplicidade em não denunciar o outro, mesmo tendo consciência que ele pratica algo contrário à lei, pode ser encarada como norma, como regra necessária à proteção e defesa daqueles que estão no lugar, bem como uma regra de convivência que alimente a reciprocidade entre vizinhos. É também um campo de força que se ergue contra a aplicação das sanções decorrentes da transgressão das leis instituídas pelo Estado, principalmente quando elas ameaçam a reprodução dos meios de vida, daquilo que é imediato e necessário à sobrevivência de quem vive no lugar. Por outro caminho, a cumplicidade nos termos da não denúncia não significa uma garantia total em relação a todos os problemas que possam ser decorrentes das ações ilegais. Pois, a cumplicidade dos vizinhos em não denunciar o desmatamento do lote, não livrou o morador de sofrer o calote e de receber interferências disso na reprodução dos seus meios de vida, ainda que depois ele tenha conseguido concluir as construções pretendidas.

No caso da experiência do Sr. Jerônimo, a sua cumplicidade em omitir a transgressão da lei praticada pelo vizinho, não livrou tal companheiro assentado da sanção legal. Porque mesmo na condição de campo de força, a cumplicidade não é uma garantia total de que os sujeitos do lugar estarão livres das sanções legais. Essas situações ligadas à relações com instituições e com pessoas de outros lugares, indica a capacidade dos sujeitos em utilizar daquilo que lhes é disponível culturalmente para lidar com possíveis situações que ameacem os projetos de vida ligados à permanência na terra.

A capacidade de negociar, articular ou de se solidarizar com o outro não é algo criado apenas em função do lugar, no contexto presente. Antes de receberem a terra, suas trajetórias de vida já continham essas formas culturais de negociação e de articulação, que podem ser entendidas como geradoras do protagonismo cultural. Afinal, as pessoas nem sempre confiaram ou esperaram unicamente na ação dos partidos, dos movimentos ou dos órgãos institucionais, para verem suas necessidades mais básicas serem atendidas. Possuem em suas experiências sociais uma dinâmica cultural muito rica na forma de se relacionar com o outro, de negociar seus interesses e de transpor os limites que a construção do lugar possa oferecer. Para isso, as reciprocidades são acionadas como estratégia para se resolver necessidades imediatas, que não podem ser solucionadas apenas com

aqueles que se fazem presentes na realidade circunscrita aos círculos onde as relações se desenvolvem mais intensamente. É o caso da estratégia empregada, na época do acampamento, para conseguir doações de alimentos. Sobre isso, a Dona Catarina de Sena afirmou que, apesar do acampamento ser organizado:

> **Dona Catarina de Sena:** Aí Deus mandou um homem lá de Ituiutaba. Ele tinha um sacolão, lá. Num era dele não, era do irmão dele. E ele era louquinho naquele chão ali do pé de manga. Vocês passou ali.
> **Francisco de Sales:** Onde eles tá gradeando.
> **Dona Catarina de Sena:** É... Aquele (chão)... Ele trabalhava no sacolão do irmão dele. Não... Do sogro dele. Aí, ele pediu pra nóis dar uma guarda dum chão (lote) pra ele em troco das verdura, que ele trazia toda semana uma viagem de verdura pra nóis. Aí, miorou demais, as coisas. Nossa Senhora! Aí, nóis fez a guarda pra ele, né. Nóis fez a guarda em troco da... das verdura que ele trazia pra nóis. Aí já melhorou, aí nóis já pegou uma tranquilidade melhor.[429]

Aceitar a proposta do sujeito da cidade também teve o seu mérito, porque de alguma maneira ele se compadeceu das necessidades vitais dos que estavam construindo o lugar a partir do acampamento. Como doador dos alimentos, ele comungou da luta pela terra, mesmo que não tenha vivido diariamente o desafio de morar debaixo de um barraco de lona preta. Assim como ele, outros também vão participando da rede de conexões que alimentam o lugar, permitindo que ele seja dinamizado e ampliado para além de suas relações contiguas de vizinhança, alcançando pessoas de outros lugares por meio de reciprocidades e formas de solidariedade constituídas culturalmente. Essa conexão, que se realiza por formas socialmente vividas, também pode ser analisada na maneira como algumas famílias assentadas costumam resolver as suas necessidades relacionadas ao tratamento de doenças. Apesar da Secretaria Municipal de Saúde de Ituiutaba-MG disponibilizar um médico para atender as famílias, uma vez por mês, na sede do Projeto de Assentamento Engenho de Serra, os encaminhamentos para exames e consultas que o médico indica nem sempre são conseguidos prontamente pelos pacientes que vão até a cidade. Para poder agilizar a realização de consultas e exames, algumas famílias costumam recorrer ao hospital municipal de Santa Vitória-MG. Especificamente, utilizam do favor de uma pessoa conhecida que trabalha na Secretaria Municipal de Saúde deste município, que consegue marcar os

[429] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Francisco de Sales (77 anos) e pela Sra. Catarina de Sena (74 anos). Op. Cit.

procedimentos médicos de maior urgência no hospital público daquele município. Segundo o Sr. Antônio de Pádua:

> **Antônio de Pádua:** Nóis aqui, nóis vai mais pra Santa Vitória, porque (o conhecido) trabalha na Secretaria de Saúde, lá. (...) Pra nóis a nossa facilidade é essa. Tanto pra nóis como pros outro aqui, ó... Igual o Donizete. O Donizete foi eu mais a Teresa de Ávila (esposa do Antônio de Pádua) que encaminhou ele pra Santa Vitória e (o conhecido) encaminhou ele pra Barretos. Hoje, ele tá tratando através de nóis, né. Aquele Luiz lá do (P.A) Douradinho que tava doente... Nóis encaminhamo ele porque ele pelejou aqui mais de um ano e não foi atendido. Aqui, meu fii, se ocê saí pessoalmente daqui... Hã... Cê vai pra fila, cê morre na... Talvez o dia que ocê morrer, igual um cara tava falando... O véi ali falou assim:
> **(Idoso):** "Rapaz, esse trem aqui é tão danado que esses dia uma sobrinha minha foi pra fila lá... O dia que saiu a receita ela tinha morrido... O dia que saiu a vaga pra ela consultar ela tinha morrido".
> **Antônio de Pádua:** Tá vendo? Mais de seis meses.[430]

A maneira de se relacionar com os sujeitos e as instituições da cidade vão se constituindo por alternativas que tem o objetIvo de driblar as burocracias, os preconceitos e outras situações restritivas à solução de suas necessidades mais básicas e também urgentes. O fato de não aguardar o tempo da burocracia para serem atendidos nos postos de saúde ou no hospital público do município de Ituiutaba-MG, recorrendo ao hospital de outro município, não tem anulado a capacidade dos moradores dos assentamentos em reivindicar os seus direitos perante a morosidade no atendimento hospitalar e demais problemas do sistema público de saúde. A maneira como a pressão sobre os serviços públicos de saúde é realizada pelas famílias assentadas, demonstra o quanto as pessoas do lugar podem ser criativas em suas formas políticas de articular a coletividade para cobrar mudanças e exigir melhorias nos serviços públicos do município. No dia 26 de outubro do ano de 2013, durante um sábado à noite, os moradores dos cinco assentamentos se reuniram na sede do Projeto de Assentamento Divisa para a realização de uma festa em comemoração à conquista da terra. A escolha da data coincidiu com o mesmo mês em que a ocupação das terras ocorreram nas fazendas, onde hoje estão instalados os Projetos de Assentamento Divisa e Engenho de Serra.

O principal acontecimento da noite, juntamente com a comida e a dança, foi o leilão de gado bovino para arrecadação de recursos financeiros a serem destinados ao hospital municipal São José, localizado na cidade de Ituiutaba-MG. Naquela noite

[430] Trecho de entrevista concedida pelo Sr. Antônio de Pádua (62 anos). Op. Cit.

de sábado compareceram pessoas da cidade, parentes das famílias assentadas e também fazendeiros vizinhos, que participaram ativamente do leilão com os sujeitos assentados, comprando animais leiloados, enquanto comiam, bebiam e se relacionavam amigavelmente com os presentes na festa. A arrecadação total foi de R$30.000,00 (trinta mil reais). Um valor significatIvo para ser utilizado como forma de pressão política e de cobrança a respeito de melhorias no sistema público de saúde do município. Diante da finalidade política da festa, é possível entender que a presença do médico, uma vez por mês, lá na sede do Projeto de Assentamento Engenho de Serra, não é simplesmente um serviço determinado pela ação governamental do município, senão é um resultado prático das pressões e cobranças que são articuladas também a partir do que o lugar possibilita construir. Ou seja, é no lugar que emergem as relações politicamente articuladas a partir da festa, que possibilita reunir as pessoas de uma forma mais espontânea, atraente e agradável, se comparada a uma reunião promovida pela associação do assentamento.

A dimensão da festa também revela outros aspectos ligados à relação entre classes, especialmente pela presença de fazendeiros vizinhos e de suas participações ativas no leilão e na confraternização coletiva. O fato de estarem ali não é algo inédito ou uma situação fora de lugar. As reciprocidades nas relações sociais, como possibilidades existentes no lugar, favorecem a reprodução de experiências que não são necessariamente contraditórias a situações culturalmente vividas no passado. Os fazendeiros vizinhos estão entre os primeiros sujeitos do lugar a colaborarem com a permanência das famílias na terra. Esta afirmação parece contraditória com a ideia de luta de classes. Mas, ao considerar a unidade e a heterogeneidade de classes como algo fluido e flexível no tempo e no espaço, sobretudo quando se analisa as experiências sociais, é possível compreender que a classe da qual participam os fazendeiros de Ituiutaba-MG também é heterogênea e, desse modo, está aberta às formas de sociabilidade que lhes permitam, também, reproduzir os seus meios de vida com aquilo que lhes é disponível no lugar, como é o caso da utilização da mão de obra dos que moram no assentamento. Nesse sentido, a lógica com a qual se aproximaram das famílias assentadas, quando estas ainda se encontravam acampadas (como já analisado nos capítulos anteriores) não foi exatamente com o intuito de beneficiar a criação dos assentamentos, mas de

recrutar a mão de obra do outro para satisfazer as suas necessidades temporárias, sem ter que trazer peões que moravam na cidade.

A festa não é o único espaço político, porque o trabalho coletIvo também se torna um momento de aproximação entre primeiros assentados e novos requerentes, que compartilham experiências e informações diversas sobre o lugar onde vivem e falam de outras particularidades de seus projetos de vida. Num trabalho de campo que realizei no ano de 2007[431], no Projeto de Assentamento Divisa, foi possível observar a organização para o trabalho coletIvo de colheita da produção do arroz e do gergelim, como se pode observar pelas fotos que se seguem:



Foto 37: Corte do arroz no lote 01 do P.A. Divisa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007.



Foto 38: Bateção do arroz no lote 01 do P.A. Divisa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007.



Foto 39: Corte do gergelim no lote 16 do P.A. Divisa. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2007.



Foto 40: Momento de pausa para merenda no trabalho de corte do gergelim. Autor: CRUZ,

[431] Os trabalhos de campo relacionavam a uma pesquisa de mestrado que desenvolvi entre os anos de 2006 e 2008, quando defendi a dissertação CRUZ, Nelson Ney Dantas. **A reprodução do lugar e o desafio de permanência nos lotes da reforma agrária**: Assentamento Divisa – Ituiutaba-MG. 2008, 272 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

Nelson Ney Dantas, 2007.

As fotos 37 e 38 referem-se à colheita do arroz, realizada em 01 de março de 2007. Neste dia compareceram seis pessoas para ajudar no trabalho, sendo que todas elas eram moradoras do mesmo assentamento onde a plantação foi cultivada. A estratégia utilizada pelo produtor, que era o primeiro assentado no lote número 01, foi convidar os companheiros do assentamento para que pudessem fazer uma troca de serviço. Dentre os que participaram da colheita, três eram compradores de lote, o que evidencia a maneira como esses novos requerentes foram sendo incorporados pelos primeiros assentados. Aqueles que conquistaram a posse pela compra tiveram que estabelecer um vínculo relacionado ao trabalho, de modo que pela troca de serviço estariam eles sendo beneficiados com a mão de obra dos que já viviam na terra desde a criação do assentamento. Desse modo, as fotos 39 e 40 evidenciam a manutenção das alianças para o trabalho na terra, já que dois meses após a colheita do arroz o assentado o lote 01 compareceu à colheita no lote 16, que pertence a um comprador. Naquela ocasião, estiveram presentes sete pessoas para colher o gergelim, sendo que dentre elas três eram compradoras de lote no P.A. divisa, outros três eram assentados nesse mesmo projeto e outro era pertencente ao P.A. Chico Mendes, onde participou da luta pela terra com os primeiros beneficiários.

Nas duas ocasiões de trabalho, conforme observado na época em que elas ocorreram, os assentados participantes dialogavam a respeito da importância da aprovação de uma lei que estava tramitando no congresso nacional. O seu conteúdo legal tinha como objetIvo impedir que o assentado obtivesse o título de propriedade da terra em que era posseiro, pois determinava que as áreas tornadas assentamentos deveriam continuar sendo propriedade do Governo. E enquanto cortaram os pés da arroz e de gergelim compartilharam informações de como iriam lidar com a produção do leite durante o período da seca, que já estava se aproximando, bem como apresentaram estratégias para negociarem com o laticínio para quem forneciam o produto. Sendo assim, a ocasião de trabalho coletIvo tornava-se um ponto de encontro muito rico de informações e de articulações políticas, proporcionando situações nas quais os antigos e os novos assentados podiam fortalecer as reciprocidades, que resultariam em organizações mais amplas do que aquelas vividas nas trocas de serviço.

Desde o ano de 2010 uma articulação em torno da produção do leite tem se formado, como numa espécie de cooperativa de produtores. A organização, que ainda não fundou legalmente a cooperativa, utiliza de uma das associações do P.A. Divisa para articular a comercialização conjunto do leite de vários assentados que moram em um dos cinco projetos aqui pesquisados. Esta organização constitui-se uma reação muito concreta contra a classe proprietária que tentou demonstrar para o INCRA que aquelas fazendas desapropriadas eram improdutivas por conta da baixa fertilidade da terra, chegando a apresentar a carta de solos do município para justificar o problema da improdutividade, afirmando também que esta condição das fazendas devia-se ao fato de que "É porque realmente ela tem um custo muito alto para ser produtiva, é uma área fraquíssima, que precisa de muita adubação e um preparo muito grande" [432], conforme consta numa notícia do jornal Diário Regional de Ituiutaba. Quando aquelas fazendas foram desapropriadas, a média mensal de leite produzido era de aproximadamente 15 mil litros, enquanto que na atualidade, a partir dos assentamentos, a produção mensal varia entre 220 mil e 300 mil litros de leite por mês, dependendo do período do ano. De acordo com informações dos coordenadores, quando a cooperativa foi criada, havia cerca de 60 filiados, incluindo-se nesse número de pessoas aqueles sujeitos compradores de lotes e oito fazendeiros vizinhos aos assentamentos.

Além da cooperativa para a produção do leite, outras organizações também surgem como uma resposta concreta da organização coletiva, da política e dos modos de luta, que são essencialmente culturais. A feira, que é realizada no pátio da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Ituiutaba, constitui-se num meio dos produtores comercializarem os frutos do trabalho na terra, como se pode observar a partir das fotos 41 a 48.

[432] SECRETÁRIO de Agricultura avalia situação dos produtores rurais. **Jornal Diário Regional.** Op. Cit.



Foto 41: Barracão localizado ao lado da sede do Sindicato dos Trabalhadores rurais assalariados e Agricultores Familiares de Ituiutaba. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 42: Disposição das bancas e dos produtos na feira. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 43: Bancas de doces e queijos. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 44: Hortaliças produzidas no P.A. Engenho de Serra. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 45: Pimentas produzidas no P.A. Chico Mendes. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 46: Doces produzidos no P.A. Engenho de Serra. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 47: Picles produzidos no P.A. Renascer. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.



Foto 48: Doces, queijos e mandioca descascada produzidos no P.A. Renascer. Autor: CRUZ, Nelson Ney Dantas, 2014.

Nos dias de sexta-feira, alguns assentados se reúnem no pátio do barracão do sindicato e expõem as suas mercadorias para serem vendidas. A feira deve ter uma duração média de seis horas, porém, antes que esse tempo se encerre, os assentados comercializam todo o estoque, já que os fregueses são muitos. De acordo com a informação dos que vendem na feira, alguns chegam a faturar cerca de R$500,00 (quinhentos reais) somente naquele dia em que vão à cidade. Outros ainda relataram que quando não vendem todos os produtos na feira, costumam comercializá-los com os donos de alguns sacolões da cidade, para não retornarem com a mercadoria para o assentamento. Dessa maneira, estão fortalecendo um espaço para obterem renda a partir do trabalho na terra, o que colabora para que permaneçam no assentamento.

A comercialização é apenas um componente que está sendo dinamizado a partir das normas e regras que as famílias assentadas construíram no lugar. Conquistar um espaço comercial na cidade resulta da atuação política que os sujeitos de “baixo” empreendem no contexto da Reforma Agrária. Suas experiências de luta demonstram o quanto são capazes de decidirem os rumos de sua própria história, considerando os limites e as possibilidades que eles mesmos constroem e aqueles que lhes são impostos socialmente. Desse modo, o fato das pessoas da cidade comprarem a produção na feira, evidencia que as pressões exercidas pelos assentados contra a rotulação que receberam a partir do “nome ruim” de “sem-terra” culminam, de alguma maneira, na transformação das relações sociais existentes no

lugar, mesmo que estas estejam circunscritas no âmbito comercial. Se no início do assentamento as pessoas recusavam-se a comprar os seus produtos quando descobriam qual era a origem da produção, atualmente os que moram na cidade entram em contato com os assentados para encomendarem os doces, as verduras, queijos e outros produtos. Essa lógica também perpassa a comercialização do leite. Quando conquistaram a terra e tentaram vender as primeiras produções leiteiras os laticínios recusavam-se a comprar deles por saber que ela provinha dos assentamentos. Porém, no momento presente os assentados conseguem negociar com o laticínio que escolheram para vender tal produção. Isso indica a existência de uma mudança em curso, principalmente no que se refere à importância que os assentamentos têm adquirido para o município, no que se refere à produção agrícola, pois o protagonismo cultural dos assentados tem sido fundamental para tornar aquelas fazendas, que antes eram improdutivas, em áreas que são atualmente muito mais valorizadas (considerando os preços da posse) e também produtivas.

Nas suas trajetórias, as famílias beneficiárias da Reforma Agrária souberam e ainda sabem incorporar as pressões que lhes são favoráveis, sejam elas oriundas da classe dominante ou mesmo advindas da heterogeneidade da classe de que são integrantes. Ao mesmo tempo em que os primeiros assentados produzem pressões para que os donos das posses não comercializem o direito, eles criam estratégias para incorporar aqueles que se tornam novos requerentes, não eliminando o conflito e nem a solidariedade das relações, porque lutam para que o lugar seja ordenado conforme as regras e normas que culturalmente foram construídas pelos seus modos culturais de luta. Dessa maneira, vão construindo o protagonismo cultural da Reforma Agrária a partir do lugar de onde vivem, relacionando-se com o mundo de acordo com os limites e possibilidades que este lugar oferece. Contudo, como o lugar é uma construção social, cabe a eles lutar contra os limites, que podem ser herdados ou recriados, bem como dilatar as possibilidades que lhes são possíveis realizar. Portanto, o lugar que eles constroem e modelam resulta de um protagonismo cultural dinâmico e articulado por uma relação muito viva entre passado e presente, que influencia na geração de uma autêntica política dos de “baixo”, pois os modos de vidas lhes proporcionam viver a condição de sujeitos atIvos e conscientes de sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Observei e ouvi, buscando entender a história do meu próprio tempo. (...) A injustiça social ainda precisa ser denunciada e combatida. O mundo não vai mudar sozinho.[433]

A realidade vivida pelos sujeitos protagonistas da Reforma Agrária, desde o engajamento na luta pela terra até a efetiva criação dos Projetos de Assentamentos, evidencia o quanto tais sujeitos tiveram que enfrentar situações adversas, lidar com as opiniões contrárias, reagir a possíveis retaliações violentas, viver as dificuldades de resistir no acampamento e permanecer na terra. Ao longo desta trajetória é possível perceber a existência de inúmeras injustiças sociais. Os que lutam pela Reforma Agrária precisam arriscar suas vidas na ocupação de terras para que esta política seja efetivada, pois caso os trabalhadores não empreendam ações mais enérgicas, corre-se o risco do Governo não levar adiante as desapropriações. São estes mesmos trabalhadores que elaboram estratégias para enfrentar a polícia, que age de diversas formas para desencorajarem os ocupantes quanto à viabilidade do projeto de luta pela terra. Além do mais, sabem que não é apenas a polícia que se posiciona contra as suas ações de ocupação, pois, noutra instância, também se encontram os proprietários de terra e suas milícias armadas, cuja estratégia de atuação pode ser mais violenta do que os métodos utilizados pela própria polícia. Seja no processo de engajamento na luta ou na produção dos meios de vida a partir da terra conquistada, os sujeitos trabalhadores continuam convertendo os seus modos de vida em modos culturais de luta.

Perceber essa realidade, que está em constante mutação, implica considerar a luta de classes e os processos que a ela se relacionam, pois sem a experiência de classe torna-se difícil compreender e explicar os meandros pelos quais os modos culturais de luta são construídos e transformados. Existe uma realidade cultural que precisa ser explorada no contexto da materialidade das experiências sociais, de modo que os sujeitos da Reforma Agrária apareçam como indivíduos atIvos, criatIvos e atuantes na organização do espaço social. Por isso, suas ações e

---

[433] HOBSBAWM, Eric. **Tempos interessantes**. Uma vida no século XX. Trad. S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 9.

reações perante as imposições vividas socialmente derivam, inevitavelmente, das relações de classe e do conjunto de forças que a compõem. Desse modo, torna-se imprescindível analisar os processos hegemônicos e contra hegemônicos que se materializam na luta pela terra. A construção da Reforma Agrária não é efetivada por um caminho livre de obstáculos culturais e sociais, ainda mais quando se considera os meios pelos quais os movimentos de luta pela terra têm escolhido para pressionar o Governo e a sociedade para que estes cumpram a lei no sentido de atender às expectativas dos sujeitos que pretendem alcançar a posse de um lote de terras.

Abordar a realidade da Reforma Agrária pela experiência social dos sujeitos que efetivamente a constroem, implicou na elaboração de um caminho teórico-metodológico alternatIvo àqueles que comumente são utilizados para se analisar a dinâmica do lugar e da ação dos sujeitos que moram nos assentamentos rurais. A Geografia das Experiências Sociais tornou-se um caminho pensado para explicar a realidade sem ter que eleger os aspectos econômicos e produtivistas como sendo os eixos principais onde gira a organização do espaço, e também funcionou como “rota de fuga” em relação às abordagens que procuram explicar o lugar geográfico a partir de individualidades que se aproximam dos procedimentos utilizados pelos profissionais da psicologia e da antropologia. As abordagens aqui empreendidas aproximam-se muito mais dos campos do saber e das perspectivas científicas que procuram compreender a sociedade em sua dinâmica e complexidade, do que daquelas que se ocupam das individualidades supostamente alocadas no lugar. É por isso que o lugar aparece, nesta tese, como espaço de conflitos, disputas e contradições não dissociáveis do contexto social e histórico em que se inserem. E dele (do lugar), emergem as relações que são relações de classe. Ainda que as abordagens científicas contemporâneas da área humana venham empreendendo um movimento de extirpação das relações de classe de suas explicações, as fontes utilizadas e as experiências vividas pelos sujeitos entrevistados indicam a dinâmica da luta de classe, seja no momento da ocupação e do acampamento – quando os embates são claramente travados contra os grupos cujos interesses e vivências sociais diferem dos seus –, seja na fase do assentamento das famílias – quando os conflitos e as contradições se desenvolvem no interior da classe trabalhadora. As disputas entre primeiros beneficiários e compradores nos indicam tais conflitos desenrolados no interior de uma mesma classe social.

O lugar constitui-se, portanto, como um amálgama de relações, as quais estão conectadas a um contexto social mais amplo de contradições e disputas que perpassam por condições tais como a pobreza e as injustiças que no social se instalam. Nessa dinâmica, o lugar se constrói e se reconstrói, nos diferentes momentos históricos, como espaço de luta e de estratégias estabelecidas em torno da sobrevivência, ou seja, o lugar torna-se o espaço da “vida vinculada”, em que os sujeitos que acreditavam que iriam juntos até o fim na luta empreendida, têm de lidar com a venda de lotes e forjar saídas perante as relações a serem estabelecidas com os “compradores” ou novos sujeitos assentados. Nesse processo, o lugar torna-se, também, o ponto de conexão entre aqueles e estes, que apesar de estabelecerem moradia no assentamento em momentos e condições diferentes, apresentam experiências comuns que são compartilhadas socialmente.

As narrativas dos homens e mulheres moradores dos assentamentos, suas histórias, trajetórias e experiências nos indicam o quanto são sujeitos atIvos no lugar. E compreendê-los como sujeitos inseridos no processo histórico, com suas culturas e modos de vida, permiti-nos lançar outros olhares sobre a Reforma Agrária: sobre a venda de lotes e as questões econômicas e produtivas, bem como sobre os conflitos de classe e as lutas diariamente estabelecidas no assentamento. Porque a luta não cessa com a criação dos Projetos de Assentamento. Afinal, tais sujeitos não deixaram a condição de pobreza nem se livraram das formas de desigualdade social ou mesmo das relações capitalistas de trabalho. E o assentamento não se constitui, em muitos casos, na última etapa do processo de luta pela sobrevivência. O fato é que existem aí, na Reforma Agrária, muitas dificuldades e injustiças sociais que precisam ser denunciadas e combatidas, conforme anunciado por Hobsbawm, e a Geografia das Experiências Sociais foi o caminho encontrado para trazer à tona o que determinadas abordagens camuflam em suas explicações.

FONTES

ENTREVISTAS (Nomes verdadeiros dos entrevistados)

ABADIO GONÇALVES DA SILVA

ANADETE ALVES RODRIGUES

CLEBIMAR DA SILVA

CLEUZA MARIA DA COSTA

DARCI SOARES DE ARAÚJO

DONIZETH PEREIRA DE MEDEIROS

EDILENE PRUDÊNCIO

ELCIO LUIZ DE FREITAS

ELIAS HONORATO DA SILVA

GENÉSIO BARBOSA DIVINO

GILDO JACINTO RIBEIRO

HORÁCIO DE SOUZA LIMA

ILDO RODRIGUES SILVA

IOLANDA MARIA JULIA DE ARAÚJO

JOAQUIM RIBEIRO DA SILVA

JOÃO BATISTA DA COSTA – JOÃO DA VENDA

JOÃO BATISTA DE LIMA

JOÃO MOREIRA DOS SANTOS – JOÃO DO PÓ

JOSE MARTINS DE MENDONÇA

JOSÉ VILMAR DA COSTA

JOSELMA MARIA DA SILVA LIMA

LÁZARO DE ANDRADE PARANAÍBA

LUCIA HELENA ALVES RIBEIRO

NILSON DANTAS CRUZ

MANOEL CRUZ

MARIA ALVES PEREIRA

MARILEIDE NECO DA SILVA CRUZ

MARINA PINTO DA CUNHA

MARLUCE DANTAS CRUZ

PAULO CEZAR MACHADO

RAQUEL ALVES DE SOUSA FERREIRA

RONALDO JERÔNIMO DA COSTA

ROSELI CHAVEZ LEONEL DE LIMA

SAMIR MARTINS QUEIROZ

SÔNIA MARIA DA SILVA MEDEIROS

SUELENA SIQUEIRA

NOTÍCIAS E JORNAIS

Jornal Diário Regional

PM desencadeia “operação aurora” no Pontal do Triângulo. **Jornal Diário Regional**. Ituiutaba, 25 nov. 1998.

SECRETÁRIO de Agricultura avalia situação dos produtores rurais. **Jornal Diário Regional. Ituiutaba**, 12 nov. 1998.

SINDICATOS reunidos em Ituiutaba para coordenar assentamento. **Jornal Diário Regional**. Ituiutaba, 05 nov. 1998

VANDALISMO e selvageria dos sem-terra; OS FORA-DA-LEI perturbam o Brasil. **Jornal Diário Regional**. Ituiutaba, 26 nov. 1998. Caderno Agrorregional.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Diretriz para a produção de serviços de segurança pública nº02/2002** – CG: Regula o emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas ocupações de imóveis urbanos e rurais. Belo Horizonte, 2002. 76p.

BRASIL. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Procedimento Administrativo nº 26/20063** (fls. 01/1058). Dispõe sobre Ação de dissolução de Associação Civil, com pedido de tutela antecipada, observado o necessário procedimento ordinário, em face da associação civil denominada U.D.P.R. – União de Defesa da Propriedade Rural.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

ADAS, Sérgio. **O campo do geógrafo**: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). 2007. 491 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2007.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia cultural e geógrafos culturalistas: uma leitura francesa. **Geosul** (UFSC), v. 14, p. 35-47, 1993.

ALVES, Flamarion Dutra. Questões políticas nos estudos em Geografia Agrária: tendências metodológicas e interdisciplinares pós-1990. In: FERREIRA, Darlene A. de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente; MAIA, Adriano Corrêa (Orgs.). **Estudos agrários**: a complexidade do rural contemporâneo. São Paulo: Cultura acadêmica, 2001.

AMORIM FILHO, Oswaldo B. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, n. 11. Jan/Dez, 1999.

_____. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué C.; GIL FILHO, Sylvio F. (Orgs.). **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; ABREU, João Francisco de. Imagem, representação e geopolítica. In: MENDONÇA, Francisco Mendonça e KOZEL, Salete. (Orgs.) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2002.

ANDRADE, Manuel C. de. **Geografia ciência da Sociedade** – Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1987.

BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, p. 25-50, 2006.

BENJAMIN. Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v. 1).

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada Ave-Maria**. 8ª ed. Tradução de Monges Beneditinos e maredsous (Bélgica). São Paulo: Editora Ave-Maria, 2013. Edição Claretiana.

BOMBARDI, Larissa Mies. A dialética e a Geografia Agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In.: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio Cesar (Orgs). **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 315-337.

BRAY, Silvio Carlos. Aspectos da trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária no Brasil. **Campo-território**: revista de geografia agrária. Uberlândia, v. 3, n. 5. Fev. 2008.

_____. Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária. In.: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; e RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETI, Antônio Carlos (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982**,** p. 165-193.

CAMARGO, José C. G.; REIS JÚNIOR, Dante F. da Costa. A filosofia (Neo) positivista e a Geografia Quantitativa. In.: VITTE, Antônio Carlos (Org.) **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAMELINI, João Humberto. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial no Brasil**: o caso emblemático de Quirinópolis/GO. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2011.

CAMPOS, Janaína F. de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do Estado de São Paulo. 2012. 388 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Presidente Prudente, 2012.

CAPEL, Horácio. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**: una introdución a la geografía. Barcanova: 1981.

_____. **Geografia contemporânea**: ciência e filosofia. (Org.). Jorge Ulisses Guerra Villalobos. Maringá: Eduem, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, Eduardo Rozetti de. **Transformações socioterritoriais do capital sucroalcooleiro em Iturama, Pontal do Triângulo Mineiro**. 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2009.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19-44.

CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A Geografia Cultural: o estado da arte. In.: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. **A nova geografia**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

_____. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, Francisco Mendonça e KOZEL, Salete. (Orgs.) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2002.

_____. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

_____. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

_____. O papel da nova geografia cultural na compreensão humana. In.: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. Uma, ou algumas, abordagem(ns) cultural(is) na geografia humana?. In.: SERPA, A. (Org.) **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.

CORREA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-21, 1995.

CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. A geografia cultural no Brasil. **Revista Anpege**. n. 2 (2005). p. 97-102.

COSTA, Ana Luiza dos Santos. **A migração piauiense e as atividades sucroalcooleiras em Morro Agudo (SP)**. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2011.

COSTA, Emília Viotti. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994, p. 9-27.

CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário. KHOURY, Yara Aun. Introdução. In.: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; KHOURY, Yara Aun. **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História.** São Paulo, n. 35, p. 1-413, dez. 2007.

CRUZ, Nelson Ney Dantas. **A reprodução do lugar e o desafio de permanência nos lotes da reforma agrária**: Assentamento Divisa – Ituiutaba-MG. 2008, 272 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. Certa má herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In. MENDONÇA, Francisco Mendonça e KOZEL, Salete. (Orgs.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2002.

ETGES, Virginia Elizabeta. **Sujeição e resistência**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1990.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 244f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2002.

FAVERO, Paulo Miranda. Por uma Geografia subversiva. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo. n. 88. p. 115-125. 2008.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999). 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. A Geografia Agrária: Dinâmica, variada e complexa. In: FERREIRA, Darlene A. de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente; MAIA, Adriano Corrêa (Orgs.). **Estudos agrários**: a complexidade do rural contemporâneo. São Paulo: Cultura acadêmica, 2001.

_____. **Mundo rural e geografia**. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, v. 16, p. 39-70, 2001.

FERREIRA, Marcos César. Considerações teórico-metodológicas sobre as origens e a inserção do sistema de informação geográfica na geografia. In.: VITTE, Antônio Carlos (Org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

_____. **História depois do fim da história**. Bauru: EDUSC, 1998.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de Casas Grandes e Senzalas: Transformações Sociais no Mundo Rural Brasileiro. In I. Sachs, J. Witheim e P. S. Pinheiro (Orgs.). **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GEORGE, Pierre. **Geografia rural**. São Paulo: Difel, 1982.

GLASER, André. **Raymond Williams**: Materialismo Cultural. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2001.

GOMES, Paulo César da C. **Geografia e modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GOMES, Renata Mainenti. **Ofensiva do capital e transformações no mundo rural**: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

GONÇALVES, Claudecir. **As políticas públicas, a modernização dos cerrados e o complexo soja no sul goiano:** 1970-2008. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2008.
GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação**: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2008.

GOODY, Jack. **O roubo da história**. Tradução Luiz Sérgio Duarte da Silva. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. Mas, qual reforma agrária? **Reforma Agrária**, 17, (1), abril/julho, 1987.

_____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resente [et. al.]. Belho Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos interessantes**. Uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A era das revoluções**, 1789-1848. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLZER, Werther. A influência de Eric Dardel na construção da Geografia Humanista norte americana. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos** (ENG): crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Porto Alegre: AGB, 2010.

_____. A Geografia humanista: uma revisão. **Espaço e cultura**. n. 3, p. 8-19. Janeiro de 1997.

_____. A Geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. O lugar na geografia humanista. **Território**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 67-78. 1999.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 20ª ed., 1985.

JANOTTI, Maria de Lourdes M.; D'ALESSIO, Márcia M. Produção acadêmica da pós-graduação em história da PUC-SP. **Projeto História**. V. 1, n. 10. P-59-73.

KAGEYAMA, Ângela. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: **Agricultura e Políticas Públicas**. DELGADO, Guilherme C.; GASQUES, José G.; VILLA VERDE, Carlos M. (Orgs). Brasília: IPEA, 1990; 113-223 (Série IPEA, 127).

KAUSTKY, Karl. **A questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta, 1980.
KOZEL, Salete. As representações no geográfico. In.: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete. (Orgs). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 8ª ed. Campinas/SP: Papirus, 1998.

_____. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia.** Seção São Paulo. Associação dos Geógrafos Brasileiros. n. 84. Jul. 2006.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LYOTARD, Jean-fraçois. **A condição pós-moderna**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MARCOS, Valéria de. **Comunidade sinsei: (u)topia e territorialidade**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1996.

MARTINS, José de S. **Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MATOS, Patrícia Francisca de. **As tramas do agronegócio nas "terras" do Sudeste Goiano**. 2011. 355 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2011.

MEDEIROS, Célia Maria Santos Vieira. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social do espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-1990**. 2002. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP), 2002.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Descortinando e (re) pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-fu Tuan. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: Pequena história crítica. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes da renovação. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia das lutas no campo**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Agroindústria e reprodução do espaço**: o caso da soja no Mato Grosso do Sul. 1994. 217 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP), 1994.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Geografia Agrária e questão agrária. In.: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio Cesar (Orgs.). **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Terra é Vida** - A Geografia dos camponeses no norte do Paraná. 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Presidente Prudente-SP, 2003.

PRADO JR. Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

QUAINI, Massimo. **A construção da geografia humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIBAS, Alexandre Domingues. **Gestão político-territorial dos assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP)**: uma leitura a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal). 2002. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2002.

RIBEIRO, Orlando. Alexander Von Humboldt (1769-1859) **FINISTERRA**. Revista Portuguesa de Geografia. Vol. IV, Número 8. p. 155-158. Lisboa, 1969.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia.** v. 4, n. 7, 1979. p.1-25.

RODRIGUES, Suelen de Leal. **O poder da rede na materialização de programas de desenvolvimento rural**: Território da Cidadania Região Central/RS. 2011. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6ª ed. 1 reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, R. J. Pesquisa Empírica e Trabalho de Campo: Algumas questões acerca do conhecimento Geográfico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia/MG, v.1, p. 111-129, 1999.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico metodológica. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, p. 8, 2006.

SILVA, José F. Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia** (UFMG). Belo Horizonte-MG. v. 7, n. 1, p. 43-82, 1997.

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira**: estratégias discursivas para a ação do capital no campo. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2011.

STÉDILE, João P. (Org.). **A questão agrária hoje**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994.

SUZUKI, Júlio César. Geografia agrária: gênese e diversidade. In.: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio Claro: DIFEL, 1980.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **A territorialização no monopólio**: as agro-indústrias canavieiras em Jaboticabal. 1989. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo-SP, 1989.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volumes I e II.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VLACH, Vânia R. F. **Geografia em construção**. Belo Horizonte: Lê, 1991.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. O papel da técnica no processo de produção científica. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, p. 69-76, 2006.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Espaço e Cultura.** UERJ, RJ, Nº 14, p. 7-21. Jul/Dez de 2002.

_____. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ANEXO A

QUESTIONÁRIO DE CAMPO

Assentamento: _____ Lote (Número/Nome): _____
( ) Primeiro Assentado - ( ) Segundo dono - ( ) Terceiro dono
FONE PARA CONTATO:_____
1 - Já está assentado pelo INCRA? ( ) Sim ( ) Não _____
2 - Lote está em nome de: _____
3 - Quantas pessoas moram no lote? _____ Quantas moravam no lote? _____

4 - O(a) entrevistado(a) já morou em quais municípios?

Nome	Idade	Naturalidade	Mora no lote desde	Escolaridade

Município 1: _____ UF: _____ Período: De _____ a _____
Município 2: _____ UF: _____ Período: De _____ a _____
Município 3: _____ UF: _____ Período: De _____ a _____
Município 4: _____ UF: _____ Período: De _____ a _____
Município 5: _____ UF: _____ Período: De _____ a _____
Município 6: _____ UF: _____ Período: De _____ a _____

5 – Considerando as localidades onde o (a) Sr.(a) morou, qual delas o(a) Sr. (a) mais gostou de morar e porquê?
6 – Quais os motivos que os levaram a mudar de residência?
7 – Quais as profissões que o(a) Sr.(a) Já exerceu em sua vida?
8 – Como foi o convite para participar do movimento de luta pela terra (acampamento)?
9 – Por quais motivos o(a) Sr.(a) escolheu vir para a ocupação da fazenda _____?
10 – O(a) Sr.(a) poderia contar a história da ocupação e o que o(a) Sr.(a) viveu no período em que ficou acampado(a)?
11 – O Sr.(a) tem alguma fotografia da época do acampamento?
12 – Como foi a divisão das terras entre as famílias acampadas?
13 – Como o(a) Sr.(a) escolheu o nome para o lote?
14 – Quais os principais problemas que o(a) Sr.(a) enfrentou no início do assentamento, logo depois que a terra foi dividida? Como o(a) Sr.(a) tentou resolver tais problemas?
15 – O Sr. Tem alguma fotografia do início de ocupação do lote?
16 – Quais os principais problemas do assentamento hoje? (deslocamento ou distância até a cidade, produção, relação com a vizinhança, influência da cana, falta de assistência, etc.)
17 – O que o(a) Sr.(a) acha da venda de lotes no assentamento?
18 – O(a) Sr.(a) já recebeu alguma proposta de alguém interessado em comprar o seu lote? Quando e como foi essa proposta? Qual foi a sua reação diante da proposta?
19 – Qual era o preço dos lotes no início do assentamento e o que mudou nos preços agora e por quê?

20 – Quando a usina de cana resolveu instalar a produção canavieira próxima ao assentamento qual foi a sua expectativa (o que pensou sobre a vinda da cana ou o que ouviu falar sobre isso)?
21 – O que o(a) Sr.(a) planeja para o seu futuro e o de sua família?

ANEXO B

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA - COMPROMISSO DO PESQUISADOR - CONSENTIMENTO

A pesquisa denominada: **"A reprodução das práticas culturais nas áreas de assentamentos rurais do oeste tijucano e sua relação com a recente expansão territorial da cana no cerrado mineiro"** é um trabalho de doutorado em geografia que está sendo desenvolvido desde Março de 2011 por mim, Nelson Ney Dantas Cruz, que sou aluno regularmente matriculado no programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) sob o número de matrícula 11113GEO011. Como parte de desenvolvimento dos resultados da pesquisa é necessária a realização de coleta de informações em campo, nos seguintes assentamentos rurais de Ituiutaba: PA Divisa, PA Chico Mendes, PA Engenho de Serra, PA Capão Rico, PA Douradinho e PA Renascer. No período de Outubro de 2013 até o momento de encerramento do curso de doutorado, pretendo entrevistar as famílias moradoras dos assentamentos que livremente desejarem falar sobre suas trajetórias de vida. Os objetivos gerais da pesquisa e das entrevistas são:

- Compreender a importância das práticas culturais das famílias assentadas para a permanência delas na terra face aos processos de transformação do campo que historicamente foram determinantes na organização do espaço rural brasileiro;
- Entender a reforma agrária a partir das experiências de vida das famílias moradoras de assentamentos rurais;
- Analisar as dificuldades e facilidades que as famílias assentadas possuem para permanecer no lote de terra;
- Comparar as trajetórias de luta pela terra entre os assentamentos identificando o perfil das famílias que neles estão residindo.

Perante as pessoas participantes da pesquisa, entrevistadas ou não, assumo o compromisso de que as informações coletadas serão utilizadas prioritariamente na escrita do trabalho final de tese, que será apresentada possivelmente em Fevereiro de 2015, na Universidade Federal de Uberlândia, perante uma banca constituída de cinco professores avaliadores, sob a forma de tese de doutorado.

Todo material que por ventura seja produzido durante as pesquisas de campo (gravação fonética, filmagem, anotações de informações pessoais, fotografias) não será consultado por pessoas não envolvidas diretamente na produção da tese.

A tese, por se constituir uma pesquisa de interesse acadêmico, será disponibilizada ao público estudantil e docente na biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica, e na secretaria de pós-graduação em geografia, de forma impressa e digital, também podendo ser acessada no site da universidade por qualquer pessoa interessada no assunto.

Caso a produção de filmagem seja convertida num documentário didático/científico, após a elaboração e defesa da tese, comprometo em solicitar ao(à) entrevistado(a) uma autorização por escrito, em que ele(a) autoriza a utilização

e divulgação de sua imagem, de sua fala e de imagens relacionadas ao seu lote de terras no filme documentário.

O entrevistado/participante não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar da pesquisa.

_____ _____,
___/___/_____

Pesquisador: Nelson Ney Dantas Cruz
(64)8138-0701 – (64)3404-6903

Eu aceito participar da pesquisa citada acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

_____ _____

Participante: Participante:
Endereço: Endereço: